Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Itaguaí

Número: 200.000.174 | Início: 20-04-26 | Exercício: 2026

Interessado: Y. Itaprevi / Financeiro

Endereço e Telefone:

Assunto: Prestação de Contas Anual de 2025

Movimentação

Data	Órgão	Rubrica	Data	Órgão	Rubrica

200.000.174/2026

Juntada

Número e Ano do Processo Juntado	Data da Juntada	Nome do Requerente	Documentos Anexados

ITAPREVI
Processo Nº: 200.000.174/26
Data: 20 / 04 / 2026
Folhas Nº: 02
Rubrica
Assinatura

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nos termos do artigo 24 da Lei Municipal nº 3.280, de 2014, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, solicito a abertura do presente processo administrativo, com a finalidade de apresentar a Prestação de Contas Anual de Gestão do Itaprevi do ano de 2025.

Assunto: Prestação de Contas Anual de 2025.

O presente processo tem por objeto atender a Deliberação 277/17 do TCE/RJ que determina a Prestação de Contas Anual de Gestão do Itaprevi.

Diante do exposto, solicito:

- a autuação dos autos, na forma da legislação vigente;
- o encaminhamento do processo a Diretoria de Geral Financeira do ITAPREVI, para adoção das providências cabíveis.

Itaguaí, 20 de abril de 2026.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Contador - CRC - RJ: 111583/O-3
Matrícula: 34.656 - ITAPREVI

André Luiz da Silva Miranda
Diretor de Geral Financeiro
Matrícula 34.656

Fls.: 03
Proc.: 200000174/26

DELIBERAÇÃO 277

24 de agosto de 2017

Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração municipal e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO que compete ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta dos municípios, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público municipal, nos termos do disposto no art. 125 da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO que as pessoas sujeitas à Prestação de Contas, somente por decisão do Tribunal de Contas, podem ser liberadas desta responsabilidade (Lei Complementar Estadual nº 63/90, art. 7º);

CONSIDERANDO os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, em especial os da efetividade, eficiência, legalidade, legitimidade, proporcionalidade, economicidade e da razoável duração do processo;

CONSIDERANDO que estabelecer critérios de seletividade para a constituição dos processos de Prestação de Contas contribui com o aprimoramento do modelo de fiscalização do TCE-RJ, a fim de torná-lo mais célere e tempestivo;

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação TCE-RJ nº 261/14, que regulamenta o processo eletrônico no âmbito do TCE-RJ;

DELIBERA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Deliberação dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração municipal, e dá outras providências.

MAPREV
Fls.: 04
Proc.: 200000174/26

Parágrafo único. Para os efeitos do caput deste artigo, a administração municipal abrange:

I – Poder Legislativo Municipal;

II – fundos especiais, constituídos como unidades gestoras, vinculadas a órgãos ou entidades do município;

III – autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal;

IV – consórcios intermunicipais e entidades congêneres;

V – empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI – Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, independentemente da forma jurídica de constituição;

VII – demais unidades que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Deliberação entende-se como:

I – Prestação de Contas Anual de Gestão (PCA): o conjunto de dados, demonstrativos, documentos e informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, encaminhados anualmente ao TCE-RJ, organizados de forma a permitir o julgamento técnico sobre as contas.

II – Responsável pela PCA: aquele revestido de competência para gerir os recursos da unidade jurisdicionada, no exercício a que se referem às contas.

III - Responsável pelo encaminhamento da PCA: o titular da unidade jurisdicionada, à época do envio do PCA ao Tribunal.

IV – Unidade Central de Controle Interno: a unidade administrativa integrante do sistema de controle interno da Administração Pública Municipal, incumbida da coordenação, do planejamento, da normatização e do controle das atividades do sistema de controle interno, bem como do apoio às atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas.

V – Critério Técnico de Seletividade: a metodologia de trabalho para seleção de unidades gestoras de interesse para fiscalização, observados os conceitos de materialidade, relevância, risco e oportunidade.

IRAPREV
Fls.: 05
Proc.: 200000174/26

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS

SEÇÃO I
Dos Critérios de Apresentação

Art. 3º A Prestação de Contas Anual de Gestão deverá ser apresentada exclusivamente por meio eletrônico e será composta pela base de dados do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS e, quando couber, pelos documentos previstos nos ANEXOS desta Deliberação.

Parágrafo único. O cumprimento do dever legal de apresentação da Prestação de Contas somente será considerado atendido com o encaminhamento dos dados referentes aos Informes Mensais do SIGFIS, nos termos do disposto em Deliberação específica deste Tribunal.

Art. 4º A Prestação de Contas Anual de Gestão será constituída como processo neste TCE-RJ, para fins de instrução e julgamento, quando as unidades jurisdicionadas forem selecionadas para este fim, conforme critérios técnicos de seletividade.

§ 1º O Tribunal divulgará, até 31 de dezembro de cada ano, por ato do Secretário-Geral de Controle Externo autorizado pela Presidência, as unidades jurisdicionadas selecionadas, cujos responsáveis terão processo de Prestação de Contas Anual de Gestão constituído para fins de instrução e julgamento.

§ 2º A Prestação de Contas Anual de Gestão dos responsáveis pelas Câmaras Municipais e entidade ou órgão que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS terá, obrigatoriamente, processo constituído anualmente para fins de instrução e julgamento.

§ 3º O Plenário ou o Secretário-Geral de Controle Externo, com aprovação da Presidência, poderão determinar a constituição de processos de Prestação de Contas Anual de Gestão de unidades jurisdicionadas não selecionadas.

MAPREV
06
200000174/26

SEÇÃO II
Da Organização e Composição

Art. 5º O conteúdo das Prestações de Contas constituídas para fins de instrução e julgamento, compreenderá, além da base de dados do SIGFIS, o rol de documentos complementares integrantes dos ANEXOS desta Deliberação, exigidos de acordo com a natureza jurídica de cada unidade jurisdicionada.

§ 1º Nos casos de inexistência de quaisquer documentos obrigatórios referenciados nos ANEXOS que integram esta Deliberação, a autoridade competente deverá apresentar declaração negativa, devidamente justificada, no mesmo formato previsto para o item do documento correspondente.

Renumerado pela Deliberação nº 311/20 (DORJ 08.05.20).

Redação original (DORJ 06.09.17):
Parágrafo único. Nos casos de inexistência de quaisquer documentos obrigatórios referenciados nos ANEXOS que integram esta Deliberação, a autoridade competente deverá apresentar declaração negativa, devidamente justificada, no mesmo formato previsto para o item do documento correspondente.

§ 2º O Secretário-Geral de Controle Externo poderá, dispensada a submissão ao Plenário, expedir ofício ao órgão jurisdicionado para que esclareça inconsistências verificadas no processo ou adotar medidas com a finalidade de complementar a instrução, bem como, sempre que se fizer necessário, para que proceda ao chamamento dos interessados aos autos, a fim de assegurar-lhes o estabelecimento do contraditório e o exercício da ampla defesa.

Acrescentado pela Deliberação nº 311/20 (DORJ 08.05.20).

§ 3° O prazo para atendimento ao determinado no parágrafo 2° deste artigo será de 30 (trinta) dias improrrogáveis.

Acrescentado pela Deliberação nº 311/20 (DORJ 08.05.20).

§ 4º A Coordenadoria-Geral de Prazos e Diligências - CPR deverá, por meio de pronunciamento irrecorrível, indeferir e arquivar pedido de prorrogação de prazo formulado em desacordo com o disposto no § 3º deste artigo, ficando dispensada a submissão do feito a Relator ou a órgão colegiado.

Acrescentado pela Deliberação nº 311/20 (DORJ 08.05.20).

Art. 6º Os registros evidenciados nos documentos encaminhados a este TCE-RJ, por imposição desta Deliberação, deverão ser apresentados em obediência às normas constitucionais e infraconstitucionais, observadas, no que couber, as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, além daquelas oriundas de outros órgãos regulamentadores.

Fls.: 07
Proc.: 200000174126

SEÇÃO III
Dos Prazos

Art. 7º A documentação prevista nos ANEXOS integrantes desta Deliberação, relativa às Prestações de Contas constituídas para fins de instrução e julgamento, deverá ser remetida por meio do sistema informatizado e-TCERJ, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do encerramento do exercício financeiro.

Parágrafo único. Na hipótese do não atendimento ao estabelecido no caput, o Secretário-Geral de Controle Externo poderá requisitar, à unidade jurisdicionada selecionada, a remessa da documentação.

Art. 8º Os documentos previstos nos ANEXOS desta Deliberação, referentes à Prestação de Contas Anual de Gestão das unidades gestoras que não forem selecionadas para constituição de processos neste Tribunal, para fins de instrução e julgamento, nos termos desta Deliberação, permanecerão arquivados no órgão ou entidade de origem, ficando à disposição do TCE-RJ por 5 (cinco) anos, a contar do exercício seguinte ao exercício de competência, período em que os mesmos poderão ser requisitados para encaminhamento ou exame in loco quando da realização de auditorias.

Art. 9º Transcorrido o prazo referido no artigo 8º, sem que tenha havido decisão pelo encaminhamento de documentos, as contas serão consideradas encerradas, sem prejuízo, se for o caso, de posterior instauração de Tomada de Contas Especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação de dano ao erário porventura ocorrido, na forma definida em Deliberação específica do TCE-RJ, e sem prejuízo do disposto no art. 14 desta Deliberação.

CAPÍTULO III

DO ROL DOS RESPONSÁVEIS

Art. 10. O cadastro dos responsáveis, disponível em módulo próprio no SIGIFS, deverá conter a identificação:

I – do responsável pelas contas;

II – do responsável pelo encaminhamento das contas;

III – do responsável pelo setor contábil;

IV – do responsável pela Unidade Central de Controle Interno;

TRAMITE
08
Proc.: 200000174/26

V – de outros responsáveis, de acordo com a especificidade de cada unidade gestora.

§ 1º Na hipótese de haver mais de um responsável pelas contas, num mesmo exercício financeiro, todos deverão ser arrolados com identificação do respectivo período de gestão.

§ 2º A responsabilidade pelo encaminhamento de dados e dos documentos previstos nos ANEXOS que integram esta Deliberação caberá ao titular da unidade jurisdicionada à época do encaminhamento das contas ao TCE-RJ.

§ 3º Nos casos de liquidação, extinção ou intervenção em autarquia, fundação pública, empresa pública e sociedade de economia mista serão arrolados, também, o liquidante, o inventariante ou o interventor.

§ 4º No caso de responsável falecido, o responsável pelo encaminhamento das contas deverá identificar o inventariante ou o administrador provisório do espólio e/ou dos herdeiros/sucessores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. Os ANEXOS e MODELOS desta Deliberação serão atualizados anualmente por ato próprio do Secretário-Geral de Controle Externo, com a aprovação da Presidência, e disponibilizados no sítio eletrônico deste Tribunal até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 12. A documentação relativa aos bens patrimoniais, bens em almoxarifado e tesouraria, prevista nos ANEXOS desta Deliberação, deverá ser constituída contendo, no mínimo, os elementos constantes nos respectivos MODELOS, e permanecerá arquivada no órgão ou entidade de origem, ficando à disposição do TCE-RJ por 5 (cinco) anos, a contar do exercício seguinte ao exercício de competência, período em que poderá ser requisitada para encaminhamento ou exame in loco quando da realização de auditorias.

Art. 13. A documentação relativa à Prestação de Contas de transferências financeiras, referentes a auxílios e subvenções concedidas através de termo de colaboração e fomento, deverá ser constituída contendo, no mínimo, os elementos constantes em ANEXO e respectivos MODELOS desta Deliberação, e permanecerá arquivada no órgão ou entidade de origem, ficando à disposição do TCE-RJ por 5 (cinco) anos, a contar do exercício seguinte ao exercício de competência, período em que poderá ser requisitada para encaminhamento ou exame in loco quando da realização de auditorias.

Fls.: 09
Proc.: 200000174/26

Art. 14. As unidades jurisdicionadas deverão manter em arquivo, preferencialmente em meio eletrônico, os documentos relacionados nos ANEXOS desta Deliberação, observada a legislação específica relativa à política nacional de arquivos públicos, independentemente do prazo estabelecido pelo TCE-RJ para suas ações de fiscalização.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo poderá sujeitar o responsável às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar nº 63, de 1990.

Art. 15. Os demonstrativos contábeis que compõem as Prestações de Contas deverão conter as assinaturas do gestor responsável pelo encaminhamento das contas e do responsável pelo setor contábil, e os demais documentos deverão estar assinados na forma exigida nos MODELOS dos ANEXOS desta Deliberação.

Art. 16. Excetuando-se as Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesas das Prefeituras, das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdências e dos Fundos Municipais de Saúde, todas as demais Prestações de Contas, de qualquer natureza, encaminhadas ao TCE-RJ, em cumprimento às Deliberações TCE-RJ nº 49/82 e nº 200/96, que constituam processos em tramitação no Corpo Instrutivo, sem decisão plenária, a partir da entrada em vigor desta Deliberação, serão arquivadas pela Secretaria-Geral de Controle Externo.

Art. 17. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos em relação às Prestações de Contas Anuais, a partir da competência 2017.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições contrárias, em especial a Deliberação TCE-RJ nº 200/96.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2017.

MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN
Conselheira do TCE-RJ (Presidente Interina)

NOTAS:

- **Publicada no DORJ de 06.09.17.**
- **Alterada pela Deliberação nº 311/20 (DORJ 08.05.2020).**

MARKEVI
Fls.: 10
Proc.: 200000174/26

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS - PCA RPPS		
Item	**Título Documento/Modelo/ Informações Exigidas**	**Formato**
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	PDF
2	Relação dos responsáveis, conforme **Modelo 1** desta Deliberação: - do responsável pelas contas; - do responsável pelo encaminhamento das contas; - do responsável pelo setor contábil; - do responsável pelo órgão de controle interno competente.	PDF
3	Balancete Analítico evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	XLS e PDF
4	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, de acordo com o Anexo 10 da LF nº 4.320/64.	XLS e PDF
5	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, de acordo com o Anexo 11 da LF nº 4.320/64.	XLS e PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise	XLS e PDF
7	Balanço Orçamentário, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - execução de Restos a Pagar Não Processados; - execução de Restos a Pagar Processados.	XLS e PDF
8	Balanço Financeiro, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	XLS e PDF
9	Balanço Patrimonial, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhado dos quadros: - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do superávit/déficit financeiro.	XLS e PDF
10	Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise, acompanhada dos quadros: - de Transferências Recebidas e Concedidas; - de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; - de Juros e Encargos da Dívida.	XLS e PDF
11	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis elaboradas em conformidade com o MCASP vigente no exercício em análise, **contemplando o conteúdo mínimo previsto no Modelo 41**.	PDF
12	Demonstrativo da Dívida Fundada, de acordo com o Anexo 16 da LF nº 4.320/64.	XLS e PDF
13	Demonstrativo da Dívida Flutuante, de acordo com o Anexo 17 da LF nº 4.320/64.	XLS e PDF
14	Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1 e 2, conforme **Modelo 2** desta Deliberação. ***Obs.: Para a Unidade Gestora RPPS, o quadro deverá apresentar exclusivamente as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa, em conformidade com as normas aplicáveis.***	XLS e PDF
15	**Relatório de Auditoria das Contas de Gestão**, elaborado pelo **órgão de Controle Interno competente**, com base em procedimentos e análises definidos a partir da avaliação de riscos relevantes, considerados para a delimitação do escopo, da natureza e da extensão dos exames aplicados, em conformidade com o conteúdo mínimo estabelecido no **Modelo 3B da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017**, e contendo, ao final, **parecer conclusivo** sobre a regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas dos responsáveis. ***Base normativa:*** *inciso II do art. 54 c/c inciso III do art. 11, ambos da Lei Complementar 63/1990.* *Obs.: Entende-se como órgão de Controle Interno competente aquele que integra a estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, atuando sob a coordenação e subordinação da respectiva unidade central. Na hipótese de inexistência de órgão próprio, considera-se competente a unidade central de controle interno do órgão ao qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.*	PDF

ITAPREV
Fls.: 11
Proc.: 200000174/26

16	**Certificado de Auditoria**, emitido pelo Órgão Central de Controle Interno, que ateste a efetiva realização da auditoria das contas de gestão, validando a existência, a abrangência e a execução dos procedimentos aplicados. Deve conter parecer conclusivo quanto à regularidade, regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas dos responsáveis.	PDF
17	**Pronunciamento do gestor** acerca do conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pelo Controle Interno, do Relatório do Responsável pelo Setor Contábil e de todos os demais relatórios e pareceres emitidos por órgãos colegiados e entidades competentes sobre as contas ou a gestão da unidade **no exercício analisado**. O pronunciamento deverá apresentar esclarecimentos sobre os fatos apontados e detalhar as medidas corretivas (saneamento) implementadas ou em fase de implementação, visando ao integral atendimento dos apontamentos, irregularidades, impropriedades, ressalvas, determinações e recomendações expedidos.	PDF
18	**Relatório de Monitoramento de Determinações e Apontamentos**, conforme **Modelo 42**, contendo a descrição das medidas adotadas pela Gestão, no exercício das contas, para o cumprimento das determinações e a correção das falhas que acarretaram irregularidades, impropriedades, ressalvas e demais apontamentos exarados pelo TCE-RJ no último julgamento emitido e pelo Controle Interno na Prestação de Contas do exercício anterior.	XLS e PDF
19	Relatório do Responsável pelo Setor Contábil, conforme **Modelo 4** desta Deliberação.	PDF
20	**Relatório Anual de Gestão**, com o conteúdo mínimo previsto no **Modelo 6B** desta Deliberação.	
21	Cópia da Lei de criação do órgão previdenciário atualizada.	PDF
22	Relação das Unidades Gestoras do ente que devem contribuir para o RPPS, tendo por competência o exercício em análise, conforme **Modelo 8** desta Deliberação.	PDF
23	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit atuarial no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme **Modelo 9** desta Deliberação.	XLS e PDF
24	Demonstrativo Consolidado evidenciando o montante das transferências recebidas pelo RPPS para cobertura de déficit financeiro no exercício ou declaração expressa de não ocorrência, conforme **Modelo 10 (Fundo em Repartição) e Modelo 10.1 (Fundo em Capitalização)** desta Deliberação.	XLS e PDF
25	Demonstrativo discriminando os investimentos mantidos pelo RPPS de acordo com as normas definidas pela Resolução CMN nº 4.963/2021 ou alterações posteriores, conforme **Modelo 11** desta Deliberação.	XLS e PDF
26	Cópia do Relatório de Avaliação Atuarial realizado por técnico habilitado ou entidade independente e legalmente habilitada, referente à data-base de avaliação do encerramento do exercício a que se refere a prestação de contas, observados os parâmetros gerais para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.	PDF
27	Demonstrativo que evidencie a memória de cálculo do limite legal da taxa de administração no exercício, explicitando o percentual definido em lei, a ser utilizada na cobertura das despesas administrativas do regime próprio de previdência social, conforme **Modelo 12 OU Modelo 12.1** desta Deliberação.	XLS e PDF
28	Demonstrativo que evidencie as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS no exercício para fins de verificação quanto ao limite legal da taxa de administração, conforme **Modelo 13** desta Deliberação.	XLS e PDF
29	Cópia do Relatório que definiu a política anual de investimentos e suas revisões, na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.963/2021 ou alterações posteriores, aprovado pelo órgão colegiado da unidade jurisdicionada.	PDF
30	Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 ou alterações posteriores, conforme o caso.	PDF
31	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP emitido pelo Ministério da Previdência Social, conforme critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717/1998 ou alterações posteriores, que atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, com validade na data de encerramento do exercício financeiro em análise.	PDF
32	Extrato Previdenciário com as informações sobre a situação do ente em relação a cada um dos critérios previstos na Lei nº 9.717/98 ou alterações posteriores, cuja regularidade é exigida para fins de emissão do CRP, com referência à data de encerramento do exercício financeiro em análise.	PDF
33	Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação financeira no exercício, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.796/1999, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.188/2019, ou alterações posteriores, conforme **Modelo 14** desta Deliberação.	XLS e PDF

MAPREV
Fls.: 12
Proc.: 200000.174/26

34	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições regulares (servidores e patronal) devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme **Modelo 34** desta Deliberação.	XLS e PDF
35	Demonstrativo Consolidado evidenciando o valor das contribuições suplementares devidas e arrecadadas pelo RPPS, conforme **Modelo 35** desta Deliberação.	XLS e PDF
36	Demonstrativo das Contribuições Regulares (servidores e patronal) devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme **Modelo 36** desta Deliberação.	XLS e PDF
37	Demonstrativo das Contribuições Suplementares devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, referentes aos servidores que integram o quadro de pessoal do RPPS, conforme **Modelo 37** desta Deliberação.	XLS e PDF
38	Cópia dos Relatórios e Pareceres de órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais vinculados aos Fundos Especiais, dentre outros).	PDF
39	Cópia do Ato que designou formalmente o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS, no caso de gestão própria da execução da política de investimentos, acompanhado da comprovação de que este foi aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica na difusão do mercado brasileiro de capitais, conforme exigência da Portaria MTP nº 1.467/2022 ou alterações posteriores.	PDF
40	Relação dos restos a pagar processados cancelados, contendo as respectivas justificativas, conforme **Modelo 39** desta Deliberação.	XLS e PDF
41	Demonstrativo dos Aportes Periódicos Recebidos para a Cobertura do Déficit Atuarial - verificação do atendimento ao art. 55, § 8º, inciso III, da Portaria MTP n.º 1.467/2022, conforme **Modelo 40** desta Deliberação.	XLS e PDF
42	Balancete analítico ou outro demonstrativo financeiro evidenciando o saldo inicial, a movimentação do período e o saldo final em 31/12 dos recursos do Fundo em Repartição (Plano Financeiro).	XLS e PDF
43	Balancete analítico ou outro demonstrativo financeiro evidenciando o saldo inicial, a movimentação do período e o saldo final em 31/12 dos recursos do Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário).	XLS e PDF

ITAPREVI
Fls.: 13
Proc.: 200000174126

EXMO. SR. DR. CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício ITAPREVI nº 164/2026
Ref. Prestação de Contas Anual do RPPS 2025

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ – ITAPREVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.764.158/0001-99, por seu presidente in fine assinado, vem, tempestivamente, perante V. Exa., em atenção à Deliberação 277 de 24 de agosto de 2017, apresentar a Prestação de Contas Anual de gestão do RPPS, exercício 2025, requerendo, desde já, o seu recebimento e devido processamento, julgando-se pela regularidade das contas apresentadas.

Nestes Termos,
Pede e Espera Deferimento.

Itaguaí, 29 de junho de 2026.

Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves

Presidente do Itaprevi

Mat. 939.383

ITAPREVI
Fls.: 14
Proc.:

MODELO 1		
RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS		
Órgão: ITAPREVI	**Órgão Superior:**	**Exercício: 2025**
TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS		
Nome Completo do Servidor: CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES		
CPF nº: 111.957.197-95	Período de Gestão: 01/01/2025 a 13/01/2025	
Cargo/Função: PROCURADOR GERAL DO ITAPREVI		
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas		
(x) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.		
( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**		
( ) Servidor isento de apresentação do IRPF		
Observações: Conforme legislação em vigor, o Procurador Geral do Itaprevi, assumiu interinamente a Presidencia, neste período, até a nomeação do Presidente.		
Autenticações		
TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS		
me Completo do Servidor: CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO		
CPF nº: 028.856.157-02	Período de Gestão: 14/01/2025 a 17/06/2025.	
Cargo/Função: PRESIDENTE DO ITAPREVI		
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas		
(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.		
( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**		
( ) Servidor isento de apresentação do IRPF		
Observações:		
Autenticações		
TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS		
Nome Completo do Servidor: FERNANDA PEREIRA DA SILVA		
CPF nº: 823.634.802-44	Período de Gestão: 18/06/2025 a 26/11/2025.	
Cargo/Função: PRESIDENTE DO ITAPREVI		
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas		
(x) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.		
( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**		
( ) Servidor isento de apresentação do IRPF		
Observações:		
Autenticações		
TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELAS CONTAS		
Nome Completo do Servidor: CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES		
CPF nº: 111.957.197-95	Período de Gestão: 28/11/2025 até a presente.	
Cargo/Função: PRESIDENTE DO ITAPREVI		
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas		
(x) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.		
( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**		
( ) Servidor isento de apresentação do IRPF		
Observações:		
Autenticações		

ITAPREVI
Fls.: 15
Proc.: 20000174/26

Elaborado Por: ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA		Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Matrícula: 21.414	Data: 20/05/2026	Assinatura: Elaine de Andrade L. Ferreira Auxiliar Administrativo ITAPREVI Matr.: 21.414

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO DAS CONTAS

Nome Completo do Servidor: CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES

CPF nº: 111.957.197-95 | Período de Gestão: 28/11/2025 a até a presente data

Cargo/Função: PRESIDENTE DO ITAPREVI

Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**

( ) Servidor isento de apresentação do IRPF

Observações:

Autenticações

Elaborado Por: ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA		Função: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Matrícula: 21.414	Data: 20/05/2025	Assinatura: Elaine de Andrade L. Ferreira Auxiliar Administrativo ITAPREVI Matr.: 21.414

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Nome Completo do Servidor: ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA

CPF nº: 033.505.277-01 | Período de Gestão: 01/01/2025 até 02/02/2026

Cargo/Função: DIRETOR GERAL FINANCEIRO

Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**

( ) Servidor isento de apresentação do IRPF

Observações: O servidor foi nomeado como Diretor Geral Financeiro, acumulou a função contábil, pois não houve nomeação para Diretor Contábil até a exon

Autenticações

Elaborado Por: ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA		Função: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Matrícula: 21.414	Data: 20/05/2025	Assinatura: Elaine de Andrade L. Ferreira Auxiliar Administrativo ITAPREVI Matr.: 21.414

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Nome Completo do Servidor: WILLIAN DE ARAUJO BUY

CPF nº: 090.132.397-73 | Período de Gestão: 01/01/2025 a 17/06/2025

Cargo/Função: CONTROLADOR GERAL

Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas

(X) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.

( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**

( ) Servidor isento de apresentação do IRPF

Observações:

Autenticações

TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE

Nome Completo do Servidor: MARIO GOMES DE AMORIM FILHO

CPF nº: 068.828.597-01 | Período de Gestão: 18/06/2025 a 30/11/2025

Cargo/Função: CONTROLADOR GERAL

ITAPREVI
Fls.: 16
Proc.: 200000174/26

Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas		
(x) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.		
( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**		
( ) Servidor isento de apresentação do IRPF		
Observações:		
Autenticações		
TIPO DE RESPONSÁVEL: RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE		
Nome Completo do Servidor: WILLIAN DE ARAÚJO BUY		
CPF nº: 090.132.397-73	Período de Gestão: 01/12/2025 até a presente data	
Cargo/Função: CONTROLADOR GERAL		
Atestação Concernente à Entrega da Declaração de Bens e Rendas		
(x) O servidor apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94.		
( ) O servidor não apresentou a declaração de bens, com a indicação das fontes de rendas à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c o artigo 2º da Deliberação TCE/RJ nº 180/94. **Indicar no campo observações as medidas adotadas com base no artigo 8º da mencionada norma.**		
( ) Servidor isento de apresentação do IRPF		
Observações:		
Autenticações		
Elaborado Por: ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA		Função: AUXILAIR ADMINISTRATIVO
Matrícula: 21.414	Data: 20/05/2025	Assinatura:

Elaine de Andrade L. Ferreira
Auxiliar Administrativo
ITAPREVI
Mat.: 21.414

ITAPREVI
Fls.: 17
Proc.: 20000174/26

PORTARIA Nº 031, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES**, no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
18
Doc: 20000174/26

PORTARIAS

PORTARIA Nº 031, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES**, no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL**, Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 032, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **SANDRO VALOURA ALVES**, no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE ARRECADAÇÃO**, Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 033, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **CARLOS ALFREDO DA CRUZ,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE ITBI,** Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 034, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **MARIA LUISA LEAL DO VALLE DOS SANTOS,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE CADASTRO IMOBILIÁRIO**, Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 035, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JOCIMAR PEREIRA DO NASCIMENTO**, no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 036, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **MICHELI SOBRAL DOS SANTOS,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 037, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ELIANE ALBUQUERQUE PIÑEIRO,** no cargo comissionado de **TESOUREIRO,** Símbolo "TS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 038, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **GABRIELA BOMFIM DA SILVA,** no cargo comissionado de **DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E PESSOAL**, Símbolo "DGAP", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 039, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **EDIMILSON DE JESUS NOGUEIRA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE INFORMAÇÕES SOCIAIS DE PESSOAL,** Símbolo "DISP", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 040, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **PHILIPPE CARVALHO SOARES,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO,** Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 041, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **DAIANA PINEIRO DE SOUZA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO,** Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 042, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **CELSO NASCIMENTO,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE ARQUIVO,** Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 043, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **SHEILA MOURA QUINTANILHA OLIVEIRA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE ALMOXARIFADO,** Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 044, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RENATA FIGUEIREDO DE BARROS,** no cargo comissionado de **COORDENADOR DE PERÍCIAS MÉDICAS,** Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 045, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **VIVIANE ALVES MAIA CORREA,** no cargo comissionado de **COORDENADOR DE ARQUIVO,** Símbolo "DAS-4, da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 046, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **EDINÉIA REGINA DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 047, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **TIAGO AMERICO DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 048, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **FERNANDA CAROLINA RIBEIRO DE AMORIM MARCOS,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 049, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **EMANUELE COSTA LOPES,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 050, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ALLINE FERREIRA MACHADO,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 051, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RONALDO MARCOS FERREIRA SANTIAGO,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Administração.

ITAPREVI
19
Proc.: 20000017926

PORTARIA Nº 250, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, nesta data, **CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

PORTARIA Nº 235, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **FLAVIA CRISTINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE II**, Símbolo "DAS-7", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 236, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **PALOMA FREITAS LESSA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE**, Símbolo "DAS-5", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 237, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **FELIPE AUGUSTO DA CUNHA RIBEIRO**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, Símbolo "DAS-2", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 238, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **CLEIDIMAR TEIXEIRA DE ABREU**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES II,** Símbolo "DAS-7", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 239, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ANDRE LUIS TOSTE PEDRO**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR**, Símbolo "DAS-2", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 240, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **DANIELLE MACHADO MARTINS ANTUNES**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 241, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ESTER JOIA CAMPOS NOGUEIRA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ALMOXARIFADO II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 242, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ISABELA DA SILVA CARVALHO DINIZ**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO,** Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 243, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **HIRLEY MOURA PINHEIRO GARCIA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 244, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **HALLES SILVA AGUIAR DE SOUZA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE LEGISLAÇÃO E NORMAS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 245, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 03 de janeiro do corrente ano, **PATRICIA GINDER GOUVEIA DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR PARA ASSUNTOS DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

ITAPREVI
Fls.: 20
Proc.: 20000017 4/26

PORTARIA Nº 246, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **CLAUDIA REGINA DA SILVA MIRANDA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 247, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **FERNANDA FERREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 248, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ALINE DE OLIVEIRA RIBEIRO DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE PROGRAMAS E PROJETOS II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 249, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **CRISTIANE OLIVEIRA DE SOUZA LIMA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 250, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 251, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ADRIANA CAMPOS DE MATTOS**, no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE FORMALIZAÇÕES E AJUSTES**, Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

PORTARIA Nº 252, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ALCIMAR BRITO DE SOUZA**, no cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE**, Símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

PORTARIA Nº 253, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **SELMA BITTENCOURT CERQUEIRA MARTINS**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE PROJETOS**, Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

PORTARIA Nº 254, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **SONIA DEPTUSKI JACUBOSKI**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE LICITAÇÕES,** Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

ITAPREVI
Fls.: 21
Proc.: 2000001741/26

PORTARIA Nº 779 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, no cargo Comissionado de Diretor Geral Financeiro, "Símbolo DGF", da ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls. 22
20000174/26

PORTARIA Nº 769 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ROSEANE SILVA DE FREITAS SANTOS,** no cargo Comissionado de Coordenador Geral de Nutrição, "Símbolo DAS-4", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 770 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **SIMONE MARIA DA CRUZ DA SILVA,** no cargo Comissionado de Coordenador Geral de Unidades Básicas em Saúde - DAS-3", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 771 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RENATA ALEXANDRE COLLI,** no cargo Comissionado de Assessor de Assuntos Administrativos, "Símbolo DAS-6", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 772 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **LILIANE BARBOSA MARTINS BARTHOLO,** no cargo Comissionado de Coordenador de Unidade ESF, "Símbolo DAS-4", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 773 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **MARCIO QUIRINO DE BARROS,** no cargo Comissionado de Coordenador Geral de Saúde Bucal, "Símbolo DAS-3", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 774 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANA MARIA CLARO DA FONSECA,** no cargo Comissionado de Assessor de Assuntos Administrativos, "Símbolo DAS-6", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 775 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ROSANGELA DE OLIVEIRA CASTRO DA SILVA,** no cargo Comissionado de Assessor de Assuntos Administrativos, "Símbolo DAS-6", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 776 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** no cargo Comissionado de Subprocurador Geral, "Símbolo SPG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 777 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY,** no cargo Comissionado de Controlador Geral - Símbolo CG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 778 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANA CLÉIA CORTES LAVOR HARA,** no cargo Comissionado de Subcontrolador Geral, "Símbolo SCG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 779 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no cargo Comissionado de Diretor Geral Financeiro, "Símbolo DGF", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 780 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **SONIA TEREZINHA CAMPOS DE FARIAS VIEIRA BRAGA,** no cargo Comissionado de Diretor de Benefícios, "Símbolo DB", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 781 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **EDUARDO FRANCO DA SILVA,** no cargo Comissionado de Diretor de Patrimônio e Almoxarifado, "Símbolo DPA", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 782 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **CAMILA DA SILVA BARBOSA DE SIQUEIRA,** no cargo Comissionado de Ouvidor Geral, "Símbolo OG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 783 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RANNIERY MAELY NEGREIROS DO NASCIMENTO,** no cargo Comissionado de Chefe de Gabinete da Presidência - Símbolo CGP", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 784 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** no cargo Comissionado de Assessor Jurídico, "Símbolo AJ", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 785 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **MARIO GONÇALVES FILHO,** no cargo Comissionado de Assessor da Presidência - Símbolo AP", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 787, DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **MAYARA NOVAES SANTOS,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE LEGISLAÇÃO E NORMAS II,** Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 788, DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **MARIO LUIZ COSTA DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR DE CONDUÇÃO VEICULAR E ESCOLAR II,** Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

ITAPREVI
Fls.: 23
Proc.: 200000174/26

PORTARIA Nº 777 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY**, no cargo Comissionado de Controlador Geral - Símbolo CG", da ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls.: 24
Proc.: 2000001741/26

PORTARIA Nº 769 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ROSEANE SILVA DE FREITAS SANTOS**, no cargo Comissionado de Coordenador Geral de Nutrição, "Símbolo DAS-4", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 770 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **SIMONE MARIA DA CRUZ DA SILVA**, no cargo Comissionado de Coordenador Geral de Unidades Básicas em Saúde - DAS-3", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 771 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RENATA ALEXANDRE COLLI**, no cargo Comissionado de Assessor de Assuntos Administrativos, "Símbolo DAS-6", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 772 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **LILIANE BARBOSA MARTINS BARTHOLO**, no cargo Comissionado de Coordenador de Unidade ESF, "Símbolo DAS-4", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 773 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **MARCIO QUIRINO DE BARROS**, no cargo Comissionado de Coordenador Geral de Saúde Bucal, "Símbolo DAS-3", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 774 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANA [illegible]RIA CLARO DA FONSECA**, no cargo Comissionado de Assessor de As[illegible]os Administrativos, "Símbolo DAS-6", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 775 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ROSANGELA DE OLIVEIRA CASTRO DA SILVA**, no cargo Comissionado de Assessor de Assuntos Administrativos, "Símbolo DAS-6", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 776 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI**, no cargo Comissionado de Subprocurador Geral, "Símbolo SPG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 777 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY**, no cargo Comissionado de Controlador Geral - Símbolo CG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 778 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANA CLÉIA CORTES LAVOR HARA,** no cargo Comissionado de Subcontrolador Geral, "Símbolo SCG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 779 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, no cargo Comissionado de Diretor Geral Financeiro, "Símbolo DGF", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 780 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **SONIA TEREZINHA CAMPOS DE FARIAS VIEIRA BRAGA**, no cargo Comissionado de Diretor de Benefícios, "Símbolo DB", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 781 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **EDUARDO FRANCO DA SILVA**, no cargo Comissionado de Diretor de Patrimônio e Almoxarifado, "Símbolo DPA", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 782 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **CAMILA DA SILVA BARBOSA DE SIQUEIRA**, no cargo Comissionado de Ouvidor Geral, "Símbolo OG", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 783 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RANNIERY MAELY NEGREIROS DO NASCIMENTO**, no cargo Comissionado de Chefe de Gabinete da Presidência - Símbolo CGP", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 784 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA**, no cargo Comissionado de Assessor Jurídico, "Símbolo AJ", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 785 DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **MARIO GONÇALVES FILHO**, no cargo Comissionado de Assessor da Presidência - Símbolo AP", da ITAPREVI.

PORTARIA Nº 787, DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **MAYARA NOVAES SANTOS**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE LEGISLAÇÃO E NORMAS II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 788, DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **MARIO LÚIZ COSTA DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE CONDUÇÃO VEICULAR E ESCOLAR II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

ITAPREVI
Fls.: 25
Proc.: 200000174/26

DECRETO Nº 4.930, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ - O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO - O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí;

Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração;

DECRETA:

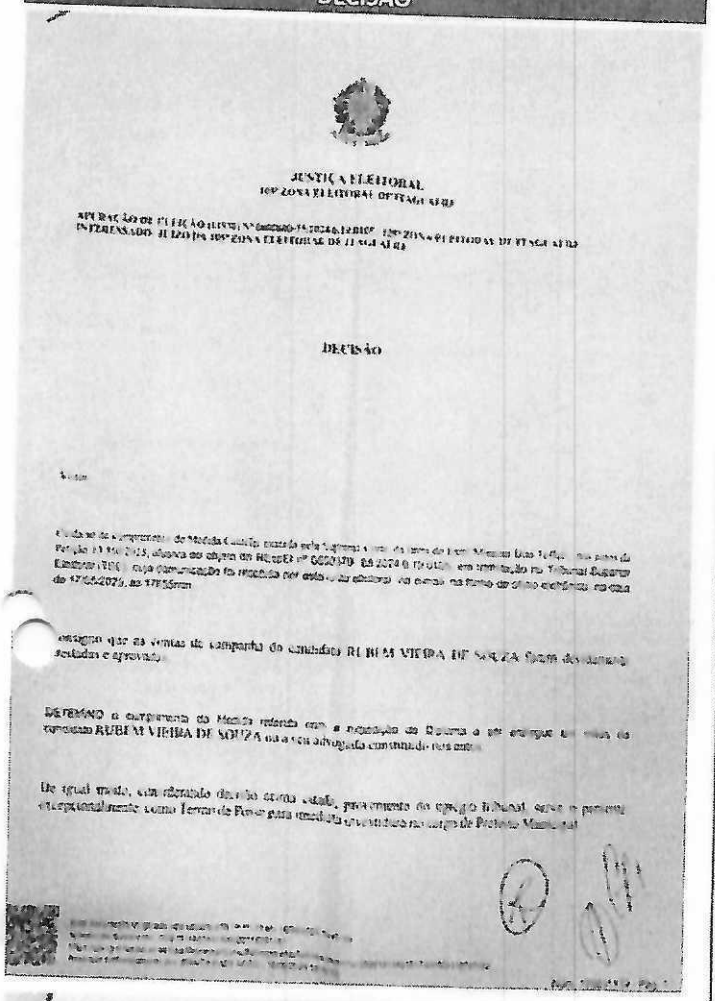
Art.1º Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

ITAPREVI
Fls. 26
Proc. 20000174/26

DECISÃO



JUSTIÇA ELEITORAL
105ª ZONA ELEITORAL DE ITAGUAÍ/RJ

DECISÃO

Vistos

Cuida-se de cumprimento de Medida Cautelar exarada pela Excelentíssima Juíza da 105ª Zona Eleitoral, Dra. Mariana Dias Teffé, nos autos da Petição (11561-2025), ajuizada em face do RECURSO Nº 0600370-88.2024.6.19.0105, em tramitação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja determinação foi recebida por este Juízo, via e-mail, na forma de ofício eletrônico, na data de 17/06/2025, às 17h55min.

Consigno que as vias de campanha do candidato RUBEM VIEIRA DE SOUZA foram devidamente juntadas e apensadas.

DETERMINO o cumprimento da Medida referida com a notificação do Diretor e se encaminhe a via do candidato RUBEM VIEIRA DE SOUZA na sua sede e com advogado constituído nos autos.

De igual modo, com fulcro no artigo 23, inciso I, do Código Eleitoral, intime-se o partido político, especialmente como Termo de Posse para imediata investidura no cargo de Prefeito Municipal.

[redacted]

Sem prejuízo, com intuito de regularização do ato (Termo de Posse) oficie-se a Câmara Municipal para ciência da posse do diplomado IMEDIATAMENTE, em livro próprio, no cargo de Prefeito Municipal de Itaguaí RJ, que permanecerá no exercício do mandato até eventual decisão em contrário. A notificação deverá ser efetivada através de servidor nomeado ad hoc, nesta data que deverá comparecer na Câmara Municipal ou em outro endereço onde se encontre o Presidente da Câmara para cumprimento do determinado, sob pena de crime de desobediência, aplicação das penalidades pelo ato arbitrário e dignidade da justiça e multa pessoal fixa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil), podendo ser majorada em caso de descumprimento.

Em caso de recusa expressa ou tácita ao recebimento da referida decisão, devidamente certificado pelo servidor, tal fato deverá ser imediatamente comunicado ao juízo.

Consigne-se que o cumprimento supra deverá ocorrer imediatamente após a notificação devendo os Oficiais de Justiça adotar as diligências de praxe no sentido de formalidades legais.

Oficie-se a Prefeitura e a Câmara Municipal para ciência e providências necessárias.

Remeta-se para ciência do TRE RJ, TSE e STF

No mais, atenda-se, no que couber, a decisão proferida na Petição [redacted]

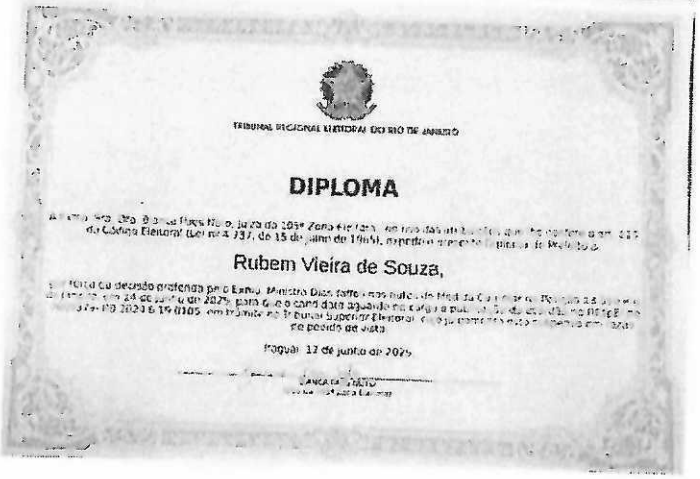
Publique-se no Diário de Justiça

Vistas ao MPE

Itaguaí RJ, na data da assinatura eletrônica.

BIANCA PENA NOTO
Juíza Eleitoral

DIPLOMA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIPLOMA

A [illegible] Juíza da 105ª Zona Eleitoral, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), expede o presente diploma de Prefeito a

Rubem Vieira de Souza,

[illegible] decisão proferida pelo Exmo. Ministro Dias Toffoli nos autos do Mandado de Segurança [illegible] em 24 de junho de 2025, para que o candidato diplomado no cargo a que concorreu nas Eleições 2024 [illegible] em trâmite no Tribunal Superior Eleitoral [illegible] de pedido de vista.

Itaguaí, 12 de junho de 2025.

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.930, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ – O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí:

Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração.

DECRETA:

Art.1º - Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

(a) RUBEM VIEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2984, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

NOMEAR, nesta data, **VICTOR SOARES BENEZATH**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM ", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 2985, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

NOMEAR, nesta data, **VALTER DE ALMEIDA MATOS DA COSTA**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM ", da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana.

PORTARIA Nº 2986, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DESIGNAR, nesta data, **VICTOR SOARES BENEZATH**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 2987, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DESIGNAR, nesta data, **ANDRE RICARDO BARROSO**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

ITAPREVI
Fls.: 27
Proc.: 200000174/26

PORTARIA Nº 3009, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

NOMEAR, nesta data, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

PORTARIA Nº 2988, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **NILCE DE OLIVEIRA NASCIMENTO RAMOS**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 2989, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Relações Institucionais.

PORTARIA Nº 2990, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **SHAYENE FIGUEIREDO BARRETO**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal do Ambiente, Mudanças do Clima e Bem-Estar Animal.

PORTARIA Nº 2991, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **SHAYENE FIGUEIREDO BARRETO**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

PORTARIA Nº 2992, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JENIFER DE ALMEIDA SANTOS**, no Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL**, símbolo "PG", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 2993, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **GERALDO GOMES DE OLIVEIRA FILHO**, no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, Símbolo "CG", da Controladoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 2994, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JOSE CARLOS DA SILVA FILHO**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

PORTARIA Nº 2995, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **VIVIANE PACHECO LUIZ**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Fazenda.

PORTARIA Nº 2996, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **ELISA GIOVANNA DOS SANTOS MARTINS**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Planejamento.

PORTARIA Nº 2997, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **PAULO CESAR RODRIGUES DE SÁ**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

PORTARIA Nº 2998, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JOAB PEDRO DANTAS DA SILVA**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

PORTARIA Nº 2999, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **NILCE DE OLIVEIRA NASCIMENTO RAMOS**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Cultura.

PORTARIA Nº 3000, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Gabinete.

PORTARIA Nº 3001, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **ELISA GIOVANNA DOS SANTOS MARTINS**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal da Mulher

PORTARIA Nº 3002, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **SAMUEL MOREIRA DA SILVA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal da Saúde.

ITAPREV
Fls: 28
Proc: 20000174/26

PORTARIA Nº 3003, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PORTARIA Nº 3004, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Portos.

PORTARIA Nº 3005, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **VALTER DE ALMEIDA MATOS DA COSTA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Turismo.

PORTARIA Nº 3006, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **VALTER DE ALMEIDA MATOS DA COSTA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Esporte.

PORTARIA Nº 3007, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **ANDERSON DE OLIVEIRA** , para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Eventos.

PORTARIA Nº 3008, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **MICHELI SOBRAL DOS SANTOS**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Assistência.

PORTARIA Nº 3009, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, , no Cargo comissionado de **PRESIDENTE**, símbolo "PT", da **ITAPREV**.

PORTARIA Nº 3010, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **TIAGO DE ALMEIDA SILVA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.
(a) RUBEM VIEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

TORNA-SE SEM EFEITO o **ENCERRAMENTO DA CESSÃO** dos servidores abaixo, publicado no Jornal Oficial de Itaguaí, Edição nº 1.335- Extra, página 4, de 13 de junho de2025.

- 3º Sgt PM Rafael Neves dos Anjos, RG nº 94.962;
- Cabo PM Gerson Ferreira da Silva Filho, RG nº 97142; e
- Cabo PM Joab Pedro Dantas da Silva, RG nº 96838, por decisão do Orgão Cessionário.

ITAPREVI
Fls.: 29
Proc.: 200000174/26

Prefeitura de Itaguaí | Secretaria Municipal de Governo

PORTARIA Nº 3021, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, do Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

ITAPREVI
Fls. 30
Proc. 200000174/26

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor produzindo seu efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique e cumpra-se.
(a)Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3019, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA CLEIA CORTES LAVÔR HARA,** do Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3020, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **RANNIERY MAELY NEGREIROS DO NASCIMENTO ISSOBE,** do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3021, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3022, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO,** do Cargo comissionado de **DIRETOR ATUÁRIO,** símbolo "DA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3023, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CAMILA DA SILVA BARBOSA DE SIQUEIRA,** do Cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3024, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES,** do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3025, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3026, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3027, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY,** do Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3028, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** símbolo "AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3029, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3030, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **LETICIA CRISTINA GAMA DA SILVA,** no Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3031, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** no Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3032, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JÚLIA GABRIEL KUTIANSKI,** no Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3033, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** no Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3034, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** no Cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3035, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no Cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** símbolo "DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3036, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** no Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3.037, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **KAREN ADRIANE NAVARRO DA FONSECA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.038, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SAMMYTA ZILLMANN ROCHA COSTA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.039, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FILIPI ANDRE DE PAULA DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3.040, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SUELLEN CARDOSO DE FRAGA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3041, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **VICTOR GABRIEL MATIAS BARBOSA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3042, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ALBERTO LUIZ VIEIRA COSTA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL ASSUNTOS EXTERNOS,** símbolo "AEAE", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PORTARIA Nº 3043, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS FERREIRA ALEIXO,** do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Prefeitura de Itaguaí | Secretaria Municipal de Governo

PORTARIA Nº 3035, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, no Cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL**, símbolo "DC", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

ITAPREVI
32
20000134126

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor produzindo seu efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique e cumpra-se.
(a)Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3019, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA CLEIA CORTES LAVÔR HARA,** do Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3020, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **RANNIERY MAELY NEGREIROS DO NASCIMENTO ISSOBE,** do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3021, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3022, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO,** do Cargo comissionado de **DIRETOR ATUÁRIO,** símbolo "DA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3023, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CAMILA DA SILVA BARBOSA DE SIQUEIRA,** do Cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3024, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES,** do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3025, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3026, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3027, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY,** do Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3028, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** símbolo "AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3029, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3030, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **LETICIA CRISTINA GAMA DA SILVA,** no Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3031, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** no Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3032, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JÚLIA GABRIEL KUTIANSKI,** no Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3033, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** no Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3034, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** no Cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3035, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no Cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** símbolo "DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3036, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** no Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3.037, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **KAREN ADRIANE NAVARRO DA FONSECA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.038, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SAMMYTA ZILLMANN ROCHA COSTA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.039, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FILIPI ANDRE DE PAULA DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3.040, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SUELLEN CARDOSO DE FRAGA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3041, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **VICTOR GABRIEL MATIAS BARBOSA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3042, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ALBERTO LUIZ VIEIRA COSTA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL ASSUNTOS EXTERNOS,** símbolo "AEAE", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PORTARIA Nº 3043, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS FERREIRA ALEIXO,** do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

ITAPREVI
Fls.: 33
Proc.: 200000174/26

PORTARIA Nº 3027, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY**, do Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, símbolo "CG", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

ITAPREVI
34
2000012424/26

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor produzindo seu efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique e cumpra-se.
(a)Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3019, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA CLEIA CORTES LAVÔR HARA**, do Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3020, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **RANNIERY MAELY NEGREIROS DO NASCIMENTO ISSOBE**, do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3021, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, do Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3022, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO**, do Cargo comissionado de **DIRETOR ATUÁRIO,** símbolo "DA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3023, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CAMILA DA SILVA BARBOSA DE SIQUEIRA**, do Cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3024, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES**, do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3025, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI**, do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3026, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA**, do Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3027, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY**, do Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3028, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI**, do Cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** símbolo "AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3029, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO**, no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3030, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **LETICIA CRISTINA GAMA DA SILVA**, no Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3031, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO**, no Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL**, símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3032, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JÚLIA GABRIEL KUTIANSKI**, no Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO**, símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3033, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA**, no Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3034, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO**, no Cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3035, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, no Cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL**, símbolo "DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3036, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES**, no Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO**, símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3.037, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **KAREN ADRIANE NAVARRO DA FONSECA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.038, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SAMMYTA ZILLMANN ROCHA COSTA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.039, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FILIPI ANDRE DE PAULA DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO**, Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3.040, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SUELLEN CARDOSO DE FRAGA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO**, Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3041, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **VICTOR GABRIEL MATIAS BARBOSA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3042, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ALBERTO LUIZ VIEIRA COSTA**, do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL ASSUNTOS EXTERNOS**, símbolo "AEAE", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PORTARIA Nº 3043, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS FERREIRA ALEIXO**, do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

ITAPREVI
Fls.: 35
Proc.: 2000001744/26

PORTARIA Nº 3029, DE 23 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO**, no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, símbolo "CG", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

ITAPREVI
Fls. 36
2000001794/26

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor produzindo seu efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique e cumpra-se.
(a)Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3019, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA CLEIA CORTES LAVÔR HARA,** do Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3020, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **RANNIERY MAELY NEGREIROS DO NASCIMENTO ISSOBE,** do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3021, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3022, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GABRIEL PIMENTEL SÁTYRO,** do Cargo comissionado de **DIRETOR ATUÁRIO,** símbolo "DA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3023, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CAMILA DA SILVA BARBOSA DE SIQUEIRA,** do Cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3024, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES,** do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3025, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** do Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3026, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3027, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **WILLIAN DE ARAÚJO BUY,** do Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3028, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** símbolo "AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3029, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3030, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **LETICIA CRISTINA GAMA DA SILVA,** no Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA,** símbolo "CGP", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3031, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** no Cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3032, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANA JÚLIA GABRIEL KUTIANSKI,** no Cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3033, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** no Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3034, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** no Cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3035, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no Cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** símbolo "DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3036, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** no Cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 3.037, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **KAREN ADRIANE NAVARRO DA FONSECA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.038, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SAMMYTA ZILLMANN ROCHA COSTA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "**AJ**", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 3.039, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **FILIPI ANDRE DE PAULA DA SILVA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3.040, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **SUELLEN CARDOSO DE FRAGA,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3041, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **VICTOR GABRIEL MATIAS BARBOSA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO,** símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 3042, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **ALBERTO LUIZ VIEIRA COSTA,** do Cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL ASSUNTOS EXTERNOS,** símbolo "AEAE", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PORTARIA Nº 3043, DE 23 DE JUNHO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 18 de junho do corrente ano, **CARLOS FERREIRA ALEIXO,** do Cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

ITAPREVI
Fls.: 37
Proc.: 200000174/126

DECRETO Nº 4.968, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ – O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí;

Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração;

DECRETA:

Art.1º Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

DECRETO LEGISLATIVO

Considerando a vacância do cargo de Prefeito do Município de Itaguaí, por decisão exarada pelo Ministro Dias Toffoli no âmbito da Petição 13.350, que tornou vacante o cargo de Prefeito do Município de Itaguaí;

Considerando que o Art. 95 da Lei Orgânica do Município prevê que em caso de vacância do cargo assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara;

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO,** por seu representante legal, nos termos do Art. 70 da Lei Orgânica c/c Art. 27 do Regimento Interno, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/2025

DESIGNA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL A ASSUMIR O CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica designado o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Haroldo Rodrigues Jesus Neto, para assumir interinamente a chefia do Poder Executivo em razão da vacância do cargo de Prefeito do Município de Itaguaí, conforme decisão exarada pelo Ministro Dias Toffoli no âmbito da Petição 13.350.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaguaí, 27 de novembro de 2025.

(a) Fabiano José Nunes
Vice-Presidente

(a) Guilherme S. C. F. K. M. Ribeiro
2° Vice-Presidente

(a) Patrícia Fernanda Kuchenbecker
3º Vice-Presidente

(a) Rachel Secundo da Silva
Primeira Secretária

(a) Alexandro Valença de Paul
Segundo Secretário

Considerando a vacância do cargo de Prefeito do Município de Itaguaí, por decisão exarada pelo Ministro Dias Toffoli no âmbito da Petição 13.350, que tornou vacante o cargo de Prefeito do Município de Itaguaí;

Considerando que o Art. 95 da Lei Orgânica do Município prevê que em caso de vacância do cargo assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara;

Considerando a designação do Presidente da Câmara de Vereadores para assumir o cargo de Prefeito do Município de Itaguaí;

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO,** por seu representante legal, nos termos do Art. 70 da Lei Orgânica c/c Art. 27 do Regimento Interno, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2025

INVESTE O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES NA FUNÇÃO DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador Fabiano José Nunes, investido na plenitude das funções de Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí, face a assunção do Presidente Haroldo Rodrigues Jesus Neto interinamente ao cargo de Prefeito do Município de Itaguaí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaguaí, 27 de novembro de 2025.

(a) Guilherme S. C. F. K. M. Ribeiro
2° Vice-Presidente

(a) Patrícia Fernanda Kuchenbecker
3º Vice-Presidente

(a) Rachel Secundo da Silva
Primeira Secretária

(a) Alexandro Valença de Paula
Segundo Secretário

ITAPREVI
Fls.: 38
Proc.: 20000174/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.968, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ – O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ,** no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí: Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração.

DECRETA:

Art.1º - Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpre-se.

(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIA

PORTARIA Nº 5.070, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

NOMEAR, nesta data, **MILTON VALVIESSE GAMA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Governo.

(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

ITAPREVI
Fls.: 39
Proc.: 20000174/26

PORTARIA Nº 5.106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls. 40
2025000174126

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIAS

PORTARIA Nº 5.090, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **MILTON VALVIESSE GAMA,** para responder interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Educação.
(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito Em Exercício

PORTARIA Nº 5.091, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ ARÊDE DA SILVA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 5.092, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **LUIZ JOED CABRAL COELHO,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 5.093, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **LUCIANA DA SILVA MIRANDA PEREIRA CÂMARA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Gabinete.

PORTARIA Nº 5.094, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **AGENOR DE OLIVEIRA TEIXEIRA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

PORTARIA Nº 5.095, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **ADILSON PEREIRA CAMPOS JUNIOR,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana.

PORTARIA Nº 5.096, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **OINEGUELANDO RODRIGUES EUGENIO DA SILVA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

PORTARIA Nº 5.097, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **ESTEVÃO SILVA JARDIM BOTAS,** no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 5.098, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **LUZIA DE FREITAS CÂMARA,** no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", da Controladoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 5.099, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **RAFAEL DE FARIAS ROCHA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

PORTARIA Nº 5.100, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **MARCELLO BARRETO DE SANTANA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Esporte.

PORTARIA Nº 5.101, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **EMMANUELLE VIEIRA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Fazenda.

PORTARIA Nº 5.102, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **WILLIAN CEZAR DE CASTRO PADELA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Cultura.

PORTARIA Nº 5.103, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO KIFER MOREIRA RIBEIRO,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

PORTARIA Nº 5.104, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
DESIGNAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, o servidor **CARLOS EDUARDO KIFER MOREIRA RIBEIRO,** para responder interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** símbolo "SM", da Secretaria Municipal do Ambiente, Mudanças do Clima e Bem-Estar Animal.

PORTARIA Nº 5.105, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **JOCIMAR PEREIRA DO NASCIMENTO,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Planejamento.

PORTARIA Nº 5.106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES,** no cargo comissionado de **PRESIDENTE,** Símbolo "PT", do ITAPREVI.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PORTARIA Nº 5.107, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
DESIGNAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, o servidor **MILTON VALVIESSE GAMA,** para responder interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL,** símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Eventos.
(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito Em Exercício

ERRATA:
Na publicação da **PORTARIA Nº 5.070, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025,** no Jornal Oficial de Itaguaí, Edição nº 1.407 - Extra, página 4, de 27 de novembro de 2025;
Onde se lê: **PORTARIA Nº 5.070, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025,**
Leia-se: **PORTARIA Nº 5.089, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS

NOTIFICAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.639/2025.
CONTRATAÇÃO Nº 251/2025
ASSUNTO: Cancelamento de contratação.

À **Associação Nacional de Artes e Cultura**
CNPJ: 11.804.138/0001-60

Prezados Senhores,
A **Secretaria Municipal de Eventos,** no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na **Recomendação nº 005/2025-PJTCOITG, documento id. 05992637** do **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, constante do inquérito civil nº02.22.0011.0444894/2025-23,** bem como na **determinação do Prefeito Municipal** constante na C.I. Governo nº 2.873/2025, vem por meio desta **NOTIFICAR** essa empresa sobre o **CANCELAMENTO** da contratação oriunda do **Processo Administrativo nº 15.639/2025.**

Considerando a **orientação expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal,** por meio da **C.I. GOVERNO Nº 2.873/2025,** exarado pela **Secretaria Municipal de Governo** no dia 28 de novembro de 2025, no sentido de acatar integralmente a referida Recomendação Ministerial, determinando a esta Secretaria a adoção das providências necessárias para o **cancelamento da contratação** em curso;

ITAPREVI
Fls. 41
Proc.: 200000174/26

PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, do cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL**, Símbolo " DC", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
42

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.973, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ DO ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com os artigos 99, inciso VII e 123, inciso I, alínea i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009;

DECRETA:

Art.1º Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas do Município de Itaguaí no ano de 2026 em razão dos feriados e pontos facultativos, conforme abaixo estabelecido:

01/01/26- quinta-feira- Feriado- Confraternização Universal
02/01/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
16/02/26- segunda-feira- Ponto Facultativo
17/02/26- terça-feira- Feriado- Carnaval
18/02/26- quarta-feira- Ponto Facultativo
03/04/26- sexta-feira- Feriado- Paixão de Cristo
[illegible]/04/26- terça-feira- Feriado- Tiradentes
2[illegible]/04/26- quinta-feira- Feriado- São Jorge
24/04/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
01/05/26 sexta-feira- Feriado- Dia do Trabalho
04/06/26- quinta-feira- Feriado- Corpus Christi
05/06/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
05/07/26- domingo- Feriado- Emancipação político-administrativa do Município de Itaguaí
07/09/26- segunda-feira- Feriado- Independência do Brasil
12/10/26- segunda-feira- Feriado- Nossa Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil
30/10/26- sexta-feira- Ponto Facultativo- Dia do Servidor Público (transferido)
02/11/26- segunda-feira- Feriado- Finados
15/11/26- domingo- Feriado- Proclamação da República
20/11/26- sexta-feira- Feriado- Dia Nacional da Consciência Negra
03/12/26- quinta-feira- Feriado- São Francisco Xavier - Padroeiro do Município de Itaguaí
04/12/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
24/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de Natal
25/12/26- sexta-feira- Feriado- Natal
31/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de ano novo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIAS

PORTARIA Nº 5.166, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MAURÍCIO DE SOUZA HALLAIS,** do cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Turismo.

PORTARIA Nº 5.167, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **RICARDO FALEIRO FUKAMATI,** no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Turismo.

PORTARIA Nº 5.168, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ALESSANDRA ALVES MARTINS,** do cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** Símbolo "DAS-1", do Gabinete do Vice-Prefeito.

PORTARIA Nº 5.183, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.184, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** do cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.185, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **SANY MYNSSEN TANNURI,** do cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.186, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** do cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** Símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.187, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** do cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** Símbolo " DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.189, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **RAQUEL THEMOTEO TEIXEIRA,** do cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.190, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MAURO HENRIQUE RIBEIRO MENEZES,** do cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** Símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.191, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** do cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** Símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.192, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.193, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ELIANE LOPES,** do cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** Símbolo " AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.194, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAUJO BUY,** no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.196, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** no cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.197, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DFG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.198, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **EDUARDO FRANCO DA SILVA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

ITAPREVI
Fls. 43
Proc.: 20000174/26

PORTARIA Nº 5.197, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA**, no cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO**, Símbolo "DFG", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls: 44
Proc: 20000017426

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.973, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ DO ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com os artigos 99, inciso VII e 123, inciso I, alínea i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009;

DECRETA:

Art.1º Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas do Município de Itaguaí no ano de 2026 em razão dos feriados e pontos facultativos, conforme abaixo estabelecido:

01/01/26- quinta-feira- Feriado- Confraternização Universal
02/01/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
16/02/26- segunda-feira- Ponto Facultativo
17/02/26- terça-feira- Feriado- Carnaval
18/02/26- quarta-feira- Ponto Facultativo
03/04/26- sexta-feira- Feriado- Paixão de Cristo
[illegible]/04/26- terça-feira- Feriado- Tiradentes
[illegible].6- quinta-feira- Feriado- São Jorge
24/04/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
01/05/26 sexta-feira- Feriado- Dia do Trabalho
04/06/26- quinta-feira- Feriado- Corpus Christi
05/06/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
05/07/26- domingo- Feriado- Emancipação político-administrativa do Município de Itaguaí
07/09/26- segunda-feira- Feriado- Independência do Brasil
12/10/26- segunda-feira- Feriado- Nossa Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil
30/10/26- sexta-feira- Ponto Facultativo- Dia do Servidor Público (transferido)
02/11/26- segunda-feira- Feriado- Finados
15/11/26- domingo- Feriado- Proclamação da República
20/11/26- sexta-feira- Feriado- Dia Nacional da Consciência Negra
03/12/26- quinta-feira- Feriado- São Francisco Xavier - Padroeiro do Município de Itaguaí
04/12/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
24/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de Natal
25/12/26- sexta-feira- Feriado- Natal
31/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de ano novo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas [illegible]ões em contrário.

a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
refeito em Exercício

PORTARIAS

ORTARIA Nº 5.166, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
XONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente no, **MAURÍCIO DE SOUZA HALLAIS,** do cargo comissionado de **UBSECRETÁRIO DE TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de rismo.

)RTARIA Nº 5.167, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
)MEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **CARDO FALEIRO FUKAMATI,** no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Turismo.

RTARIA Nº 5.168, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
)NERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ESSANDRA ALVES MARTINS,** do cargo comissionado de **CHEFE DE BINETE,** Símbolo "DAS-1", do Gabinete do Vice-Prefeito.

RTARIA Nº 5.183, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
)NERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente , **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do cargo issionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.184, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** do cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.185, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **SANY MYNSSEN TANNURI,** do cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.186, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** do cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** Símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.187, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** do cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** Símbolo " DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.189, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **RAQUEL THEMOTEO TEIXEIRA,** do cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.190, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MAURO HENRIQUE RIBEIRO MENEZES,** do cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** Símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.191, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** do cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** Símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.192, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.193, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ELIANE LOPES,** do cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** Símbolo " AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.194, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAUJO BUY,** no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.196, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** no cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.197, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DFG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.198, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **EDUARDO FRANCO DA SILVA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

ITAPREVI
Fls.: 45
Proc.: 20000174/26

PORTARIA Nº 5.184, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO**, do cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
46
Proc. 2000001241/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.973, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ DO ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com os artigos 99, inciso VII e 123, inciso I, alínea i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009;

DECRETA:

Art.1º Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas do Município de Itaguaí no ano de 2026 em razão dos feriados e pontos facultativos, conforme abaixo estabelecido:

01/01/26- quinta-feira- Feriado- Confraternização Universal
02/01/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
16/02/26- segunda-feira- Ponto Facultativo
17/02/26- terça-feira- Feriado- Carnaval
18/02/26- quarta-feira- Ponto Facultativo
03/04/26- sexta-feira- Feriado- Paixão de Cristo
[illegible]/04/26- terça-feira- Feriado- Tiradentes
[illegible]26- quinta-feira- Feriado- São Jorge
24/04/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
01/05/26 sexta-feira- Feriado- Dia do Trabalho
04/06/26- quinta-feira- Feriado- Corpus Christi
05/06/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
05/07/26- domingo- Feriado- Emancipação político-administrativa do Município de Itaguaí
07/09/26- segunda-feira- Feriado- Independência do Brasil
12/10/26- segunda-feira- Feriado- Nossa Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil
30/10/26- sexta-feira- Ponto Facultativo- Dia do Servidor Público (transferido)
02/11/26- segunda-feira- Feriado- Finados
15/11/26- domingo- Feriado- Proclamação da República
20/11/26- sexta-feira- Feriado- Dia Nacional da Consciência Negra
03/12/26- quinta-feira- Feriado- São Francisco Xavier - Padroeiro do Município de Itaguaí
04/12/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
24/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de Natal
25/12/26- sexta-feira- Feriado- Natal
31/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de ano novo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas [illegible]ções em contrário.

a) Ha[illegible]o Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIAS

ORTARIA Nº 5.166, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
XONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente no, **MAURÍCIO DE SOUZA HALLAIS,** do cargo comissionado de **UBSECRETÁRIO DE TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de rismo.

ORTARIA Nº 5.167, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
OMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **CARDO FALEIRO FUKAMATI,** no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO : TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Turismo.

)RTARIA Nº 5.168, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
ONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ESSANDRA ALVES MARTINS,** do cargo comissionado de **CHEFE DE .BINETE,** Símbolo "DAS-1", do Gabinete do Vice-Prefeito.

RTARIA Nº 5.183, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
)NERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente), **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do cargo nissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.184, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** do cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.185, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **SANY MYNSSEN TANNURI,** do cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.186, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** do cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** Símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.187, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** do cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** Símbolo " DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.189, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **RAQUEL THEMOTEO TEIXEIRA,** do cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.190, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MAURO HENRIQUE RIBEIRO MENEZES,** do cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** Símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.191, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** do cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** Símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.192, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.193, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ELIANE LOPES,** do cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** Símbolo " AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.194, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAUJO BUY,** no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.196, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** no cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.197, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DFG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.198, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **EDUARDO FRANCO DA SILVA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

ITAPREVI
Fls.: 47
Proc.: 20000174/26

PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAUJO BUY**, no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, Símbolo "CG", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
49
200000124/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.973, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NOS ORGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ DO ANO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com os artigos 99, inciso VII e 123, inciso I, alínea i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, promulgada em 09 de julho de 2009;

DECRETA:

Art.1º Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas do Município de Itaguaí no ano de 2026 em razão dos feriados e pontos facultativos, conforme abaixo estabelecido:

01/01/26- quinta-feira- Feriado- Confraternização Universal
02/01/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
16/02/26- segunda-feira- Ponto Facultativo
17/02/26- terça-feira- Feriado- Carnaval
18/02/26- quarta-feira- Ponto Facultativo
03/04/26- sexta-feira- Feriado- Paixão de Cristo
2[illegible]- terça-feira- Feriado- Tiradentes
23/04, [illegible]- quinta-feira- Feriado- São Jorge
24/04/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
01/05/26 sexta-feira- Feriado- Dia do Trabalho
04/06/26- quinta-feira- Feriado- Corpus Christi
05/06/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
05/07/26- domingo- Feriado- Emancipação político-administrativa do Município de Itaguaí
07/09/26- segunda-feira- Feriado- Independência do Brasil
12/10/26- segunda-feira- Feriado- Nossa Sra. Aparecida - Padroeira do Brasil
30/10/26- sexta-feira- Ponto Facultativo- Dia do Servidor Público (transferido)
02/11/26- segunda-feira- Feriado- Finados
15/11/26- domingo- Feriado- Proclamação da República
20/11/26- sexta-feira- Feriado- Dia Nacional da Consciência Negra
03/12/26- quinta-feira- Feriado- São Francisco Xavier - Padroeiro do Município de Itaguaí
24/12/26- sexta-feira- Ponto Facultativo
24/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de Natal
25/12/26- sexta-feira- Feriado- Natal
31/12/26- quinta-feira- Ponto Facultativo- véspera de ano novo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
efeito em Exercício

PORTARIAS

PORTARIA Nº 5.166, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MAURÍCIO DE SOUZA HALLAIS,** do cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Turismo.

PORTARIA Nº 5.167, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **RICARDO FALEIRO FUKAMATI,** no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE TURISMO,** Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Turismo.

PORTARIA Nº 5.168, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **VANESSANDRA ALVES MARTINS,** do cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** Símbolo "DAS-1", do Gabinete do Vice-Prefeito.

PORTARIA Nº 5.183, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA,** do cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.184, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARIO GOMES DE AMORIM FILHO,** do cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.185, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **SANY MYNSSEN TANNURI,** do cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.186, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO,** do cargo comissionado de **SUBCONTROLADOR GERAL,** Símbolo "SCG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.187, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MARCELO JOSE MAGALHAES LOPES,** do cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DGF", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA,** do cargo comissionado de **DIRETOR CONTÁBIL,** Símbolo " DC", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.189, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **RAQUEL THEMOTEO TEIXEIRA,** do cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.190, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **MAURO HENRIQUE RIBEIRO MENEZES,** do cargo comissionado de **OUVIDOR GERAL,** Símbolo "OG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.191, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **JAYME ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** do cargo comissionado de **OUVIDOR SUBSTITUTO,** Símbolo "OS", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.192, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** do cargo comissionado de **ASSESSOR JURÍDICO,** Símbolo "AJ", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.193, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ELIANE LOPES,** do cargo comissionado de **ASSESSOR ADMINISTRATIVO,** Símbolo " AA", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.194, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANA JULIA GABRIEL KUTIANSKI,** no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL,** Símbolo "PG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **WILLIAN DE ARAUJO BUY,** no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL,** Símbolo "CG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.196, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **FELIPE FRANCO TAKAMINI,** no cargo comissionado de **SUBPROCURADOR GERAL,** Símbolo "SPG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.197, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA,** no cargo comissionado de **DIRETOR GERAL FINANCEIRO,** Símbolo "DFG", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 5.198, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de dezembro do corrente ano, **EDUARDO FRANCO DA SILVA,** no cargo comissionado de **DIRETOR DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO,** Símbolo " DPA", do ITAPREVI.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ:04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 49
Proc.: 2000001741/26

Dezembro/2025

Balancete de Verificação (Acumulado)

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**ATIVO**	**1.811.645.268,67 D**	**665.567.543,59**	**515.591.080,03**	**1.961.621.732,23 D**
1.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**ATIVO CIRCULANTE**	**467.733.113,55 D**	**560.193.734,66**	**510.466.726,71**	**517.460.121,50 D**
1.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**29.035,14 D**	**225.249.337,58**	**225.277.766,94**	**605,78 D**
1.1.1.1.0.00.00.00.00.000	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL**	**29.035,14 D**	**225.249.337,58**	**225.277.766,94**	**605,78 D**
1.1.1.1.1.06.00.00.00.000	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO**	**29.035,14 D**	**225.249.337,58**	**225.277.766,94**	**605,78 D**
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 ()	**CONTA ÚNICA RPPS**	**29.035,14 D**	**225.248.909,69**	**225.277.339,05**	**605,78 D**
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 (61560)	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	27.449,71 D	218.865.452,00	218.892.593,86	307,85 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 (61561)	CAIXA - 053-2	26.275,02 D	3.104.736,33	3.131.011,35	0,00 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000 (61562)	BANCO ITAÚ - 17804-5	222,49 D	207.564.078,93	207.564.301,42	0,00 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000 ()	BANCO DO BRASIL - 39231-6	952,20 D	8.196.636,74	8.197.281,09	307,85 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000 (52200)	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.585,43 D	6.383.457,69	6.384.745,19	297,93 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000 (55888)	CAIXA - 119-9 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00 D	46.579,62	46.579,62	0,00 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.585,43 D	6.336.878,07	6.338.165,57	297,93 D
1.1.1.1.1.52.00.00.00.000 (68382)	**APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**	**0,00 D**	**427,89**	**427,89**	**0,00 D**
1.1.2.0.0.00.00.00.00.000	BANCO DO BRASIL - CONTA SELIC	0,00 D	427,89	427,89	0,00 D
1.1.2.1.0.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A CURTO PRAZO**	**43.935.723,90 D**	**0,00**	**43.935.723,90**	**0,00 D**
1.1.2.1.1.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER**	**43.935.723,90 D**	**0,00**	**43.935.723,90**	**0,00 D**
1.1.2.1.1.05.00.00.00.000	**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO**	**15.295.176,36 D**	**0,00**	**15.295.176,36**	**0,00 D**
1.1.2.1.1.05.02.00.00.000 ()	**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER**	**15.295.176,36 D**	**0,00**	**15.295.176,36**	**0,00 D**
1.1.2.1.2.00.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	15.295.176,36 D	0,00	15.295.176,36	0,00 D
1.1.2.1.2.05.00.00.00.000	**CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS**	**28.640.547,54 D**	**0,00**	**28.640.547,54**	**0,00 D**
1.1.2.1.2.05.02.00.00.000 ()	**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER**	**25.229.810,51 D**	**0,00**	**25.229.810,51**	**0,00 D**
1.1.2.1.2.71.00.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	25.229.810,51 D	0,00	25.229.810,51	0,00 D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	3.410.737,03 D	0,00	3.410.737,03	0,00 D
1.1.3.2.0.00.00.00.00.000	**DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO**	**143.811.626,66 D**	**161.490.559,93**	**10.278.960,81**	**295.023.225,78 D**
1.1.3.2.1.00.00.00.00.000	**TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR**	**681,09 D**	**1.953.300,04**	**1.953.981,13**	**0,00 D**
1.1.3.2.1.11.00.00.00.000 (52250)	**TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO**	**681,09 D**	**1.953.300,04**	**1.953.981,13**	**0,00 D**
1.1.3.6.0.00.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	681,09 D	1.953.300,04	1.953.981,13	0,00 D
1.1.3.6.1.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO**	**143.810.945,57 D**	**159.537.259,89**	**8.324.979,68**	**295.023.225,78 D**
1.1.3.6.1.02.00.00.00.000	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**650.155,64 D**	**0,00**	**0,00**	**650.155,64 D**
1.1.3.6.1.02.01.00.00.000 ()	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS**	**650.155,64 D**	**0,00**	**0,00**	**650.155,64 D**
1.1.3.6.2.00.00.00.00.000	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.2.01.00.00.00.000	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS**	**143.160.789,93 D**	**159.537.259,89**	**8.324.979,68**	**294.373.070,14 D**
1.1.3.6.2.01.01.00.00.000 ()	**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -**	**79.290.483,23 D**	**94.523.014,35**	**2.930.011,47**	**170.883.486,11 D**
1.1.3.6.2.01.02.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	79.290.483,23 D	91.593.002,88	0,00	170.883.486,11 D
1.1.3.6.2.02.00.00.00.000	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00 D	2.930.011,47	2.930.011,47	0,00 D
1.1.3.6.2.02.01.00.00.000 ()	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS**	**6.518.360,86 D**	**0,00**	**0,00**	**6.518.360,86 D**
1.1.3.6.2.04.00.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.99.00.00.00.000	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	51.382.699,82 D	65.014.245,54	5.394.968,21	111.001.977,15 D
1.1.3.6.2.99.02.00.00.000 ()	**OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS**	**5.969.246,02 D**	**0,00**	**0,00**	**5.969.246,02 D**
1.1.3.6.2.99.02.01.00.000 (53376)	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.4.0.0.00.00.00.00.000	PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.4.4.0.00.00.00.00.000	**INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO**	**279.956.312,85 D**	**173.453.147,18**	**230.973.170,09**	**222.436.289,94 D**
1.1.4.4.1.00.00.00.00.000	**INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS**	**279.956.312,85 D**	**170.827.075,00**	**228.347.097,91**	**222.436.289,94 D**
1.1.4.4.1.01.00.00.00.000	**INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**279.956.312,85 D**	**170.827.075,00**	**228.347.097,91**	**222.436.289,94 D**
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000 ()	**APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**9.783.015,50 D**	**36.732.128,39**	**18.066.445,11**	**28.448.698,78 D**
1.1.4.4.1.01.05.01.00.000 (61572)	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	9.783.015,50 D	36.732.128,39	18.066.445,11	28.448.698,78 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.000 (61573)	ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	8.678.098,98 D	36.577.177,63	18.066.445,11	27.188.831,50 D
1.1.4.4.1.02.00.00.00.000	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	1.104.916,52 D	154.950,76	0,00	1.259.867,28 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 ()	**APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**7.026.067,38 D**	**3.829.975,72**	**1.437.288,99**	**9.418.754,11 D**
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61569)	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	7.026.067,38 D	3.829.975,72	1.437.288,99	9.418.754,11 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61571)	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	735.850,84 D	382.592,32	101.039,22	1.017.403,94 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61576)	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	364.238,66 D	51.945,10	0,00	416.183,76 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61579)	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.400.323,06 D	714.036,12	296.529,32	1.817.829,86 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61580)	FIC AÇÕES VALOR RPPS	1.492.940,01 D	687.024,76	189.718,43	1.990.246,34 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000 (61583)	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	3.032.714,81 D	1.565.519,67	421.144,27	4.177.090,21 D
	ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC 58838-3	0,00 D	428.857,75	428.857,75	0,00 D

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000	**APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**96.899.899,28 D**	**88.987.756,89**	**85.335.381,47**	**100.552.274,70 D**
1.1.4.4.1.06.00.00.05.000 (60831)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	1.030.515,24 D	53.600,54	951.887,84	132.227,94 D
1.1.4.4.1.06.00.00.06.000 (60832)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	147.674,96 D	16.885,24	0,00	164.560,20 D
1.1.4.4.1.06.00.00.09.000 (60835)	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	221.614,47 D	29.765,58	1.426,42	249.953,63 D
1.1.4.4.1.06.00.00.14.000 (60837)	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	9.481.180,53 D	1.343.651,88	0,00	10.824.832,41 D
1.1.4.4.1.06.00.00.15.000 (60838)	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	4.429.283,77 D	1.439.025,78	3.353.297,65	2.515.011,90 D
1.1.4.4.1.06.00.00.16.000 (60839)	BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	1.210.378,65 D	138.677,86	0,00	1.349.056,51 D
1.1.4.4.1.06.00.00.19.000 (68422)	C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	10.596.496,89 D	1.805.216,53	3.452.768,24	8.948.945,18 D
1.1.4.4.1.06.00.00.20.000 (68418)	C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	18.762.391,57 D	2.590.986,19	1.683.420,17	19.669.957,59 D
1.1.4.4.1.06.00.00.21.000 (68432)	C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	30.746.810,09 D	4.446.882,82	0,00	35.193.692,91 D
1.1.4.4.1.06.00.00.22.000 (68433)	C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	20.273.553,11 D	77.123.064,47	75.892.581,15	21.504.036,43 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000	**APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS**	**166.247.330,69 D**	**41.277.214,00**	**123.507.982,34**	**84.016.562,35 D**
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61585)	BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	128.073,35 D	18.155,81	103.147,82	43.081,34 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61587)	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	733.317,98 D	9.313.249,48	10.043.515,29	3.052,17 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61588)	BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	17.014.164,68 D	5.541.917,25	62.402,86	22.493.679,07 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61589)	BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	6.581.196,53 D	929.355,90	0,00	7.510.552,43 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61590)	BB PREV MM ALOCAÇÃO - CNPJBB PREV MM ALOCAÇÃO	786.504,62 D	0,00	786.504,62	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61593)	BB PREVID RF PERFIL	34.283.781,04 D	8.585.195,48	2.849.897,30	40.019.079,22 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61594)	BB PREVID RF IMAB 5+	357.961,60 D	56.862,21	6.720,16	408.103,65 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61971)	BB PREVID XXI	0,00 D	94.495,62	94.495,62	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61972)	FI BRASIL 2024 IVTP RF CNPJ: 20319595/0001-78	0,00 D	339.208,28	339.208,28	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61973)	FI BRASIL 2023 TP RF CNPJ: 44.683.378/0001-02	0,00 D	244.756,60	244.756,60	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (61974)	BB PREV TP IPCA	12.543.106,97 D	1.759.014,24	0,00	14.302.121,21 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (67521)	FI BRASIL 2024 X TP RF CNPJ 50.635.944/0001-03	0,00 D	14.117,08	14.117,08	0,00 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (68380)	C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	30.690.183,76 D	3.937.212,12	35.390.502,62	763.106,74 C
1.1.4.4.1.30.01.00.00.000 (68399)	C/C 000109523 - 6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	63.129.040,16 D	10.443.673,93	73.572.714,09	0,00 D
1.1.4.9.0.00.00.00.00.000	**(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS**	**0,00 D**	**2.626.072,18**	**2.626.072,18**	**0,00 D**
1.1.4.9.1.00.00.00.00.000	**(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**2.626.072,18**	**2.626.072,18**	**0,00 D**
1.1.4.9.1.07.00.00.00.000 ()	(-) REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00 D	2.626.072,18	2.626.072,18	0,00 D
1.1.5.0.0.00.00.00.00.000	**ESTOQUES**	**415,00 D**	**689,97**	**1.104,97**	**0,00 D**
1.1.5.6.0.00.00.00.00.000	**ALMOXARIFADO**	**415,00 D**	**689,97**	**1.104,97**	**0,00 D**
1.1.5.6.1.00.00.00.00.000	**ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO**	**415,00 D**	**689,97**	**1.104,97**	**0,00 D**
1.1.5.6.1.01.00.00.00.000 ()	MATERIAL DE CONSUMO	415,00 D	689,97	1.104,97	0,00 D
1.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**ATIVO NÃO CIRCULANTE**	**1.343.912.155,12 D**	**105.373.808,93**	**5.124.353,32**	**1.444.161.610,73 D**
1.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**1.343.743.569,90 D**	**105.359.504,73**	**5.110.049,12**	**1.443.993.025,51 D**
1.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO**	**1.343.743.569,90 D**	**3.215.111,78**	**0,00**	**1.346.958.681,68 D**
1.2.1.1.1.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**13.386.906,95 D**	**0,00**	**0,00**	**13.386.906,95 D**
1.2.1.1.1.06.00.00.00.000	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS**	**13.386.906,95 D**	**0,00**	**0,00**	**13.386.906,95 D**
1.2.1.1.1.06.03.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS**	**1.330.356.662,95 D**	**3.215.111,78**	**0,00**	**1.333.571.774,73 D**
1.2.1.1.2.06.00.00.00.000	**CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS**	**136.278.214,18 D**	**3.215.111,78**	**0,00**	**139.493.325,96 D**
1.2.1.1.2.06.04.00.00.000 ()	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	83.578.780,30 D	0,00	0,00	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99.00.00.000 ()	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	52.699.433,88 D	3.215.111,78	0,00	55.914.545,66 D
1.2.1.1.2.06.99.01.00.000 ()	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	0,00	0,00	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02.00.000 (67630)	Acordo Nº 4145/2023 - Proc. 200.000.163/2023	26.618.593,59 D	3.215.111,78	0,00	29.833.705,37 D
1.2.1.1.2.08.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS**	**1.194.078.448,77 D**	**0,00**	**0,00**	**1.194.078.448,77 D**
1.2.1.1.2.08.01.00.00.000 ()	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	0,00	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.1.3.0.00.00.00.00.000	**INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO**	**0,00 D**	**102.144.392,95**	**5.110.049,12**	**97.034.343,83 D**
1.2.1.3.1.00.00.00.00.000	**INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**102.144.392,95**	**5.110.049,12**	**97.034.343,83 D**
1.2.1.3.1.08.00.00.00.000	**APLICAÇÕES DO RPPS EM TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL MARCADOS NA CURVA**	**0,00 D**	**33.447.620,64**	**1.405.669,19**	**32.041.951,45 D**
1.2.1.3.1.08.01.00.00.000 ()	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO	0,00 D	33.447.620,64	1.405.669,19	32.041.951,45 D
1.2.1.3.1.98.00.00.00.000 ()	OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00 D	68.696.772,31	3.704.379,93	64.992.392,38 D
1.2.3.0.0.00.00.00.00.000	**IMOBILIZADO**	**168.585,22 D**	**14.304,20**	**14.304,20**	**168.585,22 D**
1.2.3.1.0.00.00.00.00.000	**BENS MOVEIS**	**221.256,86 D**	**0,00**	**14.304,20**	**206.952,66 D**
1.2.3.1.1.00.00.00.00.000	**BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO**	**221.256,86 D**	**0,00**	**14.304,20**	**206.952,66 D**
1.2.3.1.1.01.00.00.00.000	**MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**	**48.520,71 D**	**0,00**	**0,00**	**48.520,71 D**
1.2.3.1.1.01.02.00.00.000 ()	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	0,00	0,00	1.499,00 D

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.2.3.1.1.01.06.00.00.000 ()	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	0,00	0,00	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	0,00	0,00	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.000	**BENS DE INFORMÁTICA**	**31.784,45 D**	**0,00**	**1.265,84**	**30.518,61 D**
1.2.3.1.1.02.01.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	31.239,45 D	0,00	1.265,84	29.973,61 D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	0,00	0,00	545,00 D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.000	**MÓVEIS E UTENSÍLIOS**	**38.442,96 D**	**0,00**	**13.038,36**	**25.404,60 D**
1.2.3.1.1.03.02.00.00.000 ()	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	0,00	0,00	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.000 ()	MOBILIÁRIO EM GERAL	36.891,41 D	0,00	13.038,36	23.853,05 D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.000	**MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO**	**160,00 D**	**0,00**	**0,00**	**160,00 D**
1.2.3.1.1.04.05.00.00.000 ()	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.99.00.00.00.000	**DEMAIS BENS MÓVEIS**	**102.348,74 D**	**0,00**	**0,00**	**102.348,74 D**
1.2.3.1.1.99.99.00.00.000 ()	BENS MOVEIS	260,10 D	0,00	0,00	260,10 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.000 ()	OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64 D	0,00	0,00	102.088,64 D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.000	**(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS**	**52.671,64 C**	**14.304,20**	**0,00**	**38.367,44 C**
1.2.3.8.1.00.00.00.00.000	**(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO**	**52.671,64 C**	**14.304,20**	**0,00**	**38.367,44 C**
1.2.3.8.1.01.00.00.00.000	**(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS**	**52.671,64 C**	**14.304,20**	**0,00**	**38.367,44 C**
1.2.3.8.1.01.02.00.00.000 ()	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	24.539,24 C	1.265,84	0,00	23.273,40 C
1.2.3.8.1.01.03.00.00.000 ()	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	0,00	0,00	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99.00.00.000 ()	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	321,13 C	13.038,36	0,00	12.717,23 D
2.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**1.811.645.268,67 C**	**662.724.639,39**	**812.701.102,95**	**1.961.621.732,23 C**
2.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**PASSIVO CIRCULANTE**	**7.131.718,13 C**	**143.576.724,58**	**138.933.813,45**	**2.488.807,00 C**
2.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO**	**613.123,50 D**	**110.439.741,99**	**111.073.258,40**	**20.392,91 C**
2.1.1.1.0.00.00.00.00.000	**PESSOAL A PAGAR**	**635.204,83 D**	**109.885.671,41**	**110.519.187,82**	**1.688,42 D**
2.1.1.1.1.00.00.00.00.000	**PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO**	**635.204,83 D**	**109.885.671,41**	**110.519.187,82**	**1.688,42 D**
2.1.1.1.1.01.00.00.00.000	**PESSOAL A PAGAR**	**635.204,83 D**	**109.885.671,41**	**110.519.187,82**	**1.688,42 D**
2.1.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	636.414,83 D	109.884.461,41	110.519.187,82	1.688,42 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.210,00 C	1.210,00	0,00	0,00 C
2.1.1.4.0.00.00.00.00.000	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**	**22.081,33 C**	**554.070,58**	**554.070,58**	**22.081,33 C**
2.1.1.4.2.00.00.00.00.000	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS**	**6.270,78 C**	**109.880,48**	**109.880,48**	**6.270,78 C**
2.1.1.4.2.01.00.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	109.880,48	109.880,48	6.270,78 C
2.1.1.4.3.00.00.00.00.000	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO**	**15.810,55 C**	**444.190,10**	**444.190,10**	**15.810,55 C**
2.1.1.4.3.01.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR**	**15.810,55 C**	**444.190,10**	**444.190,10**	**15.810,55 C**
2.1.1.4.3.01.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	15.810,55 C	444.190,10	444.190,10	15.810,55 C
2.1.3.0.0.00.00.00.00.000	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**	**751.847,84 C**	**7.752.975,23**	**7.001.127,39**	**0,00 C**
2.1.3.1.0.00.00.00.00.000	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO**	**751.847,84 C**	**7.752.975,23**	**7.001.127,39**	**0,00 C**
2.1.3.1.1.00.00.00.00.000	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**751.847,84 C**	**7.752.975,23**	**7.001.127,39**	**0,00 C**
2.1.3.1.1.01.00.00.00.000	**FORNECEDORES NACIONAIS**	**7.327,32 D**	**335.106,06**	**342.433,38**	**0,00 C**
2.1.3.1.1.01.99.00.00.000 ()	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	7.327,32 D	335.106,06	342.433,38	0,00 C
2.1.3.1.1.03.00.00.00.000	**CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS**	**759.175,16 C**	**7.417.869,17**	**6.658.694,01**	**0,00 C**
2.1.3.1.1.03.99.00.00.000	**DEMAIS CONTAS A PAGAR**	**759.175,16 C**	**7.417.869,17**	**6.658.694,01**	**0,00 C**
2.1.3.1.1.03.99.02.00.000 ()	DEMAIS CONTAS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	759.175,16 C	7.417.869,17	6.658.694,01	0,00 C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.000	**ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**6.992.993,79 C**	**25.384.007,36**	**20.859.427,66**	**2.468.414,09 C**
2.1.8.8.0.00.00.00.00.000	**VALORES RESTITUÍVEIS**	**6.980.000,95 C**	**25.092.644,90**	**20.581.058,04**	**2.468.414,09 C**
2.1.8.8.1.00.00.00.00.000	**VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO**	**6.979.148,06 C**	**25.079.583,42**	**20.568.849,45**	**2.468.414,09 C**
2.1.8.8.1.01.00.00.00.000	**CONSIGNAÇÕES**	**6.972.480,14 C**	**25.054.084,01**	**20.550.017,96**	**2.468.414,09 C**
2.1.8.8.1.01.01.00.00.000 (62081)	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.809.150,91 C	1.830.750,56	687.809,08	666.209,43 C
2.1.8.8.1.01.02.00.00.000 (52318)	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	11.897,20 C	182.881,12	170.983,92	0,00 C
2.1.8.8.1.01.10.00.00.000 (41019)	PENSAO ALIMENTICIA	115.824,70 C	220.671,30	248.949,72	144.103,12 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (43537)	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	328.253,03 C	375.785,72	47.532,69	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48674)	AACBF	1.832,15 C	1.832,15	0,00	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48679)	UNIK	242,10 C	242,10	0,00	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (48745)	IRRF PJ	2.344,72 C	813,85	929,00	2.459,87 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61958)	PENSOES ALIMENTICIAS	16.131,63 C	71.796,56	55.664,93	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61959)	IRRF PF	1.595.523,65 C	10.944.451,77	10.166.293,79	817.365,67 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61960)	CEF-EMPRÉSTIMO	565.711,55 C	3.255.214,47	2.953.132,76	263.629,84 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61961)	SEPE-NÚCLEO	4.607,74 C	25.366,48	46.421,23	25.662,49 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61962)	SINSERV	7.802,10 C	27.073,85	45.513,54	26.241,79 C

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61965)	APLUB	29,60 C	74,00	133,20	88,80 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61966)	BB - EMPRÉSTIMO	109.184,52 C	741.928,84	696.393,21	63.648,89 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61967)	PREVISUL	38,90 C	97,25	175,05	116,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61978)	UNASP - BENEFÍCIOS	64,12 D	0,00	64,12	0,00 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61979)	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	1.716.436,60 C	6.583.007,56	5.325.458,45	458.887,49 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000 (61981)	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	687.533,16 C	722.303,00	34.769,84	0,00 C
2.1.8.8.1.03.00.00.00.000	**DEPOSITOS JUDICIAIS**	**6.667,92 C**	**25.499,41**	**18.831,49**	**0,00 C**
2.1.8.8.1.03.01.00.00.000 (61983)	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	6.667,92 C	25.499,41	18.831,49	0,00 C
2.1.8.8.3.00.00.00.00.000	**VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO**	**852,89 C**	**13.061,48**	**12.208,59**	**0,00 C**
2.1.8.8.3.01.00.00.00.000	**CONSIGNAÇÕES**	**852,89 C**	**13.061,48**	**12.208,59**	**0,00 C**
2.1.8.8.3.01.02.00.00.000 (61986)	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	852,89 C	13.061,48	12.208,59	0,00 C
2.1.8.9.0.00.00.00.00.000	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO**	**12.992,84 C**	**291.362,46**	**278.369,62**	**0,00 C**
2.1.8.9.1.00.00.00.00.000	**OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**12.992,84 C**	**291.362,46**	**278.369,62**	**0,00 C**
2.1.8.9.1.01.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	**12.992,84 C**	**248.888,63**	**235.895,79**	**0,00 C**
2.1.8.9.1.01.01.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	12.992,84 C	248.888,63	235.895,79	0,00 C
2.1.8.9.1.02.00.00.00.000 ()	DIARIAS A PAGAR	0,00 C	42.473,83	42.473,83	0,00 C
2.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**PASSIVO NAO-CIRCULANTE**	**1.773.167.724,83 C**	**0,00**	**0,00**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.0.0.00.00.00.00.000	**PROVISÕES A LONGO PRAZO**	**1.773.167.724,83 C**	**0,00**	**0,00**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.2.0.00.00.00.00.000	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO**	**1.773.167.724,83 C**	**0,00**	**0,00**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.2.1.00.00.00.00.000	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.773.167.724,83 C**	**0,00**	**0,00**	**1.773.167.724,83 C**
2.2.7.2.1.03.00.00.00.000	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**911.686.610,08 C**	**0,00**	**0,00**	**911.686.610,08 C**
2.2.7.2.1.03.01.00.00.000 ()	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	989.117.843,67 C	0,00	0,00	989.117.843,67 C
2.2.7.2.1.03.03.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	27.495.373,01 D	0,00	0,00	27.495.373,01 D
2.2.7.2.1.03.04.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	479.968,40 D	0,00	0,00	479.968,40 D
2.2.7.2.1.03.05.00.00.000 ()	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18 D	0,00	0,00	49.455.892,18 D
2.2.7.2.1.04.00.00.00.000	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**861.481.114,75 C**	**0,00**	**0,00**	**861.481.114,75 C**
2.2.7.2.1.04.01.00.00.000 ()	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	1.486.620.556,43 C	0,00	0,00	1.486.620.556,43 C
2.2.7.2.1.04.02.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23 D	0,00	0,00	347.878.998,23 D
2.2.7.2.1.04.03.00.00.000 ()	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	202.929.415,63 D	0,00	0,00	202.929.415,63 D
2.2.7.2.1.04.04.00.00.000 ()	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82 D	0,00	0,00	74.331.027,82 D
2.3.0.0.0.00.00.00.00.000	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**31.345.825,71 C**	**519.147.914,81**	**673.767.289,50**	**185.965.200,40 C**
2.3.7.0.0.00.00.00.00.000	**RESULTADOS ACUMULADOS**	**31.345.825,71 C**	**519.147.914,81**	**673.767.289,50**	**185.965.200,40 C**
2.3.7.1.0.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS**	**31.345.825,71 C**	**519.147.914,81**	**673.767.289,50**	**185.965.200,40 C**
2.3.7.1.1.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO**	**1.775.271.354,98 D**	**392.213.749,93**	**391.668.652,57**	**1.775.816.452,34 D**
2.3.7.1.1.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	91.622.167,04 D	226.754.851,52	317.831.921,20	545.097,36 D
2.3.7.1.1.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.683.649.187,94 D	165.458.898,41	73.836.731,37	1.775.271.354,98 D
2.3.7.1.2.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS**	**1.714.017.401,87 C**	**62.874.136,16**	**217.524.491,94**	**1.868.667.757,65 C**
2.3.7.1.2.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	52.892.489,58 C	57.933.353,77	159.691.219,97	154.650.355,78 C
2.3.7.1.2.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.661.124.912,29 C	4.940.782,39	57.833.271,97	1.714.017.401,87 C
2.3.7.1.3.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO**	**8.562.810,07 C**	**24.558,96**	**727.439,92**	**9.265.691,03 C**
2.3.7.1.3.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	0,00 C	24.558,96	727.439,92	702.880,96 C
2.3.7.1.3.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	0,00	0,00	8.562.810,07 C
2.3.7.1.4.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO**	**84.158.209,67 C**	**63.755.340,23**	**63.756.040,77**	**84.158.910,21 C**
2.3.7.1.4.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	63.755.003,32 C	63.755.340,23	1.037,45	700,54 C
2.3.7.1.4.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.403.206,35 C	0,00	63.755.003,32	84.158.209,67 C
2.3.7.1.5.00.00.00.00.000	**SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO**	**121.240,92 D**	**280.129,53**	**90.664,30**	**310.706,15 D**
2.3.7.1.5.01.00.00.00.000 ()	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	25.981,78 D	229.122,85	65.639,40	189.465,23 D
2.3.7.1.5.02.00.00.00.000 ()	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	95.259,14 D	51.006,68	25.024,90	121.240,92 D
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA**	**0,00 D**	**160.385.701,41**	**160.385.701,41**	**0,00 D**
3.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**PESSOAL E ENCARGOS**	**0,00 D**	**69.738.170,86**	**69.738.170,86**	**0,00 D**
3.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL**	**0,00 D**	**69.163.332,52**	**69.163.332,52**	**0,00 D**
3.1.1.1.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS**	**0,00 D**	**46.648.335,83**	**46.648.335,83**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**46.648.335,83**	**46.648.335,83**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.01.00.00.00.000	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**0,00 D**	**1.613.663,14**	**1.613.663,14**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00 D	1.613.663,14	1.613.663,14	0,00 D
3.1.1.1.1.02.00.00.00.000	**OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS**	**0,00 D**	**45.034.672,69**	**45.034.672,69**	**0,00 D**
3.1.1.1.1.02.99.00.00.000 ()	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	0,00 D	45.034.672,69	45.034.672,69	0,00 D

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.1.1.2.0.00.00.00.00.000	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	0,00 D	22.514.996,69	22.514.996,69	0,00 D
3.1.1.2.1.00.00.00.00.000	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	22.514.996,69	22.514.996,69	0,00 D
3.1.1.2.1.01.00.00.00.000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	0,00 D	22.514.932,57	22.514.932,57	0,00 D
3.1.1.2.1.01.99.00.00.000 ()	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	0,00 D	22.514.932,57	22.514.932,57	0,00 D
3.1.1.2.1.02.00.00.00.000	OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS	0,00 D	64,12	64,12	0,00 D
3.1.1.2.1.02.99.00.00.000 ()	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00 D	64,12	64,12	0,00 D
3.1.2.0.0.00.00.00.00.000	ENCARGOS PATRONAIS	0,00 D	554.070,58	554.070,58	0,00 D
3.1.2.1.0.00.00.00.00.000	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	0,00 D	109.880,48	109.880,48	0,00 D
3.1.2.1.2.00.00.00.00.000	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	0,00 D	109.880,48	109.880,48	0,00 D
3.1.2.1.2.01.00.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	0,00 D	109.880,48	109.880,48	0,00 D
3.1.2.2.0.00.00.00.00.000	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	444.190,10	444.190,10	0,00 D
3.1.2.2.1.00.00.00.00.000	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	444.190,10	444.190,10	0,00 D
3.1.2.2.1.99.00.00.00.000 ()	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	444.190,10	444.190,10	0,00 D
3.1.3.0.0.00.00.00.00.000	BENEFÍCIOS A PESSOAL	0,00 D	20.767,76	20.767,76	0,00 D
3.1.3.1.0.00.00.00.00.000	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	0,00 D	20.767,76	20.767,76	0,00 D
3.1.3.1.1.01.00.00.00.000 ()	AUXÍLIO TRANSPORTE	0,00 D	11.504,32	11.504,32	0,00 D
3.1.3.1.1.02.00.00.00.000 ()	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	0,00 D	9.263,44	9.263,44	0,00 D
3.2.0.0.0.00.00.00.00.000	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00 D	40.723.248,59	40.723.248,59	0,00 D
3.2.1.0.0.00.00.00.00.000	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00 D	35.464.312,11	35.464.312,11	0,00 D
3.2.1.1.0.00.00.00.00.000	APOSENTADORIAS - RPPS	0,00 D	35.464.312,11	35.464.312,11	0,00 D
3.2.1.1.1.00.00.00.00.000	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	35.464.312,11	35.464.312,11	0,00 D
3.2.1.1.1.01.00.00.00.000	PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	0,00 D	35.464.312,11	35.464.312,11	0,00 D
3.2.1.1.1.01.01.00.00.000 ()	APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	0,00 D	35.464.312,11	35.464.312,11	0,00 D
3.2.2.0.0.00.00.00.00.000	PENSÕES	0,00 D	5.258.936,48	5.258.936,48	0,00 D
3.2.2.1.0.00.00.00.00.000	PENSÕES - RPPS	0,00 D	5.258.936,48	5.258.936,48	0,00 D
3.2.2.1.1.00.00.00.00.000	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	5.258.936,48	5.258.936,48	0,00 D
3.2.2.1.1.01.00.00.00.000 ()	PROVENTOS DE PENSÕES	0,00 D	5.258.936,48	5.258.936,48	0,00 D
3.3.0.0.0.00.00.00.00.000	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00 D	341.394,45	341.394,45	0,00 D
3.3.1.0.0.00.00.00.00.000	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00 D	1.104,97	1.104,97	0,00 D
3.3.1.1.0.00.00.00.00.000	CONSUMO DE MATERIAL	0,00 D	1.104,97	1.104,97	0,00 D
3.3.1.1.1.00.00.00.00.000	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.104,97	1.104,97	0,00 D
3.3.1.1.1.16.00.00.00.000 ()	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00 D	1.104,97	1.104,97	0,00 D
3.3.2.0.0.00.00.00.00.000	SERVIÇOS	0,00 D	340.289,48	340.289,48	0,00 D
3.3.2.1.0.00.00.00.00.000	DIÁRIAS	0,00 D	42.862,11	42.862,11	0,00 D
3.3.2.1.1.00.00.00.00.000	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	42.862,11	42.862,11	0,00 D
3.3.2.1.1.01.00.00.00.000 ()	DIARIAS PESSOAL CIVIL	0,00 D	42.862,11	42.862,11	0,00 D
3.3.2.2.0.00.00.00.00.000	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00 D	199.986,28	199.986,28	0,00 D
3.3.2.2.1.00.00.00.00.000	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	199.986,28	199.986,28	0,00 D
3.3.2.2.1.12.00.00.00.000 ()	CONDOMINIOS	0,00 D	961,92	961,92	0,00 D
3.3.2.2.1.21.00.00.00.000 ()	LOCAÇÕES	0,00 D	183.183,96	183.183,96	0,00 D
3.3.2.2.1.22.00.00.00.000 ()	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	0,00 D	3.133,60	3.133,60	0,00 D
3.3.2.2.1.31.00.00.00.000 ()	JETONS E GRATIFICAÇÕES A CONSELHEIROS	0,00 D	6.166,80	6.166,80	0,00 D
3.3.2.2.1.99.00.00.00.000 ()	OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	0,00 D	6.540,00	6.540,00	0,00 D
3.3.2.3.0.00.00.00.00.000	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	97.441,09	97.441,09	0,00 D
3.3.2.3.1.00.00.00.00.000	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	97.441,09	97.441,09	0,00 D
3.3.2.3.1.01.00.00.00.000 ()	CONSULTORIA E ASSESSORIA	0,00 D	1.198,00	1.198,00	0,00 D
3.3.2.3.1.08.00.00.00.000 ()	SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, TELEFONIA E INTERNET, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	0,00 D	2.138,26	2.138,26	0,00 D
3.3.2.3.1.11.00.00.00.000 ()	SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00 D	19.733,21	19.733,21	0,00 D
3.3.2.3.1.14.00.00.00.000 ()	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	0,00 D	10.919,20	10.919,20	0,00 D
3.3.2.3.1.17.00.00.00.000 ()	COMISSOES E CORRETAGENS	0,00 D	981,00	981,00	0,00 D
3.3.2.3.1.51.00.00.00.000 ()	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	0,00 D	22.000,60	22.000,60	0,00 D
3.3.2.3.1.56.00.00.00.000 ()	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00 D	8.000,00	8.000,00	0,00 D
3.3.2.3.1.98.00.00.00.000 ()	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00 D	14.640,82	14.640,82	0,00 D
3.3.2.3.1.99.00.00.00.000 ()	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	17.830,00	17.830,00	0,00 D
3.4.0.0.0.00.00.00.00.000	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00 D	20,70	20,70	0,00 D
3.4.2.0.0.00.00.00.00.000	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00 D	20,70	20,70	0,00 D
3.4.2.4.0.00.00.00.00.000	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00 D	20,70	20,70	0,00 D

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.4.2.4.1.00.00.00.00.000	**JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 D**	**20,70**	**20,70**	**0,00 D**
3.4.2.4.1.01.00.00.00.000 ()	JUROS	0,00 D	20,70	20,70	0,00 D
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS**	**0,00 D**	**260.791,66**	**260.791,66**	**0,00 D**
3.5.7.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA**	**0,00 D**	**260.791,66**	**260.791,66**	**0,00 D**
3.5.7.1.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES**	**0,00 D**	**260.791,66**	**260.791,66**	**0,00 D**
3.5.7.1.3.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO**	**0,00 D**	**24.558,96**	**24.558,96**	**0,00 D**
3.5.7.1.3.04.00.00.00.000 ()	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	0,00 D	9.078,90	9.078,90	0,00 D
3.5.7.1.3.05.00.00.00.000 ()	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	0,00 D	1.198,00	1.198,00	0,00 D
3.5.7.1.3.06.00.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 D	14.282,06	14.282,06	0,00 D
3.5.7.1.4.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - ESTADO**	**0,00 D**	**336,91**	**336,91**	**0,00 D**
3.5.7.1.4.06.00.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 D	336,91	336,91	0,00 D
3.5.7.1.5.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO**	**0,00 D**	**235.895,79**	**235.895,79**	**0,00 D**
3.5.7.1.5.06.00.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 D	235.895,79	235.895,79	0,00 D
3.6.0.0.0.00.00.00.00.000	**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**0,00 D**	**5.240.888,15**	**5.240.888,15**	**0,00 D**
3.6.1.0.0.00.00.00.00.000	**REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS**	**0,00 D**	**5.240.888,15**	**5.240.888,15**	**0,00 D**
3.6.1.7.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMP**	**0,00 D**	**5.240.888,15**	**5.240.888,15**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEM**	**0,00 D**	**5.240.888,15**	**5.240.888,15**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.01.00.00.00.000 ()	AJUSTE PARA PERDAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	0,00 D	22.362,85	22.362,85	0,00 D
3.6.1.7.1.07.00.00.00.000	**AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS**	**0,00 D**	**5.218.525,30**	**5.218.525,30**	**0,00 D**
3.6.1.7.1.07.01.00.00.000 ()	AJUSTE PARA PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	0,00 D	5.218.525,30	5.218.525,30	0,00 D
3.9.0.0.0.00.00.00.00.000	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**0,00 D**	**44.081.187,00**	**44.081.187,00**	**0,00 D**
3.9.9.0.0.00.00.00.00.000	**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**0,00 D**	**44.081.187,00**	**44.081.187,00**	**0,00 D**
3.9.9.6.0.00.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS**	**0,00 D**	**944,62**	**944,62**	**0,00 D**
3.9.9.6.1.01.00.00.00.000 ()	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00 D	944,62	944,62	0,00 D
3.9.9.9.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS**	**0,00 D**	**44.080.242,38**	**44.080.242,38**	**0,00 D**
3.9.9.9.1.99.00.00.00.000 (52388)	DEMAIS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00 D	44.080.242,38	44.080.242,38	0,00 D
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**	**0,00 C**	**321.781.014,78**	**321.781.014,78**	**0,00 C**
4.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES**	**0,00 C**	**205.507.592,02**	**205.507.592,02**	**0,00 C**
4.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**	**0,00 C**	**205.507.592,02**	**205.507.592,02**	**0,00 C**
4.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES**	**0,00 C**	**205.507.592,02**	**205.507.592,02**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**113.595.619,92**	**113.595.619,92**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	**0,00 C**	**113.595.619,92**	**113.595.619,92**	**0,00 C**
4.2.1.1.1.02.02.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	0,00 C	112.060.140,83	112.060.140,83	0,00 C
4.2.1.1.1.02.03.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	0,00 C	1.429.294,83	1.429.294,83	0,00 C
4.2.1.1.2.00.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS**	0,00 C	106.184,26	106.184,26	0,00 C
4.2.1.1.2.01.00.00.00.000	**CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS**	**0,00 C**	**91.911.972,10**	**91.911.972,10**	**0,00 C**
4.2.1.1.2.01.01.00.00.000 ()	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	**0,00 C**	**91.911.972,10**	**91.911.972,10**	**0,00 C**
4.4.0.0.0.00.00.00.00.000	**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS**	0,00 C	91.911.972,10	91.911.972,10	0,00 C
4.4.5.0.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS**	**0,00 C**	**43.359.171,93**	**43.359.171,93**	**0,00 C**
4.4.5.1.0.00.00.00.00.000	**REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS**	**0,00 C**	**43.359.171,93**	**43.359.171,93**	**0,00 C**
4.4.5.1.1.01.00.00.00.000 (47458)	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	**0,00 C**	**43.359.171,93**	**43.359.171,93**	**0,00 C**
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**	0,00 C	43.359.171,93	43.359.171,93	0,00 C
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS**	**0,00 C**	**65.014.245,54**	**65.014.245,54**	**0,00 C**
4.5.1.3.0.00.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS**	**0,00 C**	**65.014.245,54**	**65.014.245,54**	**0,00 C**
4.5.1.3.2.00.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS**	**0,00 C**	**65.014.245,54**	**65.014.245,54**	**0,00 C**
4.5.1.3.2.02.00.00.00.000	**TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**65.014.245,54**	**65.014.245,54**	**0,00 C**
4.5.1.3.2.02.02.00.00.000 ()	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - APORTES MENSAIS PREESTABELECID	**0,00 C**	**65.014.245,54**	**65.014.245,54**	**0,00 C**
4.9.0.0.0.00.00.00.00.000	**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	0,00 C	65.014.245,54	65.014.245,54	0,00 C
4.9.9.0.0.00.00.00.00.000	**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**	**0,00 C**	**7.900.005,29**	**7.900.005,29**	**0,00 C**
4.9.9.1.0.00.00.00.00.000	**COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS**	**0,00 C**	**7.900.005,29**	**7.900.005,29**	**0,00 C**
4.9.9.1.2.00.00.00.00.000 ()	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTRA OFSS	**0,00 C**	**2.701.167,59**	**2.701.167,59**	**0,00 C**
4.9.9.1.3.00.00.00.00.000 ()	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00 C	1.958.057,50	1.958.057,50	0,00 C
4.9.9.1.4.00.00.00.00.000 ()	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - ESTADO	0,00 C	727.439,92	727.439,92	0,00 C
4.9.9.1.5.00.00.00.00.000 ()	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00 C	1.037,45	1.037,45	0,00 C
4.9.9.6.0.00.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS**	0,00 C	14.632,72	14.632,72	0,00 C
4.9.9.6.1.00.00.00.00.000	**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00 C**	**1.983.725,92**	**1.983.725,92**	**0,00 C**
		0,00 C	**1.983.725,92**	**1.983.725,92**	**0,00 C**

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
4.9.9.6.1.02.00.00.00.000 ()	RESTITUIÇÕES	0,00 C	1.983.725,92	1.983.725,92	0,00 C
4.9.9.8.0.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**3.215.111,78**	**3.215.111,78**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.00.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS**	**0,00 C**	**3.215.111,78**	**3.215.111,78**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.01.00.00.00.000	**CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO**	**0,00 C**	**3.215.111,78**	**3.215.111,78**	**0,00 C**
4.9.9.8.2.01.01.00.00.000 ()	VPA DO VALOR ATUAL DOS APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00 C	3.215.111,78	3.215.111,78	0,00 C
		Total do Grupo:	**1.810.458.899,17**	**1.810.458.899,17**	

Conta Contábil	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
5.0.0.0.0.00.00.00.00.000 CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	**7.678.757,24 D**	**587.795.164,80**	**593.702.437,73**	**1.771.484,31 D**
5.2.0.0.0.00.00.00.00.000 ORÇAMENTO APROVADO	**0,00 D**	**577.249.459,97**	**577.249.459,97**	**0,00 D**
5.2.1.0.0.00.00.00.00.000 PREVISÃO DA RECEITA	**0,00 D**	**154.058.866,18**	**154.058.866,18**	**0,00 D**
5.2.1.1.0.00.00.00.00.000 PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	**0,00 D**	**154.058.866,18**	**154.058.866,18**	**0,00 D**
5.2.1.1.1.00.00.00.00.000 () PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00 D	154.058.866,18	154.058.866,18	0,00 D
5.2.2.0.0.00.00.00.00.000 FIXAÇÃO DA DESPESA	**0,00 D**	**423.190.593,79**	**423.190.593,79**	**0,00 D**
5.2.2.1.0.00.00.00.00.000 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**0,00 D**	**289.481.969,36**	**289.481.969,36**	**0,00 D**
5.2.2.1.1.00.00.00.00.000 DOTAÇÃO INICIAL	**0,00 D**	**175.578.866,18**	**175.578.866,18**	**0,00 D**
5.2.2.1.1.01.00.00.00.000 () CREDITO INICIAL	0,00 D	175.578.866,18	175.578.866,18	0,00 D
5.2.2.1.2.00.00.00.00.000 DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	**0,00 D**	**120.000,00**	**120.000,00**	**0,00 D**
5.2.2.1.2.01.00.00.00.000 () CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00 D	120.000,00	120.000,00	0,00 D
5.2.2.1.3.00.00.00.00.000 DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	**0,00 D**	**75.855.402,12**	**75.855.402,12**	**0,00 D**
5.2.2.1.3.03.00.00.00.000 () ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	0,00 D	37.927.701,06	37.927.701,06	0,00 D
5.2.2.1.3.99.00.00.00.000 () VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00 D	37.927.701,06	37.927.701,06	0,00 D
5.2.2.1.9.00.00.00.00.000 CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	**0,00 D**	**37.927.701,06**	**37.927.701,06**	**0,00 D**
5.2.2.1.9.04.00.00.00.000 () (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00 D	37.927.701,06	37.927.701,06	0,00 D
5.2.2.2.0.00.00.00.00.000 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	**0,00 D**	**21.400.000,00**	**21.400.000,00**	**0,00 D**
5.2.2.2.2.00.00.00.00.000 DESCENTRALIZAÇÃO EXTERNA DE CRÉDITOS - DESTAQUE	**0,00 D**	**21.400.000,00**	**21.400.000,00**	**0,00 D**
5.2.2.2.2.02.00.00.00.000 ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**0,00 D**	**21.400.000,00**	**21.400.000,00**	**0,00 D**
5.2.2.2.2.02.01.00.00.000 () CREDITOS RECEBIDOS	0,00 D	21.400.000,00	21.400.000,00	0,00 D
5.2.2.9.0.00.00.00.00.000 OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	**0,00 D**	**112.308.624,43**	**112.308.624,43**	**0,00 D**
5.2.2.9.2.00.00.00.00.000 EMPENHOS POR EMISSÃO	**0,00 D**	**112.308.624,43**	**112.308.624,43**	**0,00 D**
5.2.2.9.2.01.00.00.00.000 EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	**0,00 D**	**112.308.624,43**	**112.308.624,43**	**0,00 D**
5.2.2.9.2.01.01.00.00.000 () EMISSAO DE EMPENHOS	0,00 D	112.308.624,43	112.308.624,43	0,00 D
5.3.0.0.0.00.00.00.00.000 INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**7.678.757,24 D**	**10.545.704,83**	**16.452.977,76**	**1.771.484,31 D**
5.3.1.0.0.00.00.00.00.000 INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	**7.512.063,24 D**	**9.281.696,56**	**15.024.126,48**	**1.769.633,32 D**
5.3.1.1.0.00.00.00.00.000 () RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00 D	7.512.063,24	7.512.063,24	0,00 D
5.3.1.7.0.00.00.00.00.000 () RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.512.063,24 D	1.769.633,32	7.512.063,24	1.769.633,32 D
5.3.2.0.0.00.00.00.00.000 INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	**166.694,00 D**	**1.264.008,27**	**1.428.851,28**	**1.850,99 D**
5.3.2.1.0.00.00.00.00.000 () RP PROCESSADOS - INSCRITOS	1.095.463,28 D	166.694,00	1.095.463,28	166.694,00 D
5.3.2.2.0.00.00.00.00.000 () RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.095.463,28 C	1.095.463,28	166.694,00	166.694,00 C
5.3.2.7.0.00.00.00.00.000 () RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	166.694,00 D	1.850,99	166.694,00	1.850,99 D
6.0.0.0.0.00.00.00.00.000 CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	**7.678.757,24 C**	**1.260.435.802,92**	**1.254.528.529,99**	**1.771.484,31 C**
6.2.0.0.0.00.00.00.00.000 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	**0,00 C**	**1.237.398.333,20**	**1.237.398.333,20**	**0,00 C**
6.2.1.0.0.00.00.00.00.000 EXECUÇÃO DA RECEITA	**0,00 C**	**304.299.401,15**	**304.299.401,15**	**0,00 C**
6.2.1.1.0.00.00.00.00.000 () RECEITA A REALIZAR	0,00 C	154.058.866,18	154.058.866,18	0,00 C
6.2.1.2.0.00.00.00.00.000 () RECEITA REALIZADA	0,00 C	150.240.534,97	150.240.534,97	0,00 C
6.2.2.0.0.00.00.00.00.000 EXECUÇÃO DA DESPESA	**0,00 C**	**933.098.932,05**	**933.098.932,05**	**0,00 C**
6.2.2.1.0.00.00.00.00.000 DISPONIBILIDADES DE CREDITO	**0,00 C**	**598.997.363,09**	**598.997.363,09**	**0,00 C**
6.2.2.1.1.00.00.00.00.000 () CREDITO DISPONÍVEL	0,00 C	219.403.696,80	219.403.696,80	0,00 C
6.2.2.1.2.00.00.00.00.000 CREDITO INDISPONÍVEL	**0,00 C**	**43.720.613,02**	**43.720.613,02**	**0,00 C**
6.2.2.1.2.01.00.00.00.000 () BLOQUEIO DE CREDITO	0,00 C	43.720.613,02	43.720.613,02	0,00 C
6.2.2.1.3.00.00.00.00.000 CREDITO UTILIZADO	**0,00 C**	**335.873.053,27**	**335.873.053,27**	**0,00 C**
6.2.2.1.3.01.00.00.00.000 () CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00 C	112.771.248,68	112.771.248,68	0,00 C
6.2.2.1.3.03.00.00.00.000 () CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00 C	110.897.397,76	110.897.397,76	0,00 C
6.2.2.1.3.04.00.00.00.000 () CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00 C	110.432.922,52	110.432.922,52	0,00 C
6.2.2.1.3.05.00.00.00.000 () EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00 C	1.769.633,32	1.769.633,32	0,00 C
6.2.2.1.3.07.00.00.00.000 () EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00 C	1.850,99	1.850,99	0,00 C
6.2.2.9.0.00.00.00.00.000 OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	**0,00 C**	**334.101.568,96**	**334.101.568,96**	**0,00 C**
6.2.2.9.2.00.00.00.00.000 EMISSAO DE EMPENHO	**0,00 C**	**334.101.568,96**	**334.101.568,96**	**0,00 C**
6.2.2.9.2.01.00.00.00.000 EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	**0,00 C**	**334.101.568,96**	**334.101.568,96**	**0,00 C**
6.2.2.9.2.01.01.00.00.000 () EMPENHOS A LIQUIDAR	0,00 C	112.771.248,68	112.771.248,68	0,00 C
6.2.2.9.2.01.03.00.00.000 () EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00 C	110.897.397,76	110.897.397,76	0,00 C
6.2.2.9.2.01.04.00.00.000 () EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	0,00 C	110.432.922,52	110.432.922,52	0,00 C
6.3.0.0.0.00.00.00.00.000 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	**7.678.757,24 C**	**23.037.469,72**	**17.130.196,79**	**1.771.484,31 C**
6.3.1.0.0.00.00.00.00.000 EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	**7.512.063,24 C**	**22.537.387,72**	**16.794.957,80**	**1.769.633,32 C**
6.3.1.1.0.00.00.00.00.000 () RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00 C	7.512.063,24	7.512.063,24	0,00 C

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
6.3.1.3.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00 C	1.198,00	1.198,00	0,00 C
6.3.1.4.0.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00 C	1.198,00	1.198,00	0,00 C
6.3.1.7.0.00.00.00.00.000	**RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO**	**7.512.063,24 C**	**7.512.063,24**	**1.769.633,32**	**1.769.633,32 C**
6.3.1.7.1.00.00.00.00.000 ()	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.512.063,24 C	7.512.063,24	1.769.633,32	1.769.633,32 C
6.3.1.9.0.00.00.00.00.000	**RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS**	**0,00 C**	**7.510.865,24**	**7.510.865,24**	**0,00 C**
6.3.1.9.9.00.00.00.00.000 ()	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00 C	7.510.865,24	7.510.865,24	0,00 C
6.3.2.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS**	**166.694,00 C**	**500.082,00**	**335.238,99**	**1.850,99 C**
6.3.2.1.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS A PAGAR	0,00 C	166.694,00	166.694,00	0,00 C
6.3.2.7.0.00.00.00.00.000 ()	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	166.694,00 C	166.694,00	1.850,99	1.850,99 C
6.3.2.9.0.00.00.00.00.000	**RP PROCESSADOS CANCELADOS**	**0,00 C**	**166.694,00**	**166.694,00**	**0,00 C**
6.3.2.9.9.00.00.00.00.000 ()	OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00 C	166.694,00	166.694,00	0,00 C
		Total do Grupo:	**1.848.230.967,72**	**1.848.230.967,72**	

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ:04.764.158/0001-99

Dezembro/2025

Balancete de Verificação (Acumulado)

Conta Contábil		Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
7.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**CONTROLES DEVEDORES**	329.565.930,30 D	283.181.153,47	420.995.783,47	191.751.300,30 D
7.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**ATOS POTENCIAIS**	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.0.00.00.00.00.000	**DIREITOS CONTRATUAIS**	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1.00.00.00.00.000	**DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 D	0,00	0,00	17.311.820,30 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 D	0,00	0,00	21.007.644,65 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000 ()	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 D	0,00	0,00	18.911.671,16 D
7.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	272.334.794,19 D	283.181.153,47	420.995.783,47	134.520.164,19 D
7.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	272.334.794,19 D	283.181.153,47	420.995.783,47	134.520.164,19 D
7.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	272.334.794,19 D	283.181.153,47	420.995.783,47	134.520.164,19 D
7.2.1.1.1.00.00.00.00.000 ()	RECURSOS ORDINÁRIOS	165.010.459,06 D	1.545.712,19	420.995.783,47	254.439.612,22 C
7.2.1.1.2.00.00.00.00.000 ()	RECURSOS VINCULADOS	117.818.634,82 D	281.635.441,28	0,00	399.454.076,10 D
7.2.1.1.3.00.00.00.00.000 ()	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	10.494.299,69 C	0,00	0,00	10.494.299,69 C
8.0.0.0.0.00.00.00.00.000	**CONTROLES CREDORES**	329.565.930,30 C	914.421.912,41	776.607.282,41	191.751.300,30 C
8.1.0.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS**	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS**	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS**	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO**	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.00.00.00.000	**OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS**	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 C	0,00	0,00	21.007.644,65 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 C	0,00	0,00	17.311.820,30 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS - EM EXECUÇÃO	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000 ()	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 C	0,00	0,00	18.911.671,16 C
8.2.0.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**	272.334.794,19 C	914.421.912,41	776.607.282,41	134.520.164,19 C
8.2.1.0.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO**	272.334.794,19 C	914.421.912,41	776.607.282,41	134.520.164,19 C
8.2.1.1.0.00.00.00.00.000	**EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**	272.334.794,19 C	914.421.912,41	776.607.282,41	134.520.164,19 C
8.2.1.1.1.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS**	257.663.043,16 C	666.245.026,40	290.962.930,31	117.619.052,93 D
8.2.1.1.1.01.00.00.00.000 ()	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	257.663.043,16 C	666.245.026,40	290.962.930,31	117.619.052,93 D
8.2.1.1.2.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO**	7.512.063,24 C	118.680.372,60	112.937.942,68	1.769.633,32 C
8.2.1.1.2.01.00.00.00.000 ()	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	7.512.063,24 C	118.680.372,60	112.937.942,68	1.769.633,32 C
8.2.1.1.3.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIA**	7.159.687,79 C	129.496.513,41	131.477.515,43	9.140.689,81 C
8.2.1.1.3.01.00.00.00.000 ()	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	166.694,00 C	111.063.438,77	110.898.595,76	1.850,99 C
8.2.1.1.3.02.00.00.00.000 ()	COMPROMETIDA POR RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	6.992.993,79 C	18.433.074,64	20.578.919,67	9.138.838,82 C
8.2.1.1.4.00.00.00.00.000	**DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA**	0,00 C	0,00	241.228.893,99	241.228.893,99 C
8.2.1.1.4.01.00.00.00.000 ()	UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00 C	0,00	88.309.488,66	88.309.488,66 C
8.2.1.1.4.02.00.00.00.000 ()	UTILIZADA COM RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	0,00 C	0,00	19.978.786,83	19.978.786,83 C
8.2.1.1.4.99.00.00.00.000 ()	DEMAIS UTILIZAÇÕES	0,00 C	0,00	132.940.618,50	132.940.618,50 C
		Total do Grupo:	**1.197.603.065,88**	**1.197.603.065,88**	

Conta Contábil	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
Total Geral:		4.856.292.932,77	4.856.292.932,77	

ITAPREVI
Fls: 59
Proc.: 20000174/26

ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
ENTIDADE(S): ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1	ATIVO	1.961.621.732,23 D	39.372.033,04	30.541.703,55	1.970.452.061,72 D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	517.460.121,50 D	39.113.124,92	30.540.358,54	526.032.887,88 D
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1.1.06	CONTA ÚNICA RPPS	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1.1.06.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	307,85 D	22.173.837,49	21.273.934,21	900.211,13 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000001	CAIXA - 053-2	0,00 D	292.972,43	292.972,43	0,00 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000002	BANCO ITAÚ - 17804-5	0,00 D	21.566.857,76	20.666.846,65	900.011,11 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000003	BANCO DO BRASIL - 39231-6	307,85 D	314.007,30	314.115,13	200,02 D
1.1.1.1.1.06.04	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	297,93 D	351.600,00	351.875,27	22,66 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000002	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	297,93 D	351.600,00	351.875,27	22,66 D
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	295.023.225,78 D	0,00	0,00	295.023.225,78 D
1.1.3.6	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	295.023.225,78 D	0,00	0,00	295.023.225,78 D
1.1.3.6.1	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - RPPS	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.2	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	294.373.070,14 D	0,00	0,00	294.373.070,14 D
1.1.3.6.2.01	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER - RPPS	170.883.486,11 D	0,00	0,00	170.883.486,11 D
1.1.3.6.2.01.01	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	170.883.486,11 D	0,00	0,00	170.883.486,11 D
1.1.3.6.2.02	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - RPPS	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04	CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - APORTES MENSAIS EM VALORES	111.001.977,15 D	0,00	0,00	111.001.977,15 D
1.1.3.6.2.04.01	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	111.001.977,15 D	0,00	0,00	111.001.977,15 D
1.1.3.6.2.99	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.01	(53376) PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	222.436.289,94 D	16.587.687,43	8.914.549,06	230.109.428,31 D
1.1.4.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	222.436.289,94 D	16.587.687,43	8.914.549,06	230.109.428,31 D
1.1.4.4.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS -	222.436.289,94 D	16.587.687,43	8.914.549,06	230.109.428,31 D
1.1.4.4.1.01	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	28.448.698,78 D	332.138,34	0,00	28.780.837,12 D
1.1.4.4.1.01.05	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	28.448.698,78 D	332.138,34	0,00	28.780.837,12 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000001	(61572) ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	27.188.831,50 D	317.732,00	0,00	27.506.563,50 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000002	(61573) BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	1.259.867,28 D	14.406,34	0,00	1.274.273,62 D
1.1.4.4.1.02	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM	9.418.754,11 D	948.197,26	0,00	10.366.951,37 D
1.1.4.4.1.02.01	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	9.418.754,11 D	948.197,26	0,00	10.366.951,37 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000001	(61576) ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.817.829,86 D	204.158,31	0,00	2.021.988,17 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000004	(61579) FIC AÇÕES VALOR RPPS	1.990.246,34 D	230.997,52	0,00	2.221.243,86 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000005	(61580) ITAÚ AÇÕES MOMENTO [illegible].CFI	77.090,21 D	407.142,49	0,00	4.584.232,70 D

ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000009	(61569) ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	1.017.403,94 D	99.863,60	0,00	1.117.267,54 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000010	(61571) CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	416.183,76 D	6.035,34	0,00	422.219,10 D
1.1.4.4.1.06	APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	100.552.274,70 D	13.421.546,03	8.716.572,43	105.257.248,30 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000005	(60831) ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	132.227,94 D	2.012,58	0,00	134.240,52 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000006	(60832) ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	164.560,20 D	1.954,29	0,00	166.514,49 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000009	(60835) ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	249.953,63 D	3.804,41	0,00	253.758,04 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000010	(60837) CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	10.824.832,41 D	213.597,53	0,00	11.038.429,94 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000015	(60838) ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	2.515.011,90 D	29.266,24	351.600,00	2.192.678,14 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000016	(60839) BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	1.349.056,51 D	15.797,37	0,00	1.364.853,88 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000019	(68422) C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356	8.948.945,18 D	106.539,67	292.972,43	8.762.512,42 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000020	(68418) C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	19.669.957,59 D	227.349,56	0,00	19.897.307,15 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000021	(68432) C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	35.193.692,91 D	414.264,22	0,00	35.607.957,13 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000022	(68433) C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	21.504.036,43 D	12.406.960,16	8.072.000,00	25.838.996,59 D
1.1.4.4.1.30	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	84.016.562,35 D	1.885.805,80	197.976,63	85.704.391,52 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000002	(61585) BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	43.081,34 D	0,00	7.281,29	35.800,05 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000004	(61587) ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	3.052,17 D	35,67	0,00	3.087,84 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000005	(61588) BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	22.493.679,07 D	388.413,41	0,00	22.882.092,48 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000006	(61589) BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	7.510.552,43 D	88.723,80	0,00	7.599.276,23 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000010	(61593) BB PREVID RF PERFIL	40.019.079,22 D	478.650,79	190.695,34	40.307.034,67 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000011	(61594) BB PREVID RF IMAB 5+	408.103,65 D	3.333,35	0,00	411.437,00 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000015	(61974) BB PREV TP IPCA	14.302.121,21 D	163.542,04	0,00	14.465.663,25 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000021	(68380) C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	763.106,74 C	763.106,74	0,00	0,00 D
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.444.161.610,73 D	258.908,12	1.345,01	1.444.419.173,84 D
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.443.993.025,51 D	258.908,12	0,00	1.444.251.933,63 D
1.2.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.346.958.681,68 D	0,00	0,00	1.346.958.681,68 D
1.2.1.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A LONGO PRAZO	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.03	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	1.333.571.774,73 D	0,00	0,00	1.333.571.774,73 D
1.2.1.1.2.06	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A LONGO PRAZO	139.493.325,96 D	0,00	0,00	139.493.325,96 D
1.2.1.1.2.06.04	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM	83.578.780,30 D	0,00	0,00	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	55.914.545,66 D	0,00	0,00	55.914.545,66 D
1.2.1.1.2.06.99.01	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	0,00	0,00	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02	(67630) ACORDO Nº 4145/2023 - PROC. 200.000.163/2023	29.833.705,37 D	0,00	0,00	29.833.705,37 D
1.2.1.1.2.08	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM	1.194.078.448,77 D	0,00	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	0,00	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.1.3	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	97.034.343,83 D	258.908,12	0,00	97.293.251,95 D
1.2.1.3.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	97.034.343,83 D	258.908,12	0,00	97.293.251,95 D
1.2.1.3.1.09	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - LONGO PRAZO- FUNDO EM	32.041.951,45 D	258.908,12	0,00	32.300.859,57 D

ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
ENTIDADE(S): ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1.2.1.3.1.09.01	TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL	32.041.951,45 D	258.908,12	0,00	32.300.859,57 D
1.2.1.3.1.09.01.01	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO	32.041.951,45 D	258.908,12	0,00	32.300.859,57 D
1.2.1.3.1.98	OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	64.992.392,38 D	0,00	0,00	64.992.392,38 D
1.2.3	IMOBILIZADO	168.585,22 D	0,00	1.345,01	167.240,21 D
1.2.3.1	BENS MOVEIS	206.952,66 D	0,00	0,00	206.952,66 D
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	206.952,66 D	0,00	0,00	206.952,66 D
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.520,71 D	0,00	0,00	48.520,71 D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	0,00	0,00	1.499,00 D
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	0,00	0,00	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	0,00	0,00	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	30.518,61 D	0,00	0,00	30.518,61 D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	29.973,61 D	0,00	0,00	29.973,61 D
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	0,00	0,00	545,00 D
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	25.404,60 D	0,00	0,00	25.404,60 D
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	0,00	0,00	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	23.853,05 D	0,00	0,00	23.853,05 D
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	0,00	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	0,00	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99.01	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	0,00	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99.01.00.000001	OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64 D	0,00	0,00	102.088,64 D
1.2.3.1.1.99.99.01.00.000013	BENS MOVEIS	260,10 D	0,00	0,00	260,10 D
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	38.367,44 C	0,00	1.345,01	39.712,45 C
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	38.367,44 C	0,00	1.345,01	39.712,45 C
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	38.367,44 C	0,00	1.345,01	39.712,45 C
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	23.273,40 C	0,00	226,25	23.499,65 C
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	0,00	0,00	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	12.717,23 D	0,00	1.118,76	11.598,47 D
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.961.621.732,23 C	167.258.212,40	166.736.356,89	1.961.099.876,72 C
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	2.488.807,00 C	11.169.712,53	10.647.857,02	1.966.951,49 C
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	20.392,91 C	8.802.348,72	8.850.093,83	68.138,02 C
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.1.01.01	PESSOAL A PAGAR	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.2	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	0,00 C	8.487.931,78	8.487.931,78	0,00 C
2.1.1.2.1	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00 C	8.487.931,78	8.487.931,78	0,00 C
2.1.1.2.1.01	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	8.487.931,78	8.487.931,78	0,00 C
	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR				

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2.1.1.3	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00 C	1.056,00	1.056,00	0,00 C
2.1.1.3.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	1.056,00	1.056,00	0,00 C
2.1.1.3.1.01	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00 C	1.056,00	1.056,00	0,00 C
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.081,33 C	53.617,00	51.766,01	20.230,34 C
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	51.766,01	51.766,01	0,00 C
2.1.1.4.1.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	0,00 C	34.807,50	34.807,50	0,00 C
2.1.1.4.1.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00 C	34.807,50	34.807,50	0,00 C
2.1.1.4.1.98	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	0,00 C	16.958,51	16.958,51	0,00 C
2.1.1.4.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	6.270,78 C	1.850,99	0,00	4.419,79 C
2.1.1.4.2.01	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	1.850,99	0,00	4.419,79 C
2.1.1.4.3	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	15.810,55 C	0,00	0,00	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	15.810,55 C	0,00	0,00	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	15.810,55 C	0,00	0,00	15.810,55 C
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.8	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.468.414,09 C	2.348.653,27	1.779.052,65	1.898.813,47 C
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	2.468.414,09 C	2.346.950,20	1.777.349,58	1.898.813,47 C
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	2.468.414,09 C	2.346.950,20	1.777.349,58	1.898.813,47 C
2.1.8.8.1.01	CONSIGNAÇÕES	2.468.414,09 C	2.344.093,05	1.774.417,87	1.898.738,91 C
2.1.8.8.1.01.01	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	666.209,43 C	9.892,46	170.764,63	827.081,60 C
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00 C	12.256,98	14.036,57	1.779,59 C
2.1.8.8.1.01.10	PENSAO ALIMENTICIA	144.103,12 C	22.360,26	22.360,26	144.103,12 C
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS	1.658.101,54 C	2.299.583,35	1.567.256,41	925.774,60 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000006	(61959) IRRF PF	817.365,67 C	1.494.919,94	781.315,63	103.761,36 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000008	(61960) CEF-EMPRÉSTIMO	263.629,84 C	263.629,84	261.584,96	261.584,96 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000010	(61961) SEPE-NÚCLEO	25.662,49 C	0,00	0,00	25.662,49 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000011	(61962) SINSERV	26.241,79 C	18.439,69	4.621,47	12.423,57 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000016	(61965) APLUB	88,80 C	0,00	0,00	88,80 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000017	(61966) BB - EMPRÉSTIMO	63.648,89 C	63.648,89	65.796,67	65.796,67 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000019	(61967) PREVISUL	116,70 C	0,00	0,00	116,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000025	(61979) EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	458.887,49 C	458.887,49	453.908,93	453.908,93 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000027	(48745) IRRF PJ	2.459,87 C	57,50	28,75	2.431,12 C
2.1.8.8.1.03	DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00 C	2.857,15	2.931,71	74,56 C
2.1.8.8.1.03.01	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	0,00 C	2.857,15	2.931,71	74,56 C
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00 C	1.703,07	1.703,07	0,00 C
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	1.703,07	1.703,07	0,00 C

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2.1.8.9.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 C	107,83	107,83	0,00 C
2.1.8.9.1.01.02	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00 C	107,83	107,83	0,00 C
2.1.8.9.1.98	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00 C	1.595,24	1.595,24	0,00 C
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2.1.03	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	911.686.610,08 C	0,00	0,00	911.686.610,08 C
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	989.117.843,67 C	0,00	0,00	989.117.843,67 C
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	27.495.373,01 D	0,00	0,00	27.495.373,01 D
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	479.968,40 D	0,00	0,00	479.968,40 D
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18 D	0,00	0,00	49.455.892,18 D
2.2.7.2.1.04	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	861.481.114,75 C	0,00	0,00	861.481.114,75 C
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	1.486.620.556,43 C	0,00	0,00	1.486.620.556,43 C
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23 D	0,00	0,00	347.878.998,23 D
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O	202.929.415,63 D	0,00	0,00	202.929.415,63 D
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82 D	0,00	0,00	74.331.027,82 D
2.3	PATRIMÔNIO LIQUIDO	185.965.200,40 C	156.088.499,87	156.088.499,87	185.965.200,40 C
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	185.965.200,40 C	156.088.499,87	156.088.499,87	185.965.200,40 C
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	185.965.200,40 C	156.088.499,87	156.088.499,87	185.965.200,40 C
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.775.816.452,34 D	545.097,36	545.097,36	1.775.816.452,34 D
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	545.097,36 D	0,00	545.097,36	0,00 C
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.775.271.354,98 D	545.097,36	0,00	1.775.816.452,34 D
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	1.868.667.757,65 C	154.650.355,78	154.650.355,78	1.868.667.757,65 C
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	154.650.355,78 C	154.650.355,78	0,00	0,00 C
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.714.017.401,87 C	0,00	154.650.355,78	1.868.667.757,65 C
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	9.265.691,03 C	702.880,96	702.880,96	9.265.691,03 C
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	702.880,96 C	702.880,96	0,00	0,00 C
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	0,00	702.880,96	9.265.691,03 C
2.3.7.1.4	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	84.158.910,21 C	700,54	700,54	84.158.910,21 C
2.3.7.1.4.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	700,54 C	700,54	0,00	0,00 C
2.3.7.1.4.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84.158.209,67 C	0,00	700,54	84.158.910,21 C
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	310.706,15 D	189.465,23	189.465,23	310.706,15 D
2.3.7.1.5.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	189.465,23 D	0,00	189.465,23	0,00 C
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	121.240,92 D	189.465,23	0,00	310.706,15 D
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00 D	8.879.133,74	0,00	8.879.133,74 D
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	0,00 D	361.106,05	0,00	361.106,05 D
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATI CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D

ITAPREVI
Fls: 65
Proc.: 200000174/26

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
3.1.1.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS -	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.1.2.2.1.99	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00 D	8.487.931,78	0,00	8.487.931,78 D
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.1.1.1.99	OUTRAS APOSENTADORIAS	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.2.2	PENSÕES	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.2.2.1	PENSÕES - RPPS	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.2.2.1.1	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	19.151,29	0,00	19.151,29 D
3.2.2.1.1.99	OUTRAS PENSÕES	0,00 D	17.806,28	0,00	17.806,28 D
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00 D	11.213,46	0,00	11.213,46 D
3.3.2	SERVIÇOS	0,00 D	11.213,46	0,00	11.213,46 D
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00 D	11.213,46	0,00	11.213,46 D
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	6.592,82	0,00	6.592,82 D
3.3.2.2.1.99	OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	0,00 D	6.592,82	0,00	6.592,82 D
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	599,00	0,00	599,00 D
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.056,00	0,00	1.056,00 D
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA	0,00 D	4.937,82	0,00	4.937,82 D
3.3.2.3.1.12	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1.1.01	DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1.7	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1.7.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE	0,00 D	3.663,33	0,00	3.663,33 D
3.6.1.7.1.08	DESVALORIZAÇÃO A VALOR JUSTO DOS INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS DO RPPS	0,00 D	1.960,26	0,00	1.960,26 D
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00 D	1.960,26	0,00	1.960,26 D
3.9.4	INCENTIVOS				
3.9.4.9	OUTROS INCENTIVOS				

ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

ENTIDADE(S): ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
3.9.4.9.1	OUTROS INCENTIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.960,26	0,00	1.960,26 D
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00 D	1.703,07	0,00	1.703,07 D
3.9.9.6	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00 D	107,83	0,00	107,83 D
3.9.9.6.1	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	107,83	0,00	107,83 D
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES	0,00 D	1.595,24	0,00	1.595,24 D
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES	0,00 D	1.595,24	0,00	1.595,24 D
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00 C	0,00	18.231.318,74	18.231.318,74 C
4.2	CONTRIBUIÇÕES	0,00 C	0,00	7.524.042,55	7.524.042,55 C
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00 C	0,00	7.524.042,55	7.524.042,55 C
4.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES	0,00 C	0,00	7.524.042,55	7.524.042,55 C
4.2.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	0,00	6.193.520,90	6.193.520,90 C
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS	0,00 C	0,00	6.193.520,90	6.193.520,90 C
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	0,00 C	0,00	6.193.520,90	6.193.520,90 C
4.2.1.1.2	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS	0,00 C	0,00	1.330.521,65	1.330.521,65 C
4.2.1.1.2.01	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS	0,00 C	0,00	1.330.521,65	1.330.521,65 C
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00 C	0,00	219.850,20	219.850,20 C
4.2.1.1.2.01.02	CONTR.PATRONAL - PAGTO SENTENCAS JUDICIAIS - RPPS	0,00 C	0,00	1.110.671,45	1.110.671,45 C
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1.3	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS -	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1.3.2.99	OUTRAS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.771.484,31 D	325.295.103,41	1.771.484,31	325.295.103,41 D
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	0,00 D	323.523.619,10	0,00	323.523.619,10 D
5.2.1	PREVISÃO DA RECEITA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.1.1	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2.1.1	DOTAÇÃO INICIAL	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.3	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	1.771.484,31 D	1.771.484,31	1.771.484,31	1.771.484,31 D
5.3.1	INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.769.633,32 D	1.769.633,32	1.769.633,32	1.769.633,32 D
5.3.1.1	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00 D	1.769.633,32	0,00	1.769.633,32 D
5.3.1.7	RP NÃO PROCESSADOS - INSCR .O NO EXERCÍCIO	769.633,32 D	0,00	1.769.633,32	0,00 D

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
5.3.2	INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	1.850,99 D	1.850,99	1.850,99	1.850,99 D
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	0,00 D	1.850,99	0,00	1.850,99 D
5.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.850,99 D	0,00	1.850,99	0,00 D
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.771.484,31 C	45.804.685,69	369.328.304,79	325.295.103,41 C
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00 C	44.031.350,39	367.554.969,49	323.523.619,10 C
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00 C	17.468.212,00	179.230.021,55	161.761.809,55 C
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	0,00 C	17.468.212,00	161.761.809,55	144.293.597,55 C
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	0,00 C	0,00	17.468.212,00	17.468.212,00 C
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00 C	26.563.138,39	188.324.947,94	161.761.809,55 C
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	0,00 C	26.563.138,39	188.324.947,94	161.761.809,55 C
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONÍVEL	0,00 C	8.871.719,61	161.761.809,55	152.890.089,94 C
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO	0,00 C	17.691.418,78	26.563.138,39	8.871.719,61 C
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00 C	8.870.507,44	8.871.719,61	1.212,17 C
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00 C	8.820.911,34	8.870.507,44	49.596,10 C
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00 C	0,00	8.820.911,34	8.820.911,34 C
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	1.771.484,31 C	1.773.335,30	1.773.335,30	1.771.484,31 C
6.3.1	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.769.633,32 C	1.769.633,32	1.769.633,32	1.769.633,32 C
6.3.1.1	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00 C	0,00	1.769.633,32	1.769.633,32 C
6.3.1.7	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.769.633,32 C	1.769.633,32	0,00	0,00 C
6.3.1.7.1	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.769.633,32 C	1.769.633,32	0,00	0,00 C
6.3.2	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	1.850,99 C	3.701,98	3.701,98	1.850,99 C
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR	0,00 C	1.850,99	1.850,99	0,00 C
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS	0,00 C	0,00	1.850,99	1.850,99 C
6.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.850,99 C	1.850,99	0,00	0,00 C
7	CONTROLES DEVEDORES	187.597.419,66 D	17.468.212,00	0,00	205.065.631,66 D
7.1	ATOS POTENCIAIS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3	DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1.99	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000001	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 D	0,00	0,00	18.911.671,16 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 D	0,00	0,00	21.007.644,65 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000003	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 D	0,00	0,00	17.311.820,30 D
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	130.366.283,55 D	17.468.212,00	0,00	147.834.495,55 D
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	130.366.283,55 D	17.468.212,00	0,00	147.834.495,55 D
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	130.366.283,55 D	17.468.212,00	0,00	147.834.495,55 D
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINÁRIOS	258.593.492,86 C	0,00	0,00	258.593.492,86 C
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	399.454.076,10 D	17.468.212,00	0,00	416.922.288,10 D
7.2.1.1.3	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	494.299,69 C	0,00	0,00	10.494.299,69 C

ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO
ENTIDADE(S): ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
8	CONTROLES CREDORES	187.597.419,66 C	38.304.302,53	55.772.514,53	205.065.631,66 C
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS - EM EXECUÇÃO	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000001	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 C	0,00	0,00	18.911.671,16 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 C	0,00	0,00	21.007.644,65 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000003	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 C	0,00	0,00	17.311.820,30 C
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	130.366.283,55 C	38.304.302,53	55.772.514,53	147.834.495,55 C
8.2.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	130.366.283,55 C	38.304.302,53	55.772.514,53	147.834.495,55 C
8.2.1.1	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	130.366.283,55 C	38.304.302,53	55.772.514,53	147.834.495,55 C
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	121.772.933,57 D	18.264.082,56	26.860.574,95	113.176.441,18 D
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	121.772.933,57 D	18.264.082,56	26.860.574,95	113.176.441,18 D
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	1.769.633,32 C	8.870.507,44	8.871.719,61	1.770.845,49 C
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	1.769.633,32 C	8.870.507,44	8.871.719,61	1.770.845,49 C
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	9.140.689,81 C	11.169.712,53	10.647.857,02	8.618.834,30 C
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	1.850,99 C	8.822.762,33	8.870.507,44	49.596,10 C
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	9.138.838,82 C	2.346.950,20	1.777.349,58	8.569.238,20 C
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	241.228.893,99 C	0,00	9.392.362,95	250.621.256,94 C
8.2.1.1.4.01	UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	88.309.488,66 C	0,00	7.045.412,75	95.354.901,41 C
8.2.1.1.4.02	UTILIZADA COM RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	19.978.786,83 C	0,00	2.346.950,20	22.325.737,03 C
8.2.1.1.4.99	DEMAIS UTILIZAÇÕES	132.940.618,50 C	0,00	0,00	132.940.618,50 C
	TOTAL:	0,00 C	642.381.682,81	642.381.682,81	0,00 C

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 15/06/2026 17:47:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 69
Proc.: 200000174/26

Dezembro/2025

Lei 4.320/1964

Anexo X - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Código / Descrição		Valor Orçado	Arrecadado no ano	Diferença para mais	Diferença para menos
1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	**Receitas Correntes**	**36.383.160,51**	**82.712.161,15**	**46.329.000,64**	
1.2.0.0.00.00.00.00.00.00	**Contribuições**	**34.524.555,51**	**40.526.192,38**	**6.001.636,87**	
1.2.1.0.00.00.00.00.00.00	**Contribuições Sociais**	**34.524.555,51**	**40.526.192,38**	**6.001.636,87**	
1.2.1.5.00.00.00.00.00.00	**Contribuições para Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção Social**	**34.524.555,51**	**40.526.192,38**	**6.001.636,87**	
1.2.1.5.01.00.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil**	**34.523.121,64**	**40.526.192,38**	**6.003.070,74**	
1.2.1.5.01.10.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil Ativo**	**32.424.527,04**	**38.990.713,29**	**6.566.186,25**	
1.2.1.5.01.11.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil Ativo - Principal**	**32.424.212,04**	**38.988.971,26**	**6.564.759,22**	
1.2.1.5.01.11.01.05.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Licenciados s/Vencimentos	5.250,00	0,00		5.250,00
1.2.1.5.01.11.02.01.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - CMI	173.114,53	801.686,05	628.571,52	
1.2.1.5.01.11.02.02.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo- PMI	32.245.847,51	38.187.285,21	5.941.437,70	
1.2.1.5.01.12.01.04.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros - Licença s/Vencimentos	105,00	0,00		105,00
1.2.1.5.01.12.02.01.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros - CMI	105,00	0,00		105,00
1.2.1.5.01.12.02.02.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Multa e Juros - PMI	105,00	1.742,03	1.637,03	
1.2.1.5.01.20.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil Inativo**	**1.902.852,00**	**1.429.294,83**		**473.557,17**
1.2.1.5.01.21.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal**	**1.902.852,00**	**1.429.294,83**		**473.557,17**
1.2.1.5.01.21.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil Inativo - Principal	1.902.852,00	1.429.294,83		473.557,17
1.2.1.5.01.30.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas**	**195.742,60**	**106.184,26**		**89.558,34**
1.2.1.5.01.31.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal**	**195.742,60**	**106.184,26**		**89.558,34**
1.2.1.5.01.31.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas - Principal	195.742,60	106.184,26		89.558,34
1.2.1.5.02.00.00.00.00.00	**Contribuição Patronal - Servidor Civil**	**1.013,87**	**0,00**		**1.013,87**
1.2.1.5.02.10.00.00.00.00	**Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo**	**1.013,87**	**0,00**		**1.013,87**
1.2.1.5.02.11.00.00.00.00	**Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal**	**1.013,87**	**0,00**		**1.013,87**
1.2.1.5.02.11.01.10.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal - Licenciados/Vencimentos	1.013,87	0,00		1.013,87
1.2.1.5.03.00.00.00.00.00	**Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos**	**105,00**	**0,00**		**105,00**
1.2.1.5.03.02.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos - Multa e Juros - Parc. 802/18	105,00	0,00		105,00
1.2.1.5.51.00.00.00.00.00	**Contribuição Patronal - Parcelamentos**	**315,00**	**0,00**		**315,00**
1.2.1.5.51.10.00.00.00.00	**Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos**	**315,00**	**0,00**		**315,00**
1.2.1.5.51.12.01.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multa e Juros - Acordo Nº 793/2018	105,00	0,00		105,00
1.2.1.5.51.12.02.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multa e Juros - Acordo Nº 804/2018	105,00	0,00		105,00
1.2.1.5.51.12.03.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Multa e Juros - Acordo Nº 805/2018	105,00	0,00		105,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00.00	**Receita Patrimonial**	**1.858.500,00**	**39.448.899,66**	**37.590.399,66**	
1.3.2.0.00.00.00.00.00.00	**Valores Mobiliários**	**1.858.500,00**	**39.448.899,66**	**37.590.399,66**	
1.3.2.1.00.00.00.00.00.00	**Juros e Correções Monetárias**	**1.858.500,00**	**39.448.899,66**	**37.590.399,66**	
1.3.2.1.04.00.00.00.00.00	**Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS**	**1.858.500,00**	**39.448.899,66**	**37.590.399,66**	
1.3.2.1.04.01.00.00.00.00	**Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal**	**1.858.500,00**	**39.448.899,66**	**37.590.399,66**	
1.3.2.1.04.01.01.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Renda Fixa	1.785.000,00	37.214.729,25	35.429.729,25	
1.3.2.1.04.01.02.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Renda Variável	73.500,00	2.234.170,41	2.160.670,41	
1.9.0.0.00.00.00.00.00.00	**Outras Receitas Correntes**	**105,00**	**2.737.069,11**	**2.736.964,11**	
1.9.2.0.00.00.00.00.00.00	**Indenizações, Restituições e Ressarcimentos**	**105,00**	**1.993.959,02**	**1.993.854,02**	
1.9.2.2.00.00.00.00.00.00	**Restituições**	**105,00**	**1.993.959,02**	**1.993.854,02**	
1.9.2.2.99.00.00.00.00.00	**Outras Restituições**	**105,00**	**1.993.959,02**	**1.993.854,02**	
1.9.2.2.99.01.00.00.00.00	**Outras Restituições - Principal**	**105,00**	**1.993.959,02**	**1.993.854,02**	
1.9.2.2.99.01.01.00.00	Outras Restituições	105,00	1.993.959,02	1.993.854,02	

Anexo X - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Código / Descrição		Valor Orçado	Arrecadado no ano	Diferença para mais	Diferença para menos
1.9.9.0.00.00.00.00.00.00	**Demais Receitas Correntes**	0,00	743.110,09	743.110,09	
1.9.9.9.00.00.00.00.00.00	**Outras Receitas Correntes**	0,00	743.110,09	743.110,09	
1.9.9.9.03.00.00.00.00.00	**Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção**	0,00	743.110,09	743.110,09	
1.9.9.9.03.01.00.00.00.00	**Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência e Sistema de Proteção**	0,00	743.110,09	743.110,09	
1.9.9.9.03.01.00.00.00.00	**Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal**	0,00	743.110,09	743.110,09	
1.9.9.9.03.01.00.01.00.00	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - União	0,00	743.110,09	743.110,09	
1.9.9.9.03.01.00.02.00.00	Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência - Estado	0,00	727.439,92	727.439,92	
1.9.9.9.03.01.00.03.00.00	Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência - Municípios	0,00	1.037,45	1.037,45	
7.0.0.0.00.00.00.00.00.00	**Receitas Correntes Intra-Orçamentária**	0,00	14.632,72	14.632,72	
7.2.0.0.00.00.00.00.00.00	**Contribuições Intra-Orçamentária**	117.675.705,67	67.528.373,82		50.147.331,85
7.2.1.0.00.00.00.00.00.00	**Contribuições Sociais Intra-Orçamentária**	52.936.087,14	45.948.500,98		6.987.586,16
7.2.1.5.02.11.00.00.00	**Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo**	52.936.087,14	45.948.500,98		6.987.586,16
7.2.1.5.02.11.01.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Câmara	42.544.368,53	33.752.912,44		8.791.456,09
7.2.1.5.02.11.02.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - PMI	296.767,88	318.969,22	22.201,34	
7.2.1.5.03.01.01.00.00	Contribuição do Servidor Civil - Parcelamentos - Principal - Acordo 00802/2018	42.247.600,65	33.433.943,22		8.813.657,43
7.2.1.5.51.11.01.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Acordo 0804/2018	1.583.448,47	1.635.561,20	52.112,73	
7.2.1.5.51.11.02.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Acordo 00793/218	4.072.515,43	4.548.587,68	476.072,25	
7.2.1.5.51.11.03.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Parcelamentos - Acordo 805/2018	3.029.537,75	3.401.553,56	372.015,81	
7.9.9.9.01.01.01.00.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS- Lei nº 4.145/2023	1.706.216,96	2.609.886,10	903.669,14	
		64.739.618,53	21.579.872,84		43.159.745,69
Total de Registros: 62	**Total Geral:**	**154.058.866,18**	**150.240.534,97**		**3.818.331,21**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 09/06/2026 03:18:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 71
Proc.: 200000174/26

Dezembro/2025

Lei 4.320/1964

Anexo XI - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Especificação (Secretaria/Unidade)	Autorizada			Realizada	Diferença
	Orçada/Suplementada	Especial/Extra	Total		
21 - ITAPREVI / 2101 - GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE					
DESPESAS CORRENTES					
319001000000 Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	**134.144.302,92**	**0,00**	**134.144.302,92**	**112.204.406,83**	**21.939.896,09**
319003000000 Pensoes	104.913.447,50	0,00	104.913.447,50	93.379.306,42	11.534.141,08
319011000000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.611.237,50	0,00	20.611.237,50	13.754.716,87	6.856.520,63
319013010000 Obrigações Patronais - INSS	4.658.198,75	0,00	4.658.198,75	4.018.814,89	639.383,86
319013020000 Obrigações Patronais - RPPS	635.815,00	0,00	635.815,00	425.036,34	210.778,66
319091000000 Sentenças Judiciais	535.815,00	0,00	535.815,00	102.775,03	433.039,97
339014000000 Diárias - Civil	9.802,50	0,00	9.802,50	0,00	9.802,50
339030000000 Material de Consumo	232.248,13	0,00	232.248,13	37.420,48	194.827,65
339033000000 Passagens e Despesas com Locomoção	168.892,38	0,00	168.892,38	2.389,06	166.503,32
339035000000 Serviços de Consultoria	31.145,63	0,00	31.145,63	14.797,07	16.348,56
339036000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	371.662,50	0,00	371.662,50	5.990,00	365.672,50
339039000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	382.297,95	0,00	382.297,95	163.301,01	218.996,94
339040000000 Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação	846.553,33	0,00	846.553,33	135.015,17	711.538,16
339046000000 Auxilio-Alimentação	300.000,00	0,00	300.000,00	45.184,34	254.815,66
339047000000 Obrigações Tributarias e Contributivas	70.119,00	0,00	70.119,00	17.269,20	52.849,80
339049000000 Auxilio-Transporte	71.630,00	0,00	71.630,00	0,00	71.630,00
339091000000 Sentenças Judiciais	70.119,00	0,00	70.119,00	16.496,64	53.622,36
339092000000 Despesas de Exercícios Anteriores	102.500,00	0,00	102.500,00	85.703,61	16.796,39
339093000000 Indenizações e Restituições	30.318,75	0,00	30.318,75	0,00	30.318,75
DESPESAS DE CAPITAL	102.500,00	0,00	102.500,00	190,70	102.309,30
449052000000 Equipamentos e Material Permanente	**20.000,00**	**0,00**	**20.000,00**	**0,00**	**20.000,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
999999000000 Reserva de Contingencia	**3.486.862,20**	**0,00**	**3.486.862,20**	**0,00**	**3.486.862,20**
	3.486.862,20	0,00	3.486.862,20	0,00	3.486.862,20
Total da Unidade:	**137.651.165,12**	**0,00**	**137.651.165,12**	**112.204.406,83**	**25.446.758,29**
Total Geral:	**137.651.165,12**	**0,00**	**137.651.165,12**	**112.204.406,83**	**25.446.758,29**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 72
Proc.: 200000174/26

Dezembro/2025

Lei 4.320/1964

Anexo XI - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Especificação (Secretaria/Unidade)	Autorizada			Realizada	Diferença
	Orçada/Suplementada	Especial/Extra	Total		

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 09/06/2026 03:18:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
Fls: 73
Proc.: 200000174/26

Dezembro/2025

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições		
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	106.184,26	27.444,99
CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	1.429.294,83	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	106.200.117,89	50.042.356,08
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	91.911.972,10	64.005.145,53
	199.647.569,08	**114.074.946,60**
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	39.558.192,42	21.802.675,77
	39.558.192,42	**21.802.675,77**
Transferências e Delegações Recebidas		
RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - APORTES PERIÓDICOS	38.039.404,49	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL - APORTES MENSAIS PREESTABEL	21.579.872,84	0,00
	59.619.277,33	**0,00**
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - ESTADO	1.037,45	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	14.632,72	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - UNIÃO	727.439,92	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTRA OFSS	(681,09)	0,00
OUTRAS VPA DE VALOR ATUAL DE APORTES PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL DO RPPS	0,00	1.314.970,33
RESTITUIÇÕES	1.983.725,92	10.737.586,76
REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	0,00	140.690.995,63
VPA DO VALOR ATUAL DOS APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIA	3.215.111,78	51.382.699,82
	5.941.266,70	**204.126.252,54**
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**304.766.305,53**	**340.003.874,91**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal e Encargos		
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	9.263,44	0,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	10.624,32	6.688,00
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	95.324,34	55.322,78
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	64,12	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	408.839,01	(730.773,37)
OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	22.350.947,77	0,00
OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	45.034.672,69	(2.213,40)
SENTENCAS JUDICIAIS	0,00	113.113,79
VENCIMENTOS E SALÁRIOS	1.102.577,25	3.001.757,34
	69.012.312,94	**2.443.895,14**
Benefícios Previdenciários e Assistnciais		
APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	35.464.312,11	87.451.072,87
PROVENTOS DE PENSÕES	5.246.934,21	12.347.903,35
	40.711.246,32	**99.798.976,22**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	10.919,20	0,00
COMISSOES E CORRETAGENS	981,00	0,00
CONDOMINIOS	960,92	0,00
CONSULTORIA E ASSESSORIA	1.198,00	0,00
DIARIAS PESSOAL CIVIL	42.862,11	33.786,93
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	2.986,67	11.165,52
JETONS E GRATIFICAÇÕES A CONSELHEIROS	2.398,20	4.216,80
LOCAÇÕES	182.841,36	2.619,50
MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.104,97	330,00
OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	(6.540,00)	43.584,52
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	14.020,00	239.103,38
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	8.000,00	7.144,95
SENTENÇAS JUDICIAIS	14.640,82	23.078,69
SERVIÇOS BANCARIOS	0,00	(98,00)
SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, TELEFONIA E INTERNET, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	2.138,26	1.122,48
SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.925,62	(1.800,00)
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	0,00	(312,00)
SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	20.801,10	0,00
	316.238,23	**363.942,77**
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
JUROS	20,70	0,00
	20,70	**0,00**
Transferencias e Delegações Concedidas		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	218.716,92	25.981,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	9.078,90	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	1.198,00	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferencias e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos	**228.993,82**	**25.981,78**
AJUSTE PARA PERDAS EM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	22.362,85	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.553.297,83	(6.518.607,84)
	2.575.660,68	**(6.518.607,84)**
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
DEMAIS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	37.301.513,53	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	944,62	0,00
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00	219.941.223,51
	37.302.458,15	**219.941.223,51**
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	**150.146.930,84**	**316.055.411,58**
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I) - (II)	**154.619.374,69**	**23.948.463,33**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 09/06/2026 03:28:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
Fls.: 75
Proc.: 20000174/26

Dezembro/2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES	154.058.866,18	154.058.866,18	150.240.534,97	(3.818.331,21)
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	87.460.642,65	87.460.642,65	86.474.693,36	(985.949,29)
RECEITA PATRIMONIAL	1.858.500,00	1.858.500,00	39.448.899,66	37.590.399,66
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.739.723,53	64.739.723,53	24.316.941,95	(40.422.781,58)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DE RECEITAS (I)	**154.058.866,18**	**154.058.866,18**	**150.240.534,97**	**(3.818.331,21)**
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	**154.058.866,18**	**154.058.866,18**	**150.240.534,97**	**(3.818.331,21)**
DÉFICIT (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (V) = (III + IV)	**154.058.866,18**	**154.058.866,18**	**150.240.534,97**	**(3.818.331,21)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PRA CRÉDITOS ADICIONAIS)			**0,00**	
Superávit Financeiro			0,00	
Reabertura de créditos adicionais			0,00	

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 03/03/2026 09:47:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREVI
76
Proc.: 20000174/26

Dezembro/2025

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	114.924.302,92	134.144.302,92	112.204.406,83	110.434.773,51	110.432.922,52	21.939.896,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	110.764.316,25	131.364.316,25	111.680.649,55	109.973.709,07	109.973.709,07	19.683.666,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.159.986,67	2.779.986,67	523.757,28	461.064,44	459.213,45	2.256.229,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.052.357,70	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
INVESTIMENTOS	1.052.357,70	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERV	38.082.205,56	3.486.862,20	0,00	0,00	0,00	3.486.862,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESE	38.082.205,56	3.486.862,20	0,00	0,00	0,00	3.486.862,20
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**154.058.866,18**	**137.651.165,12**	**112.204.406,83**	**110.434.773,51**	**110.432.922,52**	**25.446.758,29**
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI+VII)	**154.058.866,18**	**137.651.165,12**	**112.204.406,83**	**110.434.773,51**	**110.432.922,52**	**25.446.758,29**
SUPERÁVIT (IX)	**0,00**	**16.407.701,06**	**38.036.128,14**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (X) = (VII + IX)	**154.058.866,18**	**154.058.866,18**	**150.240.534,97**	**110.434.773,51**	**110.432.922,52**	**25.446.758,29**

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 03/03/2026 09:47:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Anexo I

Balanço Orçamentário - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-d-e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	**0,00**	**7.512.063,24**	**711.369,79**	**1.198,00**	**7.510.865,24**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	7.441.946,14	696.949,08	0,00	7.441.946,14	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	70.117,10	14.420,71	1.198,00	68.919,10	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**7.512.063,24**	**711.369,79**	**1.198,00**	**7.510.865,24**	**0,00**

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 03/03/2026 09:47:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Balanço Orçamentário - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	**0,00**	**166.694,00**	**0,00**	**166.694,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	157.650,00	0,00	157.650,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	9.044,00	0,00	9.044,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**166.694,00**	**0,00**	**166.694,00**	**0,00**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 03/03/2026 09:47:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Proc: 2000001741/26
Fls: 79

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
79
Proc.: 20000174/26

Dezembro/2025

BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita Orçamentária	**150.240.534,97**	**86.633.851,77**
Ordinário	148.694.822,78	85.582.971,02
	1.545.712,19	1.050.880,75
Recebimentos Extra-Orçamentários	**22.350.403,98**	**31.288.165,06**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.769.633,32	7.512.063,24
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	3.223.570,21
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.850,99	166.694,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.578.919,67	20.385.837,61
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	**280.908.158,99**	**299.264.665,43**
Caixa e Equivalentes de Caixa	280.908.158,99	299.264.665,43
Total	**453.499.097,94**	**417.186.682,26**

Balanço Financeiro - Quadro Anexo

Exercício: 2025

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Dedução da Receita (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Dedução da Receita (e)	Saldo (f) = (d - e)
	150.240.534,97	**0,00**	**150.240.534,97**	**86.633.851,77**	**0,00**	**86.633.851,77**
	1.545.712,19	0,00	1.545.712,19	1.050.880,75	0,00	1.050.880,75
	148.694.822,78	0,00	148.694.822,78	85.582.971,02	0,00	85.582.971,02
Total	**150.240.534,97**	**0,00**	**150.240.534,97**	**86.633.851,77**	**0,00**	**86.633.851,77**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
Fls: 80
Proc.: 20000017 4/26

Dezembro/2025

BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Despesa Orçamentária	**112.204.406,83**	**111.804.708,06**
	112.204.406,83	111.804.708,06
Interferências Financeiras	**2.626.072,18**	**7.104.103,45**
Perdas em Aplicações Financeiras	2.626.072,18	7.104.103,45
Pagamentos Extra-Orçamentários	**18.434.272,64**	**17.369.711,76**
Pagamentos de Restos a Pagar	1.198,00	173.300,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	18.433.074,64	17.196.410,81
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	**320.234.346,29**	**280.908.158,99**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	320.233.740,51	280.879.123,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	605,78	29.035,14
Total	**453.499.097,94**	**417.186.682,26**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/02/2026 04:47:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Balanço Patrimonial - Analítico

	ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.0.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO	1.961.621.732,23 D	1.811.645.268,67 D
1.1.0.0.0.00.00.00.00.0	ATIVO CIRCULANTE	517.460.121,50 D	467.733.113,55 D
1.1.1.0.0.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	605,78 D	29.035,14 D
1.1.1.1.0.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	605,78 D	29.035,14 D
1.1.1.1.1.00.00.00.00.0	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	605,78 D	29.035,14 D
1.1.1.1.1.06.00.00.00.0	CONTA ÚNICA RPPS	605,78 D	29.035,14 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	307,85 D	27.449,71 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	CAIXA - 053-2	0,00 D	26.275,02 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCO ITAÚ - 17804-5	0,00 D	222,49 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.0	BANCO DO BRASIL - 39231-6	307,85 D	952,20 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	297,93 D	1.585,43 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.0	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	297,93 D	1.585,43 D
1.1.2.0.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00 D	43.935.723,90 D
1.1.2.1.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	0,00 D	43.935.723,90 D
1.1.2.1.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	0,00 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.1.05.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	0,00 D	15.295.176,36 D
1.1.2.1.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	0,00 D	28.640.547,54 D
1.1.2.1.2.05.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	0,00 D	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.05.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RGPS A RECEBER	0,00 D	25.229.810,51 D
1.1.2.1.2.71.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	0,00 D	3.410.737,03 D
1.1.3.0.0.00.00.00.00.0	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	295.023.225,78 D	143.811.626,66 D
1.1.3.2.0.00.00.00.00.0	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,00 D	681,09 D
1.1.3.2.1.00.00.00.00.0	TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	681,09 D
1.1.3.2.1.11.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS A COMPENSAR	0,00 D	681,09 D
1.1.3.6.0.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	295.023.225,78 D	143.810.945,57 D
1.1.3.6.1.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADC	650.155,64 D	650.155,64 D
1.1.3.6.2.00.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	294.373.070,14 D	143.160.789,93 D
1.1.3.6.2.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	170.883.486,11 D	79.290.483,23 D
1.1.3.6.2.01.01.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	170.883.486,11 D	79.290.483,23 D
1.1.3.6.2.02.00.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	6.518.360,86 D	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01.00.00.0	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM C	6.518.360,86 D	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04.00.00.00.0	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	111.001.977,15 D	51.382.699,82 D
1.1.3.6.2.99.00.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	5.969.246,02 D	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.00.00.0	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	5.969.246,02 D	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.01.00.0	PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	5.969.246,02 D	5.969.246,02 D
1.1.4.0.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	222.436.289,94 D	279.956.312,85 D
1.1.4.4.0.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	222.436.289,94 D	279.956.312,85 D
1.1.4.4.1.00.00.00.00.0	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS - CONSOI	222.436.289,94 D	279.956.312,85 D
1.1.4.4.1.01.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	28.448.698,78 D	9.783.015,50 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.0	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	28.448.698,78 D	9.783.015,50 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.0	ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	27.188.831,50 D	8.678.098,98 D
1.1.4.4.1.01.05.01.00.0	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	1.259.867,28 D	1.104.916,52 D
1.1.4.4.1.02.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇ	9.418.754,11 D	7.026.067,38 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	9.418.754,11 D	7.026.067,38 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	1.017.403,94 D	735.850,84 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	416.183,76 D	364.238,66 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.817.829,86 D	1.400.323,06 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	FIC ACÕES VALOR RPPS	1.990.246,34 D	1.492.940,01 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.0	ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	4.177.090,21 D	3.032.714,81 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.0	APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	100.552.274,70 D	96.899.899,28 D
1.1.4.4.1.06.00.00.05.0	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	132.227,94 D	1.030.515,24 D
1.1.4.4.1.06.00.00.06.0	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	164.560,20 D	147.674,96 D
1.1.4.4.1.06.00.00.09.0	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	249.953,63 D	221.614,47 D
1.1.4.4.1.06.00.00.14.0	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	10.824.832,41 D	9.481.180,53 D
1.1.4.4.1.06.00.00.15.0	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	2.515.011,90 D	4.429.283,77 D
1.1.4.4.1.06.00.00.16.0	BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	1.349.056,51 D	1.210.378,65 D
1.1.4.4.1.06.00.00.19.0	C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356/0001-84	8.948.945,18 D	10.596.496,89 D
1.1.4.4.1.06.00.00.20.0	C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	19.669.957,59 D	18.762.391,57 D
1.1.4.4.1.06.00.00.21.0	C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	35.193.692,91 D	30.746.810,09 D
1.1.4.4.1.06.00.00.22.0	C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	21.504.036,43 D	20.273.553,11 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.0	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	84.016.562,35 D	166.247.330,69 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.0	BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	43.081,34 D	128.073,35 D

Balanço Patrimonial - Analítico

	ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	3.052,17 D	733.317,98 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	22.493.679,07 D	17.014.164,68 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	7.510.552,43 D	6.581.196,53 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREV MM ALOCAÇÃO - CNPJBB PREV MM ALOCAÇÃO	0,00 D	786.504,62 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF PERFIL	40.019.079,22 D	34.283.781,04 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREVID RF IMAB 5+	408.103,65 D	357.961,60 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	BB PREV TP IPCA	14.302.121,21 D	12.543.106,97 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	763.106,74 C	30.690.183,76 D
1.1.4.4.1.30.01.00.00.(	C/C 000109523 - 6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	0,00 C	63.129.040,16 D
1.1.5.0.0.00.00.00.00.(	ESTOQUES	0,00 C	415,00 D
1.1.5.6.0.00.00.00.00.(	ALMOXARIFADO	0,00 C	415,00 D
1.1.5.6.1.00.00.00.00.(	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	415,00 D
1.1.5.6.1.01.00.00.00.(	MATERIAL DE CONSUMO	0,00 C	415,00 D
1.2.0.0.0.00.00.00.00.(	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.444.161.610,73 D	1.343.912.155,12 D
1.2.1.0.0.00.00.00.00.(	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.443.993.025,51 D	1.343.743.569,90 D
1.2.1.1.0.00.00.00.00.(	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.346.958.681,68 D	1.343.743.569,90 D
1.2.1.1.1.00.00.00.00.(	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.00.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.03.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO	13.386.906,95 D	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2.00.00.00.00.(	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	1.333.571.774,73 D	1.330.356.662,95 D
1.2.1.1.2.06.00.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	139.493.325,96 D	136.278.214,18 D
1.2.1.1.2.06.04.00.00.(	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM C	83.578.780,30 D	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99.00.00.(	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃ	55.914.545,66 D	52.699.433,88 D
1.2.1.1.2.06.99.01.00.(	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02.00.(	Acordo Nº 4145/2023 - Proc. 200.000.163/2023	29.833.705,37 D	26.618.593,59 D
1.2.1.1.2.08.00.00.00.(	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	1.194.078.448,77 D	1.194.078.448,77 D
1.2.1.1.2.08.01.00.00.(	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	1.194.078.448,77 D
1.2.1.3.0.00.00.00.00.(	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	97.034.343,83 D	0,00 D
1.2.1.3.1.00.00.00.00.(	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	97.034.343,83 D	0,00 D
1.2.1.3.1.08.00.00.00.(	APLICAÇÕES DO RPPS EM TÍTULOS DO TESOURO NACIONAL MARCADOS NA CURVA	32.041.951,45 D	0,00 D
1.2.1.3.1.08.01.00.00.(	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO	32.041.951,45 D	0,00 D
1.2.1.3.1.98.00.00.00.(	OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	64.992.392,38 D	0,00 D
1.2.3.0.0.00.00.00.00.(	IMOBILIZADO	168.585,22 D	168.585,22 D
1.2.3.1.0.00.00.00.00.(	BENS MOVEIS	206.952,66 D	221.256,86 D
1.2.3.1.1.00.00.00.00.(	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	206.952,66 D	221.256,86 D
1.2.3.1.1.01.00.00.00.(	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.520,71 D	48.520,71 D
1.2.3.1.1.01.02.00.00.(	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	1.499,00 D
1.2.3.1.1.01.06.00.00.(	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21.00.00.(	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02.00.00.00.(	BENS DE INFORMÁTICA	30.518,61 D	31.784,45 D
1.2.3.1.1.02.01.00.00.(	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	29.973,61 D	31.239,45 D
1.2.3.1.1.02.02.00.00.(	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	545,00 D
1.2.3.1.1.03.00.00.00.(	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	25.404,60 D	38.442,96 D
1.2.3.1.1.03.02.00.00.(	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03.00.00.(	MOBILIÁRIO EM GERAL	23.853,05 D	36.891,41 D
1.2.3.1.1.04.00.00.00.(	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	160,00 D	160,00 D
1.2.3.1.1.04.05.00.00.(	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	160,00 D
1.2.3.1.1.99.00.00.00.(	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.(	OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64 D	102.088,64 D
1.2.3.1.1.99.99.00.00.(	BENS MOVEIS	260,10 D	260,10 D
1.2.3.8.0.00.00.00.00.(	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	38.367,44 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.00.00.00.00.(	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	38.367,44 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.00.00.00.(	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	38.367,44 C	52.671,64 C
1.2.3.8.1.01.02.00.00.(	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	23.273,40 C	24.539,24 C
1.2.3.8.1.01.03.00.00.(	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99.00.00.(	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	12.717,23 D	321,13 C

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.0.0.0.0.00.00.00.00.(	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.961.621.732,23 C	1.811.645.268,67 C
2.1.0.0.0.00.00.00.00.(	PASSIVO CIRCULANTE	2.488.807,00 C	7.131.718,13 C
2.1.1.0.0.00.00.00.00.(	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRA	20.392,91 C	613.123,50 D
2.1.1.1.0.00.00.00.00.(	PESSOAL A PAGAR	1.688,42 D	635.204,83 D
2.1.1.1.1.00.00.00.00.(	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	1.688,42 D	635.204,83 D
2.1.1.1.1.01.00.00.00.(	PESSOAL A PAGAR	1.688,42 D	635.204,83 D

Balanço Patrimonial - Analítico

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.1.1.1.1.01.01.00.00.0	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.688,42 D	636.414,83 D
2.1.1.1.1.01.01.00.00.0	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	0,00 D	1.210,00 C
2.1.1.4.0.00.00.00.00.0	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.081,33 C	22.081,33 C
2.1.1.4.2.00.00.00.00.0	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	6.270,78 C	6.270,78 C
2.1.1.4.2.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	6.270,78 C
2.1.1.4.3.00.00.00.00.0	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	15.810,55 C	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01.00.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	15.810,55 C	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01.01.00.00.0	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	15.810,55 C	15.810,55 C
2.1.3.0.0.00.00.00.00.0	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00 C	751.847,84 C
2.1.3.1.0.00.00.00.00.0	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00 C	751.847,84 C
2.1.3.1.1.00.00.00.00.0	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	751.847,84 C
2.1.3.1.1.01.00.00.00.0	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00 C	7.327,32 D
2.1.3.1.1.01.99.00.00.0	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR	0,00 C	7.327,32 D
2.1.3.1.1.03.00.00.00.0	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	0,00 C	759.175,16 C
2.1.3.1.1.03.99.00.00.0	DEMAIS CONTAS A PAGAR	0,00 C	759.175,16 C
2[illegible].1.03.99.02.00.0	DEMAIS CONTAS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00 C	759.175,16 C
2.1.8.0.0.00.00.00.00.0	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.468.414,09 C	6.992.993,79 C
2.1.8.8.0.00.00.00.00.0	VALORES RESTITUÍVEIS	2.468.414,09 C	6.980.000,95 C
2.1.8.8.1.00.00.00.00.0	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	2.468.414,09 C	6.979.148,06 C
2.1.8.8.1.01.00.00.00.0	CONSIGNAÇÕES	2.468.414,09 C	6.972.480,14 C
2.1.8.8.1.01.01.00.00.0	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	666.209,43 C	1.809.150,91 C
2.1.8.8.1.01.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00 C	11.897,20 C
2.1.8.8.1.01.10.00.00.0	PENSAO ALIMENTICIA	144.103,12 C	115.824,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	0,00 C	328.253,03 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	AACBF	0,00 C	1.832,15 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	UNIK	0,00 C	242,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	IRRF PJ	2.459,87 C	2.344,72 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	PENSOES ALIMENTICIAS	0,00 C	16.131,63 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	IRRF PF	817.365,67 C	1.595.523,65 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	CEF-EMPRÉSTIMO	263.629,84 C	565.711,55 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	SEPE-NÚCLEO	25.662,49 C	4.607,74 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	SINSERV	26.241,79 C	7.802,10 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	APLUB	88,80 C	29,60 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	BB - EMPRÉSTIMO	63.648,89 C	109.184,52 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	PREVISUL	116,70 C	38,90 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	UNASP - BENEFÍCIOS	0,00 C	64,12 D
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	458.887,49 C	1.716.436,60 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	0,00 C	687.533,16 C
2[illegible].8.1.03.00.00.00.0	DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00 C	6.667,92 C
2.[illegible].8.1.03.01.00.00.0	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	0,00 C	6.667,92 C
2.1.8.8.3.00.00.00.00.0	VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00 C	852,89 C
2.1.8.8.3.01.00.00.00.0	CONSIGNAÇÕES	0,00 C	852,89 C
2.1.8.8.3.01.02.00.00.0	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00 C	852,89 C
2.1.8.9.0.00.00.00.00.0	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00 C	12.992,84 C
2.1.8.9.1.00.00.00.00.0	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	12.992,84 C
2.1.8.9.1.01.00.00.00.0	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 C	12.992,84 C
2.1.8.9.1.01.01.00.00.0	INDENIZAÇÕES A SERVIDORES	0,00 C	12.992,84 C
2.2.0.0.0.00.00.00.00.0	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	1.773.167.724,83 C	1.773.167.724,83 C
2.2.7.0.0.00.00.00.00.0	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2.0.00.00.00.00.0	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2.1.00.00.00.00.0	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	911.686.610,08 C	911.686.610,08 C
2.2.7.2.1.03.00.00.00.0	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	989.117.843,67 C	989.117.843,67 C
2.2.7.2.1.03.01.00.00.0	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RI	27.495.373,01 D	27.495.373,01 D
2.2.7.2.1.03.03.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RP	479.968,40 D	479.968,40 D
2.2.7.2.1.03.04.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RI	49.455.892,18 D	49.455.892,18 D
2.2.7.2.1.03.05.00.00.0	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	861.481.114,75 C	861.481.114,75 C
2.2.7.2.1.04.00.00.00.0	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	1.486.620.556,43 C	1.486.620.556,43 C
2.2.7.2.1.04.01.00.00.0	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RI	347.878.998,23 D	347.878.998,23 D
2.2.7.2.1.04.02.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	202.929.415,63 D	202.929.415,63 D
2.2.7.2.1.04.03.00.00.0	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA (	74.331.027,82 D	74.331.027,82 D
2.2.7.2.1.04.04.00.00.0	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	185.965.200,40 C	31.345.825,71 C
2.3.0.0.0.00.00.00.00.0	PATRIMÔNIO LIQUIDO	185.965.200,40 C	31.345.825,71 C
2.3.7.0.0.00.00.00.00.0	RESULTADOS ACUMULADOS	185.965.200,40 C	31.345.825,71 C
2.3.7.1.0.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	1.775.816.452,34 D	1.775.271.354,98 D
2.3.7.1.1.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO		

Balanço Patrimonial - Analítico

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
2.3.7.1.1.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	545.097,36 D	91.622.167,04 D
2.3.7.1.1.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.775.271.354,98 D	1.683.649.187,94 D
2.3.7.1.2.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	1.868.667.757,65 C	1.714.017.401,87 C
2.3.7.1.2.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	154.650.355,78 C	52.892.489,58 C
2.3.7.1.2.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.714.017.401,87 C	1.661.124.912,29 C
2.3.7.1.3.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	9.265.691,03 C	8.562.810,07 C
2.3.7.1.3.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	702.880,96 C	0,00 C
2.3.7.1.3.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	8.562.810,07 C
2.3.7.1.4.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	84.158.910,21 C	84.158.209,67 C
2.3.7.1.4.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	700,54 C	63.755.003,32 C
2.3.7.1.4.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84.158.209,67 C	20.403.206,35 C
2.3.7.1.5.00.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	310.706,15 D	121.240,92 D
2.3.7.1.5.01.00.00.00.0	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	189.465,23 D	25.981,78 D
2.3.7.1.5.02.00.00.00.0	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	121.240,92 D	95.259,14 D

ITAPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04764158000199

ITAPREV
Fls.: 85
Proc.: 200000174/26

Balanço Patrimonial - Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

EXERCÍCIO 2025 MÊS Dezembro

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO (I)	1.961.621.732,23	1.811.645.268,67
ATIVO FINANCEIRO	222.436.895,72	279.985.347,99
Caixa e Equivalente de Caixa	222.436.895,72	279.985.347,99
ATIVO PERMANENTE	1.739.184.836,51	1.531.659.920,68
Ativo Permanente Imobilizado	1.739.184.836,51	1.531.659.920,68
PASSIVO (II)	1.777.407.623,23	1.787.839.475,86
PASSIVO FINANCEIRO	4.239.898,40	14.671.751,03
Demais Obrigações a Curto Prazo	2.468.414,09	6.992.993,79
Restos a Pagar Não Processados	1.769.633,32	7.512.063,24
Restos a Pagar Processados	1.850,99	166.694,00
PASSIVO PERMANENTE	1.773.167.724,83	1.773.167.724,83
Dívida Permanente	1.773.167.724,83	1.773.167.724,83
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I) - (II)	184.214.109,00	23.805.792,81

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
Fls.: 86
Proc.: 20000174/26

Dezembro/2025

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - ANALÍTICO

FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinário	**(2.972.935,15)**	**(2.972.935,15)**
Ordinário	**(2.972.935,15)**	**(2.972.935,15)**
0 - Ordinários não Vinculados	(2.470.165,40)	(2.470.165,40)
1 - Ordinário não Vinculados	(508.082,96)	(508.082,96)
1500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	5.313,21	5.313,21
Vinculado	**221.933.039,21**	**237.238.709,38**
Ordinário	**(5.578.164,11)**	**(51.291.851,49)**
1800 - Recursos Vinculados ao RPPS	2.429.587,71	(47.221.356,14)
1802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	(8.007.751,82)	(4.070.495,35)
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS	**227.511.203,32**	**288.530.560,87**
519 - Recursos do RPPS - Plano Previdenciário	1.815.837,69	1.815.837,69
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	228.940.470,01	289.959.827,56
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	(3.245.104,38)	(3.245.104,38)
Total das Fontes de Recursos:	218.960.104,06	234.265.774,23

Balanço Patrimonial - Quadro das Contas de Compensação

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	0,00	0,00

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

ITAPREV
Fls.: 88
Proc.: 20000174/26

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

Dezembro/2025

LEI Nº 4.320/1964

Anexo XVIII - Inventário das Contas de Ativo Permanente

Contas	Saldo do Exercicio Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
		Aquis./Inscrição	Alien./Cancel	
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00	0,00	0,00	1.499,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81	0,00	0,00	32.982,81
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90	0,00	0,00	14.038,90
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	29.973,61	0,00	0,00	29.973,61
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00	0,00	0,00	545,00
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55	0,00	0,00	1.551,55
MOBILIÁRIO EM GERAL	23.853,05	0,00	0,00	23.853,05
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00	0,00	0,00	160,00
OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64	0,00	0,00	102.088,64
BENS MOVEIS	260,10	0,00	0,00	260,10
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	(23.273,40)	0,00	0,00	(23.273,40)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(27.811,27)	0,00	0,00	(27.811,27)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	12.717,23	0,00	0,00	12.717,23
TOTAIS	**168.585,22**	**0,00**	**0,00**	**168.585,22**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 25/02/2026 04:56:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1	ATIVO	1.961.621.732,23 D	39.372.033,04	30.541.703,55	1.970.452.061,72 D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	517.460.121,50 D	39.113.124,92	30.540.358,54	526.032.887,88 D
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1.1.06	CONTA ÚNICA RPPS	605,78 D	22.525.437,49	21.625.809,48	900.233,79 D
1.1.1.1.1.06.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	307,85 D	22.173.837,49	21.273.934,21	900.211,13 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000001	CAIXA - 053-2	0,00 D	292.972,43	292.972,43	0,00 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000002	BANCO ITAÚ - 17804-5	0,00 D	21.566.857,76	20.666.846,65	900.011,11 D
1.1.1.1.1.06.03.00.00.000003	BANCO DO BRASIL - 39231-6	307,85 D	314.007,30	314.115,13	200,02 D
1.1.1.1.1.06.04	BANCOS CONTA MOVIMENTO - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	297,93 D	351.600,00	351.875,27	22,66 D
1.1.1.1.1.06.04.00.00.000002	ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	297,93 D	351.600,00	351.875,27	22,66 D
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	295.023.225,78 D	0,00	0,00	295.023.225,78 D
1.1.3.6	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	295.023.225,78 D	0,00	0,00	295.023.225,78 D
1.1.3.6.1	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - RPPS	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.1.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E	650.155,64 D	0,00	0,00	650.155,64 D
1.1.3.6.2	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	294.373.070,14 D	0,00	0,00	294.373.070,14 D
1.1.3.6.2.01	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER - RPPS	170.883.486,11 D	0,00	0,00	170.883.486,11 D
1.1.3.6.2.01.01	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	170.883.486,11 D	0,00	0,00	170.883.486,11 D
1.1.3.6.2.02	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - RPPS	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM	6.518.360,86 D	0,00	0,00	6.518.360,86 D
1.1.3.6.2.04	CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - APORTES MENSAIS EM VALORES	111.001.977,15 D	0,00	0,00	111.001.977,15 D
1.1.3.6.2.04.01	APORTES MENSAIS PREESTABELECIDOS PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	111.001.977,15 D	0,00	0,00	111.001.977,15 D
1.1.3.6.2.99	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.3.6.2.99.02.01	(53376) PARCELAMENTO DÉFICIT ATUARIAL PARA COM O RPPS	5.969.246,02 D	0,00	0,00	5.969.246,02 D
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	222.436.289,94 D	16.587.687,43	8.914.549,06	230.109.428,31 D
1.1.4.4	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	222.436.289,94 D	16.587.687,43	8.914.549,06	230.109.428,31 D
1.1.4.4.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO DO RPPS -	222.436.289,94 D	16.587.687,43	8.914.549,06	230.109.428,31 D
1.1.4.4.1.01	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	28.448.698,78 D	332.138,34	0,00	28.780.837,12 D
1.1.4.4.1.01.05	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	28.448.698,78 D	332.138,34	0,00	28.780.837,12 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000001	(61572) ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	27.188.831,50 D	317.732,00	0,00	27.506.563,50 D
1.1.4.4.1.01.05.00.00.000002	(61573) BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID - 180766-8	1.259.867,28 D	14.406,34	0,00	1.274.273,62 D
1.1.4.4.1.02	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIAVEL - RPPS - FUNDO EM	9.418.754,11 D	948.197,26	0,00	10.366.951,37 D
1.1.4.4.1.02.01	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	9.418.754,11 D	948.197,26	0,00	10.366.951,37 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000001	(61576) ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	1.817.829,86 D	204.158,31	0,00	2.021.988,17 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000004	(61579) FIC ACÕES VALOR RPPS	1.990.246,34 D	230.997,52	0,00	2.221.243,86 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000005	(61580) ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	4.177.090,21 D	407.142,49	0,00	4.584.232,70 D

Fls: 89
Proc.: 20000174/26
ITAPREVI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000009	(61569) ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	1.017.403,94 D	99.863,60	0,00	1.117.267,54 D
1.1.4.4.1.02.01.00.00.000010	(61571) CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCADO 119-9	416.183,76 D	6.035,34	0,00	422.219,10 D
1.1.4.4.1.06	APLICAÇÕES EM ENQUADRAMENTO - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	100.552.274,70 D	13.421.546,03	8.716.572,43	105.257.248,30 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000005	(60831) ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI	132.227,94 D	2.012,58	0,00	134.240,52 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000006	(60832) ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	164.560,20 D	1.954,29	0,00	166.514,49 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000009	(60835) ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FICFI 21.838.150/0001-49	249.953,63 D	3.804,41	0,00	253.758,04 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000010	(60837) CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	10.824.832,41 D	213.597,53	0,00	11.038.429,94 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000015	(60838) ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 FI - TX. ADM	2.515.011,90 D	29.266,24	351.600,00	2.192.678,14 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000016	(60839) BB PREVID IDKA 2. 39.231-6	1.349.056,51 D	15.797,37	0,00	1.364.853,88 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000019	(68422) C/C 000053 - 2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - CNPJ: 05.164.356	8.948.945,18 D	106.539,67	292.972,43	8.762.512,42 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000020	(68418) C/C 39231 - 6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092/0001-09	19.669.957,59 D	227.349,56	0,00	19.897.307,15 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000021	(68432) C/C 11441060000 - 237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/0001-90	35.193.692,91 D	414.264,22	0,00	35.607.957,13 D
1.1.4.4.1.06.00.00.00.000022	(68433) C/C 17804 - 5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	21.504.036,43 D	12.406.960,16	8.072.000,00	25.838.996,59 D
1.1.4.4.1.30	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	84.016.562,35 D	1.885.805,80	197.976,63	85.704.391,52 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000002	(61585) BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA ADM)	43.081,34 D	0,00	7.281,29	35.800,05 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000004	(61587) ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI	3.052,17 D	35,67	0,00	3.087,84 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000005	(61588) BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	22.493.679,07 D	388.413,41	0,00	22.882.092,48 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000006	(61589) BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RET TOTAL	7.510.552,43 D	88.723,80	0,00	7.599.276,23 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000010	(61593) BB PREVID RF PERFIL	40.019.079,22 D	478.650,79	190.695,34	40.307.034,67 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000011	(61594) BB PREVID RF IMAB 5+	408.103,65 D	3.333,35	0,00	411.437,00 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000015	(61974) BB PREV TP IPCA	14.302.121,21 D	163.542,04	0,00	14.465.663,25 D
1.1.4.4.1.30.00.00.00.000021	(68380) C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	763.106,74 C	763.106,74	0,00	0,00 D
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.444.161.610,73 D	258.908,12	1.345,01	1.444.419.173,84 D
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.443.993.025,51 D	258.908,12	0,00	1.444.251.933,63 D
1.2.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.346.958.681,68 D	0,00	0,00	1.346.958.681,68 D
1.2.1.1.1	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A LONGO PRAZO	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.1.06.03	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E	13.386.906,95 D	0,00	0,00	13.386.906,95 D
1.2.1.1.2	CRÉDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	1.333.571.774,73 D	0,00	0,00	1.333.571.774,73 D
1.2.1.1.2.06	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A LONGO PRAZO	139.493.325,96 D	0,00	0,00	139.493.325,96 D
1.2.1.1.2.06.04	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM	83.578.780,30 D	0,00	0,00	83.578.780,30 D
1.2.1.1.2.06.99	OUTROS CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS PARCELADOS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	55.914.545,66 D	0,00	0,00	55.914.545,66 D
1.2.1.1.2.06.99.01	ACORDO DE DÉFICIT ATUARIAL	26.080.840,29 D	0,00	0,00	26.080.840,29 D
1.2.1.1.2.06.99.02	(67630) ACORDO Nº 4145/2023 - PROC. 200.000.163/2023	29.833.705,37 D	0,00	0,00	29.833.705,37 D
1.2.1.1.2.08	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM	1.194.078.448,77 D	0,00	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.194.078.448,77 D	0,00	0,00	1.194.078.448,77 D
1.2.1.3	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	97.034.343,83 D	258.908,12	0,00	97.293.251,95 D
1.2.1.3.1	INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	97.034.343,83 D	258.908,12	0,00	97.293.251,95 D
1.2.1.3.1.09	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - LONGO PRAZO- FUNDO EM	32.041.951,45 D	258.908,12	0,00	32.300.859,57 D

Fls. 90 ITAPREVI
Proc.: 200000174/26

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1.2.1.3.1.09.01	TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL	32.041.951,45 D	258.908,12	0,00	32.300.859,57 D
1.2.1.3.1.09.01.01	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO	32.041.951,45 D	258.908,12	0,00	32.300.859,57 D
1.2.1.3.1.98	OUTROS INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	64.992.392,38 D	0,00	0,00	64.992.392,38 D
1.2.3	IMOBILIZADO	168.585,22 D	0,00	1.345,01	167.240,21 D
1.2.3.1	BENS MOVEIS	206.952,66 D	0,00	0,00	206.952,66 D
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	206.952,66 D	0,00	0,00	206.952,66 D
1.2.3.1.1.01	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	48.520,71 D	0,00	0,00	48.520,71 D
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	1.499,00 D	0,00	0,00	1.499,00 D
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	32.982,81 D	0,00	0,00	32.982,81 D
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	14.038,90 D	0,00	0,00	14.038,90 D
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMÁTICA	30.518,61 D	0,00	0,00	30.518,61 D
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	29.973,61 D	0,00	0,00	29.973,61 D
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	545,00 D	0,00	0,00	545,00 D
1.2.3.1.1.03	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	25.404,60 D	0,00	0,00	25.404,60 D
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	1.551,55 D	0,00	0,00	1.551,55 D
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	23.853,05 D	0,00	0,00	23.853,05 D
1.2.3.1.1.04	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	160,00 D	0,00	0,00	160,00 D
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	0,00	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	0,00	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99.01	DEMAIS BENS MÓVEIS	102.348,74 D	0,00	0,00	102.348,74 D
1.2.3.1.1.99.99.01.00.000001	OUTROS BENS MÓVEIS	102.088,64 D	0,00	0,00	102.088,64 D
1.2.3.1.1.99.99.01.00.000013	BENS MOVEIS	260,10 D	0,00	0,00	260,10 D
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	38.367,44 C	0,00	1.345,01	39.712,45 C
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	38.367,44 C	0,00	1.345,01	39.712,45 C
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	38.367,44 C	0,00	1.345,01	39.712,45 C
1.2.3.8.1.01.02	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	23.273,40 C	0,00	226,25	23.499,65 C
1.2.3.8.1.01.03	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	27.811,27 C	0,00	0,00	27.811,27 C
1.2.3.8.1.01.99	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	12.717,23 D	0,00	1.118,76	11.598,47 D
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.961.621.732,23 C	167.258.212,40	166.736.356,89	1.961.099.876,72 C
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	2.488.807,00 C	11.169.712,53	10.647.857,02	1.966.951,49 C
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	20.392,91 C	8.802.348,72	8.850.093,83	68.138,02 C
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.1.1.01.01	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	1.688,42 D	259.743,94	309.340,04	47.907,68 C
2.1.1.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00 C	8.487.931,78	8.487.931,78	0,00 C
2.1.1.2.1	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	8.487.931,78	8.487.931,78	0,00 C
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00 C	8.487.931,78	8.487.931,78	0,00 C

Fls: 91
Proc.: 20090174/26

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2.1.1.3	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00 C	1.056,00	1.056,00	0,00 C
2.1.1.3.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	1.056,00	1.056,00	0,00 C
2.1.1.3.1.01	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	0,00 C	1.056,00	1.056,00	0,00 C
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.081,33 C	53.617,00	51.766,01	20.230,34 C
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	51.766,01	51.766,01	0,00 C
2.1.1.4.1.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	0,00 C	34.807,50	34.807,50	0,00 C
2.1.1.4.1.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00 C	34.807,50	34.807,50	0,00 C
2.1.1.4.1.98	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	0,00 C	16.958,51	16.958,51	0,00 C
2.1.1.4.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS	6.270,78 C	1.850,99	0,00	4.419,79 C
2.1.1.4.2.01	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	6.270,78 C	1.850,99	0,00	4.419,79 C
2.1.1.4.3	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO	15.810,55 C	0,00	0,00	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	15.810,55 C	0,00	0,00	15.810,55 C
2.1.1.4.3.01.01	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	15.810,55 C	0,00	0,00	15.810,55 C
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO -	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	0,00 C	18.710,54	18.710,54	0,00 C
2.1.8	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.468.414,09 C	2.348.653,27	1.779.052,65	1.898.813,47 C
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	2.468.414,09 C	2.346.950,20	1.777.349,58	1.898.813,47 C
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	2.468.414,09 C	2.346.950,20	1.777.349,58	1.898.813,47 C
2.1.8.8.1.01	CONSIGNAÇÕES	2.468.414,09 C	2.344.093,05	1.774.417,87	1.898.738,91 C
2.1.8.8.1.01.01	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	666.209,43 C	9.892,46	170.764,63	827.081,60 C
2.1.8.8.1.01.02	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00 C	12.256,98	14.036,57	1.779,59 C
2.1.8.8.1.01.10	PENSAO ALIMENTICIA	144.103,12 C	22.360,26	22.360,26	144.103,12 C
2.1.8.8.1.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS	1.658.101,54 C	2.299.583,35	1.567.256,41	925.774,60 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000006	(61959) IRRF PF	817.365,67 C	1.494.919,94	781.315,63	103.761,36 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000008	(61960) CEF-EMPRÉSTIMO	263.629,84 C	263.629,84	261.584,96	261.584,96 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000010	(61961) SEPE-NÚCLEO	25.662,49 C	0,00	0,00	25.662,49 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000011	(61962) SINSERV	26.241,79 C	18.439,69	4.621,47	12.423,57 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000016	(61965) APLUB	88,80 C	0,00	0,00	88,80 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000017	(61966) BB - EMPRÉSTIMO	63.648,89 C	63.648,89	65.796,67	65.796,67 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000019	(61967) PREVISUL	116,70 C	0,00	0,00	116,70 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000025	(61979) EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	458.887,49 C	458.887,49	453.908,93	453.908,93 C
2.1.8.8.1.01.99.00.00.000027	(48745) IRRF PJ	2.459,87 C	57,50	28,75	2.431,12 C
2.1.8.8.1.03	DEPOSITOS JUDICIAIS	0,00 C	2.857,15	2.931,71	74,56 C
2.1.8.8.1.03.01	DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	0,00 C	2.857,15	2.931,71	74,56 C
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00 C	1.703,07	1.703,07	0,00 C
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	1.703,07	1.703,07	0,00 C

Fls. 92
Proc.: 20000134/26
ITAPREVI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
2.1.8.9.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00 C	107,83	107,83	0,00 C
2.1.8.9.1.01.02	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00 C	107,83	107,83	0,00 C
2.1.8.9.1.98	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00 C	1.595,24	1.595,24	0,00 C
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.773.167.724,83 C	0,00	0,00	1.773.167.724,83 C
2.2.7.2.1.03	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	911.686.610,08 C	0,00	0,00	911.686.610,08 C
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	989.117.843,67 C	0,00	0,00	989.117.843,67 C
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	27.495.373,01 D	0,00	0,00	27.495.373,01 D
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	479.968,40 D	0,00	0,00	479.968,40 D
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	49.455.892,18 D	0,00	0,00	49.455.892,18 D
2.2.7.2.1.04	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	861.481.114,75 C	0,00	0,00	861.481.114,75 C
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO	1.486.620.556,43 C	0,00	0,00	1.486.620.556,43 C
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	347.878.998,23 D	0,00	0,00	347.878.998,23 D
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O	202.929.415,63 D	0,00	0,00	202.929.415,63 D
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	74.331.027,82 D	0,00	0,00	74.331.027,82 D
2.3	PATRIMÔNIO LIQUIDO	185.965.200,40 C	156.088.499,87	156.088.499,87	185.965.200,40 C
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	185.965.200,40 C	156.088.499,87	156.088.499,87	185.965.200,40 C
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	185.965.200,40 C	156.088.499,87	156.088.499,87	185.965.200,40 C
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.775.816.452,34 D	545.097,36	545.097,36	1.775.816.452,34 D
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	545.097,36 D	0,00	545.097,36	0,00 C
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.775.271.354,98 D	545.097,36	0,00	1.775.816.452,34 D
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	1.868.667.757,65 C	154.650.355,78	154.650.355,78	1.868.667.757,65 C
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	154.650.355,78 C	154.650.355,78	0,00	0,00 C
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.714.017.401,87 C	0,00	154.650.355,78	1.868.667.757,65 C
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	9.265.691,03 C	702.880,96	702.880,96	9.265.691,03 C
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	702.880,96 C	702.880,96	0,00	0,00 C
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.562.810,07 C	0,00	702.880,96	9.265.691,03 C
2.3.7.1.4	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	84.158.910,21 C	700,54	700,54	84.158.910,21 C
2.3.7.1.4.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	700,54 C	700,54	0,00	0,00 C
2.3.7.1.4.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	84.158.209,67 C	0,00	700,54	84.158.910,21 C
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	310.706,15 D	189.465,23	189.465,23	310.706,15 D
2.3.7.1.5.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	189.465,23 D	0,00	189.465,23	0,00 C
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	121.240,92 D	189.465,23	0,00	310.706,15 D
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00 D	8.879.133,74	0,00	8.879.133,74 D
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	0,00 D	361.106,05	0,00	361.106,05 D
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D

Fls: 93
Proc.: 20000134/26
ITAPREVI

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
3.1.1.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS -	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALÁRIOS	0,00 D	309.340,04	0,00	309.340,04 D
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.1.2.2.1.99	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00 D	51.766,01	0,00	51.766,01 D
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00 D	8.487.931,78	0,00	8.487.931,78 D
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.1.1.1.99	OUTRAS APOSENTADORIAS	0,00 D	7.372.915,62	0,00	7.372.915,62 D
3.2.2	PENSÕES	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.2.2.1	PENSÕES - RPPS	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.2.2.1.1	PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.2.2.1.1.99	OUTRAS PENSÕES	0,00 D	1.115.016,16	0,00	1.115.016,16 D
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00 D	19.151,29	0,00	19.151,29 D
3.3.2	SERVIÇOS	0,00 D	17.806,28	0,00	17.806,28 D
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00 D	11.213,46	0,00	11.213,46 D
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	11.213,46	0,00	11.213,46 D
3.3.2.2.1.99	OUTROS SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA	0,00 D	11.213,46	0,00	11.213,46 D
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	6.592,82	0,00	6.592,82 D
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	6.592,82	0,00	6.592,82 D
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA	0,00 D	599,00	0,00	599,00 D
3.3.2.3.1.12	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	0,00 D	1.056,00	0,00	1.056,00 D
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00 D	4.937,82	0,00	4.937,82 D
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1.1.01	DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00 D	1.345,01	0,00	1.345,01 D
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1.7	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1.7.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE	0,00 D	7.281,29	0,00	7.281,29 D
3.6.1.7.1.08	DESVALORIZAÇÃO A VALOR JUSTO DOS INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS DO RPPS	0,00 D	3.663,33	0,00	3.663,33 D
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00 D	1.960,26	0,00	1.960,26 D
3.9.4	INCENTIVOS	0,00 D	1.960,26	0,00	1.960,26 D
3.9.4.9	OUTROS INCENTIVOS				

Fls: 94 ITAPREVI Proc.: 2000017/26

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
3.9.4.9.1	OUTROS INCENTIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	1.960,26	0,00	1.960,26 D
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00 D	1.703,07	0,00	1.703,07 D
3.9.9.6	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00 D	107,83	0,00	107,83 D
3.9.9.6.1	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00 D	107,83	0,00	107,83 D
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES	0,00 D	1.595,24	0,00	1.595,24 D
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES	0,00 D	1.595,24	0,00	1.595,24 D
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00 C	0,00	18.231.318,74	18.231.318,74 C
4.2	CONTRIBUIÇÕES	0,00 C	0,00	7.524.042,55	7.524.042,55 C
4.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00 C	0,00	7.524.042,55	7.524.042,55 C
4.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES	0,00 C	0,00	7.524.042,55	7.524.042,55 C
4.2.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO	0,00 C	0,00	6.193.520,90	6.193.520,90 C
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS	0,00 C	0,00	6.193.520,90	6.193.520,90 C
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	0,00 C	0,00	6.193.520,90	6.193.520,90 C
4.2.1.1.2	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS	0,00 C	0,00	1.330.521,65	1.330.521,65 C
4.2.1.1.2.01	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS	0,00 C	0,00	1.330.521,65	1.330.521,65 C
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS	0,00 C	0,00	219.850,20	219.850,20 C
4.2.1.1.2.01.02	CONTR.PATRONAL - PAGTO SENTENCAS JUDICIAIS - RPPS	0,00 C	0,00	1.110.671,45	1.110.671,45 C
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1.3	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS -	0,00 C	0,00	5.962.236,36	5.962.236,36 C
4.5.1.3.2.99	OUTRAS TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS	0,00 C	0,00	4.745.039,83	4.745.039,83 C
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.771.484,31 D	325.295.103,41	1.771.484,31	325.295.103,41 D
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	0,00 D	323.523.619,10	0,00	323.523.619,10 D
5.2.1	PREVISÃO DA RECEITA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.1.1	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2.1.1	DOTAÇÃO INICIAL	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	0,00 D	161.761.809,55	0,00	161.761.809,55 D
5.3	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	1.771.484,31 D	1.771.484,31	1.771.484,31	1.771.484,31 D
5.3.1	INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.769.633,32 D	1.769.633,32	1.769.633,32	1.769.633,32 D
5.3.1.1	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00 D	1.769.633,32	0,00	1.769.633,32 D
5.3.1.7	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.769.633,32 D	0,00	1.769.633,32	0,00 D

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
5.3.2	INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	1.850,99 D	1.850,99	1.850,99	1.850,99 D
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	0,00 D	1.850,99	0,00	1.850,99 D
5.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.850,99 D	0,00	1.850,99	0,00 D
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.771.484,31 C	45.804.685,69	369.328.304,79	325.295.103,41 C
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00 C	44.031.350,39	367.554.969,49	323.523.619,10 C
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00 C	17.468.212,00	179.230.021,55	161.761.809,55 C
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	0,00 C	17.468.212,00	161.761.809,55	144.293.597,55 C
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	0,00 C	0,00	17.468.212,00	17.468.212,00 C
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00 C	26.563.138,39	188.324.947,94	161.761.809,55 C
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO	0,00 C	26.563.138,39	188.324.947,94	161.761.809,55 C
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONÍVEL	0,00 C	8.871.719,61	161.761.809,55	152.890.089,94 C
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO	0,00 C	17.691.418,78	26.563.138,39	8.871.719,61 C
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00 C	8.870.507,44	8.871.719,61	1.212,17 C
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00 C	8.820.911,34	8.870.507,44	49.596,10 C
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00 C	0,00	8.820.911,34	8.820.911,34 C
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	1.771.484,31 C	1.773.335,30	1.773.335,30	1.771.484,31 C
6.3.1	EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	1.769.633,32 C	1.769.633,32	1.769.633,32	1.769.633,32 C
6.3.1.1	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00 C	0,00	1.769.633,32	1.769.633,32 C
6.3.1.7	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.769.633,32 C	1.769.633,32	0,00	0,00 C
6.3.1.7.1	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.769.633,32 C	1.769.633,32	0,00	0,00 C
6.3.2	EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	1.850,99 C	3.701,98	3.701,98	1.850,99 C
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR	0,00 C	1.850,99	1.850,99	0,00 C
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS	0,00 C	0,00	1.850,99	1.850,99 C
6.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	1.850,99 C	1.850,99	0,00	0,00 C
7	CONTROLES DEVEDORES	187.597.419,66 D	17.468.212,00	0,00	205.065.631,66 D
7.1	ATOS POTENCIAIS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3	DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1	DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1.99	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 D	0,00	0,00	57.231.136,11 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000001	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 D	0,00	0,00	18.911.671,16 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 D	0,00	0,00	21.007.644,65 D
7.1.1.3.1.99.00.00.00.000003	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 D	0,00	0,00	17.311.820,30 D
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	130.366.283,55 D	17.468.212,00	0,00	147.834.495,55 D
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	130.366.283,55 D	17.468.212,00	0,00	147.834.495,55 D
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	130.366.283,55 D	17.468.212,00	0,00	147.834.495,55 D
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINÁRIOS	258.593.492,86 C	0,00	0,00	258.593.492,86 C
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	399.454.076,10 D	17.468.212,00	0,00	416.922.288,10 D
7.2.1.1.3	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	10.494.299,69 C	0,00	0,00	10.494.299,69 C

Parâmetros: Entidades: [{"valor":"411","descricao":"ITAPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI"}]; Data Inicial: 01/01/2026; Quebrar entidades abaixo das contas: N; Data Final: 31/01/2026; Exercício: 2026; Consolidado: N; Demonstrar contas no nível: 10 - Versão: 32 de 07/02/2025 10:41:55

Máscara	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
8	CONTROLES CREDORES	187.597.419,66 C	38.304.302,53	55.772.514,53	205.065.631,66 C
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02	OUTROS DIREITOS CONTRATUAIS - EM EXECUÇÃO	57.231.136,11 C	0,00	0,00	57.231.136,11 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000001	ACORDSO 00805/2018 - EQUAÇÃO DEFICIT ATUARIAL	18.911.671,16 C	0,00	0,00	18.911.671,16 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000002	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	21.007.644,65 C	0,00	0,00	21.007.644,65 C
8.1.1.3.1.99.02.00.00.000003	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ	17.311.820,30 C	0,00	0,00	17.311.820,30 C
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	130.366.283,55 C	38.304.302,53	55.772.514,53	147.834.495,55 C
8.2.1	EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	130.366.283,55 C	38.304.302,53	55.772.514,53	147.834.495,55 C
8.2.1.1	EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	130.366.283,55 C	38.304.302,53	55.772.514,53	147.834.495,55 C
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	121.772.933,57 D	18.264.082,56	26.860.574,95	113.176.441,18 D
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	121.772.933,57 D	18.264.082,56	26.860.574,95	113.176.441,18 D
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	1.769.633,32 C	8.870.507,44	8.871.719,61	1.770.845,49 C
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	1.769.633,32 C	8.870.507,44	8.871.719,61	1.770.845,49 C
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR	9.140.689,81 C	11.169.712,53	10.647.857,02	8.618.834,30 C
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	1.850,99 C	8.822.762,33	8.870.507,44	49.596,10 C
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	9.138.838,82 C	2.346.950,20	1.777.349,58	8.569.238,20 C
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	241.228.893,99 C	0,00	9.392.362,95	250.621.256,94 C
8.2.1.1.4.01	UTILIZADA COM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	88.309.488,66 C	0,00	7.045.412,75	95.354.901,41 C
8.2.1.1.4.02	UTILIZADA COM RETENÇÕES E CONSIGNAÇÕES	19.978.786,83 C	0,00	2.346.950,20	22.325.737,03 C
8.2.1.1.4.99	DEMAIS UTILIZAÇÕES	132.940.618,50 C	0,00	0,00	132.940.618,50 C
	TOTAL:	0,00 C	642.381.682,81	642.381.682,81	0,00 C

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 26/05/2026 12:12:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Proc.: 20000174/26 fls. 07

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quadro Principal

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)			
Ingressos		**170.819.454,64**	**110.243.259,59**
Outras Receitas Correntes e Derivadas	1FC	24.316.941,95	18.242.550,17
Receita Agropecuária	1FC	0,00	0,00
Receita de Contribuições	1FC	86.474.693,36	43.865.860,62
Receita de Serviços	1FC	0,00	0,00
Receita Industrial	1FC	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1FC	39.448.899,66	24.525.440,98
Receita Tributária	1FC	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	1FC	0,00	0,00
Transferências recebidas	1FC	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais		20.578.919,67	23.609.407,82
Desembolsos		**(131.493.267,34)**	**(128.593.973,76)**
Pessoal e demais despesas	3FC	(110.434.120,52)	(104.293.459,50)
Juros e encargos da dívida	4FC	0,00	0,00
Transferências concedidas	2FC	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		(21.059.146,82)	(24.300.514,26)
		39.326.187,30	**(18.350.714,17)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Alienação de bens		0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos		**0,00**	**(5.792,27)**
Aquisição de ativo não circulante		0,00	(5.792,27)
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos		0,00	0,00
		0,00	**(5.792,27)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)			
Ingressos		**0,00**	**0,00**
Operações de crédito		0,00	0,00
Integralização do capital de empresas dependentes		0,00	0,00
Transferência de capital recebidas		0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00	0,00
Desembolsos		**0,00**	**0,00**
Amortização/Refinanciamento da dívida		0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
		0,00	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		**39.326.187,30**	**(18.356.506,44)**
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		280.908.158,99	299.264.665,43
Caixa e Equivalente de Caixa Final		320.234.346,29	280.908.158,99

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 09/06/2026 03:28:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITEM 11 NOTAS EXPLICATIVAS		
Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

ITAPREVI
Fls.: 99
Proc.: 200000174/26

• **Órgão:**	**ITAPREVI**
• **Período de Referência:**	**Exercício de 2025**
• **Setor de Contabilidade:**	**Diretoria Geral Financeira**
• **Nº do processo interno:**	**200.000.174/2026**
• **Data da Emissão:**	**20/04/2026**
• **Nome do Responsável:**	**ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**
• **Número do CRC/RJ:**	**CRC- RJ: 111.583/O-3**

A principal norma de regência da Autarquia é a Lei Municipal 2.499/2005, a qual organiza o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí – RPPS, com base no o art.40 da Constituição Federal. O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que garantam meios de subsistência nos eventos elencados no art. 201 da Constituição da República. O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí tem como unidade gestora, a ITAPREVI, inscrita no CNPJ n.° 04.764.158/0001-99, Autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeiros próprios, criada pela Lei nº 2.387 de 02 de dezembro de 2003. A ITAPREVI, com sede e foro na cidade de Itaguaí é regida pela Lei Municipal 2.499/2005, Regulamentos e demais normas aplicáveis, e gozará em toda sua plenitude, no tocante a seus bens, serviços e ações, dos privilégios e imunidades, inclusive de naturezas processual e tributária, garantidos à Administração Pública.

Outras normas alteraram a Lei 2.499/2005, principalmente após o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, em especial as Leis Municipais nºs 3.893/2020 e 3990/2021.

REPRESENTANTE LEGAL DO INSTITUTO

O Instituto de Previdência de Itaguaí - RJ é Presidido atualmente pelo Senhor Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves - Presidente do Instituto a partir do dia 28 de novembro de 2025.

SISTEMA DE CONTABILIDADE

O Sistema de contabilidade utilizado pelo Instituto de Previdência de Itaguaí – Itaprevi é fornecido pela empresa Modernização Pública e Informática LTDA, contrato n.º 426/2022, pregão eletrônico n.º 129/2022, situada na Rua. Pref. José Montes Paixão, 1708 - Centro, Mesquita - RJ, CEP: 26553-161, inscrita no CNPJ: 15.064.270/0001-33.

Operacionalidade do sistema Informatizado de Contabilidade: durante o ano de 2025, foram constatados erros em decorrência da importação de dados do sistema contábil incompleta oriundos do sistema anterior de contabilidade para o atual.

No final de 2025 foi contratado nova empresa de sistema de contabilidade, Custom Sistemas, contrato n.º 007/2026, pregão eletrônico n.º 073/2025, em substituição da empresa Modernização Pública com a implantação no início de 2026, mês de janeiro.

Planilha I

Tabela Caixa e Equivalentes de Caixa				
1.1.1.1.0.00.00.00.00.000 - Caixa	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Bancos Rede Bancária	R$ 605,78	R$ 29.035,14	0,00012%	-97,91%
Total	**R$ 605,78**	**R$ 29.035,14**		

As contas de caixa e equivalentes de caixa evidenciaram que os valores em tesouraria ficam em 31/12/2025 pelo valor mínimo a ser aplicado.

Planilha II

Tabela Investimentos – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO			
1.1.4.0.0.00.00.00.00	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	R$ 222.436.289,94	R$ 279.956.312,85	-20,55%
Total	**R$ 222.436.289,94**	**R$ 279.956.312,85**	**-20,55%**

Planilha III

Tabela Investimentos – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO-AJUSTADO – SEM A REDUÇÃO DE R$ 763.106,74			
1.1.4.0.0.00.00.00.00	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS DE CURTO PRAZO - RPPS	R$ 223.199.396,68	R$ 279.956.312,85	-20,27%
Total	**R$ 223.199.396,68**	**R$ 279.956.312,85**	**-20,27%**

A planilha III foi ajustada sem o valor de R$ 763.106,74 (setecentos e sessenta e três mil cento e seis reais e setenta e quatro centavos), que estava no ativo como credora. Isso reduz o valor dos investimentos no curto prazo, como mostra a planilha II (problema foi ajustado no mês de janeiro de 2026).

Portanto o valor de **R$ 320.234.346,29** (trezentos e vinte milhões duzentos e trinta e quatro mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte nove centavos). Planilhas I,III e IV.

Os investimentos em curto prazo o decréscimo do ano de 2024 para o ano de 2025 foi em razão de que os ativos em NTN-B 2035 e LETRAS FINANCEIRAS DO BANCO MASTER, foram realocados em investimentos no longo prazo.

Planilha IV

Tabela Investimentos – INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO			
1.2.1.3.0.00.00.00.00	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
C/C 760199 - 35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	R$ 32.041.951,45	R$ 30.690.183,76	4,40%
C/C 000109523 - 6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF IPCA	R$ 64.992.392,38	R$ 63.129.040,16	2,95%
Total	**R$ 97.034.343,83**	**R$ 93.819.223,92**	**3,43%**

Os investimentos no longo prazo são decorrentes de títulos públicos e letras financeiras que no ano de 2024 estavam no curto prazo e durante o ano de 2025 foram realocadas no longo prazo.

Quanto a situação em 31/12/2025:

As aplicações de em Títulos Públicos NTN-B 2035 foram adquiridas no ano de 2024 e durante o ano de 2025 foi direcionado para aplicações no longo prazo e com pagamento de 04 (quatro cupons semestrais de em média 800.000,00 oitocentos mil) com a análise horizontal demonstra um crescimento de 4,40%.

As aplicações em Letras Financeiras se referem ao Banco Master cujo vencimento até então seria de 10 anos (2034), foram adquiridas no ano de 2024, com pagamento de cupom anual, totalizando 10 (dez) cupons anuais se mantiver até o vencimento. No ano de 2025 em junho e julho foram pagos os primeiros cupons, no valor de R$ 4.875.941,78 (quatro milhões oitocentos e setenta e cinco mil novecentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos).

Entretanto, em novembro do ano de 2025 foi decretada a liquidação extrajudicial do Banco Master.

Isso impacta na carteira de investimentos do Itaprevi, que adotou medidas para Habilitação junto ao Liquidante do Banco Master para a recuperação antecipada do valor investido. Assim, até que haja decisão na liquidação extrajudicial, com a emissão de um relatório sobre a situação das Letras Financeiras do banco Master, não foi possível, no mês de dezembro de 2025, considerar como uma eventual perda.

Passivo Atuarial e Provisões Matemáticas Previdenciárias – Obrigatórios para RPPS

Provisões Matemáticas Provisão Matemática é a conta do Passivo Atuarial que expressa a projeção de todos os compromissos atuariais presentes no Plano de Benefícios Previdenciários, representativa assim da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas). Ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras trazidos financeiramente a data presente do cálculo (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros. A Provisão Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos, com projeções feitas para antes e após sua data prevista para aposentadoria. As provisões matemáticas foram avaliadas em 31/12/2023 apresentando os valores de:

Conta	Descrição	Geração Atual
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇAO**	**1.773.311.963,00**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇAO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**911.686.610,08**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	**989.117.843,67**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇOES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	27.495.373,01
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇOES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAOO DO RPPS	479.968,40
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	49.455.892,18
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇAO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**861.625.352,92**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	**1.486.847.063,83**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇOES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	347.923.804,88
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇOES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	202.955.552,85
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	74.342.353,19

Resultado Técnico

Ao se calcular a diferença entre o Patrimônio de Cobertura e as Provisões Matemáticas, pode-se avaliar o Resultado Técnico do Plano, verificando se ele é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo. O quadro a seguir apresenta este resultado levando em consideração as obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Instituto de Previdência:

Tabela: Resultados a valor presente

Conta	Descrição	Geração Atual
2.3.0.0.0.00.00	**ATIVO GARANTIDORES DO COMPROMISSO DO PLANO**	**1.775.397.274,87**
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇAO**	**1.773.311.963,00**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇAO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**911.686.610,08**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	**989.117.843,67**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇOES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	27.495.373,01
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇOES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAOO DO RPPS	479.968,40
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	49.455.892,18
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇAO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**861.625.352,92**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	**1.486.847.063,83**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇOES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	347.923.804,88
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇOES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	202.955.552,85
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇAO DO RPPS	74.342.353,19

2.3.7.1.1.00.00	RESULTADO ATUARIAL	2.085.311,87

Os resultados apresentados na tabela acima demonstram que, na data-base de 31/12/2024, o Instituto de Previdência de Itaguaí – ITAPREVI apresentou equilíbrio financeiro e atuarial, com resultado técnico positivo de R$ 2.085.311,87. Esse superávit decorre da contabilização do valor presente do plano de amortização do déficit atuarial, conforme preconizado pelo novo tratamento contábil estabelecido pelo IPC 14 da Secretaria de Previdência, que autoriza o registro do referido plano como ativo realizável do RPPS.

É importante destacar que, excluído o valor presente do plano de amortização (R$ 1.181.881.490,73), o patrimônio de cobertura efetivo do Regime representa apenas 33,47% do total das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. Ou seja, o equilíbrio técnico do plano depende essencialmente da manutenção e fiel cumprimento dos aportes mensais pactuados pelo Ente Federativo.

Em razão do grande atraso nos repasses dos valores referentes aos aportes para equacionamento do déficit atuarial, foram celebrados, em 2026, cinco novos acordos de parcelamento e reparcelamento de débitos.

Foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições patronais, nºs 817/2026 (período de 01/2024 a 08/2025) e 823/2026 (período de 09/2025 a 12/2025) e para os aportes para equacionamento do déficit atuarial nºs 816/2026 (período de 03/2024 a 08/2025) e 824/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles se encontram registrados no CADPREV e pendente de análise. O acordo 003/2024 foi reparcelado com base na Emenda Constitucional nº 136/2026, gerando o Termo de Acordo nº 832/2026, Todos os acordos se encontram pendentes de análise no CADPREV.

Dessa forma, para que esse equilíbrio seja mantido ao longo do tempo, será fundamental que:

Os repasses financeiros decorrentes do plano de amortização do déficit sejam efetuados nos prazos legais e em sua integralidade;

Os investimentos dos recursos garantidores sejam realizados com prudência e foco na rentabilidade suficiente para atingir ou superar a meta atuarial fixada (taxa real de 4,95% ao ano);

O plano seja monitorado periodicamente quanto à liquidez e à evolução dos compromissos futuros, de forma a antecipar quaisquer riscos de desequilíbrio.

Para o ano de 2026:

O relatório de avaliação atuarial com data base em 31/12/2025, será atualizado no sistema de contabilidade no decorrer do exercício de 2026 em razão da implantação do novo sistema contábil que teve seu início em janeiro de 2026.

Abaixo os acordos firmados anteriormente e recebidos no ano de 2025:

ACORDOS N.º: 793, 802, 804, e 805 de 2018.

Especificação dos acordos em vigência no Itaprevi n. º 793,802,804, e 805 de 2018.

Acordos:

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00793/2018**	Data	05/06/2018
Valor Consolidado	R$ 30.799.161,32	Valor da prestação inicial	R$ 153.995,81
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/, Processo TCE/RJ n.º206886-1/2019

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00802/2018**	Data	05/06/2018
Valor Consolidado	R$ 4.726.760,37	Valor da prestação inicial	R$ 73.633,80
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/ , Processo TCE/RJ n.º206886-1/2019

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00804/2018**	Data	06/06/2018
Valor Consolidado	R$ 45.543.956,79	Valor da prestação inicial	R$ 27.719,78
Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/, Processo TCE/RJ n.º 206886-1/2019

Acordo de parcelamento e confissão de débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV	**00805/2018**	Data	08/06/2018
Valor Consolidado	R$ 18.911.671,16	Valor da prestação inicial	R$ 94.558,36

ITEM 11 NOTAS EXPLICATIVAS		ITAPREVI Fls.: 105 Proc.: 200000174/26
Órgão: ITAPREVI	**Município: ITAGUAI**	**Exercício: 2025**

Número das Prestações	200	Vencimento da primeira prestação	15/07/2018

Fonte: Departamento Financeiro do Itaprevi, https://cadprev.previdencia.gov.br/ Processo TCE/RJ n.º206886-1/2019

ACORDO				
2025	793/2018	802/2018	804/2018	805/2018
JANEIRO				
FEVEREIRO	R$ 308.617,60	R$ 156.659,75	R$ 484.485,74	R$ 201.177,85
MARÇO	R$ 329.282,97	R$ 157.448,15	R$ 486.923,94	R$ 202.190,68
ABRIL	R$ 335.266,65	R$ 160.309,27	R$ 495.772,24	R$ 205.864,47
MAIO	R$ 338.824,10	R$ 162.010,29	R$ 501.032,78	R$ 208.048,85
JUNHO	R$ 341.977,92	R$ 163.518,31	R$ 505.696,46	R$ 209.985,39
JULHO	R$ 344.581,51	R$ 164.763,23	R$ 509.546,51	R$ 211.584,09
AGOSTO	R$ 347.146,72	R$ 165.989,79	R$ 513.339,78	R$ 213.159,20
SETEMBRO	R$ 349.790,53	R$ 167.253,95	R$ 517.249,30	R$ 214.782,59
OUTUBRO	R$ 351.153,60	R$ 167.905,69	R$ 519.264,90	R$ 215.619,55
NOVEMBRO	R$ 354.911,96	R$ 169.702,77	R$ 524.822,54	R$ 217.927,32
DEZEMBRO				
TOTAL	R$ 3.401.553,56	R$ 1.635.561,20	R$ 5.058.134,19	R$ 2.100.339,99

Conforme apresentado na planilha acima, o mês de janeiro de 2025 não foi repassado o valor da parcela devida. E o instituto de previdência de Itaguai vem solicitando os valores devidos.

O mês de dezembro de 2025 foi recebido no mês de janeiro de 2026.

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

A Lei Municipal n.º 3.376 de 26 de novembro de 2015, que tem por finalidade alterar o plano de custeio do regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí e revoga a Lei de segregação de massas, a fim de manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

A planilha abaixo evidencia os valores efetivamente recebidos no ano de 2025:

APORTE PREVIDENCIÁRIO DO ANO DE 2025	DEVIDO	REPASSADO

JANEIRO	R$ 5.394.969,21	R$ 5.394.969,21
FEVEREIRO	R$ 5.394.969,21	R$ 5.394.969,21
MARÇO	R$ 5.394.969,21	R$ 5.394.969,21
ABRIL	R$ 5.394.969,21	R$ 5.394.969,21
MAIO	R$ 5.394.969,21	
JUNHO	R$ 5.394.969,21	
JULHO	R$ 5.394.969,21	
AGOSTO	R$ 5.394.969,21	
SETEMBRO	R$ 5.394.969,21	
OUTUBRO	R$ 5.394.969,21	
NOVEMBRO	R$ 5.394.969,21	
DEZEMBRO	R$ 5.394.969,21	
TOTAL	**R$ 64.739.630,52**	**R$ 21.579.876,84**

O Itaprevi recebeu em 2025 o valor de R$ 21.579.876,84 (vinte um milhões quinhentos e setenta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Os valores do aporte previdenciário do ano de 2025 e do ano de 2024, as contribuições patronais de 2024 e 2025 foram atualizados e enviados para o Ente Municipal para ser elaborado o Termo de Parcelamento, o que já ocorreu e aguarda análise no sistema CADPREV.

O item 42, Fundo em repartição, o Modelo 37, não faz parte do Instituto de Previdência de Itaguaí- ITAPREVI;

O Modelo 09 o saldo da conta única patrimonial é de **R$ 605,78** (seiscentos e cinco reais e setenta e oito centavos).

O Modelo 40, Item 43, Modelo 02, Modelo 11, Modelo 10.1 guardam paridade com os registros contábeis.

Estes foram os fatos que o Instituto de Previdência de Itaguaí –RJ considera relevantes para serem expostos em notas explicativas no ano de 2025.

Itaguai, 25 de junho de 2026.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Matrícula: 34.656
CRC –RJ 111.583/O-3

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TRIBUNAL
Fls: 108
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

1 - IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO

- **Órgão:** [Nome do órgão]
- **Período de Referência:** Exercício de [Ano]
- **Unidade de Controle Interno:** [Nome do Setor]
- **Posição no Sistema de Controle Interno:** [Unidade Central de Controle Interno / Unidade Setorial de Controle Interno]
- **Relatório nº:** [Número Sequencial / Ano]
- **Nº do processo interno:** [Número / Ano]
- **Data da Emissão:** [Data Completa]
- **Conclusão:** [Regularidade, Regularidade com Ressalvas ou Irregularidade das Contas Anuais de Gestão]

2 - DOS RESPONSÁVEIS

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(eis) pela Prestação de Contas Anual de Gestão					
Responsável(eis) pelo encaminhamento da Prestação de Contas Anual de Gestão					
Responsável(eis) pelo Setor Contábil do órgão/entidade					
Responsável(eis) pelo Controle Interno do órgão/entidade					
Responsável pela Auditoria das Contas Anuais de Gestão do órgão/entidade					
Responsável(eis) pela Tesouraria do órgão/entidade					
Responsável(eis) pelos Bens Patrimoniais do órgão/entidade					
Outros responsáveis envolvidos na Prestação de Contas Anual de Gestão					

3 - DAS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Base Normativa: Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Complementar Estadual n.º 63/90 e Regimento Interno do TCE-RJ, aprovado pela Deliberação n.º 338/2023.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

MAPREV
Fls.: 109
Proc.: 200001741/26

Órgão:	Município:	Exercício:

Observação: ***Independentemente da marcação efetuada nas Questões Normativas ("Sim" ou "Não"), o Controle Interno DEVERÁ apresentar relato sucinto e objetivo, por meio de Nota Explicativa vinculada a cada item, pormenorizando o motivo da resposta, bem como as evidências analisadas, documentos consultados, procedimentos aplicados e, quando for o caso, as medidas adotadas para correção das inconformidades identificadas. A simples marcação do campo NÃO supre a exigência de fundamentação mínima, sendo indispensável a descrição das razões que justificam o atendimento ou o não atendimento do quesito, de forma clara, verificável e alinhada às boas práticas de controle governamental.***

	Questões Normativas	Sim	Não	
3.1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?			Vide Nota Explicativa
3.2	O órgão de controle interno elaborou **Programa anual e/ou Trimestral de auditorias e fiscalizações** para o exercício?			
3.3	O **programa de auditorias e fiscalizações** foi integralmente executado no exercício?			
3.4	Foram realizadas auditorias **contábeis, financeiras, patrimoniais, orçamentárias e operacional**?			
3.5	O controle interno emitiu recomendações ou relatórios com achados relevantes durante o exercício, e houve monitoramento quanto à adoção das providências pela gestão?			

Notas Explicativas:

3.1	**Sim**: Informar quais normas existem e se foram oficialmente publicadas. **Não**: Informar se há elaboração em andamento ou previsão de criação.
3.2	**Sim**: Indicar quais programas foram elaborados e a data de aprovação. **Não**: Explicar a razão da ausência e se há previsão de elaboração.
3.3	**Sim**: Relatar como e quando as ações previstas foram realizadas. **Não**: Indicar quais ações não foram executadas e por qual motivo.
3.4	**Sim**: Mencionar quais auditorias foram feitas e seus objetos. **Não**: Justificar a não realização e indicar se há previsão futura.
3.5	**Sim**: Informar recomendações emitidas e como ocorreu o monitoramento. **Não**: Informar se não houve achados ou se faltaram ações fiscalizatórias.

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

4 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO - PCA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

4.1 – CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

Observação: Independentemente da marcação efetuada nas Questões Normativas ("Sim" ou "Não"), o Controle Interno DEVERÁ apresentar relato sucinto e objetivo, por meio de Nota Explicativa vinculada a cada item, pormenorizando o motivo da resposta, bem como as evidências analisadas, documentos consultados, procedimentos aplicados e, quando for o caso, as medidas adotadas para correção das inconformidades identificadas. A simples marcação do campo NÃO supre a exigência de fundamentação mínima, sendo indispensável a descrição das razões que justificam o atendimento ou o não atendimento do quesito, de forma clara, verificável e alinhada às boas práticas de controle governamental.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

MATRICULA
Fls.: 110
Proc.: 200002174126

Órgão:	Município:	Exercício:

	Questões Normativas	Sim	Não	
4.1	A Unidade gestora disponibilizou tempestivamente a documentação da prestação de Contas de Gestão em conformidade com o anexo II da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17?			**Vide Nota Explicativa**
4.2	A documentação disponibilizada atende aos Modelos determinados no site institucional do TCE-RJ?			
4.3	As demonstrações contábeis atendem às normas estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64, MCASP e NBC TSP?			
4.4	O Relatório do Responsável pelo Setor Contábil foi devidamente assinado com a identificação do respectivo CRC e atesta a fidedignidade das rotinas e Demonstrativos Contábeis?			
4.5	As Notas Explicativas atendem ao conteúdo mínimo da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 e aos fundamentos da NBC TSP 11 e MCASP?			
4.6	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos **bens patrimoniais**, encontra-se arquivada no órgão?			
4.7	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos **bens em almoxarifado**, encontra-se arquivada no órgão?			
4.8	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de **tesouraria**, encontra-se arquivada no órgão?			
4.9	As informações financeiras e contábeis encaminhadas ao SIGFIS estão consistentes e têm paridade com os demonstrativos contábeis, em conformidade com a Deliberação TCE-RJ nº 281/2017 e com o art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017?			

Notas Explicativas:

4.1	**Sim**: Informar quando foi entregue. **Não**: Indicar documentos faltantes e justificar a ausência.
4.2	**Sim**: Confirmar se foi realizada a verificação no site e se os modelos do TCE foram utilizados corretamente. **Não**: Informar quais modelos não foram atendidos e o motivo.
4.3	**Sim**: Declarar que as demonstrações seguem a estrutura da Lei n.º 4.320/64, MCASP e NBC TSP. **Não**: Indicar as inconsistências e normas não atendidas.
4.4	**Sim**: Informar que foi verificado o relatório e o responsável contábil assinou conforme exigido. **Não**: Explicar ausência de assinatura ou irregularidade na identificação.
4.5	**Sim**: Declarar que, após análise, as notas explicativas atendem ao conteúdo mínimo. **Não**: Indicar quais informações essenciais não foram apresentadas.
4.6	**Sim**: Confirmar arquivamento, físico e/ou digital, da documentação patrimonial exigida. **Não**: Informar lacunas e documentos não localizados, bem como os motivos do não cumprimento.
4.7	**Sim**: Confirmar arquivamento, físico e/ou digital, da documentação de almoxarifado exigida. **Não**: Informar lacunas e documentos não localizados, bem como os motivos do não cumprimento.
4.8	**Sim**: Confirmar arquivamento, físico e/ou digital, da documentação de tesouraria exigida. **Não**: Informar lacunas e documentos não localizados, bem como os motivos do não cumprimento.
4.9	**Sim**: confirmar o envio e a paridade entre as informações encaminhadas no SIGFIS e os demonstrativos contábeis. **Não:** informar quais elementos não foram enviados no SIGFIS e identificar os saldos ou informações que não apresentam consistência com os demonstrativos contábeis, descrevendo as divergências constatadas.

4.2 – CONSISTÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os tópicos a seguir têm como referência informações a respeito dos procedimentos de controle interno realizados para avaliar e certificar a precisão, a confiabilidade e a veracidade dos registros contábeis que representam os resultados do exercício, evidenciados nos demonstrativos contábeis que integram a Prestação de Contas Anual de Gestão - PCA.

Considerando que o Controle Interno é definido como "**o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com o objetivo de proteger os ativos e produzir dados contábeis confiáveis**, as informações prestadas pelo Controle Interno devem estar baseadas em análise de conformidade

Órgão:	Município:	Exercício:

com as normas e padrões contábeis exigidos para o setor público, fazendo referências aos critérios (ou parâmetros) avaliados, aos procedimentos de verificação realizados e aos resultados obtidos. Exemplos: auditorias internais, conciliações, conferências contábeis, cruzamento de saldos e verificações aritméticas.

A resposta afirmativa ("**Sim**") será considerada **autoexplicativa,** pois decorre de aderência direta dos demonstrativos contábeis avaliados aos critérios legais utilizados pelo Controle Interno.

Em contrapartida, se a resposta da marcação for ("**Não**"), o Controle Interno deverá obrigatoriamente apresentar **Nota Explicativa**, indicando de forma objetiva: (I) os registros contábeis examinados (II) os critérios avaliados (III) a inconsistência encontrada, (IV) os valores divergentes, (V) a origem provável do erro e (VI) se foram adotadas providências corretivas.

Tabela 1 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	**Valor (R$)**
Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00
Resultado Patrimonial do Período (A)	**0,00**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	0,00
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	0,00
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	0,00
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	**0,00**
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	**0,00**
Diferença (F)= (D)-(E)	**0,00**

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício, Balanço Patrimonial do Exercício anterior (Linha B) e Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TAFREM
Fls.: 112
Proc.: 2000001174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

	Questões Normativas	Sim	Não	
4.10	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP (Tabela 1)?			**Vide Nota Explicativa** ***(Obrigatoriedade de Justificativa Exclusiva para Respostas "Não")***
4.11	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?			
4.12	O Patrimônio Líquido registrado na coluna "exercício anterior" é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei Federal n.º 4.320/64?			
4.13	O Saldo Patrimonial registrado na coluna "exercício anterior" é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei Federal n.º 4.320/64?			
4.14	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (Saldo Final), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei n.º 4.320/64?			
4.15	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?			
4.16	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário **(Despesa Empenhada – Despesa Liquidada) / (Despesa Liquidada – Despesa Paga)** está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64?			
4.17	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?			
4.18	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?			
4.19	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?			
4.20	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

4.10	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.11	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.12	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.13	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.14	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.15	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.16	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.17	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.18	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
4.19	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.

Órgão:	Município:	Exercício:

4.20	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.

5 – GESTÃO PATRIMONIAL

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial			
Descrição	**R$**	**Descrição**	**R$**
Ativo Circulante	0,00	Passivo Circulante	0,00
Ativo Não Circulante	0,00	Passivo Não Circulante	0,00
Total	**0,00**	Patrimônio Líquido	0,00
		Total	**0,00**
Ativo Financeiro	0,00	Passivo Financeiro	0,00
Ativo Permanente	0,00	Passivo Permanente	0,00
Saldo Patrimonial			**0,00**
Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)			**0,00**

Fonte: Balanço Patrimonial.

Tabela 3 - Paridade do saldo do Ativo Imobilizado	
(A)Valor constante no relatório elaborado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais	0,00
(B)Saldo do Ativo Imobilizado constante nos Registros Contábeis	0,00
(C) Diferença (A-B)	0,00

Tabela 4 - Paridade do saldo de Bens em Almoxarifado	
(A) Valor constante no relatório elaborado pelo responsável pelos Bens em Almoxarifado	0,00
(B) Saldo do Ativo em Estoques constante nos Registros Contábeis	0,00
(C) Diferença (A-B)	0,00

	Questões Normativas	Sim	Não	
5.1	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização e dos agentes responsáveis pela sua guarda?			Vide Nota Explicativa
5.2	Houve paridade do saldo do Ativo Imobilizado com o constante no relatório apresentado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais?			
5.3	Houve paridade do saldo dos Ativo em Estoques com o constante no relatório apresentado pelo responsável pelos Bens em Almoxarifado?			
5.4	Houve a correta Contabilização da depreciação, amortização ou exaustão dos bens do Ativo Imobilizado?			
5.5	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controladas?			
5.6	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?			

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TAPREV
Fls.: 119
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

5.1	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
5.2	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
5.3	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
5.4	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
5.5	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
5.6	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.

Pronunciamento sobre a Gestão Patrimonial:

Registrar a avaliação técnica do controle interno sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão patrimonial no exercício, com base nos trabalhos de auditoria realizados no exercício, nos procedimentos aplicados, nos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA) e nas questões normativas respondidas na seção anterior.

Base Legal:

Liste os dispositivos legais e normativos que fundamentaram a análise.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Descrever a metodologia (roteiro), de forma sucinta, e as etapas/procedimentos adotados na condução da auditoria.

Principais Achados:

Sintetizar as constatações relevantes.

Conclusão Final:

Apresentar um pronunciamento conclusivo sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão patrimonial, com base nos critérios avaliados nas questões normativas e nos achados de auditoria interna.

6 – GESTÃO FINANCEIRA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

MAPREV
Fls.: 115
Proc.: 20000017/126

Órgão:	Município:	Exercício:

Tabela 5 - Balanço Financeiro	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Saldo do Exercício Anterior	0,00
(B) Receita Orçamentária	0,00
(C) Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(D) Outras Movimentações Financeiras Recebidas	0,00
(E) Recebimentos Extraorçamentários	0,00
(F) Despesa Orçamentária	0,00
(G) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(H) Outras Movimentações Financeiras Concedidas	0,00
(I) Pagamentos Extraorçamentários	0,00
(J) Saldo para o Exercício Seguinte (A + B + C + D + E - F - G - H - I)	**0,00**
Resultado Financeiro do Exercício (J) - (A)	**0,00**

Fonte: Balanço Financeiro.

Tabela 6 – Resumo da Movimentação Financeira Decorrente da Execução Orçamentária	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Receita Arrecadada	0,00
(B) Despesa Empenhada	0,00
(C) Transferências Financeiras Líquidas*	0,00
(E) Superávit/Déficit (A-B) - C	**0,00**

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário.
(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

Tabela 7 - Paridade do Saldo de Disponibilidades Financeiras	
(A) Valor constante no relatório elaborado pelo responsável pela Tesouraria – Modelo 2	0,00
(B) Saldo das Disponibilidades Financeiras constantes nos Registros Contábeis	0,00
(C) Diferença (C = A-B)	0,00

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TAFRCM
Fls.: 116
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

	Questões Normativas	Sim	Não	
6.1	Em caso de déficit financeiro, este foi contido com a adoção de medidas pela administração?			**Vide Nota Explicativa**
6.2	O saldo registrado no Relatório apresentado pelo responsável pela Tesouraria (Modelo 2) guarda paridade com os respectivos registros contábeis?			
6.3	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, (Modelo 2 previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017) foi corretamente preenchido e apresenta informações consistentes, guardando paridade com o saldo contábil?			
6.4	Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos, estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 e encontram-se satisfatoriamente justificados?			
6.5	Caso existam débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em valores expressivos, há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?			
6.6	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?			
6.7	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias, em especial aquelas referentes aos IRRF/IRPJ e às retenções previdenciárias, estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

6.1	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
6.2	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
6.3	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
6.4	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
6.5	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
6.6	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
6.7	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.

Pronunciamento sobre a Gestão Financeira:

Registrar a avaliação técnica do controle interno sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão financeira no exercício, com base nos trabalhos de auditoria realizados no exercício, nos procedimentos aplicados, nos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA) e nas questões normativas respondidas na seção anterior.

Base Legal:

Liste os dispositivos legais e normativos que fundamentaram a análise.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Órgão:	Município:	Exercício:

Descrever a metodologia (roteiro), de forma sucinta, e as etapas/procedimentos adotados na condução da auditoria.

Principais Achados:

Sintetizar as constatações relevantes.

Conclusão Final:

Apresentar um pronunciamento conclusivo sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão financeira, com base nos critérios avaliados nas questões normativas e nos achados de auditoria interna.

7 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, Plano Plurianual vigente, Lei Orçamentária Municipal Vigente, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Tabela 8 - Arrecadação no Exercício

Natureza	Previsão Atualizada R$	Arrecadação R$	Saldo	
			R$	Percentual
Receitas correntes	0,00	0,00	0,00	__%
Receitas de capital	0,00	0,00	0,00	__%
Receita intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	__%
Total das Receitas	0,00	0,00	0,00	__%

Fonte: Balanço Orçamentário e Anexo 10.

Tabela 9 - Execução Orçamentária da Despesa

Natureza	Inicial R$ (A)	Atualizada R$ (B)	Empenhada R$ (C)	Liquidada R$ (D)	Paga R$ (E)	Percentual empenhado (C/B*100)	Economia orçamentária (B-C)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	__%	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	__%	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	__%	0,00
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	__%	0,00
Total das Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	__%	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário

Tabela 10 - Saldo De Restos a Pagar Processados e Não Processados de Exercícios Anteriores

Descrição	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/2024				
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados e Não	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREV
Fls.: 118
Proc.: 20000174126

Órgão:	Município:	Exercício:

Processados Liquidados						
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado

7.1 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS METAS

	Questões Normativas	Sim	Não	
7.1	Foram cumpridas as metas e programas definidos no Planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA)?			**Vide Nota Explicativa**
7.2	A unidade elaborou e implementou planejamento estratégico governamental para o exercício em análise, contemplando objetivos, metas e indicadores de desempenho alinhados ao planejamento orçamentário?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

7.1	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
7.2	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.

Pronunciamento quanto à avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da Unidade:

Achados:

Conclusão:

Órgão:	Município:	Exercício:

7.2 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	Questões Normativas	Sim	Não	
7.3	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?			Vide Nota Explicativa
7.4	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?			
7.5	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?			
7.6	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?			
7.7	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?			
7.8	Existe justificativa para o cancelamento de restos a pagar processados ocorrido no exercício de referência, por se tratar de direito líquido e certo, nos termos dos arts. 61 e 62 da Lei Federal nº 4.320/64?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

7.3	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
7.4	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
7.5	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
7.6	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
7.7	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.
7.8	Caso "**Não**", informar o critério normativo inobservado (motivo da desconformidade) e medidas adotadas para correção da desconformidade verificada.

Pronunciamento sobre a Gestão Orçamentária:

Registrar a avaliação técnica do controle interno sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária no exercício, com base nos trabalhos de auditoria realizados no exercício, nos procedimentos aplicados, nos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA) e nas questões normativas respondidas na seção anterior.

Base Legal:

Liste os dispositivos legais e normativos que fundamentaram a análise.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls: 120
Proc.: 200000174126

Órgão:	Município:	Exercício:

Descrever a metodologia (roteiro), de forma sucinta, e as etapas/procedimentos adotados na condução da auditoria.

Principais Achados:

Sintetizar as constatações relevantes.

Conclusão Final:

Apresentar um pronunciamento conclusivo sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, com base nos critérios avaliados nas questões normativas e nos achados de auditoria interna.

8 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, Lei Orçamentária Municipal Vigente, Lei Federal n.º 9.717/1998, Portaria MTP Nº 1.467/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.

Observação: Em razão da heterogeneidade das questões normativas deste bloco, o Controle Interno deverá observar atentamente as orientações previstas no **quadro de Notas Explicativas**, uma vez que alguns itens exigem justificativa tanto para respostas "**Sim**" quanto para "**Não**", enquanto outros demandam justificativa somente em caso de não conformidade. Assim, antes de preencher cada quesito, o responsável deve verificar se o item requer descrição do atendimento, evidências descritivas, análise qualitativa, ou apenas a justificativa em caso de descumprimento. O não atendimento às orientações específicas de cada subitem implicará relato insuficiente e prejudicará a avaliação da conformidade pelo Tribunal.

8.1– GOVERNANÇA E REGULARIDADE DO RPPS

Tabela 11 - UNIDADES GESTORAS CONTRIBUINTES	
1	Prefeitura Municipal
2	Câmara Municipal
3	*(Inserir demais Unidades, caso haja)*

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TAPERA
Fls.: 121
Proc.: 200000174126

Órgão:	Município:	Exercício:

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.1	O Relatório Anual de Gestão atende ao conteúdo mínimo estabelecido no respectivo Modelo 6B previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017?			
8.2	O dirigente da unidade gestora do RPPS comprova o atendimento aos requisitos legais de nomeação ou permanência previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717/1998, incluindo idoneidade, certificação técnica e experiência profissional exigida?			
8.3	O gestor do órgão ou entidade observou o **princípio da segregação de funções**, de forma a impedir que o mesmo agente execute, autorize, aprove e fiscalize uma mesma operação ou processo, garantindo transparência, rastreabilidade e mitigação de riscos de erro ou fraude?			**Vide Nota Explicativa**
8.4	O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) foi emitido sem decisão judicial?			
8.5	O Extrato Previdenciário evidencia que, no exercício em análise, **os critérios sob responsabilidade do gestor do RPPS** encontram-se em situação regular perante as exigências estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 9.717/1998?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.1	Caso "**Não**", indicar itens obrigatórios ausentes.
8.2	Caso "**Não**", indicar o(s) descumprimento(s) ou ausência de comprovação.
8.3	**Sim**: Relatar como está organizada a segregação adequada de funções. **Não**: Indicar acúmulo indevido de competências.
8.4	Caso "**Não**", indicar impedimentos ou dependência de decisão judicial.
8.5	Caso "**Não**", indicar medidas adotadas para regularização.

8.2 – GESTÃO ATUARIAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

8.2.1 – DO ESTUDO ATUARIAL

Tabela 12 – Evolução do Resultado Atuarial		
Descrição	**Exercício 2024**	**Exercício 2025**
Situação Atuarial	Déficit Atuarial / Superávit Atuarial	Déficit Atuarial / Superávit Atuarial
Resultado Atuarial (em R$)	XXX.XXX,XX	XXX.XXX,XX

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TRIBUNAL
Fls.: 122
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.6	A Avaliação Atuarial Anual foi realizada com data focal em 31 de dezembro do exercício em análise, em conformidade com o artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467/22?			Vide Nota Explicativa
8.7	A Avaliação Atuarial Anual foi assinada por atuário devidamente habilitado, em conformidade com o disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei 9.717/98 c/c o artigo 26, inciso I, da Portaria MTP nº 1.467/22?			
8.8	A provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial, em observância ao inciso VI do artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467/22 e aos regramentos previstos na NBC TSP 11 e na NBC TSP 03?			
8.9	Foi dada ciência ao Chefe do Poder Executivo acerca das medidas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial **do exercício**?			
8.10	Caso existam medidas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial, **relativo ao exercício anterior**, visando o equacionamento de déficit atuarial, foram adotadas pelo gestor providências para a sua implementação, dentro de sua esfera de competências (artigo 55, §§ 5º e 6º da Portaria MTP n.º 1.467/2022)?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.6	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
8.7	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
8.8	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
8.9	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
8.10	**Sim**: Informar as medidas adotadas pelo gestor. **Não:** informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.

8.2.2 – DA COBERTURA PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Tabela 13 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL NO EXERCÍCIO	
Descrição	**Valor (R$)**
Planejamento Legal e Previsão	
(A) Base legal do Plano (lei instituidora e atualizações)	
(B) Total das parcelas previstas em Lei (Exercício Atual)	
Execução Financeira no exercício	
(C) Total das parcelas previstas corrigidas (Atualizado)	
(D) Valor efetivamente recebido (referente ao exercício Atual)	
(E) Saldo pendente de repasse (exercício atual) (C-D)	C-D

Ajustes e Totalização	
(F) Valor recebido (Referente a Exercícios Anteriores)	
(G) Valor total efetivamente recebido no Exercício (D+F)	D+F
(H) Observação explicativa referente à linha F	

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls.: 123
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

Registro Contábil	
(I) VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.11	Os Modelos 9 e 40, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?			**Vide Nota Explicativa**
8.12	As transferências recebidas pelo RPPS (**Plano Previdenciário**) para cobertura do **déficit atuarial** foram registradas no Anexo 10, nos termos preconizados pela Lei Federal n.º 4.320/64?			
8.13	Em caso de inadimplência do Plano de amortização, a Unidade Gestora adotou medidas administrativas, legais ou judiciais para garantir o recebimento integral das contribuições?			
8.14	Os aportes periódicos destinados ao Fundo em Capitalização são geridos e controlados de forma segregada dos demais recursos previdenciários, evidenciando a vinculação para a qual foram instituídos, em conformidade com o § 8º, inciso II, do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022?			
8.15	Os recursos decorrentes dos aportes periódicos são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, e, quando utilizados, destinam-se exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários, conforme § 8º, incisos I e III, do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.11	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.12	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.13	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.14	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.15	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

8.2.3 – DA COBERTURA PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT FINANCEIRO

Tabela 14 - RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Ativos garantidores de benefícios concedidos	0,00
(B) Provisões Matemáticas de benefícios concedidos	0,00
(C) Resultado Financeiro do Fundo em Capitalização do RPPS (A) – (B)	0,00

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial.

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls. 124
Proc.: 200000174/26

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

Órgão:	Município:	Exercício:

Tabela 15 - TRANSFERÊNCIA RECEBIDA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Descrição	Valor (R$)
(D) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO (CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)	
(E) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO	
(F) DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D-E)	D-E
(G) APORTE PARA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	
(H) RESULTADO FINANCEIRO (F+G)	F+G
VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	

Fonte: Demonstrações contábeis.

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.16	O **Modelo 10.1**, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?			**Vide Nota Explicativa**
8.17	O Fundo em Capitalização (**Plano Previdenciário**) apresentou **equilíbrio financeiro**, em conformidade com o disposto com o art. 9º, § 1º da EC n.º 103/19 c/c Lei Federal n.º 9.717/98?			
8.18	Caso o Fundo em Capitalização (**Plano Previdenciário**) apresente desequilíbrio (**déficit financeiro**), mas não tenha recebido aporte para a respectiva cobertura ou estes sejam insuficientes, o gestor do RPPS adotou as providências cabíveis, em observância ao postulado constitucional do equilíbrio financeiro?			
8.19	As transferências recebidas pelo RPPS (**Plano Previdenciário**) para cobertura do déficit financeiro foram registradas no Anexo 10, nos termos preconizados pela Lei Federal n.º 4.320/64?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.16	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.17	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.18	**Sim**: Informar as providências adotadas pelo gestor. **Não:** Informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
8.19	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

8.3 – GESTÃO DO PLANO FINANCEIRO – FUNDO EM REPARTIÇÃO

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPEVA
Fls.: 125
Proc.: 2000001741/26

Órgão:	Município:	Exercício:

Tabela 16 - TRANSFERÊNCIA RECEBIDA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO – FUNDO EM REPARTIÇÃO	
Descrição	**Valor (R$)**
(D) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO (CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)	
(E) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO	
(F) DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D-E)	D-E
(G) TRANSFERÊNCIA PARA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	
VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS - FUNDO EM REPARTIÇÃO	

Fonte: Demonstrações contábeis.

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.20	O **Modelo 10**, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade e paridade com as informações contábeis da unidade gestora?			**Vide Nota Explicativa**
8.21	Em caso de **segregação de massas**, o Plano Previdenciário e o Plano Financeiro possuem registros do pagamento de benefícios de forma segregada, consoante dispõe o artigo 60, inciso III da Portaria MTP n.º 1.467/2022?			
8.22	As transferências recebidas pelo RPPS (**Plano Financeiro**), para cobertura do **déficit financeiro**, acrescidas das contribuições previdenciárias de seus segurados, foram suficientes para o pagamento dos benefícios previdenciários?			
8.23	As transferências recebidas pelo RPPS (**Plano Financeiro**) para cobertura do **déficit financeiro** foram registradas no Anexo 10, nos termos preconizados pela Lei Federal n.º 4.320/64?			
8.24	Na hipótese de não ter havido transferência financeira para a cobertura do déficit no Fundo em Repartição (**Plano Financeiro**), o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis, a fim de preservar o equilíbrio financeiro do regime, conforme determina a Carta Magna?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.20	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.21	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.22	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.23	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.24	**Sim**: Informar as providências adotadas pelo gestor. **Não:** Informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.

Órgão:	Município:	Exercício:

8.4 – GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Tabela 17 – INVESTIMENTOS POR TIPO DE APLICAÇÃO

Aplicação	Resolução CMN nº 4.963/2021		Modelo 11		Relatório de Política de Investimentos - Alvo		
	Art.	Limite	Valor (R$)	Aplicado em relação ao Patrimônio	Limite inferior	Alvo	Limite superior
Renda Fixa	7º, I, a	100%					
	7º, I, b	100%					
	7º, I, c	100%					
	7º, II	5%					
	7º, III, a	60%					
	7º, III, b	60%					
	7º, IV	20%					
	7º, V, a	5%					
	7º, V, b	5%					
	7º, V, c	5%					
Renda Variável	8º, I	30%					
	8º, II	30%					
Investimento no exterior	9º, I	10%					
	9º, II	10%					
	9º, III	10%					
Investimentos Estruturados	10º, I	10%					
	10º, II	5%					
	10º, III	5%					
Imobiliário	11	5%					
Empréstimo Consignado	12	5%					
TOTAL				**100%**	**-**	**100%**	**-**

Fonte: Modelo 11, Política Anual de Investimentos e Demonstrativos Contábeis.

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.25	O Modelo 11, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?			**Vide Nota Explicativa**
8.26	A unidade gestora identifica, avalia, controla e monitora os riscos dos investimentos dos recursos do RPPS, mantendo procedimentos e controles internos formalizados e continuamente aprimorados, em conformidade com os arts. 125 a 127 da Portaria MTP nº 1.467/2022?			
8.27	Foi elaborado relatório que definiu a Política Anual de Investimentos, na forma estabelecida pela Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores?			
8.28	Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com os **limites máximos** estabelecidos pela Política Anual de Investimentos e pela Resolução CMN n.º 4.963/2021?			
8.29	As aplicações de recursos promovidas pelo RPPS ocorreram em fundos de investimentos elegíveis pela Resolução do CMN nº 4.963/2021?			
8.30	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial, em conformidade com a NBC TSP 11?			
8.31	Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pelo artigo 76, inciso II da Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores?			

TRIBUNAL
Fls.: 127
Proc.: 200000 174126

Órgão:	Município:	Exercício:

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.25	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.26	**Sim**: Descrever os procedimentos formalizados de avaliação, controle e monitoramento. **Não**: Indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.27	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.28	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.29	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.30	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.31	**Sim**: Informar quais são os responsáveis e a respectiva certificação. **Não**: informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.

8.5 – GESTÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Tabela 18 –DEMONSTRATIVO DO LIMITE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS	
Descrição	Valor (R$)
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS **(Extraído do Modelo 12 OU do Modelo 12.1)**	
(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa %	
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A * B)	A * B
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	
(E) Sobra de gastos no Exercício (E = C - D)	C - D

(F) Base de cálculo utilizada:	*
(G) A alíquota da taxa de administração está expressa em Lei?	(SIM / NÃO)
(H) Base legal da alíquota:	(lei instituidora, atualizações e artigos)
(I) Porte para o exercício em análise (IPS-RPPS):	**
(J) Certificado Pró-Gestão no exercício em análise:	***

Fonte: Modelos 12 ou 12.1, Demonstrativos Contábeis, Portaria MTP n.º 1.467/2022 e Legislação Municipal.

* Contribuição dos Servidores / Remunerações brutas
** Pequeno Porte / Médio Porte / Grande Porte
*** Não Possui / Nível I / Nível II / Nível III / Nível IV

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls.: 129
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.32	Os Modelos 12 ou 12.1 e o Modelo 13, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade e paridade com as informações contábeis da unidade gestora?			**Vide Nota Explicativa**
8.33	Os gastos com despesas administrativas estão dentro dos parâmetros estabelecidos na **Lei do ente federativo e na Portaria MTP n.º 1.467/2022?**			
8.34	Na hipótese de ser constituída **reserva administrativa com a sobra da taxa de administração**, o registro contábil desse recurso foi realizado em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigente no exercício em análise?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

8.32	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.33	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
8.34	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

Pronunciamento sobre a Gestão Operacional/Previdenciária:

Registrar a avaliação técnica do controle interno sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão Operacional/Previdenciária no exercício, com base nos trabalhos de auditoria realizados no exercício, nos procedimentos aplicados, nos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA) e nas questões normativas respondidas na seção anterior.

Base Legal:

Liste os dispositivos legais e normativos que fundamentaram a análise.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Descreva, de forma sucinta, os procedimentos adotados na auditoria.

Principais Achados:

Sintetize as constatações relevantes.

Conclusão Final:

Apresente um pronunciamento conclusivo sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da gestão Operacional/ Previdenciária, com base nos achados e questões normativas aplicadas.

Órgão:	Município:	Exercício:

9 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS

9.1 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - RECOLHIDAS DOS SERVIDORES DO RPPS

Tabela 19- Repasses Previdenciários (R$)	
RPPS	
Contribuição Patronal	
Contribuição Patronal Devida	0,00
Contribuição Patronal Repassada	0,00
Diferença	**0,00**
Contribuição Servidor	
Contribuição do Servidor Devida	0,00
Contribuição do Servidor Repassada	0,00
Diferença	**0,00**
Alíquota Suplementar	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	**0,00**
Aporte Periódico	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	**0,00**
Total Devido	0,00
Total Repassado	0,00
Diferença Total	**0,00**

	Questões Normativas	Sim	Não	
9.1	Os Modelos 36 e 37, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?			**Vide Nota Explicativa**
9.2	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) referente ao exercício em análise foi regularmente repassado ao RPPS, em obediência ao caráter contributivo e ao disposto no artigo 7º, inciso I, alínea b, da Portaria MTP nº 1.467/2022?			
9.3	O montante aproximadamente das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), **arrecadado dentro do exercício pelo RPPS**, foi devidamente registrado no Anexo 10, nos termos da Lei nº 4.320/64?			
9.4	O montante aproximadamente das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), **não repassado dentro do exercício ao RPPS**, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial, em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício de análise?			

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls.: 130
Proc.: 200000174126

Órgão:	Município:	Exercício:

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

9.1	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.2	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.3	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.4	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

9.2 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS – REPASSADAS PELAS DEMAIS UNIDADES AO RPPS

Tabela 20 - Repasses Previdenciários (R$)	
RPPS	
Contribuição Patronal	
Contribuição Patronal Devida	0,00
Contribuição Patronal Repassada	0,00
Diferença	**0,00**
Contribuição Servidor	
Contribuição do Servidor Devida	0,00
Contribuição do Servidor Repassada	0,00
Diferença	**0,00**
Alíquota Suplementar	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	**0,00**
Aporte Periódico	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	**0,00**
Total Devido	0,00
Total Repassado	0,00
Diferença Total	**0,00**

Órgão:	Município:	Exercício:

Tabela 21 – COMPARATIVO MODELO 34 X ANEXO 10			
Contribuições Arrecadadas no Exercício de 2025 de Competência de 2025	**Modelo 34**	**Anexo 10 (ajustado)**	**Diferença**
Contribuição Patronal	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**
Contribuição dos Servidores	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 0,00**

Anexo 10 Ajustado da Contribuição Patronal: Anexo 10 do exercício – (subtraído) o montante das contribuições patronais do exercício anterior, repassado no exercício de 2025 (Verificar no Modelo 34 da PCA do exercício anterior)

Anexo 10 Ajustado das Contribuições dos Servidores: Anexo 10 do exercício – (subtraído) o montante das contribuições dos servidores do exercício anterior, repassado no exercício de 2025 (Verificar no Modelo 34 da PCA do exercício anterior)

	Questões Normativas	Sim	Não	
9.5	Os Modelos 34 e 35, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?			Vide Nota Explicativa
9.6	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício, em obediência ao caráter contributivo e ao disposto no artigo 7º, inciso I, alínea b, da Portaria MTP nº 1.467/2022?			
9.7	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício ao RPPS, foi devidamente registrado no Anexo 10, nos termos da Lei nº 4.320/64?			
9.8	O montante aproximadamente das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), **não repassado dentro do exercício ao RPPS**, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial, em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício de análise?			
9.9	No caso de repasse a menor das receitas previdenciárias pelas unidades gestoras, foram evidenciadas as medidas adotadas pelo gestor do RPPS, com vistas a garantir a observância do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no artigo 40 da Constituição Federal?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

9.5	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.6	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.7	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.8	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.9	Caso "Não", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

ITAPREV
Fls.: 132
Proc.: 2000001174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

9.3 – DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Tabela 22 - DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS					
Número do Termo de Parcelamento	**Data da Pactuação**	**Valor Total Pactuado (R$)**	**Valor Devido no Exercício em Análise (R$) (A)**	**Valor Recebido no Exercício em Análise (R$) (B)**	**Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R$) (C=A-B)**

Fonte: CADPREV.

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	
9.10	O Montante aproximado recebido no exercício, **concernente aos parcelamentos de débitos**, foi devidamente registrado no Anexo 10, nos termos da Lei nº 4.320/64?				**Vide Nota Explicativa**
9.11	Os **valores a receber** referentes aos parcelamentos de débitos estão registrados no Balanço Patrimonial em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício de análise?				
9.12	Em caso de inadimplemento dos Termos de Parcelamento de Débitos, o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis com o objetivo de receber esses valores, consoante o previsto no artigo 14, inciso V, da Portaria MTP nº 1.467/22?				

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

9.10	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.11	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.12	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

ITAPREVI
Fls.: 133
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

9.4 – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	
9.13	O Modelo 14, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?				**Vide Nota Explicativa**
9.14	Foram adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores?				
9.15	O montante aproximado recebido no exercício, a título de compensação previdenciária, **foi devidamente registrado no Anexo 10**, em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/1964, evidenciando o repassado efetuado pelo RGPS, nos termos da Lei Federal nº 9.796/1999?				
9.16	Há registro contábil dos ***direitos a receber*** e das ***obrigações a pagar*** concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial do RPPS, em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício em análise?				

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

9.13	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.14	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.15	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
9.16	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

10 – DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

	Questões Normativas	Sim	Não	
10.1	As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros), quando aplicáveis?			**Vide Nota Explicativa**
10.2	O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável?			

Notas Explicativas: Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls.: 134
Proc.: 20000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

10.1	Caso "**Sim**", indicar quais órgãos e a respectiva base normativa. Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
10.2	Caso "**Não**", indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para cobrança.

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

11 – DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

	Questões Normativas	Sim	Não	
11.1	A Unidade Gestora assegura a divulgação, em sítio oficial da internet, das informações de interesse coletivo ou geral, em conformidade com o art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011?			**Vide Nota Explicativa**
11.2	A unidade gestora adotou, durante o exercício, ações de transparência e comunicação com os segurados e beneficiários, especialmente quanto às informações previstas nos arts. 74 e 148 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022?			
11.3	A unidade gestora possui ouvidoria instituída e em funcionamento, que assegura o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos segurados e beneficiários em prazo razoável, em conformidade com os princípios da eficiência e da transparência na administração pública?			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

11.1	**Sim**: Informar o site oficial. **Não**: Indicar informações ausentes no portal e os motivos da ausência.
11.2	**Sim**: Relatar quais ações foram adotadas. **Não**: Indicar os motivos da ausência e as medidas adotadas para correção.
11.3	Caso "**Não**", indicar o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.

Pronunciamento sobre a Transparência da Unidade:

Registrar a avaliação técnica do controle interno sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade da Transparência no exercício, com base nos trabalhos de auditoria realizados no exercício, nos procedimentos aplicados, nos documentos da Prestação de Contas Anual (PCA) e nas questões normativas respondidas na seção anterior.

Base Legal:

Liste os dispositivos legais e normativos que fundamentaram a análise.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Descreva, de forma sucinta, os procedimentos adotados na auditoria.

Principais Achados:

Sintetize as constatações relevantes

TAPRES
Fls.: 135
Proc.: 200000174226

Órgão:	Município:	Exercício:

Conclusão Final:

Apresente um pronunciamento conclusivo sobre a legalidade, eficácia, eficiência e economicidade Transparência no exercício, com base nos achados e questões normativas aplicadas.

12 - RESPONSABILIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Tabela 23 – Demonstrativo das Responsabilidade não Regularizadas

Responsáveis	Natureza da Responsabilidade	Processo nº	Valor (R$)	Providências Adotadas
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Total				

Tabela 24 - Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

Tabela 25 - Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Total		

	Questão Normativa	Sim	Não	Não Aplicável	
12.1	As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?				**Vide Nota Explicativa**
12.2	Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?				
12.3	Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?				
12.4	As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?				
12.5	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?				

MATRICULA
Fls.: 136
Proc.: 200000174/26

Órgão:	Município:	Exercício:

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo Controle Interno.

12.1	Caso "Não", indicar o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
12.2	**Sim**: Declarar as medidas que foram tomadas para regularização das responsabilidades. **Não**: indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção
12.3	Caso "Não", indicar o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
12.4	Caso "Não", indicar o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção.
12.5	**Sim**: Declarar as medidas que foram tomadas. **Não**: indicar a inconsistência encontrada, o motivo da não conformidade e medidas adotadas para correção

Acrescentar demais informações sobre o tópico que julgar pertinentes

13 – MONITORAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

13.1 - RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE-RJ

Questões Normativas		Sim	Não	Vide Nota Explicativa
13.1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?			

Discriminar as IRREGULARIDADES, IMPROPRIEDADES, RESSALVAS e DETERMINAÇÕES emitidas pelo TCE-RJ no último julgamento das contas emitido (mencionar o número do Acórdão/Decisão e o exercício de referência), indicando as medidas adotadas pela Unidade Gestora para o seu atendimento ou regularização.

Tipo de Apontamento: Irregularidade / Impropriedade / Ressalva / Determinação
Descrição do Apontamento:
Ações ou Providências Adotadas:
Situação: Implementada / Em andamento / Não atendida

Tipo de Apontamento: Irregularidade / Impropriedade / Ressalva / Determinação
Descrição do Apontamento:
Ações ou Providências Adotadas:
Situação: Implementada / Em andamento / Não atendida

(...)

13.2 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Questões Normativas		Sim	Não	Vide Nota Explicativa
13.2	As recomendações e determinações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?			

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TAPREV
Fls.: 137
Proc.: 20000017426

Órgão:	Município:	Exercício:

Discriminar as <u>IRREGULARIDADES</u>, <u>IMPROPRIEDADES</u>, <u>RESSALVAS</u> e <u>DETERMINAÇÕES</u> pelo Controle Interno nas contas do último exercício, indicando as medidas adotadas pela Unidade Gestora para o seu atendimento ou regularização.

Tipo de Apontamento: Irregularidade / Impropriedade / Ressalva / Determinação
Descrição do Apontamento:
Ações ou Providências Adotadas:
Situação: Implementada / Em andamento / Não atendida

Tipo de Apontamento: Irregularidade / Impropriedade / Ressalva / Determinação
Descrição do Apontamento:
Ações ou Providências Adotadas:
Situação: Implementada / Em andamento / Não atendida

(...)

14 - OUTROS APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

15 – PARECER CONCLUSIVO (REGULARIDADE, REGULARIDADE COM RESSALVAS OU IRREGULARIDADE)

Neste tópico devem ser evidenciadas as desconformidades apuradas na auditoria das contas, correlacionadas aos critérios/parâmetros de avaliação utilizados.

1. Caso a conclusão seja pela REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS, deverão ser evidenciados os critérios legais/normativos inobservados no decorrer da auditoria das contas e as medidas saneadoras adotadas pelo Controle Interno, para prevenir a ocorrência futura de situações análogas ou semelhantes.

2. **Caso a conclusão seja pela IRREGULARIDADE DAS CONTAS, deverão ser evidenciados os critérios legais/normativos inobservados no decorrer da auditoria das contas e as respectivas situações ocorridas, observando as seguintes constatações:**

a) grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
b) injustificado dano ao erário, decorrente de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico;
c) desfalque, desvio de dinheiros, bens e valores públicos.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

MAPREV
Fls.: 138
Proc.: 2000001741/26

Órgão:	Município:	Exercício:

ASSINATURAS:

Responsável Pelo Controle Interno:
(informar n.º do CRC, se for o caso)

Local e Data

Assinatura e Identificação do Responsável pelo Controle Interno

Responsável pela Área Contábil do Controle Interno
(quando o responsável pelo órgão não for contador)

Local e Data

Assinatura e identificação

Demais Participantes da Elaboração:

Local e Data

Assinatura e identificação

Tutorial

1) Apontamentos do Controle Interno: Reservado para as informações do controle interno que não estejam nos tópicos posteriores.

2) Conclusão: Concluir pela regularidade, regularidade com ressalva(s) e recomendação(ões), ou irregularidade(s) das contas, em face do exame realizado, apontando as medidas adotadas para regularização.

Registra-se o conceito de amostragem conforme a NBC T 11.11 – "Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta, ou classe de transações, para permitir que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria sobre algumas características dos itens selecionadas, para formar, ou ajudar a formar, uma conclusão sobre a população".

Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.

Importante destacar que os tópicos desse relatório indicam questões que este Tribunal entende como relevantes de verificação, contudo não tem como objetivo engessar o controle interno na elaboração de seu relatório. Desta forma, todo o conteúdo que o controle interno ache necessário deverá ser acrescentado nos tópicos ou informado no tópico 14 – Outros apontamentos do Controle Interno.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

TCE/RJ
Fls.: 139
Proc.: 200000179/26

Órgão:	Município:	Exercício:

As unidades de controle interno devem contar com profissional responsável pela área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ), o qual deverá assinar os certificados, relatórios e pareceres de auditoria que envolvam matérias de natureza contábil, em observância ao disposto na Resolução CFC nº 1.640/2021 e ao § 5º do art. 123 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

ITAPEMA
Fls.: 140
Proc.: 200000174/26

Tribunal de Contas

Estado do Rio de Janeiro

MODELO 41

TAFRCVI
Fls.: 141
Proc.: 20000174/26

NOTA: As presentes Notas Explicativas foram elaboradas contemplando os elementos mínimos de divulgação exigidos para as demonstrações contábeis, com base na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil de Propósito Geral da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no Comunicado Técnico CTSP 02. Os textos destacados em AZUL possuem caráter orientativo e destinam-se a apoiar o adequado preenchimento e detalhamento das informações pela Unidade Gestora, devendo ser inserido, no seu lugar, a realidade específica da entidade. Caso não existam informações relevantes a serem evidenciadas em determinado tópico, este poderá ser excluído na elaboração das Notas Explicativas, por outro lado, sempre que a Unidade Gestora possuir elementos adicionais ou situações específicas consideradas relevantes para a adequada compreensão das demonstrações contábeis, estes deverão ser acrescidos ao presente modelo, mediante inclusão de novos parágrafos, quadros ou detalhamentos.

1. Apresentação - Contexto Operacional

A entidade deve apresentar um **resumo claro de suas atividades e competências**, destacando os pilares estratégicos, como missão, valores e objetivos, além de indicar a legislação aplicável ao seu funcionamento.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

I. Balanço Patrimonial (BP);
II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
III. Balanço Orçamentário (BO);
IV. Balanço Financeiro (BF);
V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis

TAFREM
Fls.: 142
Proc.: 2000017426

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – A entidade deve detalhar as **contas que compõem caixa e equivalentes**, bem como o **método de mensuração inicial e subsequente** (custo ou valor justo). Deve informar a **política adotada para reconhecimento dos instrumentos financeiros** em Equivalentes de Caixa, assim como, a **forma de mensuração inicial e subsequente**, **atualização monetária**, especificação do **prazo** e das **condições de liquidez** quando for classificado em equivalentes de caixa.

- **Depósitos Restituíveis** – A entidade deve detalhar a **finalidade** dos depósitos, assim como a **forma jurídica** desses instrumentos (Caução, Depósito em Garantia, Adiantamentos, Valores Vinculados, Retenções Contratuais), **método de mensuração inicial e subsequente** (custo ou valor justo), **forma de reconhecimento em curto ou longo prazo**, **método de atualização monetária** dos ativos em posse da entidade.

- **Créditos a Receber** – A entidade deve detalhar as **contas** que compõem os direitos a receber de curto prazo, a **forma de mensuração inicial e subsequente** (custo ou valor justo), assim como a **forma o reconhecimento no curto ou no longo prazo**. A entidade deve informar a **Política Contábil** acerca da atualização monetária, juros, multas e outros acréscimos legais. Informações acerca de **condições de liquidez** dos créditos a receber, diga-se prazo médio de liquidação ou estimativas de recebimento. Informar os **critérios para identificar quando os créditos a receber são incobráveis**, assim como para determinar quais títulos irão para Dívida Ativa. A entidade deve informar a política, o critério, a base e a metodologia adotada para constituir o **ajuste para perda**, além das políticas e critérios para divulgação de Fatos relevantes e ações corretivas.

- **Estoques** – A entidade deve detalhar as **contas** que compõem os bens em almoxarifado, **forma de mensuração** e de **atualização monetária**, **método de avaliação** do estoque, quando aplicável. A entidade deve informar a política, o critério, a base e a metodologia adotada para constituir o **ajuste para perdas**.

- **Investimentos Temporários e Instrumentos Financeiros** – A entidade deve detalhar as **contas** que compõem os instrumentos financeiros e aplicações financeiras. Deve informar a **forma de mensuração** inicial, subsequente e alteração no período (custo ou valor justo), assim como a **forma de reconhecimento** em equivalentes de caixa, no curto ou no longo prazo, em função do modelo de negócio da Entidade e das características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Deve informar as **restrições** de utilização desses instrumentos em relação aos ativos financeiros vinculados a garantias reais ou contratuais, assim como em relação aos ativos financeiros em bloqueios judiciais, em litígio, com demais restrições. Informar as **espécies de instrumentos financeiros** em posse da entidade e os **riscos** associados aos instrumentos

TRF1
Fls.: 143
Proc.: 2000001741/26

financeiros (Risco de crédito; liquidez; mercado). A entidade deve informar a política, o critério, a base e a metodologia adotada para constituir o **ajuste para perda**, além das políticas e critérios para divulgação de Fatos relevantes e ações corretivas.

- **Riscos e Garantias** – A entidade deve fornecer informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar a **natureza e a extensão dos riscos** decorrentes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta.

- **Ativo Realizável a Longo Prazo** – A entidade deve detalhar as **contas** que compõem os ativos realizáveis a longo prazo, a forma de mensuração inicial e subsequente (custo ou valor justo). A entidade deve informar a Política Contábil acerca da atualização monetária, juros, multas e outros acréscimos legais, assim como ajustes a valor presente. Informações acerca de condições de liquidez dos créditos a receber, diga-se prazo de médio de liquidação ou estimativas de recebimento. Informar os critérios para identificar quando os créditos a receber são incobráveis, assim como para determinar quais títulos são baixados da Dívida Ativa. A entidade deve informar a política, o critério, a base e a metodologia adotada para constituir o ajuste para perda, além das políticas e critérios para divulgação de Fatos relevantes e ações corretivas.

- **Exemplo**: *Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas. A metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos.*

- **Imobilizado** – A entidade deve detalhar as **contas** que compõem os bens permanentes, **forma de mensuração** inicial, subsequente e alterações no período e **reavaliações** ocorridas no período, **método de avaliação** do estoque, **atualização monetária**, quando aplicável. A entidade deve informar a política, o critério, a base e a metodologia adotada para constituir o **ajuste para perdas**.

Exemplo: *O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado*

TAFREM
Fls.: 144
Proc.: 2000001241/26

do período como variações patrimoniais diminutivas.

- **Intangível** – A entidade deve detalhar os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade:

Intangível	Vida útil	Taxa de Amortização (%)	Valor Residual (%)

- **Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis** – A entidade deve detalhar a **base de cálculo** para a depreciação, a amortização e a exaustão (valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos), o **método de cálculo** dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis (quotas constantes), a **taxa de depreciação** e o **valor residual** utilizados.

Bem	Vida Útil	Taxa de Depreciação (%)	Valor Residual (%)
Móveis e Utensílios			
Máquinas e Equipamentos			
Bens de Informática			
Material Cultural e Educacionais			
Veículos			
Demais Bens Móveis			
Imóveis (exceto terrenos)			

- **Redução ao Valor Recuperável** – A entidade deve detalhar a **realização** de teste de recuperabilidade quando houver evidências de perda econômica ao final do exercício. Informar a **base de mensuração** utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os **procedimentos contábeis e metodologia utilizada** para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade.

Exemplo: *A entidade avalia, ao final de cada período de reporte, se existem indícios de que o valor contábil de um ativo possa não ser recuperável. Quando tais indícios são identificados, a entidade estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indícios, para ativos intangíveis com vida útil indefinida, ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), o teste de recuperabilidade é realizado, no mínimo, anualmente.*

- **Reavaliação de Ativos** – A entidade deve informar a **base legal** e **metodologia** adotada, **data de reavaliação**, **itens reavaliados** e **efeitos** nas demonstrações contábeis, **reestimativa** da vida útil,

ITAPREV
Fls.: 145
Proc.: 20000017426

depreciação/amortização e valor residual.

Exemplo: *A entidade procedeu à reavaliação de determinados grupos de ativos imobilizados, conforme previsto no MCASP e nas NBC TSPs. A reavaliação foi realizada com base na [citar a legislação ou norma específica que autoriza/determina a reavaliação, ex: Portaria/Decreto nº...]. A metodologia utilizada foi a de [mencionar a metodologia, ex: valor justo, valor de mercado, custo de reposição, etc.], que se baseou em laudos técnicos elaborados por [citar o responsável, ex: engenheiros, avaliadores independentes, comissão interna especializada].*

- **Passivos Circulantes e Não Circulantes** – A entidade deve informar as **contas** que compõem as obrigações de curto e longo prazo, a **forma de mensuração** inicial e subsequente (custo ou valor justo) e alterações no período, além de informações correspondentes aos **encargos das variações monetárias** e **juros** ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Adicionalmente, deve detalhar a composição, os saldos, os prazos de vencimento e as variações ocorridas no período. Para o passivo circulante, é necessário detalhar **obrigações com fornecedores, impostos e salários a pagar**, enquanto o não circulante deve explicar **dívidas de longo prazo**, como empréstimos e financiamentos, mencionando valores, taxas e vencimentos.

- **Empréstimos e Financiamentos** – A entidade deve informar as **contas** que compõem o saldo de empréstimos e financiamento, assim como **detalhar as obrigações**, como valor, taxa de juros anual, prazo e vencimento, base de cálculo e a origem dos recursos utilizados para o pagamento de encargo. Além disso, é preciso incluir informações sobre o **contexto operacional** e as **políticas contábeis** adotadas, tais como: mensuração inicial, subsequente e alterações no período, reconhecimento do passivo financeiro no curto ou longo prazo.

- **Provisões** – A entidade deve detalhar a **natureza** da provisão, o **método** de cálculo, as **premissas** utilizadas e os **riscos** envolvidos. É importante incluir o **tipo de provisão** (por exemplo, provisão para garantias, contingências) e o **valor estimado para a saída de caixa provável**, com base em estimativas confiáveis.

Exemplo: *As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.*

- **Benefícios a Empregados** – A entidade deve detalhar as **práticas contábeis** relacionadas a benefícios de curto prazo, incluindo remuneração, encargos, benefícios proporcionais e outros custos. As notas explicativas devem incluir informações sobre o **contexto**

MARRECA
Fls.: 146
Proc.: 2000001741/26

operacional, a **legislação pertinente**, a **base de elaboração** e as **principais políticas contábeis utilizadas** (reconhecimento, mensuração e divulgação).

- **Ativos e Passivos Contingentes** – A entidade deve detalhar a **natureza** do evento, a **avaliação da probabilidade** de perda (para passivos) ou ganho (para ativos) e o **impacto financeiro** em sua forma mais provável e possível. É essencial descrever o **julgamento dos assessores jurídicos** e apresentar um **resumo dos valores em disputa**, mesmo que não sejam reconhecidos diretamente no balanço, e mencionar a **classificação** (provável, possível, remota) conforme as normas contábeis.

- **Apuração do Resultado** – A entidade deve informar os três tipos de resultados apurados no setor público: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

  i. Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o **Resultado Patrimonial**, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.

  ii. No Balanço Orçamentário é apurado o **Resultado Orçamentário,** o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário.

  iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa é apurado o **Resultado Financeiro,** confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

- **Uso de Estimativas** – A entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender os **julgamentos e as principais fontes de incerteza** envolvidos na mensuração de ativos e passivos. Informar as principais áreas sujeitas a julgamentos e estimativas contábeis significativas, e que possuem risco de resultar em ajustes relevantes nos saldos de ativos e passivos nos próximos exercícios, como: Provisão para Perdas em Créditos (PPC/PCLD), Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*), Provisões para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais e Vida Útil e Valor Residual de Ativos Imobilizados.

- **Eventos Subsequentes** – A entidade deve incluir a **descrição detalhada do evento,** ocorrido APÓS a data do balanço (31/12) até a data de sua emissão, e o impacto financeiro e operacional causado. Para eventos que exigem ajustes, é preciso detalhar o ajuste e o efeito nas demonstrações contábeis. Para aqueles que não exigem ajuste, a nota deve apenas

TAFREV
Fls.: 147
Proc.: 200000174/26

informar o evento e suas implicações para o futuro.

2.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No quadro abaixo, são apresentados os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento, a saber: ***implantado***, ***em andamento***, ***não iniciado***.

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.		
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.		
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.		
PCP 4 -Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas		
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.		
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.		
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).		
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.		
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).		
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.		
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).		
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.		
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.		
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.		
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.		
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.		

ITAPREV
Fls.: 148
Proc.: 2000001741/26

3. Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

3.1 - Notas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis no Caixa, na Conta Única do Tesouro, Demais Bancos, Rede Bancária de Arrecadação e Aplicações Financeiras, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela Caixa e Equivalentes de Caixa

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Caixa				
Conta Única				
Bancos Conta Movimento - Demais Bancos				
Rede Bancária - Arrecadação				
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata				
Total				

Fonte:

Tabela Conciliação Bancária

Descrição	Contabilidade (Saldo Razão)	Banco (Saldo Extrato)
Saldo Inicial	R$ [Valor]	R$ [Valor]
Adições/Créditos (detalhar)	R$ [Valor]	R$ [Valor]
Deduções/Débitos (detalhar)	R$ [Valor]	R$ [Valor]
Saldo Final	R$ [Valor]	R$ [Valor]
Itens Pendentes de Conciliação:		
Cheques emitidos e não compensados	R$ [Valor]	
Depósitos em trânsito		R$ [Valor]
Tarifas bancárias não lançadas na contabilidade	R$ [Valor]	
Recebimentos via cartão não identificados		R$ [Valor]
Outros ajustes (especificar)	R$ [Valor]	R$ [Valor]
Saldo Final Conciliado	**R$ [Valor]**	**R$ [Valor]**

Fonte:

ITAPREV
Fls.: 149
Proc.: 20000174126

Tabela Aplicações Financeiras Classificadas em Equivalentes de Caixa (Modelo MCASP, 11ª Ed., pg. 179)

Tipo de Investimento	Valor Contábil (R$)	Valor de Mercado (R$)	Taxa Média (%)	Data de Vencimento	Forma de Mensuração	Classificação Contábil	Intenção da Adm.	Risco	Liquidez
CDBs (Pós-fixado)	*2.000.000*	*2.000.000*	*CDI + 0,5% a.a.*	*Jan/20X5*	*Valor Justo via Resultado (VJMR)*	*Negociação Imediata*	*Curtíssimo Prazo*	*Baixo*	*D+1*
LCI (Pré-fixado)	*1.500.000*	*1.510.000*	*11,5% a.a.*	*Mar/20X5*	*Valor Justo via Resultado (VJMR)*	*Negociação Imediata*	*Curto Prazo*	*Baixo*	*No vencimento*
Total	***3.500.000***	***3.510.000***							

Informais Adicionais: A entidade deve observar as orientações descritas no resumo das políticas contábeis. Deverá divulgar: (i) as perdas estimadas decorrentes de títulos e valores mobiliários classificados em equivalentes de caixa; (ii) declarar que os vencimentos dos títulos são de até 90 dias, com alta liquidez e baixo risco; (iii) informar qualquer risco de mercado, quando aplicável; (iv) explicar os procedimentos de controle e as responsabilidades dos ordenadores de despesas na gestão de caixa; (v) informar se existe alguma restrição de uso desses recursos e (vi) explicar a variação entre saldos do período, se for relevante.

Nota 02 – Créditos a Receber Curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo são aqueles realizáveis até 12 meses e, conforme evidenciado na tabela abaixo, têm a seguinte composição:

Tabela Créditos a Receber Curto Prazo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Clientes				
Créditos Tributários a Receber				
Créditos Não Tributários a Receber				
Dívida Ativa				
Total				
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas				
Total				

Fonte:

No exercício de **20XX** teve um acréscimo de **X%** nos créditos **[detalhar os créditos]** fruto de **[ex. reconhecimento pelo regime de competência desses valores a receber]**. Os Créditos Tributários a Receber são relativos ao reconhecimento dos créditos lançados nos sistemas de arrecadação, à luz do regime de competência, e possuem o seguinte detalhamento.

Tabela Créditos Tributários a Receber - Composição

MARREY
Fls.: 150
Proc.: 2000001174126

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
ISS a Receber				
IPTU a Receber				
Taxa de Iluminação Pública a Receber				
Demais				
Total Créditos Tributários a Receber				

Fonte:

Nota 03 – Demais Créditos a Receber Curto Prazo

Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Tabela Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Adiantamentos concedidos				
Tributos a recuperar/compensar				
Créditos por danos ao patrimônio				
Outros créditos a receber e valores a curto prazo				
Total				
Ajustes para perdas				
(-) Ajustes para perdas				
Total				

Fonte:

Nota 04 - Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo

Os investimentos e aplicações temporárias são relativos à aplicação de recursos visando a rentabilidade no curto prazo, conforme evidenciado na tabela abaixo tem a seguinte composição:

Tabela Investimentos e Aplicações Temporárias – Composição

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Títulos mercado				
Demais Investimentos				
Valor Total				

Fonte:

Tabela Composição dos Investimentos Temporários

Tipo de Investimento	Valor Contábil (R$)	Valor de Mercado (R$)	Taxa Média (%)	Data de Vencimento	Forma de Mensuração	Classificação Contábil	Intenção da Adm.	Risco	Liquidez
CDBs (Pós-fixado)	*2.000.000*	*2.000.000*	*CDI + 0,5% a.a.*	*Jan/20X3*	*Valor Justo via Resultado (VJMR)*	*Negociação Imediata*	*Curtíssimo Prazo*	*Baixo*	*D+1*

TARREM
Fls.: 151
Proc.: 2000001741/26

LCI (Pré-fixado)	1.500.000	1.510.000	11,5% a.a.	Mar/20X3	Valor Justo via Resultado (VJMR)	Negociação Imediata	Curto Prazo	Baixo	No vencimento
Títulos Públicos (LTN)	3.000.000	3.050.000	10,2% a.a.	Out/20X5	Custo Amortizado	Mantido até o Vencimento	Longo Prazo	Baixo	No vencimento
Ações (Empresa X)	500.000	520.000	N/A	Indeterminado	VJORA (Outros Resultados Abrangentes)	Patrimonial (não é para venda imediata)	Longo Prazo	Alto	Volume de negociação
Total	**7.000.000**	**7.080.000**							

Volume Negociado dos Investimentos Temporários (Obrigatório para RPPS, ou quando relevante)

Data da Operação	Tipo de Operação	Ativo (Investimento)	Instituição Financeira	Quantidade (Cotas/Ações)	Preço Unitário (R$)	Valor Total da Operação (R$)	Rendimento Bruto (R$)	IR Retido (R$)	Valor Liquido (R$)
DD/MM/AAAA	Aplicação	CDB XYZ	Banco A	N/A	N/A	10.000,00	N/A	N/A	N/A
DD/MM/AAAA	Aplicação	Ações ABC	Corretora B	100	25	2.500,00	N/A	N/A	N/A
DD/MM/AAAA	Resgate	CDB XYZ	Banco A	N/A	N/A	10.500,00	500	75	10.425,00
DD/MM/AAAA	Resgate	Ações ABC	Corretora B	50	26	1.300,00	50	0,00 (Isento*)	1.300,00

Aplicações Financeiras - Detalhamento das Movimentações no Período

Categoria do Investimento	Saldo Inicial	Aplicações (Entradas)	Resgates (Saídas)	Atualizações Monetárias (Rendimentos/ Variações)	Saldo Final
Contas de Renda Fixa	100.000,00	20.000,00	-15.000,00	1.200,00	**106.200,00**
Contas de Renda Variável	50.000,00	10.000,00	-5.000,00	800	**55.800,00**
Total Geral (R$)	**150.000,00**	**30.000,00**	**-20.000,00**	**2.000,00**	**162.000,00**

Nota 05 – Estoques

O estoque é relativo aos materiais em almoxarifado que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

ITAPREV
152
Proc.: 20000174/26

Tabela Almoxarifado – Composição

Materiais	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Material de Expediente				
Gêneros Alimentícios				
Combustível e Lubrificantes				
Material de Tec. da Informação				
Material de Limpeza e Higiene				
Demais Materiais				
Valor Total				

Fonte:

Conforme evidenciado na tabela acima, no ano de **20XX**, teve uma variação [**aumento/redução**] de **X%** no período, com destaque principalmente para o item [**INFORMAR O ITEM EM DESTAQUE**] que teve [**adições/baixas**] de **X%**, pelo seguinte motivo: [**EXPOR OS MOTIVOS DA EXPRESSIVA VARIAÇÃO**]

Tabela Almoxarifado – Detalhamento das Movimentações no Período

Bens	Saldo Anterior	Entradas				Saídas			Saldo Atual
		Aquisições	Doações Recebidas	Reavaliação	Outras Adições	Baixas por Perda	Doações Concedidas	Outras Baixas	

Nota 06 – Créditos a Receber Longo Prazo

Os créditos a receber de longo prazo são aqueles realizáveis acima de 12 meses e conforme evidenciado na tabela abaixo tem a seguinte composição:

Tabela Créditos a Receber Longo Prazo – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Créditos Tributários a Receber				
Dívida Ativa a Receber				
Valor Total				

Fonte:

TJAPROV
Fls. 153
Proc.: 2000001741/26

Tabela Movimentação Títulos Inscritos em Dívida Ativa

Valores a Receber	Saldo Inicial	Entradas			Saídas			Saldo Atual
		Inscrições em DA	Atualizações Monetárias	Outros ajustes	Baixas incobráveis	Baixas recebimentos	Outros ajustes	

Fonte:

Nota 07 – Investimentos (Obrigatórios para RPPS, demais entidades quando forem relevantes)

Os investimentos no ente (ou entidade) são compostos por: participações permanentes, propriedades para investimento e demais investimentos.

Tabela Investimentos – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Participações Permanentes			
Propriedades para Investimento			
Aplicações Financeiras de Longo Prazo			
Total			

Fonte:

Participações Permanentes: As participações permanentes representam os investimentos realizados em [**Informar empresas, consórcios públicos, fundos, etc.**]

Observa-se que houve um [**aumento ou diminuição**] na participação em empresas. Essa variação foi influenciada, principalmente, por [**Informar fatores, como resultado de equivalência patrimonial da Empresa A, distribuição de dividendos da Empresa C, aporte capital na Empresa D, etc.**].

Tabela Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes

Entidade	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Empresa A				
Empresa B				
Empresa C				
Empresa D				
Total				

Fonte:

TIAFRCM
Fls.: 154
Proc.: 2000017426

Propriedades para investimento: As propriedades para investimento compreendem [**ex.: bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo**]. A entidade utiliza o(s) critério(s) [**XXX e YYY (ex: valor justo, custo depreciado)**] para mensuração e avaliação destes bens.

Tabela Propriedades para Investimentos

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Imóvel 1			
Imóvel 2			
Total			

Fonte:

Tabela Movimentação das Propriedades para Investimento

Descrição	Objetivo Renda /Valorização	Valor Justo	Saldo Anterior	Entradas				Saídas				Saldo Atual
				Aquisições	Doações Recebidas	Reavaliação	Outras Adições	Baixas	Doações Concedidas	Reavaliações	Depreciação	

O montante relativo a propriedades para investimento teve um [**acréscimo/decréscimo**] de **X%**, impactado, principalmente, pela variação de **X%** em [**ex.: imóvel 1**], em virtude de [**ex: aquisição de terreno, mantido para fins de valorização do capital e avaliado pelo valor justo**].

Composição das Aplicações Financeiras de Longo Prazo: O saldo da conta de "Investimentos Financeiros Temporários" é composto por: **(Modelo MCASP, 11ª Ed., pg. 179)**

Tipo de Investimento	Valor Contábil (R$)	Valor de Mercado (R$)	Taxa Média (%)	Data de Vencimento	Forma de Mensuração	Classificação Contábil	Intenção da Adm.	Risco	Liquidez
CDBs (Pós-fixado)	*2.000.000*	*2.000.000*	*CDI + 0,5% a.a.*	*Jan/20X3*	*Valor Justo via Resultado (VJMR)*	*Negociação Imediata*	*Curtíssimo Prazo*	*Baixo*	*D+1*
LCI (Pré-fixado)	*1.500.000*	*1.510.000*	*11,5% a.a.*	*Mar/20X3*	*Valor Justo via Resultado (VJMR)*	*Negociação Imediata*	*Curto Prazo*	*Baixo*	*No vencimento*
Títulos Públicos (LTN)	*3.000.000*	*3.050.000*	*10,2% a.a.*	*Out/20X5*	*Custo Amortizado*	*Mantido até o Vencimento*	*Longo Prazo*	*Baixo*	*No vencimento*
Ações (Empresa X)	*500.000*	*520.000*	*N/A*	*Indeterminado*	*VJORA (Outros Resultados Abrangentes)*	*Patrimonial (não é para venda imediata)*	*Longo Prazo*	*Alto*	*Volume de negociação*
Total	***7.000.000***	***7.080.000***							

ITAPREV
Fls.: 155
Proc.: 2000001741/26

Nota 08 – Imobilizado

O Imobilizado contempla os bens móveis e os imóveis que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

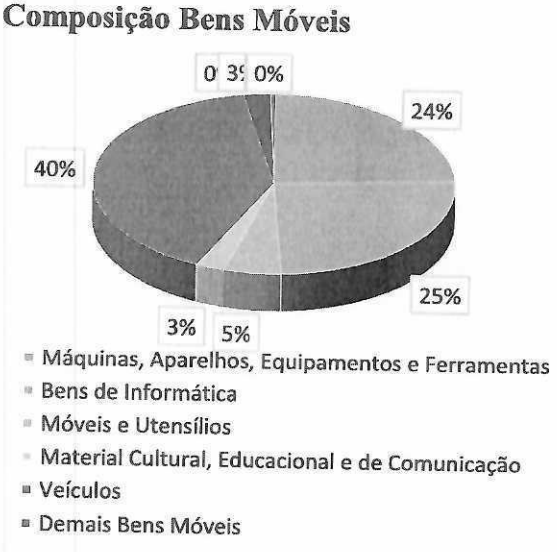
Tabela Imobilizado – Composição

Bens	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis				
Móveis e Utensílios				
Máquinas e Equipamentos				
Bens de Informática				
Material Cultural e Educacional				
Veículos				
Demais Bens Móveis				
Imóveis				
Edificações e Instalações				
Obras em Andamento				
Terrenos				
Valor Contábil Bruto				
(-) Depreciação Acumulada				
(-) Redução ao Valor Recuperável				
Valor Contábil Líquido				

Fonte:

Na figura abaixo, são evidenciados os itens mais relevantes dos bens móveis por participação (%).

Figura Composição dos Bens Móveis



UAPREV
Fls: 156
Proc.: 20000174/26

Dos bens móveis registrados, **X%** refere-se a [ex.: Bens de Informática], o qual é composto por [citar ou elaborar uma tabela com os mais relevantes e seus respectivos valores]. A variação [positiva/negativa] ocorrida em [ex.: bens de informática] explica-se pela [ex: aquisição, baixa, transferência, ou mesmo incorporação de unidades, se for o caso de XXX].

Tabela Imobilizado – Detalhamento das Movimentações no Período

Bens	Entradas					Saídas			
	Saldo Anterior	Aquisições	Doações Recebidas	Reavaliação	Outras Adições	Baixas por Perda	Doações Concedidas	Outras Baixas	Saldo Atual
Bens Móveis									
Móveis e Utensílios									
Máquinas e Equipamentos									
Bens de Informática									
Material Cultural e Educacional									
Veículos									
Demais Bens Móveis									
Imóveis									
Edificações e Instalações									
Obras em Andamento									
Terrenos									
Valor Contábil Bruto									
(-) Depreciação Acumulada									
(-) Redução ao Valor Recuperável									
(=) Valor Contábil Líquido									

Fonte:

No exercício de 20XX, o imobilizado teve um [acréscimo/decréscimo] de X%, fruto das movimentações ocorridas no período conforme evidenciado na planilha acima, com destaque para [relatar os pontos relevantes].

Tabela Grau de Depreciação por item do Imobilizado

Bens	Valor Contábil Bruto (a)	Depreciação Acumulada (b)	% Depreciação c = (b/a)*100
Bens Móveis			
Móveis e Utensílios			
Máquinas e Equipamentos			
Bens de Informática			
Material Cultural e Educacional			

ITAPREVI
Fls.: 157
Proc.: 20000174/26

Veículos			
Demais Bens Móveis			
Imóveis			
Edificações e Instalações			
Obras em Andamento			
Terrenos			
Total			

Fonte:

Um indicador importante para avaliação do Imobilizado é o grau de depreciação de cada item. Conforme evidenciado na tabela acima, os itens [**detalhar os itens**] possuem um grau de depreciação de **X%**, o que demonstra a necessidade de uma reavaliação ou mesmo de aquisição de novos equipamentos.

Nota 09 – Ativo Intangível

O ativo intangível é composto pelos direitos de uso de software que são utilizados na prestação de serviços e das marcas e patentes, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Tabela Ativo Intangível – Composição

Bens	Entradas					Saídas			
	Saldo Anterior	Aquisições	Doações Recebidas	Reavaliação	Outras Adições	Baixas por Perda	Doações Concedidas	Outras Baixas	Saldo Atual
Softwares									
Software com Vida Útil Definida									
Software sem Vida Útil Definida									
Marcas e Patentes									
Marcas e Patentes									
Direitos Autorais									
Valor Contábil Bruto									
(-) Amortização Acumulada									
(-) Redução ao Valor Recuperável									
Valor Contábil Líquido									

Fonte:

Nota 10 - Fornecedores e Obrigações de Curto Prazo

Compreende os valores a pagar por transações realizáveis no curto prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

ITAFRCM
Fls.: 158
Proc.: 2000001744126

Tabela Fornecedores e Valores a Pagar de Curto Prazo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Total				

Fonte:

Tabela Depósitos Restituíveis

Identificação do fornecedor	Valor do depósito	Data do depósito	Contrato relacionado	Prazo de restituição	Rendimentos acumulados	Motivo da restituição	Data da restituição	Documentação de suporte
Empresa XYZ, CNPJ 00.000.000/0001-00	*R$ 10.000,00*	*01/07/2025*	*Contrato nº 123/2025 - Serviços de TI*	*31/12/2025*	*R$ 500,00*	*Término do contrato*	*02/01/2026*	*Recibo nº 456/2026*

Nota 11 - Fornecedores e Obrigações de Longo Prazo

Compreende os valores a pagar por transações realizáveis no longo prazo. A seguir, apresenta-se a composição desses valores:

Tabela Fornecedores e Valores a Pagar de Longo Prazo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Total				

Fonte:

Tabela Depósitos Restituíveis

Identificação do fornecedor	Valor do depósito	Data do depósito	Contrato relacionado	Prazo de restituição	Rendimentos acumulados	Motivo da restituição	Data da restituição	Documentação de suporte
Empresa XYZ, CNPJ 00.000.000/0001-00	*R$ 10.000,00*	*01/07/2025*	*Contrato nº 123/2025 - Serviços de TI*	*31/12/2025*	*R$ 500,00*	*Término do contrato*	*02/01/2026*	*Recibo nº 456/2026*

Nota 12 - Provisões de Curto Prazo

Em **31/12/YY** a entidade apresentou um saldo de **R$ XX** relacionado a provisões, sendo **R$ XX** de obrigações a [**curto prazo ou de longo prazo, o que for mais relevante**]. A tabela a seguir mostra a composição das provisões.

ITAPREV
Fls. 159
Proc.: 20000174126

Tabela Provisões – Composição

	31/12/2025	31/19/2024	AH (%)
Provisões de curto prazo			
Provisões de longo prazo			
Total			

Fonte:

O item Provisões de Curto Prazo, do passivo circulante, é constituído principalmente por [**indicar qual a provisão ou provisões**] registrada pela entidade no valor de **R$ XX**.

Tabela Provisões de Curto Prazo – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Provisão para Riscos Cíveis a Curto Prazo			
Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo			
Provisão para Riscos Fiscais a Curto Prazo			
Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo Outras Provisões a Curto Prazo			
Total			

Fonte:

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do passivo não circulante, é constituído principalmente por [**indicar qual a provisão ou provisões**], registrada pela Entidade no valor de **R$ XX**. As provisões de longo prazo estão distribuídas por entidade, conforme detalhado abaixo:

Tabela Provisões de Longo Prazo

	31/12/2025	AV (%)
Entidade 1		
Entidade 2		
Entidade 3		
Entidade 4		
Demais		
Total		100

Fonte:

As entidades [**1, 2 e 3 (por exemplo)**] são responsáveis por **X%** do total de provisões de longo prazo.

Tabela Provisões de Longo Prazo – Composição

	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo			
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo			
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo			
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo			

MAPREV
Fls.: 160
Proc.: 2000001741/26

Provisão para Repartição de Créditos a Longo Prazo Outras Provisões a Longo Prazo			
Total			

Fonte:

Nota 13 – Passivo Atuarial e Provisões Matemáticas Previdenciárias – Obrigatórios para RPPS

Tabela Movimentação de Provisões - Adições e Reversões

Provisões	Saldo Inicial	Entradas		Saídas		Saldo Atual
		Novos riscos	Acréscimos de riscos existentes	Reversões	Decréscimos de riscos existentes	

Tabela Reservas do Plano Previdenciário

Discriminação	Valores
Reserva matemática de benefícios concedidos (PMBC)	
Reserva matemática de benefícios a conceder (PMBaC)	
Reservas matemáticas (PMP)	
(+) Ativo do Plano	
Superávit / Déficit Atuarial	

Nota 14 – Patrimônio Líquido

Mutações do Patrimônio Líquido

A tabela abaixo apresenta as variações nas contas do patrimônio líquido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício.

Tabela Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício Anterior							0
Ajustes de Exercícios Anteriores							0
Aumento de Capital							0

ITAPREVI
Fls.: 161
Proc.: 20000174/26

Resultado do Exercício							0
Constituição/Reversão de Reservas							0
Dividendos							0
Saldo Final do Exercício							0
Total por Coluna	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Durante o exercício, ocorreram as seguintes alterações:
- Aumento de capital no valor de **R$ XXX,XX**.
- Constituição de reservas de lucro no montante de **R$ XXX,XX**.
- Reconhecimento de ajustes de avaliação patrimonial no valor de **R$ XXX,XX**.

Resultado Acumulado e Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de **20XX**, foram contabilizados a título de ajustes de exercícios anteriores o montante de **R$ XX,XX**, que tratam de despesas e receitas de anos anteriores que foram reconhecidos no exercício atual, por mudança de práticas contábeis e/ou ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos, conforme evidenciado na tabela abaixo:

Tabela Ajustes de Exercícios Anteriores – Composição

Fatos que originaram	Fundamento	31/12/2025	AV (%)
1) Despesas relativas ao Contrato _____ que não foram reconhecidas à época própria.	*Omissões/erros*		
2) Reconhecimento de Ajustes para Perdas relativa dos Créditos Tributários, relativos a exercícios anteriores.	*Mudança de Critério*		
Total			**100%**

Fonte:

Nota 15 – Saldo Patrimonial

Tabela Movimentação do Saldo Patrimonial

Especificação	Total
Saldo Inicial do Exercício Anterior	0
Acréscimo	0
Decréscimo	0
Saldo Final do Exercício	**0**

Tabela Conciliação do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Patrimônio Líquido - BP	0,00
(B) **SALDO** de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	0,00
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	0,00
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	0,00
Diferença (E) = (C) - (D)	**0,00**

ITAPREV
Fls.: 162
Proc.: 20000174/26

Tabela Saldo do Ativo e do Passivo Financeiros - Lei nº 4.320/64	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Ativo Financeiro	**0,00**
(B) Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
(C) Depósitos Restituíveis	0,00
(D) Tributos a Recuperar	0,00
(E) Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	0,00
(F) Saldo das Contas do Ativo Circulante que admitem o atributo Financeiro = (B+C+D+E)	**0,00**
(G) Diferença entre o Ativo Financeiro e o Saldo das Contas do AC com atributo Financeiro = (A) - (F)	**0,00**
(H) Passivo Financeiro	**0,00**
(I) Restos a Pagar Não Processados em Liquidação - Inscrição no Exercício	0,00
(J) Restos a Pagar Processados - Inscrição no Exercício	0,00
(K) Restos a Pagar Não Processados em Liquidação	0,00
(L) Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar	0,00
(M) Restos a Pagar Processados a Pagar	0,00
(N) Depósitos (Consignações)	0,00
(O) Passivo Financeiro Apurado (I+J+K+L+M+N)	**0,00**
(P) Diferença entre o Passivo Financeiro e Passivo Financeiro Apurado = (H) - (O)	**0,00**

Nota 16 – Superávit/Déficit Financeiro

O **Superávit/Déficit** Financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de **R$ XX,XX**, é composto pelas seguintes destinações:

Recurso Código/Descrição	Disponibilidade	Obrigações	Superávit Financeiro
Ordinário			
Vinculado			
Educação			
Saúde			
Previdência			
Total			

Fonte:

Os recursos ordinários são os que estão livres para utilização, enquanto que os vinculados são aqueles que possuem destinação legal.

Nota 17 – Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em **31/12/20XX**, a entidade possuía um saldo de **R$ XX,XX** de obrigações contratuais relacionado a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A tabela abaixo segrega essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela Garantias e Contragarantias

ITAPREVI
Fls.: 163
Proc.: 2000001741/26

Garantias e Contragarantias Recebidas	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Avais			
Fianças			
Hipotecas			
Cauções			
Apólices de seguro			
Demais			
Total			

Obrigações Contratuais a Executar

Em **31/12/20XX**, a entidade possuía um saldo de **R$ XX,XX** de obrigações contratuais relacionado a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s). A tabela abaixo segrega essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela Obrigações Contratuais – Composição

Contratos	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Aluguéis			
Fornecimento de Bens			
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros			
Serviços			
Demais			
Total			

Fonte:

3.2 Notas da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

Nota 18 – Variações Aumentativas

Tributárias:

Tabela Variações Aumentativas Tributárias

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria e Contribuições Sociais				
(...)				
Exploração e Venda Bens, Serviços e Direito				
(...)				
Variações Patrimoniais Financeiras				
Contribuições Sociais				
Total				

Fonte:

As Variações Patrimoniais Aumentativas com Impostos, Taxas e Contribuições tiveram um **acréscimo/redução** em **20XX** de **X%** em relação a **20XX**, com

ITAPREV
Fls.: 164
Proc.: 2000001741126

destaque para as [**em destaque**] que representam a maioria (ou cerca de **X%**) do total no exercício. Este acréscimo se deu em função de [**detalhar**].

Econômicas:

Tabela Variações Aumentativas Econômicas

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Venda				
(...)				
Serviços				
(...)				
Total				

As Variações Patrimoniais Aumentativas derivadas de atividades econômicas teve um **acréscimo/redução** em **20XX** de **X%** em relação a **20XX**, com destaque para as [**em destaque**] que representam a maioria (ou cerca de **X%**) do total no exercício. Este acréscimo se deu em função de [**detalhar**].

Financeiras:

Tabela Variações Aumentativas Financeiras

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Juros e Encargos empréstimos e financiamentos concedidos				
(...)				
Juros e encargos de mora				
(...)				
Total				

As Variações Patrimoniais Aumentativas derivadas de atividades financeiras tiveram um **acréscimo/redução** em **20XX** de **X%** em relação a **20XX**, com destaque para as [**em destaque**] que representam a maioria (ou cerca de **X%**) do total no exercício. Este acréscimo se deu em função de [**detalhar**].

Transferências e Delegações Recebidas:

Conforme evidenciado na tabela abaixo, as VPA's de Transferências e Delegações Recebidas totalizaram o montante de **R$ XX,XX**, que em relação ao exercício anterior tiveram um [**aumento/redução**] de **X%**, com destaque para as [**detalhar**].

TAPREV
Fls.: 165
Proc.: 20000174/26

Tabela Transferências e Delegações Recebidas

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Transferências Intra -Governamentais				
Duodécimos recebidos				
Transferências Inter-Governamentais				
Cota-parte FPM				
Cota-parte ICMS				
Cota-parte IPVA				
Transferências FUNDEB				
Transferências LC nº 87/96				
Outras Transferências de Delegações Recebidas				
Total				

Fonte:

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos:

Tabela Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Valorização e Ganhos com Ativos				
Reavaliação de Bens Móveis				
Reavaliação de Bens Imóveis				
Reavaliação de Intangíveis				
Ganhos com Alienação de Ativos				
Desincorporação de Passivos				
Total				

Fonte:

Da parte das VPA's com a Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, as mais relevantes foram com **[detalhar]**, que representam **X%** do total, em função de **[detalhar]**.

Nota 19 – Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos Sociais

Conforme evidenciado na tabela abaixo, as VPD's com Pessoal e Encargos tiveram em 20XX um **[crescimento/redução] de X% em relação a 20XX. Esta variação se deu em especial por [informar o motivo da variação que pode ser pelo crescimento vegetativo da folha (plano de cargos e salários, etc.), contratação de novos servidores ou reajuste de salários concedido de X% no mês de (mês)]**

Tabela Pessoal e Encargos Sociais

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas				
Vencimentos e Salários				

ITAPREV
Fls.: 166
Proc.: 2000001741/26

Adicional Noturno				
Adicional por Tempo de Serviço				
Função Cargo Confiança				
Horas Extraordinárias				
Férias				
13º Salário				
Encargos				
RPPS Patronal				
Contribuições RGPS				
Benefícios Assistenciais				
Ajuda de Custo				
Auxílio Moradia				
Auxílio Transporte				
Auxílio Creche				
Demais Remunerações e Encargos				
Total				

Fonte:

Da parte das VPD's com Pessoal e Encargos, as mais representativas são as relativas a **[detalhar]**, que representam **X%** do total.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

As VPD's com Benefícios Previdenciários e Assistenciais, que totalizaram o montante de **R$ XX,XX** no exercício de **20XX**, tiveram um **[aumento/redução] de X%** em relação a **20XX.**

Tabela Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Aposentadorias por Tempo de Serviço				
Aposentadorias Compulsórias				
Aposentadorias por Invalidez				
Aposentadorias Especiais				
Pensões				
Sentenças Judiciais Pensões				
Total				

Fonte:

Importante destacar que os benefícios previdenciários representam **X%** da folha de pessoal de Ativos, que representam uma situação **[forte/razoável/baixa]** de comprometimento entre a força de trabalho e os inativos.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

As VPD's com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo totalizaram em **20XX** o montante de **R$ XX,XX**, que representa um [acréscimo/redução] de **X%** em relação ao exercício de **20XX**, conforme é evidenciado de forma detalhada na tabela abaixo:

ITAPREV
Fls.: 167
Proc.: 2000001724/26

Tabela Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Consumo de Material				
Material de Expediente				
Combustível e Lubrificantes				
Gêneros Alimentícios				
Medicamentos				
Material de Copa e Cozinha				
Material de Proteção e Segurança				
Material de Manutenção e Reformas				
Material Elétrico Eletrônico				
Material de Limpeza e higiene				
Demais Materiais				
Serviços de Terceiros				
Diárias				
Passagens				
Estagiários				
Serviços Técnicos Profissionais PF				
Consultoria e Assessoria				
Auditoria Externa				
Comunicação				
Publicidade				
Água e Esgoto				
Energia Elétrica				
Assinaturas e Periódicos				
Segurança e Vigilância				
Limpeza, Conservação e Manutenção				
Serviços de Copeiragem				
Serviços de Apoio Administrativo				
Serviços de Alimentação				
Serviços de Transportes				
Locação de Bens Móveis e Imóveis				
Serviços Tecnologia da Informação				
Hospedagem				
Patrocínio				
Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				
Contratação de Locação de Mão de Obra				
Demais Serviços de Terceiros				
Depreciação, Amortização e Exaustão				
Depreciação Bens Móveis				
Depreciação Bens Imóveis				
Amortização do Imobilizado				
Amortização do Intangível				
Exaustão do Imobilizado				
Total				

Fonte:

(Não há necessidade de elencar todos itens. Sugestão: relacionar os mais relevantes e o restante somar e incluir na linha Demais Materiais, Demais Serviços)

Da parte do **consumo de material,** destaque para as rubricas [**detalhar**] que representam **X%** do total e se justificam pela necessidade desses recursos para [**detalhar**].

ITAPREV
Fls. 168
Proc.: 20000174/26

Em relação aos **serviços de terceiros** que representam **X%** do total das VPD's de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, destaque para as rubricas de [**detalhar**], que em **20XX** tiveram um [**acréscimo/redução**] de **X%** em relação a **20XX**. A forte representativa destas despesas de serviços se deve em função de [**detalhar**].

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Conforme evidenciado na tabela a seguir, as VPD's com Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos tiveram uma variação de **X%** em relação ao exercício de **20XX**.

Tabela Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Desvalorização e Perdas de Ativos				
Reavaliação de Bens Móveis				
Reavaliação de Bens Imóveis				
Reavaliação de Intangíveis				
Redução ao Valor Recuperável				
Perdas de Estoques				
Ajustes de Perdas Créditos Tributários				
Ajustes de Perdas Dívida Ativa				
Incorporação de Passivos				
Total				

Fonte:

A variação ocorrida no período foi em especial pelas seguintes rubricas [**detalhar**].

Nota 20 – Resultado Patrimonial

Conforme evidenciado na tabela abaixo o Resultado Patrimonial no exercício de **20XX** foi R$ **XX,XX** [**superior/inferior**] ao apurado em **20XX**, uma variação **X%** no período.

Tabela Resultado Patrimonial

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas				
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas				
(=) Resultado Patrimonial				

Fonte:

As principais variações que contribuíram para o resultado em **20XX** foram as seguintes:
[**DETALHAR**]

3.3 Notas do Balanço Orçamentário

Nota 21 – Despesa Orçamentária

ITAPREV
Fls.: 169
Proc.: 2000001741/26

No exercício de **20XX**, o Orçamento foi aprovado pela lei n.º **XXX/XX**, publicada no Diário Oficial no dia **XX/XX/20XX**, que teve uma previsão de receita de R$ **XX,XX** e uma dotação inicial da Despesa de R$ **XX,XX** para essa Unidade Gestora.

Teve a abertura de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário) no montante de R$ **XX,XX**, conforme é evidenciado no detalhamento abaixo.

Tabela Composição e Execução Por Tipo de Créditos.

Tipo de crédito	Total da despesa AUTORIZADA por tipo de crédito	Total da despesa EXECUTADA (empenhada) por tipo de crédito	Execução / Total de Autorizações (%)
Inicial	R$ XX,XX	R$ XX,XX	R$ XX,XX
Suplementar	R$ XX,XX	R$ XX,XX	R$ XX,XX
Especial	R$ XX,XX	R$ XX,XX	R$ XX,XX
Extraordinário	R$ XX,XX	R$ XX,XX	R$ XX,XX
Total			

Fonte:

Tabela Detalhamento da Execução de Outras Despesas Correntes e Investimentos

Despesas orçamentárias	Dotação atualizada (a)	Despesa empenhada (b)	% Empenho =b/a	Despesas liquidada (c)	% Liquidação = c/b
Outras Despesas Correntes					
Material de Consumo Diárias e Passagens Passagens e Despesas com Locomoção Serviços de Consultoria Outros Serviços Terceiros PF					
Serviços Tec. Profissionais					
Estagiários					
Locação de Móveis e Imóveis					
Vigilância					
Limpeza e Conservação					
Outros Serv. Terc. PF					
Locação de Mão de Obra					
Apoio Administrativo					
Limpeza e Conservação					
Vigilância Ostensiva					
Manutenção e Conserv. Bens					
Copa e Cozinha					
Brigada de Incêndio					
Outros Locação Mão Obra					
Outros Serviços Terceiros PJ					
Serviços Tec. Profissionais					

ITAPREV
Fls.: 170
Proc.: 2000001741/26

Locação de Imóveis					
Locação de Maq. E Equipam.					
Manutenção e Conserv. Bens					
Energia Elétrica					
Água e Esgoto					
Comunicação em Geral					
Serv. Médicos Hospitalares					
Serv. Telecomunicação					
Serv. Gráficos					
Serv. Judiciais					
Limpeza e Conservação					
Apoio Admin. Tec. e Operac.					
Publicidade					
Outros Serviços Terc. PJ					
Serviços Tecnologia da Informação					
Locação de Máq. E Equip. TIC					
Locação Software					
Manutenção Corretiva Software					
Desenvolvimento Software					
Hospedagens de Sistemas					
Suporte aos Usuários TIC					
Suporte Infraestrutura de TIC					
Comunicação de Dados e Redes					
Telefonia Fixa e Móvel					
Outros Serv. TIC.					
Investimento					
Obras e Instalações					
Equipamentos e Material Permanente					
Total					

Nota 22 – Resultado Orçamentário

Conforme demonstrado na tabela abaixo, no exercício de **20XX**, o resultado orçamentário foi [**superávit/déficit**] de R$ **XX,XX**, que em comparação ao resultado de **20XX** teve uma variação de **X%** fruto em especial de [**detalhar**].

Tabela Resultado Orçamentário

Detalhamento	31/12/2025	31/12/2024	AV (%)	AH (%)
Receitas Arrecadadas				
(-) Despesas Empenhadas				
(=) Resultado Orçamentário				

Fonte:

3.4 - Notas do Balanço Financeiro e da DFC

Nota 23 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

No exercício de **20XX**, conforme evidenciado na tabela abaixo, ocorreu o ingresso de R$ **XX,XX** de Transferências Financeiras Recebidas com destaque para [**detalhar**].

ITAPREV
Fls.: 171
Proc.: 2000001741/26

Por outro lado, teve dispêndios de R$ **XX,XX** de Transferências Financeiras Concedidas com destaque para **[detalhar]**.

Tabela Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Transferências Financeiras Recebidas				Transferências Financeiras Concedidas			
Origem	**Natureza**	**Base Legal**	**Montante**	**Destino**	**Natureza**	**Base Legal**	**Montante**

4. Informações Específicas Para os Consórcios Públicos

Fluxo das Cotas Recebidas dos Contratos de Rateio no Exercício

Municípios	Exercícios Anteriores (A)	2025 (B)	TOTAL (A+B)
Município A		R$ XX,XX	R$ XX,XX
Município B	R$ XX,XX	R$ XX,XX	R$ XX,XX
Município C		R$ XX,XX	R$ XX,XX
Município D	R$ XX,XX	R$ XX,XX	R$ XX,XX
Município E		R$ XX,XX	R$ XX,XX

Desta forma, o contrato de rateio teve uma [**suficiência/insuficiência**] de arrecadação de R$ **XX,XX**, que se soma às Cotas a Receber de R$ **XX,XX** referentes aos exercícios de **20XX** até **20XX**]. No encerramento do exercício, a dívida dos entes consorciados com o Consórcio, pertinente aos Contratos de Rateio pactuados, está assim representada:

Cotas a Receber dos Contratos de Rateio Até 2025

Municípios	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
Município A	R$ XX,XX				R$ XX,XX	R$ XX,XX
Município B		R$ XX,XX	R$ XX,XX			R$ XX,XX
Município C						
Município D			R$ XX,XX		R$ XX,XX	R$ XX,XX
Município E			R$ XX,XX		R$ XX,XX	R$ XX,XX

4.1 - Cobranças de Cotas de Rateio

Conforme deliberado em Assembleia, o Conselho decidiu por cobrança [**administrativa/judicial**] das cotas em atraso desde o exercício de 20XX dos Municípios consorciados de [**Município A, Município B, etc.**], pormenorizado nos seguintes processos:

Municípios	Processo	Data de Autuação
Município A		

ITAPREV
Fls.: 172
Proc.: 2000001741/26

Município B		
Município C		
Município D		
Município E		

5. Outras Informações Relevantes

Nota 26 – Eventos Subsequentes (caso haja)

[Caso haja algum evento subsequente que tenha ocorrido entre o fechamento das demonstrações e a divulgação das mesmas que possua relevância e possa influenciar na tomada de decisão, na prestação de contas e na responsabilização, importante citar os atos/fatos de forma sucinta, apresentando a sua fonte de informação.]

Tabela Descrição dos Eventos Subsequentes

Descrição dos Eventos	Tratamento Contábil (NBC TSP 25)	Rubricas Afetadas (Ajuste)	Estimativa do Ajuste (Exemplo)
Eventos que Geram Ajustes			
Falência de cliente: *Confirmação de perda de um cliente que já estava em atraso na data do balanço.*	***Ajuste*** *nas demonstrações contábeis.*	*Ativo Circulante (Contas a Receber); Resultado (PCLD/Despesa com Devedores Duvidosos).*	*Aumentar a PCLD em R$ 150.000,00 para cobrir o valor total da dívida.*
Acordo judicial: *Sentença de ação trabalhista que confirma obrigação existente em período anterior.*	***Ajuste*** *da provisão.*	*Passivo Não Circulante (Provisões para Riscos Trabalhistas); Resultado (Despesas Judiciais/Trabalhistas).*	*Aumentar a provisão em R$ 80.000,00 para refletir o valor exato da condenação.*
Venda de estoque abaixo do custo: *Venda de produtos após o período contábil por valor inferior ao custo registrado.*	***Ajuste*** *do valor do estoque.*	*Ativo Circulante (Estoques); Resultado (Custo dos Produtos Vendidos ou Perdas por Redução ao Valor Recuperável).*	*Reduzir o estoque em R$ 30.000,00 para o valor realizável líquido.*
Eventos que Não Geram Ajustes			
Incêndio em fábrica: *Perda total de ativos devido a incêndio após a data do balanço.*	***Não ajusta*** *os valores. Apenas* ***divulgação em nota explicativa.***	*Nenhuma rubrica ajustada no balanço anterior.*	*Divulgação na NE: Prejuízo estimado de R$ 5 milhões. Cobertura de seguro em análise.*
Aquisição de empresa: *Conclusão de grande aquisição de outra entidade após a data do balanço.*	***Não ajusta*** *os valores. Apenas* ***divulgação em nota explicativa.***	*Nenhuma rubrica ajustada no balanço anterior.*	*Divulgação na NE: Aquisição concluída por R$ 20 milhões, a ser paga em março de 2025.*
Declaração de dividendos: *Diretoria aprova dividendos referentes ao exercício anterior.*	***Não ajusta*** *passivos no balanço. Apenas* ***divulgação em nota explicativa.***	*Nenhuma rubrica ajustada no balanço anterior (o passivo só surge na data da declaração).*	*Divulgação na NE: Proposta de dividendos de R$(2,50 por ação(total de R$) 1,25 milhão) será votada na Assembleia Geral Ordinária.*

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
Fls.: 173
Proc.: 200000174/26

Dezembro/2025

LEI Nº 4.320/1964

Anexo XVI A - Demonstração da Dívida Fundada Interna

Autorização / Títulos	Saldo do Exercicio Anterior	Movimento do Exercício		Saldo p/ Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Ao Setor de Protocolo do ITAPREVI

Encaminho os presentes autos para que seja promovida a notificação do requerente, cientificando-o de que, após minuciosa busca realizada na respectiva pasta funcional, não foram localizados documentos que comprovem o ingresso do Sr. Rosildo Lucena de Morais, matrícula nº 15.623, nos quadros efetivos da Prefeitura Municipal de Itaguaí na condição de pessoa com deficiência, conforme disposto na Portaria nº 1.077/2004, que formalizou sua nomeação.

Após a juntada aos autos do comprovante de notificação, não havendo manifestação ou apresentação de documentação apta a alterar o entendimento ora consignado, determino o arquivamento do presente processo, com as anotações e baixas de praxe.

Itaguaí, 23 de fevereiro de 2026.

Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves
Presidente do Itaprevi
Matrícula 939.383

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99

ITAPREV
175
Proc.: 20000174126

Dezembro/2025

LEI Nº 4.320/1964

Anexo XVII - Demonstrativo da Dívida Flutuante

Contas	Saldo do Exercicio Anterior	Movimento do Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
CONSIGNAÇÕES - VALORES RESTITUÍVEIS	**6.980.000,95**	**20.511.264,61**	**25.022.851,47**	**2.468.414,09**
AACBF	1.832,15	0,00	1.832,15	0,00
APLUB	29,60	133,20	74,00	88,80
BB - EMPRÉSTIMO	109.184,52	696.393,21	741.928,84	63.648,89
CEF-EMPRÉSTIMO	565.711,55	2.953.132,76	3.255.214,47	263.629,84
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	11.897,20	170.983,92	182.881,12	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	852,89	12.208,59	13.061,48	0,00
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR RPPS	687.533,16	34.769,84	722.303,00	0,00
DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINACAO JUDICIAL	6.667,92	18.831,49	25.499,41	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	328.253,03	47.532,69	375.785,72	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO ITAÚ	1.716.436,60	5.325.458,45	6.583.007,56	458.887,49
I.N.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF PF	1.595.523,65	10.166.293,79	10.944.451,77	817.365,67
IRRF PJ	2.344,72	929,00	813,85	2.459,87
PENSAO ALIMENTICIA	115.824,70	248.949,72	220.671,30	144.103,12
PENSOES ALIMENTICIAS	16.131,63	55.664,93	71.796,56	0,00
PREVISUL	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVISUL	38,90	175,05	97,25	116,70
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	1.809.150,91	687.809,08	1.830.750,56	666.209,43
SEPE-NÚCLEO	4.607,74	46.421,23	25.366,48	25.662,49
SINSERV	7.802,10	45.513,54	27.073,85	26.241,79
UNASP - BENEFÍCIOS	(64,12)	64,12	0,00	0,00
UNIK	242,10	0,00	242,10	0,00
RESTOS A PAGAR	**7.678.757,24**	**9.451.439,55**	**15.358.712,48**	**1.771.484,31**
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.512.063,24	1.769.633,32	7.512.063,24	1.769.633,32
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	7.512.063,24	7.512.063,24	0,00
RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	1.198,00	1.198,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	166.694,00	1.850,99	166.694,00	1.850,99
RP PROCESSADOS A PAGAR	0,00	166.694,00	166.694,00	0,00
TOTAL GERAL	**14.658.758,19**	**29.962.704,16**	**40.381.563,95**	**4.239.898,40**

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI
RUA AMÉLIA LOUZADA 270, LOJA 1
CENTRO
ITAGUAÍ - RJ
CNPJ: 04.764.158/0001-99 ITAGUAÍ - RJ

ITAPREVI
Fls.: 176
Proc.: 200000174/26

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MODELO 2

QUADRO AUXILIAR DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI | Município : Itaguaí | Exercício : 2025

Banco	Conta Bancária	Saldo em 31/12/2025 conforme extrato (R$) (A)	Débitos (R$) (B)		Créditos (R$) (C)		Saldo Contábil em 31/12/2025 (R$) (D=A +B -C)
			Anteriores ao exercício de referência	Relativos ao exercício de referência	Anteriores ao exercício de referência	Relativos ao exercício de referência	
BANCO DO BRASIL	39231-6 BANCO DO BRASIL - 39231-6	R$ 307,85	R$ -	R$ 444.411,34	R$ -	R$ 444.103,49	R$ 307,85
BANCO DO BRASIL	39231-6 BB PREVID IDKA 2, 39.231-7	R$ 1.349.055,51	R$ -	R$ 1.349.056,51	R$ -	R$ 1,00	R$ 1.349.055,51
BANCO DO BRASIL	BB PREVID RF IRF-M CNPJBB	R$ 22.493.679,07		R$ 22.493.679,07	R$ -	R$ -	R$ 22.493.679,07
BANCO DO BRASIL	0039231-6 BB PREV TP IPCA	R$ 14.302.121,21	R$ -	R$ 14.302.121,21	R$ -	R$ -	R$ 14.302.121,21
BANCO DO BRASIL	0392316-6 BB PREVID RF TOTAL - CNPJBB PREV RF RE	R$ 7.510.552,43	R$ -	R$ 7.510.552,43	R$ -	R$ -	R$ 7.510.552,43
BANCO DO BRASIL	00039231-6 BB PREVID RF IMAB 5+	R$ 408.103,65	R$ -	R$ 408.927,05	R$ -	R$ 823,40	R$ 408.103,65
BANCO DO BRASIL	39231-6 BB PREVID VERTICE 2026 - CNPJ: 54.602.092	R$ 19.669.957,59		R$ 19.669.957,59	R$ -	R$ -	R$ 19.669.957,59
BANCO DO BRASIL	392316-6 BB PREVID RF PERFIL	R$ 40.019.079,22	R$ -	R$ 40.207.265,68	R$ -	R$ 188.186,46	R$ 40.019.079,22
BANCO DO BRASIL	000000180766-8 BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RF PREVID	R$ 1.259.867,28	R$ -	R$ 1.259.867,28	R$ -	R$ -	R$ 1.259.867,28
BRB - BANCO DE BRASILIA S.A	760199-35 NTN -B 2035 - TITULOS PÚBLICO - CURVA	R$ 32.041.951,45	R$ -	R$ 32.041.951,45	R$ -	R$ -	R$ 32.041.951,45
BRADESCO	7177-2 BRB IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP (TAXA A	R$ 43.081,34	R$ -	R$ 49.618,40	R$ -	R$ 6.537,06	R$ 43.081,34
BANCO MÁXIMA S.A	11441060000-237 BRADESCO RF DI PREMIUM- 03.399.411/00	R$ 35.193.692,91	R$ -	R$ 35.193.692,91	R$ -	R$ -	R$ 35.193.692,91
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	000109523-6 BANCO MASTER- LETRAS FINANCEIRAS LF	R$ 64.992.392,38	R$ -	R$ 64.992.392,38	R$ -	R$ -	R$ 64.992.392,38
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	000053-2 CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF - C	R$ 8.948.945,18	R$ -	R$ 9.234.689,21	R$ -	R$ 285.744,03	R$ 8.948.945,18
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	00053-2 CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	R$ 10.824.832,41	R$ -	R$ 10.824.832,41	R$ -	R$ -	R$ 10.824.832,41
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	53-2 FIC AÇÕES VALOR RPP	R$ 1.990.246,34		R$ 2.020.277,89	R$ -	R$ 30.031,55	R$ 1.990.246,34
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	53-2 CAIXA - 053-2	R$ -	R$ -	R$ 286.513,60	R$ -	R$ 286.513,60	R$ -
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	119-9 CAIXA - 119-9 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R$ -	R$ -	R$ 369,97	R$ -	R$ 369,97	R$ -
ITAÚ	119-9 CAIXA FIC ALOCAÇÃO MACRO MULTIMERCA	R$ 416.183,76	R$ -	R$ 416.183,76	R$ -	R$ -	R$ 416.183,76
ITAÚ	0058838-3 ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IRF-M 1 F	R$ 2.515.011,90	R$ -	R$ 2.914.011,90	R$ -	R$ 399.000,00	R$ 2.515.011,90
ITAÚ	58838-3 ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFEREN	R$ 3.052,17	R$ -	R$ 3.052,17	R$ -		R$ 3.052,17
ITAÚ	058838-3 ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA	R$ 132.227,94	R$ -	R$ 134.115,78	R$ -	R$ 1.887,84	R$ 132.227,94
ITAÚ	58838-3 ITAÚ - 58838-3 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	R$ 297,93	R$ -	R$ 400.776,02	R$ -	R$ 400.478,09	R$ 297,93
ITAÚ	17804-5 ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FICFI	R$ 21.504.036,43	R$ -	R$ 31.106.885,20	R$ -	R$ 9.602.848,77	R$ 21.504.036,43
ITAÚ	017804-5 ITAÚ INSTITUCIONAL FI REFERENCIADO DI	R$ 27.188.831,50	R$ -	R$ 27.188.831,50	R$ -		R$ 27.188.831,50
ITAÚ	17804-5 ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA	R$ 249.953,63	R$ -	R$ 249.953,63	R$ -		R$ 249.953,63
ITAÚ	017804-5 ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA IMAB-5	R$ 164.560,20	R$ -	R$ 164.560,20	R$ -		R$ 164.560,20
ITAÚ	017804-5 ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FICFI	R$ 4.177.090,21	R$ -	R$ 4.177.090,21	R$ -		R$ 4.177.090,21
ITAÚ	17804-5 ITAÚ INSTITUCIONAL AÇÕES PHOENIX FICFI	R$ 1.017.404,94	R$ -	R$ 1.017.404,94	R$ -		R$ 1.017.404,94
ITAÚ	178045-0 ITAÚ AÇÕES DUNAMIS FIC	R$ 1.817.829,86	R$ -	R$ 1.817.829,86	R$ -		R$ 1.817.829,86
Total Bancos em 31/12/2025 (I)		R$ 320.234.346,29	R$ -	R$ 331.880.871,55	R$ -	R$ 11.646.525,26	R$ 320.234.346,29
Total em Espécie em 31/12/2025 (II)							
Total das Disponibilidades Financeiras (III = I + II)							
Total Geral:		R$ 320.234.346,29					R$ 320.234.346,29

Nome: André Luiz da Silva Miranda
André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Contador - CRC - RJ: 111583/O-3
Matrícula: 34.656 - ITAPREVI

Matrícula: 34.656 | Data: 23/06/2026 | Assinatura:

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros c[illegible]is.

Nome: | Resp[illegible]el pelo Setor Contábil | CRC nº

Matrícula: | Data: 23/06/2026 | Assinatura:

TARREIA
Fls.: 177
Proc.: 20000174/26

RELAÇÃO DE RESPONSÁVEIS DO PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO EM 2025				
NOME	CPF	NOMEAÇÃO	PERÍODO	EXONERAÇÃO
EDUARDO FRANCO DA SILVA	147.896.337-99	PORTARIA Nº 781 DE 23/01/2025	01/01/2025 a 21/07/2025	PORTARIA Nº 4.258 DE 23/07/2025
RAQUEL THEMOTEO TEIXEIRA	123.964.017-00	PORTARIA Nº 5.069 DE 19/10/2025	14/10/2025 a 31/11/2025	PORTARIA Nº 5.189 DE 08/12/2025
EDUARDO FRANCO DA SILVA	147.896.337-99	PORTARIA Nº	01/12/2025 até a presente data	------
RELAÇÃO DE RESPONSÁVEIS DA TESOURARIA EM 2025				
ELIANE DE ALBUQUERQUE PIÑEIRO	954.312.687-91	PORTARIA Nº 037 DE 06/01/2025	01/01/2025 A 08/09/2025	PORTARIA Nº 4.789 DE 08/09/2025
MARIO GONÇALVES FILHO	551.731.017-68	PORTARIA Nº 4.790 DE 08/09/2025	09/09/2025 a 31/11/2025	PORTARIA Nº 5.162 DE 04/12/2025
ELIANE DE ALBUQUERQUE PIÑEIRO	954.312.687-91	PORTARIA Nº 5.163 DE 04/12/2025	01/12/2025 até a presente data	-------

ITAPREVI
Fls.: 178
Proc.: 20000174126

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

1 - IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO

- **Órgão:** ITAPREVI
- **Período de Referência:** Exercício de 2025
- **Unidade de Controle Interno:** Controladoria Geral
- **Posição no Sistema de Controle Interno:** Unidade Central de Controle Interno
- **Relatório nº:**
- **Nº do processo interno:**
- **Data da Emissão:**
- **Conclusão:** Regularidade

2 - DOS RESPONSÁVEIS

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	CPF	Período de Gestão
Responsável(eis) pela Prestação de Contas Anual de Gestão	CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES	PORTARIA Nº 31, DE 06 DE JANEIRO DE 2025	DECRETO Nº 4.930, DE 18 DE JUNHO DE 2025	111.957.197-95	01/01/2025 a 13/01/2025 e 28/11/2025 até a presente data
	CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO	PORTARIA Nº 250, DE 14 DE JANEIRO DE 2025	DECRETO Nº 4.930, DE 18 DE JUNHO DE 2025	028.856.157-02	14/01/2025 a 17/06/2025
	FERNANDA PEREIRA DA SILVA	PORTARIA Nº 3.009, DE 18 DE JUNHO DE 2025	DECRETO 4.968, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025	823.634.802-44	18/06/2025 a 26/11/2025
Responsável pelo encaminhamento da Prestação de Contas Anual de Gestão	CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES	PORTARIA Nº 5.106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025		111.957.197-95	28/11/2025 até a presente data
Responsável pelo Setor Contábil do órgão/entidade	ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA	PORTARIA Nº 779 DE 23 DE JANEIRO DE 2025; PORTARIA Nº 3.035, DE 23 DE JUNHO DE 2025 e PORTARIA Nº 5.197 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	PORTARIA Nº 3.021, DE 23 DE JUNHO DE 2026; PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	033.505.277-01	01/01/2025 até 02/02/2026

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls. 179
Proc.: 20000174/26

Órgão: ITAPREVI	**Município: ITAGUAI**	**Exercício: 2025**

Responsável(eis) pelo Controle Interno do órgão/entidade	WILLIAN DE ARAUJO BUY	PORTARIA Nº 777, DE 23 DE JANEIRO DE 2025 e PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	PORTARIA 3.027, DE 23 DE JUNHO DE 2025	090.132.397-73	01/01/2025 a 17/06/2025 e 01/12/2025 até a presente data
	MARIO GOMES DE AMORIM FILHO	PORTARIA Nº 3.029, DE 23 DE JUNHO DE 2025	PORTARIA Nº 5.184 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	068.828.597-01	18/06/2025 a 30/11/2025
Responsáveis pela Auditoria das Contas Anuais de Gestão do órgão/entidade	ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA	PORTARIA Nº 779 DE 23 DE JANEIRO DE 2025; PORTARIA Nº 3.035, DE 23 DE JUNHO DE 2025 e PORTARIA Nº 5.197 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	PORTARIA Nº 3.021, DE 23 DE JUNHO DE 2026; PORTARIA Nº 5.188, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	033.505.277-01	01/01/2025 até 02/02/2026
	WILLIAN DE ARAUJO BUY	PORTARIA Nº 777, DE 23 DE JANEIRO DE 2025 e PORTARIA Nº 5.195, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	PORTARIA 3.027, DE 23 DE JUNHO DE 2025	090.132.397-73	01/01/2025 a 17/06/2025 e 01/12/2025 até a presente data
Responsável(eis) pela Tesouraria do órgão/entidade	ELIANE DE ALBUQUERQUE PIÑEIRO	PORTARIA Nº 037, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 e PORTARIA Nº 5.163 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025	PORTARIA Nº 4.789 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025	954.312.687-91	01/01/2025 a 08/09/2025 e 01/12/2025 até a presente data
	MARIO GONÇALVES FILHO	PORTARIA nº 4.790 DE 08 DE SETEMBRO DE 2025	PORTARIA Nº 5.162 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025	551.731.017-68	09/09/2025 a 31/11/2025
Responsável(eis) pelos Bens Patrimoniais do órgão/entidade	EDUARDO FRANCO DA SILVA	PORTARIA Nº 781 DE 23 DE JANEIRO DE 2025 e PORTARIA 5.198 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	PORTARIA Nº 4.258 DE 23 DE 23 DE JULHO DE 2025	147.896.337-99	01/01/2025 a 21/07/2025 e 01/12/2025 até a presente data

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO

(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREV
Fls.: 180
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	RAQUEL THEMOTEO TEIXEIRA	PORTARIA Nº 5.069 DE 19 DE OUTUBRO DE 2025	PORTARIA Nº 5.189 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025	123.964.017-00	14/10/2025 a 31/11/2025

3 - DAS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

	Questões Normativas	Sim	Não	
3.1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?		X	**Vide Nota Explicativa**
3.2	O órgão de controle interno elaborou **Programa anual e/ou Trimestral de auditorias e fiscalizações** para o exercício?		X	
3.3	O **programa de auditorias e fiscalizações** foi integralmente executado no exercício?		X	
3.4	Foram realizadas auditorias **contábeis, financeiras, patrimoniais, orçamentárias e operacional**?		X	
3.5	O controle interno emitiu recomendações ou relatórios com achados relevantes durante o exercício, e houve monitoramento quanto à adoção das providências pela gestão?		X	

Notas Explicativas:

3.1	**Não**: O Município de Itaguaí elaborou projeto de Lei Municipal para reestruturar a Autarquia. A finalidade principal é a adesão ao programa Pró-Gestão. A previsão de aprovação da Lei é para o segundo semestre de 2026. Com isso, serão implementados os manuais da Unidade de Controle Interno, o que é exigido pelo Pró-Gestão. As minutas dos manuais já se encontram em fase de elaboração.
3.2	**Não**: Pelas mesmas razões expostas no item 3.1.
3.3	**Não**: O ano de 2025 foi marcado por sucessivas alterações na chefia do Poder Executivo Municipal. Inclusive, até o envio da presente prestação de contas, não há decisão definitiva sobre essa situação. Na data de 23/06/2026, houve o julgamento pelo TSE do AgR no RespEl nº 0600379-88.2024.6.19.0105, de relatoria do Min. André Mendonça. Houve decisão unânime da e. Corte no sentido de serem necessárias novas eleições no Município de Itaguaí. Em virtude dessa sistemática, houve, também, sucessivas alterações nos quadros de servidores da Autarquia, dificultando a execução das tarefas com maior rigor de programação. Entretanto, isso não significa ausência de controle, uma vez que o Órgão de Controle Interno sempre se manifesta acerca das matérias de sua atribuição.
3.4	**Não**: Não houve auditorias formalizadas em procedimento administrativo. Contudo, isso não significa ausência de controle, uma vez que o controle se dá de forma integrada e multidisciplinar entre as diretorias existentes na Autarquia. Exemplificando, atualmente, antes da reforma pretendida, há seis Diretorias nos quadros: Financeira, Contábil, Patrimônio e Almoxarifado, Benefícios, Recursos Humanos e Atuária. Cada Diretoria realiza suas auditorias setorialmente, sempre tendo o suporte do Controle Interno.
3.5	**Não**: Nos procedimentos ordinários de controle, não foram encontradas irregularidades referentes ao exercício de 2025. Contudo, algumas ações praticadas no exercício de 2024, geraram reflexos durante todo o exercício de 2025 e ainda geram em 2026, como as aplicações realizadas no Banco Master (a primeira em 28/06/2024 e a segunda em 03/07/2024), o qual enfrenta um procedimento de liquidação extrajudicial, decretado em 18 de novembro de 2025. Inclusive, encontram-se em curso na Autarquia o procedimento administrativo nº 200.000.477/2024, que versa sobre uma auditoria do Ministério da Previdência em investimentos; os procedimentos administrativos nºs 200.000.193/2025 e 200.000.577/2025, os quais versam sobre as aplicações do Banco Master e as medidas adotadas pela Autarquia e o procedimento administrativo nº 200.000.398/2025, que veicula solicitações de informações sobre o Banco Master pelo Conselho Municipal de Previdência. Além disso, a Autarquia está se empenhando em auxiliar os Órgãos de Controle nessa questão do Banco Master, enviando documentos ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Polícia Federal. No atual exercício de 2026, iniciou-se, também uma auditoria por parte do e. TCE/RJ.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls.: 181
Proc.: 200001/74/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

4 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMAIS DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO - PCA

4.1 – CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

	Questões Normativas	Sim	Não	
4.1	A Unidade gestora disponibilizou tempestivamente a documentação da prestação de Contas de Gestão em conformidade com o anexo II da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17?	X		Vide Nota Explicativa
4.2	A documentação disponibilizada atende aos Modelos determinados no site institucional do TCE-RJ?	X		
4.3	As demonstrações contábeis atendem às normas estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64, MCASP e NBC TSP?	X		
4.4	O Relatório do Responsável pelo Setor Contábil foi devidamente assinado com a identificação do respectivo CRC e atesta a fidedignidade das rotinas e Demonstrativos Contábeis?	X		
4.5	As Notas Explicativas atendem ao conteúdo mínimo da Deliberação TCE-RJ n.º 277/17 e aos fundamentos da NBC TSP 11 e MCASP?	X		
4.6	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos **bens patrimoniais**, encontra-se arquivada no órgão?	X		
4.7	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos **bens em almoxarifado**, encontra-se arquivada no órgão?	X		
4.8	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de **tesouraria**, encontra-se arquivada no órgão?	X		
4.9	As informações financeiras e contábeis encaminhadas ao SIGFIS estão consistentes e têm paridade com os demonstrativos contábeis, em conformidade com a Deliberação TCE-RJ nº 281/2017 e com o art. 3º da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017?	X		

Notas Explicativas:

4.1	**Sim**: 29/06/2026
4.2	**Sim**: Foi realizada a verificação no site e os modelos do TCE foram utilizados corretamente.
4.3	**Sim**: As demonstrações seguem a estrutura da Lei n.º 4.320/64, MCASP e NBC TSP.
4.4	**Sim**: Foi verificado o relatório e o responsável contábil assinou conforme exigido. (item 19)
4.5	**Sim**: As notas explicativas atendem ao conteúdo mínimo, conforme item 11.
4.6	**Sim**: Confirma-se arquivamento físico da documentação patrimonial exigida.
4.7	**Sim**: Confirma-se arquivamento físico da documentação de almoxarifado exigida.
4.8	**Sim**: Confirma-se arquivamento físico da documentação de tesouraria exigida.
4.9	**Sim**: Confirma-se o envio e a paridade entre as informações encaminhadas no SIGFIS e os demonstrativos contábeis.

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

4.2 – CONSISTÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 1 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	**Valor (R$)**
Variações Patrimoniais Aumentativas	304.766.305,53
Variações Patrimoniais Diminutivas	150.146.930,84
Resultado Patrimonial do Período (A)	**154.619.374,69**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	31.345.825,71
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	0,00
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	185.965.200,40
Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)	**185.965.200,40**
Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)	**0,00**
Diferença (F)= (D)-(E)	**0,00**

Fonte: Balanço Patrimonial do exercício, Balanço Patrimonial do Exercício anterior (Linha B) e Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

	Questões Normativas	Sim	Não	
4.10	O valor apurado como Patrimônio Líquido está condizente com o PL demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme orientação do MCASP (Tabela 1)?	X		
4.11	O Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais é compatível com o respectivo registro no Balanço Patrimonial?	X		
4.12	O Patrimônio Líquido registrado na coluna "exercício anterior" é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei Federal n.º 4.320/64?	X		
4.13	O Saldo Patrimonial registrado na coluna "exercício anterior" é compatível com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior, permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei Federal n.º 4.320/64?	X		
4.14	O saldo das Disponibilidades para o Exercício Seguinte (Balanço Financeiro) encontra-se devidamente registrado no Ativo Circulante (Balanço Patrimonial) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (Saldo Final), permitindo o conhecimento da composição patrimonial previsto no art. 85 da Lei n.º 4.320/64?	X		**Vide Nota Explicativa** ***(Obrigatoriedade de Justificativa Exclusiva para Respostas "Não")***
4.15	O saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro confere com o saldo final da prestação de contas do exercício anterior?	X		
4.16	A execução das despesas demonstrada no Balanço Orçamentário **(Despesa Empenhada – Despesa Liquidada) / (Despesa Liquidada – Despesa Paga)** está condizente com o valor dos restos a pagar inscritos no exercício, informados no Balanço Financeiro, de acordo com o art. 103 da Lei n.º 4.320/64?	X		
4.17	A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar evidenciada no Balanço Financeiro está em consonância com o registrado nos Anexos 1 e 2 que complementam o Balanço Orçamentário?	X		
4.18	O saldo evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante confere com o registrado no passivo financeiro demonstrado no Balanço Patrimonial?	X		
4.19	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?	X		
4.20	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" e "Ajuste de Avaliação Patrimonial"?	X		

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls.: 183
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

5 – GESTÃO PATRIMONIAL

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial

Descrição	R$	Descrição	R$
Ativo Circulante	517.460.121,50	Passivo Circulante	2.488.807,00
Ativo Não Circulante	1.444.161.610,73	Passivo Não Circulante	1.773.167.724,83
		Patrimônio Líquido	185.965.200,40
Total	**R$ 1.961.621.732,23**	**Total**	**R$ 1.961.621.732,23**
Ativo Financeiro	222.436.895,72	Passivo Financeiro	4.239.898,40
Ativo Permanente	1.739.184.836,51	Passivo Permanente	1.773.167.724,83
Saldo Patrimonial			184.214.109,00
Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)			218.196.997,32

Fonte: Balanço Patrimonial.

Tabela 3 - Paridade do saldo do Ativo Imobilizado

(A)Valor constante no relatório elaborado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais	168.585,22
(B)Saldo do Ativo Imobilizado constante nos Registros Contábeis	168.585,22
(C) Diferença (A-B)	0,00

Tabela 4 - Paridade do saldo de Bens em Almoxarifado

(A) Valor constante no relatório elaborado pelo responsável pelos Bens em Almoxarifado	0,00
(B) Saldo do Ativo em Estoques constante nos Registros Contábeis	0,00
(C) Diferença (A-B)	0,00

	Questões Normativas	Sim	Não	
5.1	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização e dos agentes responsáveis pela sua guarda?	X		Vide Nota Explicativa
5.2	Houve paridade do saldo do Ativo Imobilizado com o constante no relatório apresentado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais?	X		
5.3	Houve paridade do saldo dos Ativo em Estoques com o constante no relatório apresentado pelo responsável pelos Bens em Almoxarifado?	X		
5.4	Houve a correta Contabilização da depreciação, amortização ou exaustão dos bens do Ativo Imobilizado?	X		
5.5	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controladas?	X		
5.6	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?	X		

ITAPREVI
Fls.: 184
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Pronunciamento sobre a Gestão Patrimonial:

O exercício de 2025, como já mencionado em outros tópicos, foi marcado por sucessivas mudanças na chefia do Poder Executivo. Inclusive, até o envio da presente prestação de contas, não há decisão definitiva sobre essa situação. Na data de 23/06/2026, houve o julgamento pelo TSE do AgR no RespEl nº 0600379-88.2024.6.19.0105, de relatoria do Min. André Mendonça. Houve decisão unânime da e. Corte no sentido de serem necessárias novas eleições no Município de Itaguaí. Em virtude dessa sistemática, houve, também, sucessivas alterações nos quadros de servidores da Autarquia, dificultando a execução das tarefas com maior rigor de programação, tais como auditorias periódicas.

O RPPS de Itaguaí passou por constantes ausências de repasses a partir do exercício de 2023. Foi celebrado o acordo de parcelamento nº 003/2024, o qual não foi cumprido e, inclusive, é objeto de ação de execução judicial. Há outras ações judiciais para persecução do crédito.

Aliado a isso, no exercício de 2024, houve duas aplicações em letras financeiras do Banco Master, o qual se encontra em procedimento de liquidação extrajudicial. Isso tudo interfere na eficácia, eficiência e economicidade da gestão patrimonial.

Por outro lado, os mecanismos de cobrança dos créditos estão sendo efetivamente empregados pela Autarquia, tais como as ações judiciais propostas, ofícios de cobrança, culminando com a celebração de 05 (cinco) acordos de parcelamento no exercício de 2026.

O Município aderiu, com o auxílio da Autarquia, ao Programa de Regularidade Previdenciária (Pró-Regularidade RPPS) e busca-se conjuntamente, sempre com base nas regras de controle, contornar as irregularidades apontadas.

Um outro ponto já devidamente alertado ao Município de Itaguaí, é a necessidade de realização de concurso público, uma vez que, atualmente, são concedidos muitos benefícios de aposentadoria, seja por idade, seja por incapacidade e há muitos anos não é realizado o certame para contratação de pessoal.

Base Legal:

Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Foram analisados os documentos apresentados pela Diretoria Geral Financeira, da qual é integrante a Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado.

Conclusão Final:

O pronunciamento inicial reflete a conclusão sobre esse tópico. Como já mencionado, não houve procedimentos de auditoria materializados durante o exercício de 2025. Houve, contudo, participação ativa do controle interno nos procedimentos de sua atribuição.
A Autarquia não é proprietária de bens imóveis. Os bens móveis possuem placas de identificação. Os bens adquiridos encontram-se devidamente tombados. Não houve aquisição de bens durante o exercício de 2025.

6 – GESTÃO FINANCEIRA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Tabela 5 - Balanço Financeiro	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Saldo do Exercício Anterior	**280.908.158,99**
(B) Receita Orçamentária	150.240.534,97
(C) Transferências Financeiras Recebidas	0,00
(D) Outras Movimentações Financeiras Recebidas	0,00
(E) Recebimentos Extraorçamentários	22.350.403,98
(F) Despesa Orçamentária	112.204.406,83
(G) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(H) Outras Movimentações Financeiras Concedidas	2.626.072,18
(I) Pagamentos Extraorçamentários	18.434.272,64
(J) Saldo para o Exercício Seguinte (A + B + C + D + E - F - G - H - I)	**320.234.346,29**
Resultado Financeiro do Exercício (J) - (A)	39.326.187,30

Fonte: Balanço Financeiro.

Tabela 6 – Resumo da Movimentação Financeira Decorrente da Execução Orçamentária	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Receita Arrecadada	150.240.534,97
(B) Despesa Empenhada	112.204.406,83
(C) Transferências Financeiras Líquidas*	0,00
(E) Superávit/Déficit (A-B) - C	38.036.128,14

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário.
(*) Transferências Financeiras Líquidas = transferências concedidas (-) transferências recebidas.

Tabela 7 - Paridade do Saldo de Disponibilidades Financeiras	
(A) Valor constante no relatório elaborado pelo responsável pela Tesouraria – Modelo 2	R$ 320.234.346,29
(B) Saldo das Disponibilidades Financeiras constantes nos Registros Contábeis	R$ 320.234.346,29
(C) Diferença (C = A-B)	0,00

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREV
Fls.: 186
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	Questões Normativas	Sim	Não	
6.1	Em caso de déficit financeiro, este foi contido com a adoção de medidas pela administração?			Vide Nota Explicativa
6.2	O saldo registrado no Relatório apresentado pelo responsável pela Tesouraria (Modelo 2) guarda paridade com os respectivos registros contábeis?	X		
6.3	O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, (Modelo 2 previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017) foi corretamente preenchido e apresenta informações consistentes, guardando paridade com o saldo contábil?	X		
6.4	Os débitos e créditos, originados no exercício, em valores expressivos, estão identificados nos Quadros I e II do Modelo 2 e encontram-se satisfatoriamente justificados?	X		
6.5	Caso existam débitos e créditos, originados em exercícios anteriores, em valores expressivos, há informação nos Quadros I e II do Modelo 2 quanto à sua regularização no exercício em análise ou que justifique a não regularização destes?	X		
6.6	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?	X		
6.7	O Demonstrativo da Dívida Flutuante evidencia que as receitas extraorçamentárias, em especial aquelas referentes aos IRRF/IRPJ e às retenções previdenciárias, estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, confirmando o caráter transitório dessas contas?	X		

Pronunciamento sobre a Gestão Financeira:

A gestão financeira durante o exercício de 2025 se revela legal e econômica, uma vez que não houve gastos desnecessários, mas apenas os ordinários, tais como folha de pagamento dos beneficiários; os contratos obrigatórios de locação da sede da Autarquia, água, energia elétrica; assessoria em investimentos; Dataprev para viabilizar a utilização do sistema Comprev.

Todas as receitas extraorçamentárias, em especial aquelas referentes aos IRRF/IRPJ e às retenções previdenciárias, estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, sempre dentro do prazo legalmente previsto. Assim também ocorre com os empréstimos consignados e as receitas referentes aos sindicatos. Inclusive, no exercício de 2025, foram suspensos os repasses aos sindicatos que não comprovaram a regular anuência dos beneficiários com os descontos. Mas a situação já foi devidamente regularizada. Atualmente, há procedimento investigativo do MPRJ sobre eventuais descontos ilegais. Deixa-se claro que foi informado ao *Parquet* que não há qualquer registro de beneficiário no sentido de que há descontos indevidos.

Base Legal:

Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Os procedimentos de despesas e contratações são encaminhados ao Órgão de Controle Interno, que sempre se manifesta acerca da legalidade e economicidade envolvidos na questão.

Principais Achados:

Um ponto sensível e que foi vivenciado durante todo o exercício de 2025 (e isso se iniciou no exercício de 2023), foram as constantes ausências nos repasses das contribuições devidas pelo Município de Itaguaí. Frise-se que se tratam das contribuições referentes ao aporte para

equacionamento do déficit atuarial, as contribuições do Ente (patronal) e aos acordos de parcelamento. As contribuições dos segurados encontram-se em dia.

Conclusão Final:

Ainda no exercício de 2024, o Órgão de Controle Interno iniciou procedimento administrativo para apuração da inadimplência e para alertar ao Ente sobre os riscos que se corre num cenário desses, tais como falta de recursos para pagamento dos benefícios e para a realização das tarefas ordinárias do RPPS, culminando na emissão de parecer prévio negativo à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo. O procedimento foi instaurado sob o nº 200.000.193/2024.

Posteriormente, foram propostas pela Autarquia três ações judiciais, de cobrança e de execução: nºs 0807439-15.2024.8.19.0024 (ação de cobrança da contribuição patronal do ano de 2023, meses maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro e décimo terceiro e patronal de 2024, meses janeiro a novembro); 0807442-67.2024.8.19.0024 (execução do acordo 003/2024); 0807440-97.2024.8.19.0024 (ação de cobrança dos aportes dos meses de março a dezembro de 2024).

Paralelamente, já no exercício de 2026, este Órgão de Controle empenhou esforços na celebração de acordos de parcelamento, para aproveitar as benesses trazidas com o advento da Emenda Constitucional nº 136/2025 e demais normas aplicáveis, tais como a Portaria MTP nº 1.467/2022. Tal fato é importante mencionar, pois abarcam as contribuições que deixaram de ser repassadas pelo Ente durante o exercício de 2025.

Espera-se que essas ações praticadas surtam os efeitos necessários para melhorar a gestão financeira da Autarquia, o que será objeto de detalhamento na prestação de contas referente ao exercício de 2026.

7 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, Plano Plurianual vigente, Lei Orçamentária Municipal Vigente, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Tabela 8 - Arrecadação no Exercício

Natureza	Previsão Atualizada R$	Arrecadação R$	Saldo	
			R$	Percentual
Receitas correntes	36.383.160,51	82.712.161,15	46.329.000,64	56,01%
Receitas de capital	0,00	0,00	0,00	__%
Receita intraorçamentária	117.675.705,67	67.528.373,82	50.147.331,85	74,26%
Total das Receitas	154.058.866,18	150.240.534,97	3.818.331,21	2,54%

Fonte: Balanço Orçamentário e Anexo 10.

Tabela 9 - Execução Orçamentária da Despesa

Natureza	Inicial R$ (A)	Atualizada R$ (B)	Empenhada R$ (C)	Liquidada R$ (D)	Paga R$ (E)	Percentual empenhado (C/B*100)	Economia orçamentária (B-C)
Despesas Correntes	114.924.302,92	134.144.302,92	112.204.406,83	110.434.773,51	110.432.922,52	83,64%	21.939.896,09

Despesas de Capital	**1.052.357,70**	**20.000.00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**__%**	**0,00**
Reserva de Contingência	**38.082.205,56**	**3.486.862,20**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**__%**	**0,00**
Reserva do RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**__%**	**0,00**
Total das Despesas	**154.058.866,18**	**137.651.165,12**	**112.204.406,83**	**110.434.773,51**	**110.432.922,52**	**__%**	**0,00**

Fonte: Balanço Orçamentário

Tabela 10 - Saldo De Restos a Pagar Processados e Não Processados de Exercícios Anteriores

Descrição	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/12/2024				
Restos a Pagar Não Processados	**0,00**	**7.512.063,24**	**711.369,79**	**1.198,00**	**7.510.865,24**	**0,00**
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	**0,00**	**7.512.063,24**	**711.369,79-**	**1.198,00**	**7.510.865,24**	**0,00**
Total	**0,00**	**166.694,00**	**0,00**	**0,00**	**166.694,00**	**0,00**

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado

7.1 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS METAS

Questões Normativas		Sim	Não	
7.1	Foram cumpridas as metas e programas definidos no Planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA)?	X		**Vide Nota Explicativa**
7.2	A unidade elaborou e implementou planejamento estratégico governamental para o exercício em análise, contemplando objetivos, metas e indicadores de desempenho alinhados ao planejamento orçamentário?	X		

O plano plurianual 2022/2025, foi aprovado através da edição da Lei Municipal nº 3.970/2021. Para o RPPS foram previstas, principalmente as seguintes ações: manutenção do pagamento de benefícios, que é a principal atividade da Autarquia; treinamento e capacitação dos servidores; pagamento de indenizações; pagamento de valores oriundos de sentenças judiciais; reserva de contingência entre outros.

Com base no PPA, bem como na LDO e LOA, observa-se que as metas e programas definidos no planejamento orçamentário foram cumpridas.

Achados:

Mais uma vez a inadimplência do Ente coloca em risco as atividades do RPPS, ainda mais num cenário de implementação da Nota Técnica nº 07. O Município está sendo devidamente alertado sobre os pontos abordados nesse relatório, inclusive, com a proposta de elaboração de um Termo de Adequação de Gestão.

ITAPREVI
Fls: 189
Proc.: 200001741/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Conclusão:

No exercício de 2025 foram cumpridas as metas previstas nas leis orçamentárias, até mesmo porque não houve gastos demasiados. O maior dispêndio mensal é efetivamente com o pagamento dos benefícios. Espera-se que com a regularização dos repasses do Ente, novos objetivos possam ser traçados em eventuais revisões do PPA.

7.2 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	Questões Normativas	Sim	Não	
7.3	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?	X		Vide Nota Explicativa
7.4	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?	X		
7.5	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?	X		
7.6	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?	X		
7.7	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?	X		
7.8	Existe justificativa para o cancelamento de restos a pagar processados ocorrido no exercício de referência, por se tratar de direito líquido e certo, nos termos dos arts. 61 e 62 da Lei Federal nº 4.320/64?	X		

Notas Explicativas:

7.3	
7.4	
7.5	
7.6	Não houve a concessão de adiantamentos no exercício de 2025.
7.7	
7.8	

Pronunciamento sobre a Gestão Orçamentária:

Todas as despesas foram previamente empenhadas e liquidadas, em obediência à Lei Federal nº 4.320/64, bem como todos os demais itens desse tópico estão em conformidade com a legislação aplicável. Não houve concessão de adiantamentos no exercício de 2025.

Base Legal:

Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, Plano Plurianual vigente, Lei Orçamentária Municipal Vigente, MCASP, IPCs e NBC-TSP.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Análise da documentação pertinente e confronto com a legislação aplicável.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls. 190
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Conclusão Final:

A execução orçamentária se deu dentro dos limites previstos. Não houve pagamento fora da ordem cronológica apresentada. Os processos administrativos que veiculam as despesas da Autarquia são remetidos ao Órgão de Controle Interno para análise. Todas as despesas foram devidamente empenhadas e liquidadas antes do pagamento, obedecendo ao sistema trifásico da despesa pública.

8 – GESTÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNANÇA

Base Normativa: Deliberação TCE-RJ n.º 277/17, Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Complementar n.º 101/00, Lei Orçamentária Municipal Vigente, Lei Federal n.º 9.717/1998, Portaria MTP Nº 1.467/2022 e Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1– GOVERNANÇA E REGULARIDADE DO RPPS

Tabela 11 - UNIDADES GESTORAS CONTRIBUINTES	
1	Prefeitura Municipal
2	Câmara Municipal

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.1	O Relatório Anual de Gestão atende ao conteúdo mínimo estabelecido no respectivo Modelo 6B previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017?	X		Vide Nota Explicativa
8.2	O dirigente da unidade gestora do RPPS comprova o atendimento aos requisitos legais de nomeação ou permanência previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717/1998, incluindo idoneidade, certificação técnica e experiência profissional exigida?		X	
8.3	O gestor do órgão ou entidade observou o **princípio da segregação de funções**, de forma a impedir que o mesmo agente execute, autorize, aprove e fiscalize uma mesma operação ou processo, garantindo transparência, rastreabilidade e mitigação de riscos de erro ou fraude?	X		
8.4	O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) foi emitido sem decisão judicial?		X	
8.5	O Extrato Previdenciário evidencia que, no exercício em análise, **os critérios sob responsabilidade do gestor do RPPS** encontram-se em situação regular perante as exigências estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 9.717/1998?		X	

Notas Explicativas:

8.1	
8.2	No exercício de 2025 houve três gestores diversos e único requisito não comprovado e elencado na legislação de regência é a certificação. Como tal requisito ainda está em fase de adequação, inclusive em virtude do Pró-Gestão RPPS, as certificações dos servidores que ainda se encontram no RPPS estão sendo providenciadas e serão apresentadas oportunamente.
8.3	O procedimento administrativo é iniciado no órgão de interesse, tais como uma contratação, pagamento da folha de benefícios, solicitação de diárias, repasses de despesas extraorçamentárias etc. Os procedimentos são devidamente instruídos com os elementos aptos, tais como relatórios, orçamentos e demais itens em razão da peculiaridade apresentada em cada caso. Com isso, se for o caso, há a remessa para a Procuradoria da Autarquia, a qual se manifestará pela legalidade do procedimento. Se for procedimento de despesa, o passo seguinte é a remessa aos setores contábeis para providenciar a disponibilidade orçamentária, empenho e liquidação. Ato contínuo, os procedimentos são remetidos

	ao Controle Interno, o qual avaliará a legalidade, economicidade, se for o caso e a regularidade do procedimento. Em seguida, o Controle Interno remete os autos à Presidência para que, estando tudo em conformidade, autorize a despesa, seguindo à tesouraria para pagamento e atos de finalização, até que o objeto se esgote e o procedimento seja efetivamente arquivado.
8.4	O CRP de 2025 foi emitido com base em decisão judicial, em razão de alguns impedimentos que podem ser comprovados no extrato de regularidade previdenciária emitido pelo CADPREV. O principal impedimento era a irregularidade nos repasses devidos pelo Ente, relativos à contribuição Patronal, Aporte para equacionamento do déficit atuarial e cumprimento de acordos de parcelamento. Em 24/11/2025, o CRP foi cancelado, em virtude do acórdão do TRF2 que em juízo de retratação deu provimento à apelação da União. Entretanto, atualmente, apenas dois itens se encontram pendentes de regularização. Aguarda-se, ainda, a aprovação dos 05 (cinco) acordos de parcelamento registrados no CADPREV. A situação atual do RPPS de Itaguaí é uma decisão judicial que, liminarmente, suspendeu as irregularidades apontadas, emitindo-se novo CRP em 16/06/2026.
8.5	Conforme mencionado no item 8.2., a certificações necessárias já estão sendo providenciadas. É bom deixar claro que apenas o último gestor do ano de 2025, nomeado em 28/11/2025, ainda se encontra no exercício do cargo.

8.2 – GESTÃO ATUARIAL – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

8.2.1 – DO ESTUDO ATUARIAL

Tabela 12 – Evolução do Resultado Atuarial		
Descrição	**Exercício 2024**	**Exercício 2025**
Situação Atuarial	Déficit Atuarial / Superávit Atuarial	Déficit Atuarial / Superávit Atuarial
Resultado Atuarial (em R$)	-1.179.796.178,86	-1.110.073.456,52

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.6	A Avaliação Atuarial Anual foi realizada com data focal em 31 de dezembro do exercício em análise, em conformidade com o artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467/22?	X		**Vide Nota Explicativa**
8.7	A Avaliação Atuarial Anual foi assinada por atuário devidamente habilitado, em conformidade com o disposto no artigo 1º, inciso I, da Lei 9.717/98 c/c o artigo 26, inciso I, da Portaria MTP nº 1.467/22?	X		
8.8	A provisão matemática previdenciária constante na Avaliação Atuarial guarda paridade com o correspondente registro no passivo não circulante do Balanço Patrimonial, em observância ao inciso VI do artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467/22 e aos regramentos previstos na NBC TSP 11 e na NBC TSP 03?	X		
8.9	Foi dada ciência ao Chefe do Poder Executivo acerca das medidas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial **do exercício**?	X		
8.10	Caso existam medidas sugeridas no Relatório de Avaliação Atuarial, **relativo ao exercício anterior**, visando o equacionamento de déficit atuarial, foram adotadas pelo gestor providências para a sua implementação, dentro de sua esfera de competências (artigo 55, §§ 5º e 6º da Portaria MTP n.º 1.467/2022)?	X		

Notas Explicativas:

8.6	
8.7	
8.8	
8.9	

ITAPREVI
Fls.: 192
Proc.: 20000012411/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

8.10	Sim. Em atendimento às recomendações constantes do Relatório de Avaliação Atuarial do exercício anterior, foi mantido o plano de amortização do déficit atuarial instituído em lei, permanecendo vigente o cronograma de aportes financeiros destinado à recomposição do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Na Avaliação Atuarial elaborada na posição de 31/12/2025 verificou-se que o valor presente das contribuições futuras previstas no plano de amortização totalizou R$ 1.112.239.459,89, montante superior ao déficit atuarial apurado de R$ 1.110.073.456,52, resultando em superávit atuarial de R$ 2.166.003,37. Ressalta-se, contudo, que conforme mencionado no relatório de avaliação atuarial, o equilíbrio atuarial apurado permanece diretamente condicionado ao integral e tempestivo cumprimento, pelo Ente Federativo, dos aportes financeiros previstos na legislação instituidora do plano de amortização. Destaca-se, ainda, que o patrimônio de cobertura atualmente disponível, quando desconsiderado o valor presente do referido plano de amortização, corresponde a apenas 35,64% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, evidenciando que a manutenção do equilíbrio atuarial depende da continuidade da política de amortização do déficit, da regularidade dos repasses previdenciários, da adequada gestão dos investimentos e do acompanhamento permanente dos resultados atuariais, conforme recomendado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025.

8.2.2 – DA COBERTURA PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Tabela 13 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL NO EXERCÍCIO	
Descrição	**Valor (R$)**
Planejamento Legal e Previsão	
(A) Base legal do Plano (lei instituidora e atualizações)	Lei Municipal nº 3.376 de 26 de novembro de 2015, a qual alterou a lei de regência, nº 2.499/2005.
(B) Total das parcelas previstas em Lei (Exercício Atual)	R$ 64.739.618,52
Execução Financeira no exercício	
(C) Total das parcelas previstas corrigidas (Atualizado)	R$ 64.739.618,52
(D) Valor efetivamente recebido (referente ao exercício Atual)	R$ 21.579.872,84
(E) Saldo pendente de repasse (exercício atual) (C-D)	R$ 43.159.745,68

Ajustes e Totalização	
(F) Valor recebido (Referente a Exercícios Anteriores)	R$ 122.841.474,14
(G) Valor total efetivamente recebido no Exercício (D+F)	R$ 144.421.346,98
(H) Observação explicativa referente à linha F	Exercícios de 2021, 2022, 2023 e 2024.

Registro Contábil	
(I) VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R$ 21.579.872,84

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.11	Os Modelos 9 e 40, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?	X		Vide Nota Explicativa
8.12	As transferências recebidas pelo RPPS (**Plano Previdenciário**) para cobertura do **déficit atuarial** foram registradas no Anexo 10, nos termos preconizados pela Lei Federal n.º 4.320/64?	X		
8.13	Em caso de inadimplência do Plano de amortização, a Unidade Gestora adotou medidas administrativas, legais ou judiciais para garantir o recebimento integral das contribuições?	X		
8.14	Os aportes periódicos destinados ao Fundo em Capitalização são geridos e controlados de forma segregada dos demais recursos previdenciários, evidenciando a vinculação para a qual foram instituídos, em conformidade com o § 8º, inciso II, do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022?	X		
8.15	Os recursos decorrentes dos aportes periódicos são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as regras do Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, e, quando utilizados, destinam-se exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários, conforme § 8º, incisos I e III, do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022?	X		

Notas Explicativas:

8.11	
8.12	
8.13	Além das três ações judiciais propostas (cobrança e execução, conforme detalhado no item 6), foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições referentes aos aportes para equacionamento do déficit atuarial nºs 816/2026 (período de 03/2024 a 08/2025) e 824/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles se encontram registrados no CADPREV e pendente de análise. O acordo 003/2024, que também se refere às parcelas do Aporte para equacionamento do déficit atuarial, foi reparcelado através do acordo nº 832/2026, também pendente de análise no CADPREV.
8.14	
8.15	

8.2.3 – DA COBERTURA PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT FINANCEIRO

Tabela 14 - RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023	
Descrição	**Valor (R$)**
(A) Ativos garantidores de benefícios concedidos	1.726.904.198,86
(B) Provisões Matemáticas de benefícios concedidos	1.724.738.195,49
(C) Resultado Financeiro do Fundo em Capitalização do RPPS (A) – (B)	2.166.003,37

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial.

Tabela 15 - TRANSFERÊNCIA RECEBIDA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	
Descrição	**Valor (R$)**
(D) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO (CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA)	
(E) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO	

ITAPREV
Fls. 194
Proc.: 200000174126

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

(F) DÉFICIT/SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D-E)	D-E
(G) APORTE PARA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	
(H) RESULTADO FINANCEIRO (F+G)	F+G
VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	

Fonte: Demonstrações contábeis.

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.16	O **Modelo 10.1**, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?	X		**Vide Nota Explicativa**
8.17	O Fundo em Capitalização (**Plano Previdenciário**) apresentou **equilíbrio financeiro**, em conformidade com o disposto com o art. 9º, § 1º da EC n.º 103/19 c/c Lei Federal n.º 9.717/98?	X		
8.18	Caso o Fundo em Capitalização (**Plano Previdenciário**) apresente desequilíbrio (**déficit financeiro**), mas não tenha recebido aporte para a respectiva cobertura ou estes sejam insuficientes, o gestor do RPPS adotou as providências cabíveis, em observância ao postulado constitucional do equilíbrio financeiro?	X		
8.19	As transferências recebidas pelo RPPS (**Plano Previdenciário**) para cobertura do déficit financeiro foram registradas no Anexo 10, nos termos preconizados pela Lei Federal n.º 4.320/64?		X	

Notas Explicativas:

8.16	
8.17	O modelo 10.1 possui informação expressa no sentido de ser necessária a utilização das informações constantes no Relatório de Avaliação Atuarial com data focal de 31/12 do exercício anterior ao exercício em análise, ou seja, 2024. Dessa forma, o plano de amortização do déficit atuarial foi considerado como ativo garantidor, o que gera a inexistência de déficit financeiro. Contudo, após o advento da Nota Técnica TCE/RJ nº 07/2023, o entendimento do e. Tribunal de Contas vem se revelando no sentido de não ser mais possível utilizar o plano de amortização como ativo garantidor, o que, em tese, revelará um déficit financeiro. Para que não ocorram prejuízos futuros, foi instaurado no âmbito da Autarquia um procedimento administrativo, nº 200.000.479/2025, o qual está se desenvolvendo com parecer atuarial, financeiro e de controle, a fim de que o Ente Municipal tenha plena ciência da situação e adeque a sua gestão, a fim de cumprir as determinações do Tribunal.
8.18	Conforme nota emitida no item 8.17.
8.19	Não foram recebidas transferências para cobertura do déficit financeiro.

8.3 – GESTÃO DO PLANO FINANCEIRO – FUNDO EM REPARTIÇÃO -

Notas Explicativas:

O RPPS de Itaguaí não tem Fundo em Repartição.

8.4 – GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Tabela 17 – INVESTIMENTOS POR TIPO DE APLICAÇÃO

Aplicação	Resolução CMN nº 4.963/2021		Modelo 11		Relatório de Política de Investimentos - Alvo		
	Art.	Limite	Valor (R$)	Aplicado em relação ao Patrimônio	Limite inferior	Alvo	Limite superior
Renda Fixa	7º, I, a	100%	**R$ 32.041.951,45**	**10,01%**	**0,00%**	**12,00%**	**100%**
	7º, I, b	100%	**R$ 111.332.905,43**	**34,77%**	**0,00%**	**42,00%**	**100%**
	7º, I, c	100%					
	7º, II	5%					
	7º, III, a	60%	**R$ 102.447.737,14**	**31,99%**	**0,00%**	**23,00%**	**60,00%**
	7º, III, b	60%					
	7º, IV	20%	**R$ 64.992.392,38**	**20,30%**	**0,00%**	**20,00%**	**20,00%**
	7º, V, a	5%					
	7º, V, b	5%					
	7º, V, c	5%					
Renda Variável	8º, I	30%	**R$ 9.002.570,35**	**2,81%**	**0,00%**	**2,00%**	**30,00%**
	8º, II	30%					
Investimento no exterior	9º, I	10%					
	9º, II	10%					
	9º, III	10%					
Investimentos Estruturados	10º, I	10%	**R$ 416.183,76**	**0,13%**	**0,00%**	**1,00%**	**10,00%**
	10º, II	5%					
	10º, III	5%					
Imobiliário	11	5%					
Empréstimo Consignado	12	5%					
TOTAL			**R$ 320.233.740,51**	**100%**	**-**	**100%**	**-**

Fonte: Modelo 11, Política Anual de Investimentos e Demonstrativos Contábeis.

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.25	O Modelo 11, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?	X		Vide Nota Explicativa
8.26	A unidade gestora identifica, avalia, controla e monitora os riscos dos investimentos dos recursos do RPPS, mantendo procedimentos e controles internos formalizados e continuamente aprimorados, em conformidade com os arts. 125 a 127 da Portaria MTP nº 1.467/2022?	X		
8.27	Foi elaborado relatório que definiu a Política Anual de Investimentos, na forma estabelecida pela Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores?	X		
8.28	Os investimentos mantidos pelo RPPS estão de acordo com os **limites máximos** estabelecidos pela Política Anual de Investimentos e pela Resolução CMN n.º 4.963/2021?	X		
8.29	As aplicações de recursos promovidas pelo RPPS ocorreram em fundos de investimentos elegíveis pela Resolução do CMN nº 4.963/2021?	X		
8.30	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial, em conformidade com a NBC TSP 11?	X		
8.31	Foram certificados os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS no exercício, na forma estabelecida pelo artigo 76, inciso II da Portaria MTP n.º 1.467/2022 ou alterações posteriores?		X	

Notas Explicativas:

8.25	
8.26	A Diretoria Geral Financeira realizou durante o ano de 2025 reuniões semanais com o Comitê de Investimentos, com a apresentação de relatório sobre o cenário econômico e seus impactos na carteira de investimentos, reuniões tanto presencias como também on-line com representantes dos Bancos, Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica e a empresa de consultoria de investimentos. Desta reunião são apresentados para a presidência do Instituto e também para a Diretoria executiva e Conselho administrativo, as estratégias de alocações realizadas durante o ano de 2025 que servem como base para a elaboração da política de investimentos do ano seguinte. Como já mencionado em tópicos anteriores, em 18 de novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação do Banco Master. Isso representou 20,30% do patrimônio do Instituto de Previdência comprometido, mesmo sendo investimentos em longo prazo (10 anos) e ter pago nos meses de aniversário dos investimentos (realizados em junho e julho de 2024) o cupom anual no valor de R$ 4.875.941,78 (quatro milhões oitocentos e setenta e cinco mil novecentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos).
8.27	
8.28	
8.29	
8.30	
8.31	Apenas o último gestor do exercício de 2025, nomeado em 28/11/2025, ainda se encontra no exercício do cargo e já está providenciando a certificação necessária, até mesmo em virtude da implantação do Pró-Gestão RPPS.

8.5 – GESTÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Tabela 18 –DEMONSTRATIVO DO LIMITE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS	
Descrição	Valor (R$)
(A) Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS **(Extraído do Modelo 12 OU do Modelo 12.1)**	R$ 499.963.745,19

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREV
Fls. 197
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

(B) Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa %	2%
(C) Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A * B)	R$ 9.999.274,90
(D) Despesas Administrativas Empenhadas	R$ 4.295.103,37
(E) Sobra de gastos no Exercício (E = C - D)	R$ 5.704.171,53

(F) Base de cálculo utilizada:	Contribuição dos Servidores / Remunerações brutas
(G) A alíquota da taxa de administração está expressa em Lei?	SIM
(H) Base legal da alíquota:	(X) SIM Lei nº 2.499/2005 - Art. 27ª § 3º
(I) Porte para o exercício em análise (IPS-RPPS):	Grande Porte
(J) Certificado Pró-Gestão no exercício em análise:	Não Possui

	Questões Normativas	Sim	Não	
8.32	Os Modelos 12 ou 12.1 e o Modelo 13, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade e paridade com as informações contábeis da unidade gestora?	X		Vide Nota Explicativa
8.33	Os gastos com despesas administrativas estão dentro dos parâmetros estabelecidos na **Lei do ente federativo e na Portaria MTP n.º 1.467/2022?**	X		
8.34	Na hipótese de ser constituída **reserva administrativa com a sobra da taxa de administração**, o registro contábil desse recurso foi realizado em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigente no exercício em análise?	X		

Pronunciamento sobre a Gestão Operacional/Previdenciária:

Com base na documentação analisada e nas ações praticadas durante o exercício de 2025, constata-se que a maioria dos itens se encontram devidamente cumpridos. Como já mencionado em outras passagens desse relatório, o exercício de 2025 foi marcado por uma instabilidade política gigantesca, girando em torno do terceiro mandato do prefeito eleito no pleito de 2024.

A troca de gestão do RPPS apresenta prejuízos enormes, principalmente sob a ótica do controle, pois não há como exercer efetivo acompanhamento das ações realizadas.

Em que pese tudo isso, o Órgão de Controle se mostrou ativo, principalmente na fiscalização dos investimentos em letras financeiras do Banco Master, o que causou e ainda causa muitos transtornos à Autarquia, considerando que foram investimentos de longo prazo e, logo após, ocorreu a decretação da liquidação extrajudicial da instituição.

Um outro ponto de destaque, que também já foi abordado em outros tópicos, foi a irregularidade nos repasses de responsabilidade do Ente. Isso impacta, inclusive, no valor da taxa de administração, uma vez que o percentual repassado está ligado à contribuição Patronal. Como os gastos do RPPS são extremamente controlados, até mesmo pelo cenário vivenciado no exercício de 2025, não houve nenhum tipo de excesso. A maior despesa mensal é com o pagamento dos benefícios o que, legalmente, é o motivo pelo qual a Autarquia foi criada.

Aliado a tudo isso, a ausência de repasses dos aportes para equacionamento do déficit atuarial reflete na saúde do plano de amortização. Há a obrigatoriedade de segregação dos valores pelo

prazo mínimo de 5 anos. Contudo, de nada adianta um plano regular se o Ente descumpre a obrigação assumida.

Quanto à avaliação atuarial, o cenário é otimista, uma vez que o relatório de avaliação atuarial afirma que o atual plano de amortização é apto a alcançar os seus objetivos, desde que o Ente mantenha a regularidade e pontualidade nos repasses.

Quanto à implementação da Nota Técnica TCE/RJ nº 07/2023, considerando a dificuldade na gestão, no orçamento limitado do Município e se deparando com a dívida materializada nos acordos recém celebrados, será necessário realizar um termo de ajuste de gestão para que o Ente explicite os motivos de não conseguir cumprir o que determina a Corte de Contas na sua recente normativa.

Foi instaurado procedimento administrativo no RPPS para realizar esse levantamento e encontrar uma solução junto ao Ente (Nº 200.000.479/2025). A questão é que se se considerar o plano de amortização como ativo garantidor, não se vislumbraria um cenário deficitário.
Contudo, o e TCE/RJ vem revelando o seu entendimento no sentido de não ser possível considerar esses valores como garantidores, o que geraria um déficit a ser suportado pelo Município.

O RPPS de Itaguaí está envidando esforços na melhor condução dessa questão, a fim de não descumprir qualquer determinação da Corte nesse sentido.

Base Legal:

Modelos 12 ou 12.1, Demonstrativos Contábeis, Portaria MTP n.º 1.467/2022 e Legislação Municipal.

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Análise e verificação em documentos e procedimentos administrativos.

Principais Achados:

Os principais pontos de atenção foram: a liquidação extrajudicial do Banco Master, o que impacta diretamente nos investimentos da Autarquia, até mesmo porque o procedimento previsto na Lei 6.024 de 13 de março de 1974 é cheio de minúcias e deve ser respeitado rigorosamente.

O outro ponto foi a irregularidade nos repasses.

Conclusão Final:

Em que pesem os apontamentos aqui realizados, o RPPS conseguiu, durante o exercício de 2025, realizar uma gestão econômica, ao não apresentar gastos fora das suas finalidades institucionais.

Foram abertos procedimentos administrativos para acompanhar diretamente a liquidação extrajudicial do Banco Master e seus impactos para a Autarquia.

O Ente Municipal está ciente das irregularidades dos repasses e, juntamente com o Controle Interno do RPPS, celebrou 05 (cinco) novos acordos de parcelamentos dos débitos que vinham se acumulando, inclusive todos os que estavam pendentes referentes ao exercício de 2025. Paralelamente, as ações judiciais mencionadas neste relatório também estão tendo seu andamento. A aprovação dos acordos pelo Ministério da Previdência Social, através da plataforma CADPREV, será imediatamente informada nos processos judiciais.

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

9 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS

9.1 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS - RECOLHIDAS DOS SERVIDORES DO RPPS

Tabela 19- Repasses Previdenciários (R$)	
RPPS	
Contribuição Patronal	
Contribuição Patronal Devida	106.839,28
Contribuição Patronal Repassada	106.839,28
Diferença	**0,00**
Contribuição Servidor	
Contribuição do Servidor Devida	62.322,91
Contribuição do Servidor Repassada	62.322,91
Diferença	**0,00**
Alíquota Suplementar	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	**0,00**
Aporte Periódico	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	0,00
Total Devido	0,00
Total Repassado	0,00
Diferença Total	**0,00**

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls. 200
Proc.: 200001741/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	Questões Normativas	Sim	Não	
9.1	Os Modelos 36 e 37, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?	X		Vide Nota Explicativa
9.2	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) referente ao exercício em análise foi regularmente repassado ao RPPS, em obediência ao caráter contributivo e ao disposto no artigo 7º, inciso I, alínea b, da Portaria MTP nº 1.467/2022?	X		
9.3	O montante aproximadamente das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), **arrecadado dentro do exercício pelo RPPS**, foi devidamente registrado no Anexo 10, nos termos da Lei nº 4.320/64?	X		
9.4	O montante aproximadamente das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), **não repassado dentro do exercício ao RPPS**, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial, em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício de análise?	X		

Notas Explicativas:

9.1	
9.2	Não há alíquota suplementar.
9.3	
9.4	

9.2 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDÊNCIÁRIAS – REPASSADAS PELAS DEMAIS UNIDADES AO RPPS

Tabela 20 - Repasses Previdenciários (R$)	
RPPS	
Contribuição Patronal	
Contribuição Patronal Devida	68.939.992,27
Contribuição Patronal Repassada	8.725.879,85
Diferença	**60.214.112,42**
Contribuição Servidor	
Contribuição do Servidor Devida	38.737.240,84
Contribuição do Servidor Repassada	40.233.696,09
Diferença	**0,00**
Alíquota Suplementar	
Valor Devido	0,00
Valor Repassado	0,00
Diferença	**0,00**
Aporte Periódico	
Valor Devido	64.739.630,52
Valor Repassado	21.579.876,84
Diferença	43.159.753,68
Total Devido	172.416.863,63
Total Repassado	70.539.452,78

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls.: 201
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Diferença Total	101.877.410,85

Tabela 21 – COMPARATIVO MODELO 34 X ANEXO 10			
Contribuições Arrecadadas no Exercício de 2025 de Competência de 2025	**Modelo 34**	**Anexo 10 (ajustado)**	**Diferença**
Contribuição Patronal	R$ 33.433.943,22	R$ 8.725.879,85	**R$** 24.708.063,37
Contribuição dos Servidores	R$ 40.233.696,09	R$ 28.171.988,70	**R$** 12.061.707,39

Anexo 10 Ajustado da Contribuição Patronal: Anexo 10 do exercício – (subtraído) o montante das contribuições patronais do exercício anterior, repassado no exercício de 2025 (Verificar no Modelo 34 da PCA do exercício anterior)

Anexo 10 Ajustado das Contribuições dos Servidores: Anexo 10 do exercício – (subtraído) o montante das contribuições dos servidores do exercício anterior, repassado no exercício de 2025 (Verificar no Modelo 34 da PCA do exercício anterior)

	Questões Normativas	Sim	Não	
9.5	Os Modelos 34 e 35, previstos na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foram devidamente preenchidos e apresentam conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?	X		Vide Nota Explicativa
9.6	O total devido de contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar) foi regularmente repassado ao RPPS no exercício, em obediência ao caráter contributivo e ao disposto no artigo 7º, inciso I, alínea b, da Portaria MTP nº 1.467/2022?		X	
9.7	O montante, aproximadamente, das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício ao RPPS, foi devidamente registrado no Anexo 10, nos termos da Lei nº 4.320/64?	X		
9.8	O montante aproximadamente das contribuições dos servidores e patronal (normal e suplementar), **não repassado dentro do exercício ao RPPS**, foi devidamente registrado no Balanço Patrimonial, em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício de análise?	X		
9.9	No caso de repasse a menor das receitas previdenciárias pelas unidades gestoras, foram evidenciadas as medidas adotadas pelo gestor do RPPS, com vistas a garantir a observância do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no artigo 40 da Constituição Federal?	X		

Notas Explicativas:

9.5	
9.6	Como se observa pelo quadro apresentado, houve uma grande inadimplência por parte do Município. Todos os meses foram enviados os ofícios de cobrança. As contribuições em atraso são a de responsabilidade do Ente (Patronal) e os Aportes para equacionamento do déficit atuarial. As contribuições dos servidores encontram-se em dia. Foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições patronais, nºs 817/2026 (período de 01/2024 a 08/2025) e 823/2026 (período de 09/2025 a 12/2025) e para os aportes para equacionamento do déficit atuarial nºs 816/2026 (período de 03/2024 a 08/2025) e 824/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles se encontram registrados no CADPREV e pendente de análise. Não há alíquota suplementar.
9.7	
9.8	

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

9.9	Além das três ações judiciais propostas (cobrança e execução, conforme detalhado no item 6), foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições patronais, nºs 817/2026 (período de 01/2024 a 08/2025) e 823/2026 (período de 09/2025 a 12/2025) e para os aportes para equacionamento do déficit atuarial nºs 816/2026 (período de 03/2024 a 08/2025) e 824/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles se encontram registrados no CADPREV e pendente de análise.

9.3 – DOS TERMOS DE PARCELAMENTOS

Tabela 22 - DEMONSTRATIVO REFERENTE AOS TERMOS DE PARCELAMENTO JUNTO AO RPPS

Número do Termo de Parcelamento	Data da Pactuação	Valor Total Pactuado (R$)	Valor Devido no Exercício em Análise (R$) (A)	Valor Recebido no Exercício em Análise (R$) (B)	Valor que Deixou de Ser Repassado no Exercício (R$) (C=A-B)
00793/2018	05/06/2018	R$ 30.799.161,32	R$ 3.728.659,85	R$ 3.401.553,56	R$ 699.977,77
00802/2018	05/06/2018	R$ 4.726.760,37	R$ 1.970.258,77	R$ 1.635.561,20	R$ 334.697,57
00804/2018	06/06/2018	R$ 45.543.956,79	R$ 6.093.219,39	R$ 5.058.134,19	R$ 1.035.085,20
00805/2018	08/06/2018	R$ 18.911.671,16	R$ 2.530.148,77	R$ 2.100.339,99	R$ 429.808,78
003/2024	10/01/2024	R$ 26.618.593,59	R$ 31.309.909,57	0,00	R$ 31.309.909,57

Fonte: CADPREV.

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	
9.10	O Montante aproximado recebido no exercício, **concernente aos parcelamentos de débitos**, foi devidamente registrado no Anexo 10, nos termos da Lei nº 4.320/64?	X			**Vide Nota Explicativa**
9.11	Os **valores a receber** referentes aos parcelamentos de débitos estão registrados no Balanço Patrimonial em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício de análise?	X			
9.12	Em caso de inadimplemento dos Termos de Parcelamento de Débitos, o gestor do RPPS adotou as medidas cabíveis com o objetivo de receber esses valores, consoante o previsto no artigo 14, inciso V, da Portaria MTP nº 1.467/22?	X			

Notas Explicativas:

9.10	
9.11	
9.12	Mensalmente são enviados ofícios de cobrança ao Ente, alertando sobre os ônus advindos da mora no cumprimento das obrigações, principalmente no que pertine aos acordos de parcelamento, pois preveem, na lei municipal de autorização, encargos elevados quando caracterizada a mora, até mesmo porque se trata de mora *ex re*.

ITAPREV
Fls.: 203
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	O acordo 003/2024 foi reparcelado com base na Emenda Constitucional nº 136/2026, gerando o Termo de Acordo nº 832/2026, pendente de análise no CADPREV.

9.4 – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	
9.13	O Modelo 14, previsto na Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, foi devidamente preenchido e apresenta conformidade com as informações contábeis da unidade gestora?	X			Vide Nota Explicativa
9.14	Foram adotadas medidas pelo RPPS com a finalidade de receber do RGPS (INSS) a compensação financeira a que o RPPS tem direito, na condição de regime instituidor, nas hipóteses de contagem recíproca de tempos de contribuição para efeitos de aposentadoria, obedecidas as normas da Lei Federal n.º 9.796/99, que foi regulamentada pelo Decreto n.º 10.188/2019, ou alterações posteriores?	X			
9.15	O montante aproximado recebido no exercício, a título de compensação previdenciária, **foi devidamente registrado no Anexo 10**, em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/1964, evidenciando o repassado efetuado pelo RGPS, nos termos da Lei Federal nº 9.796/1999?	X			
9.16	Há registro contábil dos ***direitos a receber*** e das ***obrigações a pagar*** concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial do RPPS, em consonância com a IPC 14 c/c com os Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no MCASP vigente no exercício em análise?	X			

10 – DOS PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES

Questões Normativas		Sim	Não	
10.1	As contas foram submetidas aos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão da unidade jurisdicionada no exercício em análise, consoante previsão em lei ou em seus atos constitutivos (Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais, Conselhos Consultivos, Conselhos Deliberativos, Conselhos Municipais, dentre outros), quando aplicáveis?	X		Vide Nota Explicativa
10.2	O parecer dos órgãos colegiados e entidades que devam se pronunciar sobre as contas foi favorável?	X		

Notas Explicativas:

10.1	Conselho Municipal de Previdência, conforme art. 11, IX da Lei Municipal nº 2.499 de 16 de agosto de 2005.
10.2	Conforme publicação da ata que segue no item 38.

ITAPREVI
Fls.: 204
Proc.: 200000174126

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

11 – DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

	Questões Normativas	Sim	Não	
11.1	A Unidade Gestora assegura a divulgação, em sítio oficial da internet, das informações de interesse coletivo ou geral, em conformidade com o art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011?	X		Vide Nota Explicativa
11.2	A unidade gestora adotou, durante o exercício, ações de transparência e comunicação com os segurados e beneficiários, especialmente quanto às informações previstas nos arts. 74 e 148 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022?	X		
11.3	A unidade gestora possui ouvidoria instituída e em funcionamento, que assegura o recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos segurados e beneficiários em prazo razoável, em conformidade com os princípios da eficiência e da transparência na administração pública?	X		

Notas Explicativas:

11.1	https://itaprevi.itaguai.rj.gov.br/
11.2	As informações previstas nos arts. 74 e 148 da Portaria MTP 1.467/2022 foram disponibilizadas na sede da Autarquia, bem como enviadas em meio digital para quem solicitasse. O atual sítio eletrônico da Autarquia foi implementado no exercício de 2026. Contudo, as informações relativas à folha de pagamento, bem como despesas realizadas foram inseridas durante o exercício de 2025 no sítio eletrônico <https://transparencia.itaprevi.modernizacao.com.br/>
11.3	e-mail para comunicação ouvidoria.itaprevi@itaguai.rj.gov.br.

Pronunciamento sobre a Transparência da Unidade:

Todos os documentos da Autarquia foram disponibilizados ao segurados e beneficiários. Durante o exercício de 2025, houve plena divulgação das atividades, inclusive da prova de vida, através do canal oficial no whatsapp (+55 21 3782-9042), bem como Instagram (@itaprevi.itaguai) e Facebook (itaprevi itaguai). Toda a movimentação da folha de pagamento também foi efetivamente disponibilizada, bem como as despesas referentes aos contratos, empenhos etc.
Os documentos referentes ao DPIN, DIPR, DAIR, DRRA, Acordos de Parcelamento, dentre outros, se encontram inseridos nas plataformas do Ministério da Previdência, tais como CADPREV e GESCON.

Base Legal:

Lei Federal nº 12.527/2011; Portaria MTP nº 1.467/2022

Metodologia e Procedimentos Aplicados:

Análise da documentação apresentada, fiscalização periódica no sítio eletrônico e redes sociais.

Principais Achados:

O público alvo do RPPS é dividido em segurados e beneficiários. A maior parte dos beneficiários são pessoas idosas e que preferem se dirigir à sede da Autarquia para obter informações, tais como análise na política de investimentos e solicitação de contracheques impressos. Mesmo havendo divulgação de informações online, eles preferem utilizar o telefone ou se dirigir pessoalmente.

ITAPREVI
Fls.: 205
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Conclusão Final:

O sítio eletrônico que funcionava no exercício de 2025 (https://transparencia.itaprevi.modernizacao.com.br/) foi efetivo para a divulgação das despesas. As redes sociais auxiliam muito as divulgações mais importantes e que devem chegar rápido ao conhecimento dos beneficiários e segurados. Contudo, os beneficiários não utilizam tanto os meios digitais para o acesso à informação, preferindo documentos físicos.

A implantação do novo sítio eletrônico (https://itaprevi.itaguai.rj.gov.br/) contribui muito para a perfeita transparência exigida pelo ordenamento. É necessário disponibilizar os links para as plataformas do Ministério da Previdência e deixar com um layout simples, o que já está sendo providenciado. A Ouvidoria da Autarquia também funciona regularmente, através do canal ouvidoria.itaprevi@itaguai.rj.gov.br.

Em suma, apesar da divulgação das informações terem sido eficientes durante o exercício de 2025, é preciso envidar esforços para que a comunicação com os segurados e beneficiários se implemente da melhor forma.

12 - RESPONSABILIZAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

Não houve a instauração de tomada de contas no exercício de 2025.

13 – MONITORAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

13.1 - RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE-RJ

	Questões Normativas	Sim	Não	
13.1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	X		Vide Nota Explicativa

Como já apontado em outros momentos, o exercício de 2025 foi marcado por alternância tanto na chefia do Poder Executivo de Itaguaí, quanto no quadro de servidores do RPPS, o que dificultou grandiosamente as execuções das funções públicas, principalmente a título de controle interno. Não é de desconhecimento deste Órgão de Controle o princípio constitucional da impessoalidade e o princípio da continuidade administrativa.

Contudo, no processo de apreciação das contas referentes ao exercício de 2023, tombado sob o nº 218.849-/2024, houve duas grandes falhas no envio das informações.

A primeira delas inegavelmente se deu pela troca de gestão, uma vez que o Ofício de comunicação para que fossem enviados os esclarecimentos foi recebido no ITAPREVI no dia 13/12/2024, com prazo para resposta de 30 dias, que se exauriu em 14/01/2025, praticamente na data da nomeação da nova gestão, por impossibilidade do prefeito eleito à época, exercer o terceiro mandato.

Mesmo assim, tão logo se teve ciência da determinação do Tribunal, o RPPS enviou as respostas solicitadas, ainda que de forma intempestiva, explicando a problemática ocorrida e a Corte entendeu como esclarecidos vários pontos levantados.

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

O problema maior foi a grave irregularidade ocorrida em seguida na prestação de informações por parte do RPPS, uma vez que, ainda durante a fase investigativa, ocorreu a inadimplência integral ao Acórdão nº 47.329/2025 PLENV.

Tal fato provocou na e. Corte de Contas a fixação de multa diária no valor de 100 (cem) UFIR-RJ como medida executiva indireta, nos termos da súmula nº 14 do TCE-RJ e dos artigos 16 e 8º, parágrafo único, do RITCERJ c/c artigos 139, inciso iv, e 537, § 1º, do código de processo civil, com alerta de risco de julgamento pela irregularidade em caso de falha grave identificada.

Diante dessa situação, a e. Corte decidiu por manter a fase investigativa e enviar nova comunicação ao atual gestor do RPPS, determinando que cumpra as exigências ali realizadas.

O Ofício de comunicação foi devidamente recebido e, até o envio dos elementos que compõem esta prestação de contas, o prazo concedido de 15 (quinze) dias ainda está fluindo.

Este Órgão de Controle já realizou determinação de envio das informações dentro do procedimento administrativo que versa sobre a prestação de contas de 2023 e as determinações serão cumpridas tempestivamente.

Tipo de Apontamento: Determinação.
Descrição do Apontamento: Como relatado acima.
Ações ou Providências Adotadas: Determinação emanada do Órgão de Controle Interno nos autos do procedimento administrativo nº 200.000.461/2025, para que a Diretoria Geral Financeira apresente as informações, esclarecimentos e documentações solicitadas pela e. Corte de Contas.
Situação: Em andamento.

13.2 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

	Questões Normativas	Sim	Não	Vide Nota Explicativa
13.2	As recomendações e determinações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	X		

Além da situação apresentada no tópico 13.1, o Controle Interno sempre determina análise minuciosa sobre as decisões da e. Corte em matéria de prestação de contas, para evitar que falhas se repitam, principalmente direcionadas à Diretoria Geral Financeira, a qual é composta pelos órgãos diretamente responsáveis pelas contas.

Na prestação referente ao exercício de 2022 foram realizadas as seguintes ressalvas e determinações:

> RESSALVA N° 1 Quanto ao saldo de Consignações/Depósitos ter sido acrescido em 176,42%, passando de R$743.996,76, no início do exercício, para R$2.056.566,26, demonstrando que as receitas extraorçamentárias não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, contrariando o caráter transitório destas contas;
> DETERMINAÇÃO N° 1 Repassar com regularidade os valores retidos a título de Consignações/Depósitos, confirmando o caráter transitório do saldo destas contas;
>
> RESSALVA N° 2 Quanto ao preenchimento errôneo do Modelo 11, em particular a coluna "Percentual de Aplicação em Relação ao Patrimônio do RPPS";
> DETERMINAÇÃO N° 2 Providenciar para que o Modelo 11 seja elaborado corretamente;

RESSALVA N° 3 Quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do Regime Próprio de Previdência Social do Município ter sido emitido com base em decisão judicial, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98;
DETERMINAÇÃO N° 3 Providenciar a regularização dos critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98 que impedem a obtenção do CRP sem interveniência do Poder Judiciário;

RESSALVA N° 4 Quanto à ata da reunião do Conselho Municipal de Previdência consignar somente a aprovação do balancete referente ao mês de dezembro de 2022 e não conter propriamente um pronunciamento conclusivo acerca das contas relativas ao exercício de 2022 como um todo;
DETERMINAÇÃO N° 4 Providenciar para que haja pronunciamento expresso e conclusivo acerca das Contas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí - ITAPREVI, relativamente ao exercício a que se refere, por parte do Conselho Municipal de Previdência;

RESSALVA N° 5 Quanto ao fato da Demonstração dos Fluxos de Caixa não guardar paridade com a movimentação da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, em razão da ausência de cômputo do saldo da rubrica "Demais Receitas Correntes" como "Fluxo das Atividades Operacionais";
DETERMINAÇÃO N° 5 Observar a necessária coerência entre os registros correspondentes à geração líquida de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa e a variação dos saldos inicial e final da conta Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Financeiro, em consonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64 e o MCASP;

RESSALVA N° 6 Quanto ao Balanço Patrimonial evidenciar a conta do Passivo Não Circulante – Provisões a Longo Prazo, de natureza credora – com saldo devedor (R$51.102.891,12), o que distorce a apuração do Patrimônio, em contrariedade com o preconizado no art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64;
DETERMINAÇÃO N° 6 Promover os lançamentos retificadores que se fizerem necessários para seja elidida esta impropriedade, em consonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64;

RESSALVA N° 7 Quanto a não correspondência entre os valores repassados ao RPPS, conforme o Modelo 34, e os valores correspondentes registrados no Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64, relativamente aos servidores inativos;
DETERMINAÇÃO N° 7 Adotar as providências cabíveis para haja paridade entre os valores constantes do Modelo 34, e os valores correspondentes registrados no Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64;

RESSALVA N° 8 Quanto às provisões matemáticas previdenciárias (PMP) de benefícios concedidos e a conceder, que somaram R$1.578.609.882,59, segundo o Relatório de Avaliação Atuarial, enquanto o registro correspondente do passivo não circulante, conforme Balanço Patrimonial, apresentou saldo devedor de R$51.102.891,12, em dissonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64 e o Princípio Contábil da Oportunidade;
DETERMINAÇÃO N° 8 Providenciar o adequado registro contábil das provisões matemáticas previdenciárias (PMP), em consonância com Relatório de Avaliação Atuarial referente ao exercício correspondente e o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64;

ITAPREVI
Fls. 208
Proc.: 200001124/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

RESSALVA N° 9 Quanto ao registro de arrecadação a título de compensação previdenciária em conta genérica/imprecisa, em dissonância com o PCASP em vigor para o exercício em tela;
DETERMINAÇÃO N° 9 Adequar os registros da receita proveniente do COMPREV ao PCASP em vigor.

RESSALVA N° 10 Quanto à inconsistência apresentada no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17) retificado, no tocante à conta Itaú 17804-5 (61561), a qual informa, na coluna "Saldo Conforme Extrato", o valor de R$445,50, divergente da coluna "Saldo Contábil em 31/12", no valor de R$32.775,00, sem registrar a existência de débitos e créditos não contabilizados;
DETERMINAÇÃO N° 10 Providenciar para que o Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17 seja adequadamente preenchido, de modo a assegurar a fidedignidade de seus registros;

RESSALVA N° 11 Quanto ao Balanço Financeiro ter sido elaborado em desacordo com a estrutura prevista no MCASP e o disposto na IPC nº 06, tendo em vista o registro de conta estranha ao padrão vigente (Contribuição do Servidor – RPPS, no valor de R$344.984,42 a título de Dispêndios/Interferências Financeiras Concedidas);
DETERMINAÇÃO N° 11 Providenciar para que o Balanço Financeiro seja elaborado em estrita observância à estrutura prevista no MCASP e à IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro;

RESSALVA N° 12 Quanto ao total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS constante do Modelo 38, de R$116.097,55, não guardar paridade com o valor nulo registrado na Demonstração da Dívida Flutuante e no Balancete Analítico;
DETERMINAÇÃO N° 12 Providenciar para que haja paridade entre os valores das contribuições dos servidores repassado ao RGPS constantes do Modelo 38 e os registros contábeis correspondentes Demonstração da Dívida Flutuante e no Balancete Analítico;

RESSALVA N° 13 Quanto à ausência de registro contábil dos direitos a receber e das obrigações a pagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial e no Balancete Analítico, em dissonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64;
DETERMINAÇÃO N° 13 Providenciar o registro contábil dos direitos a receber e das obrigações a pagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial e no Balancete Analítico, em consonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64.

Tipo de Apontamento: Ressalva / Determinação.
Descrição do Apontamento: Como relatado acima.
Ações ou Providências Adotadas: Comunicação aos responsáveis envolvidos, principalmente Diretoria Geral Financeira (Diretoria Atuária, Diretoria Contábil) e Conselho Municipal de Previdência.
Situação: Em andamento

ITAPREVI
Fls.: 209
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

14 - OUTROS APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

"O sistema previdenciário, de um lado, pretende garantir o sustento do trabalhador e de sua família na ocorrência dos riscos sociais eleitos juridicamente. Por outro, não deve onerar indevidamente o grupo protegido e a sociedade."

"A satisfação das necessidades humanas, sob o aspecto socioestatal é aquela pela qual o Estado, ente exponencial da sociedade, empreende os meios técnicos e econômicos necessários à satisfação de necessidades humanas."

A eficiência na gestão pública é o alvo a ser alcançado, claro que sempre respeitando aos princípios básicos como a legalidade, transparência, economicidade, impessoalidade, publicidade etc.
O que se busca num RPPS é a perfeita gestão dos recursos que servirão para garantir o direito mais básico dos segurados no futuro, que é a vida e com dignidade.

Como dito exaustivamente, a situação do Município de Itaguaí não foi nada fácil durante o exercício de 2025, o que impactou diretamente no RPPS. É o Prefeito do Município que nomeia o gestor da Autarquia. Logo, quando há sucessivas alternâncias, os prejuízos podem se revelar grandiosos, como ocorreu com o atraso ou o total inadimplemento às determinações da e. Corte nos autos do processo que cuida da prestação de contas do exercício de 2023.

O pior ponto percebido por este Órgão foi a inadimplência do Município em relação aos repasses obrigatórios, o que pode fazer com que o sistema chegue à ruína.

Para resolver essa situação, juntamente com o Órgão de Controle Interno do RPPS, o Município de Itaguaí aderiu ao Programa de Regularidade Previdenciária – Pró-Regularidade RPPS. Dentro do programa foram celebrados novos acordos de parcelamento, atualizando-se os valores devidos e prevendo encargos severos para o caso de caracterização da mora. Todos os documentos encontram-se inseridos nos sistemas do Ministério da Previdência (CADPREV e GESCON).

O cenário previsto para os próximos exercícios é de uma maior estabilidade, principalmente em razão das novas eleições que ocorrerão até o final do ano de 2026.

---

1 TAVARES, Marcelo Leonardo. *Direito previdenciário*. Regime geral de previdência social e regras constitucionais dos regimes próprios de previdência social. 15ª ed. rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2014. p. 9

2 ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 359.

MODELO 3B - RPPS

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS DE GESTÃO
(Elaborado Pelo Órgão De Controle Interno Competente)

ITAPREVI
Fls.: 210
Proc.: 200000.174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

15 – PARECER CONCLUSIVO (REGULARIDADE, REGULARIDADE COM RESSALVAS OU IRREGULARIDADE)

Com base em tudo o que foi exposto nesse relatório, conclui-se, a princípio, pela REGULARIDADE das contas apresentadas, conforme CERTIFICADO DE AUDITORIA que segue como elemento integrante da presente prestação de contas.

ASSINATURAS:

Responsável Pelo Controle Interno:
(informar n.º do CRC, se for o caso)

Itaguaí, 28 de junho de 2026.

Local e Data

Willian de Araujo Buy
Controlador Geral
Mat. 939.338
OAB/RJ 148.455
Assinatura e Identificação do Responsável pelo Controle Interno

Responsável pela Área Contábil do Controle Interno
(quando o responsável pelo órgão não for contador)

Itaguaí, 28 de junho de 2026.

Local e Data

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Matrícula: 34.656
CRC –RJ 111.583/O-3

Assinatura e identificação

ITAPREVI
Fls. 211
Proc.: 200000174/26

CERTIFICADO DE AUDITORIA

O presente Certificado decorre da análise da Prestação de Contas Anual de Gestão do exercício de 2025, determinado no item n.º 15 do anexo II da Deliberação n.º 277/2017. Este Certificado tem como fundamento averiguar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos relacionados sobre a gestão do regime Próprio de Previdência Social de Itaguaí /RJ, denominado- Instituto de Previdência dos Servidores de Itaguaí- ITAPREVI, no período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Os exames foram efetuados visando a conformidade dos demonstrativos contábeis na execução, orçamentária, financeira e patrimonial afim de mitigar os riscos da unidade Autárquica supracitada.

Com base nos exames levados a efeitos e consubstanciados no relatório da Unidade de Controle interno do Instituto de Previdência de Itaguaí-Itaprevi, concluo, a princípio, pela ***REGULARIDADE*** *sem ressalvas das contas públicas do Instituto de Previdência de Itaguaí- Itaprevi, emitindo, desta forma o Certificado de Auditoria.*

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 29/06/2026 10:57:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Itaguai, 29 de junho de 2026

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Matrícula 34.656
Contador- CRC –RJ: 111.583/O-3

ITAPREVI
212
PROC: 200000174/26

PRONUNCIAMENTO DO GESTOR SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício Financeiro: 2025

Órgão/Entidade: ITAPREVI

Município: Itaguaí – RJ

Processo Administrativo nº 200.000.274/2026

O Presidente do Instituto de Previdência do Município de Itaguaí vem, mui respeitosamente, à presença deste Egrégio Tribunal de Contas, manifestar-se sobre a Prestação de Contas do exercício de 2025, na forma que se segue:

1. DA CIÊNCIA DO PARECER DO CONTROLE INTERNO

Atesto, para os devidos fins, haver tomado ciência do Relatório emitido pelo Sistema de Controle Interno, o qual avaliou os atos de gestão, orçamento, transparência, equilíbrio financeiro e atuarial, entre outros.

2. DA MANIFESTAÇÃO SOBRE AS CONTAS

Manifesto **CONCORDÂNCIA** com os relatórios produzidos pelo Controle Interno e ratifico as informações pertinentes às contas anuais (orçamentárias, financeiras e patrimoniais). Declaro que a documentação apresentada reflete fielmente a realidade da gestão e foi elaborada em estrita observância à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e demais legislações pertinentes.

3. PRINCIPAIS APONTAMENTOS

O exercício de 2025 se revelou um tanto quanto peculiar na estrutura do Executivo Municipal de Itaguaí. Pela primeira vez observaram-se tantas alternâncias na chefia do Poder em tão curto espaço de tempo. É que o prefeito eleito pelo voto popular nas eleições de 2024 teve o seu registro de candidatura impugnado perante a Justiça

TRE-RJ
Fls.: 213
Proc.: 2000001741126

Eleitoral, por se tratar de terceiro mandato consecutivo e ferir, diretamente, a norma inserta no art. 14, §5º da Constituição da República.

O ano de 2025 iniciou-se perante uma gestão. Em meados de junho do mesmo ano, uma decisão liminar reconduziu o prefeito afastado ao cargo, ocasionando nova troca de gestão. Ato contínuo, ao apagar das luzes de 2025, novamente uma decisão judicial afastou o prefeito impugnado, o que ocasionou nova troca de gestão.

A questão ganhou fins de contorno apenas no exercício de 2026. Na data de 23/06/2026, houve o julgamento pelo TSE do AgR no RespEI nº 0600379-88.2024.6.19.0105, de relatoria do Min. André Mendonça. A decisão unânime da e. Corte se deu no sentido de serem necessárias novas eleições no Município de Itaguaí.

Um outro ponto de avanço foram os acordos de parcelamento celebrados entre o Município de Itaguaí e o RPPS, valendo-se dos benefícios promovidos pelo advento da Emenda Constitucional nº 136/2025 e a instituição do programa de regularidade previdenciária – Pró-Regularidade RPPS, o qual se encontra minuciosamente delineado através da Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022.

Além disso, concomitantemente, tramitam as ações judiciais para persecução dos créditos de titularidade da Autarquia, as quais somente devem ter um desfecho no Judiciário mediante o integral cumprimento dos acordos de parcelamento em andamento.

O modelo 42 veicula as ressalvas e determinações constantes da última prestação de contas definitivamente julgada, especificando as ações tomadas pela Autarquia e a fase em que se encontram.

Quanto ao parecer do Conselho Municipal de Previdência, órgão deliberativo responsável por manifestar-se sobre as contas do RPPS, com base no art. 11 da Lei Municipal 2.499/2025, verifica-se a conformidade com as contas de 2025 e com todos os balancetes ajustados, como consta ata de deliberação constante do item 38.

O Conselho já foi devidamente informado sobre a necessidade de realizar um parecer conclusivo sobre as contas, conforme ressalva emitida anteriormente pela e.

ITAPREVI
Fls. 214
Proc.: 200000174126

Corte. Entretanto, o Conselho também sofreu diversas alterações na sua composição nos últimos anos, o que dificulta a compreensão e correta aplicação dos comandos. A questão caminha para a sua perfeita resolução.

Um ponto de crucial importância e que está recebendo toda atenção da Autarquia é o procedimento de liquidação extrajudicial do Banco Master, ocorrida em 18 de novembro de 2025. Cerca de 20% (vinte por cento) do patrimônio do RPPS foi aplicado em letras financeiras, totalizando duas aplicações. A primeira em 28/06/2026 e a segunda no dia 03/07/2026.

Foram instaurados procedimentos administrativos internos para a apuração das medidas a serem tomadas, bem como há plena cooperação com os Órgãos de Controle (MPS, MPF, PF, MPE e TCE/RJ) no envio das informações e acompanhamento das auditorias implementadas.

4. DA CONCLUSÃO E PEDIDO

As ações executadas no período tiveram como foco a transparência, a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, priorizando o alcance das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO e LOA). Os problemas eventualmente encontrados se encontram em pauta contínua para resolução e prevenção de novas ocorrências.

Diante do exposto, o presente processo de prestação de contas é submetido ao julgamento das autoridades competentes, pugnando-se pela **APROVAÇÃO** das contas anuais.

Itaguaí, 29 de junho de 2026.

Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves

Presidente do Itaprevi

Mat. 939.383

MODELO 42

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE DETERMINAÇÕES E APONTAMENTOS

ÓRGÃO: ITAPREVI | MUNICÍPIO: ITAGUAÍ | EXERCÍCIO: 2025

ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES E APONTAMENTOS DO TCE-RJ - ÚLTIMO JULGAMENTO

Descrever a situação atual das IRREGULARIDADES, IMPROPRIEDADES, RESSALVAS e DETERMINAÇÕES exaradas pelo TCE-RJ no último julgamento das contas emitido.

Nº do Acordão/Decisão/Processo: ACÓRDÃO Nº 052051/2025-PLENV/PROCESSO: 238744-8/2023 | Exercício de Referência:2022

NATUREZA	DESCRIÇÃO	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO
Ressalva	RESSALVA Nº 1 Quanto ao saldo de Consignações/Depósitos ter sido acrescido em 176,42%, passando de R$743.996,76, no início do exercício, para R$2.056.566,26, demonstrando que as receitas extraorçamentárias não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, contrariando o caráter transitório destas contas	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 2 Quanto ao preenchimento errôneo do Modelo 11, em particular a coluna "Percentual de Aplicação em Relação ao Patrimônio do RPPS";	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 3 Quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do Regime Próprio de Previdência Social do Município ter sido emitido com base em decisão judicial, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98	Notificações aos órgãos competentes da Autarquia, bem como a Município de Itaguaí	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 4 Quanto à ata da reunião do Conselho Municipal de Previdência consignar somente a aprovação do balancete referente ao mês de dezembro de 2022 e não conter propriamente um pronunciamento conclusivo acerca das contas relativas ao exercício de 2022 como um todo	Notificação ao Conselho Municipal de Previdência	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 5 Quanto ao fato da Demonstração dos Fluxos de Caixa não guardar paridade com a movimentação da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, em razão da ausência de cômputo do saldo da rubrica "Demais Receitas Correntes" como "Fluxo das Atividades Operacionais	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 6 Quanto ao Balanço Patrimonial evidenciar a conta do Passivo Não Circulante – Provisões a Longo Prazo, de natureza credora – com saldo devedor (R$51.102.891,12), o que distorce a apuração do Patrimônio, em contrariedade com o preconizado no art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 7 Quanto a não correspondência entre os valores repassados ao RPPS, conforme o Modelo 34, e os valores correspondentes registrados no Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64, relativamente aos servidores Inativos	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 8 Quanto às provisões matemáticas previdenciárias (PMP) de benefícios concedidos e a conceder, que somaram R$1.578.609.882,59, segundo o Relatório de Avaliação Atuarial, enquanto o registro correspondente do passivo não circulante, conforme Balanço Patrimonial, apresentou saldo devedor de R$51.102.891,12, em dissonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64 e o Princípio Contábil da Oportunidade	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 9 Quanto ao registro de arrecadação a título de compensação previdenciária em conta genérica/imprecisa, em dissonância com o PCASP em vigor para o exercício em tela	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 10 Quanto à inconsistência apresentada no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17) retificado, no tocante à conta Itaú 17804-5 (61561), a qual informa, na coluna "Saldo Conforme Extrato", o valor de R$445,50, divergente da coluna "Saldo Contábil em 31/12", no valor de R$32.775,00, sem registrar a existência de débitos e créditos não contabilizados	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 11 Quanto ao Balanço Financeiro ter sido elaborado em desacordo com a estrutura prevista no MCASP e o disposto na IPC nº 06, tendo em vista o registro de conta estranha ao padrão vigente (Contribuição do Servidor – RPPS, no valor de R$344.984,42 a título de Dispêndios/Interferências Financeiras Concedidas)	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 12 Quanto ao total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS constante do Modelo 38, de R$115.097,55, não guardar paridade com o valor nulo registrado na Demonstração da Dívida Flutuante e no Balancete Analítico	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA Nº 13 Quanto à ausência de registro contábil dos direitos a receber e das obrigações a pagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial e no Balancete Analítico, em dissonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA

ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES E APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO ANTERIOR

Descrever a situação atual das IRREGULARIDADES, IMPROPRIEDADES, RESSALVAS e DETERMINAÇÕES emitidas pelo Controle Interno nas contas do exercício anterior.

ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO: Controladoria Geral | Exercício de Referência: 2023

NATUREZA	DESCRIÇÃO	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO
Determinação	Grave irregularidade ocorrida em seguida na prestação de informações por parte do RPPS, uma vez que, ainda durante a fase investigativa, ocorreu a inadimplência integral ao Acórdão nº 47 329/2025 PLENV Diante dessa situação, a e Corte de Contas decidiu por manter a fase investigativa e enviar nova comunicação ao atual gestor do RPPS, determinando que cumpra as exigências ali realizadas	Determinação emanada do Órgão de Controle Interno nos autos do procedimento administrativo nº 200 000.461/2025 para que a Diretoria Geral Financeira apresente as informações, esclarecimentos e documentações solicitadas pela e Corte de Contas	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA

Responsável pela Elaboração: Willian de Araujo Buy		
Matrícula: 939.385	Data: 27/06/2026	
Assinatura:		
Responsável pela elaboração: André Luiz da Silva Miranda		
Matrícula: 34.656		
Assinatura:		

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Contador - CRC - RJ: 111583/O-3
Matrícula: 34.656 - ITAPREVI

Proc. 200 000 174/26 fls. 215

Documento assinado digitalmente
gov.br
WILLIAN DE ARAUJO BUY
Data: 29/06/2026 10:31:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MODELO 42

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE DETERMINAÇÕES E APONTAMENTOS

ORGÃO: ITAPREVI	MUNICÍPIO: ITAGUAÍ	EXERCÍCIO: 2025

ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES E APONTAMENTOS DO TCE-RJ - ÚLTIMO JULGAMENTO

Descrever a situação atual das IRREGULARIDADES, IMPROPRIEDADES, RESSALVAS e DETERMINAÇÕES exaradas pelo TCE-RJ no último julgamento das contas emitido.

Nº do Acordão/Decisão/Processo: ACÓRDÃO Nº 052051/2025-PLENV/PROCESSO: 238744-8/2023	Exercício de Referência:2022

NATUREZA	DESCRIÇÃO	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO
Ressalva	RESSALVA N° 1 Quanto ao saldo de Consignações/Depósitos ter sido acrescido em 176,42%, passando de R$743.996,76, no início do exercício, para R$2.056.566,26, demonstrando que as receitas extraorçamentárias não estão sendo repassadas com regularidade a quem de direito, contrariando o caráter transitório destas contas.	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 2 Quanto ao preenchimento errôneo do Modelo 11, en	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 3 Quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP do Regime Próprio de Previdência Social do Município ter sido emitido com base em decisão judicial, tendo em vista a não comprovação do cumprimento de critérios e exigências estabelecidos na Lei Federal nº 9.717/98	Notificações aos órgãos competentes da Autarquia, bem como a Município de Itaguaí	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 4 Quanto à ata da reunião do Conselho Municipal de Previdência consignar somente a aprovação do balancete referente ao mês de dezembro de 2022 e não conter propriamente um pronunciamento conclusivo acerca das contas relativas ao exercício de 2022 como um todo	Notificação ao Conselho Municipal de Previdência	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 5 Quanto ao fato da Demonstração dos Fluxos de Caixa não guardar paridade com a movimentação da conta Caixa e Equivalentes de Caixa, em razão da ausência de cômputo do saldo da rubrica "Demais Receitas Correntes" como "Fluxo das Atividades Operacionais	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 6 Quanto ao Balanço Patrimonial evidenciar a conta do Passivo Não Circulante – Provisões a Longo Prazo, de natureza credora – com saldo devedor (R$51.102.891,12), o que distorce a apuração do Patrimônio, em contrariedade com o preconizado no art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 7 Quanto a não correspondência entre os valores repassados ao RPPS, conforme o Modelo 34, e os valores correspondentes registrados no Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64, relativamente aos servidores inativos	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA

Fls: 216
Proc: 400001754/26

Ressalva	RESSALVA N° 8 Quanto às provisões matemá[illegible]s previdenciárias (PMP) de benefícios concedidos e a conceder, que somaram R$1.578.609.882,59, segundo o Relatório de Avaliação Atuarial, enquanto o registro correspondente do passivo não circulante, conforme Balanço Patrimonial, apresentou saldo devedor de R$51.102.891,12, em dissonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64 e o Princípio Contábil da Oportunidade	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 9 Quanto ao registro de arrecadação a título de compensação previdenciária em conta genérica/imprecisa, em dissonância com o PCASP em vigor para o exercício em tela	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 10 Quanto à inconsistência apresentada no Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras (Modelo 2 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17) retificado, no tocante à conta Itaú 17804-5 (61561), a qual informa, na coluna "Saldo Conforme Extrato", o valor de R$445,50, divergente da coluna "Saldo Contábil em 31/12", no valor de R$32.775,00, sem registrar a existência de débitos e créditos não contabilizados	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 11 Quanto ao Balanço Financeiro ter sido elaborado em desacordo com a estrutura prevista no MCASP e o disposto na IPC nº 06, tendo em vista o registro de conta estranha ao padrão vigente (Contribuição do Servidor – RPPS, no valor de R$344.984,42 a título de Dispêndios/Interferências Financeiras Concedidas)	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 12 Quanto ao total das contribuições dos servidores repassado ao RGPS constante do Modelo 38, de R$116.097,55, não guardar paridade com o valor nulo registrado na Demonstração da Dívida Flutuante e no Balancete Analítico	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA
Ressalva	RESSALVA N° 13 Quanto à ausência de registro contábil dos direitos a receber e das obrigações a pagar concernentes à compensação previdenciária no Balanço Patrimonial e no Balancete Analítico, em dissonância com o preconizado pelo art. 85 da Lei Federal nº 4.320/64	Notificação à Diretoria Geral Financeira para que promova às correções necessárias	IMPLEMENTADA

ANÁLISE DAS DETERMINAÇÕES E APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO - EXERCÍCIO ANTERIOR

Descrever a situação atual das IRREGULARIDADES, IMPROPRIEDADES, RESSALVAS e DETERMINAÇÕES emitidas pelo Controle Interno nas contas do exercício anterior.

ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO: Controladoria Geral	**Exercício de Referência: 2023**

NATUREZA	DESCRIÇÃO	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	SITUAÇÃO
Determinação	Grave irregularidade ocorrida em seguida na prestação de informações por parte do RPPS, uma vez que, ainda durante a fase investigativa, ocorreu a inadimplência integral ao Acórdão nº 47.329/2025 PLENV. Diante dessa situação, a e. Corte de Contas decidiu por manter a fase investigativa e enviar nova comunicação ao atual gestor do RPPS, determinando que cumpra as exigências ali realizadas.	Determinação emanada do Órgão de Controle Interno nos autos do procedimento administrativo nº 200.000.461/2025 para que a Diretoria Geral Financeira apresente as informações, esclarecimentos e documentações solicitadas pela e. Corte de Contas.	PARCIALMENTE IMPLEMENTAD

Responsável pela Elaboração: Willian de Araujo Buy	

Proc.: 200000474/26

Matrícula: 939.385	ta: 27/06/2026	
Assinatura:		
Responsável pela elaboração: André Luiz da Silva Miranda		
Matrícula: 34.656		
Assinatura:		

TRF1 REV
Fls: 218
Proc: 2000017471/26

MODELO 4

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

ITAPREVI
Fls: 219
Proc.: 200000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

1) IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO

- **Órgão:** [ITAPREVI]
- **Período de Referência:** Exercício de [2025]
- **Setor de Contabilidade:** [DIRETORIA GERAL FINANCEIRA]
- **Nº do processo interno:** [200.000.174/2026]
- **Data da Emissão:** [20/04/2026]
- **Nome do Responsável:** [ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA]
- **Número do CRC/RJ:** [111.583/O-3]

2) CONFORMIDADE DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Com o objetivo de assegurar a fidedignidade das informações apresentadas na Prestação de Contas e a conformidade dos registros contábeis com a legislação vigente, o setor de Contabilidade deve avaliar o cumprimento das normas aplicáveis à gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Nesse sentido, as questões normativas a seguir visam verificar a aderência dos procedimentos contábeis à Lei Federal nº 4.320/1964, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e demais atos normativos pertinentes.

	Questões Normativas	Sim	Não	
1	Os **documentos e comprovantes** que fundamentaram os registros contábeis são regulares, autênticos, íntegros e rastreáveis?	X		
2	Os registros contábeis foram realizados de forma apropriada, consistente, tempestiva e em conformidade com as normas vigentes?	X		
3	A execução orçamentária da **despesa** observou corretamente os estágios de empenho, liquidação e pagamento?	X		
4	A execução orçamentária da **receita** observou corretamente os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento?	X		
5	Todos os **procedimentos e registros** estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, MCASP, NBC TSP e demais normas contábeis aplicáveis?	X		
6	O saldo contábil do **Ativo Imobilizado** está em paridade com o controle patrimonial apresentado pelo responsável pelos Bens Patrimoniais?	X		
7	O saldo contábil dos **Estoques** está em paridade com o controle apresentado pelo responsável por Bens em Almoxarifado?	X		**Vide Nota Explicativa**
8	Os saldos contábeis de **Caixa, Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações** estão em paridade com o controle apresentado pelo responsável pelo setor de Tesouraria?	X		
9	A **depreciação, amortização e exaustão** estão sendo contabilizadas conforme a legislação e as normas contábeis aplicáveis?	X		
10	Os **débitos e créditos não contabilizados** identificados nas conciliações bancárias **do exercício** foram analisados, registrados e regularizados?	X		
11	Os **débitos e créditos não contabilizados**, oriundos de **exercícios anteriores**, foram identificados, analisados e regularizados?	X		
12	Verificou-se **a ausência de ilegalidades, irregularidades ou falhas** capazes de causar prejuízo ao erário ou comprometer a fidedignidade das demonstrações contábeis?	X		

ITAPREVI
220
PROC.: 20000017/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

1	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
2	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
3	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
4	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
5	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
6	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
7	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
8	O valor de R$ 763.106,74(setecentos e sessenta e três mil cento e seis reais e setenta e quatro centavos) que estava no ativo como credora, foi ajustado no exercício de janeiro de 2026 em razão da troca de sistema da Modernização para a Empresa Custom Sistema.
9	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
10	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
11	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
12	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.

3) CONFORMIDADE CONTÁBIL PREVIDENCIÁRIA (Aplicável apenas aos Regimes Próprios de Previdência Social)

Com o propósito de verificar a observância das normas aplicáveis à gestão contábil dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), apresenta-se a seguir um conjunto de questões normativas destinadas a avaliar a regularidade, a fidedignidade e a conformidade dos registros realizados pela unidade contábil.

As verificações compreendem os principais aspectos relacionados à contabilização de investimentos, aportes ao fundo em capitalização, segregação de massas, provisões matemáticas previdenciárias e demais registros específicos do RPPS, considerando as disposições da Portaria MTP nº 1.467/2022, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), especialmente as orientações constantes na Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC 14).

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	
1	Os investimentos mantidos pelo RPPS encontram-se adequadamente registrados no Balanço Patrimonial, **contemplando o reconhecimento das perdas prováveis**, em conformidade com os critérios de mensuração, evidenciação e redução ao valor recuperável previstos na NBC TSP 11 e na IPC 14?	X			**Vide Nota Explicativa**

MODELO 4

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

ITAPREVI
Fls.: 221
Proc.: 20000174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

	Questões Normativas	Sim	Não	Não Aplicável	
2	Os aportes destinados ao Fundo em Capitalização foram **registrados de forma segregada dos demais recursos previdenciários**, evidenciando a vinculação específica para a qual foram instituídos, em observância ao disposto no § 8º, inciso II, do art. 55 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e às diretrizes da IPC 14?	X			**Vide Nota Explicativa**
3	Em caso de **segregação de massas**, os registros contábeis do Plano Previdenciário e do Plano Financeiro evidenciam a **separação dos recursos**, das obrigações e do pagamento dos benefícios, conforme determina o artigo 60, inciso III, da Portaria MTP nº 1.467/2022?			X	
4	O valor registrado da **Provisão Matemática Previdenciária** na contabilidade guarda paridade com o saldo apurado na Avaliação Atuarial com data-base de 31/12 do exercício, em conformidade com o inciso VI do art. 26 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na NBC TSP 11 e na NBC TSP 03?	X			
5	Na hipótese da existência da **reserva administrativa constituída com a sobra da taxa de administração**, o registro contábil foi efetuado em conformidade com a estrutura de contas prevista no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigente no exercício analisado, assegurando a classificação correta e a adequada evidenciação da movimentação?	X			

Notas Explicativas: A ausência de justificativa para respostas negativas compromete a validade da análise realizada e será considerada falha na prestação de informações pelo contador.

1	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
2	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
3	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.
4	A provisão matemática, elaborada com data base 31/12/2025 pelo departamento de atuária do Itaprevi, será ajustada no exercício de 2026 por motivo de mudança de sistema contábil com a implantação em janeiro de 2026.
5	Caso "**Não**", informar motivos da desconformidade e medidas adotadas para correção.

4) PRONUNCIAMENTO DO ÓRGÃO DE CONTABILIDADE

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: **Lei Federal nº 4.320/1964**, **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)**, **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP)**, **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)** e as **Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC)** emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e **refletem nos seus aspectos**

MODELO 4 RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL		

ITAPREVI
Fls. 222
Proc.: 200000 174/26

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira no exercício, exceto no tocante as ressalvas abaixo

Itaguaí, 25 de junho de 2026.

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Matrícula: 34.656
CRC –RJ 111.583/O-3

ITAPREVI
Fls: 223
Proc.: 200000174/26

MODELO 6B
RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – UNIDADE RPPS

I – IDENTIFICAÇÃO:

Entidade:	**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ**
CNPJ:	**04.764.158/0001-99**
Endereço:	**RUA AMÉLIA LOUZADA N.º 270 – CENTRO, CEP: 23815-180 – ITAGUAI- RJ**
Telefone:	**3782-9042**
E-Mail:	**Faleconosco.itaprevi@itaguai.rj.gov.br / financeiro.itaprevi@itaguai.rj.gov.br**
Sítio Eletrônico:	**https://itaprevi.itaguai.rj.gov.br/**

II – CONTEXTUALIZAÇÃO:

Lei Municipal n.º 2.387/2003:

Artigo 1º: " Institui Regime próprio de Previdência para os Servidores Públicos do Município de Itaguaí, revogando a Lei no 1.695/93, e autoriza a constituição do ITAPREVI e sua organização funcional - Itaguaí Previdência que reger-se-á pelos princípios do artigo 37 e parágrafos da Constituição Federal. "

Lei Municipal n.º 2.499/2005:

Art. 1° " Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí - RPPS de que trata o art.40 da Constituição Federal. "

Art. 2° " O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que garantam meios de subsistência nos eventos elencados no art.201 da Constituição Federal".

Art. 3° "O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí, tem como unidade gestora, a ITAPREVI, Autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeira própria, criada pela Lei nº 2.387 de 02 de dezembro de 2003. "

ITAPREVI
Fls. 224
Proc.: 200000174/26

O Instituto de Previdência de Itaguaí- ITAPREVI no ano de 2025 e anteriores está em processo de implantação do programa pró gestão, e com advento da Portaria MTP n. º 1.467 de 2022, está voltando esforços para implementação. Com isso, foram criados o regimento interno do comitê de ética, Comitê de ética e comitê de gestão de crises, contudo, com as sucessivas mudanças eleitorais em aproximadamente seis em seis meses, substituição de gestores do Itaprevi e, por fim, troca de sistema contábil do Ente Municipal e do Instituto, o planejamento para a implantação do pró gestão está em andamento no ano de 2026.

No que diz respeito à identidade estratégica da Autarquia, no final do ano de 2023 foi criado um grupo de trabalho para definir a missão, a visão e os valores aplicáveis (através da Resolução Itaprevi nº 22, de 23 de novembro de 2023). O procedimento tramitou regularmente, culminando com a emissão de relatório conclusivo. (procedimento administrativo nº 200.000.174/2023)

Contudo, o gestor à época, decidiu pelo acolhimento parcial do relatório e submeteu à matéria à apreciação da Diretoria Executiva o qual, posteriormente, foi arquivado sem o retorno ao Órgão de Controle.

O procedimento será desarquivado e novamente reavaliado, sempre com a finalidade de apresentar a melhor gestão para o Instituto.

III - DOS RESPONSÁVEIS:

.

Planilha I

Responsáveis pela gestão do RPPS	Certificados vigentes	período de exercício
Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves	Não	01/01/2025 a 13/01/2025
Carlos Augusto Silva de Carvalho	Não	14/01/2025 a 17/06/2025
Fernanda Pereira da Silva	Não	18/06/2025 a 27/11/2025
Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves	Não	28/11/2025 até a presente data
André Luiz da Silva Miranda	CP RPPS CGINV I	01/01/2025 a 17/06/2025
Marcelo José Magalhães Lopes	Não	17/01/2025 a 30/11/2025
André Luiz da Silva Miranda	CP RPPS CGINV I	18/06/2025 até a presente data

ITAPREVI
Fls. 225
Proc.: 20000174/26

A planilha I descreve os responsáveis pela gestão do Itaprevi e seus períodos correspondentes.

Planilha II

Dirigente máximo da unidade gestora,	Certificados vigentes	período de exercício
Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves	Não	01/01/2025 a 13/01/2025
Carlos Augusto Silva de Carvalho	Não	14/01/2025 a 17/06/2025
Fernanda Pereira da Silva	Não	18/06/2025 a 27/11/2025
Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves	Não	28/11/2025

A planilha II evidencia quem são os Dirigentes (Presidentes) que fizeram e faz parte atualmente do Itaprevi, durante o ano de 2025 e 2026.

Planilha III

Diretores	Cargo	Certificados vigentes	período de exercício
André Luiz da Silva Miranda	Diretor Geral Financeiro	CP RPPS CGINV I	01/01/2025 a 17/06/2025
Soraia Teodoro Trindade	Diretora de Recursos Humanos	Não	01/01/2025 até a presente data
Sônia Terezinha Campos de Farias Vieira Braga	Diretora de Benefícios	Não	01/01/2025 até a presente data
Eduardo Franco da Silva	Diretor de Patrimônio e Almoxarifado	Não	01/01/2025 a 18/06/2025
Gabriel Pimentel Satiro	Diretor Atuário	CPA-10 e atuário técnico em Previdência Complementar e Pública	01/01/2025 a 18/06/2025
Raquel Themoteo Teixeira	Diretora de Patrimônio e Almoxarifado	Não	19/11/2025 a 10/12/2025
André Luiz da Silva Miranda	Diretor Contábil	CP RPPS CGINV I	18/06/2025 a 10/12/2025
Marcelo José Magalhães Lopes	Diretor Geral Financeiro	Não	17/01/2025 a 30/11/2025

ITAPREVI
226
Proc. 20000174/26

André Luiz da Silva Miranda	Diretor Geral Financeiro	CP RPPS CGINV I	10/12/2025 até a presente data
Eduardo Franco da Silva	Diretor de Patrimônio e Almoxarifado	Não	10/12/2025 até a presente data
Gabriel Pimentel Satiryo	Diretor Atuário	CPA-10 e atuário técnico em Previdência Complementar e Pública	10/12/2025 até a presente data

Já a planilha III descreve os diretores do Itaprevi que também compões a diretoria executiva do Instituto.

IV - ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA:

Conselho Deliberativo

Lei Municipal n.º 2.499/2005:

Art. 7° Ao Conselho Municipal de Previdência - CMP, órgão superior de deliberação e fiscalização colegiada, cabe observar os objetivos e as políticas administrativas, financeiras e previdenciárias da ITAPREVI e, suas ações serão desenvolvidas pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação, administração e fiscalização.

§ 1º O CMP será composto pelos seguintes membros, todos nomeados pelo prefeito com mandato de dois anos, admitida uma única recondução:
I - três Representantes do Governo;
II- um da Câmara de Vereadores;
III- um representante dos servidores ativos;
IV - um representante dos inativos e pensionistas. (Alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017)

§ 2° Os integrantes do Conselho Municipal de Previdência, receberão 30 UFIR-ITA por reunião.

§ 3° Cada membro terá um suplente com igual período de mandato titular, também admitida uma recondução;

§ 4º Os membros do CMP e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

I - O presidente, que terá voto de qualidade, e os representantes do Governo serão indicados pelo chefe do Executivo;
II - O representante da Câmara será indicado pelo Presidente da respectiva Casa Legislativa;
III - Os representantes dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, eleitos entre seus pares em Assembleia Geral convocada para este fim, serão indicados pelos Sindicatos, Secretarias Municipais e Coordenadorias da Câmara. (alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017)

Art. 8° O CMP reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias;

A planilha IV informa a composição dos membros durante o exercício de 2025, o número de reuniões de cada participante, a certificação e seus mandatos.

Planilha IV

CONSELHO DELIBERATIVO 2025					
Membros Titulares e Suplentes	Função	Mandatos	Representação	Frequência da Reunião realizada no exercício	Certificações Vigentes
SIMONE FERNANDES DE OLIVEIRA FONTE	Presidente	13/11/2024- 14/03/2025	Poder Executivo	3	Não
SIMONE LUCIA DOS SANTOS	Membro	13/11/2024- 14/03/2025	Poder Executivo	3	Não
DINÉIA DE OLIVEIRA MELLO	Membro	13/11/2024- 14/03/2025	Poder Executivo	3	Não
LUIZ JOED CABRAL COELHO	Suplente	13/11/2024- 14/03/2025	Poder Executivo	2	Não
LÚCIA AMÁLIA SIMÕES ROSA	Membro	11/02/2022	Servidores	2	Não
LETÍCIA DA SILVA SIQUEIRA DE PAULA	Suplente	13/11/2024- 14/03/2025	Poder Executivo	1	Não
FELIPE WAGNER QUINTANILHA DOMINGUES	Suplente	13/11/2024- 14/03/2025	Poder Executivo	-	Não
RAFAEL DE FARIAS ROCHA	Membro	13/11/2024-05/12/2025	Poder Legislativo	1	Não
EDSON PEREIRA DA COSTA	Membro	13/11/2024	Aposentados	3	Não
REGIANE BORGES DA PAIXÃO ARCHANJO	Presidente	14/03/2025-05/12/2025	Poder Executivo	7	Não
LETÍCIA PINHEIRO GARCIA CAVALCANTE	Membro	14/03/2025-05/12/2025	Poder Executivo	7	Não
SHEILA MOURA QUINTANILHA OLIVEIRA	Suplente	14/03/2025-05/12/2025	Poder Executivo	-	Não
SANDRA CÁTIA XAVIER DA CONCEIÇÃO	Suplente	14/03/2025-05/12/2025	Poder Executivo	-	Não
ANA CRISTINA DOS SANTOS GUIMARÃES	Suplente	14/03/2025-05/12/2025	Poder Executivo	3	Não
RAFAEL DE FARIAS ROCHA	Membro	13/11/2024-05/12/2025	Poder Legislativo	7	Não
ERIKA DE BRITO CAVALCANTE	Suplente	14/03/2025-05/12/2025	Poder Legislativo	1	Não
LÚCIA AMÁLIA SIMÕES ROSA	Membro	11/02/2022	Servidores	7	Não
EDSON PEREIRA DA COSTA	Membro	13/11/2024	Aposentados	7	Não
LÚCIA AMÁLIA SIMÕES ROSA	Membro	05/12/2025	Servidores	2	Não
LEONARDO DO NASCIMENTO GUSMÃO	Membro	05/12/2025	Poder Legislativo	2	Não
JULIANE DE MELO ZANARDI MOTTA	Membro	05/12/2025	Poder Legislativo	2	Não
LETICIA PINHEIRO GARCIA CAVALCANTI	Membro	05/12/2025	Poder Legislativo	2	Não
EDSON PEREIRA DA COSTA	Membro	05/12/2025	Aposentados	2	Não
LUCIMERE SILVA MOREIRA QUEIROZ	Membro	05/12/2025	Poder Legislativo	2	Não

ITAPREVI
Fls. 228
Proc.: 20000174/26

Conselho Fiscal

O Itaprevi não possui conselho fiscal.

Contudo, o projeto de lei que está sendo debatido, prevê a instalação do Conselho Fiscal, como exigência do Pró-Gestão RPPS.

Comitê de Investimentos:

Planilha V

COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2025				
Membros Titulares e Suplentes	Função	Principais Deliberações	Frequência da Reunião realizada no exercício	Certificações Vigentes
CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO	Presidente do Itaprevi	Análise das letras Financeiras do Banco Master.	2	NÃO
ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA	Membro		2	CRP RPPS CGINV I
MÁRIO GONÇALVES FILHO	Membro		2	NÃO
GABRIEL PIMENTEL SATYRO	Membro	Análise do processo sobre as letras financeiras e realocação de investimento.	2	NÃO
ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA	Membro		2	CRP RPPS CGINV I
FERNANDA PEREIRA DA SILVA	Presidente do Itaprevi	Resposta sobre ofício enviado ao Banco Master	5	NÃO
GUSTAVO HENRIQUE TOLEDO MAIA DE ALMEIDA	Membro		5	NÃO
MARCELO JOSÉ MAGALHÃES LOPES	Membro	Recebimento de cupons de letras financeiras do Banco Master	5	NÃO
MARIO GOMES DE AMORIM FILHO	Presidente do Comitê de Investimentos		5	NÃO
ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA	Membro	Análise contábil e Financeira da carteira de investimentos	5	CRP RPPS CGINV I
OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO	Suplente	Análise contábil e Financeira de estratégia de risco após ter recebidos cupons do Banco Master	5	CRP RPPS CGINV I
MÁRIO GONÇALVES FILHO	Suplente	Elaboração de política de investimento para o ano de 2026	5	NÃO
CARLOS EDUARDO CRUZ GONÇALVES FERREIRA	Presidente do Itaprevi	Elaboração da política de investimentos para o ano de 2026 e definição (pela nova gestão) sobre a taxa a ser aplicada para o exercício seguinte.	2	NÃO
ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA	Membro		2	CRP RPPS CGINV I
ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA	Membro		2	CRP RPPS CGINV I
SORAIA TEODORO TRINDADE	Membro		2	NÃO
GABRIEL PIMENTEL SATYRO	Membro		2	NÃO
MARCEL FIGUEIREDO GONÇALVES	Suplente		2	NÃO
MÁRIO GONÇALVES FILHO	Suplente		2	NÃO

ITAPREVI
229
Proc.: 20000174/26

VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A validade desta Política de Investimentos compreenderá o ano de 2025 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo órgão superior competente do ITAPREVI, conforme determina o art. 5º da Resolução 4963/21. O parágrafo primeiro do art. 4º da mesma Resolução preconiza que "justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação". É importante destacar que no momento da elaboração desta Política já existe a minuta de uma nova Resolução que, quando publicada, ensejará na revisão desta.

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Conforme exposto no inciso II do artigo 102, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

CONSULTORIA PARA OS INVESTIMENTOS

O Itaprevi conta com o serviço de consultoria de investimento da empresa Mais Valia Consultoria Ltda. (Consultoria), sob nome fantasia "Mais Valia", e inscrita no CNPJ 22.687.467/0001-94, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, contratada para prestação de serviços quanto a análise, avaliação e assessoramento dos investimentos. A Mais Valia atuará conforme legislação que rege sua atuação em relação aos investimentos dos RPPS, através de análise de cenários, estudo de carteira, análise de fundos, sistema e relatórios, vislumbrando a otimização da carteira para o atingimento dos objetivos traçados nesta política, sem incorrer em elevado risco nos investimentos.

ITAPREVI
Fls.: 230
Proc.: 20000174126

V - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E METAS INSTITUCIONAIS:

As metas institucionais e o planejamento estratégico estão elencados na Lei Municipal n.º 2.499/2005:

> Art. 5° A ITAPREVI, cuja finalidade é arrecadar e administrar recursos financeiros e outros atrativos tem como objetivo fundamental garantir aos segurados e seus dependentes o amparo da previdência social, de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas, segundo critério que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, devendo observar os seguintes parâmetros, além dos princípios constitucionais da administração pública e da previdência social:

Quanto ao conselho Municipal de previdência a Lei Municipal n.º 2.499/2005, estabelece:

> Art. 11 Compete ao Conselho Municipal de Previdência;
> I - Acompanhar a normatização das diretrizes gerais da ITAPREVI;
> II - Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da ITAPREVI e suas alterações;
> III - acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos da ITAPREVI;
> IV - Examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;
> V - Examinar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes da ITAPREVI;
> VI - Examinar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis, estudos atuariais ou financeiros, da compensação previdenciária;
> VII - autorizar alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da ITAPREVI, observada a legislação pertinentes;
> VIII - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;
> IX - Manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas e, demais demonstrativos financeiros;

ITAPREVI
231
Proc.: 20000174/26

X - Dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;

XI - manifestar-se em projetos de lei de acordos de composição de débitos previdenciários do Município com RPPS; XII - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

XIII - acompanhar e autorizar o orçamento-programa e suas alterações;

XIV - acompanhar e autorizar os planos de custeio e de aplicação do patrimônio, e suas revisões;

XV - Examinar, a qualquer tempo, livros e demais documentos;

XVI - comunicar a Diretoria Executiva, as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;

XVII - manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria Executiva;

XVIII- autorizar a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos; e

XIX - deliberar sobre os casos omissos, de sua competência, no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

A lei Municipal n.º 2.499/2005 em seu artigo n.º 11, acima descrito em sua integralidade, estabelece os critérios a ser alcançado pelo Conselho Municipal de Previdência de Itaguaí- ITAPREVI. Ao final do ano de 2024 e durante todo exercício de 2025 o Conselho Municipal de Previdência passou por modificações em seus quadros, como evidencia a planilha IV.

No ano de 2026, pretende-se implantar o pró gestão que reformulará o conselho municipal de previdência com a criação do conselho fiscal e também, nas reuniões posteriores, elaboração de parecer quanto a deliberação das contas e da gestão do Instituto.

VI - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA:

O orçamento do Instituto de Previdência de Itaguaí- Itaprevi, foi aprovado pela Lei Municipal n.º4.310/2025 – Lei orçamentária Anual para o ano de 2026; Lei Municipal n.º

TRIBUNAL DE CONTAS
Fls.: 232
Proc.: 200000174/26

4.308/2025- Lei de Diretrizes Orçamentária para o ano de 2026 e Lei Municipal n.º 4.305/2025 – Plano Plurianual 2026/2026.

Planilha VI

Anexo X - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	
Valor Orçado	Arrecadado no ano
R$ 154.058.866,18	R$ 150.240.534,97

O valor Orçado para o ano de 2025 foi de R$ 154.058.866,18 (cento e cinquenta e quatro milhões cinquenta e oito mil oitocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos) a receita realizada foi de R$ 150.240.534,97 (cento e cinquenta milhões duzentos e quarenta mil quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos).

Planilha VII

Anexo XI - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada	
Orçada/Suplementada	Realizada
R$ 137.651.165,12	R$ 112.204.406,83
R$ 154.058.866,18	

O valor da despesa para o ano de 2025 foi de R$ 154.058.866,18 (cento e cinquenta e quatro milhões cinquenta e oito mil oitocentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos).

Durante o ano de 2025 foi feito um remanejamento orçamentário no elemento despesa de Reserva de contingência, o que atualizou a despesa para R$ 137.651.165,12(cento e trinta e sete milhões seiscentos e sessenta e cinco mil cento e sessenta e cinco reais e doze centavos)

Houve cancelamentos de restos a pagar processados no valor de R$ 166.694,00 (cento e sessenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais).

Houve cancelamentos de restos a pagar não processados no valor de R$ 7.510.865,24 (sete milhões quinhentos e dez mil oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte quatro centavos)

VII - GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL:

A estrutura atual do itaprevi, em 31/05/2026, é composta de 06(seis) servidores Estatutários, cedidos pela Prefeitura Municipal de Itaguaí, ocupantes dos cargos: Diretor Geral Financeiro, Diretora de Recursos Humanos, Diretor Contábil e Chefe de Gabinete.

Os outros 15 (quinze) servidores não estatutários nos cargos: Presidente do Itaprevi; Procurador Geral do itaprevi; Controlador Geral do Itaprevi; Subprocurador Geral do Itaprevi; Subcontrolador Geral do Itaprevi; Diretora de Benefícios; Ouvidor Geral; Ouvidor Substituto; Assessor da Presidência; 2 Assessores Jurídicos e 3 Assessores Administrativos. Total de servidores: 21

Conforme a Lei Municipal n.º 2.499/2005:

> Art. 6° A ITAPREVI, unidade gestora única do regime próprio de previdência municipal, terá como responsáveis pela administração e fiscalização os seguintes órgãos:
>
> I - Conselho Municipal de Previdência - CMP; II
>
> - Diretoria Executiva
>
> a) Gabinete da Presidência; (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)
>
> b) Diretoria Financeira;
>
> c) (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)
>
> Diretoria administrativa; e (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)
>
> Ouvidoria;
>
> III - Procuradoria Geral;
>
> IV - Controladoria, e (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015) (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015) (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)

ITAPREVI
Fls.: 234
Proc.: 2000001794/26

V - Comitê de Investimento. (incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)

VIII - GESTÃO DE INVESTIMENTOS:

ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2025

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do ITAPREVI e as opções de investimentos previstas na Resolução 4963/21, a decisão de alocação dos recursos para 2025 deverá ser norteada pelos limites definidos na tabela a seguir, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, sem incorrer em elevado nível de risco na gestão dos investimentos.

A coluna de "estratégia alvo" tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de "limite inferior" e "limite superior" tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

RISCO DE MERCADO:

É a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O ITAPREVI utiliza indicadores como VaR - Value-at-Risk e Volatilidade para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos da carteira de investimentos.

RISCO DE CRÉDITO

É a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Conforme determina o parágrafo quinto do art. 7º da Resolução 4963/21, que trata das aplicações em renda fixa, "os responsáveis pela gestão do ITAPREVI deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito."

A classificação como baixo risco de crédito deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

No que tange a aplicação feita diretamente pelo ITAPREVI, no artigo 7º, Inciso I, alínea "a" refere-se a títulos de emissão tidos do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra possibilidade de investimento realizado diretamente pelo ITAPREVI, enquadrado no artigo 7º, Inciso IV prevê "até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21"

O inciso I do § 2º do art. 21 por sua vez, indica "o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional"

RISCO DE LIQUIDEZ

É a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

A análise de condição de liquidez da carteira do ITAPREVI é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

ITAPREVI
Fls.: 236
Proc.: 20000174/26

RISCO SISTÊMICO

É o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições de mesmo segmento econômico que possa gerar colapso ou reação em cadeia que impacte o sistema financeiro ou mesmo afete economia de forma mais ampla. A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela Mais Valia (Consultoria de Investimentos), Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

RISCO REPUTACIONAL

Decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção do ITAPREVI perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle interno do ITAPREVI.

O ITAPREVI irá acompanhar os objetivos traçados na gestão dos ativos e os critérios como rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do regime e a aderência à Política de Investimentos, de forma mensal, através de relatório mensal da carteira de investimentos que contemplará: O controle do Risco de Mercado que visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos com o mercado, com os seus respectivos benchmarks avaliando indicadores como VaR e Volatilidade.

PLANO DE CONTINGÊNCIA

Algumas medidas devem ser tomadas como forma de mitigar o risco dos investimentos no que se refere a descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4963/21 e nesta Política de Investimentos.

Tão logo seja detectado qualquer descumprimento, deverá ser convocada reunião extraordinária e quem o detectou deverá informar ao Comitê de Investimentos no mais breve espaço de tempo para que tais distorções sejam corrigidas.

ITAPREVI
Fls.: 237
Proc.: 20000124/26

Caso seja exposição considerado a riscos pelo Comitê ou de Investimentos que na carteira do ITAPREVI haja algum ativo investido com solicitação para que esta proceda de potenciais perdas dos recursos, deverá ser formalizada à Diretoria Executiva uma imediatamente com o pedido de resgate.

O acompanhamento de eventuais aplicações será realizado através de comunicação contínua entre a Diretoria e os gestores atuais dos fundos. Além disso, serão acompanhadas as assembleias, fatos relevantes, comunicados dos cotistas, dentre outros documentos oficiais e será dada ciência às hierarquias do Ente e aos membros do Comitê de Investimentos, para que haja uma maior transparência sobre o processo de desinvestimento dos fundos.

PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS

A provisão para perdas em investimentos é uma prática contábil que visa estimar e registrar as perdas esperadas e, essas perdas podem ocorrer devido a diversos fatores, como desvalorização de ativos, inadimplência caso devedores, seja necessário, falência de empresas investidas, entre outros. A provisão para perdas é uma medida preventiva que, adequada avaliação de deverá ser adotada pelo ITAPREVI para evitar surpresas negativas no futuro e garantir a seus investimentos.

Para tanto, que será adotado o Value at Risk (VaR) como índice para provisão de perda contábil. O VaR é uma medida confiança de 95%.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do ITAPREVI.

Em 18 de novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master S/A, do Banco Master de Investimento S/A, do Banco Letsbank

ITAPREVI
238
200.000.174/26

S/A e da Master S/A Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, além do Regime Especial de Administração Temporária (RAET) do Banco Master Múltiplo S/A, instituições integrantes do Conglomerado Master.

A decretação dos regimes de resolução nas instituições foi motivada pela grave crise de liquidez do Conglomerado Master e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, bem como por graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Situação: no mês de novembro de 2025 houve troca de Gestão Municipal[1], caso de grande repercussão Nacional, em dezembro de 2025 a nova Gestão determinou a abertura de processo itaprevi n.º 200.000.577/2025 com objetivo de acompanhar a situação das Letras Financeiras adquiridas pelo Itaprevi no ano de 2024. Atualmente a Diretoria Geral Financeira iniciou o procedimento de Habilitação junto ao Banco Master em contato telefônico n.º **(11) 4502-0181 e pelo e-mail do liquidante:** liquidante@bancomaster.com.br, também foi enviado SEDEX (para o endereço do CNPJ), sem sucesso, em janeiro e reenviado SEDEX no dia 04 de fevereiro de 2026, para o endereço constante no processo e recebido no dia 06 de fevereiro (OY 683 511 669 BR.), código de rastreamento dos correios. Senhora Tainá Moreira, jurídico do Liquidante, solicitou dados para o cadastro, do qual a Diretoria Geral Financeira elaborou termo de Habilitação nos moldes da Legislação e encaminhou a documentação para o liquidante, que aguarda a resposta na presente data (11/06/2026).

Planilha VI (2025)

Investimentos: R$ **320.233.740,51**						
Disponibilidades Financeiras: R$ **605,78**						
Total Carteira: R$ **320.234.346,29**						
Governança (Pró Gestão) **Não possui**						
CARTEIRA DO ITAPREVI EM 31/12/2025	Saldo Atual		% Carteira	PL Fundo R$	% PL	Lei
TÍTULOS PÚBLICOS - OFERTA BALCÃO	R$	32.041.951,45	10,01%			7º I a
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA ...	R$	7.510.552,43	2,35%	4.601.674.340,57	0,16%	7º I b
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENC...	R$	1.349.056,51	0,42%	3.977.924.051,96	0,03%	7º I b
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDE...	R$	408.103,65	0,13%	756.979.951,13	0,05%	7º I b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREV...	R$	22.493.679,07	7,02%	10.683.060.306,61	0,21%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁ...	R$	15.561.988,49	4,86%	44.687.133,01	34,82%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PRE...	R$	19.669.957,59	6,14%	4.406.562.424,09	0,45%	7º I b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	R$	10.824.832,41	3,38%	3.416.572.299,02	0,32%	7º I b
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	R$	8.948.945,18	2,79%	11.175.079.439,93	0,08%	7º I b

1 **https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/prr2/noticias/prefeito-eleito-em-itaguai-rj-tem-candidatura-barrada-e-municipio-tera-novas-eleicoes**

239
Proc.: 2000001741/26

ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA ...	R$	382.181,57	0,12%	1.353.579.136,51	0,03%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	R$	164.560,20	0,05%	1.421.361.652,86	0,01%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA	R$	2.515.011,90	0,79%	947.909.658,35	0,27%	7º I b
ITAÚ SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES	R$	21.504.036,43	6,72%	43.448.319.204,68	0,05%	7º I b
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVID...	R$	40.019.079,22	12,50%	23.813.730.897,29	0,17%	7º III a
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R$	35.193.692,91	10,99%	19.418.264.411,63	0,18%	7º III a
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	R$	43.081,34	0,01%	354.438,72	12,15%	7º III a
ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R$	27.191.883,67	8,49%	8.475.566.660,01	0,32%	7º III a
LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	R$	32.691.413,40	10,21%			7º IV
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%	R$	32.300.978,98	10,09%			7º IV
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R$	1.990.246,34	0,62%	744.877.214,55	0,27%	8º I
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R$	1.817.829,86	0,57%	1.438.058.736,84	0,13%	8º I
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R$	1.017.403,94	0,32%	120.101.370,30	0,85%	8º I
ITAÚ MOMENTO 30 II RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R$	4.177.090,21	1,30%	71.610.794,00	5,83%	8º I
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	R$	416.183,76	0,13%	874.664.849,68	0,05%	10º I
TOTAL	**R$**	**320.233.740,51**				

Cenário Econômico

O mês de dezembro foi positivo para as carteiras dos investidores em geral, e particularmente para os investidores institucionais, ainda que com comportamentos distintos entre as classes de ativos. A renda fixa encerrou o período no campo positivo, mas, com exceção do CDI, não apresentou desempenho suficiente para superar as metas atuariais, em um ambiente de juros mais estável e menor compressão dos prêmios de risco. A renda variável local passou boa parte do mês no território negativo; contudo, a recuperação na reta final permitiu que o Ibovespa fechasse dezembro no positivo, contribuindo de maneira relevante para o resultado consolidado das carteiras. No exterior, os ativos também registraram desempenho favorável, reforçando o movimento global de valorização. Dessa forma, o ano de 2025 como um todo, foi favorável para os investidores.

Análise da Carteira de Investimentos

Carteira de Investimentos

No final do ano de 2025, a carteira apresentou números de fechamento que evidenciam que suas posições estão em conformidade com os limites definidos nos artigos da Resolução 4.963/2021.

Enquadramento na Resolução e Política de Investimentos

A situação da carteira ao término do ano de 2025, apesar de alguns objetivos não terem sido alcançados (estratégias alvo), fica demonstrado o cumprimento da legislação em

ITAPREVI
Fls.: 240
Proc.: 20000174126

vigor, bem como da própria Política de Investimentos definida para o ano. Eventuais diferenças verificadas entre os percentuais da carteira em relação à Política de Investimentos demonstraram apenas que os objetivos pretendidos para o ano de 2025 não foram integralmente atingidos diante das oportunidades que o mercado ofereceu como boas alternativas.

Planilha VII (2024)

Investimentos: **R$ 279.512.603,50**						
Disponibilidades Financeiras **R$ 34.816,69**						
Total Carteira **R$ 279.547.420,19**						
Governança (Pró Gestão) Não possui						
CARTEIRA DO ITAPREVI EM 31/12/2024	**Saldo Atual**		**% Carteira**	**PL Fundo R$**	**% PL**	**Lei**
TÍTULOS PÚBLICOS - OFERTA BALCÃO	R$	30.690.164,47	10,98%			7º I a
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	6.581.196,53	2,35%	5.307.578.902,09	0,12%	7º I b
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	1.210.378,65	0,43%	4.598.383.674,88	0,03%	7º I b
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	357.961,60	0,13%	899.358.555,93	0,04%	7º I b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	17.246.790,93	6,17%	8.464.677.137,84	0,20%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	13.648.023,49	4,88%	39.554.939,97	34,50%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PRE...	R$	18.762.391,57	6,71%	3.989.816.161,41	0,47%	7º I b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	R$	9.499.859,27	3,40%	3.670.341.424,26	0,26%	7º I b
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R$	10.688.006,46	3,82%	11.311.864.366,70	0,09%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA ...	R$	1.252.129,71	0,45%	1.421.558.924,62	0,09%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA	R$	147.674,96	0,05%	1.523.232.090,23	0,01%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	R$	4.429.283,77	1,58%	633.173.463,16	0,70%	7º I b
ITAÚ SOBERANO FIC RENDA FIXA SIMPLES	R$	20.273.553,11	7,25%	38.263.673.857,08	0,05%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R$	34.283.781,04	12,27%	20.140.019.415,30	0,17%	7º III a
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R$	30.746.810,09	11,00%	15.214.543.760,15	0,20%	7º III a
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	R$	128.073,35	0,05%	1.053.571,36	12,16%	7º III a
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R$	9.411.416,96	3,37%	6.911.306.522,53	0,14%	7º III a
LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	R$	31.751.446,20	11,36%			7º IV
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%	R$	31.377.593,96	11,23%			7º IV
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	R$	1.492.940,01	0,53%	633.956.624,61	0,24%	8º I
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R$	1.400.323,06	0,50%	1.364.461.895,51	0,10%	8º I
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	R$	735.850,84	0,26%	109.521.621,08	0,67%	8º I
ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES	R$	3.032.714,81	1,09%	100.926.721,87	3,00%	8º I
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	R$	364.238,66	0,13%	1.020.402.430,13	0,04%	10º I
TOTAL	**R$**	**279.512.603,50**				

Cenário Econômico

O mês de dezembro continuou marcado por muita volatilidade, impactando diretamente a rentabilidade dos investimentos, e comprometendo o fechamento anual das carteiras. Na renda fixa, os ativos de inflação de longo prazo continuaram em baixa devido à manutenção do movimento de abertura da curva de juros. Na renda variável o mês de dezembro apresentou um dos piores desempenhos do ano, diante da deterioração das perspectivas de ajuste fiscal por parte do Governo. Já os ativos ligados a índices no exterior mantiveram o bom desempenho no mês, ainda beneficiados pela valorização do dólar frente ao real.

ITAPREVI
241
Proc.: 20000017412G

Análise da Carteira de Investimentos

Carteira de Investimentos

No final do período, a carteira apresentou números de fechamento que evidenciam que suas posições estão em conformidade com os limites definidos nos artigos da Resolução 4.963/2021.

Enquadramento na Resolução e Política de Investimentos

A situação da carteira ao término do período evidencia que, apesar de alguns objetivos não terem sido alcançados (estratégias alvo), ficou demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria Política de Investimentos definida para o ano de 2024. As diferenças verificadas entre os percentuais da carteira em relação à Política de Investimentos demonstraram apenas que os objetivos pretendidos para o ano de 2024 não foram integralmente atingidos diante das oportunidades que o mercado ofereceu como boas alternativas.

Rentabilidade e Risco (por ativo)

As séries históricas da rentabilidade e risco por ativo da carteira em relação aos respectivos benchmarks, demonstraram de forma consolidada e no período resultados ainda insatisfatórios.

Planilha VIII (2023)

Investimentos **R$ 297.827.134,07**						
Disponibilidades Financeiras **R$ 2.512,08**						
Total Carteira **R$ 297.829.646,15**						
Governança (Pró Gestão) Não possui						
CARTEIRA DO ITAPREVI EM 31/12/2023	**Saldo Atual**		**% Carteira**	**PL Fundo R$**	**% PL**	**Lei**
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	6.086.692,16	2,04%	6.297.472.287,75	0,10%	7º I b
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	42.588.766,07	14,30%	5.798.399.930,42	0,73%	7º I b
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	11.957.266,82	4,01%	1.649.727.443,32	0,72%	7º I b
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	12.628.359,91	4,24%	7.852.193.725,16	0,16%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	12.341.319,40	4,14%	73.776.097,69	16,73%	7º I b
BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R$	8.016.931,20	2,69%	3.596.758.160,15	0,22%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R$	5.306.286,72	1,78%	3.886.422.398,07	0,14%	7º I b
CAIXA BRASIL 2024 X TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R$	5.515.860,34	1,85%	1.849.904.916,51	0,30%	7º I b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	R$	8.630.964,54	2,90%	5.290.529.627,75	0,16%	7º I b
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R$	56.148.717,54	18,85%	5.218.373.540,00	1,08%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	R$	4.036.720,71	1,36%	658.613.058,60	0,61%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R$	8.588.381,90	2,88%	2.287.059.745,87	0,38%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I	R$	64.801.603,63	21,76%	1.486.929.750,98	4,36%	7º I b
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	R$	4.052.551,83	1,36%	482.364.488,83	0,84%	7º I b
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R$	674.010,91	0,23%	16.475.113.370,57	0,00%	7º III a
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP	R$	202.254,83	0,07%	1.663.990,67	12,15%	7º III a

ITAPREV
Fls: 242
Proc.: 20000174/26

ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R$	34.657.406,32	11,64%	5.862.946.011,56	0,59%	7º III a
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS FIC AÇÕES	R$	1.719.070,24	0,58%	712.082.217,62	0,24%	8º I
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	R$	1.372.349,93	0,46%	1.686.539.310,38	0,08%	8º I
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	R$	922.152,00	0,31%	269.787.546,50	0,34%	8º I
ITAÚ MOMENTO 30 II FIC AÇÕES	R$	3.826.354,81	1,28%	161.464.884,10	2,37%	8º I
BB TECNOLOGIA FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R$	349.831,65	0,12%	467.994.930,21	0,07%	9º III
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R$	428.934,96	0,14%	1.995.875.754,00	0,02%	9º III
ITAÚ FIC AÇÕES BDR NÍVEL 1	R$	735.531,13	0,25%	148.961.977,37	0,49%	9º III
BB ALOCAÇÃO FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	R$	1.163.022,57	0,39%	123.920.704,74	0,94%	10º I
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	R$	1.075.791,95	0,36%	1.445.973.570,09	0,07%	10º I
TOTAL	**R$**	**297.827.134,07**				

Cenário Econômico

Assim como o mês de novembro, dezembro foi mais um mês positivo para as carteiras de investimentos, mais uma vez beneficiado pelo bom desempenho da renda variável local e repetindo o movimento anterior, mais um mês de fechamento na curva de juros, que beneficiaram os fundos atrelados a inflação, e não muito diferente os fundos de investimentos ligados a ativos no exterior tiveram mais um mês de desempenho positivo.

Análise da Carteira de Investimentos

Carteira de Investimentos

No final do período, a carteira apresentou números de fechamento que evidenciam que suas posições estão em conformidade com os limites definidos nos artigos da Resolução 4.963/2021.

Enquadramento na Resolução e Política de Investimentos

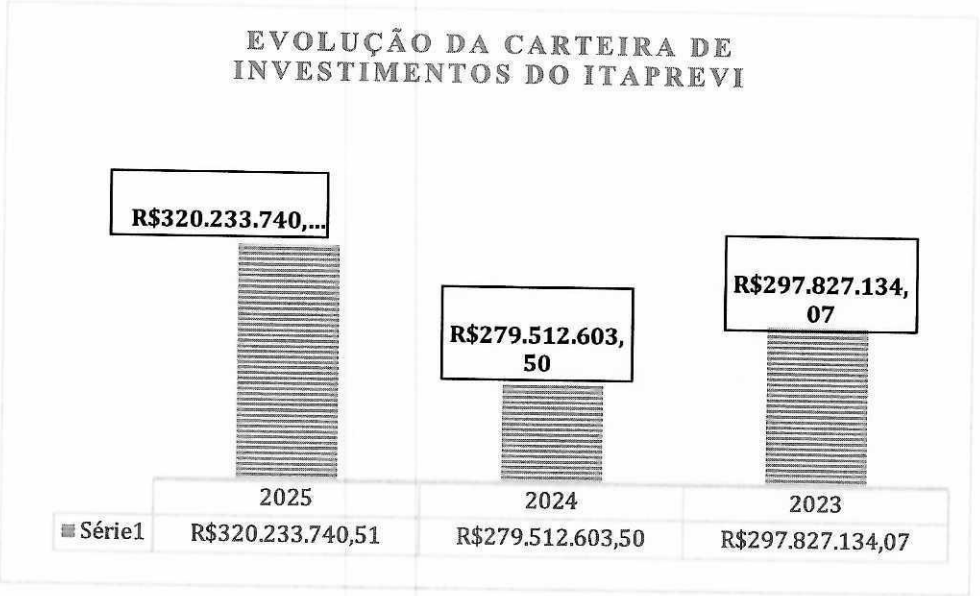
A situação da carteira ao término do período evidencia que, apesar de alguns objetivos não terem sido alcançados (estratégias alvo), fica demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria Política de Investimentos definida para o ano de 2023. As diferenças verificadas entre os percentuais da carteira em relação à Política de Investimentos demonstram apenas que os objetivos pretendidos para o ano de 2023 não foram atingidos diante das oportunidades que o mercado ofereceu como boas alternativas.

Rentabilidade e Risco (por ativo)

As séries históricas da rentabilidade e risco por ativo da carteira em relação aos respectivos benchmarks, demonstra a qualidade e consistência de seus resultados.

ITAPREVI
Fls. 243
Proc.: 20000174126

Gráfico I



RESOLUÇÃO ITAPREVI N.º 02/2016

REGIMENTO INTERNO DO ITAPREVI

Art. 1º - A ITAPREVI – Itaguaí Previdência, autarquia municipal, com sede em Itaguaí-RJ, vinculada a Prefeitura Municipal de Itaguaí, instituída com fundamento no disposto no art. 6º da Lei nº 2.387/03, reestruturada pela Lei n.º 2.499/05, tem por finalidade:

I - Promover a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições sociais destinadas ao financiamento da Previdência Social, na forma da legislação em vigor; e II - promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social.

DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Art. 10 – O Comitê de Investimento é órgão auxiliar, competindo-lhes assessorar a CMP e a Diretoria Executiva na elaboração da proposta de política de investimentos e na definição da aplicação dos recursos financeiros do RPPS, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Art. 15 - Ao Comitê de Investimento compete:

I – Assessorar e subsidiar o CMP e a Diretoria Executiva na elaboração da proposta das Políticas de Investimento e na definição da aplicação dos recursos financeiros do RPPS;

II - Formular as políticas de gestão dos recursos;

ITAPREVI
Fls.: 244
Proc.: 20000174/26

III - zelar pela execução da programação econômico-financeira os valores patrimoniais;

IV - Avaliar propostas submetendo-se aos órgãos competentes para deliberação;

V - Subsidiar os gestores de informações necessárias à tomada de decisões;

VI - Analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;

VII - propor estratégias de investimentos para um determinado período;

VIII - reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes;

IX - Acompanhar o grau de risco das operações, reportando aos gestores do RPPS e Conselhos qualquer situação e risco elevado, e

X - Acompanhar a execução da política de investimentos.

IX - GESTÃO ATUARIAL E PREVIDENCIÁRIA:

Com base nos Relatórios de Avaliação Atuarial, o Regime Financeiro adotado para avaliar o conjunto dos Benefícios do Plano é o Regime de Capitalização, Regime este que objetiva a o fluxo de contribuições, aplicadas durante o período de acumulação, e é determinado de modo a gerar receitas capazes de produzir montantes equivalentes aos valores atuais dos benefícios avaliados segundo esse regime.

A base cadastral dos Servidores, Aposentados e Pensionistas do Instituto de Previdência de Itaguaí apresenta a seguinte estatística na posição de 31/10/2025:

Tabela: Análise estatística dos dados cadastrais

População Coberta	Quantidade			Média B. de Cálculo / Benefício		Idade Média		Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
Servidores Sem Critério Diferenciado	2396	990	3386	R$ 4.706,18	R$ 5.506,22	49,22	49,27	R$ 11.276.004,98	R$ 5.451.161,65	R$ 16.727.166,6
Professores	975	40	1015	R$ 5.226,68	R$ 5.510,77	48,34	49,30	R$ 5.096.012,44	R$ 220.430,68	R$ 5.316.443,1
Aposentados por Invalidez	99	29	128	R$ 2.879,81	R$ 3.577,62	63,02	63,66	R$ 285.100,72	R$ 103.750,95	R$ 388.851,6
Aposentados por Idade	68	14	82	R$ 1.818,80	R$ 5.477,46	67,87	70,64	R$ 123.678,18	R$ 76.684,49	R$ 200.362,6
Aposentados por Tempo de Contribuição	819	114	933	R$ 6.954,38	R$ 10.939,60	69,19	73,04	R$ 5.695.634,57	R$ 1.247.113,88	R$ 6.942.748,4
Aposentados por A. Compulsória	18	2	20	R$ 3.202,86	R$ 2.043,79	68,44	67,50	R$ 57.651,42	R$ 4.087,57	R$ 61.738,9
Pensionistas	157	131	288	R$ 4.039,34	R$ 2.771,60	60,86	54,98	R$ 634.176,03	R$ 363.080,00	R$ 997.256,0

Tabela: Análise da folha mensal total de salários dos dados cadastrais

População Coberta	Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total
Servidores Sem Critério Diferenciado	R$ 11.276.004,98	R$ 5.451.161,65	**R$ 16.727.166,63**
Professores	R$ 5.096.012,44	R$ 220.430,68	**R$ 5.316.443,12**
Total	**R$ 16.372.017,42**	**R$ 5.671.592,33**	**R$ 22.043.609,75**

Tabela: Análise da folha mensal total de benefícios dos dados cadastrais

IPREV
245
Proc.: 200000174/26

População Coberta	Valor da Folha Mensal					
	Fem.		Masc.		Total	
Aposentados por Invalidez	R$	285.100,72	R$	103.750,95	**R$**	**388.851,67**
Aposentados por Idade	R$	123.678,18	R$	76.684,49	**R$**	**200.362,67**
Aposentados por Tempo de Contribuição	R$	5.695.634,57	R$	1.247.113,88	**R$**	**6.942.748,45**
Aposentados por A. Compulsória	R$	57.651,42	R$	4.087,57	**R$**	**61.738,99**
Pensionistas	R$	634.176,03	R$	363.080,00	**R$**	**997.256,03**
Total	**R$**	**6.796.240,92**	**R$**	**1.794.716,89**	**R$**	**8.590.957,81**

Servidores Ativos

Total: 4.401 servidores ativos, sendo 3.371 mulheres e 1.030 homens.

Beneficiários (Aposentados e Pensionistas)

Total: 1.451 beneficiários, sendo 1.161 mulheres e 290 homens

O benefício médio corresponde a aproximadamente R$ 5.919,34 para os homens e R$ 5.854,55 para as mulheres, demonstrando relativa proximidade entre os valores médios percebidos pelos beneficiários.

A folha mensal de benefícios atinge o montante de R$ 8.590.957,81, representando aproximadamente 39% da folha mensal dos servidores ativos.

A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial de capitalização na versão idade de entrada normal (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R$ 2.166.003,37, considerando que está em vigor um plano de equacionamento de déficit com o valor presente de R$ 1.112.239.459,89, resultando em um Déficit Técnico Acumulado que já está sendo amortizado, conforme definido através da Lei 3.376, de 26 de novembro de 2015, de R$ 1.110.073.456,52.

Com base no entendimento sustentado antes do advento da Nota Técnica TCE/RJ nº 07/2023, o plano de amortização do déficit atuarial foi considerado como ativo garantidor, o que gera a inexistência de déficit financeiro.

Contudo, após o advento da Nota Técnica TCE/RJ nº 07/2023, o entendimento do e. Tribunal de Contas vem se revelando no sentido de não ser mais possível utilizar o plano de amortização como ativo garantidor, o que, em tese, revelará um déficit financeiro para os próximos exercícios.

Para que não ocorram prejuízos futuros, foi instaurado no âmbito da Autarquia um procedimento administrativo, nº 200.000.479/2025, o qual está se desenvolvendo com

ITAPREVI
Fls.: 246
Proc.: 200000174/26

parecer atuarial, financeiro e de controle, a fim de que o Ente Municipal tenha plena ciência da situação e adeque a sua gestão, a fim de cumprir as determinações do Tribunal.

Um grande problema foi a irregularidade nos repasses dos aportes, vivenciada nos exercícios de 2023, 2024 e 2025. O próximo tópico (regularidade nos repasses) aborda as ações praticadas pelo RPPS para a resolução da questão.

Finalizando esse tópico, o relatório de avaliação atuarial é claro em sustentar a viabilidade do plano de amortização, mas ressalta a necessidade da regularidade dos repasses por parte do Ente Municipal.

X - REGULARIDADE NOS REPASSES:

A Lei Municipal n.º 2.499/2005 define as fontes de custeio do Itaprevi:

> Art. 27 São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:
>
> I - contribuição previdenciária do Município;
>
> II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;
>
> III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;
>
> IV - doações, subvenções e legados;
>
> V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;
>
> VI - Valores Recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9° do art.201 da Constituição Federal;
>
> VII - valores de dívida ativa repassados à ITAPREVI;
>
> VIII - participação sobre receita de concursos de prognósticos; e
>
> IX - demais dotações previstas no orçamento municipal;
>
> X - valores aportados pelo Município; (incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)
>
> XI - outros bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; (incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)
>
> XII - direitos pertinentes às receitas relativas às participações e compensações financeiras ("royalties") no resultado da exploração do

petróleo, gás natural e outros recursos naturais a que o Município de Itaguaí faz jus por força do disposto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal. (Incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015).

ITAPREVI
Fls. 247
Proc.: 20000174126

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

A Lei Municipal n.º 3.376 de 26 de novembro de 2015, que teve por finalidade alterar o plano de custeio do regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí, revoga a Lei de segregação de massas e instituiu o plano de amortização do déficit atuarial, a fim de manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Os valores previstos para recebimento a título de aporte são de R$ 64.739.630,52 (sessenta e quatro milhões setecentos e trinta e nove mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos). Entretanto, o que foi recebido foi o valor de R$ 21.579.876,84 (vinte um milhões quinhentos e setenta e nove mil oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Quanto aos Repasses da Contribuição do Servidor, encontram-se regulares.

As contribuições patronais não foram repassadas pelo Ente Municipal para o Itaprevi. Com isso, do mês de fevereiro de 2024 a dezembro e 13º de 2025, não foram repassados.

O Órgão de Controle Interno do Itaprevi, em conjunto com o Município de Itaguaí, elaboraram Termos de Parcelamento dos débitos. Além de três ações judiciais propostas, foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições referentes aos aportes para equacionamento do déficit atuarial nºs 816/2026 (período de 03/2024 a 08/2025) e 824/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles se encontram registrados no CADPREV e pendente de análise. O acordo 003/2024, que também se refere às parcelas do Aporte para equacionamento do déficit atuarial, foi reparcelado através do acordo nº 832/2026, ainda pendente de análise no CADPREV.

No ano de 2026, o Ente Municipal vem honrando os respectivos valores dos repasses.

Quanto à compensação previdenciária: o Itaprevi recebeu as contribuições referente à compensação previdenciária com regularidade, conforme evidenciado no modelo 14.

Quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária- CRP, a Autarquia vem tomando providências cabíveis para sua completa obtenção na seara administrativa. Uma das

ITAPREVI
Fls: 248
20000017412b

medidas, é Certificação dos Dirigentes, prevista para ser concluídas no ano de 2026 e a certificação no pró gestão.

XI - AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA:

Durante o exercício de 2025, houve plena divulgação das atividades, inclusive da prova de vida, através do canal oficial no whatsapp (+55 21 3782-9042), bem como Instagram (@itaprevi.itaguai) e Facebook (itaprevi itaguai). Toda a movimentação da folha de pagamento também foi efetivamente disponibilizada, bem como as despesas referentes aos contratos, empenhos etc.

O sítio eletrônico utilizado durante o exercício de 2025 foi o https://transparencia.itaprevi.modernizacao.com.br/

Atualmente o sítio eletrônico da Autarquia é o https://itaprevi.itaguai.rj.gov.br/, o qual está sendo devidamente alimentado com as informações necessárias.

Os documentos referentes ao DPIN, DIPR, DAIR, DRRA, Acordos de Parcelamento, dentre outros, se encontram inseridos nas plataformas do Ministério da Previdência, tais como CADPREV e GESCON.

XII - RESULTADOS ALCANÇADOS E DESAFIOS DA GESTÃO:

É inegável que a missão da Autarquia é a perfeita gestão dos recursos recebidos, de forma a garantir o correto pagamento dos benefícios e cumprir com as demais obrigações previdenciárias, com base na Constituição da República; Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998; Lei Municipal nº 2.499/2005; Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normas aplicáveis.

Até o presente momento o RPPS de Itaguaí vem desempenhando fielmente a sua missão.

O maior obstáculo enfrentado durante o exercício de 2025 foi a irregularidade nos repasses por parte do Município de Itaguaí. Muito embora não tenha havido impacto direto sobre os pagamentos dos benefícios, nem sobre as despesas ordinárias para o bom funcionamento dos serviços públicos oferecidos, os atrasos impactam diretamente no equilíbrio atuarial, objeto de regulamentação pelo legislador municipal através da Lei nº 3.376/2015.

ITAPREV
Fls. 249
Proc.: 20000174126

Um outro ponto de destaque ocorrido no exercício de 2015, foi a liquidação extrajudicial do Banco Master, determinada pelo Banco Central no dia 18 de novembro de 2025. Cerca de 20% (vinte por cento) do patrimônio do RPPS foi aplicado em Letras Financeiras dessa Instituição durante o período da antiga gestão, em 28/06/2024 e 03/07/2024.

Foram instaurados procedimentos administrativos no âmbito da Autarquia para direcionamento das medidas a serem tomadas em relação a tal situação. Já foi devidamente solicitada a habilitação da Autarquia nos autos da Liquidação Extrajudicial, conforme mencionado.

O RPPS de Itaguaí está cooperando ativamente nas investigações realizadas pelo Ministério da Previdência Social, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Polícia Federal.

Em relação ao atraso nos repasses, foram propostas três ações judiciais de cobrança e execução. Em conjunto com o Órgão de Controle Interno da Autarquia, foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições referentes aos aportes para equacionamento do déficit atuarial nºs 816/2026 (período de 03/2024 a 08/2025) e 824/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles se encontram registrados no CADPREV e pendente de análise. O acordo 003/2024, que também se refere às parcelas do Aporte para equacionamento do déficit atuarial, foi reparcelado através do acordo nº 832/2026, também pendente de análise no CADPREV.

Finalmente, foram celebrados dois acordos de parcelamento para as contribuições patronais, nºs 817/2026 (período de 01/2024 a 08/2025) e 823/2026 (período de 09/2025 a 12/2025). Eles também se encontram pendente de aprovação na plataforma CADPREV.

XIII - DEMAIS ASSUNTOS QUE A UNIDADE JULGAR RELEVANTES:

Finalmente, deixa-se claro que o atual gestor, subscritor do presente relatório, somente foi nomeado para o cargo de Presidente da Autarquia no final no exercício, dia 28/11/2025.

O exercício de 2025 foi de extrema dificuldade, face às constantes alternâncias na chefia do Poder Executivo Municipal, o que acarretou a mudança nos quadros do RPPS.

ITAPREVI
Fls.: 250
Proc.: 20000017412/26

Em que pese as dificuldades encontradas e os desafios que ainda devem ser superados, o RPPS se apoia na sua missão institucional e deixa claro o respeito aos princípios de legalidade, probidade, moralidade, impessoalidade e economicidade nos gastos, promovendo uma gestão responsável e transparente.

Itaguaí, 29 de junho de 2026.

Local e Data

Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves

Presidente do Itaprevi

Mat. 939.383

LEI Nº 2.499/2005

Atualizada pelas:

Lei nº 3.990/2021

Lei nº 3.893/2020

Lei nº 3.701/2019

Lei nº 3.376/2015

Lei nº 3.354/2015

Lei nº 3.041/2012

Lei nº 3.026/2012

Lei nº 2.990/2012

Lei nº 2.816/2009

Lei nº 2.658/2008

Lei nº 2.642/2007

LEI Nº 2499 DE, 16 DE AGOSTO DE 2005.

Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí, criado pela Lei nº 2.387, de 02 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, RJ.

Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

TÍTULO ÚNICO

Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Itaguaí

CAPÍTULO I

Da Criação, Natureza, Sede e Objetivos

Art. 1° Fica reestruturado, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí – RPPS de que trata o art.40 da Constituição Federal.

Art. 2° O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que garantam meios de subsistência nos eventos elencados no art.201 da Constituição Federal.

Art. 3° O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí, tem como unidade gestora, a **ITAPREVI**, Autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeira próprios, **(criada pela Lei nº 2.387 de 02 de dezembro de 2003).**

Art. 4° A **ITAPREVI**, com sede e foro na cidade de Itaguaí é regida por esta Lei, Regulamentos e demais normas aplicáveis, e gozará em todo sua plenitude, no tocante a seus bens, serviços e ações, dos privilégios e imunidades, inclusive de naturezas processual e tributária, garantindo aos entes públicos federativos.

Art. 5° A **ITAPREVI**, cuja finalidade é arrecadar e administrar recursos financeiros e outros atrativos tem como objetivo fundamental garantir aos segurados e seus dependentes o amparo da previdência social, de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas, segundo critério que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial, devendo observar os seguintes parâmetros, além dos princípios constitucionais da administração pública e da previdência social:

I - Gestão financeira e administrativa descentralizada em relação ao Município, devendo, para tanto, operar com contas próprias distintas das do Tesouro Municipal;

II - Pleno acesso das informações referentes à sua gestão aos segurados e beneficiários do Regime Próprio de Previdência e a participação de representantes dos servidores públicos, ativos e inativos, no órgão colegiado em que seus interesses sejam objeto de discussão, deliberação e fiscalização;

III - Preservação do equilíbrio financeiro e atuarial;

IV - Custeio exclusivo da previdência social, mediante contribuições vertidas pelo Poder Executivo Municipal, suas Autarquias e Fundações, bem como pelo Poder Legislativo, pelos Inativos e Pensionistas, além de recursos obtidos pela gestão de ativos financeiros destinados ao seu patrimônio, dentre outros;

V - Vedação da criação, majoração ou extensão de quaisquer benefícios sem a indicação de sua fonte de custeio total;

VI - Votação por maioria simples para qualquer modificação nesta Lei.

CAPÍTULO II

Da Organização da Unidade Gestora

Art. 6° A **ITAPREVI**, unidade gestora única do regime próprio de previdência municipal, terá como responsáveis pela administração e fiscalização os seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Previdência – **CMP**;

II - Diretoria Executiva

a) Gabinete da Presidência; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) Diretoria Financeira; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) Diretoria administrativa; e **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

d) Ouvidoria; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

III - Procuradoria Geral; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

IV - Controladoria, e **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

V - Comitê de Investimento. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

Seção I

Do Conselho Municipal de Previdência

Art. 7º Ao Conselho Municipal de Previdência – CMP, órgão superior de deliberação e fiscalização colegiada, cabe observar os objetivos e as políticas administrativas, financeiras e previdenciárias da **ITAPREVI** e, suas ações serão desenvolvidas pelo estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação, administração e fiscalização.

§ 1º O CMP será composto pelos seguintes membros, todos nomeados pelo prefeito com mandato de dois anos, admitida uma única recondução:

I - três representantes do Governo;

II - um da Câmara de Vereadores;

III - um representante dos servidores ativos; e

IV - um representante dos inativos e pensionistas. **(alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017)**

§ 2° Os integrantes do Conselho Municipal de Previdência, receberão 30 UFIR-ITA por reunião.

§ 3° Cada membro terá um suplente com igual período de mandato titular, também admitida uma recondução;

§ 4º Os membros do CMP e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:
I - O presidente, que terá voto de qualidade, e os representantes do Governo serão indicados pelo chefe do Executivo;

II - O representante da Câmara será indicado pelo Presidente da respectiva Casa Legislativa;

III - Os representantes dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, eleitos entre seus pares em Assembleia Geral convocada para este fim, serão indicados pelos Sindicatos, Secretarias Municipais e Coordenadorias da Câmara. **(alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017)**

§ 5º Não poderão candidatar-se os servidores:

I - representantes oficiais dos sindicatos, e/ou aqueles que façam parte de suas diretorias;

II - os menores de 21 anos de idade;

III - em licença prêmio para aposentar;

IV - em licença sem vencimento;

V - em estágio probatório;

VI - em afastamento preventivo;

VII - respondendo inquérito administrativo e/ou ação penal;

VIII - que possuam antecedentes criminais pela prática de crimes contra o patrimônio e contra a administração pública;

IX - comissionado com ou sem vencimentos;

X - em licença para concorrer ou exercer mandato eletivo. **(alterado pela Lei 3.565 de 03 de outubro de 2017).**

§ 6º O Secretário Municipal de Administração constituirá comissão para organizar a Assembleia Geral citada nos itens II e II do § 1°.

§ 7º Os membros do CMP serão afastados, em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em três reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

Subseção I

Do Funcionamento do CMP

Art. 8º O CMP reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias;

Parágrafo único. Das reuniões do CMP, serão lavradas atas em um livro próprio.

Art. 9º As decisões do CMP serão tomadas por maioria, exigido o ***quorum*** de quatro membros.

Art. 10º Incumbirá à Diretoria Executiva da **ITAPREVI** proporcionar ao CMO os meios necessários ao exercício de suas competências.

Subseção II

Da Competência do Conselho Municipal de Previdência

Art. 11º Compete ao Conselho Municipal de Previdência;

I - acompanhar a normatização das diretrizes gerais da **ITAPREVI**;

II - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da **ITAPREVI** e suas alterações;

III - acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos da **ITAPREVI**;

IV - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;

V - examinar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes da **ITAPREVI**;

VI - examinar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis, estudos atuariais ou financeiros, da compensação previdenciária;

VII - autorizar alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da **ITAPREVI**, observada a legislação pertinentes;

VIII - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;

IX - manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas e, demais demonstrativos financeiros;

X - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;

XI - manifestar-se em projetos de lei de acordos de composição de débitos previdenciários do Município com RPPS;

XII - fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

XIII - acompanhar e autorizar o orçamento-programa e suas alterações;

XIV - acompanhar e autorizar os planos de custeio e de aplicação do patrimônio, e suas revisões;

XV - examinar, a qualquer tempo, livros e demais documentos;

XVI - comunicar a Diretoria Executiva, as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;

XVII - manifestar-se sobre assuntos que lhe forem encaminhados pela Diretoria Executiva;

XVIII - autorizar a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos; e

XIX - deliberar sobre os casos omissos, de sua competência, no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

Seção II

Da Diretoria-Executiva

Art. 12º À Diretoria Executiva compete dar execução aos objetivos institucionais da **ITAPREVI**, consoante a legislação em vigor e as diretrizes e normas gerais aplicáveis, sendo seus integrantes nomeados e exonerados pelo Prefeito Municipal ***ad nutum***. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§1° - A Diretoria Executiva será composta pelas Unidades Administrativas, contidas nos incisos I ao IV, subordinadas ao Presidente, datadas de autonomia administrativa no âmbito de suas atribuições, observada a tabela de vencimentos definida no Anexo I da presente: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

I - **Gabinete da Presidência**, que será constituído por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Presidente, símbolo PT; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Chefe de Gabinete da Presidência, símbolo CGP; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 01 Assessor da Presidência, símbolo A **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

II - **Diretoria Financeira**, que será constituída por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Diretor Geral Financeiro símbolo DGF; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Tesoureiro, símbolo TS; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 01 Diretor Atuário, símbolo DA; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

d) 01 Diretor de Patrimônio e Almoxarifado, símbolo DPA, e; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

e) 01 Diretor Contábil, símbolo DC. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

III - **Diretoria Administrativa**, que será constituída por:**(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Diretor de Benefícios, símbolo DB; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Diretor de Recursos Humanos, símbolo DRH; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 03 Assessores Administrativos, símbolo AA. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

IV - **Ouvidoria**, que será constituída por:**(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Ouvidor Geral, símbolo OG, e **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Ouvidor Substituto, símbolo OS. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 2º - O Sistema Jurídico no âmbito da **ITAPREVI** será exercido pela **Procuradoria Geral** da **ITAPREVI** e o Controle Interno da **ITAPREVI** será exercido pela **Controladoria Geral** da **ITAPREVI**, sendo os respectivos cargos comissionados, observada a tabela de vencimentos definida no Anexo I da presente e serão compostas por: **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

I - **Procuradoria Geral:** **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Procurador Geral, símbolo PG; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Subprocurador Geral, símbolo SPG; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

c) 01 Assessor Jurídico, símbolo AJ. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

II - **Controladoria Geral**: **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

a) 01 Controlador Geral, símbolo CG; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

b) 01 Subcontrolador Geral, símbolo SCG. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 3º Os vencimentos dos cargos de que trata este artigo observará o seguinte:

I – todos os cargos acima descritos terão direito ao gozo de férias e a percepção de 13º salário, com as mesmas vantagens de Executivo Municipal. **(redação dada pela Lei -3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 4º O Prefeito Municipal, fará a nomeação dos integrantes da Diretoria-Executiva, da Controladoria Geral e da Procuradoria Geral da **ITAPREVI**, sendo referido os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 5º A Diretoria-Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente, e suas resoluções serão tomadas por maioria de votos, fixado em três (03) o *"quorum"* mínimo para a realização da reunião.

§ 6º O Presidente, além do voto pessoal, terá, ainda, o voto de desempate.

§ 7º A Diretoria-Executiva poderá, na gestão da Administração das Obrigações Passivas da **ITAPREVI,** utilizar-se de entidade externa, escolhida através de processo licitatório, com o objetivo de se aumentar a eficiência, diminuir gastos e absorver novas tecnologias nesta área de atuação.

§ 8º As atribuições e competências serão regulamentadas através de seu Regimento Interno.

§ 9º A Diretoria-Executiva será auxiliada por servidores da **ITAPREVI**, que terá quadro próprio de pessoal, a ser aprovado por lei, com indicação da denominação e do quantitativo dos respectivos cargos, preenchido através de concurso público.

§ 10° Aplica-se aos funcionários da **ITAPREVI**, O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí e respectiva legislação complementar. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 11° Os Poderes Executivo e Legislativo poderão colocar funcionários à disposição da **ITAPREVI**, inclusive requisitados de outros Poderes, mediante solicitação de seu Presidente e obedecido o artigo 31, da Lei Orgânica do Município de Itaguaí, podendo a **ITAPREVI**, de acordo com as disponibilidades financeiras, arcar com o ônus destas cessões. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 12° Os funcionários dos Poderes Executivo e Legislativo de Itaguaí, postos à disposição, provisoriamente, da **ITAPREVI**, gozam de todos os direitos e vantagens inerentes ao Estatuto do Município.

§ 13° Aprovado o quadro da **ITAPREVI**, os funcionários requisitados de órgãos, serão paulatinamente devolvidos aos órgãos de origem na medida em que os cargos sejam preenchidos, na forma do art.37.IX da Constituição Federal.

§ 14º As tabelas de valores de gratificação e representação do Poder Executivo e do Poder Legislativo vigorarão, no que couber, para os servidores à disposição da **ITAPREVI**. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 15° Os poderes conferidos ao Procurador Geral e ao Subprocurador Geral são inerentes à investidura no cargo, não carecendo, por sua natureza legal, de instrumento de mandato, qualquer que seja a instância, foro ou Tribunal. **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 16° O Presidente deverá ter formação superior completa, além de comprovada capacidade na área de administração pública e previdenciária. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 17° O Procurador Geral e o Subprocurador Geral deverão ser Bacharéis em Direito e estar devidamente inscritos no órgão de classe há mais de 05(cinco) anos. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 18° O Controlador Geral e o Subcontrolador Geral deverão ter formação superior em Contabilidade e/ ou Direito, além de ter, no mínimo Certificação Profissional ANBIMA CPA 10 e curso de Controle Interno. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 19° O Ouvidor e o Ouvidor Substituto deverão ter no mínimo, formação superior completa. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 20° Os Diretores deverão ter no mínimo, formação escolar de 2° grau completo. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

§ 21° O Conselho Municipal de Previdência e a Diretoria Executiva no desenvolvimento dos objetivos institucionais da **ITAPREVI** contarão com o assessoramento do **Comitê de Investimento** que será composto por: **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

I - Presidente do Comitê, que é o servidor responsável pela gestão dos recursos do RPPS (Presidente da ITAPREVI), e; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

II - 04 (quatro) membros, indicados dentre os servidores integrantes do quadro efetivo ou comissionado do Município, lotados na ITAPREVI – Itaguaí Previdência, nomeados por resolução do Presidente; **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

III - Os integrantes do Comitê de Investimento deverão ter sido aprovados em exame de certificação organizado, por entidade autônoma, de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais e perceberão 60 UFIR-ITA por reunião, limitada à 1 (uma) reunião semanal.

Art. 13° À Diretoria Executiva, compete:

I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais da **ITAPREVI**;

II - orientar e acompanhar a execução das atividades da **ITAPREVI;**

III - conceder os benefícios previdenciários;

IV - aprovar manuais e instruções de caráter técnico, operacional ou administrativo, de acordo com as diretrizes e normas baixadas;

V - autorizar a baixa e a alienação de bens do ativo permanente e a constituição de ônus reais sobre os mesmos , quando de valor inferior, ou igual a 1.000(um mil) UFIR's;

VI - autorizar a assinatura de contratos, acordos ou convênios, de valor superior a 1.000 (um mil) UFIR's;

VII - submeter o Plano de Contas e de Aplicação do Patrimônio e suas alterações e revisões à aprovação do CMP;

VIII - submeter o orçamento-programa e suas alterações à aprovação do CMP;

IX - aprovar o seu Regimento Interno;

X - contratar empresas especializadas para realização de auditoria contábeis, estudos atuariais ou financeiro e da compensação previdenciária;

XI - submeter à autorização do CMP, a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio da **ITAPREVI**, observada a legislação pertinente;

XII - submeter à autorização do CMP a aceitação de doações, cessões de direito e legados, quando onerados por encargos;

XIII - contratar agentes financeiros, bem como a celebrar contratos, convênios e ajustes da **ITAPREVI**;

XIV - promover auditoria nos benefícios previdenciários concedidos e pagos pela **ITAPREVI**.

Subseção I

Das Atribuições e Responsabilidades dos Diretores

Art. 14º Aos Diretores, além das atribuições e responsabilidades próprias da qualidade de membro da Diretoria Executiva, competem aquelas que lhes foram fixadas no Regimento Interno da **ITAPREVI**, atendidas as áreas de atuação estabelecidas pelo Prefeito Municipal, quando da nomeação dos mesmos.

§ 1° Compete ao Diretor Financeiro designado pelo Presidente ou na sua ausência, com o substituto eventual, movimentar e aplicar os recursos financeiros da ITAPREVI;

§ 2° O Presidente e demais Diretores poderão constituir mandatários ou procuradores e delegar competência, salvo quanto à prevista no parágrafo anterior.

Art.15º Compete ao Presidente:

I - representar a **ITAPREVI**, em juízo ou fora dele;

II - dirigir, coordenar, controlar, administrar e orientar as atividades da **ITAPREVI**;

III - baixar os atos que consubstanciam as decisões da Diretoria Executiva;

IV - praticar atos de urgência, *" ad referendum"* da Diretoria Executiva ou Conselho Municipal de Previdência, submetendo sua decisão à consideração do órgão competente, na primeira reunião que se realizar após o fato;

V - designar, sequencialmente, o Diretor que substituirá, nos casos de falta ou de impedimento eventual;

VI - baixar os atos relativos à administração de pessoal;

VII - convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

VIII - ordenar despesas da **ITAPREVI**;

IX - autorizar licitações e aprovar seu resultado;

X - publicar o Regimento Interno da **ITAPREVI**;

XI - definir políticas e diretrizes previdenciárias para os segurados e seus dependentes;

XII - estabelecer critérios e diretrizes para a elaboração de normas programas que garantam o amparo previdenciário aos segurados da **ITAPREVI** e seus dependentes;

XIII - manter intercâmbio com órgãos e entidades públicas e privadas com o fim de obter cooperação, assistência técnica e promoção do desenvolvimento de planos, programas e projetos da Autarquia;

XIV - celebrar, editar e rescindir acordos, convênios, contratos e outros instrumentos de ajustes, observadas as normas aplicáveis;

XV - convocar o Conselho Municipal de Previdência, nos casos previstos em Lei;

XVI - deferir ou indeferir benefícios de natureza previdenciária;

XVII - constituir comissões e grupos de trabalho;

XVIII - determinar a instauração de sindicâncias e de inquérito administrativo e aplicar penalidades;

XIX - abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Geral Financeiro ou, na sua ausência, pelo Diretor de Recursos Humanos; **(redação dada pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015).**

XX - aprovar normas reguladoras de aplicação de multas e parcelamento de débitos;

XXI - aprovar o Balanço Geral da autarquia, seus balancetes, processos de tomadas de contas e demais demonstrativos a serem submetidos aos órgãos fiscalizadores e autoridades superiores;

XXII - apreciar recursos interpostos de atos prepostos ou empregados da **ITAPREVI**;

XXIII- arrendar os bens próprios da **ITAPREVI**, obedecida a legislação pertinente;

XXIV- submeter à aprovação do Conselho Municipal de Previdência, alienação dos bens próprios da **ITAPREVI**, após avaliação por instituições habilitadas, obedecidas as normas legais;

XXV - deliberar sobre os casos omissos nas formas reguladoras da **ITAPREVI;** e

XXVI- delegar competência, nos casos que couber.

CAPÍTULO III

Dos Beneficiários

Art. 16º São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes definidos nos art. 19 e 21.

Art. 17º Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor titular do cargo efetivo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;

II - quando afastado ou licenciado, observado o disposto no art.32;

III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo; e

IV – durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

Parágrafo único. O segurado exercente de mandato de vereador que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato, filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, pelo mandato eletivo.

Art. 18º O Servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

Seção I

Dos Segurados

Art. 19º São Beneficiários do RPPS, na condição de segurados;

I - o servidor público ativo e inativo, titular de cargo efetivo, bem como os estáveis, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas;

§ 1° O servidor estável abrangido pelo art.19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pode ser segurado do RPPS, haja vista ser expressamente regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

§ 2° Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo

temporário, emprego público, ainda que aposentado por qualquer regime de previdência, sendo, nestes casos, contribuintes obrigatórios do RGPS.

§ 3° Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste arquivo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados, nos limites de tempo previstos em lei e ou no edital. Se houver prorrogação de horário ou turno, sem previsão no edital, o servidor será vinculado ao RGPS pelo novo turno, mesmo que esta prorrogação tenha sido por Decreto ou Lei. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

§ 4° O aposentado por qualquer regime de previdência que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, cargo em comissão, cargo temporário ou emprego público filia-se, por esta atividade, ao RGPS.

§ 5° O exercente, de mandato eletivo é segurado obrigatório do RGPS, desde que não seja vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, RPPS.

Art. 20° A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas hipóteses; morte, exoneração ou demissão.

§ 1° A perda da condição de segurado importa na perda dos direitos inerentes à sua condição de segurado, bem como implica no automático cancelamento da inscrição

§ 2° A perda da qualidade de segurado por exoneração ou demissão se dará no último dia útil do mês seguinte ao da sua exoneração ou demissão.

Seção II

Dos Dependentes

Art. 21° São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido;

II - os pais; e

III – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

§ 1° Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições, entre si.

§ 2° A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 3° A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 4° Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 5° Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 6° O companheiro ou companheira homossexual de servidor ou servidora poderá integrar o rol de dependentes desde que comprovada existência de entidade familiar entre eles e elas, concorrendo para fins de pensão por morte com os dependentes previstos no inciso I.

§ 7° O direito a pensão por morte do cônjuge ou companheiro cessará: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020.)**

I- Em 04 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou união estável tiveram sido iniciados em menos de 02 (dois) anos antes do óbito do servidor;

II- Transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor; depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 02 dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

a) 03 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;
b) 06 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
c) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
d) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
e) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
f) "Vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade".

Art. 22° Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I do art. 21, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo único. O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

Subseção I

Do Cancelamento e/ ou perda da inscrição de Beneficiário-Dependente

Art. 23° O cancelamento ou perda da qualidade de beneficiário-dependente, para os fins do RPPS ocorre:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento;

c) pelo óbito ou

d) por sentença judicial transitada em julgado.

II - Para a companheira ou o companheiro, pela cessação da união estável com servidor ou servidora, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos.

III - Para os filhos e os irmãos, de qualquer condição, até completarem 21 (vinte e um) anos, salvo se inválidos, ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

IV – Para dependente em geral;

a) pela cessação da invalidez;

b) pela cessação da dependência econômica; ou

c) pelo falecimento.

§ 1° Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão, o cancelamento da inscrição do segurado importará no cancelamento da inscrição dos respectivos dependentes.

§ 2° A liberação do detento ou recluso, cuja inscrição tenha sido cancelada, importará no cancelamento da inscrição de seus dependentes.

§ 3° Qualquer ato superveniente que importe exclusão ou inclusão de dependentes de ser comunicado, imediatamente, pelo servidor a **ITAPREVI**, com as provas cabíveis sob pena de responsabilidade.

Seção III

Das Inscrições

Art. 24° A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Parágrafo único. O segurado deverá apresentar, no prazo de 01(um) ano, contado da publicação desta Lei, Certidão de Tempo de Contribuição a outros regimes de previdência, fornecida pelo órgão competente.

Art. 25° Incumbe ao segurado à inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1° A inscrição do dependente inválido requer sempre comprovação desta condição por inspeção médica, podendo a **ITAPREVI** exigir parecer pericial médico ou junta médica por ela indicada.

§ 2° As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

Art. 26° A inscrição de dependentes decorre da apresentação de:

I - Para dependentes previstos no inciso I do artigo 21:

a) Cônjuge e filhos - Certidões de Casamento e Nascimento;

b) Equiparado a filho e a enteado - Certidão Judicial de Guarda ou Tutela; em se tratando de enteado - Certidão de Casamento do segurado e Certidão de Nascimento do dependente;

c) Companheira ou companheiro – Documento de Identidade e Certidão de Nascimento ou Casamento com averbação da Separação Judicial ou Divórcio quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito se for o caso.

II - Pais - Certidão de Nascimento do segurado e Documentos de Identidade dos mesmos; e irmão -Certidão de Nascimento.

§ 1° Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, quando for o caso de que tratam os parágrafos, 4°,5 ° e 6° do artigo 21, devem ser apresentados pelo menos 3 (três) dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Certidão de Nascimento de filho havido em comum;

b) Certidão de Casamento Religioso

c) Declaração do Imposto de Renda do segurado, em que conste o interessado como seu dependente;

d) Disposições testamentárias;

e) Declaração especial feita perante Tabelião;

f) Prova do mesmo domicílio;

g) Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil;

h) Procuração ou fiança reciprocamente outorgadas;

i) Conta bancária conjunta;

j) Registro ou Associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como do segurado;

k) Apólice de Seguro da qual conste o segurado como instituidor do seguro e a pessoa interessada como sua beneficiária;

l) Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável pelo interessado-dependente;

m) Escrituras de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome do dependente;

n) Quaisquer outros que possam levar à convicção do fato a comprovar.

§ 3° Somente será exigida a Certidão Judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data da vigência da Lei 8.069/90.

§ 4° Para a comprovação do vínculo de companheiro ou companheira no ato do pedido de inscrição, o segurado deverá apresentar qualquer um dos documentos relacionados nos incisos c, d, e, i do § 1° deste artigo ou, então, 3 (três) documentos, no mínimo, dos demais incisos do mesmo parágrafo, sujeitos, ainda, a critério da **ITAPREVI**, `a justificação administrativa.

§ 5° No caso de pais, irmão, enteado, guarda definitiva, tutelado e curatelado, a prova de dependência econômica será feita por declaração do segurado firmada perante a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí – **ITAPREVI**, acompanhada de um dos documentos referidos nos incisos c, e, i, l e m do parágrafo 1° deste artigo, que constituem, por si só, prova bastante e suficiente, devendo os outros documentos relacionados nos demais incisos do mesmo parágrafo serem considerados em conjunto de, no mínimo, 3 (três), corroborados, quando necessário, por justificação administrativa ou parecer sócio-econômico do Diretor de Benefícios ou do Serviço Social da Prefeitura Municipal de Itaguaí.

§ 6° Será apresentada declaração de não emancipação, no ato de inscrição de dependente menor de 21 (vinte e um) anos e maior que 16 (dezesseis anos), que será renovada a cada 06 (seis) meses.

§ 7° Para inscrição dos pais ou irmãos, o segurado comprovará a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí - **ITAPREVI.**

§ 8° Para comprovação do vínculo de dependência estabelecido neste artigo poderá a **ITAPREVI** solicitar outros documentos que se fizerem necessários.

§ 9° O segurado é responsável, administrativa, civil e criminalmente, pela inscrição de dependentes realizada com base em documentos e informações por ele fornecidas.

CAPÍTULO IV

Do Custeio

Art. 27º São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

I - contribuição previdenciária do Município;

II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;

III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;

IV - doações, subvenções e legados;

V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e investimentos patrimoniais;

VI - Valores Recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9° do art.201 da Constituição Federal;

VII - valores de dívida ativa repassados à **ITAPREVI**;

VIII - participação sobre receita de concursos de prognósticos; e

IX - demais dotações previstas no orçamento municipal;

X - valores aportados pelo Município; **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

XI - outros bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária; **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

XII - direitos pertinentes às receitas relativas às participações e compensações financeiras(“***royalties***”) no resultado da exploração do petróleo, gás natural e outros recursos naturais a que o Município de Itaguaí faz jus por força do disposto no § 1° do art. 20 da Constituição Federal. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015).**

§ 1° Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão da decisão judicial ou administrativa.

§ 2° As receitas de que trata este artigo, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e das despesas administrativas destinadas à manutenção desse Regime. São consideradas despesas administrativas, dentre outras:

a) despesas com pessoal em exercício na **ITAPREVI**;

b) despesas de manutenção e operacionalização da **ITAPREVI**;

c) despesas de manutenção de bens móveis e imóveis vinculados à **ITAPREVI**;

d) despesas com consultoria e assessoria técnica.

§ 3° O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de até 2% (dois por cento) do valor total da remuneração, subsídios, proventos e pensões pagas aos beneficiários segurados e dependentes do RPPS no exercício financeiro anterior. **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015, alterada pela Lei 3.893 de 17/12/2020)**

§ 4° Os recursos da **ITAPREVI** serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5° As aplicações financeiras dos recursos mencionados neste artigo atenderão às resoluções e normas específicas do Conselho Monetário Nacional, sendo vedada aplicação em títulos públicos, exceto os títulos públicos federais, com observância de regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção e prudência financeiras.

§ 6° O Município proporá, a abertura de créditos orçamentários adicionais, visando assegurar à **ITAPREVI** a alocação de recursos financeiros destinados à cobertura de eventuais insuficiências financeiras para o pagamento das aposentadorias, pensões e, outros benefícios quando elencados no rol dos concedidos pela mesma.

§ 7° A gestão imobiliária da **ITAPREVI** deverá observar a realidade e os valores praticados pelo mercado em geral, sendo vedada cessão ou alienação a título gratuito.

§ 8° Fica proibido o repasse de ativos financeiros e patrimoniais da **ITAPREVI** a qualquer outro órgão da administração municipal, exceto para pagamentos de compromissos devidamente comprovados, ficando proibida também a alienação a título gratuito ou constituição de ônus reais sobre qualquer bem de seu patrimônio.

§ 9° A incorporação dos ativos previstos neste artigo será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, observadas as leis orçamentárias aplicáveis. **(incluído pela Lei 3.354 de 17 de setembro de 2015)**

Art. 28° As contribuições previdenciárias de que tratam os incisos II e III do art. 27, será de 14%, quatorze por cento) do servidor, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição. do servidor incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição. **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015, alterada pela Lei n° 3.893 de 17/12/2020).**

§ 1° Entende-se como remuneração de contribuição do servidor ativo, o valor constituído pelo vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, dos adicionais de caráter individual, ou de mais vantagens de qualquer natureza incorporadas e/ou incorporáveis, estabelecidas em lei, percebidas pelo segurado, exceto:

a) Salário-família;

b) Diárias para viagem;

c) Ajuda de custo em razão de mudança de sede;

d) Indenização de transporte;

e) Adicional de prestação de serviço extraordinário;

f) Auxílio-alimentação;

g) Auxílio-creche;

h) Adicional de insalubridade, periculosidade e exercício de atividades penosas;

i) Abono de permanência, do art.59 desta Lei, quando o segurado já for aposentável por quaisquer das formas legais;

j) As parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho;

k) A parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão, de função de confiança e de direção e/ou assessoramento, quando não incorporáveis; e

l) Outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei;

§ 2° O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão, função de confiança e de direção e/ou assessoramento, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos arts. 37, 38, 39, 41 e 53, respeitadas em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 5° do art. 60.

§ 3° O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4° Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 5° A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I, II, e III do art. 27 será do dirigente máximo do órgão ou entidades que efetuar o pagamento da remuneração, subsídio ou benefício e ocorrerá em até cinco dias úteis contados da data em que ocorrer o crédito correspondente.

§ 6° O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, observada a proporcionalidade das despesas entre os Poderes, ainda que supere o limite previsto no caput. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 7° Os servidores em gozo dos benefícios de salário maternidade e ou auxílio doença, durante o seu afastamento, terão suas contribuições correspondentes a parte patronal, repassadas à unidade gestora do RPPS pelo ente ao qual é vinculado, ainda que esteja recebendo o benefício através da **ITAPREVI**. **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 8° Quanto à contribuição previdenciária do *caput*, fica estabelecida a alíquota referente ao inciso I do Art. 27, em 22% (vinte e dois por cento), sendo 22% (vinte e dois por cento) de custo normal, acrescido de taxa de administração nunca inferior a 1% (um por cento). **(incluído pela Lei n° 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 9° Caso o RPPS não esteja em déficit atuarial, ficam estipuladas as para os contribuintes do inciso III do Art. 27: **(incluído pela Lei n° 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I - até 01 (um) salário-mínimo, redução de seis interiores e cinco décimos pontos percentuais;

II - acima de 01 (um) salário-mínimo até R$ 2.000,00 (dois mil reais) redução de cinco pontos percentuais;

III- de R$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) até 3.000,00 (três mil reais), redução de dois pontos percentuais;

IV- de R$ 3.000,01 (três mil reais e um centavo) até R$ 5.839,45 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e cinco centavos), sem redução ou acréscimo.

V- de R$ 5.839,46 (cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos) até R$ 10.000,00 (dez mil reais), acréscimo de meio ponto percentual;

VI- de R$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) até R$ 20.000,00 (vinte mil reais), acréscimo de dois inteiros e cinco décimos pontos percentuais;

VII- de R$ 20.000,01 (vinte mil reais e um centavo) até R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), acréscimo de cinco pontos percentuais;

VIII- acima de R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), acréscimo de oito pontos percentuais.

§ 10º A avaliação atuarial anual quando verificar mudança para déficit ou superávit, o gestor do RPPS irá expedir Resolução regulamentando as alíquotas previstas nos incisos I a VII do § 9º."

Art. 28º A Fica instituído plano de amortização destina ao equacionamento do déficit atuarial apurado para o exercício de 2015, mediante aportes financeiros regulares ao **ITAPREVI,** conforme valores apresentados na tabela a seguir: **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015, incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Parágrafo único. Poderá o Município por meio de Lei Complementar, instituir contribuição extraordinária para custeio do RPPS, nos termos do §8º do Art. 9 da EC 103/2019." **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

2015	9.006.355,80	750.529,65
2016	14.728.589,60	1.227.382,47
2017	20.564.367,44	1.713.697,29
2018	26.515.387,98	2.209.615,67
2019	32.583.372,49	2.715.281,04
2020		
2021		
2022		
2023		
2024		
2025		
2026		
2027		
2028		
2029		
2030		
2031		
2032		
2033		
2034		

2035		
2036		
2037		
2038		
2039		
2040		
2041		
2042		
2043		
2044		
2045		
2046		
2047		
2048		
2049		

Art. 29º A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 27 será de, respectivamente, 11% incidente sobre a parcela, dos seguintes benefícios, que supere o valor máximo do RGPS.

I - aposentadorias e pensões concedidas com base nos critérios estabelecidos nos art.37, 38, 39, 41, 42 ,53, 54 e 55;

II - aposentadorias e pensões concedidas até 31 de dezembro de 2003; e

III – os benefícios concedidos aos segurados e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003, conforme previsto no art. 56.

§ 1° As contribuições incidentes sobre o benefício de pensão terão como base de cálculo o valor total desse benefício, conforme art. 42 e 56, antes de sua divisão em cotas, respeitada a faixa de incidência de que trata o *caput.*

§ 2° Quando o benefício for portador de doença incapacitante conforme definida no Art. 37, § 3° da Lei 2.499/2005 e, de acordo com o laudo médico a contribuição prevista neste artigo incidirá apenas sobre a parcela de proventos de aposentadoria e de pensão que supere o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios de RGPS. **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

Parágrafo único. O valor da contribuição calculado conforme o § 1° será rateado para os pensionistas, na proporção de sua cota parte.

Art. 30º O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo único. O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA será encaminhado ao Ministério da Previdência Social até 31 de julho de cada exercício.

Art. 31° No caso de cessão de servidores do Município para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados ou de outro Município, com ônus para o cessionário, inclusive para o exercício de mandato eletivo, será de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício o recolhimento e repasse das contribuições devidas pelo Município de Itaguaí ao RPPS, conforme inciso I do art. 27.

§ 1° O desconto e repasse da contribuição devida pelo servidor ao RPPS, prevista no inciso II do art. 27, será de responsabilidade:

I - do Município de Itaguaí, no caso de o pagamento da remuneração ou subsídio do continuar a ser feito na origem; ou

II - do órgão cessionário, na hipótese de a remuneração do servidor ocorrer à conta desse, além da contribuição prevista no art. 31.

§ 2° No termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o órgão cessionário, será prevista a responsabilidade deste pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições ao RPPS, conforme valores informados pelo Município sempre que ocorrer reajustes.

Art. 32° O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento mensal das contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 27.

§ 1° A contribuição a que se refere o caput será recolhida diretamente pelo servidor, observado o disposto nos Arts.. 33 e 34.

§ 2° A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira, tempo de efetivo exercício no serviço público e tempo de cargo efetivo, quando da concessão da aposentadoria. **(incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

Art. 33° Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 27, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração ou subsídio do cargo de que o servidor é titular conforme previsto no art. 28.

§ 1° Nos casos de que trata o caput, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia seguinte.

§ 2° Na hipótese da alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o caput deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

Art. 34º O atraso no recolhimento das contribuições a **ITAPREVI** implicará em correção do valor com base no índice e juros definidos pela Política de Investimento do exercício do em atraso. **(redação dada pela Lei 3.376 de 26 de novembro de 2015).**

Art. 35º Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

CAPÍTULO V

Do Plano de Benefícios

Art. 36º A **ITAPREVI** compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria compulsória;

c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;

d) aposentadoria por idade

e) **(Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

f) **(Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

g) **(Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

II – Quanto ao dependente:

a) pensão por morte;

b) **(Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Seção I

Dos Benefícios Constitucionais

Subseção I

Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 37º A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e, ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico pericial do órgão competente, sujeito à avaliação posterior realizada por

equipe multiprofissional composta pela Assistência Social, Psicologia e Médico Perito do Instituto, declarando o início da incapacidade total e definitiva para o trabalho. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1° Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 60.

I – O servidor que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, tem direito a proventos de aposentadoria integrais e/ou proporcionais, calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não sendo aplicada a regra prevista no artigo 60 desta Lei Municipal. **(incluído pela Lei Nº 3.026/2012)**

§ 2° Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho, observadas as disposições contidas nos artigos 65 e 66 desta lei.

§ 3° Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, as que se referem ao caput, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson, espondiloartrose aniquilosante; nefropatia grave; estado avançado de doença de Paget; (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids e contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e hepatopatia, tudo em concordância com lista elaborada pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.

§ 4° O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 5° O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno, inclusive em casos de exercício de cargo eletivo. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 6° Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo médico-pericial conclusivo da medicina especializada, ratificado por junta Médica indicada pela **ITAPREVI**, ou por junta Médica do Município de Itaguaí, a aposentadoria por invalidez será devida a partir da data do ato de sua concessão.

§ 7º Toda concessão de aposentadoria por invalidez passará por avaliação periódica anual realizada pela equipe multiprofissional do **ITAPREVI**, nos termos do *caput* do Art. 37. **(parágrafo incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Subseção II

Da Aposentadoria Compulsória

Art. 38º O segurado será aposentado, automaticamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, com provento proporcional ao tempo de contribuição, calculado na estabelecida do Art. 60, não podendo ser inferior ao valor do salário mínimo federal. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Parágrafo único. A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

Subseção III

Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 39º O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 60, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III – 65 anos de idade, se homem, 62 anos de idade, se mulher e 25 anos de contribuição para ambos, sendo 10 anos no serviço público e 05 anos no cargo. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1° Os requisitos de idade e tempo de contribuições previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 2° Para fins do disposto no parágrafo anterior, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidade, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme estabelecidas em Lei Municipal n°2.588/06. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

§ 3° Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta da **ITAPREVI**, bem como, em todos os casos é vedada a contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 4° Para efeito de contagem de tempo mínimo de 10 (dez) anos no serviço público será considerado o efetivo exercício em cargo efetivo, função ou emprego público, ainda que descontínuo na Administração direta, autárquica ou fundacional, em qualquer ente da Federação.

§ 5° É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente de regime próprio de servidor de cargo efetivo com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. Essa vedação não se aplica aos Membros de Poder e aos Inativos que até 16 de dezembro de 1998 tenham ingressado novamente no serviço público por concurso de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime próprio, exceto e decorrentes de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal.

§ 6° O servidor que vier reingressar no serviço público depois de aposentado pelo regime previdenciário estabelecido nesta Lei, terá que optar pelo provento de aposentadoria ou pela remuneração, ao tomar posse no novo cargo.

§ 7º É assegurada a concessão de aposentadoria ao segurado com deficiência observada as seguintes condições: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I – aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem e 24 (vinte e quatro) anos se mulher, no caso de deficiência grave;

II – aos 29 (vinte nove) anos de tempo de contribuição, se homem e 24 (vinte e quatro) anos se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III – aos 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve;

IV – aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Art. 40º O tempo de serviço, considerado pela legislação vigente, para efeito de aposentadoria, será contado como tempo de contribuição, excluído o tempo fictício.

§ 1° Será computado, integralmente, o tempo de serviço público federal, estadual, distrital e municipal, restado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da lei.

Subseção IV

Da Aposentadoria por Idade

Art. 41º O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 60, desde que preencha, cumulativamente os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital e municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - 65 anos de idade, se homem, 62 anos de idade, se mulher. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Subseção V

Da Pensão por Morte

Art. 42º A pensão por morte concedida a dependente de segurado do Regime próprio de Previdência Social será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor, ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento). **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 05 (cinco); **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput* será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquele a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime geral de Previdência Social;

II – Uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de 10 (dez) pontos percentuais por dependente até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

III - Na hipótese de que trata o inciso II, aplica-se a vedação de inclusão no benefício de pensão por morte, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão ou de abono de permanência;

IV – Compreende-se na vedação do parágrafo anterior a previsão de incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício, ainda que mediante regras específicas.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 4º O tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias neste artigo, assim como enquadrar-se no rol de dependentes dos artigos 21 e 22 desta Lei. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica nos termos do artigo 37. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 6º Equiparam-se ao filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica através de instrumento público de dependência econômica, bem como termo de tutela expedido pelo Judiciário. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 7º Aplicam-se às pensões concedidas aos dependentes de servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Lei. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Art. 43º A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I - do dia do óbito, quando requerida:

a) pelo dependente maior de dezesseis anos de idade, até 30 (trinta dias) depois; e

b) pelo dependente menor de dezesseis anos de idade, até 30 (trinta dias) após completar essa idade.

II - do requerimento quando requerida após o prazo previsto no inciso I, ressalvado o direito próprio de menor;

III - da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou

IV - da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

Art. 44º A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

§ 1º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data.

§ 2º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

§ 3º A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 4º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020**)

§ 5º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020**)

Art. 45º A cota a pensão será extinta:

I - pela morte;

II - para o pensionista menor de idade, ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo, se inválido: ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto, neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior.

III - pela cessação da invalidez.

Parágrafo único. Com a extinção do direito do último pensionista extinguir-se-á a pensão.

Art. 46º Não faz jus a pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado morte do segurado.

Art. 47º O pensionista de que trata o § 4º do art. 42 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor da **ITAPREVI** o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo Ilícito.

Art. 48º A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observando o disposto no art.83.

Art. 49º É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do **ITAPREVI**, ressalvado as pensões decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal. **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º Será admitida, nos termos do parágrafo 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social, com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um Regime de Previdência Social, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de Regime próprio de Previdência Social, ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal, com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no §1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 01 (um) salário-mínimo, até o limite de 02 (dois) salários-mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 02 (dois) salários-mínimos, até o limite de 03 (três) salários-mínimos;

III – 20% (vinte por cento) do valor que exceder 03 (três) salários-mínimos; e

IV – 10% (dez por cento) do valor que exceder 04 (quatro) salários-mínimos.

§ 3º A aplicação do disposto no parágrafo 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta Lei.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor desta Lei poderão ser alteradas na forma do parágrafo 6º do artigo 40 e do parágrafo 15 do artigo 201 da Constituição Federal.

Art. 50º A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

Parágrafo único. A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

Art. 51º A pensão por morte dos dependentes do segurado, aposentado ou não, que faleceu antes de 20 de fevereiro de 2004, consistirá em valor correspondente ao que na data lhe era pago, corrigível e atualizado na mesma época e pelos mesmos índices de correção e atualização dos servidores em atividade.

CAPÍTULO VI

Do Abono anual

Art. 52º O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria ou pensão por morte pagos pela **ITAPREVI.**

Parágrafo único. O abono de que trata o *caput* será proporcional em cada ano ao numero de meses de benefício pago pela **ITAPREVI**, em que cada mês corresponderá a um doze avos (1/12), e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto ao benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

CAPÍTULO VII

Regras de transição

Art. 53º O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos: **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

I – 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos de idade, se homem, observado o disposto no parágrafo 1°;

II – 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;

III – 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;

IV – 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;

V – somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos parágrafos 2º e 3º.

§ 1º A partir de 01 de janeiro de 2022, a idade mínima a que se refere o inciso I do *caput* será de 57 (cinquenta e sete anos) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.

§ 2º A partir 01de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso V do *caput* será acrescida a cada ano de 01 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.

§ 3º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se refere o inciso V, do *caput* e o parágrafo 2º.

§ 4º Para o titular do cargo de professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental médio, os requisitos de idade e de tempo de contribuição de que tratam os incisos I e II do *caput* serão:

I- 51 (cinquenta e um) anos de idade, se mulher, e 56 (cinquenta e seis) anos de idade, se homem;

II- 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem;

III- 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem, a partir de 01 de janeiro de 2022.

§ 5º O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V, do *caput*, para as pessoas a que se refere o parágrafo 4º, incluídas as frações, será de 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de o1 de janeiro de 2020, 01 (um) ponto a cada ano até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

§ 6º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no parágrafo 8º, para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito à opção de que trata o parágrafo 16 do artigo 40 da Constituição Federal, desde que tenha, no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, ou, para os titulares do cargo de professor de que trata o parágrafo 4º, 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II – ao valor apurado na forma da lei, para o servidor público não contemplado no inciso I.

§ 7º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o parágrafo 2º do artigo 201, inciso I, da Constituição Federal e serão reajustados:

I – de acordo com o disposto no artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no incido I, do parágrafo 6º;

II – nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II, do parágrafo 6º.

§ 8º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo, dos proventos de aposentadoria com fundamento no disposto no inciso I, do parágrafo 6º, ou no

inciso I, do parágrafo 2º, do artigo 40, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei.

I – se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculados os indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

§ 9º Aos segurados que comprovem o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes vedadas à caracterização por categoria profissional ou ocupação, durante, no mínimo, 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos:

a) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, quando de tratar de atividade especial de 15 (quinze) anos de contribuição;
b) 58 (cinquenta e oito) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 20 (vinte) anos de contribuição;
c) 60 (sessenta) anos de idade, quando se tratar de atividade especial de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição.

§ 10º A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o parágrafo anterior será definida pelo Poder Executivo."

Art. 53º-A. O segurado ou o servidor público municipal que se tenha filiado ao Regime Próprio de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I-57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;

II-30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinto) anos de contribuição, se homem;

III- para os servidores públicos, 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria;

IV- período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

§1° Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamenta médio serão reduzidos, para ambos os sexos, os requisitos de idade e de tem de contribuição em 05 (cinco) anos.

§ 2° O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderá:

I – em relação ao servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31 de dezembro de 2003 e que não tenha feito a opção de que trata o § 16 do Art. 40 da Constituição Federal, a totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8° do Art. 4°; e

II - em relação aos demais servidores públicos e aos segurados do Regime Geral de Previdência Social, ao valor apurado na forma da Lei.

§3° O valor das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não será inferior ao valor a que se refere o §2° do Art. 201 da Constituição Federal e será reajustado:

I- de acordo com o disposto no Art. 7° da Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003, se cumpridos os requisitos previstos no inciso I do §2°;

II- nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social, na hipótese prevista no inciso II do §2°.

§4° Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social."

Art. 54, (**Revogado pela Lei n° 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 55 (**Revogado pela Lei n° 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 56 (**Revogado pela Lei n° 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 57 (**Revogado pela Lei n° 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 58 (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020**)

CAPÍTULO VIII

Do Abono de Permanência

Art. 59º O segurado ativo que tenha cumprido as exigências para se aposentar, voluntariamente, nas formas estabelecidas nos artigos 39 e 53 que optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da contribuição previdenciária até completar as exigências para a aposentadoria compulsória contida no artigo 38. **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 1º O abono previsto no *caput* será concedido, nas mesmas condições, ao servidor que, até a data da publicação desta Lei, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, com base nos critérios da legislação então vigente." **(alterado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

§ 2º O valor do abono de permanência será equivalente ao valor da contribuição efetivamente descontada do servidor, ou recolhida por este, relativamente a cada competência.

§ 3º O pagamento do abono de permanência é de responsabilidade do município e será devido à partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício conforme disposto no *caput* e § 1º, mediante opção expressa pela permanência em atividade.

§ 4º O recebimento do abono de permanência pelo servidor que cumpriu todos os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária, com proventos integrais ou proporcionais, em qualquer das hipóteses previstas nos Artigos 39, 53, 54, 55 e 75, conforme previsto no *caput* e § 1º, não constitui impedimento à concessão do benefício de acordo com outra regra vigente, desde que cumpridos os requisitos previstos para essas hipóteses. **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007)**

CAPÍTULO IX

Das Regras de Cálculo dos Proventos e Reajuste dos Benefícios

Art. 60º Para o cálculo dos proventos de quaisquer das aposentadorias referidas nos art. 37, 38, 39, 41 e 53 desta Lei será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios, utilizados como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações ou subsídios considerados no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice

fixado para atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do RGPS.

§ 2º Nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio, a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento seja considerado como de efetivo exercício.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º, não poderão ser:

I - inferior ao valor do salário mínimo federal;

II - superiores ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.

§ 5º As maiores remunerações de que trata o *caput* serão definidas depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 4º.

§ 6º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a regime previdenciário, esse período será desprezado do cálculo de que trata este artigo.

§ 7º Os proventos, calculados de acordo com o *caput*, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, observado o disposto nos arts. 79 e 81.

§ 8º Considera-se remuneração do cargo efetivo o valor constituído conforme disposto no art. 28, pelos vencimentos e vantagens pecuniárias permanentes desse cargo estabelecidas em lei, acrescido dos adicionais de caráter individual e das vantagens permanentes e / ou incorporáveis.

§ 9º Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais, conforme inciso III do art. 39, não se aplicando a redução de que trata o § 1º do mesmo artigo.

§ 10º A fração de que trata o *caput* será aplicada sobre o valor dos proventos calculado conforme este artigo, observando-se previamente a aplicação do limite de que trata o § 8º.

§ 11º Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em números de dias.

§ 12º Os benefícios e aposentadoria e pensão, de que tratam os art. 37, 38, 39, 41,42 e 53, serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data, em que der o reajuste dos benefícios do RGPS, pelo índice aplicado ao reajuste do RGPS. **(redação dada pela Lei 3.026/12)**

I - Os proventos de aposentadoria do servidor que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou serviu de referencia para concessão de pensão; **(incluído pela Lei 3.026/12)**

Art. 61º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 62º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 63º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 64º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 65º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 66º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 67º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 68º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 69º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 70º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 71º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 72º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 73º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 74º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 75º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 76º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020)**

Art. 77º (**Revogado pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020**)

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais Sobre os Benefícios

Art. 78º É vedada a inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo e comissão ou do abono de permanência de que trata o art. 59.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica às parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados conforme art. 60, respeitada, em qualquer hipótese, como limite, a remuneração do servidor no cargo efetivo.

Art. 79º Ressalvado o disposto nos art. 37 (Aposentadoria por invalidez) e 38 (Aposentadoria Compulsória), a aposentadoria vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

Art. 80º Para fins de concessão de aposentadoria pela **ITAPREVI** é vedada a contagem de tempos de contribuição fictício.

Parágrafo único. Para efeito do estabelecido no *caput* deste artigo, fica proibido a contagem em dobro de licenças não gozadas, férias prêmio e reconhecimento de tempo sem efetivo exercício, a partir de 16/12/1998.

Art. 81º Será computada, integralmente, o tempo de contribuição no Serviço Público Federal, Estadual, Distrital e Municipal, prestado sob a égide de qualquer regime jurídico, bem como o tempo de contribuição junto ao RGPS.

Art. 82º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, será vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta da **ITAPREVI.**

§ 1º O servidor inativo para ser investido em cargo público efetivo não acumulável com aquele que gerou a sua aposentadoria deverá renunciar aos proventos dessa; **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

§ 2º É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes de regime próprio de servidor titular de cargo efetivo, com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na CF, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei, de livre nomeação e exoneração; **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

§ 3º A redação prevista no parágrafo anterior não se aplica àqueles que, até 16/12/98, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na CF, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo

crime próprio, exceto se decorrente de cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal. **(Incluído pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

Art. 83º Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação de beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela **ITAPREVI**, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

Parágrafo único. È vedado o pagamento e a concessão de benefícios previdenciários de que trata esta Lei, mediante convênio, consórcio ou outra forma de associação entre a **ITAPREVI** ou o Município de Itaguaí com outros entes federativos.

Art. 84º O segurado aposentado por invalidez permanente e o dependente inválido, independentemente da sua idade, deverão, sob pena de suspensão do benefício, submeter-se, anualmente, a exame médico a cargo do órgão competente.

Art. 85º Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei será pago diretamente ao beneficiário.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica na ocorrência das seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - ausência, na forma da lei civil;

II - moléstia contagiosa;

III - impossibilidade de locomoção; ou

IV – invalidez decorrente de doença mental.

§ 2º Nas hipóteses prevista nos incisos I, II, e III do parágrafo anterior, o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico, não exceda de seis meses, renováveis.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso IV do parágrafo anterior, o benefício será pago ao tutor e/ou curador do beneficiário, mediante apresentação do termo judicial de tutela ou curatela, ainda que provisório.

§ 4º Os valores devidos pelo **ITAPREVI** ao servidor ao servidor aposentado do Instituto, não recebidos em vida, serão pagos em quotas iguais, aos dependentes habilitados na forma da legislação específica, e na sua falta, aos sucessores previstos na Lei Civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento." **(incluído pela Lei nº 3.893 de 17 de dezembro de 2020).**

Art. 86º Serão descontados dos benefícios pagos aos segurados e aos dependentes:

I - a contribuição prevista no inciso II e II do art.27;

II - o valor devido pelo beneficiário ao Município;

III - o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pela **ITAPREVI;**

IV - o imposto de renda retido na fonte;

V - a pensão de alimentos prevista em decisão judicial; e

VI - as contribuições associativas ou sindicais autorizadas pelos beneficiários.

Art. 87º Salvo em caso de divisão entre aqueles que a ele fizerem jus e na hipótese do Artigo 59, nenhum benefício previsto nesta Lei terá valo inferior a um salário-mínimo nacional. **(redação dada pela Lei 2.642 de 18 de dezembro de 2007).**

Art. 88º Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pela **ITAPREVI**, ressalvadas as aposentadorias previstas nos art. 39, 41, 53, 54, 55 e 56, que observarão os prazos mínimos previstos naqueles artigos.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no *caput*, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo em que o servidor estiver em exercício na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 89º Concedida a aposentadoria ou a pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

Art. 90º É vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal, até que lei complementar federal discipline a matéria.

Art. 91º Na concessão de benefícios garantidos pela **ITAPREVI**, observar-se-ão as características de condições de habilitação estabelecidas pela legislação federal em vigor na data do evento gerador do direito dos mesmos

Parágrafo único. A legislação do Regime Geral de Previdência Social, com seus critérios e requisitos, bem como as Orientações Normativas vigentes e expedidas pela Secretaria de Previdência Social serão fontes suplementares desta lei, em suas lacunas, dúvidas e interpretações.

Art. 92º Nenhuma prestação decorrente do regime previdenciário definido por esta Lei poderá ser criada, majorada ou estendida sem a correspondente fonte de custeio total.

CAPÍTULO XI

DO PATRIMÔNIO E DA SUA APLICAÇÃO

Art. 93º O patrimônio da **ITAPREVI** é autônomo e independente, livre e desvinculado de qualquer outra entidade.

Parágrafo único. Os bens patrimoniais e imóveis da **ITAPREVI** só poderão ser alienados ou gravados por proposta do Presidente da Autarquia, aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência, observadas as disposições legais específicas e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio.

Art. 94º A **ITAPREVI** aplicará o seu patrimônio, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Previdência, em planos que observem:

I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do Plano de Custeio;

II - garantia dos investimentos;

III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e

IV - liquidez compatível com fluxo dos compromissos previdenciários.

§ 1º O plano de Aplicação do Patrimônio, estruturado dentro das técnicas financeiras e atuariais, integrará plano de custeio.

§ 2º A administração do patrimônio poderá ser exercida por entidades financeiras que integrem o Sistema Financeiro Nacional, obedecendo as normas e critérios técnicos que visem segurança, liquidez e rentabilidade.

§ 3º A escolha obedecerá a critérios de performance e em conformidade com as regras do Ministério da Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central, observadas as reservas técnicas.

CAPÍTULO XII

Do Orçamento

Art. 95º O exercício financeiro da **ITAPREVI** coincide com o ano civil.

Art. 96º A Diretoria-Executiva da **ITAPREVI** apresentará ao Conselho Municipal de Previdência, o orçamento programa para o ano seguinte, justificado com a indicação dos correspondentes planos de trabalho.

§ 1º O orçamento da **ITAPREVI** e sua prestação de contas sujeitar-se-ão às disposições comuns às pessoas jurídicas de direito público.

§ 2º O prazo para aprovação do orçamento pelo Conselho Municipal de Previdência deverá observar a ata expressa da Lei Orgânica Municipal para publicação deste, juntamente com a Prefeitura.

§ 3º Dentro de trinta (30) dias, após a sua apresentação, o Conselho Municipal de Previdência decidirá sobre o orçamento-programa.

§ 4º Para a realização de planos, cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas provisões.

Art. 97º Durante o exercício financeiro, por proposta da Diretoria-Executiva das **ITAPREVI**, poderão ser autorizados, pelo Conselho Municipal de Previdência, créditos adicionais, desde que os interesses da **ITAPREVI** exijam e haja recursos disponíveis.

CAPÍTULO XIII

DOS BALANCETES E DO BALANÇO GERAL

Art. 98º A **ITAPREVI** deverá levantar Balancete, ao final de cada mês, e o Balanço Geral, ao término de cada exercício financeiro.

Art. 99º Além dos fundos especiais e provisões, o Balanço Geral e os Balancetes mensais consignarão, quando calculadas.

I - a reserva Matemática de Benefícios Concedidos;

II - a reserva Matemática de Benefícios a Conceder;

III - a reserva de Contingência;

IV - a reserva do Reajuste de Benefícios;

V - a reserva Matemática a Constituir, e

VI - o Déficit Técnico.

§ 1º Reserva Matemática de Benefícios Concedidos é a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela **ITAPREVI**, em relação aos segurados ou dependentes já em gozo de aposentadoria ou pensão, e o valor das contribuições que, pelos mesmos, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidas aos cofres da **ITAPREVI**, para sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

§ 2º Reserva Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela **ITAPREVI**, em relação aos segurados e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de aposentadoria ou pensão, e o valor atual das contribuições que, pelos mesmos, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da **ITAPREVI**, para sustentação dos referidos encargos, de acordo com plano de custeio vigente.

§ 3º Reserva de Contingência é a diferença entre o total de bens do Ativo e o total das obrigações do Passivo, no caso de ser positiva essa diferença.

§ 4º No caso de ser a diferença, referida no § 3º, superior a 25% (vinte e cinco por cento) da soma dos valores das reservas referidas nos parágrafos 1º e 2º, a Reserva de Contingência será

consignada com o valor equivalente ao daquele limite percentual, é o excesso, sob o título de Reserva de Reajuste de Benefícios.

§ 5º Reserva Matemática a Constituir é a diferença entre o total das obrigações do Passivo e o total de bens do Ativo, no caso de ser positiva essa diferença.

§ 6º Se a diferença referida no parágrafo anterior for superior à Reserva de Benefícios a Conceder a segurados que ainda não tenham preenchido as condições para o gozo da aposentadoria, a reserva a constituir será consignada com o valor equivalente ao daquele limite, o excesso, sob o título de Déficit Técnico.

CAPÍTULO XIV

Da Prestação de Contas

Art. 100º A prestação de contas da Diretoria-Executiva e o Balanço Geral do Exercício encerrado, acompanhado não só do parecer do Conselho Municipal de Previdência, como também as demais peças instrutivas, serão submetidas, até 28 de fevereiro do exercício seguinte, à apreciação do Conselho Municipal de Previdência que, sobre os mesmos, deverá deliberar até 31 de março.

§ 1º Após a aprovação do Conselho Municipal de Previdência, a prestação de contas e o Balanço Geral do exercício deverão ser encaminhados ao Executivo Municipal, à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério da Previdência Social.

§ 2º A **ITAPREVI** divulgará, em quadro próprio, os documentos referidos neste artigo, inclusive a demonstração do resultado do exercício.

§ 3º Mensalmente, até o último dia do mês subsequente, a **ITAPREVI** divulgará balancete mensal, relatórios contábeis e atuariais, além daqueles exigidos pelos órgãos normativos, reguladores e fiscalizadores, onde deverá ser respeitado o prazo fixado por cada órgão.

Art. 101º A aprovação, sem restrições, do Balanço Geral e da prestação de contas da Diretoria-Executiva, com parecer favorável do Conselho Municipal de Previdência, exonerará os Diretores da **ITAPREVI** de responsabilidade, salvo os casos de dolo, fraude ou simulação, posteriormente apurados na forma da lei.

CAPÍTULO XV

Do Orçamento, Balanços e Regime Contábil

Art. 102º Os orçamentos, a programação financeira e os balanços da **ITAPREVI** obedecerão aos padrões e normas instituídos por legislação específica, ajustada às suas peculiaridades.

§ 1º A escrituração contábil da **ITAPREVI** será distinta da mantida pelo Tesouro Municipal.

Art. 103º A **ITAPREVI** observará normas de contabilidade fixadas pelo órgão competente da União.

Parágrafo único. A partir da competência Janeiro de 2005, o plano de contas provado pela Portaria MPS nº 916, de 2003, será de utilização obrigatória.

Art. 104º A **ITAPREVI** publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativos financeiro e orçamentário das receitas e despesas previdenciárias e acumuladas no exercício em curso, e comprovante de repasses, nos termos da Lei nº 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99.

Parágrafo único. Os demonstrativos mencionados no *caput* serão no mesmo prazo, encaminhados ao Ministério da Previdência Social.

Art. 105º O Município encaminhará ao Ministério da Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do ano civil, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e seu regulamento, os Anexos da Portaria nº 4.992/99.

Art. 106º Será mantido registro individualizado dos segurados do regime próprio que conterá as seguintes informações:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV -valores mensais e acumulados da contribuição; e

V - valores mensais e acumulados da contribuição do ente federativo.

§ 1º Ao segurado serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado, mediante extrato anual, relativas ao exercício financeiro anterior.

§ 2º Os valores constantes do registro cadastral individualizado serão consolidados para fins contábeis.

CAPÍTULO XVI

Instâncias Administrativas

Art. 107º Caberá interposição de recurso, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da ciência oficial do ato:

I - para o Presidente, dos atos dos prepostos ou servidores da **ITAPREVI**;

II - para a Diretoria-Executiva, doa atos dos Diretores; e

III – para o Conselho Municipal de Previdência, dos atos da Diretoria-Executiva ou do Presidente.

CAPÍTULO XVII

Dos Procedimentos e das Limitações

Art. 108º Esta lei só poderá ser alterada por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Previdência e da Diretoria-Executiva, em reunião conjunta, sujeita à ratificação do Prefeito Municipal e à aprovação da Câmara Municipal.

Parágrafo único. As alterações desta lei não poderão:

I - contrariar o objetivo previdenciário da **ITAPREVI;**

II - prejudicar direitos, de qualquer natureza, consignados aos segurados e dependentes.

CAPÍTULO XVIII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 109º O Poder Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações encaminharão mensalmente a **ITAPREVI** relação nominal dos segurados e seus dependentes, valores de remunerações, remunerações de contribuição e contribuições respectivas.

Art. 110º Aplica-se a **ITAPREVI** os prazos prescricionais de que goza a Fazenda Pública do Município de Itaguaí, ressalvadas as disposições próprias desta Lei.

Art. 111º Os órgãos setoriais se pessoal ficam com a responsabilidade de comunicar, obrigatoriamente, a **ITAPREVI**, a ocorrência de pedido de abertura e encerramento de inquérito administrativo para apuração de faltas disciplinares de servidores, concessão de licenças sem vencimento e, cessão de servidores.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o responsável a responder por falha disciplinar grave.

Art. 112º Nenhuma prestação do Regime Previdenciário definida nesta Lei poderá ser objeto de transação, venda ou cessão.

Art. 113º É vedado a **ITAPREVI** prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se a qualquer título, bem como conceder empréstimo ao Município ou qualquer órgão, filiado ou não ao Sistema de Previdência de que trata esta Lei.

Art. 114º O Plano Atuarial para determinação das alíquotas de contribuição, tanto das patrocinadoras, quanto dos servidores, e o passivo atuarial a ser integralizado, deverá ser encaminhado pela Prefeitura ao Legislativo Municipal, com prazo de até 90 (noventa) dias, repetindo-se este procedimento sempre que o Plano Atuarial anual demonstrar a necessidade de revisão das taxas de contribuição, bem como de nova integralização da Reserva Técnica.

§ 1º O Município de Itaguaí, como entidade e direito público interno, fica responsável pela complementação do valor necessário à quitação das folhas de pagamento de quaisquer benefícios previdenciários previstos nesta Lei (aposentadorias e pensões), sempre que a receita decorrente das contribuições ou outras fontes de custeio se tornar insuficiente.

§ 2º Para integralização do fundo de Reserva Técnica da **ITAPREVI**, fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - alienar imóveis do Município;

II - contratar operação de financiamento, alongo prazo, no montante necessário para a complementação do fundo de Reserva Técnica;

III - utilizar recursos oriundos do processo de privatização de empresas públicas municipais; e

IV – transferir ao Instituto bens, direitos e ativos de qualquer natureza.

Art. 115º As normas necessárias ao funcionamento do Sistema Previdenciário de que trata esta Lei, assim como, aquelas necessárias para a concessão de benefícios e serviços a serem prestados, serão baixadas em Instrução Normativa da Diretoria-Executiva da **ITAPREVI**, após aprovação do Conselho Municipal de Previdência.

Parágrafo único. A Diretoria-Executiva da **ITAPREVI** designará Comissão para realizar levantamento e avaliação do patrimônio, elaborando relatório circunstanciado, do qual serão encaminhadas cópias ao Executivo Municipal, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 116º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

ANEXO I – DOS CARGOS COMISSIONADOS DA ITAPREVI

NOMENCLATURA	SÍMBOLO	VALOR
Presidente (alterado pela Lei 3.701 de 19/02/2019)	**PT**	**R$ 12.500,00**
Procurador Geral	**PG**	**R$ 12.000,00**
Controlador Geral	**CG**	**R$ 12.000,00**
Subprocurador Geral	**SPG**	**R$ 9.000,00**
Subcontrolador Geral	**SCG**	**R$ 9.000,00**
Diretor Geral Financeiro	**DGF**	**R$ 7.000,00**
Diretor de Benefícios	**DB**	**R$ 6.000,00**
Diretor de Recursos Humanos	**DRH**	**R$ 6.000,00**

ITAPREVI
298
Proc.: 200000174/26

Tesoureiro	**TS**	**R$ 5.000,00**
Diretor Atuário	**DA**	**R$ 5.000,00**
Diretor de Patrimônio e Almoxarifado	**DPA**	**R$ 5.000,00**
Diretor Contábil	**DC**	**R$ 5.000,00**
Ouvidor Geral	**OG**	**R$ 4.000,00**
Ouvidor Substituto	**OS**	**R$ 3.000,00**
Chefe de Gabinete da Presidência	**CGP**	**R$ 3.000,00**
Assessor Jurídico	**AJ**	**R$ 2.000,00**
Assessor da Presidência	**AP**	**R$ 1.500,00**
Assessores Administrativos	**AA**	**R$ 1.000,00**

Itaguaí, 17 de agosto de 2005.

CARLO BUSATTO JUNIOR

Este texto não substitui o Publicado em 23.08.2005

Copilado dos textos originais

ITAPREVI
Fls. 299
Proc.: 20000174/26

MODELO 8

RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS CONTRIBUINTES DO RPPS

Órgão: ITAPREVI		Município: Itaguaí	Exercício: 2026
1	Prefeitura Municipal		
2	Câmara Municipal		
3	ITAPREVI		
4			
5			
6			
7			
8			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

Nome: Elaine de Andrade Leite Ferreira			Responsável pela Elaboração
Matrícula: 21.414	Data: 26/05/2026	Assinatura:	Elaine de Andrade L. Ferreira Auxiliar Administrativo ITAPREVI Matr.: 21.414

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se o encerramento do presente Volume I do Processo Administrativo nº 200.000.174/2026, dando-se imediata sequência com a abertura do Volume II, conforme Lei Municipal 3.280/2014.

Itaguaí, 29 de junho de 2026.

Marcel Figueiredo Gonçalves
Diretor Contábil
Matrícula 16.928

Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Itaguaí

Número: 200.000.174

Início: 20.04.26

Exercício: 2026

Interessado: Itaprevi / Financeiro

Endereço e Telefone:

Assunto: Prestação de Contas Anual de 2025 - Volume II

Movimentação

Data	Órgão	Rubrica	Data	Órgão	Rubrica

Número: 200.000.174/2026

Juntada

Número e Ano do Processo Juntado	Data da Juntada	Nome do Requerente	Documentos Anexados

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, procedeu-se à abertura do **Volume II** do Processo Administrativo nº 200.000.174/2026, iniciando-se este volume na folha de número trezentos e um (301), em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.280/2014.

Itaguaí, 29 de junho de 2026.

Marcel Figueiredo Gonçalves
Diretor Contábil
Matrícula 16.928

MODELO 9

DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - CONSOLIDADO

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAÍ	Exercício: 2025

Lei nº: 3.376 / 2015 — **Data da Lei: 26 de Novembro de 2015**

Ano da Movimentação	Total das Parcelas Previstas em Lei - Valores Correntes (R$)	Total Parcelas Previstas Corrigidas (R$) (A)	Total das Parcelas efetivamente Repassadas (R$) (B)	Saldo a ser Repassado (R$) (C = A - B)
2021	R$ 38.770.065,16	R$ 38.770.065,16	R$ 38.770.065,16	R$ -
2022	R$ 45.077.233,34	R$ 45.077.233,34	R$ 45.077.233,34	R$ -
2023	R$ 51.506.667,88	R$ 51.506.667,88	R$ 29.317.478,40	-R$ 22.189.189,48
2024	R$ 58.060.183,38	R$ 58.060.183,38	R$ 9.676.697,24	-R$ 48.383.486,14
2025	R$ 64.739.618,53	R$ 64.739.618,53	R$ 21.579.872,84	-R$ 43.159.745,69
Total Lei			**R$ 144.421.346,98**	**-R$ 113.732.421,31**

Lei nº: 3.376 /2015 — **Data da Lei: 26 de Novembro de 2015**

Ano da Movimentação	Total das Parcelas Previstas em Lei Valores Correntes (R$)	Total Parcelas Previstas Corrigidas (R$) (A)	Total das Parcelas efetivamente Repassadas (R$) (B)	Saldo a ser Repassado (R$) (C = A - B)
Total Lei				

Valor registrado na conta Patrimonial "Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial" - R$ 21.579872,84 (anexar balancete)

Valor registrado na conta Patrimonial "Conta Única RPPS" - 605,78 (referente à Cobertura do Déficit Atuarial) (anexar balancete)

André Luiz da Silva Miranda
Tesoureiro Geral Financeiro
Matrícula: 34.656 - ITAPREVI

Nome: André Luiz da Silva Miranda			Responsável pela Elaboração Contábil: CRC - RJ: 111583/O-3
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2026	Assinatura:	

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.

Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves			Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107083/O
Matrícula: 16.928	Data: 30/05/2026	Assinatura:		

Marcel Figueiredo Gonçalves
Contabilista - 107.083/O - CRC/RJ
Matr.: 16.928

ITAPREVI
Fls: 302
Proc: 20000174/26

PARLEVI
Fls.: 303
Proc.: 2000.0174/26

MODELO 10.1

DEMONSTRATIVO DA TRANSFERÊNCIA RECEBIDA PARA A COBERTURA DO DÉFICIT FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO) - CONSOLIDADO

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

1ª ETAPA - VERIFICAÇÃO DE INDÍCIO DE DÉFICIT FINANCEIRO NO PLANO EM CAPITALIZAÇÃO - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
(A) ATIVOS GARANTIDORES DE BENEFÍCIOS	R$ 1.726.904.198,86
(B) PROVISÕES MATEMÁTICAS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R$ 971.651.310,32
(C) RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (A-B)	**R$ 755.252.888,54**

2ª ETAPA - CÁLCULO INERENTE AO MONTANTE DO DÉFICIT - NOTA TÉCNICA TCE-RJ N.º 07/2023

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
(D) RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO (**CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**)	
(E) DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO EXERCÍCIO	
(F) DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (D-E)	
(G) APORTE PARA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO EXERCÍCIO	
(H) RESULTADO FINANCEIRO (F+G)	
VALOR REGISTRADO NA CONTA PATRIMONIAL 4.5.1.3.2.02.01 - COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (Anexar Balancete)	

Nome: André Luiz da Silva Miranda — Responsável pela Elaboração

Matrícula: 34.656 | Data: 30/05/2026 | Assinatura:

Declaro que os valores acima descritos da etapa guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.

Responsável pelo Setor Contábil
André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Contador - CRC RJ: 111583/O-3
Matrícula: 34.656 - ITAPREVI

CRC-RJ nº 107083/O

Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves

Matrícula: 16.928 | Data: 30/05/2026 | Assinatura:

Marcel Figueiredo Gonçalves
Contabilista 107083/O - CRC/RJ
Matr.: 16.928

TUTORIAL 10.1

Utilizar informações constantes do Relatório de Avaliação Atuarial com data focal de 31/12 do exercício anterior ao exercício de análise.

Se o ativo garantidor for menor que a provisão matemática de benefício concedido (1ª Etapa), haverá indício de que o Fundo em Capitalização apresenta déficit financeiro. Nesse caso, o valor do déficit deverá ser calculado na forma estabelecida pela 2ª etapa.

OU

Se o ativo garantidor for maior ou igual à provisão matemática de benefício concedido (1ª Etapa), **INEXISTE** indício de déficit financeiro no Fundo em Capitalização. Nesse caso, não será necessário realizar o cálculo expresso na 2ª etapa.

Proc.: 220000124/26
Fls: 304

MAPREV
305
200000174126

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

MODELO 11

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS MANTIDOS PELO RPPS DE ACORDO COM AS NORMAS DEFINIDAS PELA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.963/2021

Órgão/Entidade: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES REGISTRADAS EM CURTO PRAZO E LONGO PRAZO

Nome do Investimento/CNPJ da Instituição	Resolução CMN º 4.963/2021		Política de Investimento	Valor da Aplicação (R$)	Percentual de Aplicação em Relação ao Patrimônio do RPPS
	Enquadramento	Percentual	Limite Superior		
NTN-B - 15/05/2035 - Curva - 5,970000% aa	7 I a	10,01%	100,00%	R$ 315.306,02	0,10%
NTN-B - 15/05/2035 - Curva - 6,035756% aa				R$ 31.726.645,43	9,91%
BB ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENC	7 I b	34,77%	100,00%	R$ 7.510.552,43	2,35%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO				R$ 1.349.056,51	0,42%
BB IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO				R$ 408.103,65	0,13%
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO				R$ 22.493.679,07	7,02%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO				R$ 15.561.988,49	4,86%
BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2026 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRI				R$ 19.669.957,59	6,14%
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA				R$ 10.824.832,41	3,38%
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP				R$ 8.948.945,18	2,79%
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA				R$ 382.181,57	0,12%
ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA				R$ 164.560,20	0,05%
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA				R$ 2.515.011,90	0,79%
ITAÚ SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES				R$ 21.504.036,43	6,72%
BB PERFIL RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO	7 III a	31,99%	60,00%	R$ 40.019.079,22	12,50%
BRADESCO PREMIUM RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI				R$ 35.193.692,91	10,99%
IMA-B 1000 FIC RENDA FIXA LP				R$ 43.081,34	0,01%
ITAÚ INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI				R$ 27.191.883,67	8,49%
LF BANCO MASTER 03/07/2034 IPCA + 7,80%	7 IV	20,30%	20,00%	R$ 32.691.413,40	10,21%
LF BANCO MASTER 28/06/2034 IPCA + 7,80%				R$ 32.300.978,98	10,09%
CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	8 I	27,19%	30,00%	R$ 1.990.246,34	0,62%
ITAÚ DUNAMIS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES				R$ 1.817.829,86	0,57%
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES				R$ 1.017.403,94	0,32%
ITAÚ MOMENTO 30 II RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES				R$ 4.177.090,21	1,30%
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO RESP LIMITADA FIF CIC MULTIMERCADO LP	10 I	9,87%	10,00%	R$ 416.183,76	0,13%
(A) VALOR TOTAL DAS APLICAÇÕES				**R$ 320.233.740,51**	**100,00%**
(B) VALOR TOTAL DAS PERDAS RECONHECIDAS EM INVESTIMENTOS					-
(C) VALOR TOTAL CONTÁBIL (C=A-B)					-

INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES REGISTRADAS EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nome do Investimento/CNPJ da Instituição	Resolução CMN º 4.963/2021		Política de Investimento	Valor da Aplicação (R$)	Percentual de Aplicação em Relação ao Patrimônio do RPPS
	Enquadramento	Percentual	Limite Superior		
NÃO HÁ INVESTIMENTOS APLICADOS EM CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA. O VALOR DE R$ 605,78(SEISCENTOS E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS) SÃO CORREPONDENTES DE SALDO EM CONTA CORRENTE EM 31/012/2025, CONFORME BALANÇO PATRIMONIAL.					
(A) VALOR TOTAL DAS APLICAÇÕES					
(B) VALOR TOTAL DAS PERDAS RECONHECIDAS EM INVESTIMENTOS					
(C) VALOR TOTAL CONTÁBIL (C=A-B)					

Nome ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA — Matrícula 34.656 — Data 19/06/2026 — Assinatura — Responsável pela Elaboração

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas

Nome MARCEL FIGUEIREDO GONÇALVES — Matrícula 16.928 — Data 19/06/2026 — Assinatura — Responsável pelo Setor Contábil — CRC-RJ nº 107 083/O RJ

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
CRC - RJ. 111583/O-8
Portaria - ITAPREVI
Matrícula: 34.656

Marcel Figueiredo Gonçalves
Contador - CRC/RJ 107.083/O
Matrícula: 16.928

306
Proc: 20000174/26

ITAPREVI
Fls. 307
Proc.: 20000174/26

Relatório de Avaliação Atuarial 2026

Itaguaí, 20 de março de 2026.

ITAPREVI
Fls. 308
Proc.: 200000174/26

Sumário

1. Introdução 3
2. Bases legais utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial 3
3. Bases Técnicas utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial 4
4. Base de Dados 6
5. Descrição dos Benefícios do Plano Previdenciário 10
6. Patrimônio de Cobertura 11
7. Provisões Matemáticas 13
8. Resultado Técnico 13
9. Duração do Passivo 15
10. Custo Administrativo 16
11. Custos Previdenciários 16
12. Plano de Custeio Normal 17
13. Plano de Custeio Suplementar 17
14. Equilíbrio Financeiro 21
15. Principais Riscos Atuariais 22
16. Conclusão 23

ITAPREVI
Fls: 309
Proc: 200000174/26

1. Introdução

A Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios Previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social, além de ser uma exigência legal, ela é utilizada para a organização e revisão dos planos de custeio e de benefícios, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial. Desta forma, a Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários do Município de ITAGUAÍ, denominado ITAPREVI, buscará garantir este equilíbrio, sendo um instrumento imprescindível, pois a partir dos resultados é possível indicar o plano de custeio dos compromissos previdenciários e estabelecer diretrizes para a elaboração de um plano de investimento, financiamento e gestão na adoção de políticas de longo prazo com responsabilidade social, que visem garantir os benefícios assegurados pelo plano por meio da arrecadação dos recursos necessários.

Esta Avaliação Atuarial foi desenvolvida considerando as seguintes etapas:

- ✓ Análise da base legal aplicada ao segmento de Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS;
- ✓ Análise das normas específicas em vigor no RPPS (Lei do instituto de Previdência);
- ✓ Análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- ✓ Análise dos Planos de custeio e de benefícios e dos demonstrativos previdenciários;
- ✓ Seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos do plano e a realização do Cálculo Atuarial;
- ✓ Análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilização de Plano de Custeio; e
- ✓ Comparação dos resultados da última avaliação atuarial realizada para o grupo de servidores ativos, aposentados e pensionistas do Município.

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do exercício de 2026 do Instituto de Previdência, realizada na posição de 31/12/2025, utilizando a base de dados cadastrais de 31/10/2025, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio Normal do Plano, bem como o Plano de Amortização do Resultado Técnico, caso necessário, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus Gestores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas em Lei.

A metodologia utilizada para elaboração desta Avaliação Atuarial encontra-se formalizada na Nota Técnica Atuarial, documento que descreve os regimes financeiros, métodos de financiamento, hipóteses atuariais, critérios de cálculo e demais procedimentos técnicos adotados na mensuração dos compromissos previdenciários do plano.

2. Bases legais utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial

A Avaliação Atuarial foi desenvolvida em observância a legislação em vigor, bem como as instruções e demais normas emitidas pela Secretaria de Previdência Social aplicáveis a elaboração das avaliações atuariais dos RPPS. A seguir destacamos os principais normativos observados para realização deste Estudo atuarial (em vigor na data de referência do Estudo):

ARTIGO 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA
Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Nota: Destaca-se no normativo que em seu Art. 2º estabelece que: A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição (Redação dada pela Lei no 10.887, de 18/06/2004).

PORTARIA Nº 509, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013
Dispõe sobre a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

PORTARIA/MTP Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022
Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Nota: O demonstrativo contábil das provisões matemáticas deve atender a que estabelece a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, além das Instruções de Procedimentos Contábeis emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

3. Bases Técnicas utilizadas na elaboração da Avaliação Atuarial

A Base Técnica Atuarial é composta por todas as premissas, hipóteses e técnicas matemáticas, dentre outras, que norteiam o cálculo da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC), da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBAC), do Custo Normal (CN) e do Custo Suplementar (CS) do Plano de Benefícios Previdenciário de caráter mutualista, que possui por princípio que os riscos são distribuídos entre a coletividade. Foram consideradas neste estudo as bases técnicas que entendemos serem aderentes às características da massa de participantes:

3.1. Regimes e Métodos de Financiamento adotados:

O Regime Financeiro adotado para avaliar o conjunto dos Benefícios do Plano é o Regime de Capitalização, Regime este que objetiva a o fluxo de contribuições, aplicadas durante o período de acumulação, é

ITAPREVI
Fls: 311
Proc: 2000001/74/26

determinado de modo a gerar receitas capazes de produzir montantes equivalentes aos valores atuais dos benefícios avaliados segundo esse regime.

O Método de Financiamento adotado para financiar o conjunto dos Benefícios do Plano é o Crédito Unitário Projetado, que é um método de financiamento utilizado na avaliação atuarial que percebe cada período como originando uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente para constituir a obrigação final (o que algumas vezes é chamado de método de benefício acumulado proporcional ao tempo de serviço ou como método de anos/benefício de serviço).

Tabela: Regime Financeiro e Método de Financiamento

Benefícios do Plano	Regime Financeiro e Método de Financiamento
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA
Aposentadorias Programadas	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – IDADE DE ENTRADA NORMAL
Aposentadoria Especial - Professor	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – IDADE DE ENTRADA NORMAL
Pensão Por Morte de Servidor em Atividade	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário ou Compulsório	REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO – IDADE DE ENTRADA NORMAL
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	REGIME FINANCEIRO DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA

3.2. Hipóteses Atuariais adotadas:

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve se certificar de que as hipóteses selecionadas são adequadas. A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas apresentadas nesta Avaliação Atuarial:

Tabela: Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras

Hipóteses Demográficas, Econômicas e Financeiras	Valor
Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício	5,51% ao ano
Projeção de Crescimento Real do Salário	1% ao ano
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0% ao ano
Projeção da Taxa de Inflação de Longo Prazo	0% ao ano
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios	97,24%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	97,24%
Projeção da Taxa de Rotatividade	Nula
Composição Familiar - Servidores em atividade	Experiência do Atuário $H_x^{(12)}$
Composição Familiar – Aposentados e Pensionistas	Experiência do Atuário $H_x^{(12)}$
Hipótese Adotada para Entrada em Aposentadoria	Aposentadoria ao completar os requisitos

Tabela: Hipóteses Biométricas

Hipóteses Biométricas	Valor
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Laborativa	IBGE 2024 – Segregada por Sexo - Extrap MPS
Tábua de Mortalidade de Válido - Fase Pós Laborativa	IBGE 2024 – Segregada por Sexo - Extrap MPS
Tábua de Mortalidade de Inválido	IBGE 2023 – Masculina - Extrap MPS
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas

A elevação da taxa real de juros de 4,95% ao ano, adotada no ano de 2025, para 5,51%, adotada no ano de 2026, reduziu o valor das provisões matemáticas em **R$ 122.686.289,20** na posição de 31/12/2025.

As hipóteses atuariais adotadas observaram os parâmetros estabelecidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022, considerando a duration do passivo apurada para o plano e as tábuas biométricas mais recentes disponibilizadas pelo IBGE e divulgadas pela Secretaria de Previdência. Considerando a disponibilidade das informações cadastrais e as características da massa de segurados do ITAPREVI, as hipóteses adotadas foram consideradas adequadas para a elaboração da presente avaliação atuarial. Adicionalmente, informo que anualmente são realizados estudos das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, com o objetivo de subsidiar futuras avaliações atuariais e aperfeiçoar continuamente a adequação das premissas utilizadas aos dados observados no regime.

A alteração da tábua de mortalidade geral IBGE 2023 – Segregada por Sexo - Extrap MPS, adotada no ano de 2025, para IBGE 2024 – Segregada por Sexo - Extrap MPS, adotada no ano de 2026, elevou o valor das provisões matemáticas em **R$ 3.722.248,78** na posição de 31/12/2025.

A alteração da tábua de mortalidade de Inválidos IBGE 2022 – Masculina - Extrap MPS, adotada no ano de 2025, para IBGE 2023 – Masculina - Extrap MPS, adotada no ano de 2026, elevou o valor das provisões matemáticas em **R$ 102.637,41** na posição de 31/12/2025.

4. Base de Dados

Foram realizados testes de consistência que indicaram a necessidade de adequações anteriormente à realização dos estudos técnicos, considerando inclusive a alteração do prestador de serviços responsável pela administração dos sistemas de dados do Ente. Novas versões nos foram encaminhadas sendo a última considerada razoável para o início da avaliação atuarial.

A base de dados apresentada pelos órgãos responsáveis da administração e câmara do Município e pelo próprio Instituto de Previdência possui qualidade razoavelmente satisfatória para a realização do cálculo atuarial, sendo que algumas informações foram estimadas dentro dos princípios atuariais mais conservadores. O banco de dados cadastral foi analisado e as inconsistências encontradas foram corrigidas.

A base de dados utilizada nesta avaliação contém informações dos servidores ativos e aposentados do Município, bem como dos dependentes destes servidores e, ainda, as informações cadastrais dos pensionistas. Todos os dados e informações, principalmente no que se refere aos dados dos servidores efetivos ativos, inativos, seus respectivos dependentes e pensionistas utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial, foram fornecidos no período que antecede sua realização, em arquivos digitais, via e-mail, pelo Instituto de Previdência, segundo layout desenvolvido pela Secretaria de Previdência, com as seguintes datas-bases:

· Data-base dos dados: 31/10/2025;
· Data da avaliação: 31/12/2025; e
· Data da elaboração da avaliação: 05/03/2026.

A manutenção da predominância da população ativa sobre a população assistida constitui fator relevante para a sustentabilidade do regime. Nesse contexto, torna-se importante o acompanhamento da reposição dos servidores que vierem a se aposentar, de forma a preservar a base contributiva do RPPS e reduzir os efeitos decorrentes do processo natural de maturação da massa de segurados.

Destaco também a importância da realização de recadastramentos periódicos junto aos atuais servidores ativos, aposentados e pensionistas, para que se mantenham os dados cadastrais e funcionais sempre

ITAPREVI
Fls: 313
Proc: 2000000174/26

atualizados e adequados às próximas avaliações atuariais, com ênfase as informações relativas ao tempo de serviço anterior a Prefeitura, em linha com o Art. 15 da Orientação Normativa SPS Nº 02/2009, descrita a seguir:

"II- procederá a recenseamento previdenciário, com periodicidade não superior a cinco anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;"

4.1. Estatística da Base de Dados

A base cadastral dos Servidores, Aposentados e Pensionistas do Instituto de Previdência apresenta a seguinte estatística na posição de 31/10/2025:

Tabela: Análise estatística dos dados cadastrais

População Coberta	Quantidade			Média B. de Cálculo / Benefício		Idade Média		Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Total
Servidores Sem Critério Diferenciado	2396	990	3386	R$ 4.706,18	R$ 5.506,22	49,22	49,27	R$ 11.276.004,98	R$ 5.451.161,65	R$ 16.727.166,63
Professores	975	40	1015	R$ 5.226,68	R$ 5.510,77	48,34	49,30	R$ 5.096.012,44	R$ 220.430,68	R$ 5.316.443,12
Aposentados por Invalidez	99	29	128	R$ 2.879,81	R$ 3.577,62	63,02	63,66	R$ 285.100,72	R$ 103.750,95	R$ 388.851,67
Aposentados por Idade	68	14	82	R$ 1.818,80	R$ 5.477,46	67,87	70,64	R$ 123.678,18	R$ 76.684,49	R$ 200.362,67
Aposentados por Tempo de Contribuição	819	114	933	R$ 6.954,38	R$ 10.939,60	69,19	73,04	R$ 5.695.634,57	R$ 1.247.113,88	R$ 6.942.748,45
Aposentados por A. Compulsória	18	2	20	R$ 3.202,86	R$ 2.043,79	68,44	67,50	R$ 57.651,42	R$ 4.087,57	R$ 61.738,99
Pensionistas	157	131	288	R$ 4.039,34	R$ 2.771,60	60,86	54,98	R$ 634.176,03	R$ 363.080,00	R$ 997.256,03

Tabela: Análise da folha mensal total de salários dos dados cadastrais

População Coberta	Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total
Servidores Sem Critério Diferenciado	R$ 11.276.004,98	R$ 5.451.161,65	**R$ 16.727.166,63**
Professores	R$ 5.096.012,44	R$ 220.430,68	**R$ 5.316.443,12**
Total	**R$ 16.372.017,42**	**R$ 5.671.592,33**	**R$ 22.043.609,75**

Tabela: Análise da folha mensal total de benefícios dos dados cadastrais

População Coberta	Valor da Folha Mensal		
	Fem.	Masc.	Total
Aposentados por Invalidez	R$ 285.100,72	R$ 103.750,95	**R$ 388.851,67**
Aposentados por Idade	R$ 123.678,18	R$ 76.684,49	**R$ 200.362,67**
Aposentados por Tempo de Contribuição	R$ 5.695.634,57	R$ 1.247.113,88	**R$ 6.942.748,45**
Aposentados por A. Compulsória	R$ 57.651,42	R$ 4.087,57	**R$ 61.738,99**
Pensionistas	R$ 634.176,03	R$ 363.080,00	**R$ 997.256,03**
Total	**R$ 6.796.240,92**	**R$ 1.794.716,89**	**R$ 8.590.957,81**

Gráfico: Distribuição da quantidade das classes dos dados cadastrais

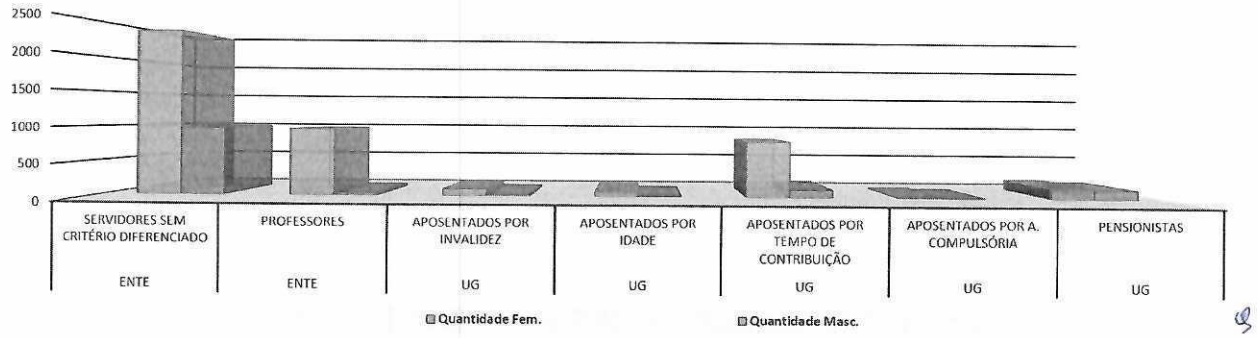


Gráfico: Distribuição das médias de salários e benefícios das classes dos dados cadastrais

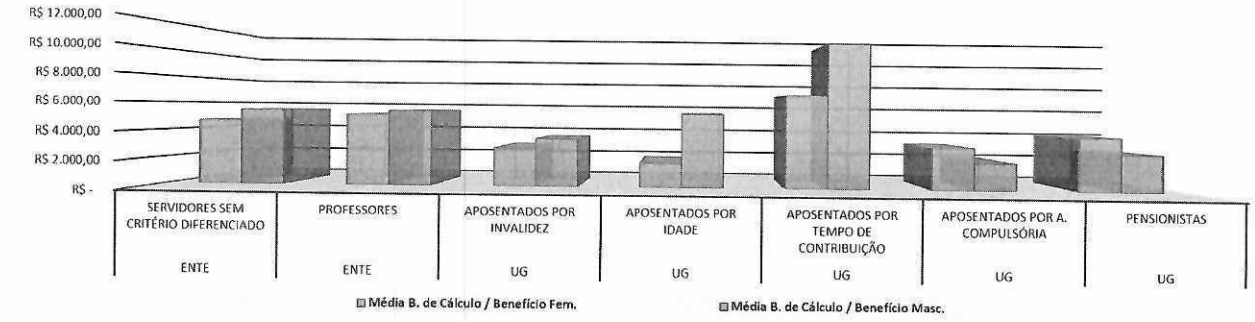


Gráfico: Distribuição das folhas de salários das classes dos dados cadastrais

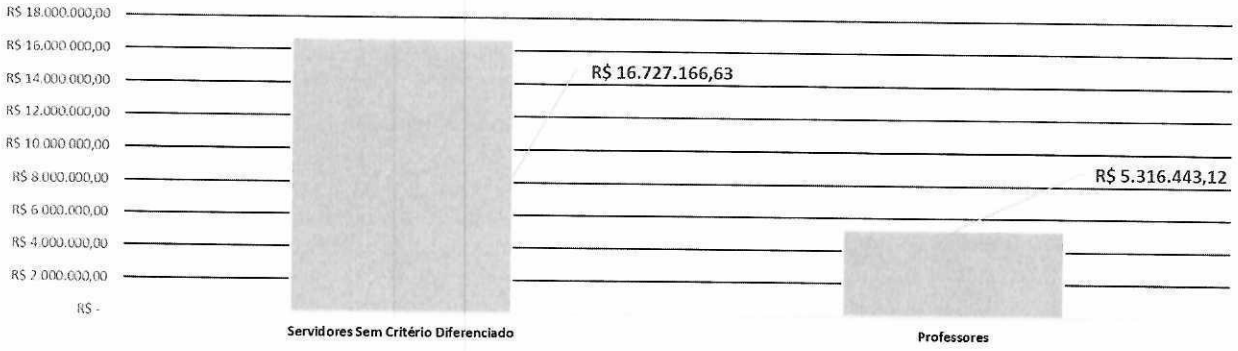
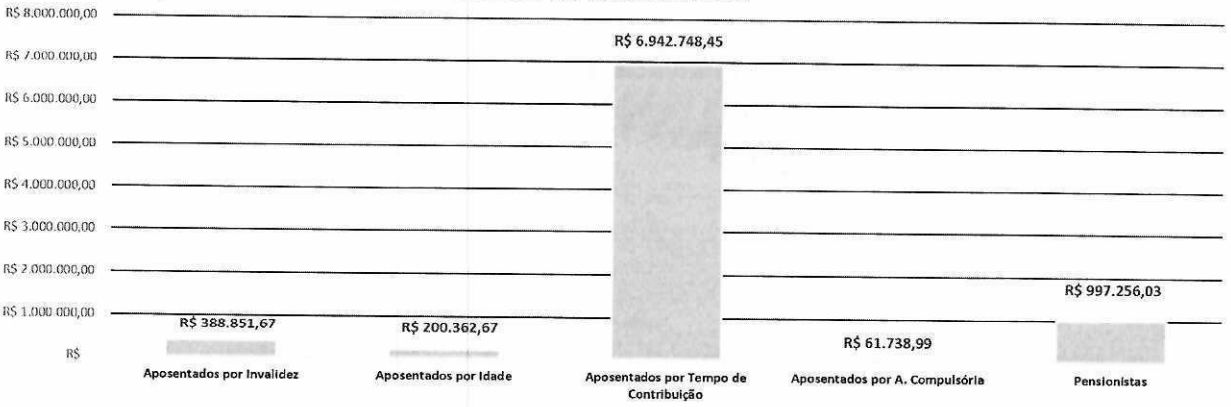


Gráfico: Distribuição das folhas de benefícios das classes dos dados cadastrais



As informações acima apresentam o perfil estatístico da população vinculada ao RPPS do Município de Itaguaí, classificada por sexo (feminino e masculino) e organizada conforme os seguintes atributos: quantidade de segurados, média do benefício ou base de cálculo, idade média e valor da folha mensal de benefícios ou remunerações.

Esta segmentação permite uma visão detalhada da composição demográfica e financeira da massa de segurados, sendo essencial para a análise atuarial, especialmente na definição das hipóteses biométricas e demográficas, como mortalidade, invalidez, tempo de contribuição e expectativa de vida futura da população.

A observação das idades médias e das médias de benefício ou base de cálculo permite avaliar o grau de maturidade do plano, bem como os potenciais impactos futuros sobre as provisões matemáticas. Já a

análise da folha mensal por sexo permite identificar eventuais concentrações de risco, desigualdade de valores entre grupos e sua implicação no custo atuarial e financeiro do regime.
A estrutura apresentada contribui ainda para o acompanhamento de tendências, tais como:

Crescimento ou envelhecimento da massa;

Proporção entre ativos e assistidos;

Distribuição por sexo e respectivas diferenças salariais e de benefício;

Avaliação do impacto da massa atual sobre a sustentabilidade futura do plano.

Esse conjunto de dados fundamenta os cálculos atuariais projetivos e contribui para o planejamento de políticas públicas previdenciárias de longo prazo, sendo também um importante instrumento de transparência e controle social do RPPS.

A base de dados de 31/10/2025 permite observar importantes diferenciações entre os grupos de servidores ativos e assistidos, com reflexos diretos nas projeções atuariais e no comportamento do passivo previdenciário do regime.

Servidores Ativos

Total: 4.401 servidores ativos, sendo 3.371 mulheres e 1.030 homens.

A idade média apurada é de 48,7 anos, evidenciando uma massa funcional com grau relevante de maturidade, já em trajetória de aproximação da elegibilidade aos benefícios previdenciários.

A base média de contribuição corresponde a R$ 5.087,07, observando-se diferença entre os sexos, com média de R$ 5.506,41 para os homens e R$ 4.857,04 para as mulheres.

A folha mensal de contribuições totaliza R$ 22.043.609,75, configurando-se como a principal fonte de financiamento corrente do regime.

Assistidos (Aposentados e Pensionistas)

Total: 1.451 assistidos, sendo 1.161 mulheres e 290 homens.

A idade média é de 67,8 anos, refletindo uma população já exposta de forma significativa ao risco de longevidade, o que demanda especial atenção na aderência das hipóteses biométricas adotadas.

O benefício médio corresponde a aproximadamente R$ 5.919,34 para os homens e R$ 5.854,55 para as mulheres, demonstrando relativa proximidade entre os valores médios percebidos pelos assistidos.

A folha mensal de benefícios atinge o montante de R$ 8.590.957,81, representando aproximadamente 39% da folha mensal dos servidores ativos.

A relação entre a massa de servidores ativos e assistidos, aliada às suas características demográficas e econômicas, evidencia que o ITAPREVI ainda se encontra em fase de predominância contributiva, com forte dependência da arrecadação dos servidores em atividade. Todavia, a estrutura etária observada indica uma

tendência consistente de envelhecimento da massa, com consequente expansão futura da folha de benefícios. Esse movimento reforça a necessidade de acompanhamento contínuo da reposição de servidores, rigor no processo de concessão de benefícios e adequada gestão dos investimentos, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime no longo prazo.

5. Descrição dos Benefícios do Plano Previdenciário

Para fins de apuração do custo previdenciário desta avaliação atuarial, foram considerados os benefícios previdenciários descritos abaixo, que são previstos na legislação federal:

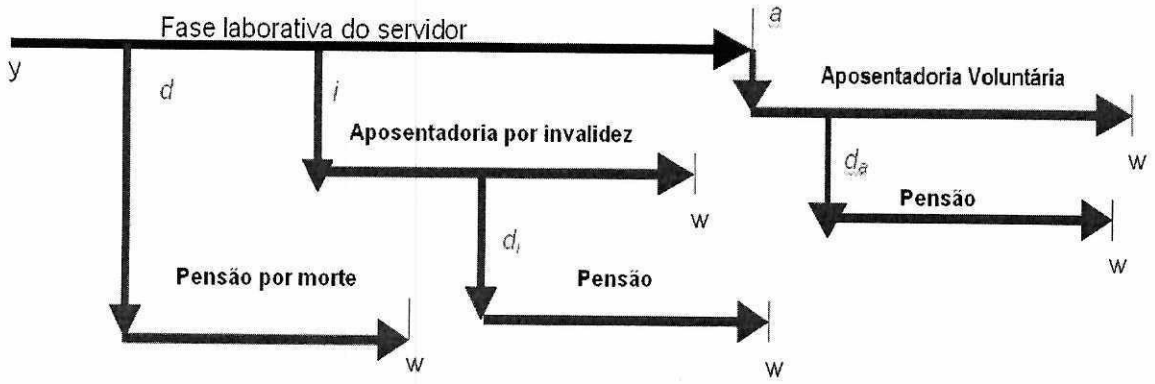
I - Quanto ao segurado:[1]

a) aposentadoria por invalidez;
b) aposentadoria compulsória;
c) aposentadoria por idade;
d) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
e) aposentadoria especial do professor;
f) salário-família;
g) salário-maternidade; e
h) auxílio-doença.
II - Quanto ao dependente:

a) pensão por morte; e
b) auxílio-reclusão.

A partir da data de vinculação ao RPPS, o servidor está sujeito a possibilidade de deixar de ser servidor ativo por motivo de exoneração, morte ou aposentadoria voluntária, compulsória ou por invalidez. Em caso de morte em gozo de aposentadoria, há ainda a possibilidade de reversão do benefício em pensão. O esquema a seguir ilustra esta evolução ao longo do tempo.

Gráfico: Definições das fases percorridas pelos servidores, aposentados e pensionistas nos Planos Previdenciários



· y: ingresso no RPPS;

[1] Os auxílios possuem cobertura integral pelo Ente, não fazendo assim, parte dos compromissos previdenciários do ITAPREVI.

· d: a morte do servidor ativo
· i: entrada em invalidez do servidor ativo;
· di: a morte do aposentado por invalidez;
· a: idade de elegibilidade do servidor ativo ao benefício de Aposentadoria Programada (voluntária);
· da: morte do aposentado voluntário ou compulsório;
· w: extinção do benefício.

A morte do servidor ativo gera ao Regime a obrigação de pagar o benefício de pensão vitalícia ou temporária aos dependentes, no caso do servidor ser casado e/ou possuir dependentes. Já a entrada em estado de invalidez ocasiona obrigatoriamente o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez ao próprio servidor inválido durante a sua sobrevida. Caso o aposentado por invalidez venha a falecer, deixará aos seus dependentes (caso os tenha) o direito de receber a pensão dela decorrente, conforme as regras que regem o Plano. Estes benefícios são conhecidos como benefícios de risco, uma vez que sua concessão é aleatória e involuntária. Caso o servidor percorra toda a extensão da fase laborativa, vivo e válido, tornar-se-á elegível ao benefício de aposentadoria voluntária ou compulsória. Estes benefícios são conhecidos como benefícios programados, uma vez que suas concessões são previsíveis e voluntárias. O servidor receberá, a partir de então, sua renda de inatividade até o seu falecimento. Assim como no benefício de invalidez, há a possibilidade de reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos dependentes legais.

6. Patrimônio de Cobertura

Entende-se por ativos garantidores dos benefícios previdenciários o somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos e avaliados pelo seu valor justo, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, excluídos os recursos relativos ao financiamento do custo administrativo do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição simples e de repartição de capitais de cobertura. Para a produção da presente avaliação atuarial foi utilizado o valor de R$ 614.664.738,97 como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2025, conforme informado pelo setor financeiro do ITAPREVI para realização da avaliação Atuarial de 2026.

Nota: O referido patrimônio será comparado às provisões matemáticas para se apurar o resultado técnico do Plano. Entende-se por provisão matemática o montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo, considerando também as contribuições futuras.

Atendendo as necessidades de contabilização no novo layout contábil estabelecido aos RPPS através de IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, que necessita informar o valor atual do plano de amortização do déficit nos ativos garantidores, informamos que o ITAPREVI realizou o procedimento de contabilização do valor atual do plano de amortização do déficit na posição de 31/12/2025, que foi de R$ 1.112.239.459,89, nos ativos garantidores juntamente ao patrimônio de cobertura informado pela Diretoria Financeira do ITAPREVI de R$ 614.664.738,97.

Neste contexto, o novo layout contabilizado no ITAPREVI indica a seguintes contas, conforme disposto no IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS:

Sabendo que o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 1.112.239.459,89, passar a ser contabilizado no grupo 1.1.3.6.2.04.00 – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS, conforme orientado na apresentação encaminhada pela Diretoria Financeira, que em sua página 28 demonstra que:

"Nas EFPCs, houve a mudança de entendimento (redutora de passivo para ativo), conforme Instrução Previc n° 31 de 20 de Agosto de 2020:

Art. 22. As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidads de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial", no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no "(-) Provisões Matemáticas a Constituir", no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme caput."

"De redutoras do passivo para contas de ativo: registro do direito decorrente do plano de amortização contratado pelo patrocinador, grupo 1.1.3.6.2.04.00 e 1.2.1.1.2.08.xx – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS;"

"São redutoras da Provisão Matemática: Cobertura da Insuficiência Financeira e as Contribuições do ente, do servidor, aposentado ou pensionista; mas o Aporte periódico para equacionamento do déficit atuarial não reduz o VABF, possui características de ativo (crédito a receber) do RPPS e obrigação do ente;

Observando que, conforme descrito na página 29 desta apresentação:

"Identificado desequilíbrio atuarial, ou superavit, o parecer atuarial indicará os ajustes necessários para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Nesse caso o RPPS se utilizará das contas:

➢ *2.3.6.2.1.01.00, quando os ajustes a serem realizados forem relativos às Reservas Atuariais- Fundo em Capitalização; e*

➢ *2.3.6.2.1.04.xx e 2.3.6.2.1.05.xx quando os ajustes a serem realizados forem relativos aos Fundos para Oscilação de Riscos.*

Os referidos valores não atendem ao conceito de passivo e possuem natureza de reservas, uma vez que se referem a resultados acumulados de períodos anteriores."

Neste contexto, o valor dos ativos garantidores considerado nesta avaliação atuarial foi de R$ 614.664.738,97, como o somatório dos bens e direitos vinculados ao Plano, posicionado em 31/12/2025, mais o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 1.112.239.459,89, totalizando o valor de R$ 1.726.904.198,86.

O procedimento de contabilização do valor presente do plano de amortização do déficit atuarial nos ativos garantidores foi objeto de discussão técnica com representantes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, em reunião realizada na sede do ITAPREVI no contexto da Nota Técnica nº 07/2023, bem como com a Secretaria de Previdência em reunião promovida por meio do sistema CADPREV. Considerando a evolução dos entendimentos contábeis aplicáveis aos RPPS, a necessidade de manutenção desse tratamento contábil deverá continuar sendo acompanhada e reavaliada pela Diretoria Financeira do ITAPREVI ao longo do exercício de 2026.

7. Provisões Matemáticas

Provisão Matemática é a conta do Passivo Atuarial que expressa a projeção de todos os compromissos atuariais presentes no Plano de Benefícios Previdenciários, representativa assim da totalidade dos compromissos líquidos do plano para com seus segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas). Ou seja, representa a diferença entre benefícios previdenciários futuros e contribuições futuras trazidos financeiramente a data presente do cálculo (valor presente) considerando-se uma determinada taxa de juros. A Provisão Matemática é de Benefícios Concedidos quando se refere aos servidores aposentados e pensionistas e de Benefícios a Conceder quando se refere aos servidores ativos, com projeções feitas para antes e após sua data prevista para aposentadoria. As provisões matemáticas foram avaliadas em 31/12/2025 apresentando os valores de:

Tabela: Resultados a valor presente

Conta	Descrição	Geração Atual
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.724.738.195,49**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**971.651.310,32**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.052.257.082,74**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	27.535.063,59
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	457.854,69
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	52.612.854,14
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**753.086.885,17**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.289.272.678,25**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	297.929.784,74
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	173.792.374,43
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	64.463.633,91

8. Resultado Técnico

Ao se calcular a diferença entre o Patrimônio de Cobertura e as Provisões Matemáticas, pode-se avaliar o Resultado Técnico do Plano, verificando se ele é superavitário, resultado positivo, ou deficitário, resultado negativo. O quadro a seguir apresenta este resultado levando em consideração as obrigações, denominadas de Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Instituto de Previdência:

Tabela: Resultados a valor presente

Conta	Descrição	Geração Atual
2.3.0.0.0.00.00	**ATIVO GARANTIDORES DO COMPROMISSO DO PLANO**	**1.726.904.198,86**
2.2.7.2.1.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO**	**1.724.738.195,49**
2.2.7.2.1.03.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**971.651.310,32**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.052.257.082,74**
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	27.535.063,59
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃOO DO RPPS	457.854,69
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	52.612.854,14
2.2.7.2.1.04.00	**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**753.086.885,17**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**1.289.272.678,25**
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	297.929.784,74
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	173.792.374,43
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	64.463.633,91
2.3.7.1.1.00.00	**RESULTADO ATUARIAL**	**2.166.003,37**

Os resultados apresentados na tabela acima demonstram que, na data-base de 31/12/2025, o Instituto de Previdência de Itaguaí – ITAPREVI apresentou equilíbrio financeiro e atuarial, com resultado técnico positivo de R$ 2.166.003,37. Esse superávit decorre da contabilização do valor presente do plano de amortização do déficit atuarial, conforme preconizado pelo novo tratamento contábil estabelecido pelo IPC 14 da Secretaria de Previdência, que autoriza o registro do referido plano como ativo realizável do RPPS.

É importante destacar que, excluído o valor presente do plano de amortização (R$ 1.112.239.459,89), o patrimônio de cobertura efetivo do Regime representa apenas 35,64% do total das provisões matemáticas

ITAPREVI
Fls. 320
Proc.: 20000174126

de benefícios concedidos e a conceder. Ou seja, o equilíbrio técnico do plano depende essencialmente da manutenção e fiel cumprimento dos aportes mensais pactuados pelo Ente Federativo.

Dessa forma, para que esse equilíbrio seja mantido ao longo do tempo, será fundamental que:

Os repasses financeiros decorrentes do plano de amortização do déficit sejam efetuados nos prazos legais e em sua integralidade;

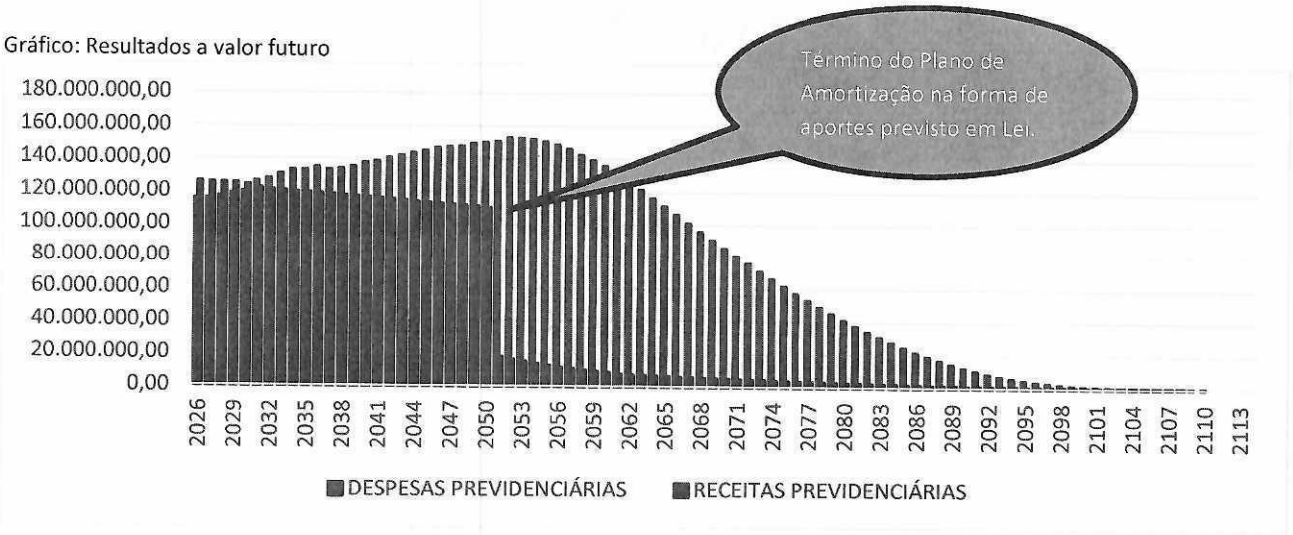
Os investimentos dos recursos garantidores sejam realizados com prudência e foco na rentabilidade suficiente para atingir ou superar a meta atuarial fixada (taxa real de 5,51% ao ano);

O plano seja monitorado periodicamente quanto à liquidez e à evolução dos compromissos futuros, de forma a antecipar quaisquer riscos de desequilíbrio.

Este cenário evidencia o papel estratégico do plano de amortização como instrumento de equilíbrio técnico, mas também alerta para a necessidade de disciplina na execução orçamentária, financeira e atuarial do Regime.

Destaca-se que os resultados apresentados nesta avaliação atuarial foram elaborados com base nos valores contábeis informados pela Diretoria Financeira do ITAPREVI na posição de 31/12/2025. Dentre os ativos garantidores considerados encontram-se investimentos em Letras Financeiras vinculadas ao Banco Master no montante de R$ 64.992.392,38, representando aproximadamente 20,29% da carteira de investimentos do RPPS. Referidos ativos encontravam-se contabilizados sem constituição de provisão para perdas em 31/12/2025, conforme informações prestadas pela Diretoria Financeira e utilizadas para fins de avaliação atuarial.

Gráfico: Resultados a valor futuro



Eventuais alterações futuras na avaliação desses ativos, constituição de provisões para perdas ou manutenção de rentabilidade inferior à meta atuarial poderão produzir reflexos nos resultados financeiros e atuariais do regime, devendo tais impactos ser considerados nas avaliações atuariais subsequentes.

O gráfico acima ilustra a evolução anual das receitas previdenciárias (em azul) e das despesas previdenciárias (em vermelho), com projeção atuarial de compromissos a partir de 2026 até o ano de 2112.

Observa-se que, no horizonte entre 2026 e 2049, há relativa proximidade entre receitas e despesas, sobretudo em razão da manutenção dos aportes extraordinários oriundos do plano de amortização do déficit atuarial. Esse período representa a fase de sustentação ativa do plano, com alta arrecadação derivada das contribuições normais e suplementares, somadas às contribuições patronais, dos segurados e à compensação previdenciária.

Contudo, a partir do ano de 2050, verifica-se uma redução abrupta das receitas previdenciárias, evidenciando o término do período de aportes extraordinários do plano de amortização e a progressiva redução da base contributiva ativa, em decorrência do processo natural de envelhecimento e encerramento de vínculos com novos servidores. A partir deste ponto, a despesa previdenciária ultrapassa de forma significativa a arrecadação, o que exigirá que os benefícios passem a ser financiados majoritariamente pelos recursos acumulados no patrimônio de cobertura do regime.

O pico das despesas previdenciárias ocorre por volta do ano de 2056, reflexo do acúmulo de concessões de aposentadorias e pensões dos servidores atualmente ativos. A partir daí, as despesas entram em declínio gradual, com o esgotamento progressivo da massa de beneficiários, até atingir níveis residuais a partir de 2095. Esse cenário reforça a importância da adequada constituição e rentabilização dos ativos garantidores durante os anos em que o plano ainda apresenta receitas superiores às despesas, com vistas a preservar o equilíbrio de longo prazo. Caso os recursos acumulados não sejam suficientes, ou não atinjam a rentabilidade mínima atuarial projetada, haverá risco de insolvência futura do regime.

Portanto, o gráfico evidencia claramente que o equilíbrio previdenciário do ITAPREVI está estruturalmente vinculado à disciplina na execução do plano de amortização, à sustentabilidade do plano de custeio e à gestão prudente dos investimentos dos ativos garantidores.

9. Duração do Passivo

A duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, foi calculada com o uso da seguinte fórmula:

Gráfico: Metodologia de cálculo da duração do passivo

$$Duração = \frac{\sum_{i=1}^{N}[\,(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}} * (i-0,5))]}{\sum_{i=1}^{N}[\,(\frac{F_i}{(1+TA)^{(i-0,5)}})]}$$

Em que:

Fi = somatório dos pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, relativos ao i-ésimo prazo;
i = prazo, em anos, resultante da diferença entre o ano de ocorrência dos fluxos (Fi) e o ano de cálculo; e
TA = a taxa real anual de juros aplicada no ano anterior pelo respectivo plano de benefícios.

Esta duração do passivo, calculada com base na metodologia descrita, resultou em 16,4756 anos, considerando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias calculado com base nas hipóteses atuariais adotadas no estudo atuarial de 2026.

10. Custo Administrativo

As despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS serão custeadas por uma "Taxa de Administração" específica, que prevista na lei previdenciária do ente federativo. Importante destacar que, toda a legislação que rege o regime próprio de previdência social veda o desvio de finalidade dos recursos previdenciários, ou seja, os recursos do RPPS somente poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, da compensação financeira de que trata a Lei Federal nº 9.796/99 e da despesa administrativa da unidade gestora e necessário salientar que despesa administrativa é aquela necessária ao funcionamento do regime próprio de previdência social, seja com telefone, água, energia, aluguel, materiais de expediente, vencimentos de servidores da unidade gestora e os respectivos encargos tributários, trabalhistas etc, e ainda com a contratação de serviços como os de assessorias. O Custo Administrativo do Plano de Benefícios Previdenciários para o ano de 2026 foi definido pelos gestores do ITAPREVI em até 2% do valor da remuneração dos servidores ativos, conforme a seguir:

Tabela: Projeção Financeira da Contribuição Administrativa

Referência	Valor da Folha Anual Projetada	Teto do Custeio Administrativo (%)	Teto Custeio Administrativo Projetado (Valor)
Base de Cálculo de Contribuições de Servidores Ativos	R$ 277.911.833,29	2,00%	R$ 5.558.236,67

Nota: Conforme definido na Portaria nº 1.467/2022, deverão ser observados os limites anuais de gastos definidos em Lei, compatíveis com as necessidades de funcionamento do ITAPREVI e a manutenção dos valores referentes ao custeio administrativo deverão ser geridas de forma segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários.

11. Custos Previdenciários

O Custo Normal Anual Total do Plano corresponde ao somatório dos valores necessários para a formação das reservas para o pagamento de aposentadorias programadas, dos benefícios de risco (pensão por morte de servidores ativos e aposentadoria por invalidez) adicionado à Taxa de Administração. Como o próprio nome diz, os valores do Custo Normal Anual correspondem ao valor que manterá o Plano equilibrado durante um ano, a partir da data da avaliação atuarial. Na reavaliação atuarial anual obrigatória, as reservas deverão ser recalculadas e será verificada a necessidade ou não de alteração no plano de custeio em vigor.

Tabela: Custos Previdenciários

Referência	Custo Total Vigente (%)	Custo Total Vigente (R$)
Aposentadoria Programada	21,09%	R$ 58.620.839,61
Aposentadoria Especial Professores	9,50%	R$ 26.404.018,20
Reversão de Aposentadoria programada	2,68%	R$ 7.435.697,16
Aposentadoria por Invalidez	1,16%	R$ 3.230.411,92
Reversão de Aposentadoria por Invalidez	0,39%	R$ 1.095.762,22

ITAPREVI
Fls. 323
Proc.: 200000174/26

Pensão por Morte de Ativo	1,17%	R$ 3.261.530,87
Custo Total Puro	**36,00%**	**R$ 100.048.259,98**
Administração	Até 2,00%	Até R$ 5.558.236,67
Custo Total Carregado	**38,00%**	**R$ 105.606.496,65**

Conforme demonstrado no quadro anterior, o Custo Normal do Plano de Benefícios administrado pelo ITAPREVI equivale a 36,00%. Sendo o total das alíquotas de contribuição dos servidores e patronal praticadas atualmente de 36,00%, líquidas da Taxa de Administração, que é fixada em Lei em até 2%. Informamos ainda que os resultados desta avaliação atuarial de 2026 foram apurados considerando as alíquotas estabelecidas na Lei nº 3.893/2020, ou seja, considerando a alíquota de 22% para o Ente referente a parcela Previdenciária, além da alíquota de até 2% também para o Ente referente a parcela administrativa e de 14% para os Servidores, valores estes que estão sendo efetivamente praticados no ano de 2026 e que foram indicados para a Secretaria de Previdência no sistema CADPREV.

12. Plano de Custeio Normal

Com relação ao Plano de Custeio que consta em lei, que resultou na manutenção do Custo Normal Vigente, apresentado a seguir, tendo em vista que atualmente há em vigor definido em Lei um plano de amortização de déficit realizado por alíquota suplementar:

Tabela: Plano de Custeio Normal

Contribuições	Valor
(a) Ente Federativo	**24,00%**
Custeio Previdenciário	22,00%
Custeio Administrativo	Até 2,00%
(b) Servidores e Pensionistas	**14,00%**
Servidores Ativos	14,00%
Servidores Aposentados *	14,00%
Pensionistas *	14,00%
Total	**38,00%**

* Incidente sobre a parcela que excede o teto do INSS.

13. Plano de Custeio Suplementar

Conforme disposto na Portaria Nº 403, de 10 de dezembro de 2008, em vigor no ano de referência da implementação em Lei do plano de amortização do déficit em vigor no ITAPREVI:

Art. 18. No caso da avaliação indicar déficit atuarial deverá ser apresentado no Parecer Atuarial plano de amortização para o seu equacionamento.

§ 1º O plano de amortização deverá estabelecer um prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos para que sejam acumulados os recursos necessários para a cobertura do déficit atuarial.

ITAPREVI
Fls.: 324
Proc.: 20000174/26

§ 2º O plano de amortização poderá ser revisto nas reavaliações atuariais anuais, respeitando sempre o período remanescente para o equacionamento, contado a partir do marco inicial estabelecido pela implementação do plano de amortização inicial.

Art. 19. O plano de amortização indicado no Parecer Atuarial somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo.

§ 1º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos.

§ 2º A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

13.1. Resultado Apurado

A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial de capitalização na versão idade de entrada normal (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R$ 2.166.003,37, considerando que está em vigor um plano de equacionamento de déficit com o valor presente de R$ 1.112.239.459,89, resultando em um Déficit Técnico Acumulado que já está sendo amortizado, conforme definido em Lei, de R$ 1.110.073.456,52.

13.2. Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial em vigor

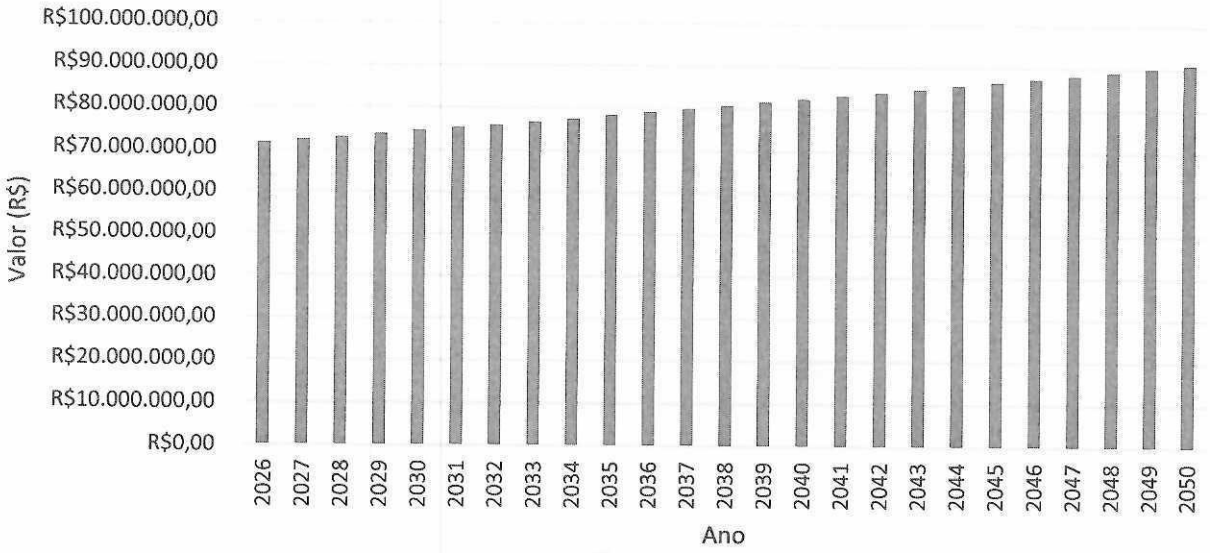
Sabendo que há um plano de amortização sendo feito através de aportes financeiros, conforme previsto em Lei, fazendo com que a situação atuarial do Instituto de Previdência seja equilibrada, este plano de amortização está sendo mantido durante o ano de 2026, observando os parâmetros estabelecidos pela Portaria nº 403/2008, então vigente na data de sua implementação em Lei no ITAPREVI, pelo prazo remanescente de amortização de 26 anos contados a partir do ano de 2026 (inclusive), conforme a seguir:

Tabela: Valores de aportes definidos em Lei

Ano	Prestação Anual em Vigor	
2026	R$	71.546.836,36
2027	R$	72.262.304,73
2028	R$	72.984.927,77
2029	R$	73.714.777,05
2030	R$	74.451.924,82
2031	R$	75.196.444,07
2032	R$	75.948.408,51
2033	R$	76.707.892,59
2034	R$	77.474.971,52
2035	R$	78.249.721,24
2036	R$	79.032.218,45
2037	R$	79.822.540,63
2038	R$	80.620.766,04
2039	R$	81.426.973,70
2040	R$	82.241.243,44
2041	R$	83.063.655,87
2042	R$	83.894.292,43

2043	R$	84.733.235,35
2044	R$	85.580.567,71
2045	R$	86.436.373,38
2046	R$	87.300.737,12
2047	R$	88.173.744,49
2048	R$	89.055.481,93
2049	R$	89.946.036,75
2050	R$	90.845.497,12

Gráfico: Valores de aportes definidos em Lei



13.3. Comprovação das medidas adotadas durante o ano de 2024 para equacionamento do déficit atuarial

Esclareço que, conforme previsto no Artigo 28 A da Lei nº 2.499/2005 do ITAPREVI (redação dada pela Lei 3.376/2015), durante o exercício de 2026 o plano de amortização do déficit atuarial em vigor no ITAPREVI, indica aportes mensais de R$ 5.962.236,36 ao longo deste ano, que captará um montante anual de R$ 71.546.836,36 ao final do período, conforme indicado no item 12.2 deste Relatório de Avaliação Atuarial.

Neste contexto, ao trazer a valor presente pela taxa real de juros definida para avaliação atuarial de 31/12/2025 do ITAPREVI, de 5,51% ao ano, conforme consta na Política de Investimentos deste Instituto de Previdência, o valor atual do plano de amortização do déficit resulta no montante de R$ 1.112.239.459,89, que se demonstra compatível com a necessidade de amortização observada a partir dos resultados da avaliação atuarial elaborada na posição de 31/12/2025.

Desta forma, esclareço que o plano de amortização em vigor no ITAPREVI no ano de 2026 se mostra suficiente as necessidades financeiras e atuariais do ITAPREVI, sendo este plano de amortização elaborado em atendimento a Portaria nº 403/2008, vigente na data de implantação do Plano de Amortização em Lei, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências, sendo esta Portaria antecessora a Portaria nº 1.467/2022, atualmente em vigor, pela qual foram observados parâmetros necessários a realização do Estudo Atuarial de 2026.

ITAPREVI
Fls: 326
Proc: 20000174/26

Com a fiel manutenção do Plano de Amortização do Déficit Técnico Acumulado, a ser amortizado no prazo remanescente de 25 anos contados a partir de 01/01/2026, o Regime Próprio estará equilibrado financeiramente e atuarialmente com a integralização da insuficiência de cobertura pelo Ente Federativo. Por fim, destaco a importância de que tanto os aportes para equacionamento de déficit futuros previstos em Lei, assim como as contribuições patronais e de servidores, além dos valores dos acordos de parcelamento em vigor continuem sendo feitos pontualmente respeitando sua data de vencimento para que não haja elevação do resultado técnico deficitário do Instituto de Previdência do Município de Itaguaí.

13.4. Contabilização do Plano de Amortização no formato indicado pelo IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS

Atendendo as necessidades de contabilização no novo layout contábil estabelecido aos RPPS através de IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, que necessita informar o valor atual do plano de amortização do déficit nos ativos garantidores, informamos que o ITAPREVI realiza desde o encerramento do exercício de 2023, o procedimento de contabilização do valor atual do plano de amortização do déficit, que foi de R$ 1.112.239.459,89, nos ativos garantidores juntamente ao patrimônio de cobertura informado pela Diretoria Financeira do ITAPREVI de R$ 614.664.738,97.

Neste contexto, o novo layout contabilizado no ITAPREVI indica a seguintes contas, conforme disposto no IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS:

Sabendo que o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial no valor de R$ 614.664.738,97, passar a ser contabilizado no grupo 1.1.3.6.2.04.00 – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS, conforme orientado na apresentação encaminhada pela Diretoria Financeira, que em sua página 28 demonstra que:
"Nas EFPCs, houve a mudança de entendimento (redutora de passivo para ativo), conforme Instrução Previc n° 31 de 20 de Agosto de 2020:

Art. 22. As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidads de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial", no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no "(-) Provisões Matemáticas a Constituir", no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme caput."

"De redutoras do passivo para contas de ativo: registro do direito decorrente do plano de amortização contratado pelo patrocinador, grupo 1.1.3.6.2.04.00 e 1.2.1.1.2.08.xx – Créditos para Amortização do Déficit Atuarial - Fundo em Capitalização- intra OFSS;"

"São redutoras da Provisão Matemática: Cobertura da Insuficiência Financeira e as Contribuições do ente, do servidor, aposentado ou pensionista; mas o Aporte periódico para equacionamento do déficit atuarial não reduz o VABF, possui características de ativo (crédito a receber) do RPPS e obrigação do ente;

Observando que, conforme descrito na página 29 desta apresentação:

"Identificado desequilíbrio atuarial, ou superavit, o parecer atuarial indicará os ajustes necessários para o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. Nesse caso o RPPS se utilizará das contas: 9

➢ *2.3.6.2.1.01.00, quando os ajustes a serem realizados forem relativos às Reservas Atuariais- Fundo em Capitalização; e*

➢ *2.3.6.2.1.04.xx e 2.3.6.2.1.05.xx quando os ajustes a serem realizados forem relativos aos Fundos para Oscilação de Riscos.*

Os referidos valores não atendem ao conceito de passivo e possuem natureza de reservas, uma vez que se referem a resultados acumulados de períodos anteriores."

Registra-se que o tema também foi objeto de análise técnica pelo TCE-RJ no âmbito das discussões relacionadas à Nota Técnica nº 07/2023, que trata do monitoramento da suficiência dos ativos garantidores em relação às provisões matemáticas dos RPPS. Eventuais alterações de entendimento ou orientações futuras dos órgãos de controle deverão ser observadas pelo ITAPREVI em conjunto com sua Diretoria Financeira e assessorias técnicas.

14. Equilíbrio Financeiro

14.1. Situação Financeira hipotética sem considerar o plano de amortização

No que se refere à situação financeira do Instituto de Previdência, quando analisadas as receitas oriundas apenas da Contribuição Normal patronal e dos servidores ativos e inativos projetadas para o ano de 2026, depreende-se um déficit financeiro de R$ (6.172.539,73) frente às despesas com os benefícios. Ou seja, o nível de insuficiência da receita representava 5,98% da arrecadação total, representando a necessidade de recursos correntes para cobertura anual da folha de benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme dados que seguem:

Tabela: Projeção Financeira da Contribuição Normal Previdenciária para o ano seguinte

Referência	Base de Cálculo Anualizada	Contribuição (%)	Contribuição (R$)
Ente Federativo – Contribuição Normal	R$ 277.911.833,29	22,00%	R$ 61.140.603,32
Servidores Ativos	R$ 277.911.833,29	14,00%	R$ 38.907.656,66
Servidores Aposentados *	R$ 21.345.058,28	14,00%	R$ 2.988.308,16
Pensionistas *	R$ 1.270.932,13	14,00%	R$ 177.930,50

* Incidente apenas sobre a parcela da base de cálculo que excede o teto do INSS em vigor na data da avaliação atuarial.

Tabela: Projeção da Situação Financeira para o ano seguinte

Descrição	Valor Mensal
Repasse Patronal (+)	R$ 61.140.603,32
Contribuição dos Servidores Ativos (+)	R$ 38.907.656,66
Contribuição de Inativos (+)	R$ 3.166.238,66
Despesas Previdenciárias (-)	- R$ 109.387.038,37
Insuficiência Financeira	-R$ 6.172.539,73

ITAPREVI
Fls: 328
Proc: 200000174/26

Nesta situação hipotética, considerando o valor ainda significativamente baixo contabilizado como Patrimônio de Cobertura no Instituto de previdência na posição de 31/12/2025, se comparado ao valor do déficit técnico apurado na mesma data, anualmente o Déficit Técnico Acumulado total apurado em R$ 1.110.073.456,52, a ser amortizado no prazo remanescente de 25 anos contados a partir de 01/01/2026, seria exponencialmente elevado ao longo dos anos futuros.

14.2. Situação Financeira atual considerando o plano de amortização

Já quando analisadas as receitas oriundas da Contribuição Normal patronal e dos servidores ativos e inativos, adicionada do plano de amortização de déficit em vigor, que ao longo de 2026, que é estabelecido em R$ 71.546.836,36, é observado um superávit financeiro de R$ 65.374.296,63 frente às despesas com os benefícios. Ou seja, o nível de sobra da receita representará 37,41% da arrecadação total, sendo 62,59% da arrecadação total consumidos pelos benefícios dos atuais inativos (aposentados e pensionistas), conforme a seguir:

Tabela: Projeção Financeira da Contribuição Normal Previdenciária e Aportes para o ano seguinte

Referência	Contribuição (R$)
Repasse Patronal – Contribuição Normal (+)	R$ 61.140.603,32
Repasse Patronal – Aportes para Equacionamento de Déficit (+)	R$ 71.546.836,36
Contribuição dos Servidores Ativos (+)	R$ 38.907.656,66
Contribuição dos Servidores Inativos (+)	R$ 3.166.238,66
Despesas Previdenciárias (-)	-R$ 109.387.038,37
Excedente Financeiro	R$ 65.374.296,63

Nesta situação, considerando o valor ainda significativamente baixo contabilizado como Patrimônio de Cobertura no Instituto de previdência na posição de 31/12/2025 (sem considerar o plano de amortização do déficit por aportes), anualmente o Déficit Técnico Acumulado total apurado em R$ 1.110.073.456,52, a ser amortizado no prazo remanescente de 25 anos contados a partir de 01/01/2026, será gradativamente amortizado, fazendo com que o Instituto de Previdência acumule mais recursos em seu Patrimônio de Cobertura, elevando assim seus níveis de solvência e diminuindo o risco de falta de liquidez, atrelados a possibilidade de descasamentos de ativos x passivos, além de fazer com que os recursos presentes no Patrimônio de Cobertura sejam capitalizados com mais probabilidade de atingir a meta atuarial definida para o retorno dos investimentos, que é a mesma utilizada na Avaliação Atuarial como taxa de desconto para dimensionar o passivo previdenciário a valores atuais.

15. Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais observados no plano estão relacionados às variações das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na avaliação atuarial, bem como às alterações no perfil da massa de segurados, ao comportamento dos investimentos e à evolução dos compromissos previdenciários ao longo do tempo.

Sob a ótica demográfica, observa-se processo gradual de maturação da massa de segurados, evidenciado pela elevação da idade média dos participantes e pelo crescimento progressivo da população assistida em relação à população ativa. Embora o ITAPREVI ainda apresente predominância da população de servidores ativos sobre a população de aposentados e pensionistas, a continuidade desse processo tende a ampliar os compromissos previdenciários futuros e a pressionar o crescimento da folha de benefícios. Nesse contexto,

ITAPREV
Fls: 329
Proc: 20000174/26

a reposição dos servidores que vierem a se aposentar, especialmente por meio da realização periódica de concursos públicos, constitui importante mecanismo de preservação da base contributiva e de manutenção da estrutura demográfica do regime.

Sob a ótica financeira e atuarial, a manutenção do equilíbrio do plano permanece condicionada ao cumprimento integral do plano de custeio vigente, à regularidade dos repasses previdenciários e à execução dos aportes previstos no plano de amortização do déficit atuarial estabelecido em lei.

Adicionalmente, registra-se que os ativos garantidores considerados nesta avaliação atuarial incluem investimentos em Letras Financeiras vinculadas ao Banco Master no montante de R$ 64.992.392,38, representando aproximadamente 20,29% da carteira de investimentos do ITAPREVI em 31/12/2025. Referidos ativos foram considerados pelos valores contábeis informados pela Diretoria Financeira do Instituto, sem constituição de provisão para perdas na data-base da avaliação.

Dessa forma, eventual manutenção desses recursos sem rentabilidade compatível com a meta atuarial, bem como eventual constituição futura de provisão para perdas, alteração em seu valor recuperável ou outros eventos que impactem sua recuperação financeira, poderão produzir reflexos nos resultados financeiros e atuariais futuros do regime. Recomenda-se, portanto, o acompanhamento permanente da evolução desses ativos e de seus potenciais impactos sobre a suficiência dos ativos garantidores frente às provisões matemáticas do plano, observando-se também as orientações constantes da Nota Técnica nº 07/2023 do TCE-RJ.

Por fim, recomenda-se o monitoramento contínuo da aderência das hipóteses atuariais adotadas, da evolução da massa de segurados, do comportamento dos investimentos e da suficiência dos ativos garantidores, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS no longo prazo.

16. Conclusão

Atesto que os resultados da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2025 do Instituto de Previdência foram apurados em conformidade com a legislação vigente e demonstram a existência de déficit atuarial no montante de R$ 1.110.073.456,52. Entretanto, considerando a manutenção do plano de amortização do déficit atuarial previsto em lei, cujo valor presente totaliza R$ 1.112.239.459,89, bem como seu integral e tempestivo cumprimento pelo Ente Federativo, o plano apresenta equilíbrio financeiro e atuarial, resultando em superávit atuarial de R$ 2.166.003,37 na presente Avaliação Atuarial elaborada na posição de 31/12/2025.

Os resultados apresentados foram obtidos com base nas hipóteses atuariais, premissas biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adotadas neste estudo, observando os parâmetros estabelecidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022, a duration do passivo apurada para o plano e as tábuas biométricas mais recentes disponibilizadas pelo IBGE e divulgadas pela Secretaria de Previdência. As hipóteses adotadas foram consideradas adequadas para a elaboração da presente avaliação atuarial, observadas as características da massa de segurados e as informações disponíveis na data-base do estudo.

A análise da massa de segurados evidencia a manutenção de predominância da população ativa em relação à população assistida, com aproximadamente 4.401 servidores ativos e 1.451 assistidos. Embora essa estrutura ainda seja favorável sob a ótica atuarial, observa-se processo gradual de maturação da massa, com crescimento esperado das despesas previdenciárias ao longo do tempo. Nesse contexto, recomenda-se o acompanhamento contínuo da reposição dos servidores que vierem a se aposentar, inclusive mediante a realização periódica de concursos públicos, de forma a preservar a base contributiva do regime e contribuir para sua sustentabilidade de longo prazo.

Destaca-se que o Patrimônio de Cobertura atualmente disponível, quando desconsiderado o valor presente do plano de amortização do déficit atuarial, corresponde a apenas 35,64% do total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder. Esse indicador evidencia relevante insuficiência patrimonial estrutural, demonstrando que a manutenção do equilíbrio atuarial do regime permanece diretamente vinculada ao cumprimento do plano de amortização estabelecido em lei e à efetiva integralização dos recursos pelo Ente Federativo.

Registra-se que, em atendimento ao IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, foi considerado na presente avaliação atuarial o valor presente do plano de amortização do déficit atuarial contabilizado nos ativos garantidores do regime. O tema foi objeto de discussões técnicas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, no contexto da Nota Técnica nº 07/2023, bem como junto à Secretaria de Previdência em reunião promovida por meio do sistema CADPREV. Considerando a evolução dos entendimentos contábeis aplicáveis aos RPPS, a necessidade de manutenção desse tratamento contábil deverá continuar sendo acompanhada e reavaliada pela Diretoria Financeira do ITAPREVI ao longo do exercício de 2026.

Destaca-se ainda que os ativos garantidores considerados na presente avaliação incluem investimentos em Letras Financeiras vinculadas ao Banco Master no montante de R$ 64.992.392,38, representando aproximadamente 20,29% da carteira de investimentos do RPPS em 31/12/2025. Conforme informações prestadas pela Diretoria Financeira do ITAPREVI, tais ativos permaneciam contabilizados na data-base da avaliação sem constituição de provisão para perdas, tendo sido considerados pelos respectivos valores contábeis para fins de apuração dos resultados atuariais apresentados neste relatório.

Considerando a representatividade desses investimentos na carteira do regime, eventuais alterações futuras em seu valor recuperável, a constituição de provisões para perdas, renegociações, reestruturações financeiras ou quaisquer outros eventos que afetem sua realização poderão produzir impactos relevantes sobre o montante dos ativos garantidores utilizados nas futuras avaliações atuariais.

Adicionalmente, ainda que não haja constituição de provisão para perdas, a eventual ausência de rentabilidade desses recursos por período prolongado poderá contribuir para o não atingimento da meta atuarial do regime, atualmente estabelecida em 5,51% ao ano, produzindo reflexos indiretos sobre o equilíbrio atuarial futuro em razão da redução do crescimento esperado dos ativos garantidores.

Registra-se que o entendimento adotado para manutenção desses ativos pelos valores contabilizados em 31/12/2025 foi objeto de discussões técnicas realizadas pelo ITAPREVI junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, no contexto das análises relacionadas à Nota Técnica nº 07/2023, bem como junto à Secretaria de Previdência em reunião promovida por meio do sistema CADPREV. Não obstante, considerando a evolução dos fatos relacionados aos referidos investimentos, recomenda-se o acompanhamento contínuo da situação desses ativos pela Diretoria Financeira do Instituto, bem como a avaliação permanente de seus potenciais reflexos sobre a suficiência dos ativos garantidores e sobre os resultados atuariais futuros do regime.

ITAPREVI
Fls: 331
Proc: 200000174/26

Para que a situação de equilíbrio financeiro e atuarial apurada nesta avaliação seja efetivamente mantida ao longo do tempo, é imprescindível que o Instituto e o Ente Federativo mantenham postura permanente de disciplina fiscal, responsabilidade previdenciária e gestão prudente dos recursos do regime. Isso inclui a continuidade da acumulação de ativos garantidores, a realização tempestiva dos repasses das contribuições previdenciárias, dos parcelamentos existentes e, principalmente, dos aportes previstos no plano de amortização do déficit atuarial.

Também se reforça a necessidade de que os recursos acumulados no patrimônio sejam administrados de forma compatível com os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e diversificação previstos na legislação aplicável aos RPPS, buscando o atingimento da meta atuarial de 5,51% ao ano. O não atingimento dessa meta poderá gerar pressões adicionais sobre o equilíbrio atuarial do regime e ampliar a necessidade de ajustes futuros no plano de custeio.

Por fim, recomenda-se o monitoramento contínuo da suficiência dos ativos garantidores frente às provisões matemáticas, em linha com as orientações constantes da Nota Técnica nº 07/2023 do TCE-RJ, bem como a realização periódica das reavaliações atuariais, dos estudos de aderência das hipóteses atuariais e dos demais estudos técnicos necessários à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS ao longo do tempo. Diante do exposto, conclui-se que o Plano de Benefícios administrado pelo ITAPREVI apresenta, na posição de 31/12/2025, condições de equilíbrio financeiro e atuarial, observadas as premissas, hipóteses, informações cadastrais e valores contábeis considerados nesta avaliação, permanecendo recomendável o acompanhamento permanente dos fatores demográficos, atuariais, financeiros e patrimoniais que possam influenciar a evolução futura do regime.

Atenciosamente,

Gabriel Pimentel Sátyro

Matrícula 939.388

Atuário MIBA 2799

MODELO 12		
DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO PARA FINS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS		
Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Somatório da Remuneração Bruta dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas Vinculados ao RPPS Referente ao Exercício Financeiro Anterior				
Meses	Valor Remuneração dos Servidores Ativos (R$) (A)	Valor de Proventos de Aposentadoria (R$) (B)	Valor de Proventos de Pensões (R$) (C)	Total Base de Cálculo (R$) (A+B+C)
Janeiro	R$ 27.081.261,73	R$ 7.533.953,14	R$ 1.046.357,30	R$ 35.661.572,17
Fevereiro	R$ 23.411.477,73	R$ 7.565.590,18	R$ 1.038.894,05	R$ 32.015.961,96
Março	R$ 29.956.117,55	R$ 7.559.050,08	R$ 1.044.666,01	R$ 38.559.833,64
Abril	R$ 29.936.748,15	R$ 7.566.276,05	R$ 1.068.297,41	R$ 38.571.321,61
Maio	R$ 29.479.317,35	R$ 7.585.724,58	R$ 1.084.944,66	R$ 38.149.986,59
Junho	R$ 30.070.711,82	R$ 7.637.644,12	R$ 1.071.642,82	R$ 38.779.998,76
Julho	R$ 28.920.667,75	R$ 7.643.774,68	R$ 1.065.309,32	R$ 37.629.751,75
Agosto	R$ 29.672.629,58	R$ 7.616.187,33	R$ 1.067.336,62	R$ 38.356.153,53
Setembro	R$ 29.823.656,04	R$ 7.582.317,55	R$ 1.060.288,59	R$ 38.466.262,18
Outubro	R$ 29.830.271,63	R$ 7.593.701,78	R$ 1.060.288,59	R$ 38.484.262,00
Novembro	R$ 29.412.042,12	R$ 7.582.564,73	R$ 1.062.584,28	R$ 38.057.191,13
Dezembro	R$ 32.539.112,29	R$ 7.505.791,73	R$ 1.028.929,90	R$ 41.073.833,92
13º Sal	R$ 37.622.894,32	R$ 7.505.791,73	R$ 1.028.929,90	R$ 46.157.615,95
Total	**R$ 387.756.908,06**	**R$ 98.478.367,68**	**R$ 13.728.469,45**	**R$ 499.963.745,19**

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2026	Assinatura: André Luiz da Silva Miranda Diretor Geral Financeiro Contador - CRC - RJ 111583/O-3 Matrícula: 34.656 - ITAPREVI	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves			
Matrícula: 16.928	Data: 30/05/2026	Assinatura: Marcel Figueiredo Gonçalves Contabilista - 107.083/O - CRC/RJ Matr.: 16.928	

ITAPREVI
332
2000012426

MODELO 13
DEMONSTRATIVO DO LIMITE DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO RPPS

Órgão: ITAPREVI	**Município: ITAGUAI**	**Exercício: 2025**

Descrição	Valor (R$)	
Total da base de cálculo para fins de apuração do limite de despesas administrativas do RPPS (A) **(Extraído do Modelo 12 OU do Modelo 12.1)**	**R$**	**499.963.745,19**
Percentual fixado na legislação do RPPS para Taxa Administrativa (B) %	**2%**	
Limite de Despesas Administrativas do RPPS (C = A * B)	R$	9.999.274,90
Despesas Administrativas Empenhadas (D)	R$	4.295.103,37
Sobra de gastos no Exercício (E = C - D)	R$	5.704.171,53

A alíquota da taxa de administração está expressa em Lei?	**(X) SIM Lei nº 2.499/2005 - Art. 27ª § 3º**	**( ) NÃO**
Nota Explicativa:		
Nome:	Responsável pela Elaboração	
Assinatura: andré Luiz da Silva Miranda	Data: 30/05/2026	Matrícula: 34.656
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves		
Assinatura:	Data: 30/05/2026	Matrícula: 16.928

ITAPREVI
333
Proc.: 20000174/26

ITAPREVI
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

ITAPREVI
Fls.: 334
Proc.: 20000174/26

ITAPREVI

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

ITAPREVI
Fls.: 335
Proc.: 20000174/26

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 3
1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 3
1.2 OBJETIVO 3
1.3 BASE LEGAL 3
1.4 VIGÊNCIA 3
2. CONTEÚDO 4
2.1 MODELO DE GESTÃO 5
2.1.1 GOVERNANÇA 5
2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO 7
2.2.1.1 INTERNACIONAL 7
2.2.1.2 NACIONAL 8
2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO 9
2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ 9
2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS 10
2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2025 10
2.3 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS 12
2.4 PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS 13
2.5 LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA 13
2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS 13
2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS 14
2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS 17
2.9 PLANO DE CONTINGÊNCIA 17
2.9.1 PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS 18
2.10 RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA 18
2.11.1 PARÂMETRO DE RENTABILIDADE - BENCHMARK 19
3. TRANSPARÊNCIA 19
4. DISPOSIÇÕES FINAIS 20

ITAPREVI
Fls: 336
Proc.: 20000174/26

1. APRESENTAÇÃO

1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o documento que estabelece as diretrizes, fundamenta e norteia o processo de tomada de decisão de investimentos dos recursos previdenciários, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Estes objetivos devem estar sempre alinhados em busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social.

1.2 OBJETIVO

A avaliação atuarial assim como o último estudo de ALM – *Asset Liability Management* (julho-2023) realizados, constataram que o **ITAPREVI** dispõe de uma situação saudável no que tange a sua solvência, assim como dispõe de condições favoráveis para adotar uma estratégia vislumbrando o longo prazo, a qual pode consistir em agregar ativos mais voláteis e ativos com vencimentos em longo prazo ou carência.

Portanto, o **ITAPREVI** no que tange à gestão dos investimentos durante o exercício de 2025, buscará a maximização da rentabilidade dos seus ativos, com foco em uma estratégia de longo prazo.

1.3 BASE LEGAL

A presente Política de Investimentos obedece ao que determina a legislação vigente especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4963/21/2021 ("Resolução 4963/21") e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/22/2022 ("Portaria 1.467/22") que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

1.4 VIGÊNCIA

A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o ano de 2025 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo órgão superior competente do **ITAPREVI**, conforme determina o art. 5º da Resolução 4963/21.

O parágrafo primeiro do art. 4º da mesma Resolução preconiza que *"justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação"*.

É importante destacar que no momento da elaboração desta Política já existe a minuta de uma nova Resolução 4963 que, quando publicada, ensejará na revisão desta.

2. CONTEÚDO

art. 4º da Resolução 4963/21, que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

> **Art. 4º.** Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:
>
> **I** - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;
>
> **II** - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;
>
> **III** - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;
>
> **IV** - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;
>
> **V** - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;
>
> **VI** - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;
>
> **VII** - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;
>
> **VIII** - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

A Seção II da Portaria 1.467/22 reforça, a partir do art. 102, o que determina a Resolução 4963/21 e traz maior detalhamento do conteúdo a ser abordado na Política de Investimentos.

ITAPREVI
Fls: 338
Proc.: 20000017426

A presente Política de Investimentos abordará, a seguir, cada um dos tópicos supracitados considerando o que determinam as duas normas.

2.1 MODELO DE GESTÃO

A Portaria 1.467/22 traz no art. 95 a seguinte redação:

> Art. 95. A gestão das aplicações dos recursos do **ITAPREVI** poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista, nos seguintes termos:
>
> I - **gestão própria**, quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento;
>
> II - **gestão** realizada exclusivamente por pessoa jurídica devidamente registrada e autorizada para administração de recursos de terceiros pela CVM; e
>
> III - **gestão mista**, quando parte da carteira do **ITAPREVI** é gerida diretamente pela unidade gestora e parte por instituições contratadas para administração de carteiras de valores mobiliários.

O **ITAPREVI** adota o modelo de gestão própria. Isso significa que as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselho, sem interferências externas.

2.1.1 GOVERNANÇA

A estrutura do **ITAPREVI** é formada pela Unidade Gestora que conta com o Gestor de Investimentos e Comitê de Investimentos, que são os responsáveis pela execução da Política de Investimentos. As demais hierarquias superiores, no âmbito de suas devidas competências como órgãos superiores, aprovarão a Política de Investimentos e atuarão com o acompanhamento e fiscalização da gestão dos investimentos.

Para balizar as decisões poderão ser solicitadas opiniões de profissionais externos, como da Consultoria de Investimentos contratada, outros Regimes Próprios de Previdência Social, instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de investimentos ou outros. No entanto, as decisões finais são restritas à Diretoria, Comitê e Conselhos.

Com relação à governança do **ITAPREVI**, o Comitê de Investimentos é o órgão responsável pela execução desta Política de Investimentos, sendo este o detentor do mandato para as movimentações (aplicações e resgates) e manutenção da carteira de investimentos ao longo do ano.

As demais hierarquias superiores, no âmbito de suas devidas competências como órgãos superiores, deverão aprovar a Política de Investimentos, acompanhar a gestão dos investimentos realizando reuniões mensalmente, em conformidade com o previsto no artigo 72 da Portaria MTP nº 1467/22.

Como apoio à fiscalização, o **ITAPREVI** poderá dispor de seu **Controle Interno** que atuará buscando zelar pela gestão econômico-financeira do regime, examinando quando necessário o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão,

ITAPREVI
Fls: 339
Proc.: 20000174/26

além de verificar a ocorrência das premissas e resultados da avaliação atuarial, acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos.

O **ITAPREVI** conta com o serviço de consultoria de investimento da empresa **Mais Valia Consultoria Ltda. (Consultoria)**, sob nome fantasia "**Mais Valia**", e inscrita no CNPJ 22.687.467/0001-94 autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, contratada para prestação de serviços quanto a análise, avaliação e assessoramento dos investimentos. A **Mais Valia** atuará conforme legislação que rege sua atuação em relação aos investimentos dos RPPS, através de análise de cenários, estudo de carteira, análise de fundos, sistema e relatórios, vislumbrando a otimização da carteira para o atingimento dos objetivos traçados nesta política, sem incorrer em elevado risco nos investimentos.

2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Conforme exposto no inciso II do artigo 102, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

O art. 2º da Resolução 4963/21 determina que os recursos do **ITAPREVI** devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I – renda fixa

II – renda variável

III – investimentos no exterior

IV – investimentos estruturados

V – fundos Imobiliários

VI – empréstimos Consignados

São considerados investimentos estruturados:

I – fundos/classes de investimento classificados como multimercado;

II – fundos/classes de investimento em participações (FIP); e

III – fundos/classes de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do **ITAPREVI**.

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do **ITAPREVI**.

Tais aplicações deverão ser precedidas de atestado elaborado pela Unidade Gestora evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1467/22.

A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do **ITAPREVI**, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/22.

Para a formação do portfólio ideal, começaremos com uma breve abordagem do cenário econômico atual e projetado.

2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO

2.2.1.1 INTERNACIONAL

Nos Estados Unidos, o mês de julho foi marcado por notáveis eventos políticos, como o atentado ao candidato Donald Trump e, em seguida, a desistência do atual presidente Joe Biden à reeleição. Apesar destes eventos não terem resultado em grandes variações nos preços dos ativos, reforçaram as perspectivas de uma possível vitória de Trump nas eleições que aconteceriam em novembro. Essa expectativa foi confirmada nas urnas e colégio eleitoral dos EUA.

No que se refere aos dados macroeconômicos, o PIB do segundo trimestre surpreendeu ao vir acima do esperado. A inflação, medida pelo PCE, apesar de permanecer elevada, segue uma trajetória descendente em direção à meta de 2%. Estes dados indicaram resiliência da atividade econômica norte-americana e foram avaliados de forma positiva pelo Fed, que resolveu manter a taxa de juros entre 5,25% a 5,50% na reunião ocorrida no último dia 31. Com a decisão, o mercado espera o primeiro corte de juros na reunião de setembro.

Contudo, o destaque ficou para os dados do payroll de julho, divulgados em 02 de agosto, muito abaixo do esperado, apontando a criação de 114 mil novas vagas de trabalho ante a expectativa de 175 mil e o aumento da taxa de desemprego a 4,3%. Os dados foram recebidos de forma alarmante pelo mercado, que começou a precificar uma maior possibilidade de recessão nos Estados Unidos. A leitura negativa dos dados do mercado de trabalho foi endossada pela subida do indicador *"Sahm Rule"*, que apresenta uma relação de causalidade entre o aumento do desemprego e a possibilidade de recessão econômica no país. No entanto, é cedo para afirmar que a recessão ocorrerá, uma vez que parte do mercado tem atribuído o aumento do desemprego a uma recomposição do mercado de trabalho, como a elevação da população imigrante.

O índice de preços ao consumidor da zona do euro acelerou na leitura anual ao passar de 2,5% em junho para 2,6% em julho, enquanto a expectativa era de estabilidade. Observando a permanência da inflação em patamares elevados, o Banco Central Europeu decidiu manter suas taxas de juros inalteradas, argumentando que manterá um patamar suficientemente restritivo a fim de garantir que a inflação retorne à meta.

Em julho foram divulgados os dados do PIB, que avançou 0,3% no segundo trimestre de 2024 e 0,6% na comparação anual, acima das expectativas. Em contrapartida, dados de mais alta frequência, como o PMI (Índice de atividade dos gerentes de compras), indicaram desaceleração do setor de serviços e estabilidade do setor industrial em julho.

A China, por sua vez, permanece com dificuldades de crescer conforme as projeções, considerando a desaceleração do PIB do segundo trimestre para 4,7%, abaixo do esperado, decorrente, principalmente, da demanda interna mais fraca e da persistente crise imobiliária do país. Apesar de se mostrar ambicioso quanto ao fechamento de 2024, com a expectativa do PIB a 5%, o Banco do Povo da China (PBOC) resolveu reduzir suas taxas básicas de juros, refletindo os esforços em reanimar a atividade econômica. A indústria chinesa continua sendo um fator de atenção para o atingimento da meta de crescimento. Ainda que as exportações chinesas tenham apresentado avanço, a demanda interna abaixo do esperado continua pressionando os preços para baixo, com deflação de 0,20% em junho na variação mensal. Na leitura anualizada, a inflação apresentou avanço de 0,20%, abaixo do esperado.

2.2.1.2 NACIONAL

A atividade econômica continua a mostrar resiliência, contrariando as expectativas existentes no início do ano. Este cenário tem sido impulsionado por um mercado de trabalho aquecido, onde observamos a taxa de desocupação em 6,9% no trimestre encerrado em junho. Também houve crescimento do rendimento médio da população, o que, por sua vez, eleva o consumo e contribui com o crescimento da atividade.

Um fator de atenção tem sido a desvalorização cambial, que apesar de ter favorecido a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional (positivo para exportações), impacta em alta da inflação de custos e de bens finais.

No cenário inflacionário, o IPCA de julho avançou 0,38%, acima do esperado, e acumula 4,50% em doze meses. O maior impacto neste indicador foi causado pelo grupo Transportes, que avançou 1,82%, impulsionado pela alta nas passagens aéreas e gasolina, e impactou o índice geral em 0,37 p.p.. No que tange às expectativas, hoje espera-se que o IPCA permaneça próximo ao teto da meta (4,50%) estipulada pelo Conselho Monetário Nacional até o fechamento de 2024, apesar de o Copom ter destacado na Ata da última reunião que "o processo desinflacionário arrefeceu e que os níveis de inflação corrente acima da meta, em contexto de dinamismo da atividade econômica, tornam a convergência da inflação à meta mais desafiadora."

No que tange à política monetária, na Super Quarta ocorrida no último dia do mês, o Copom e o Fomc (Comitê Federal de Mercado Aberto, do banco central dos Estados Unidos) decidiram por manter suas respectivas taxas de juros inalteradas, conforme esperado. Reforçando um posicionamento de cautela, o Copom destacou que "a conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, ampliação da desancoragem das expectativas de inflação e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária".

Apesar da resiliência da atividade e da inflação parcialmente controlada, há um pessimismo afetando os mercados, proveniente do quadro fiscal. Durante o mês de julho houve impacto causado por manifestações no cenário político, o que afetou as expectativas dos agentes de mercado e causou variação nos juros e no câmbio.

No início do mês, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou corte de R$ 25 bilhões em despesas, a fim de cumprir os limites do arcabouço fiscal, o que causou reação positiva do mercado. Posteriormente, o Presidente Lula afirmou que precisaria ser convencido da necessidade dos cortes, o que implicou em abertura da curva de juros e alta

ITAPREVI
Fls: 342
Proc: 20000174/26

do dólar, refletindo uma percepção de falta de compromisso com as contas públicas. Ao final do mês, Haddad volta à tona anunciando um congelamento de R$ 15 bilhões.

Além deste conflito no campo político, o Governo Central reportou déficit primário de R$ 38,8 bilhões em junho e de R$ 68,7 bilhões no acumulado do primeiro semestre, em valores nominais. Comparando o resultado em termos reais (descontando a inflação), o déficit de junho foi o 4º pior da série histórica, enquanto o do acumulado do ano só não foi pior que 2020 e 2017.

Segundo as projeções do relatório Focus do Banco Central, o PIB do Brasil deve crescer 3,08% em 2024 e 1,93% em 2025, enquanto as projeções para o IPCA têm sido revistas para cima há algumas semanas, chegando a 4,55% para 2024 e 4,00% para 2025. O mercado também espera a taxa Selic a 11,75% ao final do ano.

2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Mediana - Agregado	2024							2025						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *		Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,37	4,50	4,55	▲	(4)	150	4,55	57	3,97	3,95	4,00	▲	(2)	148	4,00	56
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	3,00	3,05	3,08	▲	(3)	109	3,07	35	1,92	1,93	1,93	=	(3)	105	1,90	33
Câmbio (R$/US$)	5,40	5,42	5,45	▲	(2)	122	5,46	44	5,35	5,40	5,40	=	(2)	121	5,40	43
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75	=	(4)	139	11,75	46	10,75	11,25	11,25	=	(1)	136	11,25	45
IGP-M (variação %)	3,96	4,39	4,57	▲	(8)	80	4,50	30	4,00	3,92	3,93	▲	(1)	78	4,00	25
IPCA Administrados (variação %)	4,77	5,06	5,08	▲	(5)	98	5,04	30	3,80	3,73	3,70	▼	(2)	96	3,68	29
Conta corrente (US$ bilhões)	-39,90	-43,50	-43,25	▲	(1)	32	-43,00	9	-44,00	-45,00	-45,00	=	(1)	30	-45,00	9
Balança comercial (US$ bilhões)	81,00	78,00	77,95	▼	(4)	30	79,55	10	76,19	76,09	76,80	▲	(2)	25	78,86	8
Investimento direto no país (US$ bilhões)	70,50	72,00	72,00	=	(2)	29	70,00	9	73,00	74,00	74,00	=	(1)	27	73,56	9
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,50	63,50	63,50	=	(6)	29	63,50	8	66,50	66,68	66,68	=	(1)	29	66,83	8
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,60	-0,60	=	(8)	44	-0,60	13	-0,73	-0,70	-0,70	=	(1)	43	-0,70	13
Resultado nominal (% do PIB)	-7,78	-7,76	-7,70	▲	(2)	29	-7,50	9	-7,50	-7,15	-7,15	=	(1)	28	-7,10	9

Fonte: Relatório Focus de 25/10/2024 (Banco Central)

2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ

Atualmente, o **ITAPREVI** tem investimentos de **R$ 292.006.501,64** (base 31/10/2024) distribuídos dessa forma pelos ativos da Res 4963/21:

Artigo	Limite (%)	Carteira	Enquadramento
7º I a - Títulos TN SELIC	100,00%	10,62%	31.013.864,66
7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	43,80%	127.886.753,48
7º III a - FI Referenciados RF	60,00%	21,79%	63.633.383,48
7º IV - Ativos Financeiros de RF - Emissão de...	20,00%	21,17%	61.804.380,01
8º I - Fundos de Ações	30,00%	2,50%	7.291.753,34
10º I - Fundos Multimercados	10,00%	0,12%	384.366,67

A divisão por intervalo de liquidez, considerando os investimentos e saldo em conta corrente, pode ser observada na tabela abaixo:

ITAPREVI
Fls: 343
Proc.: 2000001744/26

Descrição	Valor	%
Até D+30	230.130.735,41	78,51
Até D+180	0,00	0,00
Até D+360	0,00	0,00
Até D+720	0,00	0,00
Até D+1800	139.275,11	0,05
Até D+3600	30.725.990,21	10,52
Acima D+3600	31.013.775,05	10,62

2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS

O objetivo principal da gestão dos investimentos é a maximização da rentabilidade, tomando como referência a meta de rentabilidade definida, observando os princípios de segurança, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Conforme indicado no Inciso IV do artigo 102 da Portaria 1467/22, no que se refere aos parâmetros de rentabilidade, deverá a gestão definir a meta de rentabilidade futura dos investimentos, buscar a compatibilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do **ITAPREVI** e observar a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2025

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do **ITAPREVI** e as opções de investimentos previstas na Resolução 4963/21, a decisão de alocação dos recursos para 2025 deverá ser norteada pelos limites definidos na tabela a seguir, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, sem incorrer em elevado nível de risco na gestão dos investimentos.

A coluna de "estratégia alvo" tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de "limite inferior" e "limite superior" tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

IRATPREVI
Fls: 344
Proc.: 20000174126

Resolução 4.963 ajustada				Poítica de Investimentos para o ano de 2025					
				Lim Inf	Estrat Alvo	Lim Sup		Lim Individual	
Descrição do Ativo		Art	Cart			Ativo	Bloco	RPPS	Fundo
RENDA FIXA	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC	7 I a	10,62%	0,00%	12,00%	100%	100%	N/A	
	Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC	7 I b	43,80%	0,00%	42,00%	100%		100%	
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos	7 I c				100%		100%	
	Operações Compromissadas - 100% Títulos Públicos SELIC	7 II				5%		N/A	
	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral	7 III a	21,79%	0,00%	23,00%	60%	60%	20%	15%
	Fundo/Classe de investimento em índices de mercado (ETF) - Renda Fixa	7 III b				60%		20%	15%
	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras	7 IV	21,17%	0,00%	20,00%	20%		N/A	
	Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Senior	7 V a				5%	15%	20%	5%
	Fundo/Classe de Investimento em Renda fixa - Crédito Privado	7 V b				5%		20%	5%
	Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura	7 V c				5%		20%	5%
RENDA VARIÁVEL	Fundo/Classe de Investimento em Ações	8 I	2,50%	0,00%	2,00%	30%	30%	20%	15%
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF)	8 II				30%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações	8 III				30%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF	8 IV				30%		20%	15%
INVEST ESTRUT	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM	10 I	0,12%	0,00%	1,00%	10%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Participações	10 II				5%	15%	20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso	10 III				5%		20%	15%
FII	Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)	11				5%		20%	15%
IN EXT	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa	9 I				10%	10%	20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior	9 II				10%		20%	15%
EM	Empréstimos Consignados	12		0,00%	0,00%	5%		N/A	
			100,00%	100,00%					

2.3 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS

No que se refere aos critérios para credenciamento de instituições e seleção de ativos, deverá ser considerada a adequação ao perfil da carteira, ao ambiente interno e à estrutura de exposição a riscos do **ITAPREVI**, e análise da solidez, porte e experiência das instituições credenciadas.

Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o **ITAPREVI** utiliza-se de procedimento de credenciamento definido em legislação, detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O procedimento segue levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467/22.

O parágrafo segundo do artigo 103 diz que "os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira."

O parágrafo terceiro traz os critérios que devem ser analisados e atestados formalmente pela unidade gestora, no momento do credenciamento de uma instituição:

I - registro ou autorização na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente. O próprio registro ou autorização serve como documento que respalda esse item, além da consulta ao site do órgão competente, indicando se há algum ponto de observância ou suspensão da instituição;

II - observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro. O respaldo a esse item é feito através da consulta ao site da instituição, constando os processos físicos e eletrônicos vinculados a instituição e aos responsáveis pela equipe de gestão;

III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores. O documento que respalda este item e os próximos dois itens é o Questionário Due Diligence;

IV - experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e

V - análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

A seleção dos ativos levará em consideração o cenário econômico, a estratégia de alocação proposta no item acima, assim como nos objetivos a serem alcançados na gestão dos investimentos. Os ativos selecionados deverão, por obrigação da norma e desta Política, ser vinculados a instituição previamente credenciada junto ao RPPS.

ITAPREVI
Fls: 346
Proc: 20000174/26

2.4 PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS

A Portaria 1467/22, em seu art. 39, determina que "A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS".

"§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior."

Desta forma, considerando a atualização da ETTJ feita pela Portaria MPS nº 1.499/2024 e a duração do passivo, encontramos o valor de 4,95% a.a, mais a variação positiva do IPCA como meta atuarial para 2025.

2.5 LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão definidos nos regulamentos dos fundos de investimentos que recebem aportes de RPPS. Seguindo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento na carteira do RPPS, deverá ser respeitada a regra de que os direitos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

Ademais, instituímos o limite de 20% para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, assim como para ativos emitidos por um mesmo conglomerado econômico ou financeiro.

2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O art. 143 da Portaria 1.467/22, traz a seguinte redação:

"Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro."

Os ativos financeiros integrantes da carteira do **ITAPREVI** poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no Anexo VIII, da Portaria 1.467/22:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - mantidos até o vencimento.

Na categoria de disponíveis para negociação ou para venda, devem ser registrados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses ativos serão marcados a mercado, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

Na categoria de ativos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do **ITAPREVI** de mantê-los em carteira até o vencimento. Poderá ser realizada a reclassificação dos ativos da categoria de mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no Anexo VIII da Portaria 1467/22.

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras e fundos de investimentos devem ser marcados a valor de mercado, obedecendo os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA. Os métodos e as fontes de referências adotadas para precificação dos ativos do **ITAPREVI** são estabelecidos em seus custodiantes conforme seus manuais de apreçamento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:

I - demonstração da capacidade financeira do **ITAPREVI** de mantê-los em carteira até o vencimento;

II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento;

III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do **ITAPREVI**;

IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e

V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

RISCO DE MERCADO - é a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O **ITAPREVI** utiliza indicadores como **VaR – Value-at-Risk** e **Volatilidade** para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos da carteira de investimentos.

RISCO DE CRÉDITO - é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Conforme determina o parágrafo quinto do art. 7º da Resolução 4963/21, que trata das aplicações em renda fixa, "os responsáveis pela gestão do **ITAPREVI** deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito."

ITAPREVI
Fls.: 348
Proc.: 20000017 4/26

A classificação como baixo risco de crédito deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

No que tange a aplicação feita diretamente pelo **ITAPREVI**, no artigo 7º, Inciso I, alínea "a" refere-se a títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são tidos como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra possibilidade de investimento realizado diretamente pelo **ITAPREVI**, enquadrado no artigo 7º, Inciso IV prevê "até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21".

O inciso I do § 2º do art. 21 por sua vez, indica "o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional".

Para facilitar o entendimento sobre quem são as instituições que atendem aos requisitos indicados acima a Secretaria de Regimes Próprios e Complementar (SRPC) criou uma "lista exaustiva", contendo todas as instituições do mercado que atendem os requisitos e encontram-se aptas para as aplicações indicadas acima.

RISCO DE LIQUIDEZ - é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

Conforme determina o art. 115 da Portaria 1.467/22/2021, "A aplicação dos recursos do **ITAPREVI** deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras."

A análise de condição de liquidez da carteira do **ITAPREVI** é realizada todos os meses, tomando como base a carteira investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no parágrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de atestado elaborado pela unidade gestora, evidenciando a compatibilidade prevista no caput.

RISCO DE SOLVÊNCIA - é o que decorre das obrigações do **ITAPREVI** para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se dá através de avaliações atuariais e realização de estudos para embasamento dos limites financeiros no direcionamento dos recursos. Quanto a gestão dos investimentos, o **ITAPREVI** buscará retornos compatíveis com as necessidades atuariais, mantendo assim, a solvência do **ITAPREVI** no decorrer da vida do regime.

RISCO SISTÊMICO - é o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições de mesmo segmento econômico que possa gerar colapso ou reação em cadeia que impacte o sistema financeiro ou mesmo afete a economia de forma mais ampla.

ITAPREVI
Fls.: 349
Proc.: 20000174/26

A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela **Mais Valia** (Consultoria de Investimentos), Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser minimizados compondo uma carteira diversificada, composta por ativos que se expõem a diferentes riscos e apresentem baixa ou inversa correlação, ou seja, se comportem de maneira diferente nos diversos cenários, como bolsa e dólar. No caso do Risco Sistêmico, o potencial de mitigação de risco a partir da diversificação é limitado, uma vez que este risco pode ser entendido como o risco da quebra do sistema como um todo e neste caso, o impacto recairia para todos os ativos.

A forma de mitigar o risco sistêmico é realizando acompanhamentos periódicos nas condições de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e realizar e rapidamente adotar uma estratégia defensiva, alocando recursos em ativos mais conservadores. Porém, é importante salientar que em cenários extremos, existem riscos até mesmo para investimentos extremamente conservadores.

RISCO REPUTACIONAL - Decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção do **ITAPREVI** perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle interno do **ITAPREVI**.

Os órgãos de controle, em suas reuniões periódicas, poderão debater e registrar em ata os assuntos abordados relacionados a todos os tipos de risco elencados acima. Ademais, o **ITAPREVI** deverá emitir relatórios, em mesmo período e apresentá-lo aos órgãos de controle interno, contendo, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do **ITAPREVI** às normas em vigor e à política de investimentos;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

- análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações levantada deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento das hierarquias superiores.

Conforme descrito no art. 131 "Caso os controles internos do RPPS se mostrem insuficientes, inadequados ou impróprios, deverá ser determinada a observância de parâmetros e limites de aplicações mais restritivos na política de investimentos até que sejam sanadas as deficiências apontadas."

O **ITAPREVI** irá acompanhar os objetivos traçados na gestão dos ativos e os critérios como rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do regime e a aderência à Política de Investimentos, de forma mensal, através de relatório mensal da carteira de investimentos que contemplará:

O controle do **Risco de Mercado** que visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks* avaliando indicadores como VaR e Volatilidade.

ITAPREVI
Fls: 350
Proc.: 20000174/26

VaR (252 d.u): O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de X%.

Volatilidade: Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em X% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

Os relatórios mensais da carteira de investimentos proverão as informações necessárias para o acompanhamento e controle, tanto do **Risco de Mercado**, como do (a):

Risco de Desenquadramento com a Resolução CMN 4963/21 de forma a comprovar compatibilidade dos investimentos com os critérios e limites expostos na Resolução CMN nº 4963/21/2021.

Aderência à Política de Investimentos de forma a comprovar a aderência dos investimentos com todos os critérios e limites previstos nesta Política, como os limites expostos no item 2.2.4 (Estratégia de alocação.

Aderência aos Benchmarks de forma a comprovar a compatibilidade da rentabilidade dos fundos investidos com os seus respectivos benchmarks, no intuito de identificar se os fundos apresentam resultados discrepantes em relação ao mercado, bem como em relação a sua referência.

2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da meta de rentabilidade estabelecida para o ano, informada no item 2.4 e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação da carteira é realizada de forma constante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da relação risco/retorno, ponderando sempre o perfil de investidor do **ITAPREVI** e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Além do desempenho, medido pela rentabilidade, são monitorados ainda indicadores de risco como Volatilidade e VaR dos ativos de forma individual, bem como da carteira do **ITAPREVI** como um todo. O monitoramento visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos individualmente e da carteira consolidada com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks*, com a Resolução e com esta Política.

2.9 PLANO DE CONTINGÊNCIA

Algumas medidas devem ser tomadas como forma de mitigar o risco dos investimentos no que se refere a descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4963/21 e nesta Política de Investimentos.

ITAPREVI
351
Proc.: 2000017 4/26

Tão logo seja detectado qualquer descumprimento, quem o detectou deverá informar ao Comitê de Investimentos que convocará reunião extraordinária no mais breve espaço de tempo para que tais distorções sejam corrigidas.

Caso seja considerado pelo Comitê de Investimentos que na carteira do **ITAPREVI** haja algum ativo investido com excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos, deverá ser formalizada à Diretoria Executiva uma solicitação para que esta proceda imediatamente com o pedido de resgate.

Se houver prazo de carência, conversão de cotas ou outro obstáculo ao imediato resgate dos recursos, deverá o Comitê de Investimentos elaborar relatório, com periodicidade trimestral, detalhando a situação com a medidas tomadas e perspectivas de resgate do referido investimento e apresentá-lo aos órgãos de controle interno e externo, conforme determina o inciso VI do art. 153 da Portaria MTP 1467/22.

O acompanhamento de eventuais aplicações será realizado através de comunicação contínua entre a Diretoria e os gestores atuais dos fundos. Além disso, serão acompanhadas as assembleias, fatos relevantes, comunicados dos cotistas, dentre outros documentos oficiais e será dada ciência às hierarquias do Ente e aos membros do Comitê de Investimentos, para que haja uma maior transparência sobre o processo de desinvestimento dos fundos.

2.9.1 PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS

A provisão para perdas em investimentos é uma prática contábil que visa estimar e registrar as perdas esperadas em investimentos. Essas perdas podem ocorrer devido a diversos fatores, como desvalorização de ativos, inadimplência de devedores, falência de empresas investidas, entre outros. A provisão para perdas é uma medida preventiva que, caso seja necessário, deverá ser adotada pelo **ITAPREVI** para evitar surpresas negativas no futuro e garantir a adequada avaliação de seus investimentos.

Para tanto, será adotado o Value at Risk (VaR) como índice para provisão de perda contábil. O VaR é uma medida estatística que indicará, neste caso, a perda máxima potencial da carteira do **ITAPREVI** em um ano, com intervalo de confiança de 95%.

2.10 RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA

A presente política de investimentos busca estabelecer parâmetros claros e processos robustos para o resgate de cotas de fundos de investimentos, especialmente em situações em que a cota na data do resgate corresponde a um valor menor do que o inicialmente investido. Este documento visa assegurar a conformidade com as normativas vigentes, promover a transparência e garantir a prudência na gestão dos recursos do **ITAPREVI**.

Qualquer decisão de resgate de cotas de fundos de investimentos, particularmente quando houver prejuízo, deverá ser fundamentada em estudos técnicos robustos. Esses estudos devem avaliar a viabilidade de manter os recursos aplicados, considerando os seguintes aspectos:

- Estratégia de alocação de ativos: revisar a composição da carteira de investimentos e verificar se a manutenção das cotas é consistente com a estratégia de diversificação e os objetivos do **ITAPREVI**.
- Horizonte temporal do investimento: avaliar o período previsto para a recuperação dos ativos e comparar com o horizonte temporal dos compromissos do **ITAPREVI**.

- Perspectiva de recuperação do mercado: analisar cenários econômicos e financeiros que possam indicar a recuperação dos ativos no curto, médio e longo prazo.
- Objetivos de curto e longo prazos do **ITAPREVI**: considerar as metas financeiras e atuariais estabelecidas para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O processo de resgate de cotas com prejuízo deve seguir os seguintes passos:

- Elaboração de Estudos Técnicos: deverá ser solicitado à **Mais Valia** (Consultoria de Investimentos) estudos técnicos detalhados que justifiquem a decisão de resgate. Estes estudos serão debatidos pelos membros do Comitê de Investimentos com ou sem a participação de um representante da consultoria contratada e serão realizadas as deliberações necessárias.
- Documentação e Aprovação: todos os estudos e análises devem ser documentados e anexados à ata do Comitê de Investimentos do **ITAPREVI**. A decisão de resgate deve ser aprovada por este órgão, garantindo a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do **ITAPREVI**.

2.11.1 PARÂMETRO DE RENTABILIDADE - BENCHMARK

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos pela carteira de empréstimos consignados buscarão manter o equilíbrio econômico-financeiro da carteira, e ser superior à meta atuarial do **ITAPREVI** utilizada na avaliação atuarial vigente, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

3. TRANSPARÊNCIA

Além de estabelecer as diretrizes para o processo de tomada de decisão, esta Política de Investimentos busca ainda dar transparência à gestão dos investimentos do **ITAPREVI**, tal informação estará disponível no portal de transparência do instituto através do link: Transparência Instituto de Previdência de Itaguaí/RJ - ITAPREVI

O Art. 148 da Portaria 1467/22 determina que o **ITAPREVI** deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;

II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;

ITAPREVI
Fls.: 353
Proc.: 20000174/26

III - a composição da carteira de investimentos do **ITAPREVI**, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;

IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;

V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do **ITAPREVI**;

VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o **ITAPREVI** e respectiva data de atualização do credenciamento; e

VII - as datas e locais das reuniões das hierarquias superiores e do comitê de investimentos do **ITAPREVI** e respectivas atas.

Além destes, o art. 149 define que o **ITAPREVI** deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que demonstrem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN e o envio tempestivo do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimento) e do DAIR (Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos), conforme descrito no parágrafo único do art. 148 da Portaria 1467/22.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

A comprovação da elaboração da presente Política de Investimentos, conforme determina o art. 101 da Portaria 1467/22, ocorre por meio do envio, pelo CADPREV, do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – para o Ministério da Previdência Social – MPS. Sua aprovação pelas hierarquias superiores do **ITAPREVI** ficará registrada por meio de ata de reunião cuja pauta contemple tal assunto, sendo parte integrante desta Política de Investimentos.

Atendendo ao parágrafo nove do art. 241 da Portaria 1467/22, *"Os documentos e bancos de dados que deram suporte às informações de que trata este artigo deverão permanecer à disposição da SPREV pelo prazo de 10 (dez) anos e arquivados pelo ente federativo e unidade gestora do RPPS, preferencialmente de forma digital."*

Novembro, 2024

ITAPREVI

ITAPREVI
Fls.: 354
Proc.: 20000174/26

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

André Luiz da Silva Miranda: André Luiz da Silva Miranda

Marcelo José Magalhães Lopes:

Pedro Cardoso dos Santos: Pedro Cardoso dos Santos

Elaine de Andrade Leite Ferreira (suplente): Elaine de A. B. Ferreira

Oswaldo Luiz da Silva Mello (suplente):

DIRETORIA EXECULTIVA DO ITAPREVI

Soraia Teodoro Trindade: Soraia Trindade

André Luiz da Silva Miranda: André Luiz da Silva Miranda

Marcelo José Magalhães Lopes:

Sonia Teresinha Campos de F.V. Braga: Sonia Teresinha Braga

Elaine de Andrade Leite Ferreira: Elaine de A. B. Ferreira

Fernanda Pereira da Silva:

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Simone Fernandes de Oliveira Fontes: S. Fernandes

Simone Lucia dos Santos:

Dineia de Oliveira Mello:

Rafael de Farias Rocha:

Lucia Amália Simões:

Edson Pereira da Costa:

Sheila Moura Quintanilha (suplente):

Letícia da S. Siqueira de Paula (suplente):

Felipe Wagner Q. Domingues (suplente):

Luiz Joed Cabral Coelho (suplente):

Fernanda Pereira da Silva (Presidente Itaprev

Fernanda Pereira da Silva
Presidente ITAPREVI
Matrícula: 639.352

ITAPREVI

ITAPREVI
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

ITAPREVI

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

MÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 3
1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 3
1.2 OBJETIVO 3
1.3 BASE LEGAL 3
1.4 VIGÊNCIA 3
2. CONTEÚDO 4
2.1 MODELO DE GESTÃO 5
2.1.1 GOVERNANÇA 5
2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO 7
2.2.1.1 INTERNACIONAL 7
2.2.1.2 NACIONAL 8
2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO 9
2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ 9
2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS 10
2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2025 10
2.3 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS 12
2.4 PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS 13
2.5 LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA 13
2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS 13
2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS 14
2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS 17
2.9 PLANO DE CONTINGÊNCIA 17
2.9.1 PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS 18
2.10 RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA 18
2.11.1 PARÂMETRO DE RENTABILIDADE - BENCHMARK 19
3. TRANSPARÊNCIA 19
4. DISPOSIÇÕES FINAIS 20

ITAPREVI 355
Proc.: 2000001744/26

1. APRESENTAÇÃO

1.1 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é o documento que estabelece as diretrizes, fundamenta e norteia o processo de tomada de decisão de investimentos dos recursos previdenciários, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência. Estes objetivos devem estar sempre alinhados em busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social.

1.2 OBJETIVO

A avaliação atuarial assim como o último estudo de ALM – *Asset Liability Management* (julho-2023) realizados, constataram que o **ITAPREVI** dispõe de uma situação saudável no que tange a sua solvência, assim como dispõe de condições favoráveis para adotar uma estratégia vislumbrando o longo prazo, a qual pode consistir em agregar ativos mais voláteis e ativos com vencimentos em longo prazo ou carência.

Portanto, o **ITAPREVI** no que tange à gestão dos investimentos durante o exercício de 2025, buscará a maximização da rentabilidade dos seus ativos, com foco em uma estratégia de longo prazo.

1.3 BASE LEGAL

A presente Política de Investimentos obedece ao que determina a legislação vigente especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4963/21/2021 ("Resolução 4963/21") e a Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.467/22/2022 ("Portaria 1.467/22") que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.

1.4 VIGÊNCIA

A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o ano de 2025 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo órgão superior competente do **ITAPREVI**, conforme determina o art. 5º da Resolução 4963/21.

O parágrafo primeiro do art. 4º da mesma Resolução preconiza que *"justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação"*.

É importante destacar que no momento da elaboração desta Política já existe a minuta de uma nova Resolução 4963 que, quando publicada, ensejará na revisão desta

2. CONTEÚDO

O art. 4º da Resolução 4963/21, que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

> **Art. 4º.** Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:
>
> I - o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;
>
> II - a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;
>
> III - os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;
>
> IV - os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;
>
> V - a metodologia, os critérios e as fontes de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º;
>
> VI - a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos, bem como as diretrizes para o seu controle e monitoramento;
>
> VII - a metodologia e os critérios a serem adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos;
>
> VIII - o plano de contingência, a ser aplicado no exercício seguinte, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos nesta Resolução e dos parâmetros estabelecidos nas normas gerais dos regimes próprios de previdência social, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

A Seção II da Portaria 1.467/22 reforça, a partir do art. 102, o que determina a Resolução 4963/21 e traz maior detalhamento do conteúdo a ser abordado na Política de Investimentos.

ITAPREVI
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

A presente Política de Investimentos abordará, a seguir, cada um dos tópicos supracitados considerando o que determinam as duas normas.

2.1 MODELO DE GESTÃO

A Portaria 1.467/22 traz no art. 95 a seguinte redação:

> Art. 95. A gestão das aplicações dos recursos do **ITAPREVI** poderá ser própria, por entidade autorizada e credenciada, ou mista, nos seguintes termos:
>
> I - gestão própria, quando a unidade gestora realiza diretamente a execução da política de investimentos da carteira do regime, decidindo sobre as alocações dos recursos, inclusive por meio de fundos de investimento;
>
> II - gestão realizada exclusivamente por pessoa jurídica devidamente registrada e autorizada para administração de recursos de terceiros pela CVM; e
>
> III - gestão mista, quando parte da carteira do **ITAPREVI** é gerida diretamente pela unidade gestora e parte por instituições contratadas para administração de carteiras de valores mobiliários.

O **ITAPREVI** adota o modelo de gestão própria. Isso significa que as decisões são tomadas pela Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselho, sem interferências externas.

2.1.1 GOVERNANÇA

A estrutura do **ITAPREVI** é formada pela Unidade Gestora que conta com o Gestor de Investimentos e Comitê de Investimentos, que são os responsáveis pela execução da Política de Investimentos. As demais hierarquias superiores, no âmbito de suas devidas competências como órgãos superiores, aprovarão a Política de Investimentos e atuarão com o acompanhamento e fiscalização da gestão dos investimentos.

Para balizar as decisões poderão ser solicitadas opiniões de profissionais externos, como da Consultoria de investimentos contratada, outros Regimes Próprios de Previdência Social, Instituições financeiras, distribuidores, gestores ou administradores de fundos de investimentos ou outros. No entanto, as decisões finais são restritas à Diretoria, Comitê e Conselhos.

Com relação à governança do **ITAPREVI**, o Comitê de Investimentos é o órgão responsável pela execução desta Política de Investimentos, sendo este o detentor do mandato para as movimentações (aplicações e resgates) e manutenção da carteira de investimentos ao longo do ano.

As demais hierarquias superiores, no âmbito de suas devidas competências como órgãos superiores, deverão aprovar a Política de Investimentos, acompanhar a gestão dos investimentos realizando reuniões mensalmente, em conformidade com o previsto no artigo 72 da Portaria MTP nº 1467/22.

Como apoio à fiscalização, o **ITAPREVI** poderá dispor de seu **Controle Interno** que atuará buscando zelar pela gestão econômico-financeira do regime, examinando quando necessário o balanço anual, balancetes e demais atos de gestão.

ITAPREVI
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

além de verificar a ocorrência das premissas e resultados da avaliação atuarial, acompanhar o cumprimento do plano de custeio, em relação ao repasse das contribuições e aportes previstos.

O **ITAPREVI** conta com o serviço de consultoria de investimento da empresa **Mais Valia Consultoria Ltda. (Consultoria)**, sob nome fantasia **"Mais Valia"**, e inscrita no CNPJ 22.687.467/0001-94 autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, contratada para prestação de serviços quanto a análise, avaliação e assessoramento dos investimentos. A **Mais Valia** atuará conforme legislação que rege sua atuação em relação aos investimentos dos RPPS, através de análise de cenários, estudo de carteira, análise de fundos, sistema e relatórios, vislumbrando a otimização da carteira para o atingimento dos objetivos traçados nesta política, sem incorrer em elevado risco nos investimentos.

2.2 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Conforme exposto no inciso II do artigo 102, no que se refere à definição da estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos, deverá a unidade gestora considerar entre outros aspectos, o cenário econômico, o atual perfil da carteira, verificar os prazos, montantes e taxas de obrigações atuariais presentes e futuras do regime, de forma a definir alocações que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do RPPS, definir os objetivos da gestão de investimentos, além de uma estratégia alvo de alocação com percentuais pretendidos para cada segmento e tipo de ativo, além de limites mínimos e máximos.

> O art. 2º da Resolução 4963/21 determina que os recursos do **ITAPREVI** devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:
>
> I – renda fixa
>
> II – renda variável
>
> III – investimentos no exterior
>
> IV – investimentos estruturados
>
> V – fundos imobiliários
>
> VI – empréstimos Consignados
>
> São considerados investimentos estruturados:
>
> I – fundos/classes de investimento classificados como multimercado;
>
> II – fundos/classes de investimento em participações (FIP); e
>
> III – fundos/classes de investimento classificados como "Ações - Mercado de Acesso".

As aplicações dos recursos deverão observar a compatibilidade dos ativos investidos com os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do ITAPREVI.

ITAPREVI
356
PROC.: 20000017412G

ITAPREVI
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

Para isso, deverão ser acompanhados, especialmente antes de qualquer aplicação que implique em prazos para desinvestimento – inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, os fluxos de pagamentos dos ativos assegurando o cumprimento dos prazos e dos montantes das obrigações do **ITAPREVI**.

Tais aplicações deverão ser precedidas de atestado elaborado pela Unidade Gestora evidenciando a compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, conforme determina o parágrafo primeiro do art. 115 da Portaria 1467/22.

A estratégia de alocação busca montar uma carteira de investimentos, focada na obtenção dos objetivos traçados nesta política, considerando o perfil de risco do **ITAPREVI**, tomando como base o contexto econômico atual e projetado, o fluxo de caixa dos ativos e passivos previdenciários e as perspectivas de oportunidades favoráveis ao objetivo traçado, se resguardando de manter-se sempre dentro dos limites e preceitos técnicos e legais previstos nas normas de investimentos dos RPPS, de acordo com o previsto no artigo 102 da Portaria 1.467/22.

Para a formação do portfólio ideal, começaremos com uma breve abordagem do cenário econômico atual e projetado.

2.2.1 CENÁRIO ECONÔMICO

2.2.1.1 INTERNACIONAL

Nos Estados Unidos, o mês de julho foi marcado por notáveis eventos políticos, como o atentado ao candidato Donald Trump e, em seguida, a desistência do atual presidente Joe Biden à reeleição. Apesar destes eventos não terem resultado em grandes variações nos preços dos ativos, reforçaram as perspectivas de uma possível vitória de Trump nas eleições que aconteceriam em novembro. Essa expectativa foi confirmada nas urnas e colégio eleitoral dos EUA.

No que se refere aos dados macroeconômicos, o PIB do segundo trimestre surpreendeu ao vir acima do esperado. A inflação, medida pelo PCE, apesar de permanecer elevada, segue uma trajetória descendente em direção à meta de 2%. Estes dados indicaram resiliência da atividade econômica norte-americana e foram avaliados de forma positiva pelo Fed, que resolveu manter a taxa de juros entre 5,25% a 5,50% na reunião ocorrida no último dia 31. Com a decisão, o mercado espera o primeiro corte de juros na reunião de setembro.

Contudo, o destaque ficou para os dados do payroll de julho, divulgados em 02 de agosto, muito abaixo do esperado, apontando a criação de 114 mil novas vagas de trabalho ante a expectativa de 175 mil e o aumento da taxa de desemprego a 4,3%. Os dados foram recebidos de forma alarmante pelo mercado, que começou a precificar uma maior possibilidade de recessão nos Estados Unidos. A leitura negativa dos dados do mercado de trabalho foi endossada pela subida do indicador *"Sahm Rule"*, que apresenta uma relação de causalidade entre o aumento do desemprego e a possibilidade de recessão econômica no país. No entanto, é cedo para afirmar que a recessão ocorrerá, uma vez que parte do mercado tem atribuído o aumento do desemprego a uma recomposição do mercado de trabalho, como a elevação da população imigrante.

O índice de preços ao consumidor da zona do euro acelerou na leitura anual ao passar de 2,5% em junho para 2,6% em julho, enquanto a expectativa era de estabilidade. Observando a permanência da inflação em patamares elevados, o Banco Central Europeu decidiu manter suas taxas de juros inalteradas, argumentando que manterá um patamar suficientemente restritivo a fim de garantir que a inflação retorne à meta.

ITAPREVI
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

Em julho foram divulgados os dados do PIB, que avançou 0,3% no segundo trimestre de 2024 e 0,6% na comparação anual, acima das expectativas. Em contrapartida, dados de mais alta frequência, como o PMI (índice de atividade dos gerentes de compras), indicaram desaceleração do setor de serviços e estabilidade do setor industrial em julho.

A China, por sua vez, permanece com dificuldades de crescer conforme as projeções, considerando a desaceleração do PIB do segundo trimestre para 4,7%, abaixo do esperado, decorrente, principalmente, da demanda interna mais fraca e da persistente crise imobiliária do país. Apesar de se mostrar ambicioso quanto ao fechamento de 2024, com a expectativa do PIB a 5%, o Banco do Povo da China (PBOC) resolveu reduzir suas taxas básicas de juros, refletindo os esforços em reanimar a atividade econômica. A indústria chinesa continua sendo um fator de atenção para o atingimento da meta de crescimento. Ainda que as exportações chinesas tenham apresentado avanço, a demanda interna abaixo do esperado continua pressionando os preços para baixo, com deflação de 0,20% em junho na variação mensal. Na leitura anualizada, a inflação apresentou avanço de 0,20%, abaixo do esperado.

2.2.1.2 NACIONAL

A atividade econômica continua a mostrar resiliência, contrariando as expectativas existentes no início do ano. Este cenário tem sido impulsionado por um mercado de trabalho aquecido, onde observamos a taxa de desocupação em 6,9% no trimestre encerrado em junho. Também houve crescimento do rendimento médio da população, o que, por sua vez, eleva o consumo e contribui com o crescimento da atividade.

Um fator de atenção tem sido a desvalorização cambial, que apesar de ter favorecido a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional (positivo para exportações), impacta em alta da inflação de custos e de bens finais.

No cenário inflacionário, o IPCA de julho avançou 0,38%, acima do esperado, e acumula 4,50% em doze meses. O maior impacto neste indicador foi causado pelo grupo Transportes, que avançou 1,82%, impulsionado pela alta nas passagens aéreas e gasolina, e impactou o índice geral em 0,37 p.p.. No que tange às expectativas, hoje espera-se que o IPCA permaneça próximo ao teto da meta (4,50%) estipulada pelo Conselho Monetário Nacional até o fechamento de 2024, apesar de o Copom ter destacado na Ata da última reunião que "o processo desinflacionário arrefeceu e que os níveis de inflação corrente acima da meta, em contexto de dinamismo da atividade econômica, tornam a convergência da inflação à meta mais desafiadora."

No que tange à política monetária, na Super Quarta ocorrida no último dia do mês, o Copom e o Fomc (Comitê Federal de Mercado Aberto, do banco central dos Estados Unidos) decidiram por manter suas respectivas taxas de juros inalteradas, conforme esperado. Reforçando um posicionamento de cautela, o Copom destacou que "a conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, ampliação da desancoragem das expectativas de inflação e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária".

Apesar da resiliência da atividade e da inflação parcialmente controlada, há um pessimismo afetando os mercados, proveniente do quadro fiscal. Durante o mês de julho houve impacto causado por manifestações no cenário político, o que afetou as expectativas dos agentes de mercado e causou variação nos juros e no câmbio.

No início do mês, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou corte de R$ 25 bilhões em despesas, a fim de cumprir os limites do arcabouço fiscal, o que causou reação positiva do mercado. Posteriormente, o Presidente Lula afirmou que precisaria ser convencido da necessidade dos cortes, o que implicou em abertura da curva de juros e alta

do dólar, refletindo uma percepção de falta de compromisso com as contas públicas. Ao final do mês, Haddad volta à tona anunciando um congelamento de R$ 15 bilhões.

Além deste conflito no campo político, o Governo Central reportou déficit primário de R$ 38,8 bilhões em junho e de R$ 68,7 bilhões no acumulado do primeiro semestre, em valores nominais. Comparando o resultado em termos reais (descontando a inflação), o déficit de junho foi o 4º pior da série histórica, enquanto o do acumulado do ano só não foi pior que 2020 e 2017.

Segundo as projeções do relatório Focus do Banco Central, o PIB do Brasil deve crescer 3,08% em 2024 e 1,93% em 2025, enquanto as projeções para o IPCA têm sido revistas para cima há algumas semanas, chegando a 4,55% para 2024 e 4,00% para 2025. O mercado também espera a taxa Selic a 11,75% ao final do ano.

2.2.1.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO

Mediana - Agregado	2024						2025					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal	Resp.	Desvio Padrão	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal	Resp.	Desvio Padrão
IPCA (variação %)	4,33	4,50	4,55	▲ (1)	150	0,55	3,97	3,99	4,00	▲ (2)	140	0,80
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	3,00	3,05	3,08	▲ (2)	109	0,97	1,90	1,93	1,93	= (3)	109	0,91
Câmbio (R$/US$)	5,40	5,42	5,43	▲ (2)	122	0,38	5,35	5,40	5,39	= (2)	122	0,48
Selic (% a.a)	11,75	11,75	11,75	= (0)	126	0,75	10,75	11,25	11,25	= (0)	116	1,25
[illegible]	4,56	4,55	4,57	▲ (2)	90	0,50	3,93	3,97	3,99	▲ (2)	73	0,60
[illegible]	4,71	4,94	4,96	▲ (2)	98	0,91	3,93	3,93	3,90	▼ (-3)	96	0,68
[illegible]	-58,00	-43,50	-43,23	▲ (21)	32	43,00	9	-44,83	-35,00	-42,00	— (-1)	30	-45,00
[illegible]	81,00	72,00	72,55	▼ (-1)	30	19,55	10	78,13	76,05	76,10	▲ (2)	25	78,06
[illegible]	73,10	72,00	72,00	= (2)	29	10,00	9	73,80	74,00	74,00	= (1)	27	73,96
[illegible]	64,00	63,50	63,50	= (0)	29	61,50	8	66,53	66,60	66,60	= (1)	29	66,63
[illegible]	0,00	-0,50	-0,90	= (0)	13	-0,66	13	-0,13	0,00	0,00	= (0)	13	0,00
[illegible]	-7,70	-7,70	-7,70	▲ (2)	29	-7,50	9	-7,50	-7,25	-7,15	= (1)	28	-7,10

Fonte: Relatório Focus de 25/10/2024 (Banco Central)

2.2.2 CARTEIRA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ

Atualmente, o **ITAPREVI** tem investimentos de **R$ 292.006.501,64** (base 31/10/2024) distribuídos dessa forma pelos [illegible] dos Res 4963/21:

7º I a - Títulos TN SELIC	100,00%	10,82%	31.613.354,66
7º I b - FI 100% Títulos TN	100,00%	43,80%	127.936.765,48
7º III a - FI Referenciados RF	60,00%	21,79%	63.633.360,49
7º V - Ativos Financeiros de RF - Emissão de	20,00%	21,17%	61.824.380,31
8º I - Fundos de Ações	30,00%	2,50%	7.301.763,34
10º I - Fundos Multimercados	10,00%	0,12%	364.366,87

A divisão por intervalo de liquidez, considerando os investimentos e saldo em conta corrente, pode ser observada na tabela abaixo:

Até D+30	230.120.759,41	78,87
Até D+180	0,00	0,00
Até D+360	0,00	0,00
Até D+720	0,00	0,00
Até D+1800	180.275,31	0,06
Até D+3600	30.725.990,21	10,52
Acima D+3600	31.013.776,55	10,62

2.2.3 OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS

O objetivo principal da gestão dos investimentos é a maximização da rentabilidade, tomando como referência a meta de rentabilidade definida, observando os princípios de segurança, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.

Conforme indicado no Inciso IV do artigo 102 da Portaria 1467/22, no que se refere aos parâmetros de rentabilidade, deverá a gestão definir a meta de rentabilidade futura dos investimentos, buscar a compatibilidade com o perfil da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base cenários macroeconômico e financeiros e os fluxos atuariais com as projeções das receitas e despesas futuras do **ITAPREVI** e observar a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

2.2.4 ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2025

Considerando, portanto, o cenário econômico projetado, a alocação atual dos recursos, os prazos, montantes e taxas das obrigações atuariais presentes e futuras do **ITAPREVI** e as opções de investimentos previstas na Resolução 4963/21, a decisão de alocação dos recursos para 2025 deverá ser norteada pelos limites definidos na tabela a seguir, com o intuito de obter retorno compatível com a meta de rentabilidade definida, sem incorrer em elevado nível de risco na gestão dos investimentos.

A coluna de "estratégia alvo" tem como objetivo tornar os limites de aplicação mais assertivos, considerando o cenário projetado atualmente. No entanto, as colunas de "limite inferior" e "limite superior" tornam as decisões mais flexíveis dada a dinâmica e as permanentes mudanças que o cenário econômico e de investimentos vivenciam.

Fls: 357
Proc: 2000001744/26

Resolução 4.963 ajustada					Política de Investimentos para o ano de 2026					
	Descrição do Ativo	Art.	Cart.	Lim Inf	Estrat Alvo	Lim Sup Ativo	Lim Sup Bloco	Lim Individual RPPS	Lim Individual Fundo
RENDA FIXA	Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC	7 I a	10.62%	0,00%	12,00%	100%	100%	N/A	
	Fundo/Classe de Investimento - 100% Títulos Públicos SELIC	7 I b	43.80%	0,00%	42,00%	100%		100%	
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF) - 100% Títulos Públicos	7 I c				100%		100%	
	Operações Compromissadas - 100% Títulos Públicos SELIC	7 II				5%		N/A	
	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral	7 III a	21.79%	0,00%	23,00%	60%	60%	20%	15%
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF) - Renda Fixa	7 III b				60%		20%	15%
	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras	7 IV	21.17%	0,00%	20,00%	20%		N/A	
	Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Sênior	7 V a				5%	15%	20%	5%
	Fundo/Classe de Investimento em Renda fixa - Crédito Privado	7 V b				5%		20%	5%
	Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura	7 V c				5%		20%	5%
RENDA VARIÁVEL	Fundo/Classe de Investimento em Ações	8 I	2.50%	0,00%	2,00%	30%	30%	20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em índices de Mercado (ETF)	8 II				30%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR Ações	8 III				30%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR-ETF	8 IV				30%		20%	15%
INVEST ESTRUT	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM	10 I	0.12%	0,00%	1,00%	10%	15%	20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Participações	10 II				5%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso	10 III				5%		20%	15%
FII	Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)	11				5%		20%	15%
INVEST EXT	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa	9 I				10%	10%	20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior	9 II				10%		20%	15%
EM	Empréstimos Consignados	12		0,00%	0,00%	5%		N/A	
			100,00%		100,00%				

2.3 CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES E SELEÇÃO DE ATIVOS

No que se refere aos critérios para credenciamento de instituições e seleção de ativos, deverá ser considerada a adequação ao perfil da carteira, ao ambiente interno e à estrutura de exposição a riscos do **ITAPREVI**, e análise da solidez, porte e experiência das instituições credenciadas.

Para realizar o processo de credenciamento das instituições, o **ITAPREVI** utiliza-se de procedimento de credenciamento definido em legislação, detalhando os documentos necessários, assim como o passo a passo do processo. O procedimento segue levando em consideração os critérios listados na Seção III do Capítulo VI da Portaria 1.467/22.

O parágrafo segundo do artigo 103 diz que "os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira."

O parágrafo terceiro traz os critérios que devem ser analisados e atestados formalmente pela unidade gestora, no momento do credenciamento de uma instituição:

I - registro ou autorização na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente. O próprio registro ou autorização serve como documento que respalda esse item, além da consulta ao site do órgão competente, indicando se há algum ponto de observância ou suspensão da instituição;

II - observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro. O respaldo a esse item é feito através da consulta ao site da instituição, constando os processos físicos e eletrônicos vinculados a instituição e aos responsáveis pela equipe de gestão;

III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores. O documento que respalda este item e os próximos dois itens é o Questionário Due Diligence;

IV - experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e

V - análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

A seleção dos ativos levará em consideração o cenário econômico, a estratégia de alocação proposta no item acima, assim como nos objetivos a serem alcançados na gestão dos investimentos. Os ativos selecionados deverão, por obrigação da norma e desta Política, ser vinculados a instituição previamente credenciada junto ao RPPS.

2.4 PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PERSEGUIDOS

A Portaria 1467/22, em seu art. 39, determina que "A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS".

"§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior."

Desta forma, considerando a atualização da ETTJ feita pela Portaria MPS nº 1.499/2024 e a duração do passivo, encontramos o valor de 4,95% a.a, mais a variação positiva do IPCA como meta atuarial para 2025.

2.5 LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

Os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica serão definidos nos regulamentos dos fundos de investimentos que recebem aportes de RPPS. Seguindo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento na carteira do RPPS, deverá ser respeitada a regra de que os direitos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

Ademais, instituímos o limite de 20% para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, assim como para ativos emitidos por um mesmo conglomerado econômico ou financeiro.

2.6 PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O art. 143 da Portaria 1.467/22, traz a seguinte redação:

"Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro."

Os ativos financeiros integrantes da carteira do **ITAPREVI** poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no Anexo VIII, da Portaria 1.467/22:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - mantidos até o vencimento.

Na categoria de disponíveis para negociação ou para venda, devem ser registrados os ativos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Esses ativos serão marcados a mercado, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

Na categoria de ativos mantidos até o vencimento, podem ser registrados os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do **ITAPREVI** de mantê-los em carteira até o vencimento. Poderá ser realizada a reclassificação de ativos da categoria de mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no Anexo VIII da Portaria 1467/22.

Os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras e fundos de investimentos devem ser marcados a valor de mercado, obedecendo os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANBIMA. Os métodos e as fontes de referências adotadas para precificação dos ativos do **ITAPREVI** são estabelecidos em seus custodiantes conforme seus manuais de apreçamento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:

I - demonstração da capacidade financeira do **ITAPREVI** de mantê-los em carteira até o vencimento;

II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento;

III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do **ITAPREVI**;

IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação, e

V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

2.7 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

RISCO DE MERCADO - é a oscilação no valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como cotações de câmbio, ações, *commodities*, taxas de juros e indexadores como os de inflação, por exemplo.

O **ITAPREVI** utiliza indicadores como **VaR – Value-at-Risk** e **Volatilidade** para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificados nos relatórios periódicos da carteira de investimentos.

RISCO DE CRÉDITO - é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pelo não cumprimento das obrigações financeiras por parte da instituição que emitiu determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Conforme determina o parágrafo quinto do art. 7º da Resolução 4963/21, que trata das aplicações em renda fixa, "os responsáveis pela gestão do **ITAPREVI** deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento de que trata este artigo e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito."

ITAPREVI Fls: 358 Proc: 20000174/26

A classificação como baixo risco de crédito deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia.

No que tange a aplicação feita diretamente pelo **ITAPREVI**, no artigo 7º, inciso I, alínea "a" refere-se a títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses são tidos como os ativos de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto a classificação de risco desse ativo não se faz necessária.

Outra possibilidade de investimento realizado diretamente pelo **ITAPREVI**, enquadrado no artigo 7º, inciso IV prevê "até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que atendam às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21º".

O inciso I do § 2º do art. 21 por sua vez, indica "o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional".

Para facilitar o entendimento sobre quem são as instituições que atendem aos requisitos indicados acima a Secretaria de Regimes Próprios e Complementar (SRPC) criou uma "lista exaustiva", contendo todas as instituições do mercado que atendem os requisitos e encontram-se aptas para as aplicações indicadas acima.

RISCO DE LIQUIDEZ - é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo hábil ou da falta de recursos disponíveis para honrar pagamentos ou resgates solicitados.

Conforme determina o art. 115 da Portaria 1.467/22/2021, "A aplicação dos recursos do **ITAPREVI** deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com os prazos e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras."

A análise de condição de liquidez da carteira do **ITAPREVI** é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis adequações dos prazos as obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuariais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no paragrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, resgate, carência ou para conversão de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de atestado elaborado pela unidade gestora, evidenciando a compatibilidade prevista no caput.

RISCO DE SOLVÊNCIA - é o que decorre das obrigações do **ITAPREVI** para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se da através de avaliações atuariais e realização de estudos para embasamento dos limites financeiros no direcionamento dos recursos. Quanto a gestão dos investimentos, o **ITAPREVI** buscará retornos compatíveis com as necessidades atuariais, mantendo assim, a solvência do **ITAPREVI** no decorrer da vida do regime.

RISCO SISTÊMICO - é o risco de surgimento de uma crise de confiança entre instituições de mesmo segmento econômico que possa gerar colapso ou reação em cadeia que impacte o sistema financeiro ou mesmo afete a economia de forma mais ampla.

A análise do risco sistêmico é realizada de forma permanente pela **Mais Valia (Consultoria de Investimentos)**, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos que monitoram informações acerca do cenário corrente e perspectivas de forma a mitigar potenciais perdas decorrentes de mudanças econômicas.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser minimizados compondo uma carteira diversificada, composta por ativos que se expõem a diferentes riscos e apresentem baixa ou inversa correlação, ou seja, se comportem de maneira diferente nos diversos cenários, como bolsa e dólar. No caso do Risco Sistêmico, o potencial de mitigação de risco a partir da diversificação é limitado, uma vez que este risco pode ser entendido como o risco da quebra do sistema como um todo e neste caso, o impacto recairia para todos os ativos.

A forma de mitigar o risco sistêmico é realizando acompanhamentos periódicos nas condições de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e realizar e rapidamente adotar uma estratégia defensiva, alocando recursos em ativos mais conservadores. Porém, é importante salientar que em cenários extremos, existem riscos até mesmo para investimentos extremamente conservadores.

RISCO REPUTACIONAL - Decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou danificar a percepção do **ITAPREVI** perante a mídia, o público, os colaboradores e o mercado como um todo. O controle deste risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle interno do **ITAPREVI**.

Os órgãos de controle, em suas reuniões periódicas, poderão debater e registrar em ata os assuntos abordados relacionados a todos os tipos de risco elencados acima. Ademais, o **ITAPREVI** deverá emitir relatórios, em mesmo período e apresentá-lo aos órgãos de controle interno, contendo, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do **ITAPREVI** às normas em vigor e à política de investimentos;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações levantada deverão ser levadas em tempo hábil ao conhecimento das hierarquias superiores.

Conforme descrito no art. 131 "Caso os controles internos do RPPS se mostrem insuficientes, inadequados ou impróprios, deverá ser determinada a observância de parâmetros e limites de aplicações mais restritivos na política de investimentos até que sejam sanadas as deficiências apontadas."

O **ITAPREVI** irá acompanhar os objetivos traçados na gestão dos ativos e os critérios como rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do regime e a aderência à Política de Investimentos, de forma mensal, através de relatório mensal da carteira de investimentos que contemplará:

O controle do **Risco de Mercado** que visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks* avaliando indicadores como VaR e Volatilidade.

VaR (252 d.u): O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de X%.

Volatilidade: Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em X% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

Os relatórios mensais da carteira de investimentos proverão as informações necessárias para o acompanhamento e controle, tanto do **Risco de Mercado**, como do (a):

Risco de Desenquadramento com a Resolução CMN 4963/21 de forma a comprovar compatibilidade dos investimentos com os critérios e limites expostos na Resolução CMN nº 4963/21/2021.

Aderência à Política de Investimentos de forma a comprovar a aderência dos investimentos com todos os critérios e limites previstos nesta Política, como os limites expostos no item 2.2.4 (Estratégia de alocação.

Aderência aos Benchmarks de forma a comprovar a compatibilidade da rentabilidade dos fundos investidos com os seus respectivos benchmarks, no intuito de identificar se os fundos apresentam resultados discrepantes em relação ao mercado, bem como em relação a sua referência.

2.8 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da meta de rentabilidade estabelecida para o ano, informada no item 2.4 e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação da carteira é realizada de forma constante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da relação risco/retorno, ponderando sempre o perfil de investidor do **ITAPREVI** e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Além do desempenho, medido pela rentabilidade, são monitorados ainda indicadores de risco como Volatilidade e VaR dos ativos de forma individual, bem como da carteira do **ITAPREVI** como um todo. O monitoramento visa atestar a compatibilidade dos ativos investidos individualmente e da carteira consolidada com o mercado, com os seus respectivos *benchmarks*, com a Resolução e com esta Política.

2.9 PLANO DE CONTINGÊNCIA

Algumas medidas devem ser tomadas como forma de mitigar o risco dos investimentos no que se refere a descumprimento dos limites e requisitos previstos na Resolução CMN nº 4963/21 e nesta Política de Investimentos.

Tão logo seja detectado qualquer descumprimento, quem o detectou deverá informar ao Comitê de Investimentos que convocará reunião extraordinária no mais breve espaço de tempo para que tais distorções sejam corrigidas.

Caso seja considerado pelo Comitê de Investimentos que na carteira do **ITAPREVI** haja algum ativo investido com excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos, deverá ser formalizada à Diretoria Executiva uma solicitação para que esta proceda imediatamente com o pedido de resgate.

Houver prazo de carência, conversão de cotas ou outro obstáculo ao imediato resgate dos recursos, deverá o Comitê de Investimentos elaborar relatório, com periodicidade trimestral, detalhando a situação com a medidas tomadas e perspectivas de resgate do referido investimento e apresentá-lo aos órgãos de controle interno e externo, conforme determina o inciso VI do art. 153 da Portaria MTP 1467/22.

O acompanhamento de eventuais aplicações será realizado através de comunicação continua entre a Diretoria e os gestores atuais dos fundos. Além disso, serão acompanhadas as assembleias, fatos relevantes, comunicados dos cotistas, dentre outros documentos oficiais e será dada ciência às hierarquias do Ente e aos membros do Comitê de Investimentos, para que haja uma maior transparência sobre o processo de desinvestimento dos fundos.

2.9.1 PROVISÃO DE PERDAS CONTÁBEIS

A provisão para perdas em investimentos é uma prática contábil que visa estimar e registrar as perdas esperadas em investimentos. Essas perdas podem ocorrer devido a diversos fatores, como desvalorização de ativos, inadimplência de devedores, falência de empresas investidas, entre outros. A provisão para perdas é uma medida preventiva que, caso seja necessário, deverá ser adotada pelo **ITAPREVI** para evitar surpresas negativas no futuro e garantir a adequada avaliação de seus investimentos.

Para tanto, será adotado o Value at Risk (VaR) como índice para provisão de perda contábil. O VaR é uma medida estatística que indicará, neste caso, a perda máxima potencial da carteira do **ITAPREVI** em um ano, com intervalo de confiança de 95%.

2.10 RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA

A presente política de investimentos busca estabelecer parâmetros claros e processos robustos para o resgate de cotas de fundos de investimentos, especialmente em situações em que a cota na data do resgate corresponde a um valor menor do que o inicialmente investido. Este documento visa assegurar a conformidade com as normativas vigentes, promover a transparência e garantir a prudência na gestão dos recursos do **ITAPREVI**.

Qualquer decisão de resgate de cotas de fundos de investimentos, particularmente quando houver prejuízo, deverá ser fundamentada em estudos técnicos robustos. Esses estudos devem avaliar a viabilidade de manter os recursos aplicados, considerando os seguintes aspectos:

- Estratégia de alocação de ativos: revisar a composição da carteira de investimentos e verificar se a manutenção das cotas é consistente com a estratégia de diversificação e os objetivos do **ITAPREVI**.
- Horizonte temporal do investimento: avaliar o período previsto para a recuperação dos ativos e comparar com o horizonte temporal dos compromissos do **ITAPREVI**.

ITAPREVI
Fls.: 359
Proc.: 2000001741/26

- Perspectiva de recuperação do mercado: analisar cenários econômicos e financeiros que possam indicar a recuperação dos ativos no curto, médio e longo prazo.
- Objetivos de curto e longo prazos do **ITAPREVI**: considerar as metas financeiras e atuariais estabelecidas para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O processo de resgate de cotas com prejuízo deve seguir os seguintes passos:

- Elaboração de Estudos Técnicos: deverá ser solicitado à **Mais Valia** (Consultoria de Investimentos) estudos técnicos detalhados que justifiquem a decisão de resgate. Estes estudos serão debatidos pelos membros do Comitê de Investimentos com ou sem a participação de um representante da consultoria contratada e serão realizadas as deliberações necessárias.
- Documentação e Aprovação: todos os estudos e análises devem ser documentados e anexados à ata do Comitê de Investimentos do **ITAPREVI**. A decisão de resgate deve ser aprovada por este órgão, garantindo a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Conforme Nota Técnica SEI nº 296/2023/MPS, a decisão de resgate em carteiras diversificadas deve ser guiada por estratégias bem fundamentadas de reequilíbrio. Portanto, a atual política de investimentos busca ser dinâmica e adaptável, refletindo a realidade do mercado financeiro e as necessidades específicas do regime. A implementação de um processo decisório estruturado e bem documentado, embasado em estudos técnicos detalhados, é essencial para assegurar a transparência, a conformidade normativa e a prudência na gestão dos recursos previdenciários. A flexibilidade para realizar resgates permite uma alocação dos recursos mais adequada, de maneira a minimizar riscos e buscar melhores retornos, garantindo assim a solidez e a sustentabilidade do **ITAPREVI**.

2.11.1 PARÂMETRO DE RENTABILIDADE - BENCHMARK

Os parâmetros de rentabilidade perseguidos pela carteira de empréstimos consignados buscarão manter o equilíbrio econômico-financeiro da carteira, e ser superior à meta atuarial do **ITAPREVI** utilizada na avaliação atuarial vigente, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

3. TRANSPARÊNCIA

Além de estabelecer as diretrizes para o processo de tomada de decisão, esta Política de Investimentos busca ainda dar transparência à gestão dos investimentos do **ITAPREVI**, tal informação estará disponível no portal de transparência do instituto através do link: Transparência Instituto de Previdência de Itaguaí/RJ - ITAPREVI

O Art. 148 da Portaria 1467/22 determina que o **ITAPREVI** deverá disponibilizar aos segurados e beneficiários, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

I - a política de investimentos, suas revisões e alterações, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da data de sua aprovação;

II - as informações contidas nos formulários APR, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;

III - a composição da carteira de investimentos do **ITAPREVI**, no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do mês;

IV - os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas e de contratação de prestadores de serviços;

V - as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do **ITAPREVI**;

VI - a relação das entidades credenciadas para atuar com o **ITAPREVI** e respectiva data de atualização do credenciamento; e

VII - as datas e locais das reuniões das hierarquias superiores e do comitê de investimentos do **ITAPREVI** e respectivas atas.

Além destes, o art. 149 define que o **ITAPREVI** deverá manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação de recursos e daqueles que demonstrem o cumprimento das normas previstas em resolução do CMN e o envio tempestivo do DPIN (Demonstrativo da Política de Investimento) e do DAIR (Demonstrativo da Aplicação e Investimento dos Recursos), conforme descrito no parágrafo único do art. 148 da Portaria 1467/22.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

A comprovação da elaboração da presente Política de Investimentos, conforme determina o art. 101 da Portaria 1467/22, ocorre por meio do envio, pelo CADPREV, do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN – para o Ministério da Previdência Social – MPS. Sua aprovação pelas hierarquias superiores do ITAPREVI ficará registrada por meio de ata de reunião cuja pauta contemple tal assunto, sendo parte integrante desta Política de Investimentos.

Atendendo ao parágrafo nove do art. 241 da Portaria 1467/22, *"Os documentos e bancos de dados que deram suporte às informações de que trata este artigo deverão permanecer à disposição da SPREV pelo prazo de 10 (dez) anos e arquivados pelo ente federativo e unidade gestora do RPPS, preferencialmente de forma digital."*

Novembro, 2024

ITAPREVI

MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

André Luiz da Silva Miranda:
Marcelo José Magalhães Lopes:
Pedro Cardoso dos Santos:
Elaine de Andrade Leite Ferreira (suplente):
Oswaldo Luiz da Silva Mello (suplente):

DIRETORIA EXECULTIVA DO ITAPREVI

Soraia Teodoro Trindade: Soraia Trindade
André Luiz da Silva Miranda:
Marcelo José Magalhães Lopes:
Sonia Teresinha Campos de F.V. Braga:
Elaine de Andrade Leite Ferreira:
Fernanda Pereira da Silva:

MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Simone Fernandes de Oliveira Fontes:
Simone Lucia dos Santos:
Dineia de Oliveira Mello:
Rafael de Farias Rocha:
Lucia Amália Simões:
Edson Pereira da Costa:
Sheila Moura Quintanilha (suplente):
Leticia da S. Siqueira de Paula (suplente):
Felipe Wagner Q. Domingues (suplente)
Luiz Joed Cabral Coelho (suplente):
Fernanda Pereira da Silva (Presidente Itaprev

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 (P.A. 6.052/2024)

Objeto resumido: O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA QUADRA VESTIÁRIO E DEMAIS NECESSIDADES DA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR AMÉRICO RODRIGUES DE AMORIM,** para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, a ser gerenciado pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, conforme especificado no edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (http://www.itaguai.rj.gov.br).

Data e hora da realização: dia 15 de janeiro de 2025, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico https:Licitacao comprasbr.com.br

(a) André Ricardo Barroso – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino) /Autoridade Competente

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 294/2024

PARTES: O Município de Itaguaí, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** e a empresa, **IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA,** conforme processo nº 3271/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO PARCELADO E CONTÍNUO DE GASES MEDICINAIS.
PRAZO: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 360
Programa de Trabalho: 11.02.10.302.0563.2.147 200000174/26
Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00
Fonte: 1.600/2004
Parágrafo primeiro: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.
VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de **R$ 982.804,00 (novecentos e oitenta e dois mil e oitocentos e quatro reais).**
DATA: 12 de dezembro de 2024.
(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / VANESSA STEFONY FERREIRA/ CONTRATANTE
(a) IBG INDÚSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA / CNPJ/MF nº 67.423.152/0001-78 / CONTRATADA

4º TERMO ADITIVO
PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 271/2020

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 271/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E LIMPEZA URBANA, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA PLURAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, COMO CONTRATADA, COM FULCRO NO ART. 57, II, DA LEI 8.666/93, NA FORMA ABAIXO.

O **MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636, Centro, Itaguaí – RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.302/0001-02, neste ato pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E LIMPEZA URBANA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Ordenador de Despesas e Secretário Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana, **Sr. Adriano Soares de Rezende (Interino),** portador da cédula de identidade nº 21.5660.267, inscrito no CPF/MF sob o nº 100.846.767-79, e a empresa **PLURAL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA,** situada na Rua Coronel Francisco Soares, 495, Sala 707, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26.216-032, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.647.297/0001-96, neste ato representada por **Denival Ferreira Junior**, portador da cédula de identidade n° 0096381728 DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n° 033.224.607-89; resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO,** com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, tendo em vista o contido no Processo Administrativo **nº 14.225/2020 (Pregão Eletrônico nº 137/2020) e 18.985/2021**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: (DO OBJETO)
Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 271/2020, relativo à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES NAS ILHAS E PRAIAS DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ,** com fundamento no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e no Parágrafo único da Cláusula Segunda do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: (DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO)
Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, dando-se ao contrato o prazo total de 60(sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: (DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguintes dotações orçamentárias:

apimec ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS

PREVI
Fls. 361
Proc: 20000174126

CERTIFICADO

André Luiz Da Silva Miranda

CP RPPS CGINV I - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS Nº266

Certificado Profissional dos Gestores de Recursos e Membros do Comitê de Investimento CP RPPS CGINV I - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS .
Validade 4 (quatro) anos.

A presente autorização está sujeita ao cumprimento das obrigações previstas no Regulamento da Certificação para o Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos dos RPPS – CP RPPS CGINV.

Emitido em sexta-feira, 1 de dezembro de 2023 pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais APIMEC.

As informações poderão ser verificadas no site: www.apimec.com.br.

Lucy Aparecida de Sousa Presidente da APIMEC BRASIL

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS DO BRASIL - APIMEC BRASIL
Membro da *Association of Certified International Investment Analysts – ACIIA*

CERTIFICAD
DE APROV

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

ELAINE DE ANDRADE LEITE FERREIRA

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova

Data de Aprovação: 13/03/2024
Data de Validade: 13/03/2028
Data de Conclusão: 07/03/2024

Número da Certificação: 520813318242803

PROFISSIONAL

INSTI
TOT

Fls: 362
Proc: 20000174/26

A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

CERTIFICAD
DE APROV

PROFISSIONAL CERTIFICADO PELO INSTITUTO TOTUM

O Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda. certifica que

OSWALDO LUIZ DA SILVA MELLO

foi aprovado na Certificação Profissional da Secretaria da Previdência - SPREV, tendo seguido integralmente todos os requisitos presentes no Edital da Certificação.

Tipo de Certificação:
Certificação do responsável pela gestão dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS

Nível: Básico (CP RPPS CGINV I)

Modalidade de Certificação: Aprovação prévia em exame por prova e títulos

Data de Aprovação: 03/11/2023

Número da Certificação: 701682633802711

Data de Validade: 03/11/2027

A veracidade das informações contidas neste Certificado deve ser checada através do site: https://certificated.certificaonline.institutototum.com.br/#/home

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

ITACREVI
Fls. 364
Proc.: 20000017 4/26

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Itaguaí UF: RJ
CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os orgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 05/01/2025
VÁLIDO ATÉ 04/07/2025

N.º 985839 - 239617

MAPREV
Fls: 365
Proc: 2000001741/26

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

CANCELADO EM: 24/11/2025
MOTIVO: Por força do acórdão do TRF2 que em juízo de retratação deu provimento à apelação da União.

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Itaguaí UF: RJ
CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, MAS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os orgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 04/07/2025
VÁLIDO ATÉ 31/12/2025

N.º 985839 - 244940

CANCELADO

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

MAPREV
Fls. 366
Proc.: 20000174/26

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Ente Federativo: Itaguaí UF: RJ
CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O ENTE ESTÁ EM SITUAÇÃO IRREGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 1998, E AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS ESTÃO SUSPENSAS CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de orgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os orgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: http://www.previdencia.gov.br, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.

EMITIDO EM 09/07/2024
VÁLIDO ATÉ 05/01/2025

N.º 985839 - 234306

ITAPREV
Fls.: 367
Proc.: 2000001744/26

Município de Itaguaí - RJ

Ente Federado: Município de Itaguaí - RJ
CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02
CRP Vigente: Nº 985839-254895, emitido em 16/06/2026, estará vigente até 13/12/2026.
Observação: CRP emitido para atendimento a uma Decisão Judicial - CAUC
Data Pesquisa: 19/06/2026

Regime Próprio

Análise da Legislação do Ente Federativo

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Atendimento à solicitação de legislação, documentos ou informações pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar	Unidade Gestora do RPPS: envio de normas.	Regular	-
Filiação ao RPPS e regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, nos termos do art. 40 da Constituição Federal	Poderes Executivo e Legislativo: alteração/edição de legislação.	Regular	-
Observância dos limites de contribuição do ente	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-
Observância dos limites de contribuição dos segurados e beneficiários	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-
Plano de benefícios integrado apenas por aposentadorias e pensões por morte	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-

Fiscalização do RPPS

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos (objeto de PAP)	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-
Atendimento à fiscalização	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide Relatório de Fiscalização Impossibilitada.	Regular	-
Caráter contributivo - Repasse (objeto de Processo Administrativo Previdenciário)	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-
Existência e funcionamento de unidade gestora e regime próprio únicos	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-
Requisitos para os dirigentes, membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide notificações.	Irregular	-
Utilização dos recursos previdenciários (objeto de PAP)	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-

Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	Poderes Executivo e Legislativo/Unidade Gestora: envio de documentos anuais ou vide notificações CadPrev.	Regular	-

MAPREV
Fls: 368
Proc: 20000174/26

Informações Contábeis

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Envio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) por meio do Siconfi	Poder Executivo: envio da MSC mensal.	Regular	-

Informações Previdenciárias e Repasses

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo	Poderes, órgãos e demais entidades: vide Relatório de Irregularidades CadPrev.	Irregular	-
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio dos demonstrativos bimestrais.	Regular	-

Investimentos dos Recursos Previdenciários

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência	Unidade Gestora do RPPS: vide notificações CadPrev.	Regular	-
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio do demonstrativo do ano em curso.	Regular	-
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência	Unidade Gestora do RPPS: vide notificações CadPrev.	Regular	-
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio dos demonstrativos mensais.	Regular	-

Previdência Complementar

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Instituição do regime de previdência complementar - Aprovação da lei	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-
Instituição do regime de previdência complementar – Aprovação e operacionalização do convênio de adesão	Poder Executivo: adesão/criação de plano de benefícios autorizado pela Previc.	Em Análise	-

Compensação Previdenciária

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Operacionalização da compensação previdenciária - Termo de Adesão e Contrato com a empresa de tecnologia	Unidade Gestora do RPPS: formalização da adesão com a SRPC/MPS e do contrato com a Dataprev.	Regular	-

Para tirar dúvidas sobre o extrato ou demais itens relacionados aos RPPS entre em contato por meio do sistema GE (http://gescon.previdencia.gov.br/Gescon) ou pelo telefone/WhatsApp (61) 2021-5555.

Fls. 369
Proc.: 2000001741/26

Município de Itaguaí - RJ

Ente Federado: Município de Itaguaí - RJ

CNPJ Principal: 29.138.302/0001-02

CRP Vigente: Nº 985839-254895, emitido em 16/06/2026, estará vigente até 13/12/2026.

Observação: CRP emitido para atendimento a uma Decisão Judicial - CAUC

Data Pesquisa: 19/06/2026

Regime Próprio

Análise da Legislação do Ente Federativo

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Atendimento à solicitação de legislação, documentos ou informações pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar	Unidade Gestora do RPPS: envio de normas.	Regular	-
Filiação ao RPPS e regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, nos termos do art. 40 da Constituição Federal	Poderes Executivo e Legislativo: alteração/edição de legislação.	Regular	-
Observância dos limites de contribuição do ente	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-
Observância dos limites de contribuição dos segurados e beneficiários	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-
Plano de benefícios integrado apenas por aposentadorias e pensões por morte	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	Regular	-

Fiscalização do RPPS

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Aplicações Financeiras Resol. CMN - Adequação DAIR e Política Investimentos (objeto de PAP)	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-
Atendimento à fiscalização	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide Relatório de Fiscalização Impossibilitada.	Regular	-
Caráter contributivo - Repasse (objeto de Processo Administrativo Previdenciário)	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-
Existência e funcionamento de unidade gestora e regime próprio únicos	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-
Requisitos para os dirigentes, membros titulares dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS	Poder Executivo/Unidade Gestora do RPPS: vide notificações.	Irregular	-
Utilização dos recursos previdenciários (objeto de PAP)	Poderes, órgãos e demais entidades: vide decisão em Processo Administrativo Previdenciário - PAP.	Regular	-

Equilíbrio Financeiro e Atuarial

Critério(s)	Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência	Situação do Critério	Critério Amparado por Decisão Judicial
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	Poderes Executivo e Legislativo/Unidade Gestora: envio de documentos anuais ou vide notificações CadPrev.	Regular	-

MAPREV
Fls.: 370
Proc.: 20000.174/26

Informações Contábeis			
Critério(s)	**Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência**	**Situação do Critério**	**Critério Amparado por Decisão Judicial**
Envio da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) por meio do Siconfi	Poder Executivo: envio da MSC mensal.	**Regular**	-

Informações Previdenciárias e Repasses			
Critério(s)	**Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência**	**Situação do Critério**	**Critério Amparado por Decisão Judicial**
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Consistência e Caráter Contributivo	Poderes, órgãos e demais entidades: vide Relatório de Irregularidades CadPrev.	**Irregular**	-
Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio dos demonstrativos bimestrais.	**Regular**	-

Investimentos dos Recursos Previdenciários			
Critério(s)	**Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência**	**Situação do Critério**	**Critério Amparado por Decisão Judicial**
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Consistência	Unidade Gestora do RPPS: vide notificações CadPrev.	**Regular**	-
Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio do demonstrativo do ano em curso.	**Regular**	-
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Consistência	Unidade Gestora do RPPS: vide notificações CadPrev.	**Regular**	-
Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR - Encaminhamento	Unidade Gestora do RPPS: envio dos demonstrativos mensais.	**Regular**	-

Previdência Complementar			
Critério(s)	**Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência**	**Situação do Critério**	**Critério Amparado por Decisão Judicial**
Instituição do regime de previdência complementar - Aprovação da lei	Poderes Executivo e Legislativo: edição de lei.	**Regular**	-
Instituição do regime de previdência complementar – Aprovação e operacionalização do convênio de adesão	Poder Executivo: adesão/criação de plano de benefícios autorizado pela Previc.	**Em Análise**	-

Compensação Previdenciária			
Critério(s)	**Responsáveis pela Regularização / Tipo de Providência**	**Situação do Critério**	**Critério Amparado por Decisão Judicial**
Operacionalização da compensação previdenciária - Termo de Adesão e Contrato com a empresa de tecnologia	Unidade Gestora do RPPS: formalização da adesão com a SRPC/MPS e do contrato com a Dataprev.	**Regular**	-

Para tirar dúvidas sobre o extrato ou demais itens relacionados aos RPPS entre em contato por meio do sistema GE (http://gescon.previdencia.gov.br/Gescon) ou pelo telefone/WhatsApp (61) 2021-5555.

MODELO 14

DEMONSTRATIVO DOS MONTANTES RECEBIDOS E PAGOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DO RPPS

Órgão: ITAPREVI ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA	Município: ITAGUAÍ / RJ	Exercício: 2025

Meses	Valor Recebido do RGPS e Encontro de Contas RPPS (R$)	Valor Pago aos RPPS (encontro de contas) (R$)
Janeiro	12.382,79	18.323,35
Fevereiro	1.347,54	566,87
Março	1.347,54	2.090,77
Abril	1.347,54	2.070,07
Maio	1.953.300,04	2.090,77
Junho	124.688,92	2.070,07
Julho	116.417,82	24.700,39
Agosto	122.998,87	2.444,82
Setembro	122.917,39	2.811,01
Outubro	256.015,44	3.739,00
Novembro	0,00	0,00
Dezembro	0,00	0,00
Total	2.712.763,89	60.907,12

Novembro /2025 - recebido em Janeiro/2026 R$ 123.311,96 valor pago R$ 1.850,99

Dezembro /2025 - recebido em Janeiro/2026 R$ 1.360,30 Valor pago R$ 1.869,50

OBS- Valores referentes aos meses de Novembro e Dezembro/2025, foram recebidos em Janeiro e Fevereiro/2026, conforme cronograma do COMPREV.

Mario Gonçalves Filho 939369	Responsável pela Elaboração	
Assinatura:	Data: 08/06/2026	Matrícula:
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107.083/O
Marcel Figueiredo Gonçalves		
Assinatura:	Data: 08/06/2026	Matrícula:

Proc. 20000174/26 Fls. 341

MODELO 34

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES REGULARES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE ARRECADADAS PELO RPPS - CONSOLIDADO

Órgão Previdenciário: ITAPREVI	Município: ITAGUAÍ	Exercício: 2025

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)								Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)	
		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)		Inativo (C)		Pensionista (D)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	5820	R$ 5.294.053,28	R$ 37.766,11	R$ 3.089.126,92	R$ 3.090.868,95	R$ 152.350,84	R$ 152.350,84	R$ 11.670,61	R$ 11.670,61	R$ 8.547.201,65	R$ 3.292.656,51
Fevereiro	5762	R$ 5.307.245,61	R$ 32.317,87	R$ 3.096.791,15	R$ 3.096.996,39	R$ 153.213,01	R$ 153.213,01	R$ 11.835,61	R$ 11.835,61	R$ 8.569.085,38	R$ 3.294.362,88
Março	5796	R$ 5.318.965,52	R$ 43.737,75	R$ 3.103.668,47	R$ 3.103.681,71	R$ 153.250,82	R$ 153.250,82	R$ 11.835,61	R$ 11.835,61	R$ 8.587.720,42	R$ 3.312.505,89
Abril	5757	R$ 5.290.831,93	R$ 36.874,18	R$ 3.087.144,32	R$ 3.088.515,61	R$ 153.250,82	R$ 153.250,82	R$ 11.835,61	R$ 11.835,61	R$ 8.543.062,68	R$ 3.290.476,22
Maio	5760	R$ 5.292.536,36	R$ 31.253,52	R$ 3.088.401,60	R$ 3.087.804,87	R$ 153.364,83	R$ 153.364,83	R$ 11.835,61	R$ 11.835,61	R$ 8.546.136,40	R$ 3.284.258,83
Junho	5757	R$ 5.276.382,72	R$ 31.705,83	R$ 3.078.928,90	R$ 3.078.922,17	R$ 157.811,33	R$ 157.811,33	R$ 11.835,61	R$ 11.835,61	R$ 8.524.958,56	R$ 3.280.274,94
Julho	5743	R$ 5.357.522,65	R$ 33.482,52	R$ 3.126.378,84	R$ 3.126.378,84	R$ 155.179,94	R$ 155.179,94	R$ 11.827,76	R$ 11.827,76	R$ 8.650.909,19	R$ 3.326.669,06
Agosto	5755	R$ 5.299.774,38	R$ 38.479,29	R$ 3.092.400,70	R$ 3.091.840,70	R$ 154.594,78	R$ 154.594,78	R$ 11.828,98	R$ 11.828,98	R$ 8.558.598,84	R$ 3.296.743,75
Setembro	5734	R$ 5.279.419,39	R$ 2.787.661,90	R$ 3.080.818,60	R$ 3.080.818,60	R$ 154.381,27	R$ 154.381,27	R$ 11.081,50	R$ 11.081,50	R$ 8.525.700,76	R$ 6.033.943,27
Outubro	5736	R$ 5.288.482,03	R$ 2.793.362,05	R$ 1.595.105,15	R$ 3.086.105,15	R$ 154.211,06	R$ 154.211,06	R$ 11.081,50	R$ 11.081,50	R$ 7.048.879,74	R$ 6.044.759,76
Novembro	5729	R$ 5.293.691,03	R$ 2.790.841,57	R$ 3.089.143,73	R$ 3.089.143,58	R$ 154.211,06	R$ 154.211,06	R$ 11.081,50	R$ 11.081,50	R$ 8.548.127,32	R$ 6.045.277,71
Dezembro	5742	R$ 5.297.848,35	R$ 25.541,90	R$ 3.091.279,68	R$ 3.091.279,39	R$ 154.302,87	R$ 154.302,87	R$ 11.081,50	R$ 11.081,50	R$ 8.554.512,40	R$ 3.282.205,66
13º Sal	5740	R$ 5.343.239,02	R$ 42.855,36	R$ 3.118.052,78	R$ 3.121.340,13	R$ 153.201,19	R$ 153.201,19	R$ 11.081,50	R$ 11.081,50	R$ 8.625.574,49	R$ 3.328.478,18
Total (I)		**R$ 68.939.992,27**	**R$ 8.725.879,85**	**R$ 38.737.240,84**	**R$ 40.233.696,09**	**R$ 2.003.323,82**	**R$ 2.003.323,82**	**R$ 149.912,90**	**R$ 149.912,90**	**R$ 109.830.469,83**	**R$ 51.112.812,66**

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)		Inativo (C)		Pensionista (D)		Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)	
			Valor Repassado		Valor Repassado		Valor Repassado		Valor Repassado		Valor Repassado
Total (II)			**R$ 8.725.879,85**		**R$ 40.233.696,09**		**R$ 2.003.323,82**		**R$ 149.912,90**		**R$ 51.112.812,66**
Total Geral (III = I + II)											

Nota Explicativa:

Caso a Unidade Gestora Contribuinte tenha efetuado o repasse a menor das contribuições devidas, indicar as medidas adotadas pelo gestor do RPPS com vistas a receber os referidos recursos previdenciários:

Nome: Elaine de Andrade Leite Ferreira		Responsável pela Elaboração
Matrícula: 21.414	Data: 15/06/2026	Assinatura:

Elaine de Andrade L. Ferreira
Auxiliar Administrativo
ITAPREVI
Matr.: 21.414

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107.083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves			
Matrícula: 16.928	Data: 15/06/2026	Assinatura:	

Marcel Figueiredo Gonçalves
Contabilista - 107.083/O - CRC/RJ
Matr.: 16.928

ITAPREVI
Fls.: 382
Proc.: 20000174/26

MAPREV
Fls.: 373
Proc.: 20000174.126

MODELO 35

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES SUPLEMENTARES DEVIDAS E EFETIVAMENTE ARRECADADAS PELO RPPS - CONSOLIDADO

Órgão Previdenciário: ITAPREVI	Município: ITAGUAI

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)				Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
		Alíquota Suplementar (A)		Aporte Periódico (B)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro				R$ 5.394.968,21	R$ 5.394.968,21		R$ 5.394.968,21
Fevereiro				R$ 5.394.968,21	R$ 5.394.968,21		R$ 5.394.968,21
Março				R$ 5.394.968,21	R$ 5.394.968,21		R$ 5.394.968,21
Abril				R$ 5.394.968,21	R$ 5.394.968,21		R$ 5.394.968,21
Maio				R$ 5.394.968,21			R$ -
Junho				R$ 5.394.968,21			R$ -
Julho				R$ 5.394.968,21			R$ -
Agosto				R$ 5.394.968,21			R$ -
Setembro				R$ 5.394.968,21			R$ -
Outubro				R$ 5.394.968,21			R$ -
Novembro				R$ 5.394.968,21			R$ -
Dezembro				R$ 5.394.968,21			R$ -
13º Sal				R$ 5.394.968,21			R$ -
Total (I)				R$ 70.134.586,73	R$ 21.579.872,84		R$ 21.579.872,84

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Alíquota Suplementar (A)	Aporte Periódico (B)	Total de Contribuições (R$) (C=A+B)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)			R$ 21.579.872,84	**R$ 21.579.872,84**
Total Geral (III = I + II)				

Nota Explicativa:

Caso a Unidade Gestora Contribuinte tenha efetuado o repasse a menor das contribuições suplementares devidas, indicar as medidas adotadas pelo gestor do RPPS com vistas a receber os referidos repasses:

Informo que não foi repassado integralmente o aporte previdenciário referente ao ano de 2025, recebido somente quatro meses. Os oito meses restantes foram parcelados no ano de 2026.

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2026	Assinatura:
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis o guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.		Responsável pelo Setor Contábil: CRC-RJ nº 107083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves		
Matrícula: 16.928	Data: 30/05/2026	Assinatura:

ITAGUAÍ
Fls: 374
Proc.: 20000174/26

MODELO 36

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES REGULARES (SERVIDORES E PATRONAL) DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS AO RPPS NO EXERCÍCIO

Unidade Gestora Contribuinte: ITAPREVI	Município: ITAGUAÍ	Exercício: 2025

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)								Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)	
		Patronal (A)		Servidor Ativo (B)		Inativo (C)		Pensionista (D)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro	5	R$ 7.450,68	R$ 7.450,68	R$ 4.346,23	R$ 4.346,23	———	———	———	———	R$ 11.796,91	R$ 11.796,91
Fevereiro	5	R$ 7.450,68	R$ 7.450,68	R$ 4.346,23	R$ 4.346,23	———	———	———	———	R$ 11.796,91	R$ 11.796,91
Março	5	R$ 7.450,68	R$ 7.450,68	R$ 4.346,23	R$ 4.346,23	———	———	———	———	R$ 11.796,91	R$ 11.796,91
Abril	5	R$ 7.450,68	R$ 7.450,68	R$ 4.346,23	R$ 4.346,23	———	———	———	———	R$ 11.796,91	R$ 11.796,91
Maio	5	R$ 7.450,68	R$ 7.450,68	R$ 4.346,23	R$ 4.346,23	———	———	———	———	R$ 11.796,91	R$ 11.796,91
Junho	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
Julho	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
Agosto	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
Setembro	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
Outubro	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
Novembro	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
Dezembro	6	R$ 8.771,23	R$ 8.771,23	R$ 5.116,55	R$ 5.116,55	———	———	———	———	R$ 13.887,78	R$ 13.887,78
13º Sal	6	R$ 8.187,27	R$ 8.187,27	R$ 4.775,91	R$ 4.775,91	———	———	———	———	R$ 12.963,18	R$ 12.963,18
Total (I)		**R$ 106.839,28**	**R$ 106.839,28**	**R$ 62.322,91**	**R$ 62.322,91**	———	———	———	———	**R$ 169.162,19**	**R$ 169.162,19**

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Patronal (A)	Servidor Ativo (B)	Inativo (C)	Pensionista (D)	Total de Contribuições (R$) (E=A+B+C+D)
		Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado	Valor Repassado
Total (II)		**R$ 106.839,28**	**R$ 62.322,91**	———	———	**169.162,19**
Total Geral (III = I + II)						

Nota Explicativa:

Nome: André Luiz da Silva Miranda	Responsável pela Elaboração	André Luiz da Silva Miranda Diretor Geral Financeiro Contador - CRC - RJ: 111583/O-3 Matrícula: 34.656 - ITAPREVI
Matrícula: 34.656	Data: 20/05/2026	Assinatura:

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.	Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107.083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves		
Matrícula: 16.928	Data: 20/05/2026	Assinatura:

Marcel Figueiredo Gonçalves
Contabilista - 107.083/O - CRC/RJ
Matr.: 16.928

ITAPREVI
Fls: 375
Proc: 20000174/26

MODELO 37

DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES SUPLEMENTARES DEVIDAS E EFETIVAMENTE REPASSADAS DOS SEGURADOS AO RPPS NO EXERCÍCIO

Unidade Gestora Contribuinte: ITAPREVI	Município: ITAGUAÍ	Exercício: 2025

Mês de Competência	Nº de Segurados (Ativo, Inativo e Pensionista)	Valor das Contribuições (R$)				Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
		Alíquota Suplementar (A)		Aporte Periódico (B)			
		Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência	Valor Devido relativo ao Mês de Referência	Valor Repassado relativo ao Mês de Referência
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maio		NÃO HOUVE CONTRIBUIÇÕES SUPLEMENTARES REFERENTES AOS SERVIDORES QUE INTEGRAM O QUADRO DE PESSOAL DO RPPS					
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Sal							
Total (I)							

Valor de Competência do Exercício em Referência Repassado em outras Datas do Exercício Seguinte, conforme Notas Explicativas

		Alíquota Suplementar (A)		Aporte Periódico (B)		Total de Contribuições (R$) (C=A+B)	
			Valor Repassado		Valor Repassado		Valor Repassado
Total (II)							
Total Geral (III = I + II)							

Nota Explicativa:

Informamos que o RPPS não tem repasse de alíquota suplementar.

Nome: ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA

Matrícula: 34.656 | Data: 24/06/2026 | Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 24/06/2026 06:00:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis.

Nome: MARCEL FIGUEIREDO GONÇALVES

Matrícula: 16.928 | Data: 24/06/2026 | Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCEL FIGUEIREDO GONCALVES
Data: 24/06/2026 06:43:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Responsável pelo Setor Contábil | CRC-RJ nº 107.083/O RJ

ITAPREVI
Fls: 376
Proc: 20000174/26

ITAPREVI
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ
PROFISSIONALISMO E TRANSPARÊNCIA SEMPRE

ITAPREVI
Fls.: 377
Proc.: 20000074/26

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONSELHO FISCAL

Eu, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 094203866-IFP-RJ e inscrito no CPF sob o nº **033.505.277-01**, no uso das minhas atribuições legais como Cargo, **Diretor Geral Financeiro do Instituto de Previdência** do município de ITAGUAÍ na Cidade do Rio de Janeiro – **RJ**.

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que o Regime Próprio de Previdência Social (ITAPREVI) do município de **ITAGUAÍ,** na Cidade do Rio de Janeiro **não possui Conselho Fiscal** em sua atual estrutura organizacional e legal.

Declaro ainda que, na ausência deste órgão, as atribuições de fiscalização e controle são realizadas pelo **Conselho Municipal de Previdência / setor Secretaria Municipal de Administração de Itaguai**, em conformidade com a legislação local vigente, Lei Municipal n.º 2.499/2005.

ITAPREVI

Itaguai, 29 de junho de 2026

INSTITUTO
DE

ITAPREVI
Fls.: 378
Proc.: 200000174/26

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Matrícula 34.656
Contador- CRC –RJ: 111.583/O-3

ITAPREVI

ITAPREVI
Fls: 379
Proc.: 200000174/26

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELATÓRIOS E PARECERES DE ÓRGÃOS COLEGIADOS E ENTIDADES – CONSELHO FISCAL

Eu, **ANDRÉ LUIZ DA SILVA MIRANDA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 094203866-IFP-RJ e inscrito no CPF sob o nº **033.505.277-01**, no uso das minhas atribuições legais como Cargo, **Diretor Geral Financeiro do Instituto de Previdência** do município de ITAGUAÍ na Cidade do Rio de Janeiro – **RJ**.

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que o Regime Próprio de Previdência Social (ITAPREVI) do município de **ITAGUAÍ,** na Cidade do Rio de Janeiro **não consta com Conselho Fiscal instituído** em sua atual estrutura organizacional e legal.

Declaro ainda que, na ausência deste órgão, as atribuições de fiscalização e controle são realizadas pelo **Conselho Municipal de Previdência / setor Secretaria Municipal de Administração de Itaguai**, em conformidade com a legislação local vigente, Lei Municipal n.º 2.499/2005.

ITAPREVI

Relatórios e pareceres de órgãos colegiados e entidades - Outros Pareceres

ITAPREVI
Fls: 380
Proc.: 20000174/26

Itaguai, 29 de junho de 2026

André Luiz da Silva Miranda
Diretor Geral Financeiro
Matrícula 34.656
Contador- CRC –RJ: 111.583/O-3

ITAPREVI

Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Itaguaí, 23 de junho de 2026.
(a) Jorge Alex de Oliveira Andrade
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 026/2026 DE 23 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal Nº 2.793/09 (que dispõe sobre o CMDCA) e no seu Regimento Interno, e no uso das atribuições que lhe conferem:
CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a importância da formação continuada, do aperfeiçoamento técnico e do fortalecimento institucional dos Conselhos de Direitos e equipe de apoio para o adequado exercício de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a realização do Curso de capacitação: Enfrentamento das Violências Intrafamiliares: Proteção Integrada de Crianças e Adolescentes, como um espaço de formação, intercâmbio de experiências e atualização técnica;
CONSIDERANDO a deliberação favorável do colegiado em Reunião Extraordinária realizada em 16 de junho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o fortalecimento institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaguaí, mediante o custeio da participação de seus representantes no curso de capacitação "Enfrentamento das Violências Intrafamiliares: Proteção Integrada de Crianças e Adolescentes", promovido pelo IERBB/MPRJ, a ser realizado no dia 06 de julho de 2026.
Art. 2º - Os recursos aprovados destinam-se ao custeio das despesas de diárias necessárias à participação de:
I – 04 (quatro) Conselheiros de Direitos;
Art. 3º - A aplicação dos recursos deverá observar a legislação vigente, as normas de execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(a) Jorge Alex de Oliveira Andrade
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 027/2026 DE 23 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal Nº 2.793/09 (que dispõe sobre o CMDCA) e no seu Regimento Interno, e no uso das atribuições que lhe conferem:
CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a importância da formação continuada, do aperfeiçoamento técnico e do fortalecimento institucional dos Conselhos de Direitos e equipe de apoio para o adequado exercício de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a realização do Curso de Capacitação: *"Oficinas Práticas para Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente"*
CONSIDERANDO a deliberação favorável do colegiado em Reunião Extraordinária realizada em 16 de junho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o fortalecimento institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaguaí, mediante o custeio da participação de seus representantes e equipe de apoio no curso de capacitação *"Oficinas Práticas para Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente"*, promovido pelo IERBB/MPRJ, a ser realizado nos dias 26 de junho de 2026 e 01 de julho de 2026.
Art. 2º - Os recursos aprovados destinam-se ao custeio das despesas de diárias necessárias à participação de:
I – 02 (dois) Conselheiros de Direitos;
II – 03 (três) equipe de apoio.
Art. 3º - A aplicação dos recursos deverá observar a legislação vigente, as normas de execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(a) Jorge Alex de Oliveira Andrade
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATOS DO ITAPREVI

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2026.

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e quinze minutos, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Previdência, na sede do ITAPREVI – Instituto de Previdência de Itaguaí, na sala de reuniões, conforme convocação da Presidente, para tratar de assuntos administrativos e previdenciários de interesse do ITAPREVI e do Conselho. Reuniram-se os membros do Conselho: LETÍCIA PINHEIRO G. CAVALCANTI – Presidente do CMP; JULIANE DE MELO ZANARDI MOTTA e LEONARDO DO NASCIMENTO GUSMÃO – representantes do Governo; e LÚCIA AMÁLIA SIMÕES ROSA – representante dos servidores ativos;. Participou, ainda, o Sr. CARLOS EDUARDO, Presidente do ITAPREVI e ANDRÉ, Diretor Financeiro do ITAPREVI.
PAUTA:
(i) Ofício nº 144 – Processo nº 200.000.006/2026 - Credenciamento do Banco Itaú;
(ii) Ofício nº 148 – Processo nº 200.000.174/2026 – Apresentação do balancete e prestação de contas do exercício de 2025;
(iii) Curso de certificação dos conselheiros;
(iv) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;
(v) Projeto de Lei da nova estrutura administrativa do Instituto.
Verificada a existência de quórum regimental, o Presidente tomou a palavra inicial, e apresentou informações acerca do Projeto de Lei da Nova Estrutura do ITAPREVI, destacando sua relevância para o cumprimento de exigências do Programa Pró-Gestão. Informou que o referido projeto encontra-se sob análise da Secretaria de Governo para posterior encaminhamento à Câmara Municipal. Na sequência, esclareceu aspectos relacionados ao novo formato do Conselho e ressaltou a importância da certificação dos conselheiros, informando que, no prazo aproximado de quinze dias, o Instituto realizará contato para efetivação dos cadastros junto ao curso de certificação.
Durante os debates, a Presidente do Conselho questionou sobre a possibilidade de atuação do Instituto junto ao Município quanto à realização de concurso público, considerando o crescimento de aposentados e pensionistas em relação ao número de servidores ativos, conforme evidenciado no último Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). Em resposta, o Presidente informou que participou recentemente de capacitação em que foi abordada a Nota Técnica nº 07/2023 do Tribunal de Contas, a qual demanda adequações por parte dos municípios. Relatou que deu ciência do tema ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal de Fazenda. Ressaltou que, por se tratar de Regime Próprio de Previdência Social estruturado em regime de capitalização, compete ao gestor do ITAPREVI orientar e comunicar os órgãos competentes acerca da necessidade de adequação às normas vigentes. Também informou sobre a publicação de plano de gestão de crise relacionado ao caso do Banco Master, esclarecendo que, após a conclusão dos relatórios técnicos, a matéria será submetida à apreciação do Conselho. Comunicou, ainda, que o liquidante nomeado pelo Banco Central obteve autorização junto às autoridades das Bahamas para busca e identificação de ativos financeiros. Prosseguindo, informou que a contabilidade do Instituto, juntamente com o atuário e técnicos da Secretaria de Previdência, está analisando a forma adequada de contabilização dos investimentos em Letras Financeiras, considerando que os ativos permanecem na carteira sem atingir a meta atuarial estabelecida. Quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, informou que o Instituto aguarda a emissão do CRP Emergencial pelo Ministério da Previdência. Destacou que o documento possui validade de seis meses, período em que deverão ser cumpridos os requisitos necessários para obtenção do CRP definitivo. Informou ainda que os parcelamentos previdenciários encontram-se com os respectivos aceites registrados no sistema CADPREV. Em seguida, foi concedida a palavra ao Diretor Financeiro, Sr. André, que apresentou o Processo nº 200.000.174/2026, referente à prestação de contas do exercício de 2025 e aos balancetes com seus respectivos ajustes. Após análise pelos membros presentes, o processo foi apreciado e aprovado pelo Conselho. Na sequência, apresentou o Processo nº 200.000.006/2026, referente ao credenciamento do Banco Itaú. Após apreciação e discussão da documentação apresentada, o Conselho deliberou favoravelmente ao credenciamento.
DECISÃO:
Após discussão dos temas constantes da pauta, o Conselho Municipal de Previdência tomou ciência:
(i) das informações prestadas acerca do Projeto de Lei da Nova Estrutura

ITAPREVI 332 PROC.: 200000174/26

Administrativa do ITAPREVI, destacando-se sua importância para atendimento das exigências do Programa Pró-Gestão, bem como da sua tramitação junto à Secretaria de Governo para posterior encaminhamento ao Poder Legislativo; (ii) das tratativas administrativas relacionadas ao curso de certificação dos conselheiros, ficando consignado que o Instituto realizará contato com os membros do Conselho, no prazo aproximado de quinze dias, para cadastramento e demais orientações necessárias à participação no curso; (iii) das informações apresentadas acerca da Nota Técnica nº 07/2023 do Tribunal de Contas, bem como das orientações encaminhadas pelo Instituto aos órgãos municipais competentes quanto à necessidade de adequação às respectivas exigências; (iv) das providências adotadas pelo Instituto em relação ao acompanhamento dos investimentos vinculados ao Banco Master, incluindo a elaboração de plano de gestão de crise, os trabalhos técnicos em andamento para avaliação da correta contabilização dos ativos e as medidas voltadas à recuperação e localização de ativos financeiros; (v) das providências adotadas visando à regularização previdenciária do Município, da adesão ao Pró-Regularidade, da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP Emergencial e da regularização dos parcelamentos junto ao sistema CADPREV; (vi) da apresentação do Processo nº 200.000.174/2026, referente à Prestação de Contas do exercício de 2025 e aos balancetes devidamente ajustados, os quais foram apreciados e aprovados pelos membros do Conselho; e (vii) da apresentação do Processo nº 200.000.006/2026, referente ao Credenciamento do Banco Itaú, cuja documentação foi analisada e aprovada pelos membros do Conselho.

Ficou ainda deliberado que o Instituto apresentará, em reunião futura, informações atualizadas acerca da tramitação do Projeto de Lei da Nova Estrutura Administrativa e relatório detalhado sobre a evolução das medidas relacionadas ao Banco Master, para acompanhamento deste Conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião às onze horas e quinze minutos, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros do Conselho Municipal de Previdência.

(aa) Letícia Pinheiro G. Cavalcanti - Presidente do CMP, **Leonardo do Nascimento Gusmão** - Membro Titular do CMP, **Lúcia Amália Simões Rosa** - Membro Titular do CMP, **Juliane de Melo Zanardi Motta** - Membro Titular do CMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 – R1 (P.A. 3912/2026)

Objeto resumido: O objeto da presente Concorrência Eletrônica é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO – TIPO B, NO BAIRRO COROA GRANDE, MUNICÍPIO DE ITAGUAI/RJ,** com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários para execução do objeto, conforme especificações, a ser gerenciado pela Secretaria de Obras e Urbanismo, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (http://www.itaguai.rj.gov.br).

Data e hora da realização: dia 10 de julho de 2026, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico https:Licitacao comprasbr.com.br

(a) Bruno Barbosa de Souza – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino)/Autoridade Competente.

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026
ADESÃO Nº 011/2026

PARTES: O Município de Itaguaí, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** e a empresa **NAL COMÉRCIO E SERVIÇOS – LTDA.,** conforme Processo Administrativo nº 7287/2026, decorrente de **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2025 - Pregão Eletrônico N° 004/2025, Processo Administrativo nº 11.024/2025, gerenciado pela Fundação Mário Peixoto.**

OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de **Kits Lanche**.

PRAZO: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

FMAS		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.500 1.660 1.661 1.704 1.705 1.708	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.300 - Manutenção das Atividades da SMAS 2.654 - Conselho Tutelar 2.670 - Ação Social 2.724 - Conselhos Municipais 2.766 - GFAS - Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social 2.768 - IGD PBFC - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único 2.770 - PIS/PCF - Primeira Infância no SUAS / Programa Criança Feliz 2.780 - BPSB - Bloco da Proteção Social Básica 2.781 - BPSE/MAC - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
FMDCA		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.759	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.005 - Manutenção/Operacionalização CMDCA 2.445 - Manutenção e Operacionalização do FMCA 2.775 - Mobilização Social
FMDPCD		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.759	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.725 - Manutenção e Operacionalização do FMDPCD 2.726 - Manutenção e Operacionalização CMDPCD
FMDPI		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.759	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.743 - Manutenção e Operacionalização do FMDPI 2.744 - Manutenção e Operacionalização CMDPI

VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de R$ 1.306.584,00 (um milhão, trezentos e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).

DATA: 17 de junho de 2026.

(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SAMMYTA ZILLMANN ROCHA COSTA/ CONTRATANTE

(a) NAL COMÉRCIO E SERVIÇOS – LTDA. / CNPJ/MF sob o nº 61.193.443/0001-30 / CONTRATADA

1º TERMO ADITIVO PARA ACRÉSCIMO QUANTITATIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 008/2025

TERMO ADITIVO PARA ACRÉSCIMO QUANTITATIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 008/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE LEITOS DE UTI, ENFERMARIA, SALA DE CIRURGIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, INSUMOS E MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DOS PACIENTES, INSTALADOS EM UNIDADE HOSPITALAR , VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA C.M.M.A CENTRO MÉDICO MOISÉIS ABRAÃO - LTDA , COM FULCRO NO ART. 124 DA LEI 14.133/2021, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.302/0001-02, com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636 – Centro, Itaguaí/RJ, pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAGUAI** – CNPJ nº. 11.855.524/0001-80 – Rua General Bocaiuva 607, Centro – Itaguaí-RJ, CEP: 23.815-310, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** doravante denominada **CREDENCIANTE**, representado neste ato pelo **Secretário Municipal de Saúde, Sr. André Luiz Arêde da Silva,** portador da Identidade nº 12700751-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 098.963.017-00 e a empresa **C.M.M.A CENTRO MÉDICO MOISÉIS ABRAÃO - LTDA** situada na Rua Ary Parreiras, 201- Itaguaí- RJ CEP:23.815-541 e Inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.201.642-0001/73, daqui por diante denominada **CREDENCIADA** representada neste ato por **Valesca Dallier Gualter de Alvarenga** inscrita no CPF sob nº 075.262.557-88, portadora da cédula de identidade nº 11.149.448-0, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO,** decorrente da **Chamada Pública nº 008/2025**, com fundamento da Lei 14.133/21, pelo Decreto Municipal nº 4.780/23 e pela Lei municipal nº 3.364/15 e suas alterações, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº **14358/2025 e 12074/2025** que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: (DO OBJETO)

Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo quantitativo ao **Termo de Credenciamento n° 008/2025,** do objeto contratual no percentual de 50,5% (cinquenta inteiros e cinco centésimos por cento) do valor inicial atualizado relativo à **CONTRATAÇÃO DE LEITOS DE UTI, ENFERMARIA, SALA DE CIRURGIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, INSUMOS E MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DOS PACIENTES, INSTALADOS EM UNIDADE HOSPITALAR,** com fundamento no art. 124 e 125 da Lei n° 14.133/2021 e Cláusula décima primeira do Termo de Credenciamento.

Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Itaguaí, 23 de junho de 2026.
(a) Jorge Alex de Oliveira Andrade
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 026/2026 DE 23 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal Nº 2.793/09 (que dispõe sobre o CMDCA) e no seu Regimento Interno, e no uso das atribuições que lhe conferem:
CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a importância da formação continuada, do aperfeiçoamento técnico e do fortalecimento institucional dos Conselhos de Direitos e equipe de apoio para o adequado exercício de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a realização do Curso de capacitação: Enfrentamento das Violências Intrafamiliares: Proteção Integrada de Crianças e Adolescentes, como um espaço de formação, intercâmbio de experiências e atualização técnica;
CONSIDERANDO a deliberação favorável do colegiado em Reunião Extraordinária realizada em 16 de junho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o fortalecimento institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaguaí, mediante o custeio da participação de seus representantes no curso de capacitação "Enfrentamento das Violências Intrafamiliares: Proteção Integrada de Crianças e Adolescentes", promovido pelo IERBB/MPRJ, a ser realizado no dia 06 de julho de 2026.
Art. 2º - Os recursos aprovados destinam-se ao custeio das despesas de diárias necessárias à participação de:
I – 04 (quatro) Conselheiros de Direitos;
Art. 3º - A aplicação dos recursos deverá observar a legislação vigente, as normas de execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(a) Jorge Alex de Oliveira Andrade
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 027/2026 DE 23 DE JUNHO DE 2026.

Dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso das atribuições estabelecidas na Lei Federal Nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Municipal Nº 2.793/09 (que dispõe sobre o CMDCA) e no seu Regimento Interno, e no uso das atribuições que lhe conferem:
CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA constitui instrumento de captação e aplicação de recursos destinados ao financiamento de ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO a importância da formação continuada, do aperfeiçoamento técnico e do fortalecimento institucional dos Conselhos de Direitos e equipe de apoio para o adequado exercício de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a realização do Curso de Capacitação: *"Oficinas Práticas para Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente"*
CONSIDERANDO a deliberação favorável do colegiado em Reunião Extraordinária realizada em 16 de junho de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o fortalecimento institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaguaí, mediante o custeio da participação de seus representantes e equipe de apoio no curso de capacitação *"Oficinas Práticas para Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente"*, promovido pelo IERBB/MPRJ, a ser realizado nos dias 26 de junho de 2026 e 01 de julho de 2026.
Art. 2º - Os recursos aprovados destinam-se ao custeio das despesas de diárias necessárias à participação de:
I – 02 (dois) Conselheiros de Direitos;
II – 03 (três) equipe de apoio.
Art. 3º - A aplicação dos recursos deverá observar a legislação vigente, as normas de execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 4º -Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(a) Jorge Alex de Oliveira Andrade
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATOS DO ITAPREVI

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO ANO DE 2026.

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às dez horas e quinze minutos, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Previdência, na sede do ITAPREVI – Instituto de Previdência de Itaguaí, na sala de reuniões, conforme convocação da Presidente, para tratar de assuntos administrativos e previdenciários de interesse do ITAPREVI e do Conselho. Reuniram-se os membros do Conselho: LETÍCIA PINHEIRO G. CAVALCANTI – Presidente do CMP; JULIANE DE MELO ZANARDI MOTTA e LEONARDO DO NASCIMENTO GUSMÃO – representantes do Governo; e LÚCIA AMÁLIA SIMÕES ROSA – representante dos servidores ativos;. Participou, ainda, o Sr. CARLOS EDUARDO, Presidente do ITAPREVI e ANDRÉ, Diretor Financeiro do ITAPREVI.
PAUTA:
(i) Ofício nº 144 – Processo nº 200.000.006/2026 - Credenciamento do Banco Itaú;
(ii) Ofício nº 148 – Processo nº 200.000.174/2026 – Apresentação do balancete e prestação de contas do exercício de 2025;
(iii) Curso de certificação dos conselheiros;
(iv) Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;
(v) Projeto de Lei da nova estrutura administrativa do Instituto.
Verificada a existência de quórum regimental, o Presidente tomou a palavra inicial, e apresentou informações acerca do Projeto de Lei da Nova Estrutura do ITAPREVI, destacando sua relevância para o cumprimento de exigências do Programa Pró-Gestão. Informou que o referido projeto encontra-se sob análise da Secretaria de Governo para posterior encaminhamento à Câmara Municipal. Na sequência, esclareceu aspectos relacionados ao novo formato do Conselho e ressaltou a importância da certificação dos conselheiros, informando que, no prazo aproximado de quinze dias, o Instituto realizará contato para efetivação dos cadastros junto ao curso de certificação.

Durante os debates, a Presidente do Conselho questionou sobre a possibilidade de atuação do Instituto junto ao Município quanto à realização de concurso público, considerando o crescimento de aposentados e pensionistas em relação ao número de servidores ativos, conforme evidenciado no último Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA). Em resposta, o Presidente informou que participou recentemente de capacitação em que foi abordada a Nota Técnica nº 07/2023 do Tribunal de Contas, a qual demanda adequações por parte dos municípios. Relatou que deu ciência do tema ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara de Vereadores e à Secretaria Municipal de Fazenda. Ressaltou que, por se tratar de Regime Próprio de Previdência Social estruturado em regime de capitalização, compete ao gestor do ITAPREVI orientar e comunicar os órgãos competentes acerca da necessidade de adequação às normas vigentes. Também informou sobre a publicação de plano de gestão de crise relacionado ao caso do Banco Master, esclarecendo que, após a conclusão dos relatórios técnicos, a matéria será submetida à apreciação do Conselho. Comunicou, ainda, que o liquidante nomeado pelo Banco Central obteve autorização junto às autoridades das Bahamas para busca e identificação de ativos financeiros. Prosseguindo, informou que a contabilidade do Instituto, juntamente com o atuário e técnicos da Secretaria de Previdência, está analisando a forma adequada de contabilização dos investimentos em Letras Financeiras, considerando que os ativos permanecem na carteira sem atingir a meta atuarial estabelecida. Quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, informou que o Instituto aguarda a emissão do CRP Emergencial pelo Ministério da Previdência. Destacou que o documento possui validade de seis meses, período em que deverão ser cumpridos os requisitos necessários para obtenção do CRP definitivo. Informou ainda que os parcelamentos previdenciários encontram-se com os respectivos aceites registrados no sistema CADPREV. Em seguida, foi concedida a palavra ao Diretor Financeiro, Sr. André, que apresentou o Processo nº 200.000.174/2026, referente à prestação de contas do exercício de 2025 e aos balancetes com seus respectivos ajustes. Após análise pelos membros presentes, o processo foi apreciado e aprovado pelo Conselho. Na sequência, apresentou o Processo nº 200.000.006/2026, referente ao credenciamento do Banco Itaú. Após apreciação e discussão da documentação apresentada, o Conselho deliberou favoravelmente ao credenciamento.
DECISÃO:
Após discussão dos temas constantes da pauta, o Conselho Municipal de Previdência tomou ciência:
(i) das informações prestadas acerca do Projeto de Lei da Nova Estrutura

Administrativa do ITAPREVI, destacando-se sua importância para atendimento das exigências do Programa Pró-Gestão, bem como da sua tramitação junto à Secretaria de Governo para posterior encaminhamento ao Poder Legislativo; (ii) das tratativas administrativas relacionadas ao curso de certificação dos conselheiros, ficando consignado que o Instituto realizará contato com os membros do Conselho, no prazo aproximado de quinze dias, para cadastramento e demais orientações necessárias à participação no curso; (iii) das informações apresentadas acerca da Nota Técnica nº 07/2023 do Tribunal de Contas, bem como das orientações encaminhadas pelo Instituto aos órgãos municipais competentes quanto à necessidade de adequação às respectivas exigências; (iv) das providências adotadas pelo Instituto em relação ao acompanhamento dos investimentos vinculados ao Banco Master, incluindo a elaboração de plano de gestão de crise, os trabalhos técnicos em andamento para avaliação da correta contabilização dos ativos e as medidas voltadas à recuperação e localização de ativos financeiros; (v) das providências adotadas visando à regularização previdenciária do Município, da adesão ao Pró-Regularidade, da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP Emergencial e da regularização dos parcelamentos junto ao sistema CADPREV; (vi) da apresentação do Processo nº 200.000.174/2026, referente à Prestação de Contas do exercício de 2025 e aos balancetes devidamente ajustados, os quais foram apreciados e aprovados pelos membros do Conselho; e (vii) da apresentação do Processo nº 200.000.006/2026, referente ao Credenciamento do Banco Itaú, cuja documentação foi analisada e aprovada pelos membros do Conselho.

Ficou ainda deliberado que o Instituto apresentará, em reunião futura, informações atualizadas acerca da tramitação do Projeto de Lei da Nova Estrutura Administrativa e relatório detalhado sobre a evolução das medidas relacionadas ao Banco Master, para acompanhamento deste Conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião às onze horas e quinze minutos, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros do Conselho Municipal de Previdência.

(aa) Letícia Pinheiro G. Cavalcanti - Presidente do CMP, **Leonardo do Nascimento Gusmão** - Membro Titular do CMP, **Lúcia Amália Simões Rosa** - Membro Titular do CMP, **Juliane de Melo Zanardi Motta** - Membro Titular do CMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 – R1 (P.A. 3912/2026)

Objeto resumido: O objeto da presente Concorrência Eletrônica é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO – TIPO B, NO BAIRRO COROA GRANDE, MUNICÍPIO DE ITAGUAI/RJ,** com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários para execução do objeto, conforme especificações, a ser gerenciado pela Secretaria de Obras e Urbanismo, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

Condições e local para a retirada do edital: trazer 2 (duas) resmas de papel A4 e o carimbo da empresa, junto à SELIC, nas dependências da P. M. I., com sede na Rua General Bocaiúva, n° 636, Centro - Itaguaí - RJ, de segunda a sexta de 10 às 16 horas ou no site da Prefeitura (http://www.itaguai.rj.gov.br).

Data e hora da realização: dia 10 de julho de 2026, às 10:00 horas.

Local: A sessão pública realizar-se-á no endereço eletrônico https:Licitacao comprasbr.com.br

(a) Bruno Barbosa de Souza – Secretário Municipal de Licitações e Contratos (Interino)/Autoridade Competente.

EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2026
ADESÃO Nº 011/2026

PARTES: O Município de Itaguaí, pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** e a empresa **NAL COMÉRCIO E SERVIÇOS – LTDA.,** conforme Processo Administrativo nº 7287/2026, decorrente de **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 004/2025 - Pregão Eletrônico N° 004/2025, Processo Administrativo nº 11.024/2025, gerenciado pela Fundação Mário Peixoto.**

OBJETO: contratação de empresa especializada no fornecimento de **Kits Lanche**.

PRAZO: 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

FMAS		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.500 1.660 1.661 1.704 1.705 1.708	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.300 - Manutenção das Atividades da SMAS 2.654 - Conselho Tutelar 2.670 - Ação Social 2.724 - Conselhos Municipais 2.766 - GFAS - Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social 2.768 - IGD PBFC - Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único 2.770 - PIS/PCF - Primeira Infância no SUAS / Programa Criança Feliz 2.780 - BPSB - Bloco da Proteção Social Básica 2.781 - BPSE/MAC - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade
FMDCA		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.759	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.005 - Manutenção/Operacionalização CMDCA 2.445 - Manutenção e Operacionalização do FMCA 2.775 - Mobilização Social
FMDPCD		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.759	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.725 - Manutenção e Operacionalização do FMDPCD 2.726 - Manutenção e Operacionalização CMDPCD
FMDPI		
FONTE:	**NATUREZA:**	**PROGRAMA DE TRABALHO:**
1.759	3.3.90.30 - Material de Consumo	2.743 - Manutenção e Operacionalização do FMDPI 2.744 - Manutenção e Operacionalização CMDPI

VALOR: Dá-se a este contrato o valor total de R$ 1.306.584,00 (um milhão, trezentos e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).

DATA: 17 de junho de 2026.

(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SAMMYTA ZILLMANN ROCHA COSTA/ CONTRATANTE

(a) NAL COMÉRCIO E SERVIÇOS – LTDA. / CNPJ/MF sob o nº 61.193.443/0001-30 / CONTRATADA

1º TERMO ADITIVO PARA ACRÉSCIMO QUANTITATIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 008/2025

TERMO ADITIVO PARA ACRÉSCIMO QUANTITATIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 008/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE LEITOS DE UTI, ENFERMARIA, SALA DE CIRURGIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, INSUMOS E MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DOS PACIENTES, INSTALADOS EM UNIDADE HOSPITALAR , VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA C.M.M.A CENTRO MÉDICO MOISÉIS ABRAÃO - LTDA , COM FULCRO NO ART. 124 DA LEI 14.133/2021, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29.138.302/0001-02, com sede na Rua General Bocaiúva, nº 636 – Centro, Itaguaí/RJ, pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAGUAI** – CNPJ nº. 11.855.524/0001-80 – Rua General Bocaiuva 607, Centro – Itaguaí-RJ, CEP: 23.815-310, e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** doravante denominada **CREDENCIANTE**, representado neste ato pelo **Secretário Municipal de Saúde, Sr. André Luiz Arêde da Silva,** portador da Identidade nº 12700751-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 098.963.017-00 e a empresa **C.M.M.A CENTRO MÉDICO MOISÉIS ABRAÃO - LTDA** situada na Rua Ary Parreiras, 201- Itaguaí- RJ CEP:23.815-541 e Inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.201.642-0001/73, daqui por diante denominada **CREDENCIADA** representada neste ato por **Valesca Dallier Gualter de Alvarenga** inscrita no CPF sob nº 075.262.557-88, portadora da cédula de identidade nº 11.149.448-0, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO,** decorrente da **Chamada Pública nº 008/2025,** com fundamento da Lei 14.133/21, pelo Decreto Municipal nº 4.780/23 e pela Lei municipal nº 3.364/15 e suas alterações, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº **14358/2025 e 12074/2025** que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: (DO OBJETO)

Constitui objeto do presente instrumento o acréscimo quantitativo ao **Termo de Credenciamento n° 008/2025,** do objeto contratual no percentual de 50,5% (cinquenta inteiros e cinco centésimos por cento) do valor inicial atualizado relativo à **CONTRATAÇÃO DE LEITOS DE UTI, ENFERMARIA, SALA DE CIRURGIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, INSUMOS E MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DOS PACIENTES, INSTALADOS EM UNIDADE HOSPITALAR,** com fundamento no art. 124 e 125 da Lei n° 14.133/2021 e Cláusula décima primeira do Termo de Credenciamento.

ITAPREVI
Fls. 385
Proc.: 20000174/26

PORTARIA Nº 250, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, III, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, nesta data, **CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Fls.: 336
PROC.: 20000174/26

PORTARIA Nº 235, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **FLAVIA CRISTINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE II**, Símbolo "DAS-7", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 236, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **PALOMA FREITAS LESSA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE**, Símbolo "DAS-5", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 237, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **FELIPE AUGUSTO DA CUNHA RIBEIRO**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO EM EDUCAÇÃO**, Símbolo "DAS-2", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 238, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **CLEIDIMAR TEIXEIRA DE ABREU**, no cargo comissionado **ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES II**, Símbolo "DAS-7", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 239, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ANDRE LUIS TOSTE PEDRO**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR**, Símbolo "DAS-2", Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 240, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **DANIELLE MACHADO MARTINS ANTUNES**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 241, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **JESSICA JOIA CAMPOS NOGUEIRA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ALMOXARIFADO II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 242, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ISABELA DA SILVA CARVALHO DINIZ**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 243, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **SHIRLEY MOURA PINHEIRO GARCIA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 244, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **THALLES SILVA AGUIAR DE SOUZA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE LEGISLAÇÃO E NORMAS**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 245, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 03 de janeiro do corrente ano, **PATRICIA GINDER GOUVEIA DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR PARA ASSUNTOS DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 246, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **CLAUDIA REGINA DA SILVA MIRANDA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO DE NUTRIÇÃO ESCOLAR**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 247, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **FERNANDA FERREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 248, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ALINE DE OLIVEIRA RIBEIRO DA SILVA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE PROGRAMAS E PROJETOS II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 249, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **CRISTIANE OLIVEIRA DE SOUZA LIMA**, no cargo comissionado de **ASSESSOR DE EXPEDIENTE II**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 250, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **CARLOS AUGUSTO SILVA DE CARVALHO**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

PORTARIA Nº 251, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ADRIANA CAMPOS DE MATTOS**, no cargo comissionado de **SUBSECRETÁRIO DE FORMALIZAÇÕES E AJUSTES**, Símbolo "SS", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

PORTARIA Nº 252, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **ALCIMAR BRITO DE SOUZA**, no cargo comissionado de **CHEFE DE GABINETE**, Símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

PORTARIA Nº 253, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **SELMA BITTENCOURT CERQUEIRA MARTINS**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE PROJETOS**, Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

PORTARIA Nº 254, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 02 de janeiro do corrente ano, **SONIA DEPTUSKI JACUBOSKI**, no cargo comissionado de **DIRETOR DE LICITAÇÕES**, Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

ITAPREVI
Fls. 387
Proc.: 200000174/26

DECRETO Nº 4.930, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ - O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO - O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO - O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí;

Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração;

DECRETA:

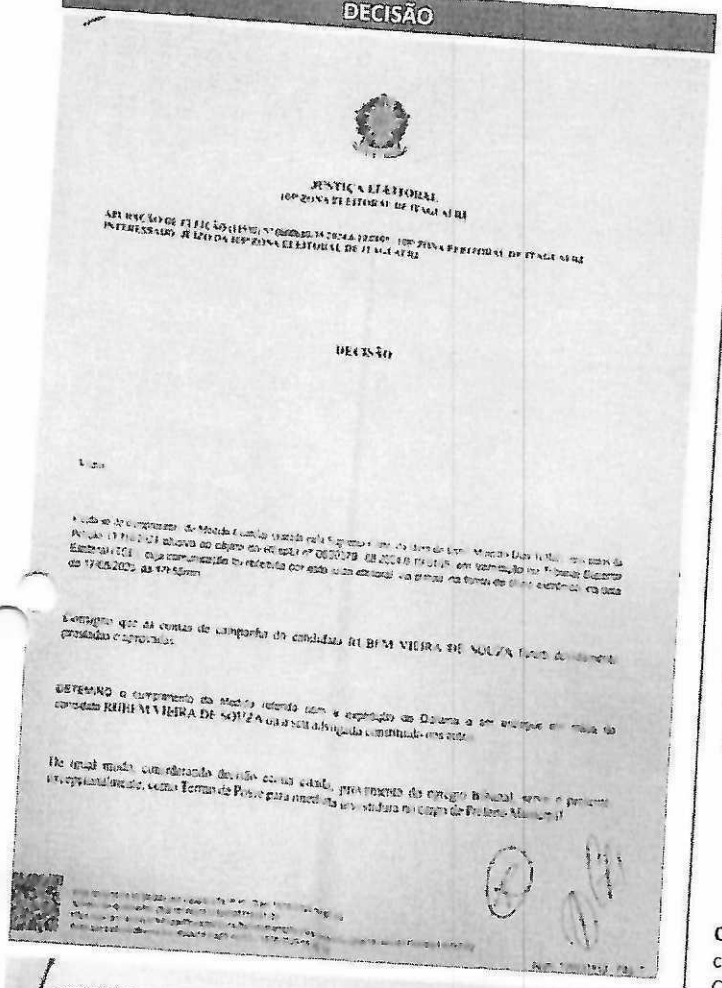
Art.1° Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

ITAPREVI
Fls: 389
Proc: 20000174/26

DECISÃO



JUSTIÇA ELEITORAL
105ª ZONA ELEITORAL DE ITAGUAÍ/RJ

APURAÇÃO DE ELEIÇÃO (13932) Nº 0600179-68.2024.6.19.0105 - 105ª ZONA ELEITORAL DE ITAGUAÍ/RJ
INTERESSADO: JUÍZO DA 105ª ZONA ELEITORAL DE ITAGUAÍ/RJ

DECISÃO

Vistos

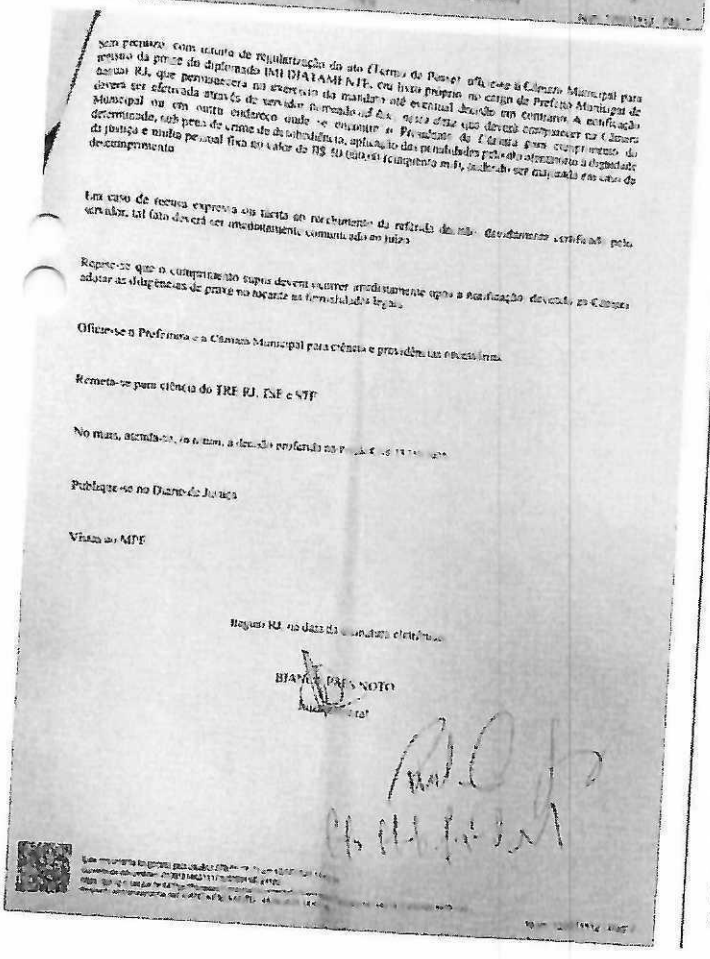
Ciência ao Ministério Público Eleitoral.

Certifique-se o cumprimento do Mandado de Citação expedido nos autos do Recurso Contra Expedição de Diploma nº 0600179-68.2024.6.19.0105, em tramitação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cuja comunicação foi efetivada por este Juízo Eleitoral via portal de intimações eletrônicas, na data de 17/05/2025 às 19:45min.

Consigno que as contas de campanha do candidato RUBEM VIEIRA DE SOUZA foram devidamente prestadas e aprovadas.

DETERMINO o cumprimento do Mandado referido com a expedição de Diploma a ser entregue em favor do candidato RUBEM VIEIRA DE SOUZA ou a quem devidamente constituído nos autos.

De igual modo, considerando decisão acima citada, proferida no exercício da função eleitoral, e pertinente ao expressamente, como Termo de Posse para investidura no cargo de Prefeito Municipal



sem prejuízo, com intuito de regularização do ato (Termo de Posse) ao qual a Câmara Municipal para
mesmo da prova do diplomado IMEDIATAMENTE, em livro próprio, no cargo de Prefeito Municipal de
Itaguaí RJ, que permanecerá no exercício do mandato até eventual decisão em contrário. A certificação
deverá ser efetivada através de servidor designado pela zona eleitoral que deverá comparecer na Câmara
Municipal ou em outro endereço onde se encontre o Presidente da Câmara para cumprimento do
determinado, sob pena de crime de desobediência, aplicação das penalidades previstas no artigo 347 do Código
de Justiça e multa pessoal fixa no valor de R$ 50 (cinquenta reais), sujeito ao aumento a depender
descumprimento.

Em caso de recusa expressa ou tácita ao recebimento da referida decisão, devidamente certificada pelo
servidor, tal fato deverá ser imediatamente comunicado ao juízo.

Registre-se que o cumprimento supra deverá ocorrer imediatamente após a notificação deverão os Oficiais
adotar as diligências de praxe no intuito de formalidades legais.

Oficie-se o Prefeito e a Câmara Municipal para ciência e providências necessárias.

Remeta-se para ciência do TRE RJ, TSE e STF.

No mais, mantenho, na íntegra, a decisão proferida no [illegible]

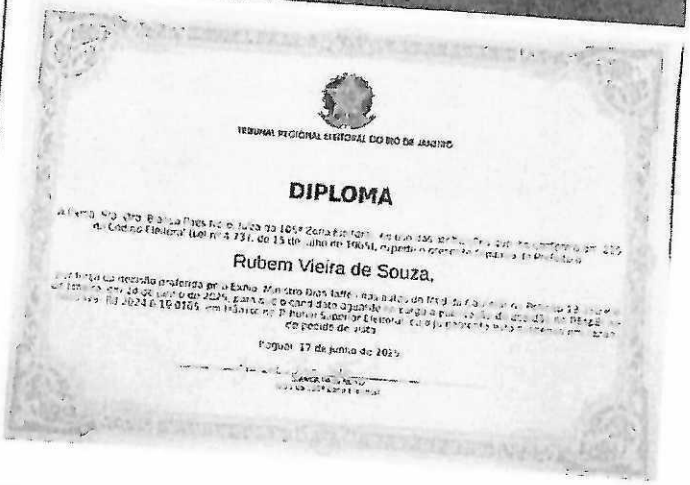
Publique-se no Diário de Justiça.

Vistas ao MPE.

Itaguaí RJ, na data da assinatura eletrônica.

BIANCA DIAS NOTO
Juíza Eleitoral

DIPLOMA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIPLOMA

Rubem Vieira de Souza,

Itaguaí, 17 de junho de 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.930, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ – O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí:

Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração.

DECRETA:

Art.1º - Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

(a) RUBEM VIEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2984, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

NOMEAR, nesta data, **VICTOR SOARES BENEZATH**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM ", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 2985, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

NOMEAR, nesta data, **VALTER DE ALMEIDA MATOS DA COSTA**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM ", da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana.

PORTARIA Nº 2986, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DESIGNAR, nesta data, **VICTOR SOARES BENEZATH**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 2987, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

DESIGNAR, nesta data, **ANDRE RICARDO BARROSO**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Licitação e Contratos.

ITAPREVI
Fls. 389
PROC.: 20000174/46

PORTARIA Nº 3009, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o Art. 123, III, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

NOMEAR, nesta data, **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RUBEM VIEIRA DE SOUZA
PREFEITO

ITAPREV
390
Proc: 2000001741/26

PORTARIA Nº 2988, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **NILCE DE OLIVEIRA NASCIMENTO RAMOS**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 2989, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Relações Institucionais.

PORTARIA Nº 2990, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **SHAYENE FIGUEIREDO BARRETO**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal do Ambiente, Mudanças do Clima e Bem-Estar Animal.

PORTARIA Nº 2991, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **SHAYENE FIGUEIREDO BARRETO**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

PORTARIA Nº 2992, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JENIFER DE ALMEIDA SANTOS**, no Cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL**, símbolo "PG", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 2993, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **GERALDO GOMES DE OLIVEIRA FILHO**, no Cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, Símbolo "CG", da Controladoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 2994, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JOSE CARLOS DA SILVA FILHO**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

PORTARIA Nº 2995, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **VIVIANE PACHECO LUIZ**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Fazenda.

PORTARIA Nº 2996, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **ELISA GIOVANNA DOS SANTOS MARTINS**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Planejamento.

PORTARIA Nº 2997, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **PAULO CESAR RODRIGUES DE SÁ**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

PORTARIA Nº 2998, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data, **JOAB PEDRO DANTAS DA SILVA**, no Cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

PORTARIA Nº 2999, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **NILCE DE OLIVEIRA NASCIMENTO RAMOS**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Cultura.

PORTARIA Nº 3000, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Gabinete.

PORTARIA Nº 3001, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **ELISA GIOVANNA DOS SANTOS MARTINS**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal da Mulher

PORTARIA Nº 3002, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **SAMUEL MOREIRA DA SILVA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal da Saúde.

PORTARIA Nº 3003, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

PORTARIA Nº 3004, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **FABIO TAVARES PELETEIRO FERNANDES**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Portos.

PORTARIA Nº 3005, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **VALTER DE ALMEIDA MATOS DA COSTA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Turismo.

PORTARIA Nº 3006, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **VALTER DE ALMEIDA MATOS DA COSTA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Esporte.

PORTARIA Nº 3007, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **ANDERSON DE OLIVEIRA** , para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Eventos.

PORTARIA Nº 3008, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **MICHELI SOBRAL DOS SANTOS**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Assistência.

PORTARIA Nº 3009, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
NOMEAR, nesta data **FERNANDA PEREIRA DA SILVA**, , no Cargo comissionado de **PRESIDENTE**, símbolo "PT", da **ITAPREV**.

PORTARIA Nº 3010, DE 18 DE JUNHO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **TIAGO DE ALMEIDA SILVA**, para responder, interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.
(a) RUBEM VIEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

TORNA-SE SEM EFEITO o ENCERRAMENTO DA CESSÃO dos servidores abaixo, publicado no Jornal Oficial de Itaguaí, Edição nº 1.335- Extra, página 4, de 13 de junho de2025.

- 3º Sgt PM Rafael Neves dos Anjos, RG nº 94.962;
- Cabo PM Gerson Ferreira da Silva Filho, RG nº 97142; e
- Cabo PM Joab Pedro Dantas da Silva, RG nº 96838, por decisão do Orgão Cessionário.

Prefeitura de **Itaguaí**

ITAPREVI
Fls. 391
Proc.: 200000174126

DECRETO Nº 4.968, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ – O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí;

Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração;

DECRETA:

Art.1º Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

DECRETO LEGISLATIVO

Considerando a vacância do cargo de Prefeito do Município de Itaguaí, por decisão exarada pelo Ministro Dias Toffoli no âmbito da Petição 13.350, que tornou vacante o cargo de Prefeito do Município de Itaguaí;

Considerando que o Art. 95 da Lei Orgânica do Município prevê que em caso de vacância do cargo assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara;

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por seu representante legal, nos termos do Art. 70 da Lei Orgânica c/c Art. 27 do Regimento Interno, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 022/2025

DESIGNA O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL A ASSUMIR O CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica designado o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Haroldo Rodrigues Jesus Neto, para assumir interinamente a chefia do Poder Executivo em razão da vacância do cargo de Prefeito do Município de Itaguaí, conforme decisão exarada pelo Ministro Dias Toffoli no âmbito da Petição 13.350.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaguaí, 27 de novembro de 2025.

(a) Fabiano José Nunes
Vice-Presidente

(a) Guilherme S. C. F. K. M. Ribeiro
2° Vice-Presidente

(a) Patrícia Fernanda Kuchenbecker
3º Vice-Presidente

(a) Rachel Secundo da Silva
Primeira Secretária

(a) Alexandro Valença de Paul
Segundo Secretário

Considerando a vacância do cargo de Prefeito do Município de Itaguaí, por decisão exarada pelo Ministro Dias Toffoli no âmbito da Petição 13.350, que tornou vacante o cargo de Prefeito do Município de Itaguaí;

Considerando que o Art. 95 da Lei Orgânica do Município prevê que em caso de vacância do cargo assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara;

Considerando a designação do Presidente da Câmara de Vereadores para assumir o cargo de Prefeito do Município de Itaguaí;

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por seu representante legal, nos termos do Art. 70 da Lei Orgânica c/c Art. 27 do Regimento Interno, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2025

INVESTE O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES NA FUNÇÃO DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Vereador Fabiano José Nunes, investido na plenitude das funções de Presidente da Câmara Municipal de Itaguaí, face a assunção do Presidente Haroldo Rodrigues Jesus Neto interinamente ao cargo de Prefeito do Município de Itaguaí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaguaí, 27 de novembro de 2025.

(a) Guilherme S. C. F. K. M. Ribeiro
2° Vice-Presidente

(a) Patrícia Fernanda Kuchenbecker
3º Vice-Presidente

(a) Rachel Secundo da Silva
Primeira Secretária

(a) Alexandro Valença de Paula
Segundo Secretário

ITAPREVI
Fls. 392
Proc.: 20000174/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4.968, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

EXONERA TODOS OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ITAGUAÍ – O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO – O PRESIDENTE DO ITAPREVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ,** no uso de suas atribuições, considerando o que dispõe os Arts. 99, VII e 123, I, i, ambos da Lei Orgânica do Município de Itaguaí: Considerando a necessidade de adequação da máquina pública para a execução das tarefas a serem executadas pela nova administração.

DECRETA:

Art.1º - Exonera todos os Secretários Municipais, o Procurador Geral do Município, o Controlador Geral do Município e o Presidente do ITAPREVI – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itaguaí.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpre-se.

(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

PORTARIA

PORTARIA Nº 5.070, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.

NOMEAR, nesta data, **MILTON VALVIESSE GAMA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Governo.

(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito em Exercício

ITAPREVI
393
Proc.: 20000617/26

PORTARIA Nº 5.106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO DE ITAGUAÍ-RJ, de acordo com o que dispõe o art. 123, II, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a delegação de atribuições prevista no Decreto nº. 4.799, de 23 de junho de 2023.

R E S O L V E:

NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES**, no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MILTON VALVIESSE GAMA
Secretário Municipal de Governo

ITAPREVI
Proc: 394
Rubr: 20000174/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIAS

PORTARIA Nº 5.090, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.
DESIGNAR, nesta data, **MILTON VALVIESSE GAMA**, para responder interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Educação.
(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito Em Exercício

PORTARIA Nº 5.091, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **ANDRÉ LUIZ ARÊDE DA SILVA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 5.092, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **LUIZ JOED CABRAL COELHO,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 5.093, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **LUCIANA DA SILVA MIRANDA PEREIRA CÂMARA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Gabinete.

PORTARIA Nº 5.094, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **AGENOR DE OLIVEIRA TEIXEIRA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

PORTARIA Nº 5.095, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **ADILSON PEREIRA CAMPOS JUNIOR,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana.

PORTARIA Nº 5.096, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **OINEGUELANDO RODRIGUES EUGENIO DA SILVA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana.

PORTARIA Nº 5.097, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **ESTEVÃO SILVA JARDIM BOTAS,** no cargo comissionado de **PROCURADOR GERAL**, Símbolo "PG", da Procuradoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 5.098, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **LUZIA DE FREITAS CÂMARA,** no cargo comissionado de **CONTROLADOR GERAL**, Símbolo "CG", da Controladoria Geral do Município.

PORTARIA Nº 5.099, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **RAFAEL DE FARIAS ROCHA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

PORTARIA Nº 5.100, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **MARCELLO BARRETO DE SANTANA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Esporte.

PORTARIA Nº 5.101, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **EMMANUELLE VIEIRA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Fazenda.

PORTARIA Nº 5.102, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **WILLIAN CEZAR DE CASTRO PADELA,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Cultura.

PORTARIA Nº 5.103, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO KIFER MOREIRA RIBEIRO,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

PORTARIA Nº 5.104, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
DESIGNAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, o servidor **CARLOS EDUARDO KIFER MOREIRA RIBEIRO,** para responder interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal do Ambiente, Mudanças do Clima e Bem-Estar Animal.

PORTARIA Nº 5.105, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **JOCIMAR PEREIRA DO NASCIMENTO,** no cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, Símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Planejamento.

PORTARIA Nº 5.106, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, **CARLOS EDUARDO CRUZ FERREIRA GONÇALVES,** no cargo comissionado de **PRESIDENTE**, Símbolo "PT", do ITAPREVI.
(a) Milton Valviesse Gama
Secretário Municipal de Governo

PORTARIA Nº 5.107, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025.
DESIGNAR, com efeito a partir de 28 de novembro do corrente ano, o servidor **MILTON VALVIESSE GAMA**, para responder interinamente pelo cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, símbolo "SM", da Secretaria Municipal de Eventos.
(a) Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito Em Exercício

ERRATA:
Na publicação da **PORTARIA Nº 5.070, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025,** no Jornal Oficial de Itaguaí, Edição nº 1.407 - Extra, página 4, de 27 de novembro de 2025;
Onde se lê: **PORTARIA Nº 5.070, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025,**
Leia-se: **PORTARIA Nº 5.089, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EVENTOS

NOTIFICAÇÃO À EMPRESA CONTRATADA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.639/2025.
CONTRATAÇÃO Nº 251/2025
ASSUNTO: Cancelamento de contratação.

À **Associação Nacional de Artes e Cultura**
CNPJ: 11.804.138/0001-60

Prezados Senhores,
A Secretaria Municipal de Eventos, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na **Recomendação nº 005/2025-PJTCOITG, documento id. 05992637** do **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, constante do inquérito civil nº02.22.0011.0444894/2025-23**, bem como na **determinação do Prefeito Municipal** constante na C.I. Governo nº 2.873/2025, vem por meio desta **NOTIFICAR** essa empresa sobre o **CANCELAMENTO** da contratação oriunda do **Processo Administrativo nº 15.639/2025**.

Considerando a **orientação expressa do Chefe do Poder Executivo Municipal**, por meio da **C.I. GOVERNO Nº 2.873/2025**, exarado pela **Secretaria Municipal de Governo** no dia 28 de novembro de 2025, no sentido de acatar integralmente a referida Recomendação Ministerial, determinando a esta Secretaria a adoção das providências necessárias para o **cancelamento da contratação** em curso;

MODELO 39

RELAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS NO EXERCÍCIO

Órgão: ITAPREVI	Município: ITAGUAI	Exercício: 2025

Nota de Empenho (número/ano)	Valor Empenhado (R$)	Credor	Nota Patrimonial de Cancelamento (Número)	Valor Cancelado (R$)	Motivo do Cancelamento (especificar)	Base legal que justifica o cancelamento
5	R$ 157.650,00	SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI	X	R$ 157.650,00	INSCRIÇÃO INDEVIDA	Decreto n.º 4662 de 16 de novembro de 2021- Sobra de saldo orçamentário.
10	R$ 6.540,00	COMITÊ DE INVESTIMENTOS - ITAPREVI	X	R$ 6.540,00	INSCRIÇÃO INDEVIDA	Decreto n.º 4662 de 16 de novembro de 2021- Sobra de saldo orçamentário.
92	R$ 654,00	COMITÊ DE INVESTIMENTOS - ITAPREVI	X	R$ 654,00	INSCRIÇÃO INDEVIDA	Decreto n.º 4662 de 16 de novembro de 2021- Sobra de saldo orçamentário.
93	R$ 1.850,00	INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL	X	R$ 1.850,00	INSCRIÇÃO INDEVIDA	Decreto n.º 4662 de 16 de novembro de 2021- Sobra de saldo orçamentário.
	R$ 166.694,00			**R$ 166.694,00**		

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e fidedignas e são acompanhadas das justificativas .

Responsável pela Elaboração: André Luiz da Silva Miranda

Matrícula: 34.656

Data: 19/06/2026

Assinatura:

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 19/06/2026 19:14:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ITAPREVI
Fls.: 395
Proc.: 20000174/26

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Empenhos do exercício de 2024 Liquidados em 2024

Empenho: 5/2024 **PROCESSO** **Data do Empenho 02/01/2024** **PROG. TRAB.21.2101.04.122.0052.2.452.31901100000(** **FONTE1802** **Valor Empenhado 1.800.000,00** **SALDO 157.650,00**

Credor: SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI

Histórico: PELA DESPESA EMPENHADA POR ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DOS COMISSIONADOS EM 2024.

Liquidações

Data	Número	Valor Liquidado	Saldo a Pagar
23/12/2024	334/2024	157.650,00	157.650,00
Saldo Liquidado do Empenho a Pagar:			**157.650,00**

Empenho: 10/2024 **PROCESSO** **Data do Empenho 02/01/2024** **PROG. TRAB.21.2101.04.123.0052.2.451.33903600000(** **FONTE1802** **Valor Empenhado 39.240,00** **SALDO 6.540,00**

Credor: COMITÊ DE INVESTIMENTOS - ITAPREVI

Histórico: PELA DESPESA EMPENHADA POR ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DE UFIRITAS POR REUNIÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS, CONFORME PROCESSOS E ATAS ATÉ JUNHO DE 2024 . DECRETO 4529/2020 PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DE ITAGUAÍ EM 10/12/2020, EM ACORDO COM O ART 4º § 21 DA LEI MUNICIPAL 3.354 DE 17/09/2015 E REGIME INTERNO - RESOLUÇÃO Nº 02/2017. Art.25 Alínea II e Art.13 Alínea III da Lei 8666.

Liquidações

Data	Número	Valor Liquidado	Saldo a Pagar
19/04/2024	111/2024	6.540,00	6.540,00
Saldo Liquidado do Empenho a Pagar:			**6.540,00**

Empenho: 92/2024 **PROCESSO** **Data do Empenho 26/12/2024** **PROG. TRAB.21.2101.04.123.0052.2.451.33903900000(** **FONTE1802** **Valor Empenhado 2.616,00** **SALDO 654,00**

Credor: COMITÊ DE INVESTIMENTOS - ITAPREVI

Histórico: Pelo pagamento de ATAs n.º 310/2024 e 311/2024 em razão da realização da reunião do comitê de Investimentos de acordo com a Lei n.º 2499/2005 e Resolução Itaprevi n.º 20/2024 aos seguintes membros: André Luiz da Silva Miranda, valor de R$ 654,00;(seiscentos e cinquenta e quatro reais); Marcelo José Magalhães Lopes, valor de R$ 654,00;(seiscentos e cinquenta e quatro reais); Oswaldo Luiz da Silva Mello,654,00;(seiscentos e cinquenta e quatro reais) e Pedro Cardoso dos Santos, valor de R$ 654,00;(seiscentos e cinquenta e quatro reais).

Liquidações

Data	Número	Valor Liquidado	Saldo a Pagar
26/12/2024	338/2024	2.616,00	654,00
Saldo Liquidado do Empenho a Pagar:			**654,00**

Empenho: 93/2024 **PROCESSO** **Data do Empenho 30/12/2024** **PROG. TRAB.21.2101.04.128.0058.2.087.33903900000(** **FONTE1802** **Valor Empenhado 1.850,00** **SALDO 1.850,00**

Credor: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL

Histórico: Considerando a necessidade de adequar a estrutura organizacional do instituto de previdência dos servidores de Itaguaí- Itaprevi aos requisitos legais, às normas do tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério da Previdência Social(MPS); Considerando a Portaria MTP n.º 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à lei n.º 9.717/1998 , aos art. 1º e 2º da Lei n.º 10.887 de 2004 e a Emenda Constitucional n.º 103 de 2019.

Liquidações

Data	Número	Valor Liquidado	Saldo a Pagar

Proc.: 820000 17-4 / 26
396

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI

Empenhos do exercício de 2024 Liquidados em 2024

Empenho: 93/2024 **PROCESSO** **Data do Empenho** 30/12/2024 **PROG. TRAB** 21.2101.04.128.0058.2.087.33903900000(**FONTE** 1802 **Valor Empenhado** 1.850,00 **SALDO** 1.850,00

Credor: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL

Histórico: Considerando a necessidade de adequar a estrutura organizacional do instituto de previdência dos servidores de Itaguaí- Itaprevi aos requisitos legais, às normas do tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério da Previdência Social(MPS); Considerando a Portaria MTP n.º 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à lei n.º 9.717/1998 , aos art. 1º e 2º da Lei n.º 10.887 de 2004 e a Emenda Constitucional n.º 103 de 2019.

30/12/2024	340/2024	1.850,00	1.850,00
	Saldo Liquidado do Empenho a Pagar:		**1.850,00**

Saldo a Pagar de empenhos de 2024 liquidados em 2024:	**166.694,00**
TOTAL ÓRGÃO:	**166.694,00**
TOTAL GERAL:	**166.694,00**

gov.br
Documento assinado digitalmente
ANDRE LUIZ DA SILVA MIRANDA
Data: 24/03/2026 15:44:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

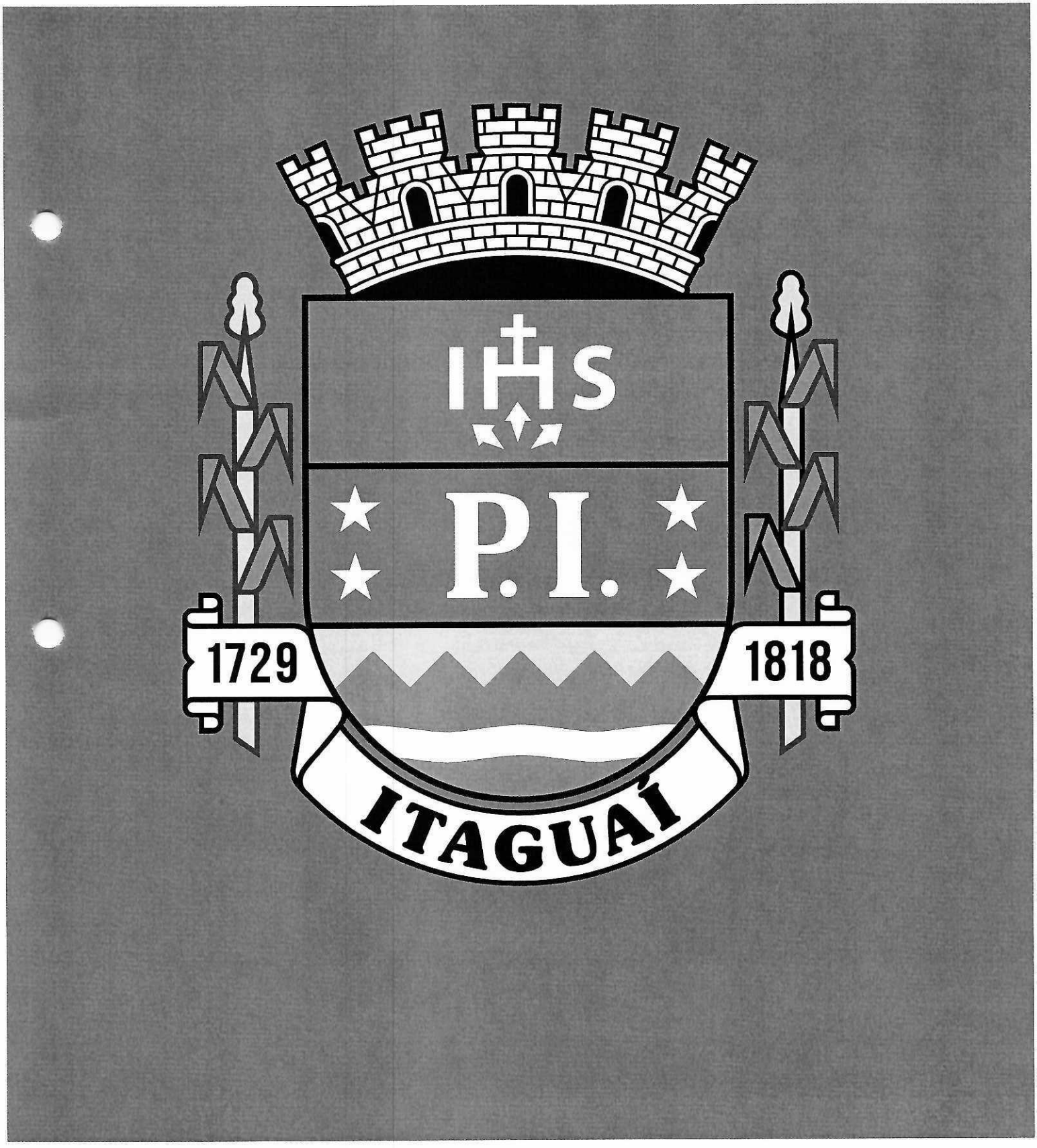
Proc: 20000174/26
397

398
Proc.: 200000174/26

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

JORNAL OFICIAL

Edição nº 1.425 | Ano 16 | Quarta-feira, 28 de janeiro de 2026 | Distribuição Gratuita



ITAPREVI
399
Proc.: 200000174/26

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

JORNAL OFICIAL

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Prefeito
Haroldo Rodrigues Jesus Neto

Vice-Prefeito

Procurador-Geral do Município
Estevão Silva Jardim Botas

Controladora Geral do Município
Luzia de Freitas Câmara

Secretário Municipal de Governo
Milton Valviesse Gama

Secretária Municipal de Fazenda
Emmanuelle Vieira

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia,Inovação e Comunicação
Rafael de Farias Rocha

Secretário Municipal de Administração
Luiz Joed Cabral Coelho

Secretário Municipal de Licitações e Contratos
Bruno Barbosa de Souza
(Interino)

Secretário Municipal de Educação
Milton Valviesse Gama
(Interino)

Secretário Municipal de Cultura
Willian Cezar de Castro Padela

Secretária Municipal de Gabinete
Luciana da Silva Miranda Pereira Câmara

Secretária Municipal da Mulher
Juliana Rodrigues Silva

Secretário Municipal de Saúde
André Luiz Arêde da Silva

Secretário Municipal de Eventos
Milton Valviesse Gama
(Interino)

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
Andre Luis Reis de Amorim

Secretário Municipal de Planejamento
Jocimar Pereira do Nascimento

Secretário Municipal de Turismo
Milton Valviesse Gama
(Interino)

Secretário Municipal de Esporte
Marcello Barreto de Santana

Secretário Municipal de Relações Institucionais
Milton Valviesse Gama
(Interino)

Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Carlos Eduardo Kifer Moreira Ribeiro

Secretário Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana
Oineguelando Rodrigues Eugenio da Silva

Secretária Municipal de Assistência Social
Sammyta Zillmann Rocha Costa

'Secretário Municipal de Obras e Urbanismo
Agenor de Oliveira Teixeira

Secretária Municipal de Meio Ambiente, Mudanças do Clima e Bem Estar Animal
Vania Carla Rodrigues Felix
(Interina)

Secretário Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana
Adilson Pereira Campos Junior

Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito
Fabricio de Paula Freitas
(Interino)

Secretário Municipal dos Portos
Ronaldo Fucci

Presidente ITAPREVI
Carlos Eduardo Cruz Ferreira Gonçalves

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Mesa Diretora

Presidente:
Vice-Presidente: Fabiano José Nunes
2º Vice-Presidente: Guilherme Severino C. de Farias Kifer Ribeiro
3º Vice-Presidente: Patricia Fernanda Kuchenbecker
1º Secretário: Rachel Secundo da Silva
2º Secretário: Alexandro Valença de Paula

Plenário
Vereador: Alecsandro Alves de Azevedo
Vereador: Fabio Luis da Silva Rocha
Vereador: Julio Cezar José de Andrade Filho
Vereador: José Domingos do Rozário
Vereador: Karine Brandão Barbosa de Lima
Vereador: Noel Pedrosa de Mello

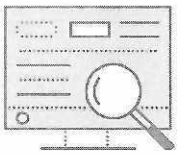
EXPEDIENTE

Jornal Oficial de Itaguaí
Lei nº 2.641, de 18 de dezembro de 2007
Alteração na Lei nº 3.232, 20 de maio de 2014

Disponível para download em:
https://itaguai.rj.gov.br/jornal-oficial/

Secretaria Municipal de Governo
Email: publicacao@itaguai.rj.gov.br
Rua: General Bocaiúva, 636, Centro,Itaguaí.
Tel: 3782-9000 | www.itaguai.rj.gov.br

SAIBA COMO ESTÁ O ANDAMENTO DO SEU PROCESSO



Acesse:
https://portal.transparencia.itaguai.rj.gov.br/

ITAPREVI
Fls: 400
Proc: 20000174/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

DECRETO Nº 4982 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Cancelamentos de Restos a Pagar Processados por prescrição e por fator superveniente justificável dos exercícios de 2020 a 2024 e Restos a Pagar Não Processados relativos aos exercícios 2019 a 2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ – RJ, usando de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 123, inciso I, alínea "i" e artigo 99, inciso VII, ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 09 de julho de 2009, e com fulcro no art. 206, §5°, Inciso I, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e Decreto Municipal nº 4662, de 16 de novembro de 2021.

D E C R E T A:

. 1º - Foram **canceladas,** em 30 de dezembro de 2025, as Despesas Inscritas em **Restos a Pagar Processados (RPP)**, por **prescrição** e **por fator superveniente justificável** referentes aos exercícios de 2020 a 2024, na importância de **R$ 29.653.814,05** (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e oitocentos e quatorze reais e cinco centavos) e **Restos a Pagar** Não **Processados (RPNP)** referentes aos exercícios de 2019 a 2024, na importância de **R$ 9.196.885,49** (nove milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), nas Unidades Gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Itaguaí, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e Instituto de Previdência de Itaguaí, cabendo a Contabilidade Municipal providenciar a baixa das notas de empenho de acordo com o quadro abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ				
Empenho/ Ano	Valor Cancelado	Tipo RP	Elemento	Credor
756/2020	5.129,05	RPP	31909400000000	SELMA CANDIDA DE LIMA ALMEIDA
816/2020	442,61	RPP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
21/2020	86,55	RPP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
827/2020	3,26	RPP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1309/2020	139,73	RPP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1311/2020	1.641,81	RPP	33909100000000	CEJUR CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DA DEFENSORIA I
1312/2020	86,55	RPP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
1013/2021	2.537,85	RPP	33909102000000	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1º REGIÃO
2406/2022	9,44	RPP	33901400000000	ALESSANDRA MARIA COSTA RODRIGUES FONSECA
2407/2022	11,64	RPP	33901400000000	ANDREIA DANTAS CAVALCANTI LINS DOS SANTOS
2408/2022	11,64	RPP	33901400000000	MARCIA DOS SANTOS CALDEIRA DE PAULA
1964/2023	52.288,00	RPP	33903900000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
1965/2023	15.933,00	RPP	33903900000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
1966/2023	299.162,27	RPP	33903900000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
1967/2023	7.957,00	RPP	33903900000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
1968/2023	70.248,73	RPP	33903900000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
64/2024	197.006,70	RPP	31911300000000	ITAPREVI
201/2024	17.337.482,02	RPP	33919700000000	ITAPREVI
503/2024	161.966,90	RPP	31911300000000	ITAPREVI
1150/2024	401,06	RPP	33901400000000	MABELY DA SILVA MARTINS
1721/2024	2.194.610,42	RPP	33919700000000	ITAPREVI
1973/2024	447.223,19	RPP	31911300000000	ITAPREVI
1975/2024	7.217.486,21	RPP	33919700000000	ITAPREVI
2512/2024	3.361,70	RPP	33903900000000	SIBELLY TRANSPORTES LTDA
TOTAL PMI	**28.015.227,33**	**RPP**		

Fundo Municipal de Assistência Social				
Empenho/ Ano	Valor Cancelado	Tipo RP	Elemento	Credor
73/2020	86.320,00	RPP	3.3.90.30	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO
589/2023	250,00	RPP	3.3.90.14	ALLAN OLIVEIRA DE PAIVA
590/2023	250,00	RPP	3.3.90.14	YASMIM DE MORAES NASCIMENTO
29/2024	1.385.072,72	RPP	3.1.91.13	ITAPREVI
TOTAL FMAS	**1.471.892,72**	**RPP**		

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAGUAI				
Empenho/ ANO	VALOR CANCELADO	Tipo RP	ELEMENTO	CREDOR
5/2024	157.650,00	RPP	3.1.90.11.000000	SERVIDORES ATIVOS ITAPREVI
10/2024	6.540,00	RPP	3.3.90.36.000000	COMITÊ DE INVESTIMENTOS -
92/2024	654,00	RPP	3.3.90.39.0000000	COMITÊ DE INVESTIMENTOS -
93/2024	1.850,00	RPP	3.3.90.39.000000	INSTITUTO TOTUM DE
Total ITA-PREVI	**166.694,00**	**RPP**		
TOTAL RP P	**29.653.814,05**	**RP P**		

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ				
EMPENHO/ ANO	VALOR CANCELADO	TIPO RP	ELEMENTO	CREDOR
1479/2019	1.676,84	RPNP	33903000000000000	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
1480/2019	407,00	RPNP	33903000000000	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
1481/2019	325,60	RPNP	33903000000000	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
1482/2019	162,80	RPNP	33903000000000	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
67/2020	4.000,00	RPNP	31911301000000	ITAPREVI
147/2020	3.023,77	RPNP	33909300000000	AMBIENTAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA -CONSORC PARALELA I
190/2020	6.923,14	RPNP	33903900000000	WP SISTEMAS REPOGRAFICOS E IMPRESSAO LTDA.EPP
304/2020	352,21	RPNP	33909200000000	HARRISON DE CARVALHO MARQUES
343/2020	175.068,88	RPNP	33903900000000	FUNDAÇÃO CENTRO EST.EST. PESQ. FORM.SERV.PÚB.RJ
360/2020	908,09	RPNP	33909100000000	CARTORIO DA 2 VARA CIVEL COMARCA ITAGUAI
363/2020	8.637,57	RPNP	33909100000000	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1º REGIÃO
364/2020	10.165,75	RPNP	33909100000000	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1º REGIÃO
366/2020	5.577,98	RPNP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
367/2020	15.711,27	RPNP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
529/2020	1,80	RPNP	33909100000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
578/2020	232.165,50	RPNP	33903900000000	LABORINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
649/2020	5.839,45	RPNP	33909100000000	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1º REGIÃO
922/2020	0,03	RPNP	33903000000000	PETTER COMERCIO DE EPI'S EIRELI
426/2021	37.482,54	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
1425/2021	55.080,51	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
1428/2021	13.013,34	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA

ITAPREVI
Fls.: 401
Proc.: 200000174/26

1738/2021	172.083,24	RPNP	33903900000000	INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E GESTAO
78/2021	17.605,15	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
332/2022	112,10	RPNP	33903000000000	AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA
713/2022	26.351,11	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
1366/2022	125.195,86	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
1688/2022	0,01	RPNP	44905200000000	EFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - EPP
1949/2022	1.020,00	RPNP	33904000000000	SOLUTI SOLUCÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A
2689/2022	32.532,64	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2701/2022	9.333,00	RPNP	33904000000000	TIPLAN- CONSULTORIA E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA
2783/2022	67.929,23	RPNP	46907100000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (46)
2950/2022	5.784,60	RPNP	33903900000000	ENGESOFT SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
2966/2022	6.536,58	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
21/2023	1.857,92	RPNP	33904000000000	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
22/2023	8.983,10	RPNP	33903900000000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
32/2023	11.944,00	RPNP	33904000000000	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
91/2023	129.090,90	RPNP	33904000000000	MODERNIZACAO PUBLICA E INFORMATICA LTDA
266/2023	127.696,24	RPNP	33904000000000	BLOCKBIT TECNOLOGIA LTDA
283/2023	218.915,74	RPNP	33904000000000	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
289/2023	66.634,95	RPNP	33903900000000	TELEMAR NORTE LESTE S/A
292/2023	328,59	RPNP	33903900000000	CLARO S.A
305/2023	756,51	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
469/2023	327.979,88	RPNP	44905100000000	MV SOLUCOES DE SERVICOS E COMERCIO LTDA
684/2023	78.251,00	RPNP	33904000000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
740/2023	0,70	RPNP	33904000000000	CUSTOM INFORMATICA LTDA
953/2023	35.712,12	RPNP	33919200000000	ITAPREVI
959/2023	19.327,88	RPNP	33904000000000	BLOCKBIT TECNOLOGIA LTDA
1054/2023	14.735,17	RPNP	33904000000000	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
1055/2023	1.259,22	RPNP	33919700000000	ITAPREVI
1188/2023	720,50	RPNP	33904000000000	7LAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
1458/2023	17.003,70	RPNP	33903000000000	DISTRIBUIDORA LIMPOLI EIRELI
1459/2023	11.483,18	RPNP	33903000000000	DUOLIMP COMERCIO LTDA
1461/2023	1.685,70	RPNP	33903000000000	LIMA COMERCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA
1465/2023	7.298,11	RPNP	33903000000000	LAZZARI MARTINEZ COM. VAR. DE MAT.E EQUIP. LTDA
1570/2023	175,17	RPNP	33903900000000	CREA-RJ - CONS. REG. DE ENG, ARQ E AGRONOMIA
1571/2023	790,86	RPNP	33903900000000	CAU RJ CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO
1756/2023	15.867,05	RPNP	46907100000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (46)
2164/2023	5.195,86	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2541/2023	12.684,16	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2794/2023	27.321,63	RPNP	33904000000000	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
2951/2023	13.222,21	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2955/2023	14.765,13	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2956/2023	33.264,51	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
3058/2023	92,32	RPNP	33903900000000	L&A BRASIL LOCACOES DE MAQUINAS LTDA
3144/2023	5.965,89	RPNP	33903900000000	PEAK AMBIENTAL LTDA
3564/2023	11,80	RPNP	33903900000000	IPE ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
3591/2023	47.340,31	RPNP	33903900000000	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE
3726/2023	67,41	RPNP	33903000000000	PLANET PRINTER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO LTDA
35/2024	12.275,99	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
72/2024	0,20	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
76/2024	3.037,10	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
79/2024	25.581,35	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
199/2024	399,00	RPNP	33903900000000	BANCO BRADESCO
202/2024	145.163,20	RPNP	33919700000000	ITAPREVI
204/2024	112,95	RPNP	33903900000000	BANCO BRADESCO
211/2024	10.880,91	RPNP	31919200000000	ITAPREVI
239/2024	2.742,92	RPNP	33909200000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
241/2024	335,00	RPNP	33903900000000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
242/2024	334,25	RPNP	33903900000000	BANCO BRADESCO
246/2024	153,17	RPNP	33909200000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
285/2024	81,45	RPNP	33909200000000	INSS
345/2024	0,01	RPNP	33903900000000	PRO-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA
377/2024	1.444,31	RPNP	33903900000000	AD-HOC SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA
385/2024	21.812,93	RPNP	44905100000000	T N GALETI CONSULTORIA LTDA
395/2024	6.491,42	RPNP	44905100000000	MANANCIAL LM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
397/2024	0,08	RPNP	44905100000000	ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
455/2024	275,10	RPNP	33903900000000	BANCO BRADESCO
684/2024	305,49	RPNP	33909200000000	ABADE FRANCO CONSTRUCAO CIVIL EIRELI
774/2024	3,51	RPNP	33903900000000	CREA-RJ - CONS. REG. DE ENG, ARQ E AGRONOMIA
805/2024	5.073,00	RPNP	33504100000000	UNDIME UNIAO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCACAO
873/2024	18.768,75	RPNP	33903000000000	FAC EDUCACAO E TECNOLOGIA LTDA
971/2024	508,16	RPNP	33903900000000	CAU RJ CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO
986/2024	7.470,52	RPNP	33903900000000	ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA
1108/2024	24,46	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (161)
1109/2024	0,39	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (163)
1110/2024	0,47	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (164)
1111/2024	0,08	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (165)
1136/2024	1,01	RPNP	44905100000000	CAMILO ENGENHARIA LTDA
1181/2024	23.668,91	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
1195/2024	0,10	RPNP	31901300000000	INSS
1213/2024	6.235,45	RPNP	44905100000000	D. T. C. DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES LTDA
1447/2024	51.936,99	RPNP	33903900000000	ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA
1484/2024	71,41	RPNP	46907100000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (46)
1491/2024	0,11	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (161)
1492/2024	0,11	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (163)

ITAPREVI
402
Proc. 200001744/26

1493/2024	0,07	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (164)
1494/2024	0,13	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (165)
1606/2024	17.318,86	RPNP	33903900000000	SMART LINK SOLUÇÕES EIRELI
1721/2024	105.389,58	RPNP	33919700000000	ITAPREVI
1752/2024	56.582,09	RPNP	46907100000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (46)
1775/2024	1,75	RPNP	44905100000000	ENGEFORMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
1780/2024	423,60	RPNP	33903000000000	CHAMA GAUCHA EXTINTORES LTDA
1883/2024	306,37	RPNP	44905100000000	MALE COMERCIO, SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA
1944/2024	2.000,40	RPNP	33903900000000	SMART LINK SOLUÇÕES EIRELI
1945/2024	1.501,32	RPNP	33903900000000	SMART LINK SOLUÇÕES EIRELI
1946/2024	3.307,09	RPNP	33903900000000	SMART LINK SOLUÇÕES EIRELI
1947/2024	2.764,23	RPNP	33903900000000	SMART LINK SOLUÇÕES EIRELI
1955/2024	204.842,43	RPNP	31901300000000	INSS
1962/2024	38.630,54	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (161)
1964/2024	20.231,22	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (163)
1965/2024	18.770,20	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (164)
1967/2024	13.984,14	RPNP	32912100000000	ITAPREVI (165)
1975/2024	587.173,28	RPNP	33919700000000	ITAPREVI
2095/2024	56.858,05	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
2097/2024	1.349,93	RPNP	33904000000000	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
2109/2024	9,00	RPNP	44905200000000	D.M FORNECIMENTOS E SERVICOS LTDA
2134/2024	1.821,30	RPNP	33903000000000	CHAMA GAUCHA EXTINTORES LTDA
2135/2024	3.331,20	RPNP	33903000000000	CHAMA GAUCHA EXTINTORES LTDA
2137/2024	217,60	RPNP	33903000000000	CHAMA GAUCHA EXTINTORES LTDA
2140/2024	5.699,26	RPNP	33903000000000	ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA
2157/2024	6.904,32	RPNP	33903000000000	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
2173/2024	5.940,42	RPNP	44905100000000	ABADE FRANCO CONSTRUCAO CIVIL EIRELI
2182/2024	80.526,04	RPNP	33903900000000	MADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
2183/2024	140.200,98	RPNP	33903900000000	MADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
2184/2024	1.002,22	RPNP	33903900000000	MADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
2185/2024	121.439,98	RPNP	44905200000000	MADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
2186/2024	431.197,90	RPNP	44905200000000	MADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
2188/2024	3.146,30	RPNP	33903900000000	ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA
2370/2024	257.518,01	RPNP	31901300000000	INSS
2464/2024	11.478,68	RPNP	44905100000000	ENGELOC CONSTRUTORA LTDA ME
2469/2024	27.638,32	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2472/2024	37.804,22	RPNP	44905100000000	MV SOLUCOES DE SERVICOS E COMERCIO LTDA
2478/2024	30.195,86	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2489/2024	20.326,14	RPNP	44905200000000	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI
2491/2024	1.255,76	RPNP	44905200000000	META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI
2534/2024	16.658,22	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
2535/2024	7.253,89	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
2546/2024	207,86	RPNP	33903900000000	BANCO DO BRASIL
2550/2024	4.750,80	RPNP	31901300000000	INSS
2552/2024	708,28	RPNP	33903900000000	CREA-RJ - CONS. REG. DE ENG, ARQ E AGRONOMIA
2553/2024	1.000,00	RPNP	33903900000000	CAU RJ CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO
2576/2024	16.703,34	RPNP	46907100000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (56)
2585/2024	171.319,24	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2717/2024	1.735,67	RPNP	33904700000000	PASEP - BANCO DO BRASIL
2728/2024	1.448,74	RPNP	33903900000000	BANCO DO BRASIL
2731/2024	2.777,60	RPNP	33903900000000	MV SOLUCOES DE SERVICOS E COMERCIO LTDA
2739/2024	22.512,25	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2761/2024	165.000,00	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2762/2024	82.630,08	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2763/2024	45.591,24	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2764/2024	38.000,00	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2765/2024	29.315,04	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2767/2024	27.829,09	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2768/2024	536.099,27	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2801/2024	23.049,69	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
2834/2024	371.409,98	RPNP	31909197000000	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO
2854/2024	24.854,97	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
3017/2024	933,63	RPNP	33903900000000	ITAU UNIBANCO S/A
3019/2024	5.242,37	RPNP	33903900000000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
3044/2024	67.750,77	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
3052/2024	7.274,38	RPNP	33903900000000	L&A BRASIL LOCACOES DE MAQUINAS LTDA
3055/2024	5.924,60	RPNP	33904000000000	TIPLAN- CONSULTORIA E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA
3097/2024	58.000,00	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
3104/2024	16.349,15	RPNP	33903900000000	ITAMED COMÉRCIO E ARQUITETURA LTDA
3121/2024	831.544,83	RPNP	33903900000000	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
Total PMI	**7.547.591,04**	**RPNP**		

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EMPENHO/ ANO	VALOR CANCELADO	TIPO RP	ELEMENTO	CREDOR
1/2019	1.444,97	RPNPL	3.3.90.39	CEDAE-COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS ESGOTO
479/2019	1.108,03	RPNPL	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
29/2024	228.793,44	RPNPL	3.1.91.13	ITAPREVI
448/2019	21.529,01	RPNP	3.3.90.39	FUNERÁRIA SANTA SOFIA DE SEROPÉDICA
24/2020	44.139,59	RPNP	3.3.90.39	MMX RIO SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
180/2020	259,32	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA
182/2020	886,78	RPNP	3.3.90.30	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
205/2020	805,10	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA

403
200000174126

208/2020	73,29	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA
211/2020	52,90	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA
247/2020	176,65	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA
274/2020	384,00	RPNP	3.3.90.30	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
290/2020	57,98	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS LTDA
72/2021	256,40	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
77/2021	46,00	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
125 2021	455,60	RPNP	3.3.90.30	ROTA 393 ALIMENTOS LTDA
156/2021	194,62	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
190/2021	115,76	RPNP	3.3.90.30	ML DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS
217/2021	8.739,92	RPNP	3.3.90.30	MACRIS REPAROS E MANUTENCAO LTDA - ME
229/2021	393,34	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
232/2021	348,00	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
255/2021	1.981,10	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
289/2021	160,56	RPNP	3.3.90.30	ROTA 393 ALIMENTOS LTDA
292/2021	26,53	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
293/2021	24,39	RPNP	3.3.90.30	ML DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS
313/2021	242,15	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
357/2021	2.866,95	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
358/2021	91,83	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
359/2021	157,65	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
360/2021	1.497,00	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
361/2021	1.578,15	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
366/2021	28.086,75	RPNP	3.3.90.30	RESTAURANTE NOVA RODOVIA 2007 LTDA
412/2021	14,08	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
414/2021	887,07	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
438/2021	199,18	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
439/2021	1.392,75	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
443/2021	3.454,30	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
448/2021	116,50	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
449/2021	559,20	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
58/2022	471,46	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
59/2022	53,20	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
67/2022	263,28	RPNP	3.3.90.30	ML DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS
68/2022	706,30	RPNP	3.3.90.30	ML DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS
280/2022	311,67	RPNP	3.3.90.30	PETROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME
281/2022	207,78	RPNP	3.3.90.30	PETROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME
309/2022	0,10	RPNP	3.3.90.30	RESTAURANTE NOVA RODOVIA 2007 LTDA
340/2022	48,80	RPNP	3.3.90.30	ROTA 393 ALIMENTOS LTDA
359/2022	19.764,63	RPNP	3.3.90.30	RADIONET LTDA
433/2022	170,00	RPNP	3.3.90.30	SOLUTI SOLUCÕES EM NEGÓCIOS
451/2022	5.217,38	RPNP	3.3.90.30	PINBALL COMÉRCIO DE MATERIAIS E
452/2022	1.266,68	RPNP	3.3.90.30	PINBALL COMÉRCIO DE MATERIAIS E
453/2022	1.900,02	RPNP	3.3.90.30	PINBALL COMÉRCIO DE MATERIAIS E
454/2022	620,69	RPNP	3.3.90.30	PINBALL COMÉRCIO DE MATERIAIS E
462/2022	5.496,00	RPNP	3.3.90.30	ROTA 393 ALIMENTOS LTDA
463/2022	215,00	RPNP	3.3.90.30	PETROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME
606/2022	54,00	RPNP	3.3.90.30	M TESTA CONFECÇÃO
607/2022	45,00	RPNP	3.3.90.30	M TESTA CONFECÇÃO
27/2023	290,88	RPNP	3.3.90.39	AGENTE PRAG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
28/2023	2.743,46	RPNP	3.3.90.39	AGENTE PRAG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
29/2023	421,56	RPNP	3.3.90.39	AGENTE PRAG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
30/2023	331,96	RPNP	3.3.90.39	AGENTE PRAG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
35/2023	1.309,20	RPNP	3.3.90.30	PETROGÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME
41/2023	311,67	RPNP	3.3.90.39	AGENTE PRAG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.
85/2023	516,42	RPNP	3.3.90.39	AGENTE PRAG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.
86/2023	699,36	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
177/2023	193,92	RPNP	3.3.90.30	GUARAILHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
230/2023	1.881,60	RPNP	3.3.90.30	GUARAILHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
231/2023	1.401,60	RPNP	3.3.90.30	GUARAILHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
297/2023	1.969,00	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
315/2023	1.611,96	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
316/2023	5.847,40	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
317/2023	5.762,56	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
318/2023	5.059,84	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
319/2023	4.035,96	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
320/2023	4.035,96	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
385/2023	4.035,96	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
386/2023	4.035,96	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
387/2023	3.599,64	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
388/2023	3.672,36	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
443/2023	3.000,00	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
479/2023	1.227,75	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
483/2023	3.466,11	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
489/2023	1.350,80	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
491/2023	405,24	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
492/2023	405,24	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
493/2023	135,08	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
494/2023	135,08	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
496/2023	4.753,72	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS

ITAPREVI
Fls.: 404
Proc.: 2000017412/6

499/2023	7.967,49	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
500/2023	5.113,96	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
501/2023	1.522,15	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
530/2023	0,03	RPNP	3.3.90.30	FOODCHEF ALIMENTOS LTDA
21/2024	36.816,00	RPNP	3.3.90.49	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
23/2024	25.000,00	RPNP	3.3.90.49	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
25/2024	44.665,23	RPNP	3.3.90.46	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
29/2024	650.931,09	RPNP	3.1.91.13	ITAPREVI
33/2024	300.000,00	RPNP	3.1.91.13	ITAPREVI
68/2024	7.232,98	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
71/2024	642,21	RPNP	3.3.90.30	GRANÁ 298 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
97/2024	1.939,67	RPNP	3.3.90.92	PASEP - BANCO DO BRASIL
110/2024	191,68	RPNP	3.3.90.30	GUARAILHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS
197/2024	135,08	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
454/2024	2.363,50	RPNP	3.3.90.30	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
455/2024	1.342,70	RPNP	3.3.90.30	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
457/2024	677,04	RPNP	3.3.90.30	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
467/2024	1.181,75	RPNP	3.3.90.30	DC DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
518/2024	3.734,21	RPNP	3.3.90.30	JE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
527/2024	224,85	RPNP	3.3.90.30	J C DEDETIZADORA E CONSERVADORA LTDA
543/2024	65.291,21	RPNP	3.3.90.39	CLEAN RH SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
548/2024	5.911,20	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
549/2024	3.860,64	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
550/2024	551,52	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
551/2024	551,52	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
552/2024	551,52	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
553/2024	551,52	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
554/2024	413,64	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
555/2024	3.860,64	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
556/2024	413,64	RPNP	3.3.90.30	ESKINA DO GÁS REVENDEDOR DE GAS LTDA
559/2024	504,00	RPNP	3.3.90.30	BSX EMPREENDIMENTOS LTDA
560/2024	504,00	RPNP	3.3.90.30	BSX EMPREENDIMENTOS LTDA
562/2024	504,00	RPNP	3.3.90.30	BSX EMPREENDIMENTOS LTDA
570/2024	5.876,39	RPNP	3.3.90.39	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE SA
584/2024	3.890,40	RPNP	3.3.90.39	S & B Soluções em Construção LTDA
TOTAL FMAS	**1.643.973,54**	**RPNP**		

FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE ITAGUAÍ				
EMPENHO/ ANO	**VALOR CANCELADO**	**TIPO RP**	**ELEMENTO**	**CREDOR**
1/2020	4,38	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
2/2020	81,32	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
12/2020	55,50	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
11/2021	57,34	RPNP	3.3.90.30	ML DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS
12/2021	159,59	RPNP	3.3.90.30	DISTRIBUIDORA DE CESTAS VASSOURAS
13/2021	492,29	RPNP	3.3.90.30	DM COMÉRCIO DE NEGÓCIOS EIRELI
4/0022	2.994,49	RPNP	3.3.90.30	FOODCHEF ALIMENTOS LTDA
2/2024	988,00	RPNP	3.3.90.39	BANCO DO BRASIL S/A
TOTAL FMCAI	**4.832,91**	**RPNP**		

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA				
EMPENHO/ ANO	**VALOR CANCELADO**	**TIPO RP**	**ELEMENTO**	**CREDOR**
4/2024	488,00	RPNP	3.3.90.39	BANCO DO BRASIL S/A
TOTAL FMDPI	**488,00**	**RPNP**		

TOTAL RPNP	**9.196.885,49**	**RPNP**		

TOTAL GERAL	**38.850.699,54**	**RP P / RPNP**		

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor produzindo seu efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique e cumpra-se.
(a)Haroldo Rodrigues Jesus Neto
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 5.649, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **PRISCILA RAMOS RESENDE,** no cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO**, Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 6.008, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de dezembro do corrente ano, **EDUARDO DE OLIVEIRA,** no cargo Comissionado de **ASSESSOR DE ASSUNTOS TECNOLÓGICOS,** Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 0057, DE 13 DE JANEIRO DE 2026.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **IURY DE AGUIAR MENEZES,** do cargo comissionado de **ASSESSOR EXECUTIVO**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 0071, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ANA PAULA FARIA DOS SANTOS,** no cargo comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE ASSUNTOS EXTERNOS,** Símbolo "AEAE", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 0121, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RAVINE RODRIGUES DE OLIVEIRA CARVALHO**, do cargo Comissionado de **ASSESSOR DE LOGÍSTICA**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana.

PORTARIA Nº 0122, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **EDUARDA DE AMORIM FERNANDES**, no cargo Comissionado de **ASSESSOR DE LOGÍSTICA**, Símbolo "DAS-5", da Secretaria Municipal de Ordem Pública e Limpeza Urbana.

PORTARIA Nº 0123, DE 15 DE JANEIRO DE 2026.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **GUSTAVO DOS SANTOS DE ASSIS**, do cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO**, Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

405
Proc.: 200000174/26

PORTARIA Nº 0124, DE 15 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, MARCIA VENANCIO DE SOUZA, no cargo Comissionado de **ASSESSOR ESPECIAL DE GOVERNO**, Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Governo.

PORTARIA Nº 0125, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
EXONERAR, com efeito retroativo a 01 de janeiro do corrente ano, os Servidores relacionados abaixo, da Secretaria Municipal de **ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

SERVIDOR	CARGO COMISSIONADO	SÍMBOLO
GILZA DA SILVA ALENCAR	GERENTE DE RH DA SMAS	DAS-3
ISABELLE DOS SANTOS BEZERRA DE OLIVEIRA	ASSESSOR TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	DAS-6
FELIPE HENRIQUE DO CARMO GUEDES	ASSESSOR DA SMAS – NÍVEL FUNDAMENTAL	DAS-7
ELANE FRANCISCA VIVELA DE SOUZA	ASSESSOR DA SMAS – NÍVEL FUNDAMENTAL	DAS-7
RAFAELLA WOLFGRAM LIMA	ASSESSOR TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	DAS-6
EDYLLAINY ANSELMÉ DA ROCHA SANTOS MAGNAN	ASSESSOR DA SMAS– NÍVEL SUPERIOR	DAS -5
LARISSA DE ALCANTARA TOMAZ	ASSESSOR DA SMAS II – NÍVEL MÉDIO	DAS-6

PORTARIA Nº 0126, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
EXONERAR, com efeito retroativo a 15 de janeiro do corrente ano, os servidores relacionados abaixo, da Secretaria Municipal de **ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

SERVIDOR	CARGO COMISSIONADO	SÍMBOLO
ROSANA FERREIRA DE SOUZA	GERENTE DE BENEFÍCIOS	DAS-3
ALESSANDRA ALVES MARTINS	COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS	DAS-4
LILIAN APARECIDA BARBOZA DIAS FARIAS	COORDENADOR DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	DAS-4
JHONATAN LEANDRO FERREIRA	ASSESSOR TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO	DAS-6
MARCUS VINICIUS BRAGA DA SILVA TAVARES	ASSESSOR DA SMAS III – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	DAS-5
FILIPE FAVACHO NUNES DE SOUZA	ASSESSOR DA SMAS – NÍVEL FUNDAMENTAL	DAS-7
RUGGERY GONZAGA DE MELO	GERENTE DA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO SOCIOASSISTENCIAL	DAS-3
ALAN ROCHA DE MEDEIROS	GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	DAS-3
FABRICIO JOSE GIFFONI DA SILVA	COORDENADOR DO CRAS	DAS-4
JHENNIFER LIMA SILVA	ASSESSOR DA SMAS III – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	DAS-5
LUANA FERREIRA HORTEGA CARLOS	ASSESSOR DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	DAS-5

PORTARIA Nº 0127, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **RAIMUNDA TEIXEIRA RIBEIRO MARIA**, no cargo Comissionado de **ASSESSOR DA SMAS - NÍVEL FUNDAMENTAL**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0128, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **ALINE SOUZA SANTOS CORREA**, no cargo Comissionado de **ASSESSOR DA SMAS - NÍVEL FUNDAMENTAL**, Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0129, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **YASMIM ARAUJO ALVES DA SILVA**, no cargo Comissionado de **ASSESSOR DA SMAS II - NÍVEL MÉDIO**, Símbolo "DAS-6", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0130, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **MIRELLA DO NASCIMENTO LAURIA**, no cargo Comissionado de **GERENTE DE BENEFÍCIOS**, Símbolo "DAS-3", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0131, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **ALESSANDRA ALVES MARTINS**, no cargo Comissionado de **DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA INFORMAÇÃO**, Símbolo "DAS-2", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0132, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **FERNANDA RODRIGUES GOMES**, no cargo Comissionado de **ASSESSOR DA SMAS - NÍVEL FUNDAMENTAL,** Símbolo "DAS-7", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0133, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
EXONERAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **FABIANA RODRIGUES DE AMORIM**, do cargo Comissionado de **COORDENADOR PROEIS**, Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

PORTARIA Nº 0134, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 01 de janeiro do corrente ano, **DAVID RAMOS DA SILVA**, no cargo Comissionado de **COORDENADOR PROEIS**, Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil e Trânsito.

PORTARIA Nº 0135, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **LILIAN APARECIDA BARBOZA DIAS FARIAS**, no cargo Comissionado de **CHEFE DE GABINETE,** Símbolo "DAS-1", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0136, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **FABIANA RODRIGUES DE AMORIM**, no cargo Comissionado de **COORDENADOR DE COMPRAS E SUPRIMENTOS**, Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0137, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **JHONATAN LEANDRO FERREIRA**, no cargo Comissionado de **COORDENADOR DE ALMOXARIFADO**, Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0138, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **MARCUS VINICIUS BRAGA DA SILVA TAVARES**, no cargo Comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO DE PROCESSO**, Símbolo "ATP", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0139, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **FILIPE FAVACHO NUNES DE SOUZA**, no cargo Comissionado de **COORDENADOR DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE**, Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0140, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **RUGGERY GONZAGA DE MELO**, no cargo Comissionado de **GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**, Símbolo "DAS-3", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0141, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **ALAN ROCHA DE MEDEIROS**, no cargo Comissionado de **COORDENADOR DE VIGILÂNCIA SÓCIO ASSISTENCIAL**, Símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0142, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.
NOMEAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, **FABRICIO JOSE GIFFONI DA SILVA**, no cargo Comissionado de **GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**, Símbolo "DAS-3", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PORTARIA Nº 0143, DE 16 DE JANEIRO DE 2026
DESIGNAR, com efeito a partir de 15 de janeiro do corrente ano, o servidor **LEONARDO ROHR FERNANDES DE AMORIM,** para responder interinamente pelo cargo comissionado de **COORDENADOR DE NUTRIÇÃO**, símbolo "DAS-4", da Secretaria Municipal de Assistência Social.

MODELO 40

DEMONSTRATIVO DOS APORTES PERIÓDICOS RECEBIDOS PARA A COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL - VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ARTIGO 55, § 8º, INCISO III, DA PORTARIA MTP N.º 1.467/2022

ÓRGÃO: ITAPREVI	MUNICÍPIO: ITAGUAI	EXERCÍCIO: 2025

SALDO DOS APORTES PERIÓDICOS EM 31/12/2020 (PRINCIPAL + RENDIMENTOS) - R$	

ANO	TOTAL DO APORTE PERIÓDICO RECEBIDO NO ANO - R$	SALDO DA CONTA EM 31/12 (PRINCIPAL + RENDIMENTOS) - R$
2021	R$ 38.770.065,16	R$ 70.040.933,43
2022	R$ 45.077.233,34	R$ 70.436.995,22
2023	R$ 29.317.478,40	R$ 41.774.034,87
2024	R$ 14.147.857,89	R$ 18.400.159,32
2025	R$ 21.579.872,84	R$ 23.736.669,93

VALOR RESGATADO NO EXERCÍCIO DE 2025 - R$	

(X) Declaro que o montante resgatado em 2025, acima informado, advém dos aportes periódicos (principal + rendimentos) recebidos há mais de 5 (cinco) anos.

Nome: André Luiz da Silva Miranda			André Luiz da Silva Miranda Diretor Geral Financeiro Contador CRC - RJ: 111583/O-3 Matrícula: 34.656 - ITAPREVI	Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2026	Assinatura:		
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.			Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves				
Matrícula: 16.928	Data: 30/05/2026	Assinatura:	Marcel Figueiredo Gonçalves Contabilista - 107083/O - CRC/RJ Matr.: 16.928	

406
Proc.: 200000124/26

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS - PCA RPPS
ITEM 42
Balancete analítico ou outro demonstrativo financeiro evidenciando o saldo inicial, a movimentação do período e o saldo final em 31/12 dos recursos do Fundo em Repartição (Plano Financeiro).

NÃO APLICÁVEL

Nome: André Luiz da Silva Miranda		Responsável pela Elaboração	
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2026	Assinatura: André Luiz da Silva Miranda Diretor Geral Financeiro Contador - CRC - RJ: 111583/O-3 Matrícula: 34.656 - ITAPREVI	
Declaro que náo é aplicável ao Instituto de Previdência de Itaguaí este plano de repartição.		Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 107083/O
Nome: Marcel Figueiredo Gonçalves			
Matrícula: 16.928	Data: 30/05/2026	Assinatura: Marcel Figueiredo Gonçalves Contabilista CRC/RJ 107.083/O - CRC/RJ Matr.: 16.928	

407

Proc.: 20000017411/26

BALANCETE ANALÍTICO DO PLANO DE CAPITALIZAÇÃO DO ITAPREVI EM 2025

		MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO					
Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno $	Retorno Acumulado $	Saldo Final em 31/01/2025
Janeiro	R$ 279.512.603,50	R$ 8.619.509,95	R$ 7.508.626,26	**R$ 284.060.505,31**	R$ 3.437.018,12	R$ 3.437.018,12	
Fevereiro	R$ 284.060.505,31	R$ 12.401.305,88	R$ 8.985.235,09	R$ 289.838.299,01	R$ 2.361.722,91	R$ 5.798.741,03	
Março	R$ 289.838.299,01	R$ 9.965.302,79	R$ 8.573.352,54	R$ 294.811.473,14	R$ 3.581.223,88	R$ 9.379.964,91	
Abril	R$ 294.811.473,14	R$ 9.946.748,88	R$ 8.413.983,21	R$ 300.007.730,09	R$ 3.663.491,28	R$ 13.043.456,19	
Maio	R$ 300.007.730,09	R$ 5.504.099,55	R$ 9.576.598,86	R$ 299.243.703,09	R$ 3.308.472,31	R$ 16.351.928,50	
Junho	R$ 299.243.703,09	R$ 4.330.710,17	R$ 10.835.213,52	R$ 295.528.138,12	R$ 2.788.938,38	R$ 19.140.866,88	
Julho	R$ 295.528.138,12	R$ 11.175.647,09	R$ 14.870.344,88	R$ 294.516.381,46	R$ 2.682.941,13	R$ 21.823.808,01	
Agosto	R$ 294.516.381,46	R$ 5.032.631,85	R$ 8.891.188,85	R$ 294.195.783,26	R$ 3.537.958,80	R$ 25.361.766,81	
Setembro	R$ 294.195.783,26	R$ 19.827.445,18	R$ 7.514.645,50	R$ 309.856.264,01	R$ 3.347.681,07	R$ 28.709.447,88	
Outubro	R$ 309.856.264,01	R$ 9.902.962,15	R$ 9.451.029,41	R$ 314.142.619,92	R$ 3.834.423,17	R$ 32.543.871,05	
Novembro	R$ 314.142.619,92	R$ 9.756.993,14	R$ 9.065.787,71	R$ 316.862.774,55	R$ 2.028.949,20	R$ 34.572.820,25	
Dezembro	R$ 316.862.774,55	R$ 11.229.381,62	R$ 10.475.779,26	**R$ 320.233.740,51**	R$ 2.617.363,60	R$ 37.190.183,85	**Saldo Final em 31/12/2025**

Nome: André Luiz da Silva Miranda			Responsável pela Elaboração
Matrícula: 34.656	Data: 30/05/2026	Assinatura:	
Declaro que os valores acima descritos guardam paridade com o constante nos registros contábeis guardam paridade com o constante nos registros contábeis, conforme apontado em Notas Explicativas.			Responsável pelo Setor Contábil
Nome: MARCEL FIGUEIREDO GONÇALVES			
Matrícula: 16928	Data: 30/05/2026	Assinatura:	CRC-RJ nº 107.083/O-6

André Luiz da Silva Miranda
Gerente Geral Financeiro
Contador - CRC - RJ: 111583/O-3
Matrícula: 34.656 - ITAPREVI

Marcel Figueiredo Gonçalves
Contabilista - 107.083/O - CRC/RJ
Matr.: 16.928

ITAPREVI
Fls: 408
Proc.: 20000174/26

ITAPREVI
Fls. 409
Proc.: 200000174/26

Recibo de Entrega

Prestação de Contas

Este documento comprova o registro da entrega das informações relacionadas à prestação de contas anual de gestão do jurisdicionado.

Prestação de Contas enviada em **29/06/2026 03:24**.

A operação de inserção de dados da Prestação de Contas foi registrada sob o Processo nº **229517-4/2026**.

Dados da prestação

Município / UG	ITAPREVI - ITAGUAÍ PREVIDÊNCIA
Exercício	2025
Processo	229517-4/2026

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO